Projeto

Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)

E_38/2013 - Apoio ao Estudo de Temas Relativos a Violações dos Direitos Humanos

Processo E-26/110.008/2014

Relatório Final

Coordenadora: Leonilde Servolo de Medeiros

Pesquisadores

Aline Borghoff Maia (bolsista TCT da Faperj, a partir de agosto de 2015)
Ana Claudia Diogo Tavares (professora, Nepo-DH /UFRJ)
Ana Maria Costa (doutoranda FSS/UERJ)
Annagesse Feitosa (mestranda CPDA/UFRJ, bolsista da Faperj)
Delma Pessanha Neves (UFF, pesq. visitante, bolsista da Faperj, 05/2015 a 04/2016)
Elisandra Galvão (doutoranda CPDA/UFRJ, bolsista da Faperj)
Elizabeth Linhares (pós doutorado senior, bolsista da Faperj)
Fabrício Teló (bolsista de TCT, até fevereiro de 2015, CPDA/UFRRJ)
Gabriel Sousa Bastos (bolsista TCT, a partir de agosto de 2015)
Iby Montenegro de Silva (bolsista de TCT, CPDA/UFRRJ)
Marco Antonio dos Santos Teixeira (doutorando IIESP/UERJ)
Mariana Trotta Delalanna Quintans (professora FND/UFRJ)
Marilda Vilela Iamamoto (professora FSS/UERJ)
Ricardo Braga (graduando em Ciências Socias/UFRJ)
Rodrigo Pennutt Cruz (bolsista TCT, a partir de agosto de 2015)

Bolsistas de Iniciação Científica

Adriana de Jesus Garcia Pinto (graduanda em Serviço Social, Uerj)
Fernanda Cerny Alves (Graduanda em C. Sociais, FGV, Faperj, de 07/2014 a 02/2016)
Isabella de Souza Maio (graduanda em Serviço Social, Uerj).
Lígia N. dos Santos (Graduanda em História, IM/UFRRJ - Faperj, de 03/2014 a 02/2016)
Natasha Gomes da Silva (graduanda em C. Sociais/UFRRJ - Faperj, de 03/2014 a 02/2016)
Rayanne Medeiros Gonçalves (C. Sociais/UFF – Faperj, de 03/2014 a 03/2015)
Thaís Reis (graduanda em Serviço Social, Uerj)
Vinicius L. da Silva (graduando em Direito, FND/UFRJ – Faperj, de 03/2014 a 02/2016)

Leonilde Servolo de Medeiros
Matrícula Faperj 1990.0486-1

Rio de Janeiro, maio de 2016

Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)

Apresentação

O presente relatório da pesquisa *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988),* contemplada no edital Faperj E_38/2013 - *Apoio ao Estudo de Temas Relativos a Violações dos Direitos Humanos* e desenvolvida entre março de 2014 e fevereiro de 2016, descreve brevemente, dada a limitação de páginas, as principais atividades desenvolvidas no período. Inclui ainda um resumo das peças que compõem o relatório substantivo, que está sendo encaminhado em sua forma completa em CD e que contem um conjunto de artigos, derivados do relatório encaminhado à CEV em setembro de 2015. A equipe, após a finalização do relatório para entrega e publicação no site da CEV-Rio[1], optou por aprofundar algumas dimensões do trabalho em curso, tanto em termos teórico-metodológicos, quanto, em alguns casos, avançando em dados empíricos. A partir desse investimento, escreveu um conjunto de artigos autorais, todos eles revisados detalhadamente pela coordenação da pesquisa, que se destinam a uma publicação em formato livro, com o objetivo de divulgar com um feição mais acadêmica, alguns dos resultados a que chegamos. No momento, ainda estamos nos dedicando a uma nova revisão dos textos, com o objetivos de reduzi-los e transformá-los em capítulos com cerca de 30 ou 35 páginas.

1. Atividades desenvolvidas

1.1 Reuniões regulares da equipe

O primeiro passo dado na pesquisa foi a realização de algumas reuniões para socialização da equipe, em especial no que se refere aos bolsistas de Iniciação Científica. Nesse momento inicial, foram feitas leituras de textos básicos para conhecer a natureza e o histórico dos conflitos no estado do Rio de Janeiro, bem como reflexões iniciais sobre referenciais teóricos para tratar do tema. A partir daí foram realizadas reuniões periódicas, algumas com toda a equipe, outras só com os bolsistas de IC, visando tirar dúvidas e ajudá-los na compreensão do conjunto dos processos investigados.

Quando os pesquisadores, cerca de um ano após os primeiros investimentos, começaram a redigir textos específicos sobre seus campos temáticos e de pesquisa empírica particulares, esse material também passou a ser objeto de discussão na equipe, de

[1] O relatório, com qual mil páginas, pode ser encontrado em http://www.cev-rio.org.br/relatorios/pesquisas-faperj

forma a consolidar uma percepção das questões em jogo e fazer trocas de caráter teórico e metodológico.

1.2 Oferecimento de disciplinas sobre o tema da pesquisa no CPDA/UFRRJ

Foram oferecidas, ao longo da pesquisa, duas disciplinas diretamente relacionadas ao tema, de forma a nivelar a equipe em algumas discussões, mas também provocar o debate sobre os conflitos e repressão num contexto ditatorial entre outros estudantes do CPDA/UFRRJ e de fora dele.

No segundo semestre de 2014 foi oferecida a disciplina *Movimentos Sociais - conflitos e repressão no campo no Rio de Janeiro (1945-1988*), aberta a alunos externos. Os bolsistas de IC também foram convidados a assistir às aulas. O principal objetivo era sistematizar reflexões sobre o trabalho em curso, dando-lhe maior densidade analítica. Foram discutidos temas como o sentido da recuperação do passado; totalitarismo, poder e violência; experiências, lutas e formas de resistência cotidiana; a não resistência: dominação simbólica e afetiva; reprodução cultural e social dos grupos subalternos; representação política, formação de interesses e mediação; movimentos sociais, sociedade civil e esfera pública: ação pública e reconhecimento; regime militar, repressão e violência no Brasil.

No segundo semestre de 2015 foi oferecida uma outra disciplina, com objetivos semelhantes, mas abordando tópicos diferentes. Foram discutidos, numa primeira parte, temas como Estado e dominação; violência e política; poder; direito e justiça; direitos humanos; possibilidade e dilemas da construção/reconstrução do passado. A segunda parte foi voltada a reflexões sobre o Brasil, abordando diferentes formas de configuração da resistência ao regime militar; o papel da Igreja junto às lutas no campo; as organizações patronais. Finalizamos com um debate sobre o significado de uma justiça de transição.

1.3 Pesquisa em acervos documentais

Do ponto de vista da busca de dados, o primeiro movimento da pesquisa foi em direção à exploração de acervos documentais, em frentes diferenciadas e paralelamente a um exaustivo trabalho de levantamento bibliográfico (artigos, livros, monografias, dissertações e teses, comunicações em congressos) que nos forneceu pistas não só analíticas como também de fontes documentais a serem consultadas.

Iniciamos essa frente de trabalho pelo Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo, do CPDA/UFRRJ (NMSPP/CPDA/UFRRJ). Esse Núcleo reúne uma farta documentação sobre os conflitos no Rio de Janeiro, que foi fotocopiada do acervo da Contag por ocasião da realização do projeto *Dez anos de luta pela terra – 1969-1979*, coordenado em 1982/1983 pelo Cedec (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), bem como materiais acumulados em pesquisas sobre assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro. A documentação está bem organizada, em conjuntos temáticos, o que facilitou bastante o trabalho de busca de informações. A essa frente de trabalho se dedicaram os bolsistas de TCT, ME e DO.

Esse primeiro investimento nos mostrou a importância da elaboração de uma ficha de registro de conflitos, que aperfeiçoou e detalhou um modelo antigo e muito geral que havia sido usado na pesquisa *Dez anos de luta pela terra*, bem como a que estava sendo usada pela Comissão Camponesa da Verdade, que atuava como apoio à Comissão Nacional da Verdade no eixo referente ao campo[2]. Essa ficha foi sendo preenchida ao longo da pesquisa, com informações obtidas em diferentes fontes (documentos, entrevistas feitas para outras pesquisas, entrevistas feitas para o atual projeto, dados de processos, IPMs etc). Ao final, ela foi essencial para termos um amplo mapa dos conflitos no estado do Rio de Janeiro e quantificar algumas ocorrências. Esses dados constam de forma sistematizada do relatório entregue à CEV e por ela publicados em seu sítio da internet.

A partir do material existente no NMSPP/CPDA/UFRRJ, entrevistas e bibliografia consultadas, elaboramos uma lista de palavras chave, envolvendo eventos, lugares e principalmente de nomes de pessoas para buscar dados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e no Arquivo Nacional, em especial no acervo do Projeto Memórias Reveladas. Dada a necessidade de treinamento para lidar com esses acervos, centralizamos a busca nessas fontes em duas ou três pessoas. O material encontrado foi copiado e organizado em um disco rígido externo e, depois, transferido para os computadores da pesquisa, para possibilitar o uso do material pelos pesquisadores a partir de suas regiões/temas de interesse. A partir dos mesmos critérios fizemos um trabalho intenso de busca de informações no site do Projeto Brasil Nunca Mais (BNM), que contem fundamentalmente processos e Inquéritos Policiais Militares.

[2] Essa Comissão, que atuava como apoio à Comissão Nacional da Verdade no eixo referente ao campo, era composta por acadêmicos e representantes de movimentos sociais e da Contag. Seu trabalho resultou na publicação de um relatório paralelo ao da Comissão Nacional. A versão digital foi divulgada nas páginas de internet e diversas organizações e uma versão impressa foi feita pelo Senado Federal em início de 2016. Dessa Comissão participaram ativamente a Coordenadora do projeto, Leonilde Medeiros e o pesquisador Marco Antonio dos Santos Teixeira.

Além da pesquisa nesses acervos, fizemos três visitas à Anapap (Associação Nacional dos Anistiados, Aposentados e Pensionistas), sediada em Duque de Caxias, em busca de documentos e processos de pedidos de anistia política encaminhados por essa associação. Estivemos ainda na Cúria Metropolitana de Nova Iguaçu, que, nos anos do regime militar, era conduzida pelo bispo Dom Adriano Hipólito. Esse bispo tornou-se famoso pelo apoio que deu aos movimentos populares de sua Diocese. O acervo ali existente é razoavelmente organizado e reúne informações sobre encontros de trabalhadores e alguns "mutirões", relacionados a ocupações de terra no âmbito da Diocese. Possui ainda a coleção completa do boletim *A Folha*, publicado desde meados dos anos 1970 e que, em sua primeira página e na última, apresenta comentários do bispo ou de membros da Igreja sobre a situação do município e da Baixada Fluminense.

Finalmente, dada a dificuldade de localizar no Rio de Janeiro os arquivos referentes à ação da CPT no estado, decidimos enviar um pesquisador à Goiânia. Esse pesquisador, além de trazer o *link* de acesso restrito ao acervo já digitalizado, gentilmente cedido pela CPT Nacional,[3] teve acesso a uma vasta documentação que não havia ainda sido sequer digitalizada e pode fazer cópia de tudo que se referia ao Rio de Janeiro. Esse material foi organizado e incorporado ao acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

Uma outra dimensão da pesquisa documental foi o mapeamento e organização de parcela expressiva do material localizado na Fetag/RJ. Como suspeitávamos, não havia propriamente um arquivo, mas papéis acumulados, alguns com critérios claros de agregação, outros não. Esses material estava disperso em diferentes lugares da casa onde atualmente funciona a Federação e parte substantiva dele fora atacada por cupins, mofo etc. Foi gasto um tempo significativo na limpeza preliminar desse material, que foi organizado segundo os critérios da pesquisa (conflitos por região e município).[4] Os documentos foram acondicionados em pastas de papel com PH neutro, dentro de pastas de papelão que funcionam como divisórias e arquivados em caixas temáticas. Parte do material, o mais contaminado por fungos, permanece embalado em sacos plásticos, aguardando tratamento especializado.[5] À medida que prosseguia o trabalho na Fetag, novos documentos foram localizados e entregues aos nossos cuidados, para serem incorporados. Após uma organização preliminar, em 2015 decidimos digitalizar tudo o que

[3] Naquele momento o acervo da CPT Nacional ainda não estava disponibilizado na internet.
[4] Sempre que havia indícios de uma outra forma de organização, isso foi anotado, de forma a não se perder a referência de localização original.
[5] Com o apoio da CEV-Rio, técnicos do Arquivo Nacional fizeram uma visita ao local para um diagnóstico, mas não houve retorno para verificar custos de higienização de todo o acervo.

fosse possível, deixando de lado somente o que precisava de tratamento especializado de limpeza. O trabalho foi feito em duas etapas por uma empresa especializada (DocPro) que introduziu mecanismos de busca no material. Esse acervo, riquíssimo, está disponível para consulta pública, por meio da página de web do NMSPP/CPDA/UFRRJ (www.ufrrj.br/cpda/nms). Essa atividade pode ser entendida já como um esforço da equipe da pesquisa em valorizar a memória social, por meio da preservação e guarda da documentação da Fetag/RJ.

Utilizando uma grande diversidade de fontes documentais, procuramos estar atentos ao fato de que elas expressam diferentes olhares sobre os conflitos. No caso dos documentos produzidos pelo sindicalismo de trabalhadores rurais, grande parte se volta para a denúncia de situações de consideradas danosas aos trabalhadores aos órgãos públicos (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, ministérios, Presidência da República) e imprensa, em geral pedindo desapropriação das terras envolvidas, com base na legislação em vigor (Estatuto da Terra e suas regulamentações). Quanto à CPT, são panfletos, cartilhas, manifestos destinados a setores da população que pudessem ser alcançados pela ação pastoral. Eles narram situações de violência dos mais diversos tipos e tinham por objetivo sensibilizar seu público e entidades governamentais para a dramaticidade do processo de expropriação vivido pelos trabalhadores rurais. No caso dos documentos reunidos na plataforma Memórias Reveladas, Aperj e BNM, as fontes são de outra natureza. Além de conterem muitos documentos recolhidos pela polícia política (artigos de jornais e revistas, relatórios de órgãos de segurança), também disponibilizam depoimentos que necessitam ser interpretados com os devidos cuidados por serem produto de uma relação formal com os agentes da repressão, a partir do ritual característico dos interrogatórios feitos pelos órgãos de segurança. Por meio deles, obtivemos informações importantes sobre a atuação e a concepção desses órgãos no período anterior ao golpe e também no imediato pós-golpe, uma vez que foram muitas as prisões e julgamentos de lavradores e políticos locais ainda nos primeiros meses de 1964. Eles também oferecem pistas sobre a atuação do movimento camponês, além de depoimentos que esclarecem ajudam a entender motivos e desdobramentos dos conflitos. Além disso, pela sua análise podemos traçar um amplo panorama dos interesses e da vigilância dos órgãos voltados à repressão em relação a determinadas áreas do estado, ao mesmo tempo em que perceber como eles interpretavam os conflitos fundiários, o papel do campesinato e dos mediadores envolvidos.

1.4. Entrevistas

Assim que a frente de pesquisa documental ganhou dinâmica, iniciamos o trabalho com entrevistas. Num primeiro momento, a equipe se voltou para a leitura daquelas já disponíveis com trabalhadores e lideranças do estado do Rio de Janeiro. O NMSPP/CPDA/UFRRJ tem um acervo de entrevistas feitas para diferentes pesquisas, em diferentes momentos, a partir do início dos anos 1980.[6] Para algumas temos só o áudio, outras estão transcritas. São depoimentos trabalhadores (tanto assalariados como assentados), de lideranças de conflitos no estado, dirigentes de sindicatos e da Fetag/RJ, advogados sindicais etc. Foram selecionadas cerca de 125 entrevistas, consideradas de interesse da pesquisa, para serem revisitadas pelos bolsistas de IC, que ficaram encarregados de ouvir ou ler (no caso das que tivessem transcrição), anotar trechos que tivessem relação direta com a pesquisa (em especial narrativas de violência, ação policial etc.) e elencar, a partir dos relatos disponíveis, outros nomes para possíveis novas entrevistas. A riqueza desse material reside não só na importância das informações que encerra, como no fato de que muitos dos que deram depoimentos já estão mortos. Em alguns casos, essas entrevistas são o único registro disponível sobre sua percepção sobre os conflitos no estado. Em que pese o fato de que os objetivos das entrevistas fossem outros, relacionados a temas específicos que orientavam os estudos, há nelas importantes informações que foram resgatadas, sempre levando em conta as condições em que os dados foram gerados.

Após um trabalho preliminar com esse material, passamos a realizar entrevistas voltadas para o tema específico da pesquisa: iniciamos com Afranio Raul Garcia Júnior, ex-professor do PPGAS/MN/UFRJ, atualmente professor da École des Hautes Études en Sciences Sociales em Paris e assessor educacional da Fetag/RJ de 1977 a 1983, sobre a situação dos conflitos na época. Essa entrevista, além de dar um panorama dos conflitos no estado, também indicou nomes com quem deveríamos fazer contato. Logo depois, com o mesmo objetivo, entrevistamos o então assessor jurídico da Fetag e de alguns sindicatos, que também nos indicou alguns nomes. Fizemos ainda duas longas entrevistas com advogados e advogadas que atuaram no sindicalismo rural fluminense nos anos 1970. Também entrevistamos padres que deram apoio à luta no campo, assessores educacionais,

[6] O NMSPP/CPDA/UFRRJ possui mais de 300 entrevistas disponíveis para consulta, mediante assinatura de termo de compromisso de que o uso será estritamente para fins acadêmicos. O material em formato cassete foi transformado em MP3 para melhor conservação. Parte delas está transcrita, outras só podem ser acessadas em áudio. No sítio do NMSPP na internet, é possível consultar a lista de entrevistas disponíveis e as planilhas de acesso, onde há informações sobre o contexto, condições e conteúdo das entrevistas, bem como um sumário do seu teor. Ver www.ufrrj.br/cda/nms

atuais e antigos dirigentes sindicais, agentes de pastoral, antigas lideranças. Mas nosso principal investimento foi a coleta de depoimentos de pessoas que, filhos/as de lideranças envolvidas em conflitos, se dispuseram a falar um pouco sobre o que sabiam sobre o passado de seus pais e de suas experiências com a repressão. Muitos deles, nos anos 1960 e 1970, eram jovens, não participavam da vida política, mas vivenciaram, sem entender muito bem o que se passava, invasão de suas casas pela polícia, busca e apreensão de objetos (principalmente livros, jornais, escritos), prisões conduzidas de forma violenta.

Para a realização de entrevistas, visitamos diversas localidades do estado: Japeri (que até a década de 1990 pertencia ao município de Nova Iguaçu e onde ocorreram significativos conflitos nas localidades de Pedra Lisa e Jaceruba); Duque de Caxias, na região de Xerém; Magé; Itaboraí; Cachoeiras de Macacu, em diferentes localidades que circundam o antigo Núcleo Colonial de Papucaia; Cabo Frio, na região de Campos Novos; Paraty (em especial Trindade e Campinho) e Angra dos Reis, em busca de informações sobre os conflitos que ali passaram a ocorrer com a construção da estrada conhecida como Rio-Santos; Valença, na região Serrana, para colher material sobre os conflitos da fazenda Santa Mônica, em Juparanã, bem como a ocupação de terras que gerou o assentamento Vitória da Conquista. Fomos também, com a mediação do Movimento dos Pequenos Agricultores, a Teresópolis, na comunidade denominada Andradas. Finalmente fomos a Campos dos Goytacazes, tanto em busca de pessoas que vivenciaram a ocupação de terras da região do Imbé, em 1963, quanto de depoimentos sobre as lutas dos assalariados ao longo dos anos 1970 e início dos 80. Para dar conta dessa tarefa, os membros da equipe voltados para o tema tiveram que ir inclusive ao Espírito Santo, para entrevistar uma antiga advogada do STR de Campos, hoje juíza do trabalho em Vitória.

No total foram mais de cem entrevistas, a maior parte delas transcrita. No futuro, serão tratadas para compor o acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ e poderão ser disponibilizadas para consulta ao público.

Desnecessário dizer que, no tempo que tivemos para a realização da pesquisa, não conseguimos esgotar a riqueza de informações advindas desse material e nem mesmo esgotar as possibilidades de novas entrevistas.

Além das incursões às áreas pesquisadas, também nos apropriamos de entrevistas realizadas por Marcelo Ernandez para uma pesquisa sobre ocupações de terra no estado do Rio de Janeiro e que nos foram gentilmente disponibilizadas.

Trabalhar com entrevistas nos levou a refletir sobre a relação entre elas e a memória que se fixou sobre o período que estudamos e sobre as lutas no campo. São bastante

diferenciadas dimensões da memória sobre a repressão aos trabalhadores rurais e constituem versões que ora se complementam, ora se contrapõem, mas que, no seu conjunto, indicam a disputa pelo sentido dos acontecimentos que se cristalizam, ainda que provisoriamente, na memória histórica em construção, seja destacando episódios que se quer que sejam lembrados, seja silenciando outros. Há eventos sobre os quais não se quer falar e alega-se esquecimento, indicando hierarquias de valores e temores em jogo na própria construção da memória.

Ao longo da pesquisa pudemos perceber como a reconstrução da memória permite conectar as experiências do passado entre si e delas com o presente de modo a dotá-la de algum sentido. Partimos do pressuposto de que a reconstrução do passado é uma forma de combater o que se passou, um ato de oposição ao poder que existia e ainda existe e que se revela na permanência da violência no campo, nas tentativas de expulsão de camponeses das áreas onde vivem há anos, na sistemática violação de direitos trabalhistas, como mostram sucessivas denúncias sobre situações de trabalho análogas à escravidão mesmo em empresas que se apresentam como modernas. No processo da pesquisa nos deparamos com uma memória que se avivou por ameaças de repetição do que ocorreu no passado, embora sob novas formas. É o caso do município de Cachoeiras de Macacu, onde está em curso um projeto de construção de barragens na bacia do Rio Guapiaçu, uma exigência da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) para liberação da obra do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), de forma a permitir captação de água para o leste metropolitano do estado. A barragem vai atingir por volta de três mil pessoas, muitas delas já afetadas, nos anos 1960, por sucessivas intervenções fundiárias e remoções pelo governo federal.[7] A história dessas pessoas passou a ser rememorada por elas como uma forma de mostrar como têm sido sistematicamente vítimas de ações de expulsão ou tentativas de expulsão, ao mesmo tempo em que serve de inspiração à luta atual contra a barragem.

1.5. Imprensa

Fizemos algumas incursões na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, com o objetivo de complementar informações e melhor esclarecer alguns eventos, sempre utilizando palavras chave, em especial nomes de lugares e de pessoas. O tempo não nos permitiu uma pesquisa exaustiva dessas fontes, mas elas nos forneceram alguns dados

[7] Trata-se especialmente de famílias que foram removidas das áreas do Imbé, em Campos e de outras áreas de conflito do estado para serem assentadas nas glebas Vecchi e Quizanga entre 1966 e 1967.

importantes sobre os conflitos e a repressão tanto no período que antecedeu o golpe, quando depois dele, inclusive com fotos bastante ilustrativas. Por vezes, uma matéria fornecia pistas para eventos que precisavam ser melhor esclarecidos, o que nos levou à busca de outras fontes. Em alguns casos, foram ainda feitas buscas em jornais locais e no próprio Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, para acessar decretos de desapropriação de áreas pelo governo estadual no período que antecedeu o golpe.

2. Participação em eventos e publicações

Ao longo da pesquisa foram sendo feitos produtos parciais, tanto para atender à demanda da Faperj de apresentação de relatórios, como pelo interesse em divulgar o que estava sendo feito nos meios acadêmicos, sindicais e de organizações locais. Segue uma listagem de eventos e publicações ao longo dos dois últimos anos.

2.1. Participação em eventos

Leonilde Servolo de Medeiros, coordenadora da pesquisa

Nome do Evento: 50 anos do Golpe: a repressão no campo
Local: Uerj/Escola de Serviço Social
Data: 2014
Título da comunicação: Camponeses, repressão e resistência no regime militar

Nome do Evento: Regime militar e meio rural brasileiro
Local: CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro/RJ
Data: 2014
Título da comunicação: Movimentos sociais rurais e a ditadura civil militar: formas de organização e resistência

Nome do Evento: Revisitando o regime militar
Local: UFRRJ/campus de Seropédica/RJ
Data: 2014
Título da comunicação: Repressão e resistência no campo: os trabalhadores rurais e a ditadura

Nome do Evento: Baixada Fluminense, 50 anos do golpe militar: 31 de março 1964/2014
Local: IM/UFRRJ, campus de Nova Iguaçu/RJ
Data: 2014
Título da comunicação: Trabalhadores rurais da Baixada Fluminense no período ditatorial

Nome do Evento: VI Encontro da Rede de Estudos Rurais
Local: Unicamp, Campinas/SP
Data: 2014
Título da comunicação; A Comissão Nacional da Verdade e a repressão aos movimentos dos trabalhadores do campo: experiências e síntese

Nome do evento: Conflito por terra e repressão no campo no Rio de Janeiro (1964-1985)
Local: Uerj, campus Maracanã, Rio de Janeiro/RJ
Data: 2015
Título da comunicação: Conflito por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1964-1985)

Nome do Evento: Seminário Fluminense de Estudos Rurais e Urbanos
Local: UFF/Campos
Data: 2015
Título da comunicação: Movimentos sociais, direitos humanos e memórias locais

Nome do Evento: Laboratório dos Mundos do Trabalho e Movimentos Sociais
Local: CPDOC/FGV
Data: 2015
Título da comunicação: Os trabalhadores e o relatório da Comissão Nacional da Verdade

Nome do Evento: I Seminário Internacional Mundos do Trabalho e Ditaduras no Cone Sul
Local: CPDOC/FGV
Data: 2015
Título da comunicação: Resistência e organização dos trabalhadores do campo em contextos adversos

Nome do Evento: III Encontro Sul-americano de Estudos Agrários
Local: UFF, campus de Gragoatá, Rio de Janeiro/RJ
Data: 2016
Título da comunicação: Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)

Nome do Evento: III Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária
Local: Escola de Serviço Social/UFRJ
Data: 2016
Título da comunicação: Questão agrária, trabalho e conflitos no campo: o lugar do Rio de Janeiro

Nome do Evento: Luta pela terra no Brasil da ditadura ao século XXI
Local: IFCS/UFRJ
Data: 2015
Título da comunicação: Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)
Participação de membros da equipe em eventos:

Aline Borghoff Maia

Nome do evento: III Encontro Sul-americano de Estudos Agrários
Local: UFF, Niterói, RJ
Data: 03 a 06 de Maio de 2016

Título da comunicação: O lugar do rural na Baixada Fluminense: incorporação urbana, luta pela terra e articulações ruro-fabris em Duque de Caxias (comunicação em mesa coordenada)

Nome do evento: Dia da Baixada 2016 e Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária: Terra e Sociedade na Baixada Fluminense
Local: Faculdade de Educação da Baixada Fluminense/UERJ, Duque de Caxias, RJ
Data: 10 a 12 de Maio de 2016
Título da comunicação: Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)

Aline Borghoff Maia, Leonilde Medeiros e Marco Antônio Teixeira

Nome do evento: I Seminário Internacional Mundos do Trabalho e Ditaduras no Cone Sul
Local: CPDOC/FGV, RJ
Data: 14 a 16 de Outubro de 2015
Título da comunicação: Trabalhadores rurais contra fábricas: luta por terra, repressão política e resistência.

Annagesse Feitosa

Nome do evento: Encontro Nordeste 2015 da Rede Latino-americana de Antropologia Jurídica.
Data: 22 a 26 de junho de 2015
Local: São Luís/MA
Título da comunicação: Luta e resistência: o caso de Campinho da Independência no litoral sul do Rio de Janeiro

Nome do evento: Seminário Internacional do Gerur: Territórios de Uso Comum, Territórios para o Bem Viver: sociedade, ambiente e direitos territoriais
Data: 14 a 16 de março de 2016
Local: São Luís - MA
Título da comunicação: Disputas, resistência e reconhecimento: efeitos dos processos de intervenção fundiária em Campinho da Independência.

Elisandra Galvão

Nome do evento: VI Encontro da Rede de Estudos Rurais
Local: Unicamp, Campinas/SP
Data: 2 a 5 de setembro de 2014
Título da comunicação: Representação Patronal e Formas de Mobilização da CNA durante a Ditadura Brasileira

Nome do evento: I Seminário Mundos do Trabalho e Ditaduras no Cone Sul
Local: CPDOC/FGV, Rio de Janeiro/RJ
Data: 14 a 16 de outubro de 2015

Título da comunicação: Notícias de uma disputa particular: o patronato rural expõe uma proposta de reforma agrária ante conflitos sem paz e o golpe de 1964

Fabricio Teló

Nome do evento: I Seminário Internacional Mundos do Trabalho e Ditaduras no Cone Sul
Local: CPDOC/FGV
Data: 14 a 16 de outubro de 2015
Título da comunicação: Questão Agrária e Ditadura: a atuação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) nos Núcleos Coloniais da Baixada Fluminense

Nome do evento: III Encontro Sul-americano de Estudos Agrários
Local: Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ
Data: 03 a 06 de maio de 2016
Título da comunicação: Violência e poder: a atuação da Guarda Rural do Ibra nos Núcleos Coloniais da Baixada Fluminense

Nome do evento: Seminário Terra e Sociedade na Baixada Fluminense
Local: Faculdade de Educação de Duque de Caxias
Data: 11 de maio de 2016
Título da comunicação: Violência e poder: reflexões a partir do Núcleo Colonial Papucaia na ditadura militar

Fabricio Teló, Marco Antônio dos Santos Teixeira e Iby Montenegro da Silva

Nome do evento: VI Encontro da Rede de Estudos Rurais
Local: Unicamp, Campinas/SP
Data: 03 a 05/09/2014
Título da comunicação: Os camponeses e as comissões da verdade

Iby Montenegro de Silva

Nome do evento: 4º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos: Memória, Verdade, Justiça e Reparação.
Local: São Paulo
Data: 8 a 10 de junho de 2016
Título da comunicação: Os conflitos por terra no litoral sul fluminense (1964-1985): um aspecto da ação do setor empresarial na ditadura civil-militar

Iby Montenegro de Silva e Annagesse Feitosa

Nome do evento: I Seminário Internacional Mundos do Trabalho e Ditaduras no Cone Sul
Local: CPDOC/FGV
Data: 14 a 16 de outubro de 2015
Título da comunicação: Os projetos de desenvolvimento do Estado militar e a repressão no campo no litoral sul fluminense

Marco Antonio Teixeira

Nome do evento: XVII Congresso Brasileiro de Sociologia.
Local: UFRGS, Porto Alegre/RS
Data: 2015
Título da comunicação: Dimensões da Memória da Repressão Política no Campo

Marilda Vilela Iamamoto e Ana Maria Costa

Nome do evento: XV ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social
Local: Centro de Convenções de Ribeirão Preto/SP.
Data: 04 a 09 de dezembro de 2016**.**
Título da comunicação: O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campos dos Goytacazes e a luta por direitos na ditadura (1964-1985)

Rayanne Medeiros Gonçalves

Nome do evento: I Seminário Internacional Mundos do Trabalho e Ditaduras no Cone Sul
Local: CPDOC/FGV, Rio de Janeiro/RJ
Data: 14 a 16 de outubro de 2015
Título da comunicação: Trabalhadores rurais em cena: conflitos e resistências no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos dos Goytacazes

Nome do Evento: XI Encontro Regional Sudeste de História Oral - Dimensões do público: Comunidades de sentido e narrativas políticas
Local: Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ
Data: 08 a 10 de julho de 2015
Título da Comunicação: Repressão no campo durante a Ditadura Civil-Militar: reflexões acerca da resistência e memória do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos dos Goytacazes.

Bolsistas de Iniciação Científica

Natasha Gomes da Silva

Nome do evento: XXV Jornada de Iniciação Científica da UFRRJ
Local: UFRRJ, Seropédica/RJ
Data: setembro de 2015
Título da comunicação: Comissão Pastoral da Terra no Rio de Janeiro e luta pela terra.

Isabella Maio e Thais Reis

Nome do evento: II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro.
Local: Universidade Veiga de Almeida (UVA), Rio de Janeiro/RJ

Data: de 11 a 13 de maio de 2016
Título da comunicação: A greve de 1984 dos trabalhadores da agroindústria canavieira no município de Campos dos Goytacazes/RJ: Contribuição à memória das lutas na Ditadura Militar (1964-1985). Esse trabalho também foi aprovado para apresentação no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), Olinda/PE, a ser realizado de 5 a 9 de setembro de 2016 e aguarda resposta para apresentação no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), Ribeirão Preto/SP, a ser realizado entre 4 a 9 de dezembro de 2016

2.2 Trabalhos publicados derivados da pesquisa

Artigos em jornal de notícias

Silva, Iby M., Teixeira, Marco Antonio e Teló, Fabrício. Construyendo la memoria de las luchas sociales del campo en Brasil: la experiencia de la Comisión Campesina de la Verdad. *La Jornada del Campo*: Suplemento informativo de La Jornada. Ciudad de México, p.77, 2015.

Artigos completos publicados em periódicos

Teixeira, Marco Antonio; Teló, Fabrício e Silva, Iby. M. Violações de direitos humanos contra camponeses nas Comissões da Verdade. *Revista Verdade, Memória e Justiça*, v.9, 2015.

Capítulos de livros

Medeiros, Leonilde Servolo de. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar In: PINHEIRO, Milton. *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 195-230.

Medeiros, Leonilde Servolo de. Os trabalhadores do campo e a repressão nos anos de ditadura militar In: *Relatório da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT*. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2015, v.1, p. 95-100

Teses, dissertações e monografias

Além dos produtos acima, a pesquisa originou uma dissertação de Mestrado, a ser defendida em meados de junho de 2016, de autoria de Annagesse Feitoa, intitulada *Formas de Resistência Cotidiana: o caso de Campinho da Independência no litoral sul do Rio de Janeiro*; uma monografia de graduação a ser defendida também em meados de junho, de autoria de Ligia Nonato dos Santos, intitulada *A questão fundiária fluminense no século XX e a retomada da luta pela terra em Nova Iguaçu na década de 1980.* Estão em curso uma tese de doutorado sobre a Confederação Nacional da Agricultura, abordando sua

atuação no regime militar, pela bolsista Elisandra Galvão e uma outra monografia sobre os conflitos fundiários e a ação da Igreja em Nova Iguaçu.

2.3 Apresentação do trabalho em esferas não acadêmicas, realização de eventos e colaboração com outras instituições

A coordenadora da Pesquisa, Leonilde Medeiros e o pesquisador Marco Antonio Teixeira participaram ativamente das reuniões da Comissão Camponesa da Verdade e do GT Sindical da CNV, levando reflexões derivadas da pesquisa para esses espaços.

Dos contatos com a diretoria da Fetag para explicar nosso interesse de pesquisa e solicitar autorização para olhar os documentos e organizá-los para a pesquisa, resultou um forte interesse no trabalho que se desdobrou em um convite para que a Coordenação da pesquisa participasse de uma atividade de formação. Além de devolver um pouco de sua própria história a esses trabalhadores, o evento, realizado em Araruama em 2014, foi uma boa oportunidade de contato com sindicalistas e abertura de possibilidades para entrevistas e aprofundamento de questões de pesquisa.

Como desdobramento da intenção de levar o trabalho para um público mais amplo, organizamos também uma sessão de "testemunhos", a pedido da CEV-Rio. Nesse evento, realizado na sede da OAB, fizeram depoimentos de trabalhadores de distintas regiões do Estado (Baixada Fluminense, região Serrana, Litoral Sul).

Mais recentemente, participamos de uma reunião em Pedra Lisa, onde falamos brevemente da pesquisa e participamos de uma atividade que tinha por objetivo tornar públicos, para os moradores da região, os conflitos lá ocorridos entre os anos 1950 e 1970. O mesmo se fez em Duque de Caxias, por meio de uma visita ao assentamento Terra Livre, situado em Piranema, região de conflitos nos anos 1960.

Um outro desdobramento da pesquisa foi a colaboração com o Iser na produção de um conteúdo para um site que mapeia lugares onde os efeitos da ditadura se fizeram sentir sobre grupos em demanda de direitos e com outro grupo e pesquisa contemplado no edital da Faperj, com conteúdos sobre lugares de memória nas áreas rurais.

3. Síntese do relatório substantivo, apresentado em CD

O relatório da pesquisa, apresentado como anexo a esta síntese em formato digital (CD), envolve capítulos autorais, que, como dito anteriormente, aprofundam, tanto no que

se refere às reflexões teóricas, como no que diz respeito a dados empíricos, alguns aspectos do documento enviado à CEV-Rio em setembro e publicado no seu site.

Iniciamos o presente relatório com um capítulo mais geral sobre o Estado do Rio de Janeiro, de autoria de Leonilde Servolo de Medeiros, onde são sintetizadas as principais transformações pelas quais o estado passou no século XX, enfatizando quer o progressivo abandono de culturas tradicionais, como o café, quer as mudanças no setor canavieiro, mas focando principalmente sobre os processos ocorridos na Baixada Fluminense, marcada por um rápido processo de aumento populacional, decorrente quer da industrialização e geração de emprego, quer das medidas governamentais que incentivaram a ocupação de partes da região no formato núcleos de colonização. Em torno deles verificaram-se parte dos conflitos em torno da posse da terra. Procuramos ainda chamar a atenção para algumas políticas dos governos estaduais e do federal que, de alguma forma, procuraram responder a esses conflitos. Na sequência tratamos das mudanças ocorridas no período que se sucede ao golpe militar de 1964, enfatizando quer a repressão que se abateu sobre as áreas rurais do estado, quer novas políticas que promoveram especulação fundiária, em especial as de estímulo ao turismo, o que fez com que uma nova onda de conflitos fundiários ocorresse, desta vez nas regiões litorâneas. O capítulo trata também das reações dos trabalhadores, do papel do sindicalismo rural e da Igreja na defesa e retomada das lutas dos trabalhadores.

A seguir, apresentamos alguns dos casos de estudados com maior profundidade. Começamos pelos conflitos fundiários em Duque de Caxias, em capitulo intitulado "O lugar do rural na Baixada Fluminense: Incorporação urbana, luta pela terra e articulações ruro-fabris em Duque de Caxias", de autoria de Aline Borghoff Maia e, na sequência, em Nova Iguaçu, região de Pedra Lisa (hoje Japeri), em texto escrito por Gabriel de Sousa Bastos. O estudo sobre Duque de Caxias analisa o processo de metropolização da Baixada Fluminense e dá especial ênfase à região de Xerém, onde, no início dos anos 1940, foi instalada a Fábrica Nacional de Motores, numa vasta área, desapropriada pelo governo federal. A empresa foi desenhada com o objetivo de ter áreas de moradia e também de cultivo de alimentos para sustentar os trabalhadores. É em torno das áreas da fábrica que ocorreram diversos conflitos fundiários no período que antecede o golpe. A autora focaliza o conflito de São Lourenço e seus desdobramentos.

Gabriel Bastos, no capitulo "Conflitos Rurais em Nova Iguaçu: Uma Análise a partir do caso de Pedra Lisa" mostra a centralidade desse conflito tanto por seu pioneirismo e protagonismo de mobilização e resistência camponesa no pré-64 na região da Baixada, quanto por sua influência nas mobilizações das décadas seguintes. O autor procura traçar

continuidades e descontinuidades, tanto na repressão pelas forças de segurança, quanto no que diz respeito às tensões locais.

Em Cachoeiras de Macacu, foram estudadas duas situações. A primeira foram as ocupações da fazenda São José da Boa Morte e a segunda, a atuação do Ibra na região. No que se refere às ocupações de terra, Ricardo Braga, no texto intitulado "São José da Boa Morte: entre a terra livre e a ditadura", se debruça sobre as três ocupações de terra que ocorreram na Fazenda São José da Boa Morte: 1961, 1963 e 1980, procurando mostrar como se conformou uma experiência de classe e uma cultura política que foram acionadas em momentos de confronto.

Fabrício Teló, em capítulo intitulado "*Proteger o Patrimônio da Nação*. A Guarda Rural do Ibra" analisar a atuação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), por meio de sua Guarda Rural, nos núcleos coloniais de Duque de Caxias e Papucaia. O texto mostra como os militares exerciam poder sobre os lavradores e como foram capazes de impor um determinado ordenamento social nas áreas onde atuavam, combinando ações violentas, repressão e autoritarismo e iniciativas de aproximação a fim de ganhar a simpatia dos trabalhadores e evitar que os "agentes da subversão" conseguissem seu apoio.

No texto intitulado "*Tempo da ditadura*: conflitos por terra e repressão política contra trabalhadores rurais em Magé", de autoria de Marco Antonio Teixeira, é abordada a história e a memória dos conflitos por terra que ocorreram na Gleba América Fabril e na Fazenda Conceição de Suruí, ao longo dos anos 1960 e 1970. O tema central é a análise sobre como ocorreu a repressão política aos trabalhadores no contexto dessas disputas por terra, destacando os atores envolvidos, as violações de direitos e a reação dos trabalhadores. A particularidade do caso é que o *grileiro* que reclamava a propriedade da Gleba América Fabril era a Companhia América Fabril, instalada em Magé desde o século XIX, e que foi, durante parte da primeira metade do século XX, uma das principais indústrias têxteis do país. Por esse viés, o caso aproxima-se do estudo em Duque de Caxias.

A Costa Verde é contemplada em "Os conflitos por terra no litoral sul fluminense (1964-1985): um aspecto da ação do setor empresarial na ditadura civil militar", de autoria de Iby Montenegro de Silva, que mostra como o regime buscou aprofundar a modernização da indústria e dos serviços, visando atender aos interesses de empresas multinacionais. No litoral sul fluminense, os projetos de desenvolvimento derivaram na chegada de uma multiplicidade de empresas turísticas a região, resultando no despejo das populações locais. O primeiro passo foi a construção da estrada conhecida como Rio-Santos.

Na região serrana, o investimento foi em Valença, analisando os processos de expulsão de trabalhadores numa fazenda estatal. Elizabeth Linhares, no texto "Quando (e como) o Estado se faz presente: conflitos por terra na Fazenda Santa Mônica, Valença/RJ". Nele a autora reflete sobre as mudanças operadas, a partir da passagem da fazenda antes pertencente ao Ministério da Agricultura para a Embrapa, na relação do Estado com as famílias que lá de há muito viviam, destacando-se a determinação com que aciona diferentes meios, incluindo-se processos judiciais, até atingir plenamente seus objetivos e retirar, da Santa Mônica, praticamente todas as famílias.

Na sequência, seguem três artigos sobre a região campista. O primeiro deles, escrito por Delma Pessanha Neves, "*Posseiros* e *comunistas*: reparações diferenciais de direitos humanos" trata da ocupação em 1963 da região do Imbé, em Campos, e seus desdobramentos. Procura trabalhar distinções quanto ao protagonismo na construção de memórias coletivas sobre a repressão intensificada pelas ações decorrentes do Golpe Militar, dando ênfase tanto aos relatos sobre a ocupação como ao da remoção de parte dos ocupantes para áreas compradas pelo Ibra em Cachoeiras de Macacu.

Rayanne de Medeiros Gonçalves e Rodrigo Pennutt da Cruz apresentam uma reflexão sobre o histórico do sindicato dos trabalhadores rurais de Campos e as principais reivindicações do segmento vinculado ao corte de cana, enfatizando os anos 1960 e 70, dando ênfase à ação sindical. O texto intitulado "O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos dos Goytacazes e a sua atuação entre as décadas de 1960 a 1980" mapeia as principais violações de direitos dos trabalhadores e suas demandas.

Também analisando o norte fluminense, Marilda Iamamoto e Ana Costa, em capítulo intitulado "O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos dos Goytacazese a luta por direitos na ditadura (1964-1985)" têm o propósito de tratar a luta por direitos, especialmente os trabalhistas, como arena de disputas entre interesses de classes e de estratégias de organização político-sindical pelos trabalhadores assalariados canavieiros no embate com o poder dos usineiros e do Estado. Percorrendo as demandas dos trabalhadores, mostram como foi possível chegar a uma greve em 1984. Tratam ainda de aspectos relacionados às condições de trabalho, com ênfase num episódio de contaminação dos trabalhadores por agentes químico mercuriais.

Finalizando o relatório, Ana Claudia Tavares e Mariana Trotta Dallalana Quintans, em texto com o título "Os usos do direito pelos(as) advogados(as) de trabalhadores do campo na ditadura empresarial-militar no Estado do Rio de Janeiro", analisam as estratégias político-jurídicas dos advogados que atuaram na defesa de trabalhadores rurais

no contexto da repressão no campo fluminense que se seguiu ao golpe empresarial-militar de 1964, ressaltando que a atuação dos advogados nos conflitos trabalhistas e possessórios envolvendo trabalhadores rurais nesse período é pouco estudada. No artigo abordam essas estratégias a partir das narrativas de quatro advogados que atuaram junto ao movimento sindical de trabalhadores rurais, complementando com fontes documentais como processos judiciais e jornais sindicais.

Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no Rio de Janeiro (1946-1988)

Leonilde Servolo de Medeiros*

1. Introdução

Relativamente pouco estudados, os conflitos fundiários no Estado do Rio de Janeiro marcaram sua história recente e são um ângulo privilegiado para refletir sobre as relações rural urbano e sobre as formas e efeitos das transformações provocadas pela mudança de destinação de determinadas áreas, seja pela urbanização, por investimentos turísticos ou por abandono de cultivos tradicionais. Pela importância assumida pelo estado, tendo em vista seu peso político na federação, os conflitos por terra no Rio de Janeiro, em especial os que se deram na Baixada Fluminense no período que antecedeu o golpe de 1964, tiveram um papel político central, gerando polarizações, atuando decisivamente na formulação de problemas públicos (CEFAÏ, 2001) e colocando em pauta questões que obrigavam diferentes atores a tomar posições num acirrado debate político.

Ao longo das quatro décadas sobre as quais este artigo se debruça (1946-1988), esboçaram-se diferentes formas de resistência (algumas bem-sucedidas, outras fracassadas), mesmo no período de maior repressão, em que as organizações representativas dos trabalhadores e sua capacidade de atuação política foram fortemente afetadas. Constituíram-se também novos atores e estratégias, ao mesmo tempo em que ocorria um recrudescimento da violência costumeira num contexto de ausência de liberdades democráticas. Procuramos fornecer elementos para que se possa entender o quadro mais geral dos conflitos, seus contextos, os diferentes arranjos que os envolveram, de forma a desenvolver a tese da impossibilidade de traçar linhas divisórias rígidas entre o rural e o urbano, em especial quando tratamos de conflitos e luta política, lugar privilegiado para observar a permanente circulação de pessoas e ideias entre as duas esferas.

Com efeito, as raízes da questão fundiária no Brasil remontam à forma como se procedeu à distribuição de sesmarias, quer a particulares, quer a ordens religiosas, e à

* Professora do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ, coordenadora do projeto Conflitos e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro, financiada pela Faperj

dificuldade de definir os limites da apropriação por parte dos sesmeiros. Trata-se de um fenômeno que teve seu equacionamento jurídico na Lei de Terras de 1850, que afetou tanto áreas urbanas como rurais (SILVA, 1996)[1], que impunha o registro das terras já apossadas e proibia a aquisição de terras devolutas por outro meio que não a compra. A regulamentação dessa lei, em 1854, atribuiu às províncias o comando da medição, legitimação e titulação de terras, respeitando os direitos dos posseiros e sesmeiros. No entanto, a iniciativa primeira, que desencadeava todo o processo de demarcação, estava nas mãos dos particulares (SILVA, 1996).[2]

Alguns autores ressaltaram o significado da transformação da terra em mercadoria, promovida pela Lei de Terras, para a expansão das atividades agrícolas, no momento de expansão da cafeicultura. José de Souza Martins chama a atenção para o fato de que, desde então, passou a predominar

> a ênfase no empreendimento, pois o seu valor de mercado estará nos frutos que poderá produzir, no trabalho materializado nas plantações. [...] O capital que era antes pago aos traficantes de escravos passou a ser pago às companhias imobiliárias e aos grileiros que, com base em documentos falsos, depois de 1854, apossaram-se de extensas áreas devolutas ou ocupadas por posseiros, revendendo-as a novos e potenciais fazendeiros (MARTINS, 2010, p. 49).

Embora o autor tenha focado sua análise na expansão das fazendas de café em São Paulo, parece-nos razoável supor que a transformação da terra em equivalente de mercadoria (portanto, sujeita às regras do mercado) atingiu tanto áreas novas quanto antigas e que seu preço passou a variar conforme a dinâmica local das atividades econômicas. As reflexões do autor, assim como as de Silva (1996), ajudam a entender a resistência surda, a que se refere esta última, dos que possuíam terras, parte deles descendentes e herdeiros de antigos sesmeiros, em registrar suas propriedades, como previsto na Lei de Terras. O não registro formal e os limites fluidos dos contornos da propriedade deixavam a terra disponível para usos futuros. Tratava-se de uma prática, que já vinha desde os primórdios da colonização, de apossamento constante das terras disponíveis, pois isso era fonte de poder tanto sobre as populações que nelas viviam, quanto nos espaços políticos e administrativos. Lógica semelhante esteve presente na

[1] Formalmente, a distinção entre imóvel rural e urbano só passou a ser feita na Constituição de 1891.

[2] Segundo a autora, os quase 30 anos que separam a Constituição do Império da criação da Lei de Terras devem-se ao fato de que não era do interesse dos fazendeiros a delimitação de terras, preferindo as possibilidades que se ofereciam e que já estavam consagradas no costume de apropriação livre de quanta terra pudessem cultivar ou mesmo simplesmente se apossar.

expansão urbana. Segundo Susuki (2007), o crescimento das cidades se fez marcado pela formação dos subúrbios e áreas de transição, caracterizadas pela sobreposição da ação de empresas especializadas em mercantilizar a terra por meio de loteamentos à moradia irregular quanto à posse da terra e à precária delimitação e registro das propriedades. Muitos conflitos que foram objeto de nossa atenção relacionam-se a esse quadro, que perdurou no tempo e ainda hoje é perceptível em algumas áreas. É o caso de quase toda a Baixada Fluminense e da cidade do Rio de Janeiro.

No início do século XX, consagrou-se a percepção das cidades como *locus* da modernidade em relação ao campo, expressão do Brasil arcaico (MARICATO, 2003). Aspásia Camargo chama a atenção inclusive para a dissociação, feita nesse período, entre as formas de protesto rural e a contestação urbana: as revoltas ocorridas nos *sertões*, mobilizando milhares de pessoas, como foram os casos do Contestado e de Canudos, eram lidas como expressão da ignorância e da barbárie (CAMARGO, 1981).

2. A questão fundiária e os fundamentos das disputas por terras

Ao longo do século XX, o Estado do Rio de Janeiro apresentou significativas alterações em suas áreas rurais, que podem ser resumidas na decadência de algumas culturas, como é o caso da cafeicultura na região serrana; na progressiva extinção dos cultivos de laranja (em Nova Iguaçu, Itaboraí, Saquarema); nas sucessivas mudanças nas condições do cultivo da cana, no Norte Fluminense, culminando no desaparecimento de diversas usinas a partir dos anos 1990. Houve, também, como resultado da intensificação de processos de industrialização e de debates políticos sobre a propriedade fundiária que ocorreram nos anos 1920/1930, tentativas do Estado, ainda na década de 1930, de criar núcleos coloniais para assentar, em pequenos lotes, agricultores que eram vistos como fundamentais para produção de alimentos para abastecer a capital que rapidamente aumentava sua população (LENHARO, 1986; NEVES, 2013). Parte importante dos conflitos que identificamos nos anos 1950/1960 ocorreu nas terras desses núcleos coloniais ou em sua vizinhança, fruto do aumento populacional e da especulação fundiária que em torno deles se desenvolveu. Já nos anos 1970, o avanço do turismo no litoral, em especial no sul, intensificou os conflitos numa área onde, até os anos 1960, eles parecem não ter existido em escala significativa.

São situações diferenciadas no tempo e no espaço que confluem para um rápido processo de expropriação, onde direitos à terra eram colocados em questão. É recorrente, tanto em depoimentos como na bibliografia, a menção à quebra de relações

estabelecidas, o que gerou indignação e revolta.[3] Potencializando esses sentimentos e contribuindo para conformar noções de justiça e injustiça, bem como do que era legal e ilegal e da necessidade de resistir às transformações em curso, foi fundamental a ação de mediadores políticos vários, com destaque para o Partido Comunista Brasileiro, organizações ligadas à Igreja Católica, agentes da política institucional (governadores, deputados), grupos de advogados etc. Essas mediações forneceram condições materiais e intelectuais para que a resistência se fizesse, articularam os conflitos locais a bandeiras e lutas nacionais, forneceram uma linguagem comum a partir da qual as demandas e estratégias se expressaram.

Ao mesmo tempo, ganhavam espaço público debates sobre as implicações do sistema de grandes propriedades na sociedade e na política brasileira. Intensificavam-se as críticas à concentração, agora tendo como porta-voz os chamados *tenentes*, expressão de um movimento político (o *tenentismo*) de grande expressão na década de 1920.[4] Para eles, tratava-se de alterar a estrutura fundiária, para romper com o poder dos grandes proprietários, representantes do atraso, e tornar possível a democratização do país (CAMARGO, 1981; MEDEIROS, 1983a). Embora participantes ativos da chamada Revolução de 1930, os *tenentes* foram derrotados em diversas de suas propostas. Entre elas, a de mudanças na estrutura fundiária. Mesmo assim, os debates deixaram marcas. A essa percepção parece estar ligada a criação de núcleos de colonização em áreas novas, ainda não controladas pela propriedade capitalista da terra e portadoras de um papel geopolítico importante (áreas novas de Mato Grosso e Goiás, fronteira do Paraná com Argentina e Paraguai, o entorno da capital federal). Ainda que pouco expressivas (se considerarmos seu efeito sobre distribuição de terras), essas ações foram suficientemente atrativas para que milhares de famílias, de diferentes pontos do país, acorressem a elas em busca de terra (LENHARO, 1986; NEVES, 2013). Não por acaso, alguns dos conflitos fundiários que marcaram os anos 1950/1960 se deram em áreas próximas a projetos de colonização: Formoso, vizinha à Colônia de Ceres em Goiás; Francisco Beltrão e Pato Branco, junto à Colônia General Osório no Paraná; diferentes localidades de Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

De acordo com Arezzo (1998), a colonização dirigida no Estado do Rio de Janeiro iniciou-se nos anos 1930, com a instalação do Núcleo Colonial de Santa Cruz,

[3] Sobre um tratamento abrangente do tema, ver, entre outros, Thompson (1987); Moore Jr (1987); Honneth (2003). Para o caso do Rio de Janeiro, ver Grynszpan (1987).
[4] Sobre o tenentismo, ver, entre outros, Santa Rosa (1976); Drummond (1986).

em área pertencente à Fazenda Nacional de Santa Cruz, então arrendada a criadores de gado e plantadores de arroz. Na década seguinte, estendeu-se para Itaguaí. Segundo o autor, a área chegou a ter 1.150 *colonos* plantando verduras, legumes e frutas.[5] Essa iniciativa é bastante ilustrativa das intenções envolvidas nos projetos de colonização da região: a) incentivar o aproveitamento de imóveis da União situados na Baixada Fluminense e beneficiados pelas obras de saneamento que o governo lá vinha realizando; b) disciplinar a ocupação, já então reconhecendo que, embora pertencente à União, as áreas vinham sendo apropriada privadamente; c) desenvolver a pequena propriedade para abastecer a capital da República (GRYNSZPAN, 1987; NEVES, 2013). Foi também criada nessa época a Primeira Comissão Especial Revisora de Títulos de Terras, indicando que já se percebia a questão da titulação como problema a ser enfrentado. Tais medidas, segundo Grynszpan (1987), foram estendidas para outros imóveis do domínio da União pelo Decreto-lei nº 5.110, de 12/01/1940.

Em 1938 foi criada a Divisão de Terras e Colonização (DTC) do Ministério da Agricultura, voltada para ações de "fixação do lavrador". Logo depois apareceram sucessivos decretos criando núcleos coloniais em torno da cidade do Rio de Janeiro: Tinguá, em Nova Iguaçu; São Bento, em Duque de Caxias; Santa Alice, em Itaguaí; e Papucaia, em Cachoeiras de Macacu, já na década de 1950.[6]

No segundo governo Vargas, o tema foi retomado: pela Lei nº 2.163, de 05/01/1954, foi criado o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic), que tinha por objetivos executar um programa nacional de colonização, orientar as migrações e permitir maior acesso dos trabalhadores nacionais à pequena propriedade agrícola.

3. Os trabalhadores rurais, os direitos trabalhistas e as dificuldades de reconhecimento como categoria profissional

Os trabalhadores do campo que viviam no interior das fazendas tinha suas relações com o fazendeiro marcadas pelo direito costumeiro. Em que pese sua diversidade, inclusive quanto às formas de nominação, esses arranjos tinham alguns aspectos comuns. Regra geral, o proprietário permitia que a família morasse no interior da propriedade, com o compromisso de dedicação ao produto principal da fazenda (cana, café, laranja, algodão), mas com direito a uma área para plantio de alimentos e a uma casa para moradia. Era com esses gêneros que se sustentava a casa dos senhores,

[5] Para um estudo mais detalhado dessa experiência e da legislação pertinente, ver Neves (2013).
[6] Ver Arezzo (1998) detalhes sobre a legislação referente à criação dessas unidades.

seus serviçais e os demais trabalhadores que não tinham acesso à terra, mas trabalhavam nas propriedades em tarefas mais especializadas. Além disso, era comum que os trabalhadores também fossem obrigados a dar alguns dias de trabalho, em geral sem qualquer remuneração, para recuperação ou construção de caminhos no interior das fazendas, construção de pontes, cercas etc. Em alguns casos, havia um contrato escrito, como é o caso das cadernetas dos *colonos*,[7] mas na maior parte das situações, não havia contrato assinado, prevalecendo o costume. Nesse sistema, o trabalho não era individualizado, mas baseado na família, produzindo um tipo particular de relação, que, segundo Martins (2003) é a expressão das singularidades, tempo e ritmo próprio a expansão do capitalismo em nosso país.

Nos anos 1930, quando começou a se consolidar a legislação trabalhista para os trabalhadores fabris, já se propunha a extensão dos direitos trabalhistas ao campo, estímulo à educação de base e direito às condições de subsistência. No entanto, nas constituições de 1934 e 1937, os trabalhadores do campo foram pouco contemplados. A menção ao rural apenas aparece no art. 148 da Constituição de 1937, que estabelecia a possibilidade de obtenção da propriedade por usucapião. No capítulo sobre a ordem econômica, foi reconhecido um rol de direitos aos operários urbanos, mas nenhuma proteção específica ao trabalhador rural.

No entanto, no mesmo ano, foi apresentado à Câmara um projeto de Código Rural. Procurava-se, através dele, definir o que era "empregado rural" (aquele que exercia a profissão mediante prestação de serviços na qualidade de "dirigente", "parceiro", "auxiliar" ou "assalariado" a estabelecimentos rurais, residisse nele permanentemente ou não). A discussão sobre o Código ficou inconclusa, mas o tema da definição da categoria profissional manteve-se na pauta por meio do debate em torno da regulamentação do direito de associação.

Do ponto de vista da organização dos trabalhadores, falava-se na criação de organização mista, que juntasse na mesma entidade fazendeiros e trabalhadores, uma vez que, segundo os ideólogos do Estado Novo não havia antagonismos que

[7] Em São Paulo, a instituição das cadernetas se deu já no início do século XX, quando também foi criada uma divisão da Secretaria Estadual de Agricultura para zelar pelo cumprimento das regras acordadas, prenunciando a regulação estatal dos conflitos. A criação desse instrumento está intimamente relacionada aos graves conflitos que ocorriam nos cafezais paulistas e que foram tratados na literatura especializada (ROCHA, 1982; STOLCKE, 1986; MARTINS, 2010; ALLIER E HALL, s/d). Até onde pudemos apurar, são escassos os estudos sobre o tema no Rio de Janeiro.

justificassem tal divisão[8]. Na Comissão Interministerial, criada para o estudo do enquadramento da agricultura na organização sindical e presidida por Artur Torres Filho, então presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), o Ministério da Agricultura e a SNA defenderam um sindicato misto e apontavam para a cidade como "espaço de penetração de ideologias estranhas", em contraste com o espírito do projeto de lei, que era o de não levar desarmonia às "classes agrícolas". Acentuavam ainda a impossibilidade de um sindicato de trabalhadores, dada a "deficiência intelectual e econômica do trabalhador rural" (*sic*) e à própria dificuldade de definir o que é a "profissão rural". A proposta aparentemente saiu do cenário político, mas voltou em 1944, quando um anteprojeto do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que defendia a existência de um sindicato para empregados e outro para empregadores, foi aprovado. O decreto de sindicalização rural (Decreto-lei nº 7.038, de 10/11/1944) garantia representação paralela para patrões e empregados. Eram definidos como empregadores rurais pessoas físicas ou jurídicas, proprietários ou arrendatários, que explorassem atividade rural na lavoura, pecuária ou indústrias rurais, por conta própria, utilizando-se do trabalho alheio ou não, em economia individual, coletiva ou de família. Como empregados, eram considerados os trabalhadores ou operários rurais que trabalhassem para outrem. O reconhecimento das entidades, seguindo os preceitos vigentes da concepção varguista de representação sindical, seria feito pelo MTIC. No que se refere a procedimentos para solicitação da investidura sindical, explicitavam-se alguns limites que tornavam extremamente difícil a sindicalização para os trabalhadores rurais: para os que quisessem ser diretores era obrigatória a apresentação de prova de boa conduta, firmada por autoridade policial competente; de que não professavam ideologias incompatíveis com as instituições ou os interesses da nação, mediante documento expedido pela Delegacia Especial de Segurança Política, no Distrito Federal, ou autoridades equivalentes nos Estados e Territórios; prova de exercício efetivo da atividade ou profissão desde um ano antes. Para isto era necessário um atestado passado pelos empregadores ou por duas pessoas já portadoras dele, ou a exibição da carteira profissional ou outro documento de valor similar expedido por autoridades federais ou estaduais. Diante das condições de trabalho vigentes no campo, é fácil perceber os

[8] Ver, por exemplo, Pinho (1939) e a Revista, editada pela Sociedade Nacional da Agricutura, em especial o número de abril/junho. 1943, onde há a ata da reunião da Comissão de Sindicalização Rural, com uma cuidadosa discussão dos debates.

obstáculos existentes para conseguir todos esses documentos, principalmente tendo em vista a dependência do demandante em relação ao poder patronal e ao poder local.

Sem revogar esse decreto, logo depois foi baixado o Decreto-lei nº 7.449, de 30/05/1945, que representava a visão da SNA: definia a formação de associações rurais (e não sindicatos) como organizações mistas, não submetidas a critérios de enquadramento profissional, mas sim à jurisdição territorial. Sua célula básica era o município, com uma representação em nível estadual, através de federações. A entidade de representação nacional seria exclusiva e teria sua direção compartilhada com o governo federal, uma vez que parte de seus membros seriam nomeados por ele (STEIN, 1991). Essas organizações seriam subordinadas ao Ministério da Agricultura. A esse documento legal se seguiu um outro (Decreto-lei nº 8.127, de 24/10/1945), estabelecendo que poderiam fazer parte das associações rurais municipais todos aqueles que exercessem profissionalmente atividades rurais (como proprietários, arrendatários ou parceiros e até mesmo *colonos* e *moradores*). Institucionalizava-se assim, em forma de lei, uma concepção ampla de classe rural, onde o que ligava as pessoas era o exercício de atividades agropecuárias, independentemente do seu lugar social. Merece destaque o fato de que, no debate, eram constantes as menções ao risco de, permitindo a organização em sindicatos, trazer a luta de classes ao campo, ao mesmo tempo que se insistia na incapacidade organizativa dos trabalhadores, do que decorria a necessidade de tutela permanente.

4. A redemocratização em 1945 e a organização dos trabalhadores do campo

No contexto do pós-guerra, com o início da Guerra Fria, iniciaram-se em toda a América Latina reordenações de relações de poder, configurando uma nova geopolítica, com crescente influência dos Estados Unidos. Ao longo dos anos 1950, foram intensos os debates políticos em torno do desenvolvimento e seu significado, em especial o significado das grandes propriedades e da reprodução, no seu interior, de relações de opressão. Alguns dos temas propostos nos anos 1920 pelos *tenentes* voltaram, atualizando a discussão sobre a melhoria das condições de vida no campo, a necessidade de criação de mercado interno e chamando a atenção para os riscos políticos da manutenção da concentração fundiária e do *status quo* agrário. O tema da reforma agrária ganhou projeção e mudanças na estrutura fundiária eram vistas como condição de superação do *atraso*, considerado como atributo das áreas rurais. As primeiras

iniciativas de organização autônoma dos trabalhadores do campo, ou seja, fora do âmbito das associações rurais previstas em lei, e as mobilizações que marcaram o meio rural desde o final dos anos 1940 pesaram decisivamente nos termos em que a questão agrária foi desenhada nas acirradas discussões que então se faziam.[9]

Em todo o país (e o Estado do Rio de Janeiro não fugia à regra), a ausência de um cadastro rigoroso de terras e a delimitação controversa das propriedades, por vezes com superposição de limites, criavam dificuldades para definição do que eram efetivamente as terras da União ou terras devolutas, quem eram os posseiros, quem detinha títulos legais de propriedade da terra. Esse quadro era particularmente agudo na Baixada Fluminense, onde as obras de saneamento realizadas e a política de colonização, em especial no período getulista, estimularam a apropriação de terras por trabalhadores vindos de diferentes regiões do estado, sobretudo do Norte e do Noroeste Fluminense, e de diversas partes do país, com destaque para o Espírito Santo, Minas Gerais e alguns estados do Nordeste.[10] Eles se dedicavam à produção de alimentos e à extração de madeiras, muitas vezes pagando taxas (*matagem*) aos que se diziam proprietários.

Autores como Geiger e Mesquita (1956) alertavam, já nos anos 1950, para a intensa atividade de loteamento que ocorria na Baixada Fluminense e a sucessão de despejos que a acompanhava. Como aponta Grynszpan (1987), são as tentativas de despejo que mobilizavam os trabalhadores e provocavam resistências, uma vez que dada a dimensão do fenômeno, os despejados de uma área dificilmente seriam reabsorvidos em outra. Esses despejos

> eram vistos como procedimento ilegítimo, injusto, contra lavradores que haviam desbravado a terra, tornando-a produtiva, valorizando-a com seu trabalho, seu suor e seu sangue, e mais ainda, que não se recusavam a pagar pela sua utilização (GRYNSZPAN, 1987, p. 71).

Nesse momento, ainda segundo Grynszpan (1987), a categoria *grileiro* passou a recobrir todos aqueles que tentavam se apropriar de terras onde estavam trabalhadores

[9] Sobre o tema ver, entre outros, Camargo (1981); Medeiros (1983a).

[10] A ausência de estudos sobre os projetos de colonização é considerada pelos especialistas como uma indicação de que eles não deram certo. No entanto, sem dúvida a circulação da notícia de que na Baixada havia não só oportunidade de trabalho urbano, como também de acesso à terra, foi fundamental para estimular a vinda de pessoas de diferentes regiões.

que, por sua vez, passaram a se identificar como *posseiros*.[11] Embora pagando taxas pelo uso da terra ou para cortar madeira, ou seja, reconhecendo que a propriedade pertencia a outro, no momento da disputa, o argumento do uso da terra para garantir o sustento da família se sobrepunha. *Grileiros* e *posseiros*, ainda segundo o autor, se constituíram, antes de mais nada, como categorias políticas, de enfrentamento, colocando em jogo a legitimidade do uso da terra. Para o autor,

> pela sua grande recorrência, pela sua abrangência espacial, pelo número de pessoas envolvidas, pelos seus aspectos dramáticos e violentos, com tiros, espancamentos, queima de casas e destruição de plantações, *o despejo de lavradores das terras que ocupavam há vários anos era o principal problema social existente no campo fluminense entre 1950 e o início da década de 1960* (GRYNSZPAN, 1987, p. 16, grifos nossos).

Os conflitos não ocorriam apenas em áreas beneficiadas diretamente pela política de saneamento. Em outros pontos da Baixada, como é o caso de Magé, a ocupação foi feita, ainda no século XIX, por empresas têxteis que permitiam (ou mesmo estimulavam) a fixação de trabalhadores na terra como forma de garantir seu controle sobre vastas extensões. Assim, as empresas que operavam em Magé combinavam a produção industrial com a apropriação de terras. Com isso garantiam alimentos para os trabalhadores e matéria-prima para a produção. Também na Fábrica Nacional de Motores, implantada em 1939 no distrito de Xerém em Duque de Caxias, muitos operários acessavam terras circunvizinhas para plantio de roças (RAMALHO, 1989). Não por acaso, o terreno da fábrica era limítrofe com as áreas de conflito identificadas nesse município (São Lourenço, Capivari). Nos momentos de auge de tensão, os documentos apontam a presença de metalúrgicos dando apoio aos posseiros.

A recorrência de conflitos e de resistência não pode ser apenas atribuída à situação dos lavradores. Para entendê-la é fundamental chamar atenção para o papel desempenahdo pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que estimulou a organização dos trabalhadores ameaçados, procurando dar substância às bandeiras de aliança operário-camponesa e reforma agrária. Já na segunda metade da década de 1940 começaram a aparecer as primeiras *associações de lavradores*, criadas nas áreas onde ocorriam despejos: é o caso de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu,[12] local de atuação inicial de

[11] Alguns dos nomes citados nos relatos como sendo grileiros eram de influentes políticos locais. É o caso, por exemplo, de Getúlio Moura, político de Nova Iguaçu que foi inclusive candidato a governador do estado. Mas havia também empresas, como é o caso da América Fabril em Magé.

[12] A região de Pedra Lisa hoje pertence ao município de Japeri, que se desdobrou na década de 1990, de Nova Iguaçu.

Bráulio Rodrigues da Silva, e de Xerém, em Duque de Caxias, onde atuou José Pureza da Silva, liderança que inclusive se tornaria membro da direção estadual do PCB. Como relata Pureza em suas memórias, em pouco tempo a associação de Caxias tornou-se Associação dos Lavradores Fluminenses (ALF), o que evidencia a intenção de suas lideranças de ter uma representação mais ampla (PUREZA, 1982).

As associações de lavradores foram uma primeira tentativa de unificar as lutas camponesas sob as mesmas bandeiras, tirá-las de sua dimensão local para articulá-las na construção de um conjunto de reivindicações que ultrapassava de longe os conflitos pontuais. É o momento em que começa a se produzir lentamente o reconhecimento político do *campesinato* e em que suas demandas e enfrentamentos passam a ecoar nas páginas dos jornais e nos debates políticos.

Ainda nos anos 1950, começaram a ocorrer intervenções do poder público estadual nesses conflitos, com a desapropriação de terras. O primeiro caso de que temos notícia é justamente Pedra Lisa. Dada a resistência dos posseiros às tentativas de despejo, o subdelegado da região a considerava como *zona conflagrada*. Na entrada dessa localidade havia uma tabuleta onde se lia: "Aqui em Pedra Lisa não entra polícia. Nem grileiros. E esta terra tem donos. Cada palmo de chão roubado há de custar a vida de todos nós" (GRYNSZPAN, 1987). Segundo este autor, com base em notícias do jornal *Imprensa Popular*, em agosto de 1956, os policiais tentaram realizar um despejo na área e foram repelidos por lavradores armados de facas, foices, enxadas e espingardas de caça. Essas ações eram entendidas pelos trabalhadores como formas de autodefesa. A localidade foi desapropriada pelo então governador Miguel Couto Filho, do Partido Social Democrático (PSD). Na porta da escola, situada na praça de Pedra Lisa, ainda há uma placa lembrando o fato e relacionando-o à luta dos lavradores.[13]

Já então ocorriam também mobilizações. Como destacado por Grynszpan, em Duque de Caxias, em 1955, ainda na gestão de Miguel Couto Filho, após um grande despejo realizado em Xerém, os *camponeses*, acompanhados pelos diretores da ALF, ficaram acampados por um longo período no Campo de São Bento, em Niterói, então capital estadual. Como resultado da mobilização, receberam terras na região de Córrego Feio, em Casimiro de Abreu (GRYNSZPAN, 1987; ERNANDEZ, 2010).

[13] Texto contido na placa: "Os camponeses de Pedra Lisa, posseiros de mais de séculos dessas terras, por sucessões hereditárias e de compra e venda, perseguidos por grileiros, que lhes queimavam as casas e destruíam as plantações, testemunham neste bronze sua imorredoura gratidão ao governador Miguel Couto Filho, pelo seu ato justo e sábio desapropriando estas mesmas terras em favor daqueles que as ocupam e as cultivam e resolvem dar o seu nome a este núcleo agrário, que passará, de hoje em diante, chamar-se Miguel Couto Filho. 13-07-58".

O crescimento de associações e sua expansão ocorreram paralelamente a um esforço do PCB de organizar os trabalhadores do campo em diversos pontos do país e o desenvolvimento dos conflitos no estado não pode ser explicado sem que se estabeleçam relações entre organizações locais e o que se passava no Brasil. São diferentes atores que se entrecruzam em diferentes planos (local, estadual, nacional, sem descartar influências internacionais) e que fizeram do debate sobre reforma agrária uma questão candente nos anos que antecederam o golpe militar (Camargo, 1981; Medeiros, 1983a; Medeiros, 1985).

No plano nacional, em 1954, foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), num encontro realizado em São Paulo, convocado pelo PCB. Nele já havia representação do Estado do Rio de Janeiro. Como desdobramento, foram realizados vários encontros locais e estaduais para estimular a expansão da organização dos *camponeses*, termo que começava a circular e ganhar significado político (Medeiros, 1985). No caso do Rio, como parte desse esforço, foi criada a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), logo após a I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado (Niterói, 28 a 30 de agosto de 1959). De acordo com Grynszpan (1987), o patrocinador da Conferência foi o governo estadual, então comandado pelo petebista Roberto Silveira que, desde sua campanha, procurou se aproximar dos trabalhadores do campo. O mesmo autor também afirma que os representantes das áreas mais ativas passaram a ter controle das organizações camponesas do estado.

A resistência na terra, muitas vezes transformando os instrumentos de trabalho em armas se somava e se articulava com outras formas de luta, definidas em cada local, conforme a configuração de forças presentes e as possibilidades de ação: ações na justiça (para tanto, era fundamental o apoio de advogados, muitas vezes ligados ao PCB, impetrando pedidos de *habeas corpus*, sustação de despejos, ações de usucapião etc.); diversas manifestações públicas, ocorridas em frente ao Palácio do Ingá e descritas nas memórias de alguns militantes (PUREZA, 1982; SILVA, 2008), bem como noticiadas pela imprensa; apelo às autoridades; denúncia nos jornais, muitos dos quais abriam suas páginas para os *camponeses*.[14] Ao longo desses passos iniciais da

[14] Tendo em vista a própria natureza das disputas travadas no campo jornalístico, a imprensa não podia negligenciar esses conflitos e foi importante na construção de imagem sobre eles e sobre o lugar dos trabalhadores do campo.

organização, a repressão já era grande, especialmente após a cassação do registro do PCB em 1947.

Após o Congresso Camponês de Belo Horizonte, que, em 1961, reuniu lavradores e trabalhadores agrícolas de todo o país e lideranças políticas das diferentes vertentes que disputavam a representação do campesinato, afirmou-se publicamente a força dos *camponeses*. O próprio presidente da República, João Goulart, que assumira o mandato após a renúncia de Jânio Quadros, em agosto do mesmo ano, esteve presente no Congresso, emprestando-lhe assim maior visibilidade e legitimidade. O Congresso teve grande repercussão política. A declaração final e o lema "reforma agrária na lei ou na marra" foram vetores não só de uma polarização política no plano nacional, mas também, ao que tudo indica, de estímulo, no plano local, a novas formas de luta. No caso do Rio de Janeiro, que segundo Bráulio Rodrigues da Silva, teve mais de 300 delegados no evento, as ocupações de terra como ação coletiva começaram a ser mais frequentes. Três casos ganharam maior notoriedade. O primeiro foi a ocupação da Fazenda São José da Boa Morte, limítrofe com o Núcleo Colonial de Papucais, em Cachoeiras de Macacu, em fins de 1961. Os *camponeses* foram duramente reprimidos, mas, em 1963, nova ocupação ocorreu. O segundo evento foi a ocupação do Imbé, em Campos, em 1963, agregando lavradores das periferias da cidade, grande parte deles ex-moradores de usinas da região campista, mas também famílias que haviam sido expulsar da Fazenda do Largo, no município vizinho de São João da Barra. O terceiro caso foi o chamado *levante* de Capivari, Duque de Caxias, próximo à FNM, em junho de 1963, decorrente da ameaça de despejo de uma área que já havia sido declarada de utilidade pública pelo governo federal. Cerca de dois mil lavradores ocuparam a Fazenda Capivari, sob liderança de um padre (ARAÚJO, 1982), mas a Falerj não assumiu a responsabilidade do evento e o condenou, mostrando claramente tensões, em termos de condução das lutas, no interior das organizações camponesas. O mesmo ocorreu em São José da Boa Morte, onde foram feitas as acusações de traição a Mariano Beser, líder de uma das ocupações de terra.

Se esses casos podem ser considerados emblemáticos, não são únicos nem casuais. Como aponta Grynszpan, quadros e advogados da Falerj e das associações de lavradores eram deslocados para diferentes pontos do estado para, por meio de pesquisas em cartórios, detectar áreas passíveis de ocupação e posterior desapropriação: "Segundo um antigo advogado da Falerj e consultor da Supra, as pesquisas e consultas visavam também delimitar áreas que, em caso de ocupação, teriam boa acolhida do

Governo facilitando, assim, uma solução favorável aos lavradores" (GRYNSZPAN, 1987, p. 169).

Essas iniciativas são indicadoras da adoção de novas formas de ação, de iniciativas mais ousadas, num contexto de rearranjo e polarização de forças políticas nos planos nacional, estadual e local. Um dos resultados foi o maior rigor na tentativa de reprimir os conflitos. Em Magé, por exemplo, as ocupações resultaram na decretação da prisão preventiva do líder Manoel Ferreira de Lima e o seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional (GRYNSZPAN, 1987). Como aponta este mesmo autor, os jornais fluminenses constantemente chamavam a atenção para os riscos de subversão e advertiam sobre a proximidade das regiões de conflito agrário em relação à capital federal e os perigos daí advindos.

As associações de lavradores desde logo teceram laços com diferentes entidades com as quais tinham afinidades políticas. Depoimentos dos mais expressivos militantes da época sempre mencionam ações de solidariedade tanto moral como financeira, uma vez que o tempo inicial da ocupação é bastante difícil pela ausência de produção. Bráulio Rodrigues da Silva, por exemplo, afirma que em Pedra Lisa, tiveram apoio do Sindicato de Metalúrgicos do Rio de Janeiro, então presidido por Benedito Cerqueira, também do PCB. José Pureza menciona os apoios ao acampamento no Imbé: desde operários navais de Niterói a ferroviários de Campos. Grynszpan (1987), referindo-se ao Imbé, relata o apoio dos Sindicatos de Trabalhadores na Extração do Sal e em Produtos Químicos de Cabo Fio, dos Ferroviários da Leopoldina, dos Empregados na Indústria do Açúcar de Campos, do Conselho Sindical de Campos e dos sargentos das Forças Armadas. Em Cachoeiras de Macacu, o Sindicato dos Lavradores funcionava nas dependências do Sindicato dos Ferroviários, cujo papel foi central no apoio à ocupação da Fazenda São José da Boa Morte em 1963. Também em Magé e em Duque de Caxias há relatos semelhantes. Em Valença, a União Operária foi muito importante na organização dos lavradores locais.

Esses laços, fartamente noticiados pela imprensa estadual e local, fortaleciam a solidariedade entre esses grupos, contribuindo para a quebra de isolamento das lutas dos *camponeses*. Do ponto de vista político, havia circulação cada vez mais ampliada de lideranças e de novas bandeiras e palavras de ordem, ao mesmo tempo em que se disseminavam propostas que tendiam a construir atores políticos unificados, mostrando o quão falaciosas eram, já então, as rígidas separações entre o rural e o urbano.

5. O governo estadual e o federal

A mudança de estratégias das lutas introduzia novos atores nos conflitos. Assim, a demanda por desapropriações e, mais tarde, as ocupações faziam com que o foco da luta se deslocasse do Poder Judiciário (para onde se encaminhavam as ações de usucapião) para o Executivo, tanto federal como estadual.

A primeira ação de desapropriação que localizamos deu-se ainda no governo Miguel Couto, na área de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu, como mencionado anteriormente. No entanto, foi no governo de Roberto Silveira que elas tomaram impulso. Trata-se de um momento de rearranjo nas forças políticas do estado, com a ascensão do PTB, após um longo período de domínio do Executivo estadual pelo PSD (Araújo, 1982; Grynszpan,1987). Já no início de seu governo, o governador enviou à Assembleia Legislativa estadual uma mensagem propondo a criação do Plano Piloto de Ação Agrária, onde explicitava a preocupação com os conflitos "entre grileiros proprietários (*sic*) de terras abandonadas ocupadas por famílias de trabalhadores" (*Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, 04/05/1959, p. 1-2). Mencionava a importância do uso de terras marginais das estradas tronco, da isenção de impostos das pequenas propriedades rurais de produtores agrícolas e do estímulo a cooperativas e formas de ajuda mútua. Esse projeto tornou-se a Lei nº 3.961, publicada no *Diário Oficial* do estado de 24/06/1959, que autorizava a elaboração de um plano de colonização e aproveitamento de terras devolutas e públicas existentes no estado e envolvia, entre outras medidas, um cadastro territorial; o tombamento das propriedades particulares, mediante verificação de títulos e registros, "respeitando os direitos de posse mansa e pacífica"; o estudo da possibilidade de colonização, "de preferência com o aproveitamento de *nacionais favelados (sic*); a organização de núcleos agrícolas para recebimento e localização de *agricultores desajustados* (*sic*); "diligenciar a proteção e defesa dos pequenos agricultores despejados de terras públicas ou particulares onde tenham cultivos e benfeitorias, avaliar os prejuízos verificados, promover indenizações proporcionando soluções amigáveis ou orientando os prejudicados na utilização dos meios judiciais adequados ao reconhecimento de seus direitos"; "delimitar áreas em litígio cultivadas por posseiros, tomando as medidas convenientes à solução das controvérsias" (*Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, 24/06/1959, p. 1-2). Além disso, o Poder Executivo criaria delegacias de polícia nas regiões litigiosas.

Essa lei foi regulamentada pelo decreto nº 6.682, publicado no *Diário Oficial* de 05/08/1959. A execução do Plano foi atribuída ao diretor do Departamento de Trabalho

da Secretaria de Trabalho e Serviço Social. Assim como nos projetos de colonização do governo federal dos anos 1940, era prevista a venda de lotes de 10 a 15 hectares aos lavradores, com pagamento em parcelas mensais, em até 180 prestações;[15] a aquisição, "mediante compra ou desapropriação, de fazendas em litígio ou aquelas que, pela sua localização, permitam organização de grupos de colonização"; o respeito à posse mansa e pacífica de terras de menos de 15 hectares, com pelo menos um ano e um dia de ocupação; a exigência de dedicação exclusiva ao trabalho agrícola. Além disso, chama atenção o fato de que o decreto estabelecia que seriam beneficiados os que, "embora residindo nas cidades e povoados, desejassem retornar às atividades agrícolas, nela fixando-se definitivamente com sua família" (*Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, de 05/08/1959, p. 1). Também era prevista assistência técnica aos grupos de trabalho agrícola por meio do estudo da terra, fornecimento de sementes e adubos, e de facilidades de aquisição de máquinas e implementos agrícolas.

Essa legislação revela alguns temas importantes e persistentes: a dificuldade da separação entre terras devolutas e terras particulares, mostrando o quanto, mais de cem anos depois, as determinações da Lei de Terras de 1850 ainda permaneciam sem efeito prático; a íntima relação estabelecida com a chamada questão urbana (previsão de áreas de terras para assentar famílias faveladas e apoio aos que viviam em cidades e povoados e que optassem por se transformar em agricultores); os "agricultores desajustados", que, pelos termos da lei, parece remeter aos migrantes que nesse momento chegavam continuamente à Baixada em busca de trabalho. Finalmente, queremos destacar a importância dada às situações de litígio, equacionadas pela proposta de indenização dos despejados, pela resolução de controvérsias, mas também pela introdução de controle policial nas áreas de tensão social.

Araújo (1982) e Grynszpan (1987) mencionam ainda que o governo Silveira investiu igualmente na criação de organizações de lavradores, para competir com a então recém-criada Falerj. A nova federação, Flerj (Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro), criada em 1960, tinha íntima ligação com a Federação dos Trabalhadores Cristãos e era apoiada pelo padre Antonio Carvalho.[16]

[15] A demanda por desapropriação com venda de lotes a prazo aos lavradores também apareceu na 1ª. Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro, realizada em Niterói em 1959. Ou seja, nesse momento, os lavradores se dispunham a pagar pela terra. A demanda por entrega gratuita da terra se desenvolve no próprio compasso da luta e de sua radicalização.

[16] Pureza (1982) narra esse fato e se refere a essa organização como "federação fantasma".

Ao longo do governo Roberto Silveira e no de seus sucessores, Celso Peçanha e Badger Silveira, foram feitas várias desapropriações, de modo geral envolvendo áreas de conflito. Segundo Grynszpan (1987, p. 195-196), além das fazendas Limeira e Santo Antônio do Mato, em Nova Iguaçu, em 1958, entre 1959 e 1963, foi decretada a desapropriação de 18 áreas, das quais 11 se localizavam na Baixada: São Pedro e Tenente Pacheco, em Nova Iguaçu; São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu; São Lourenço, Capivari, Penha-Caixão e Piranema**,** em Duque de Caxias; Santa Alice, em Itaguaí; Vargem Grande,parte em Itaboraí e parte em Cachoeiras de Macacu; e Rio do Ouro e Cachoeiras, em Magé.

Nesse mesmo período, outros governos estaduais estavam usando a mesma lógica de intervenção sobre a questão fundiária.[17] Essas intervenções mostravam não só o quanto a questão fundiária ganhava dimensões nacionais e impunha respostas, mas também a forma como essas respostas poderiam ser moduladas em função das forças que presidiam sua elaboração e do quadro de disputas políticas existente em cada momento, em cada estado. Em grande parte dos casos, à demanda por reforma agrária que crescia no seio das organizações camponesas sob controle do PCB, a maior parte dos governos respondia com "planos de colonização", linguagem que traduzia fundamentalmente a proposta de uso de terras devolutas e o desejo de intervenções pontuais. Não se tratava apenas de evitar a expressão "reforma agrária", considerada ameaçadora por boa parte das forças políticas em disputa, mas de imprimir um limite às ações e demandas das organizações que lideravam as lutas no campo.

No plano federal, o tema também estava em discussão e centenas de projetos de reforma agrária foram apresentados ao Legislativo. Os debates, no entanto, acabaram se centrando em um artigo da Constituição de 1946 (que previa indenização prévia, justa e em dinheiro para as desapropriações por interesse social), propondo alterações nele de modo a facilitar as desapropriações. Nenhum dos projetos foi aprovado no período que ora nos ocupa, mas, mesmo assim, algumas desapropriações foram feitas, já no governo João Goulart, em áreas de grande tensão.[18] No caso do Rio de Janeiro, foram dez, segundo Grynszpan (1987), sendo apenas duas fora da Baixada. O autor enumera

[17] Em São Paulo, foi criado o Plano de Revisão Agrária, no governo Carvalho Pinto; em Pernambuco, o governo Cid Sampaio criou, após a desapropriação do Engenho Galileia, ponto inicial das Ligas Camponesas, a Companhia de Revenda e Colonização; Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, criou o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (Igra) para atuar em especial sobre as áreas onde o Movimento dos Agricultores sem Terra (Master) fazia acampamentos.

[18] Os projetos de reforma agrária nesse período são analisados por Medeiros (1983a). Camargo (1981) oferece um rico panorama da conjuntura que cercou esse debate.

Penha-Caixão, Piranema, Capivari e Mato Grosso, em Duque de Caxias; Santa Alice, em Itaguaí; Cachoeirinha e Tocaia, em Magé; Agro-Brasil, em Cachoeiras de Macacu; Imbé, em Campos, e Fazenda Floresta, em Paracambi.[19] Como se pode verificar, algumas delas já haviam sido desapropriadas pelo governo estadual, um indicador das dificuldades que se antepunham às desapropriações.

Finalmente, é importante lembrar que, tanto no plano estadual como no federal, a decretação de uma área como de interesse para desapropriação apenas iniciava o processo. Como bem observa Grynszpan, a desapropriação teria que ser declarada de urgência para que o juiz pudesse mandar imitir o poder expropriante, provisoriamente, na posse da área. Além disso era preciso que a quantia relativa à indenização do expropriado já tivesse sido depositada, o que nem sempre ocorria, retardando o processo e acirrando os conflitos (GRYNSZPAN, 1987). O juiz também tinha o poder de considerar a quantia depositada inferior ao valor real das terras, dando início a novas negociações. Segundo Grynszpan, foi o que ocorreu no Imbé. Assim, em muitos casos, as ameaças de despejo e a violência continuavam, enquanto o processo de desapropriação ainda estava em curso.

Eram ainda comuns disputas de concepções sobre encaminhamentos das ações no próprio interior das agências estatais. O exemplo utilizado por Grynszpan é o do Núcleo Santa Alice, em Itaguaí, onde os lavradores, que haviam sido despejados em fins de 1961, tentaram reocupar as terras com o apoio da Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa e de Irênio de Matos, executor do Plano de Ação Agrária do Governo estadual. No entanto, o caminhão que levava os lavradores para a ocupação e que era do Plano Agrário foi interceptado pela polícia. Houve resistência dos lavradores, o caminhão foi metralhado, dois lavradores saíram feridos e cinquenta outros foram presos. O juiz de Itaguaí, que havia decretado o despejo, determinou a prisão de Irênio como incitador da ocupação e tentou enquadrá-lo na Lei de Segurança Nacional. (GRYNSZPAN, 1987, p. 186-187).

6. O golpe e seus desdobramentos: as ações do Estado

A literatura, mesmo considerando uma enorme quantidade de novas análises que vieram à luz em 2014 e 2015 anos, em que foram rememorados com vários eventos a

[19] Embora o jornal *Luta Democrática*, que acompanhou o conflito na Fazenda Floresta, fale em desapropriação, não conseguimos localizar o decreto que a viabilizou.

implantação, os desdobramentos e o fim do regime (1985), continua falando relativamente pouco sobre como o golpe repercutiu entre os trabalhadores do campo.

Como vimos, ao longo das duas décadas que antecederam o início da ditadura, houve no campo uma intensificação da organização, das mobilizações, com constantes marchas e concentrações em capitais, ocupações de terra etc., ao mesmo tempo que se unificavam as bandeiras de luta de diferentes segmentos que indicavam a enorme diversidade das condições em que se davam as lutas por terra e por melhores condições de trabalho no país. Três demandas as sintetizavam: reforma agrária, direito à organização sindical e direitos trabalhistas.

Esse crescimento teve impactos nas políticas públicas estaduais e federal (com destaque à criação da Supra, em outubro de 1962, destinada a atuar sobre as questões fundiárias), além de levar a importantes mudanças legais: foi regulamentado o direito à sindicalização (1962), bem como aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), que estendia aos trabalhadores do campo direitos trabalhistas já obtidos pelos urbanos.

Num momento de organização crescente, mas ainda incipiente, o golpe teve profundos efeitos sobre os trabalhadores do campo. A repressão foi imediata: lideranças tiveram que abandonar seus lugares de moradia e trabalho; casas dos trabalhadores que viviam nas áreas de conflito foram invadidas e reviradas em busca de documentos e armas; famílias foram ameaçadas e coagidas para revelar o paradeiro do pai (em geral, os homens eram os mais diretamente envolvidos nos conflitos). Em locais onde estava havendo ocupações, o Exército iniciou a busca por *comunistas* nos primeiros dias após o golpe. Relatos que colhemos sobre lugares diferentes (Baixada Fluminense, Região Serrana, Imbé), com pessoas comuns, na época crianças ou adolescentes, filhos de trabalhadores com algum grau de envolvimento nos conflitos, apontam o extraordinário padrão de violência que se deflagrou.

A violência e a perseguição não eram dirigidas apenas aos lavradores com envolvimento direto nos conflitos ou com alguma militância. Os proprietários de terras e *grileiros* se apropriavam do discurso da luta contra a subversão, para expulsar os lavradores de suas terras. Os depoimentos que obtivemos reforçam a tese desenvolvida por Novaes (1997), em seus estudos sobre a Paraíba, de que o medo se espraiou, se interiorizou e inibiu resistências.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro sofreu intervenção. Nos arquivos sindicais, encontramos um enorme vazio de informações sobre intervenções nos sindicatos, mas os relatos indicam que muitos foram fechados e

reabertos tempos depois. Nossa hipótese é a de que, se houve intervenção formal em alguns casos, em outros, provavelmente a maioria, a diretoria toda fugiu e o sindicato ficou sem funcionar. Em alguns casos, embora fundados, as entidades ainda não tinham obtido carta sindical. Em outros ainda estavam em processo de organização.

Bráulio Rodrigues relata em suas memórias que estava em Pedra Lisa, preparando com outros trabalhadores rurais a resistência ao golpe que todos sabiam que estava por vir, quando ouviu no rádio que João Goulart tinha saído do país. Imediatamente pediu para todos irem para suas casas. Correndo riscos, ele ficou escondido por algum tempo na própria Baixada Fluminense, ora numa casa, ora noutra, só sendo preso em 1966, quando se apresentou voluntariamente ao quartel. José Pureza foi para o Nordeste, onde foi preso e torturado. Ficou em Itamaracá por um tempo e saiu da cadeia com problemas cardíacos que o levaram à morte em 1983. Matérias da imprensa também confirmam as violências (GRYNSZPAN, 1987, p. 219).

Mesmo os novos diretores da Federação, indicados por padre Carvalho, ligado aos Círculos Operários, foram vigiados e também sofreram pressão. Entrevistas com alguns deles, realizadas nos anos 1980, [20]mostram que havia um estrito controle do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) sobre as atividades desenvolvidas, em especial reuniões com trabalhadores. Padre Carvalho tem seu nome citado diversas vezes nos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e também era objeto de vigilância, como demonstram os documentos do Serviço Nacional de Informação (SNI).

Ao mesmo tempo que isso ocorria no cotidiano dos trabalhadores e das atividades sindicais, houve mudanças institucionais importantes, inauguradas com o Ato Institucional nº 1, promulgado em 09/04/1964 pela Junta Militar que representava o Comando Supremo da Revolução. Esse Ato concedia ao Comando Supremo o poder de cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos, deliberar sobre a demissão, disponibilidade ou aposentadoria dos que fossem considerados como ameaças à segurança do país, ao regime democrático e à probidade da administração pública. Muitos funcionários foram afastados com base nele, em especial alguns da Supra. No caso do Rio de Janeiro, alguns dos deputados que apoiavam as lutas dos trabalhadores tiveram seus mandatos cassados. É o caso de Adão Pereira Nunes, Afonso Celso (Afonsinho), Demisthoclides Batista (Batistinha), Tenório Cavalcanti. Vereadores e prefeitos tiveram o mesmo destino, em municípios onde porta-

[20] Essas entrevistas estão disponíveis para consulta disponíveis no NMSPP/CPDA/UFRRJ.

vozes das demandas dos trabalhadores conseguiram acessar cargos políticos. É o caso de Ubirajara Muniz, prefeito de Cachoeiras de Macacu.

Foram também instalados diversos IPMs destinados a apurar situações consideradas como de ameaça à ordem e de envolvimento de dirigentes sindicais, políticos etc. nos conflitos. As ações de ocupação de terra foram objeto de alguns deles.

Mas não se tratou apenas de repressão e violência. Uma das primeiras medidas do novo regime foi nomear uma comissão destinada a estudar medidas visando produzir transformações no campo e na estrutura agrária, por meio da modernização tecnológica, mas também de regulação dos contratos agrários. O resultado foi uma emenda constitucional que permitia que as terras desapropriadas por interesse social fossem pagas em títulos da dívida pública, demanda das forças que no pré-64 estavam empenhadas na luta por reforma agrária. Tratava-se de criar condições para a desapropriação de áreas em conflito. Logo depois, em 24/11/1964, foi aprovado o Estatuto da Terra, que deu definições legais a categorias que faziam parte do discurso político e nele tinham um sentido simbólico denso, como é o caso de latifúndio. A nova legislação classificou os imóveis rurais em quatro categorias, de acordo com seu tamanho em termos de módulos rurais[21]: minifúndios (propriedades com área inferior a um módulo rural e, portanto, incapazes, por definição, de prover a subsistência do produtor e de sua família); latifúndios por exploração (imóveis com área entre um e 600 módulos, mantidos inexplorados ou inadequadamente explorados em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio em que se encontravam e/ou mantidos com fins especulativos; latifúndios por extensão (com área superior a 600 módulos, independentemente do tipo e características da produção nela desenvolvida) e empresas (imóveis entre um e 600 módulos, caracterizados por um nível de aproveitamento do solo e racionalidade na exploração, compatíveis com os padrões regionais). Essa categorização cristalizou o estigma que socialmente pesava tanto sobre o latifúndio como sobre o minifúndio e estabeleceu como meta a progressiva extinção desses dois tipos (num caso, pela desapropriação, noutro pela reagregação, em nome de um padrão de racionalidade da exploração agrícola). A empresa rural, que poderia inclusive ser uma propriedade de caráter familiar, tornava-se o modelo ideal de apropriação e uso da terra: aquele baseado numa administração racional (em termos do padrão produtivo que se desejava

[21] Unidade de medida, em hectares, que buscava exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico. O tamanho do módulo varia de região para região.

implementar), integrado a mercados e fundamentado em princípios de "justiça social". O caminho para que o latifúndio se convertesse em empresa seria a desapropriação, a tributação progressiva e medidas de apoio técnico e econômico à produção, várias delas elencadas no corpo do Estatuto da Terra.

Assim, juntando-se à crítica ao que era chamado de *atraso* por diversas forças políticas no período pré-golpe e que tinham na agricultura seu principal foco, a nova lei impunha a marca da racionalidade empresarial aos estabelecimentos rurais, que deveriam ser estimulados a buscá-la. A desapropriação e a distribuição de imóveis tinham um sentido explícito – só se dariam em casos de conflito social manifesto – e um implícito: promover a adequação a um padrão de desenvolvimento marcado pela racionalidade empresarial.

Esse documento definia que a propriedade da terra deveria cumprir uma função social e que o fazia integralmente quando, simultaneamente: a) favorecia o bem-estar dos proprietários e dos que nela trabalhavam, assim como de suas famílias; b) mantinha níveis satisfatórios de produtividade; c) assegurava a conservação dos recursos naturais; d) observava as disposições legais que regulavam as justas relações de trabalho entre os que possuíam a terra e os que a cultivavam, de alguma forma, criando uma articulação legal com o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), aprovado no ano anterior, ainda antes do golpe. Além disso, regulamentou os contratos de arrendamento e parceria, relações que eram constitutivas da definição então socialmente vigente de *latifúndio* e, ao mesmo tempo, importante foco de conflito nos anos anteriores (MEDEIROS, 2002). Assim, trazia para os termos contratuais o que antes era regulado fundamentalmente pelo costume e pelas relações pessoais. No entanto, como veremos na análise de diversos casos de conflitos, havia diversas situações de uso costumeiro (*moradores*, *foreiros*, *camaradas*, *colonos* etc.) cujo enquadramento legal tornava-se um desafio.

O Estatuto da Terra, além de prever a delimitação de áreas prioritárias para ação, pressupunha ainda zoneamentos com base em dados de cadastro a ser implementado, de forma a definir as áreas que seriam passíveis de intervenção.[22] O fato de se dar destaque à realização de um cadastro de propriedades apontava para a preocupação com o pouco

[22] Segundo o seu art. 20, seriam aquelas de predomínio de minifúndios e latifúndios; as já beneficiadas ou a serem por obras públicas de vulto; aquelas cujos proprietários desenvolverem atividades predatórias, recusando-se a pôr em prática normas de conservação dos recursos naturais; as destinadas a empreendimentos de colonização, quando estes não tiverem logrado atingir seus objetivos; as que apresentassem elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros; as terras cujo uso não fosse o adequado à sua vocação de uso econômico, segundo critério elaborados pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

controle que o Estado tinha sobre suas terras e que gerava recorrentes conflitos no Brasil todo. No caso do Rio de Janeiro, como apontado anteriormente, a *grilagem* aparecia como um problema particularmente sério.

Na mensagem que acompanhou o Estatuto da Terra ao Congresso Nacional, falava-se na prioridade à reforma agrária como modo de cumprir o imperativo constitucional (referindo-se à Constituição de 1946, então ainda vigente) de "promover a justa distribuição de propriedade, com igual oportunidade para todos", fato que mostrava a preocupação dos militares com a questão fundiária. Como vimos, essa preocupação se traduziu numa forma de intervenção que, ao mesmo tempo que se propunha a atuar sobre as áreas de conflito, também buscava criar um novo tipo de produtor, moderno, inserido nos mercados, capaz de atender às demandas de alimentos geradas pelo crescimento do mercado interno, além de gerar divisas, mantendo o Brasil como exportador de *commodities*. Dessa forma, o próprio Estatuto desde logo tornou-se um campo de disputa política, com os advogados do sindicalismo procurando explorar possíveis brechas para beneficiar os trabalhadores em áreas de conflito.

Simultaneamente a essas medidas legais, também se intensificaram as ações da polícia política e as investigações de ações "subversivas" por meios de IPMs. Um deles, o IPM 709, investigou as ações do Partido Comunista e resultou em cerca de 30 mil páginas e, posteriormente, em quatro volumes publicados pela Biblioteca do Exército. Segundo diagnóstico feito, a ação comunista "procura mobilizar as massas rurais em torno de *reivindicações em geral compreensíveis e muitas delas perfeitamente justas, numa exploração deprimente das necessidades e do sofrimento humano*" (Vol. 2, p. 250, grifos nossos).[23] A Supra era acusada de ser um foco de subversão e desbaratamento dos bens públicos. Afirmava-se que, embora a propaganda comunista fosse concentrada na cidade e nos operários, era no campo que "todos os movimentos inspirados no marxismo leninismo adquirem uma tendência mais acentuada para violência e ação armada. *As invasões de terra por grupos armados constituem escolas e preparação para a guerra de guerrilhas*" (IPM 709, vol. 2, p. 258-259, grifos nossos).

Segundo o IPM, a criação do *clima revolucionário* no país foi realizada em torno de dois movimentos principais: no setor urbano, o movimento grevista do operariado, particularmente as tentativas de greve geral, por meio do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e do Pacto Unidade e Ação (PUA); no campo, o movimento pela

[23] Os quatro volumes desse IPM, em forma de livro, estão disponíveis no site www.amazememoria.org.br.

reforma agrária radical e a preparação de guerrilheiros para formação de um exército popular. Ainda de acordo com a mesma publicação, "a localização dos grupos camponeses armados começou a definir-se em áreas de grande importância estratégica nas comunicações internas do país. No estado do Rio de Janeiro observou um verdadeiro cerco do estado da Guanabara" (IPM 709, vol. 4, p. 377).

Ou seja, é feita uma interpretação dos conflitos na qual são ressaltadas as ameaças à ordem e, concomitantemente, se reconhece uma certa fragilidade do campesinato, a justeza de suas demandas e, ao mesmo tempo, a constante possibilidade de sua manipulação por *espertalhões*. Essa concepção que está presente em diversos documentos da polícia política não pode ser separada da concepção presente no Estatuto da Terra: por um lado, modernizar o campo, como condição para a melhoria de vida dos trabalhadores; por outro, fazer uma distribuição limitada de terras, em áreas de conflito, de forma a retirar os camponeses das influências da esquerda organizada, já bastante abalada pelas prisões, mas, conforme pensavam os militares, capaz de se recuperar. Parece que havia uma certa clareza de que medidas repressivas seriam insuficientes.

Se nossa hipótese tiver fundamento, ela ajuda a entender o fato de parte dos sindicatos e federação que sofreram intervenção ter passado para as mãos de setores da Igreja, também marcados pelo anticomunismo: no caso do Rio de Janeiro, os Círculos Operários indicaram parte dos interventores e controlaram a Federação até meados dos anos 1970.

Finalmente, não se pode esquecer a instituição da Previdência Social Rural, Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971. Pelo Programa de Assistência ao Trabalhador Rural[24], foi concedida a esse segmento aposentadoria por velhice ou por invalidez; pensão; auxílio-funeral; serviço de saúde e serviço de assistência social. Apesar de os benefícios terem valores diferentes dos trabalhadores urbanos (50% do salário mínimo e só poderem ser concedidos a uma pessoa da família), o Programa representava uma mudança nas condições dos trabalhadores, até então destituídos de qualquer proteção social.[25] A lei incumbiu os sindicatos de serem os mediadores da prestação dos benefícios. Recebendo recursos para arcar com serviços médicos e dentários e sendo a agência inicial de encaminhamento dos pedidos de aposentadorias,

[24] Nos termos da lei, eram considerados trabalhadores rurais: a) a pessoa física que presta serviços de natureza rural a empregador, mediante remuneração de qualquer espécie; b) o produtor, proprietário ou não, que, sem empregado, trabalhe na atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da família indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração.

[25] Os benefícios só foram equiparados pela Constituição de 1988.

muitos sindicatos tornaram-se postos de assistência à saúde e tornaram-se fontes de disputa política pelo poder local. No entanto, como uma análise mais fina pode demonstrar, alguns dirigentes aproveitavam-se dos dias de atendimento médico para melhor conhecer a situação dos trabalhadores do município e estimulá-los à organização.[26]

No que diz respeito às desapropriações, poucas foram iniciadas e um número menor ainda se consumou. As pressões dos setores patronais e a redução dos conflitos fundiários, produto da desarticulação das organizações de trabalhadores que os explicitavam e os traziam para o espaço público, fizeram com que, na realidade, a implementação das desapropriações previstas no Estatuto da Terra não ocorresse.

Os próprios dirigentes militares estavam atentos para a continuidade dos conflitos e os riscos oferecidos pelo não enfrentamento da questão agrária: o Decreto-lei nº 582, de 15/05/1969, determinava a intensificação da reforma agrária e novamente insistia na prioridade às áreas de "manifesta tensão social", o que era um indicador de que, apesar do desbaratamento das organizações que representavam os trabalhadores, os conflitos continuavam a existir em diversos pontos do país. Por meio desse decreto, definiu-se inclusive a constituição do Grupo Executivo da Reforma Agrária, composto por representantes de diversos Ministérios e outras instituições, tas como CNA e Contag. As diretrizes acabaram não entrando em vigor e verificou-se no início dos anos 1970 uma mudança institucional de peso, já no governo Médici: a extinção do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (Inda) e sua substituição pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), subordinado ao Ministério da Agricultura, portanto, a interesses setoriais. Essa mudança indica a progressiva subordinação da questão fundiária ao tema da segurança nacional (MARTINS, 1984).

Mesmo assim, ao longo desse período, algumas áreas foram decretadas como prioritárias para fins de reforma agrária. No Estado do Rio de Janeiro, nos anos 1970, somente duas áreas foram desapropriadas, ambas em Magé: a gleba América Fabril e a fazenda Conceição de Suruí.

A literatura mostra que se desenvolveu no país, ao longo da década de 1970, uma política de estímulo à modernização das atividades agropecuárias, levando à empresarialização do setor, como previa o Estatuto da Terra, mas sem alterações

[26] Registro de memória de minha própria participação em encontros sindicais e de conversas informais com Raimundo Leoni dos Santos, de Itaboraí, um típico herdeiro das lutas do período anterior a 1964.

importantes na estrutura de propriedade da terra (DELGADO, 1985). A concepção de desenvolvimento rural cada vez mais foi ganhando o sentido que lhe impunham as forças hegemônicas: a sua identificação com modernização da base técnica e produtiva.[27]

As limitações previstas em lei quanto ao tamanho de terra a ser concedida sem autorização do Senado Federal (3.000 ha) viraram letra morta. A categoria *latifúndio por dimensão* foi esquecida e não só foram dados incentivos à sua transformação tecnológica, como também se criaram condições favoráveis para que os limites ao tamanho da propriedade não fossem considerados nas regiões de fronteira agrícola, onde, por meio de concessões de terras públicas, incentivos fiscais, crédito farto e barato, a concentração impôs-se. Esses estímulos atraíram também grandes empresas do setor industrial e financeiro para o meio rural, interessadas em investimentos fundiários especulativos (MARTINS, 1984; DELGADO, 1985; PALMEIRA e LEITE, 1998). A ideia de criação de uma classe média rural deixou de ser relevante. Da mesma forma, perdeu-se de vista que a definição legal de empresa levava em conta também o respeito à legislação trabalhista e à preservação ambiental, condição para que o imóvel cumprisse sua função social, segundo o Estatuto da Terra. O próprio Código Florestal, aprovado em 1965 como parte da atualização modernizadora da legislação brasileira, na prática, foi ignorado no tocante ao estabelecimento de áreas de preservação permanente e de reserva legal, ambas com dimensões claramente estabelecidas no texto legal.

No que se refere ao Estado do Rio, além da região canavieira de Campos, onde houve intensa a modernização, com os estímulos do Proálcool, uma outra política de grande impacto, o estímulo ao turismo, levou ao aparecimento de conflitos em áreas onde até o início dos anos 1970 eles estavam ausentes. O caso mais notório é a construção da estrada Rio-Santos e o estímulo aos investimentos na região da Baía de Ilha Grande. A estrada trouxe consigo disputa por terras, colocando em xeque a ocupação das áreas próximas ao mar por populações que lá viviam de há muito, como caiçaras ou comunidades negras, descendentes dos escravos que por ali permaneceram quando do declínio a cafeicultura na região.[28] Não por acaso, na década de 1970, cerca de 40% dos

[27] Mesmo a política de colonização que foi incentivada no período adequou-se a essa perspectiva, levando agricultores com experiência na agricultura modernizada do Sul para as regiões Centro-Oeste e Norte, buscando lá difundir outro estilo de uso da terra e racionalidade.

[28] Algumas dessas comunidades reivindicam que as terras lhes foram deixadas como herança pelos antigos senhores (como é o caso de Campinho da Independência e Santa Rita do Bracuí). Passaram a se autodenominar, a partir da Constituição de 1988, de quilombolas, em busca de regularizar sua situação com base em outros fundamentos legais.

conflitos fundiários no estado ocorriam nessa região, com maior concentração em Angra dos Reis e Paraty (Medeiros, 1983b).

7. As lutas no campo fluminense e a ação do sindicalismo rural e da Igreja: a reapropriação da lei em defesa dos trabalhadores

Apesar das condições bastante desfavoráveis, a existência de uma lei que promovia o reconhecimento legal da reforma agrária como parte dos instrumentos de regulação do território brasileiro proporcionou condições para lutas em torno da sua aplicação. Com efeito, a demanda pela aplicação do Estatuto da Terra passou, pouco a pouco, a fazer parte do repertório das ações da entidade sindical representativa, no plano nacional, dos trabalhadores rurais, a Contag. Examinando as publicações dessa entidade sindical ao longo dessa década, encontramos cartilhas visando a difusão, em linguagem bastante simples, do corpo legal existente referente às demandas dos trabalhadores, em especial o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural. Também é possível observar que orientações legais eram constantes no Boletim *O Trabalhador Rural*, editado regularmente a partir de 1969 e que servia de canal para divulgação das diretrizes da Contag entre os sindicatos que estavam sendo criados ou reorganizados. Apropriando-se da tese, contida no Estatuto da Terra, de que a reforma agrária era prioritária nas áreas de manifesta tensão social, a Contag encaminhava sistematicamente ao governo federal (em suas diferentes instâncias) relatórios de conflitos, em especial relacionados à tentativa de expulsão de *posseiros*, solicitando a desapropriação da área "por interesse social, nos termos do Estatuto da Terra". Neles, denunciava as tensões que percorriam os campos, as arbitrariedades a que os trabalhadores estavam submetidos e relatava, com abundância de detalhes, as ações de *jagunços*, da polícia e de guardas florestais: queimas de casas, destruição de lavouras, prisões arbitrárias etc. Essa documentação revela o modo de agir da repressão no campo, assuma ela caráter propriamente político (tentando bloquear ou dificultar a organização dos trabalhadores) ou se assemelhe ao secular processo de avanço das fronteiras de investimento capitalista. Ela também nos dá um interessante quadro da prática sindical: conhecer os conflitos, documentá-los, narrar as violências, elementos que compunham relatórios a serem enviados às autoridades, com pedidos de providências. Na ausência de ações por parte do Estado, elaboravam-se novas denúncias, sempre seguidos da exigência de aplicação do Estatuto da Terra. É por esse caminho que, num contexto bastante desfavorável, o sindicalismo

rural desenvolveu pouco a pouco uma associação entre reforma agrária e Estatuto da Terra, fazendo uma leitura bastante particular dessa lei, enfatizando sua dimensão desapropriadora. Também contribuiu para a consolidação de uma cultura fundada, como bem apontou Novaes (1997), na prudência sindical traduzindo as ameaças que os trabalhadores sofriam na linguagem da lei (e não em outra) e demandando a aplicação da lei para resolvê-los.Nesse contexto, chama atenção a importância assumida pela ação dos advogados sindicais.

Desde o momento de constituição das associações de lavradores, ainda no final dos anos 1940, parece que o recurso à justiça era uma prática recorrente. Ilustra essa tese a opção da luta por meio da busca do usucapião das terras ocupadas e sua posterior substituição pela busca da desapropriação das terras em litígio. Com o golpe militar, no processo de lenta reorganização do sindicalismo rural, em especial após 1968, a opção feita foi pela luta nos termos da lei (BARCELLOS, 2008).[29] Muitos advogados atuantes no sindicalismo foram militantes no movimento estudantil, participaram de organizações de esquerda e encontraram no sindicalismo rural um espaço de trabalho profissional, mas também de atualização de suas convicções políticas e experimentação delas em contextos distintos. Vários eram filiados ao PCB e articulavam suas ações numa direção que consideravam possível na época, de maneira bastante articulada. Nem sempre havia concordância sobre formas de agir, mas havia alguns pontos em comum.

Já em meados dos anos 1970 começaram a ocorrer, patrocinados pela Contag, encontros de advogados e dirigentes onde estratégias de ação e leituras da lei eram desenhadas e experimentadas. Ou seja, não se tratou de uma ação isolada, mas de uma construção política no interior do sindicalismo, resultado de uma determinada leitura sobre oportunidades que se abriam e de portas que se fechavam. O Estado do Rio de Janeiro foi uma peça chave nessa articulação e alguns advogados circulavam entre a Federação e a Contag, como foram os casos de Aurora Coentro e Altamir Pettersen.

No que se refere à Igreja, desde os anos 1960, ela passou a atuar junto aos trabalhadores do campo, contrapondo-se à difusão entre eles das teses defendidas pelos comunistas. Essa ação foi visível no Nordeste, principalmente por meio do Serviço de Assistência Rural de Natal, no Rio Grande do Norte, e do Serviço de Orientação Rural,

[29] Para informações sobre a reorganização do sindicalismo rural brasileiro, ver Palmeira (1985), Medeiros (1989), Ricci (1999), Novaes (1997), Medeiros (2014), entre outros. Para o caso do Rio de Janeiro, ver Barcellos (2008). Chamamos ainda a atenção para a importância de tratar essas opções feitas naquele momento considerando uma certa cultura política subjacente às lutas no campo, bem como à leitura que faziam das oportunidades políticas existentes. Sobre o tema, ver Tarrow (2009).

em Pernambuco; no Sul, pela ação das frentes agrárias, com destaque para a Frente Agrária Gaúcha; no Sudeste, pelo trabalho dos Círculos Operários Cristãos de São Paulo e do Rio de Janeiro.[30]

No Rio, destacou-se a ação do padre Carvalho, ligado aos Círculos Operários e diretor do Plano Agrário no governo Badger Silveira. Dos quadros dos Círculos Operários ou de pessoas próximas a eles foram escolhidos os interventores da Fetag/RJ.

Nos anos 1970, no entanto, um novo ator eclesial passou a desempenhar um papel relevante na condução das lutas dos trabalhadores do campo: a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Criada em 1975, a partir de um encontro de bispos afinados com os princípios da Teologia da Libertação, ela se mostrou um espaço de reflexão e intervenção sobre os conflitos de terra.[31] Embora os principais nomes ligados à sua criação (Dom Thomas Balduíno, Dom Moacir Grecchi, Dom Pedro Casaldáliga) fossem ligados aos problemas fundiários das regiões Norte e Centro-Oeste, a CPT já começou a atuar no Rio de Janeiro já em 1976, inicialmente nos conflitos de terra em Paraty. Em pouco tempo ela se expandiu para outros lugares e sua participação foi particularmente incisiva em Cachoeiras de Macacu, onde esteve à frente de um trabalho de formação que provavelmente se ligou à ocupação da Fazenda São José da Boa Morte em 1980, da qual resultou a prisão de vários trabalhadores presos e do pároco de Santana de Japuíba, padre Joaquim van Leeuwen. Também nos conflitos por terra na Baixada Fluminense ela esteve presente, em especial em Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Nos lugares onde atuou estimulou a organização dos trabalhadores e a formação de chapas de oposição a sindicatos que ela considerava como pelegos e que não encaminhavam o que ela considerava como os verdadeiros interesses dos trabalhadores.

Também nesse trabalho verificou-se a opção por explorar os recursos legais. Em suas memórias, Bráulio Rodrigues chama a atenção para a importância da atuação de Paulo Amaral, em Nova Iguaçu, e de Miguel Pressburguer, em diferentes locais do estado.[32] Nas regiões atuava, a CPT contava com o apoio importante dos bispos locais, com destaque para Dom Adriano Hipólito, da diocese de Nova Iguaçu, Dom Waldir Calheiros, de Volta Redonda, Dom Clemente Isnard, de Nova Friburgo, Dom Vital Wilderink, de Itaguaí, e Dom Mauro Morelli, de Duque de Caxias.

---

[30] José Rotta, dos Círculos Operários de São Paulo, tornou-se presidente da Federação desse estado no período que antecedeu o golpe e foi nomeado, em abril de1964, interventor da Contag (RICCI, 1999).

[31] Sobre as origens da CPT e sua prática, ver Paiva (1985).

[32] Pressburguer atuou inicialmente em Paraty e Angra dos Reis. Depois tornou-se assessor jurídico da CPT e se envolvia em ações em diversos lugares da Baixada. Foi também um dos criadores da Assessoria Jurídica Popular (Ajup), no início dos anos 1980.

Ao longo de sua atuação, os agentes de pastoral também foram objeto de violência: ameaças eram constantes e culminaram na invasão da própria sede da entidade na Cidade do Rio de Janeiro, em 1984, por policiais que estavam em busca de documentos que comprovassem que a entidade estimulava ocupações de terra.

8. Retomada das ocupações de terra: um novo ciclo de lutas

O final dos anos 1970 e o início dos anos 1980 marcaram uma retomada das manifestações em espaços públicos dos trabalhadores rurais de todo o país. Trata-se de um novo momento, em que começaram a se evidenciar sintomas de crise do regime militar e crescia a pressão social por maior liberdade de expressão e organização, liberdade sindical e partidária, eleições diretas, anistia aos presos políticos etc.

Numa conjuntura nacional marcada não só pelo aparecimento de novas demandas, mas também de novas experiências organizativas por parte dos trabalhadores, ganharam expressão entidades de apoio de diversos tipos: organizações não governamentais, tais como Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (Ibase), além de uma série de entidades de atuação local que deram suporte e/ou promoveram programas de formação de trabalhadores rurais e iniciaram campanhas de apoio às suas demandas, como é o caso da Campanha Nacional pela Reforma Agrária. Por meio de suas ações e redes, deram visibilidade nacional e internacional aos conflitos no campo e à violência que os acompanhava, permitindo a ampliação de alianças. Nesse processo foi-se conformando uma nova linguagem que, de um lado, fazia apelo aos instrumentos legais existentes e, de outro, constituía a terra como um direito. O documento episcopal *Igreja e problemas da terra*, uma contundente e influente defesa dos trabalhadores do campo (CNBB, 1980), foi uma peça fundamental dessa década. Ao mesmo tempo, o tema da reforma agrária foi incorporado à pauta das centrais sindicais que se constituíram no início dos anos 1980.

Além disso, vários militantes exilados no exterior voltavam e muitos dos que foram condenados ao exílio em seu próprio país começavam a retomar o trabalho político. No estado do Rio, antigas lideranças, que ficaram presas, foragidas ou silenciadas, aos poucos voltavam aos espaços públicos e retomavam os contatos com os trabalhadores. É o caso, entre outros, de José Pureza, Bráulio Rodrigues, Manoel Ferreira, Laerte Bastos, Francisco Silva, João Correa de Paula. Vários deles atuaram

decisivamente em algumas iniciativas de luta por terra no estado, desde meados dos anos 1970.

No início dos anos 1980, o Estado do Rio de Janeiro já era considerado bastante urbanizado: 92% de sua população, segundo dados do Censo de 1980, vivia nas cidades, com grande concentração na região metropolitana. Apesar disso, começaram a ocorrer ocupações de terra, agora com a presença de alguns sindicatos, da CPT e do Núcleo Agrícola Fluminense (NAF), uma experiência fugaz organizativa, que se fazia fora das estruturas sindicais e limitada à região de Xerém em Duque de Caxias. Ocorreram ocupações em Cachoeiras de Macacu, na Fazenda São José da Boa Morte, que foi um dos polos mais importantes de conflitos no estado nos anos que antecederam o golpe e na década de 1970. Neste caso, o sindicato do município e a Fetag vinham reivindicando de há muito a desapropriação da fazenda e deram grande apoio à luta pela liberação dos lavradores e do padre que com eles foi preso por ocasião da ocupação. Grandes mobilizações foram feitas e a Fazenda São José da Boa Morte foi desapropriada já em 1981. Em agosto de 1983, 72 famílias, organizadas pelo NAF e pela CPT, ocuparam uma área em Xerém e acabaram por ser assentadas em Italva, em Campos, em 1984. Quase à mesma época, ocorreu a ocupação de Campo Alegre, também com a presença do NAF e da CPT, como desdobramento do conflito em Parque Estoril, Nova Iguaçu. A elas se sucederam várias outras, que marcaram em especial a primeira metade dos anos 1980.

Para entender esse novo momento é preciso considerar diversos elementos. Da mesma forma que em diversos pontos do país, os trabalhadores rurais fluminenses estiveram bastante ativos, recriando sindicatos onde eles haviam desaparecido (como é o caso de Nova Iguaçu); formando chapas de oposição sindical para tentar assumir a direção de sindicatos considerados “pelegos” (Cachoeiras de Macacu, Trajano de Moraes, entre outros) ou pouco atuantes (Paraty); criando organizações não sindicais que expressassem as demandas dos trabalhadores (caso do NAF).

No que se refere à Fetag/RJ, ela procurou se aproximar de antigas lideranças dos anos 1960 e trouxe algumas delas para participar de cursos de formação para narrar suas experiências e mesmo dar apoio a regiões de conflito. É o caso em especial da aproximação com José Pureza da Silva, que retornou ao Rio no final dos anos 1970, após sua liberação da prisão, participou de diversos encontros sindicais e passou a assessorar a região de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia.

Além de ter uma expressiva assessoria jurídica, como destacado no tópico anterior, a Fetag montou, já nos anos 1970, uma assessoria educacional, bastante afinada com as diretrizes emanadas da Contag. Enviou uma expressiva delegação ao III Congresso da Contag, realizado em 1979, momento em que foram cunhadas novas diretrizes de ação para o sindicalismo.[33] Como resultado das linhas de ação definidas nesse congresso, no Estado do Rio passaram a ocorrer mobilizações de trabalhadores. Deram-se pelo menos duas grandes concentrações de trabalhadores rurais na sede do Incra, na Cidade do Rio de Janeiro (15 de dezembro de 1980 e 15 de junho de 1981), que contaram com um número expressivo de participantes de diferentes pontos do estado e que demandavam desapropriação de uma série de fazendas, algumas delas com histórico de conflito que vinha dos anos 1950 ou 1960. Para tanto, combinava-se o ato público com a entrega de relatórios e demandas, incorporando um modo de atuação consolidado já no período anterior ao golpe e que era retomado em condições políticas mais favoráveis. A análise dessas ações é um bom exemplo da capacidade desses trabalhadores de se apropriarem de oportunidades políticas abertas, mas também de contribuírem decisivamente para que elas fossem criadas (TARROW, 2009). Nesse novo momento, o sindicalismo rural se tornou mais visível no estado, participou das disputas pela criação de centrais sindicais e teve papel fundamental na denúncia da violência que os trabalhadores rurais continuavam a sofrer. Embora a perseguição às lideranças tenha se abrandado e novas possibilidades para a ampliação da organização tenham sido abertas, nem por isso a violência privada sobre os trabalhadores arrefeceu e os conflitos no campo continuavam, motivados pelas expulsões de terra e despejos.

Para entender a retomada das ocupações no Estado do Rio, é preciso ainda ter em conta um conjunto de mudanças no próprio estado, relacionadas a fatores estruturais, como a urbanização intensa, a pressão por lotes para moradia, a existência de áreas disponíveis no meio rural, mas próximas a centros urbanos. A Baixada Fluminense foi o polo dessas iniciativas, onde se acirrava a disputa pelas mesmas áreas que eram polos de conflito desde os anos 1950.

No entanto, é preciso considerar também uma importante mudança na conjuntura política do estado, com a eleição de Leonel Brizola como governador em 1982. Com uma imagem ligada às lutas dos trabalhadores, Brizola apoiou a criação do Master, no Rio Grande do Sul, quando assumiu o comando daquele estado (1959/1963);

[33] Para maiores informações sobre a atuação da Contag no regime militar, ver Medeiros (2014), Ricci (1999).

foi coordenador da Campanha da Legalidade, em 1962, deputado federal pelo Estado da Guanabara quando terminou seu mandato no governo do Rio Grande do Sul e considerado o estimulador dos "grupos de onze".[34] Teve seu mandato de deputado federal cassado e tornou-se um exilado político.

Sua eleição para o governo do Rio de Janeiro desencadeou uma série de processos políticos, entre eles a ocupação de terras, em especial pela postura do governador de negociar e evitar repressão. Já em maio de 1983, foi criado, no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, um Grupo de Trabalho para Assuntos Fundiários, para atuar nos conflitos fundiários rurais (NOVICKI, 1992). Logo depois (novembro) foi instituída uma Comissão de Assuntos Fundiários (CAF) (Decreto nº 6.854), ligada à Secretaria da Justiça e posteriormente à Secretaria de Assuntos Fundiários (Seaf), criada em maio de 1986, para cuidar de questões fundiárias tanto rurais como urbanas. Como atribuições da CAF, o Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro elenca: definição de áreas que deveriam ser objeto de processo discriminatório; encaminhamento de soluções para litígios fundiários, buscando manter na terra as famílias que dela dependessem para moradia ou para o desenvolvimento de suas áreas produtivas; coordenação da ação dos órgãos estaduais envolvidos com as questões de terra, evitando sobreposições; e sugestão de medidas judiciais necessárias à solução de disputas de terra (SEAF, 1981, p. 103). Como se pode verificar, a própria subordinação da CAF à Secretaria da Justiça procura dar um novo encaminhamento aos conflitos (Novicki, 1992).

10. considerações finais: um novo ciclo de lutas por direitos

As mudanças ocorridas nos primeiros anos de 1980, foram acompanhadas por mudanças no plano federal, com o advento da Nova República.

As grandes mobilizações populares, tanto urbanas quanto rurais, que acompanharam o fim do regime militar reacenderam o debate em torno da realização da reforma agrária "ampla, massiva e imediata", como demandava a Contag e novas entidades emergentes como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Num primeiro momento, a Nova República abriu espaço para a institucionalização do tema da reforma agrária, quer criando um Ministério especialmente voltado para ele – o

[34] De acordo com Righi (2014), tratava-se de grupos de luta e resistência, visando a concretização das reformas, em especial das reformas agrárias e urbanas, bem contra a espoliação do Brasil pelo capital. A autora cita Schilling (1979), que afirma que a partir deles pretendia-se criar um partido revolucionário, cujo braço armado seriam os militares nacionalistas.

Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento (Mirad), quer criando um grupo de trabalho para elaborar uma Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), composto por representantes da sociedade civil afinados com as demandas dos trabalhadores. Essa proposta foi dada a conhecer no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, promovido pela Contag em maio de 1985, o que indicava o compromisso do novo governo com alterações na estrutura fundiária.

Nesse documento, a reforma agrária aparecia como uma das prioridades do novo governo e, para implementá-la, a desapropriação por interesse social era considerada o principal instrumento. A indenização das terras desapropriadas seria feita com base no valor declarado para fins de cobrança do imposto territorial rural. Sendo este um preço reconhecidamente abaixo do vigente no mercado, a Proposta assumia, de forma explícita, a concepção de desapropriação como uma penalização dos proprietários fundiários por não darem à terra uma função social. A meta era assentar, no prazo de 15 anos, sete milhões de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Também foi recuperada a proposta, presente no Estatuto da Terra, da seleção de áreas prioritárias para reforma agrária, apontando para a possibilidade de transformações fundiárias em áreas mais amplas e não somente de intervenções pontuais em focos de conflito.

A curta experiência do PNRA desvendou algumas características da burocracia estatal, explicitando a formação de um corpo burocrático portador de uma cultura institucional marcada, ao longo do regime militar, pela identificação entre reforma agrária e colonização (ou seja, priorização das áreas de fronteira, consideradas como espaços vazios, para alocar trabalhadores demandantes de terra) e, num segundo momento, pela identificação entre reforma agrária e assentamentos, o que implica não planejamento de ações fundiárias como processo orientador de elaboração de políticas. Essa burocracia, recortada pelos interesses ligados aos “negócios de terra”, em função de sua história, tinha dificuldades em se relacionar com os movimentos sociais (PALMEIRA, 1998).

Apesar de todas essas dificuldades, foram realizadas diversas intervenções em áreas de conflito, em alguns casos garantindo a terra a trabalhadores que nela já viviam e estavam ameaçados de expulsão, em outros assentando os que haviam participado de ocupações e acampamentos. Mesmo assim, foram poucos os resultados, em especial se contrastados com as metas do PNRA: segundo dados do Incra, foram assentados no governo de José Sarney apenas 83.687 famílias.

No caso do Rio de Janeiro, foi elaborado um Plano Regional e diversas desapropriações ocorreram, a maioria delas em áreas antigas de conflito, como é o caso de Santo Inácio, em Trajano de Moraes, e São Bernardino, em Nova Iguaçu.

No entanto, isso não significou que o ciclo de violência fosse interrompido. Caso exemplar é o assassinato, já em 1988, de Sebastião Lan, líder sindical de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, morador da Fazenda Campos Novos, local de conflitos fundiários desde os anos 1950 e desapropriada em 1982.

Fazendo uma síntese do período analisado, em primeiro lugar, cabe destacar que há uma persistência de conflitos nos locais onde eles já existiam anteriormente: Baixada Fluminense, Cachoeiras de Macacu, Região dos Lagos. Na Baixada, o processo rápido de urbanização pressionou fortemente os trabalhadores a abandonar suas posses. Mas em diversos locais permaneceram situações de tensão ao longo das décadas de 1970 e 1980. A novidade foi a excepcional proliferação dos conflitos no litoral sul.

Em todos os casos, trata-se de uma resistência local, de duração variável, mas que foi duramente reprimida. No geral, são conflitos que emergiram e tiveram alguma visibilidade porque saíram de seus limites e procuraram apoio em alguma instância – o sindicalismo, num primeiro momento; um pouco depois, a Pastoral da Terra, que se apresentava como espaço possível de acolhimento de suas queixas e defesa de seus direitos.

Essa reflexão aproxima esses casos de tantos outros, ocorridos em diversas regiões do país. No entanto, cabem algumas considerações:

a) O processo de expulsão/expropriação não necessariamente se fez a partir da ação das forças militares, mas essencialmente pela ação dos proprietários (ou pretensos proprietários), por meio de suas milícias privadas, que agiam com violência e não tinham, a não ser de forma muito limitada, o contraponto da resistência por meio da luta por direitos. Tudo indica que os que se apresentaram como donos das terras tinham ampla liberdade de ação. Ou seja, se quisermos entender a natureza de repressão que se abateu sobre parcelas de trabalhadores do meio rural fluminense, temos que contemplar também essas formas de violência privada, praticada não só por antigos proprietários de fazenda, mas também por empresas modernas de outros setores produtivos, em especial o turístico. Há, no geral, omissão do Estado e, em alguns casos, conivência e participação direta, como é o caso da atuação da guarda florestal em Paraty e em Cabo Frio ou da guarda rural do Ibra em Cachoeiras de Macacu.

b) Se antes do golpe caminhava-se para um reconhecimento de direitos à terra ocupada por posseiros, como comprovam as diversas desapropriações realizadas no estado, sem a força das lideranças e das organizações e num contexto de forte repressão a todas as formas de manifestação e organização dos trabalhadores, a tendência à atomização das resistências foi dominante. Muitas vezes, elas foram persistentes no tempo, evitaram a expulsão imediata, mas pouca articulação tiveram entre si, a não ser por meio da ação sindical, que variava de município a município e tinha mais um papel de denúncia do que propriamente de organização dos trabalhadores. Não por acaso, as desapropriações feitas no âmbito do Plano Regional de Reforma Agrária do Rio de Janeiro (PRRA/RJ) envolveram áreas cujos conflitos vinham, muitas vezes, dos anos 1950/1960, que já haviam sido desapropriadas e devolvidas aos antigos proprietários após o golpe, mantendo-se, porém, como focos de conflito.

c) Diante disso, falar dos conflitos no campo no regime militar é também levar em consideração que, numa situação de internalização do medo, em muitos lugares os trabalhadores simplesmente abandonaram suas terras e migraram para as cidades. No caso de Paraty, por exemplo, é recorrente a afirmação de que algumas das favelas da cidade (Ilha das Cobras, Mangueira) são produto desse processo de retirada de trabalhadores das terras em que sempre viveram. O mesmo pode se dizer de Xerém ou Papucaia, que, ao longo dos anos 1970, se tornam atrativas para instalação de sítios de recreio. Dificilmente teremos condições de captar as condições efetivas que levaram as pessoas a não resistir. No entanto, metodologicamente é importante ter esse fato como um horizonte significativo para o entendimento da dimensão dos efeitos da ditadura sobre os trabalhadores rurais fluminenses.

Referências bibliográficas

ALLIER, Verena Matinez e HALL, Michael s/d. From sharecropping to the colonato. Mimeo.

ARAÚJO, Federico Gulherme Bandeira de (1982). *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara:* 1950-1964. Rio de Janeiro: Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia, UFRJ. Dissertação de Mestrado.

AREZZO, Dryden de Castro (1998). Administração fundiária do estado do Rio de Janeiro. In Maria José Carneiro et al. *Campo aberto, o rural no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contracapa.

AZEVEDO, Fernando (1982). *Ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BARCELLOS, Fernando Henrique Guimarães (2008). *Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ. Dissertação de Mestrado.

CAMARGO, Aspásia Alcântara de (1981). A questão agrária, crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: BORIS, Fausto (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difel, 1981; t. III: *O Brasil republicano*; v. 3: *Sociedade e política (1930-1964)*

CEFAÏ, Daniel (2001). Les cadres de l'action collective. Définitions et problèmes. In Cefaï, Daniel e Trom, Danny. *Les formes de l'action collective. Mobilisations dans des arènes publiques.* Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.

CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião.* Petrópolis, Vozes, 1996.

CNBB (1980), *Igreja e problemas da terra*. CNBB.

DELGADO, Guilherme (1985). *Capital financeiro e agricultura no Brasil 1965-1985*. São Paulo: Ícone e Unicamp.

DREYFUS, René Armand (1981). *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes.

DRUMMOND, Jose Augusto (1986). *O Movimento Tenentista: a intervenção militar e conflito hierárquico(1922-1935).* Rio de Janeiro, Graal.

ERNANDEZ, Marcelo (2010). Sementes em trincheiras: estado do rio de Janeiro (1948-1996). In Ligia Sigad, Marcelo Ernandez e Marcelo Rosa. *Ocupações e acampamentos. Sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond e Faperj.

GEIGER, Pedro Pinchas e MESQUITA, Miriam (1956). *Estudos rurais da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

GRYNSZPAN, M. (1987) *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: 1950-1964*. 2 v. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, MN/UFRJ, 1987. Dissertação de Mestrado.

HONNETH, Axel (2003). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34.

IPM 709 *Brasil nunca mais*. www.bnm.org.br

LENHARO, Alcir (1986) *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Os anos 30*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2a. ed.

MARICATO, Ermínia (2003). Metrópole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, ano 17, n. 48.

MARTINS, José de Souza (1984). A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes

MARTINS, José de Souza (2003). *O sujeito oculto. Ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MARTINS, José de Souza (2010). *O cativeiro da terra.* São Paulo: Contexto. Edição revista e ampliada.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de (1983a). *A questão da reforma agrária no Brasil*. São Paulo: USP. Dissertação em Ciência Política.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de (1983b). *Levantamento de conflitos no Estado do Rio de Janeiro*. (Relatório de Pesquisa). *Dez anos de luta pela terra: 1969-1979*. São Paulo: CEDEC/ABRA/CPDA-UFRRJ. (mimeo.).

MEDEIROS, Leonilde Servolo de (1995) *Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, Camponeses. Os comunistas e a constituição de classes no campo*. Campinas, IFCH/Unicamp, tese de doutorado.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de (2014). Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: Milton Pinheiro (org,) *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo.

MOORE JR., Barrington (1987). *Injustiça. As bases sociais da desobediência e da revolta.* São Paulo: Brasiliense.

NEVES, Delma Pessanha. (2013). Getúlio Vargas e os muitos oestes brasileiros: colônias agrícolas no estado do Rio de Janeiro. In: MARIN, Joel O.B. e NEVES, Delma Pessanha (orgs.) (2013). *Campesinato e Marcha para Oeste*. Santa Maria, Editora da Universidade Federal de Santa Maria.

NEVES, Delma Pessanha (2008). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

NOVAES, Regina Reyes (1997). *De corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia.

NOVICKI, Victor de Araújo (1992). O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983-1987). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. Dissertação de mestrado.

PAIVA, Vanilda (org) (1985). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola.

PALMEIRA, Moacir (1985) A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo, Edições Loyola, 1985.

PALMEIRA, Moacir (2009) *Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na* plantation *tradicional*

PALMEIRA, Moacir e LEITE, Sérgio (1998). Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In COSTA, Luiz Flávio C e SANTOS, Raimundo. Política e Reforma agrária. Rio de Janeiro: Mauad.

PINHO, Péricles Madureira (1939). *O problema da sindicalização rural*. Rio de Janeiro, sem indicação de editora.

PUREZA, José. (1982). *Memória camponesa.* Rio de Janeiro: Marco Zero.

RAMALHO, José Ricardo (1989). *Estado-patrão e luta operária. O caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

RICCI, Rudá. (1999) *Terra de Ninguém*: sindicalismo rural e crise de representação. Campinas: Editora da Unicamp.

RIGHI, Graziane Ortiz (2014). Grupos dos Onze: a tentativa de resistência. *Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente, 13 a 15 de outubro de 2014, Florianópolis, SC*

ROCHA, Francis (1982). *Conflito social e dominação: um estudo da regulação de trabalho na empresa capitalista 1897-1935*. São Paulo: PUC/SP (dissertação de mestrado).

SANTA ROSA, Virgílio (1976). *O sentido do Tenentismo*. 3º ed. São Paulo: Alfa-Ômega.

SILVA, Bráulio Rodrigues da (2008). *Memória da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR.

SILVA, Ligia Osório (1996). *Terras devolutas e latifúndio*. Efeitos da lei de 1850. Campinas: Editora da Unicamp.

STEIN, Leila (1991) *Sindicalismo e corporativismo na agricultura brasileira (1930-1945)*. São Paulo: PUC. (Dissertação de mestrado).

STOLCKE, Verena (1986). *Cafeicultura. Homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense.

SUZUKI, Julio César (2007). Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. *Revista Nera*, n. 10, jan.-jun.

TARROW. Sidney (2009). *Poder em movimento: movimentos sociais e confronto politico.* Petrópolis, Vozes.

THOMPSON, Edward Palmer (1987). *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 vols.

O lugar do rural na Baixada Fluminense: Incorporação urbana, luta pela terra e articulações ruro-fabris em Duque de Caxias

Aline Borghoff Maia*

1. Introdução

Entre os anos 1950 e 1980 ocorreram mais de duzentos conflitos fundiários no campo fluminense. Dentre estes, cerca da metade eclodiu no que hoje conhecemos como a Região Metropolitana do Rio de Janeiro[1]. Embora tais dados sugiram a existência de um meio rural ativo e permeado de tensões oriundas de relações sociais e produtivas complexas, ainda são poucos os trabalhos que alçaram a condição de objeto de pesquisa os conflitos e a luta pela terra neste território do estado, mais comumente conhecido por suas características e problemáticas tipicamente urbanas.

Buscando contribuir para este campo secundarizado de estudo, o presente artigo se propõe debruçar sobre uma área da Região Metropolitana acentuadamente marcada por sua posição periférica em relação à capital carioca: a Baixada Fluminense[2]. Procuraremos evidenciar como uma série de processos sociais locais é obscurecida através das abordagens hegemônicas da historiografia e das produções acadêmicas que, aliadas ao sentido das políticas públicas e ao imaginário produzido pela grande mídia, têm como foco os problemas referentes à dicotomia núcleo-periferia e contribuem para a consolidação de uma visão teleológica do rural nesta grande área do Estado do Rio de Janeiro.

A invisibilização da relação entre a expansão das fronteiras urbana e industrial do núcleo metropolitano e as dinâmicas fundiárias da Baixada, salvo valiosos esforços de pesquisadores e coletivos engajados em recuperar a memória da luta pela terra na

---

* Mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Doutoranda em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ).

[1] A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é composta pelos seguintes municípios: Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, São João de Meriti, São Gonçalo, Seropédica e Tanguá. Para mapa da região, ver: http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/RMRJ2013.pdf Acessado em Janeiro de 2016.

[2] Para além de uma região circunscrita a determinadas características fisiográficas, a conceituação da Baixada Fluminense foi e continua sendo objeto de disputas interpretativas que incorporam à sua conceituação geográfica aspectos de natureza social, política e econômica. Não adentraremos no escopo desta discussão e utilizaremos a classificação do IBGE para delimitar a região. Segundo a instituição, os municípios que compõem a Baixada são: Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

região[3], revela mais do que uma hierarquização deliberada de objetos passíveis de análise e publicização: é sintomática de um processo histórico de estruturação das cidades capitalistas que "vocaciona" determinados territórios à satisfação das necessidades das grandes capitais. Neste sentido, acreditamos ser possível afirmar, concordando com Amador (2013) e Abreu (2011), que grande parte da Baixada Fluminense tenha sido vocacionada, especialmente a partir dos anos 1930, à industrialização e à periferização[4] orientadas pelo Estado a partir dos interesses do capital.

Dentro desta perspectiva de compreensão regional, a incorporação urbana das áreas rurais da região torna-se um destino pouco problematizado. O campo, compreendido sob a ótica do desenvolvimento como espaço arcaico fadado à modernização, perde sua consistência histórica e social e desqualifica-se como objeto de estudo na medida em que o rural se confunde com o atraso e deixa de existir sob a influência do progresso vindo da cidade (WANDERLEY, 1997). As lutas camponesas, consequentemente, passam a constituir uma dimensão silenciada da luta de classes que acompanha os processos de urbanização.

Evidentemente, a análise que propomos não pretende isolar o elemento rural do contexto regional mais amplo no qual ele se insere na Baixada Fluminense, qual seja, o de intensa expansão das fronteiras urbanas marcada pela formação de subúrbios, alocação de plantas industriais e mercantilização do solo para fins de especulação imobiliária e loteamentos. É nosso objetivo, entretanto, demonstrar que a urbanização, trabalhada como "um dado, sem indicar os deslocamentos sociais e possíveis atritos gerados por seus processos" (GRYNSZPAN, 1987, p. 19), é insuficiente como chave de compreensão da realidade e das dinâmicas próprias das áreas rurais fluminenses, palco de sérios conflitos fundiários.

[3] Refiro-me às teses, dissertações, artigos e relatórios de pesquisa que se ativeram, especificamente, à questão das lutas por terra na Baixada e no estado do Rio de Janeiro (ARAÚJO, 1982; GRYNZPAN, 1987; ERNANDEZ, 2010; MEDEIROS, 1983, etc); às publicações das memórias de lideranças camponesas que atuaram na região (PUREZA, 1982; SILVA, 2008); e aos coletivos acadêmicos e culturais locais (Revista Pilares da História; Museu Vivo do São Bento; Associação de Amigos de Duque de Caxias etc.)

[4] Entenda-se por "periferização" mais do que a localização distante do centro metropolitano. O conceito inclui também a não acessibilidade ao consumo de bens e serviços que, embora produzidos socialmente pelo Estado, localizam-se apenas nas áreas mais privilegiadas da metrópole, beneficiando, portanto, principalmente aqueles que aí residem (ABREU, 2011, p. 15).

Somamo-nos, assim, ao polissêmico e interdisciplinar grupo de pesquisadores interessados em discutir as várias relações possíveis entre o rural e o urbano[5] – e, cumpre sublinhar, não poderíamos deixar de fazê-lo tendo como objeto de interesse as lutas pela terra ocorridas em Duque de Caxias, município mais populoso e industrializado da Baixada Fluminense. Partimos do pressuposto de que não poderemos apreender devidamente o lugar do rural na região sem que o consideremos em sua articulação com os espaços e dinâmicas urbanas e, especificamente, periféricas. Não quer dizer que ignoremos as particularidades sociais, históricas e subjetivas que caracterizam a ruralidade, mas que a compreendemos a partir das relações de interdependência (ELIAS, 1991) que se tecem e se reconfiguram a partir da expansão das fronteiras metropolitanas[6].

Estas relações nos são caras para sustentar a hipótese que tentaremos construir ao longo do texto: os processos oriundos da urbanização ou, em outras palavras, as rápidas transformações pelas quais passou a Baixada Fluminense em virtude de sua incorporação urbana de caráter periférico e industrial, constituem-se tanto na origem das situações conflitivas como, em certa medida, em parte das condições que propiciaram a organização das resistências tais como elas se delinearam. A partir de uma breve contextualização histórica, exploraremos, portanto, as várias articulações possíveis entre a valorização fundiária de natureza loteadora, especulativa e fabril da região em tela; os despejos, ameaças e formas de repressão que se abateram contra os lavradores ocupantes das terras em processo de mercantilização e o desenvolvimento das resistências e estratégias de luta por eles organizadas.

Empiricamente, nos concentraremos em um conflito emblemático deflagrado nas terras da Fazenda São Lourenço, localizada em Xerém, 4º distrito do município de Duque de Caxias. Vizinha à antiga Fábrica Nacional de Motores (FNM)[7], grande empreendimento industrial de natureza autárquica que se instalou na região em 1942, a Fazenda foi palco de uma pioneira resistência armada organizada por lavradores ameaçados de despejo por atores interessados na valorização exponencial da região.

Os efeitos da territorialização da 'Fenemê' em uma vasta área eminentemente rural, bem como a sua relação com o conflito em destaque, devem ser compreendidos, conforme discutimos mais acima, no bojo das profundas transformações econômicas

[5] Para uma sistematização das vertentes teóricas que se discutem a relação rural-urbano, ver Santos e Hespanhol (2013).
[6] Ver, entre outros, Wanderley (2009); Lefebvre (2009) e Carlos (2008).
[7] Ou, na linguagem oral que se popularizou, "fenemê".

que atingiram, de diversas maneiras, as dinâmicas fundiárias da Baixada Fluminense desde o final do século XIX, mas, acentuadamente, a partir da década de 1930.

As dilatações do centro metropolitano carioca cumprem função fundamental para a compreensão deste processo. Por um lado, o crescimento econômico e populacional da capital demandava esforços no sentido da garantia de seu abastecimento agroalimentar; por outro, impunha também a necessidade urgente de absorção da massa trabalhadora expulsa do núcleo urbano por uma política de cidade que já se mostrava segregacionista. Somando-se a tais contingências, à industrialização em ascendência requeria-se que buscasse territórios rentáveis e estratégicos para alocação de investimentos. Da criação dos núcleos de colonização ao *boom* de loteamentos imobiliários e industriais, as políticas de desenvolvimento da Baixada, sempre relacionadas à satisfação das demandas do Rio de Janeiro, promoveram mudanças substanciais na região. Para os objetivos do presente artigo, nos interessará sublinhar, dentre elas, a valorização de suas terras e a atração massiva de trabalhadores de diversas origens e trajetórias em busca de trabalho e moradia acessíveis.

Compõe-se, deste contexto, um cenário fundiário permeado por atores heterogêneos e conflitos reescritos por novos termos de disputa. Emergem antagonismos que transbordam a dicotomia fazendeiros/lavradores, pois a terra, em franca mercantilização, passa a ser alvo do interesse de especuladores, empresários e políticos. Outra face da mesma moeda, também os trabalhadores ameaçados de despejo por este processo estruturam uma coletividade não uniforme, pois que transitam por variados espaços de trabalho e sociabilidade e se relacionam com a terra de maneiras distintas. Delineiam-se, em termos bastante gerais, situações conflitivas que se explicam pela transição entre uma estrutura agrária tradicional decadente – caracterizada por grandes propriedades “improdutivas” reguladas por titularidades jurídicas frágeis e contratos costumeiros de trabalho e ocupação – e um solo rural resignificado pelas dinamizações mercantis e populacionais promovidas pela expansão das fronteiras urbanas.

A Fazenda São Lourenço, assim como diversas fazendas vizinhas que também passaram por tensionamentos sociais semelhantes, foi sendo atingida de maneira cumulativa por estas transformações. Se os efeitos dos fluxos migratórios direcionados a Xerém já se faziam notar desde o início da construção da rodovia Rio-Petrópolis (1927) e da criação dos núcleos de colonização em princípios da década de 1930 (SANTOS, 2002), a periferização industrial da região, alavancada pela chegada da

Fábrica Nacional de Motores, potencializou as mudanças que, mais tarde, fariam eclodir o conflito que nos interessa.

Como qualquer grande indústria de base, a FNM atraiu milhares de trabalhadores vindos de diferentes partes do estado do Rio de Janeiro e de fora dele. Para receber tal contingente, e mantê-lo ali, as primeiras administrações do empreendimento dedicaram-se a construir uma estrutura fabril de natureza autárquica. Em outras palavras: para além das unidades propriamente industriais destinadas à fabricação de peças de avião, o projeto propunha edificar em Xerém uma "cidade dos motores" dotada de infraestrutura e serviços modernos a serem usufruídos por seus empregados.

Embora este tipo de concepção industrial tenha sido comum em outras experiências fabris, o plano autárquico da "Fenemê" possuía uma particularidade que é, justamente, o motivo de nosso interesse em pô-lo a dialogar com os conflitos por terra deflagrados em fazendas a ele vizinhas. Qual seja: instalado em um amplo território eminentemente rural, o empreendimento propulsionou a formação de lavouras e criadouros com o intuito de garantir a sua autossuficiência alimentar. Para isso, firmou contrato com diversos lavradores que, apesar de trabalharem para a fábrica, passaram a desenvolver dinâmicas próprias de relação com a terra que lhes era de direito ocupar. Se pensarmos para além das relações formais de trabalho e ocupação, acreditamos ser possível deduzir, também, que uma conjuntura como esta tenha propiciado uma movimentação heterogênea de ocupação de terras que, possivelmente, extrapolou os limites fronteiriços e contratuais da FNM.

Eis o cenário: milhares de trabalhadores chegam a Xerém atraídos pela Fábrica Nacional de Motores. Vários deles engajam-se formalmente nas atividades fabris, enquanto outros tantos se dedicam à produção agroalimentar para abastecimento da Fábrica. Vez ou outra, um lavrador pode fazer hora extra como operário, ou um operário pode almejar uma terra para plantar nas áreas de posse de sua empregadora. Há, também, um contingente populacional que não consegue vínculo empregatício algum, mas, sabendo das oportunidades latentes e da grande quantidade de terras "disponíveis", ergue casinha em algum espaço livre, podendo ele, inclusive, ser parte da área de alguma das fazendas vizinhas. Elas, por sua vez, para além de receberem novos ocupantes, também passam a ser cobiçadas por atores externos interessados na valorização crescente da região.

Vai se delineando, desta forma, uma situação fundiária e uma realidade de relações sociais bastante complexas que, ao nosso entender, devem ser apreendidas na chave analítica das articulações ruro-fabris. É, pois, a partir do estudo de tais articulações que intencionaremos refletir sobre os conflitos por terra, as formas de repressão e as estratégias de resistência que tiveram como pano de fundo a Fazenda São Lourenço. Através deste exercício, buscaremos refletir sobre a contextualidade das ações dos sujeitos envolvidos nos tensionamentos, entendendo-a como expressão de relações sociais construídas no imbricamento, perceptível no plano das relações produtivas e de sociabilidade, entre os universos operário e camponês. Orienta-nos a ideia, já mencionada, de que a categorização entre o que costumeiramente se denomina rural e urbano é insuficiente para entender os processos sociais que explicam a mobilização protagonizada pelos lavradores da área conflitiva. A circulação de lideranças e trabalhadores, o intercâmbio de experiências militantes e ideais políticos entre as categorias e a contribuição de mediadores diversos firmam-se, neste sentido, como elementos notáveis no equacionamento das lutas que sucederam as intimidações e expropriações ocorridas no entorno da Fábrica Nacional de Motores.

Embora o conflito tenha alcançado seu ponto crítico no começo da década de 1960, propomos um recorte temporal de análise mais amplo. Objetivamos, com esta escolha, apresentar o panorama de antecedentes que gestaram as tensões sociais supracitadas. Dedicaremos atenção especial, também, aos efeitos do golpe civil-militar, ocorrido em 1964, nas áreas em tela. Adiantamos, neste sentido, que as articulações políticas e de resistência travadas entre as categorias de trabalhadores rurais e urbanos, bem como o papel da Fábrica Nacional de Motores na organização das forças repressivas, constituem-se em elementos fundamentais para o entendimento deste período em Xerém. Destinaremos algumas linhas, a nível de introdução, à retomada das mobilizações por terra deflagradas nos anos 1980, cujas principais características resumem-se à reocupação, liderada por antigas lideranças camponesas, de terras conflitivas das décadas anteriores e à articulação com movimentos urbanos por moradia.

Por fim, partimos da premissa de que a reconstrução histórica dos conflitos, além de revelar um complexo universo de práticas e resistências sociais invisibilizadas pela narrativa da história única (Bloch, 2001), contribui para que possamos pensar processos contemporâneos na chave das continuidades e do compromisso com a não-repetição de ações violadoras de direitos, justificadas, em grande medida, pelas

demandas da modernização e do crescimento econômico. Voltaremos a esta reflexão na parte final deste texto.

2. Antecedentes dos conflitos por terra na Baixada Fluminense

Como já dito, o presente artigo se debruça sobre as relações entre o processo que levou a incorporação da Baixada Fluminense ao que hoje se conhece como Região Metropolitana do Rio de Janeiro e os conflitos por terra que emergem a partir da expansão da fronteira urbana da capital sentido periferia, entendida como uma construção socioespacial necessária à satisfação das demandas da cidade de estruturação tipicamente capitalista. De maneira mais específica, interessa-nos discutir os sentidos e impactos da industrialização e da periferização da região nas dinâmicas de suas áreas rurais, buscando entendê-las, por sua vez, não como espaços atrasados fadados à modernização, mas como *locus* de relações sociais e produtivas complexas e carregadas de tensões, que se evidenciam nos conflitos e resistências emergentes dos cenários de expropriação e violação de direitos que acompanham o movimento expansivo das fronteiras de acumulação.

Para que possamos situar esta temática no campo de discussões em que ela se insere, torna-se necessária uma rápida contextualização histórica sobre os processos de ocupação e desenvolvimento da Baixada Fluminense considerando-os em sua interdependência com as demandas capital do estado do Rio de Janeiro.

2.1 Das freguesias coloniais à "decadência" no século XIX

A ocupação colonial[8] da região geográfica que estamos aqui denominando Baixada Fluminense remonta ao ciclo do açúcar do século XVI, mas define-se, até meados do século XIX, em torno de atividades típicas de zonas intermediárias entre grandes núcleos econômicos. Neste sentido, seja em função das necessidades da circulação do ouro ou do escoamento da produção cafeeira, as aglomerações na Baixada foram se organizando como vilas-entrepostos ao redor dos caminhos que ligavam aos portos fluviais e marítimos. A política local, por sua vez, definiu-se através das disputas

[8] No século XVI, o que hoje conhecemos como os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Japeri, Queimados, Nilópolis, Belford Roxo e Mesquita faziam parte da sesmaria Iguassu, doada a Brás Cubas, porém apenas ocupada anos depois por Cristóvão Monteiro e pela Ordem de São Bento do Brasil (MARQUES, 2006). Como apontam estudos sobre a questão agrária brasileira, as origens dos problemas fundiários no país remontam à forma como se procedeu a distribuição de sesmarias e à dificuldade de definição dos limites das posses sesmeiras. A imprecisão sobre tais limites e a fragilidade do controle legal dos processos de apropriação de terra facilitaram a prática da grilagem e orientaram os termos da relação entre ocupantes e supostos proprietários.

travadas entre os grandes proprietários de terra pela construção e domínio das rotas mais cobiçadas e lucrativas. Segundo Alves (1998), o imbricamento entre os interesses da nobiliarquia local e da Coroa ao redor de tais disputas constituíram as bases de um coronelismo poderoso que se perpetuaria no padrão de dominação da região.

Na segunda metade do século XIX, a estrutura econômica sobre a qual se desenvolvia as vilas da Baixada começou a apresentar sinais de fragilidade. O incremento das redes ferroviárias[9] no país foi gradativamente tornando obsoletas as vias fluviais que justificavam a importância estratégica da região. Por um lado, o descuido com os rios provocou graves epidemias de cólera e malária que vitimaram centenas de pessoas e afugentaram outra tantas; por outro, a falta de alimentos e seu alto preço, a marcha cafeeira rumo ao Vale do Paraíba e a ascendente economia canavieira em Campos estimularam um movimento migratório que, além de esvaziar a Baixada do ponto de vista populacional, reduziu a níveis insignificantes sua produção agrícola para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro.

As condições ambientais degradadas pelo impaludismo, a reduzida capacidade de acumulação de capitais pelos proprietários fluminenses e os impactos provocados pelo término da escravidão e pela consequente escassez de força de trabalho necessária para movimentar a produção agrícola decadente do café inauguraram diversas narrativas sobre a decadência na qual mergulhou a Baixada Fluminense em fins do século XIX (SOUZA, 2006, p. 17). Buscando problematizar a categoria, tão acionada pela historiografia para descrever o período, Grynszpan (1987) e Souza advogam o cuidado que devemos ter para não confundir uma situação de crise com o desmonte absoluto da estrutura agrária da região. Neste mesmo sentido, Silveira (1987) argumenta que, no momento histórico ora em discussão, havia em andamento um relevante processo de concentração de terras que não poderia ser concebido em uma área totalmente degradada e decadente[10].

Desde a fase da decadência, estas grandes propriedades foram, grosso modo, sendo abandonadas de modo a se tornarem latifúndios improdutivos de reserva especulativa. Embora este cenário tenha propiciado um grande êxodo das populações rurais rumo às cidades, diversas famílias mantiveram suas posses ou ocuparam pedaços

[9] Em 1854, foi inaugurada, pelo barão de Mauá, a primeira estrada de ferro do Brasil. Em 1855, começou a ser construída a Estrada de Ferro D. Pedro II (atual Central do Brasil) que, em 1858, inaugurou seu primeiro trecho ligando Maxambomba (atual Nova Iguaçu) a Queimados e a Belém (atual Japeri).

[10] Nos limites das freguesias de Piedade de Iguaçu e de Santo Antônio de Jacutinga, Silveira identificou que nas décadas de 1950 e 1960 apenas 93 indivíduos ou famílias mantinham o controle da terra, enquanto a população livre atingia um total de 5.881 habitantes (SOUZA, 2006, p. 17).

de terra engajando-se em pequenas lavouras. A valorização do solo pelos motivos que discutiremos mais adiante, entretanto, promoveu uma rápida reconfiguração desta situação. A fragmentação das propriedades através de processos de venda e arrendamento legalmente pouco rigorosos incentivou a prática de apropriação indevida de territórios, promoveu violentos despejos e fez eclodir intensas disputas pela terra na região, especialmente a partir da década de 1950. Se por um lado esse processo representou globalmente uma tendência transformadora na ordenação do espaço urbano, nas áreas rurais significou também o elemento desencadeador das lutas que estão no escopo deste artigo.

2.2 Das políticas de saneamento à valorização fundiária

A Baixada Fluminense voltou a receber atenção do Estado quando a crise narrada no tópico anterior, agora aguçada pela redução do preço do cadê em decorrência de sua superprodução, atingiu as finanças públicas. Estava posto assim, entre as elites, o debate sobre a importância da não dependência da agricultura de exportação para a consolidação da economia nacional. Se por um lado a intensificação da produção agrícola era considerada um objetivo prioritário para a saída da crise, por outro, em partes da Baixada por onde as epidemias se alastravam, o investimento em políticas de saneamento constituía necessidade antecedente a qualquer esforço de incentivo à agricultura. Paralelamente, todo este processo regional desenvolvia-se à luz das rápidas transformações que ocorriam na cidade do Rio de Janeiro, anunciando a consolidação de um padrão segregacional de ocupação do espaço que perdura até os dias de hoje. Assim, os movimentos derivados da urbanização metropolitana e as dinâmicas do universo rural da região imbricaram-se de maneira evidente a partir do final do século XIX.

De acordo com Grynszpan (1987), a discussão sobre o saneamento na Baixada Fluminense pautou-se, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, pela necessidade de resolução de dois problemas eminentes: o abandono da agricultura e a apropriação indébita de terras públicas na região. Deduzimos, também, considerando o contexto político e econômico do período ora analisado, que os esforços sanitaristas ali empreendidos também se direcionavam a determinadas áreas que, com a expansão urbana do núcleo metropolitano, precisavam oferecer condições mínimas de infraestrutura para receber a massa de trabalhadores expulsos da capital por reformas

urbanísticas como a empreendida por Pereira Passos[11]. Este ponto ficará mais claro no tópico seguinte.

Um estudo produzido por Souza (2006) aponta que todas as políticas de saneamento levadas a cabo neste período com o objetivo de equacionar tais demandas asseguraram o investimento de verbas públicas para garantir diferentes interesses privados. Segundo a autora,

> As empresas privadas de saneamento exerceram o papel do Estado, empreendendo – com o aval governamental – a cobrança de taxas, implementando desapropriações e projetos de colonização (...) Através da realização do saneamento, grupos privados passariam a ter vastos poderes e uma larga possibilidade de acumular, de obter propriedades, de cobras títulos, de obter concessões e monopólios de serviço e até de efetivar a colonização. De um lado, teremos os investimentos de beneficiamento da laranja durante o governo Nilo Peçanha, legitimado pelo discurso da necessidade de investir na diversificação agrícola e na revalorização das terras fluminenses. De outro, teremos investimentos privados e ações combinadas com a sociedade políticas nas áreas mais degradadas, mas que poderiam significar vantajosas bases de acumulação de capitais (SOUZA, 2006, p. 20).

Em 1883, a "febre dos pomos de ouro", propiciada por uma série de incentivos fiscais, se espalhou por partes da Baixada Fluminense, acentuadamente nas áreas em torno de Maxambomba, que em 1916 foi elevada à categoria de cidade e teve seu nome mudado para Nova Iguaçu. Data deste período um significativo retalhamento das terras para a constituição de chácaras de laranja, já que muitos proprietários, endividados, aproveitaram a valorização de seus terrenos saneados para arrendá-los. Formou-se, assim, uma ilha de prosperidade em meio à "decadente" Baixada Fluminense. A emergência de um setor social voltado para a fruticultura que passou a reanimar o direcionamento de capitais da cidade para o campo; o aumento no número de trabalhadores assalariados; o desenvolvimento de diversas atividades secundárias relacionadas à citricultura e o incremento de uma infraestrutura urbana contrastavam, portanto, com outras áreas da região caracterizadas, ainda, pela velha estrutura agrária marcada pela concentração e pela improdutividade de suas terras.

A partir da década de 1930, tendo o saneamento se estendido por outras grandes áreas, inicia-se a criação dos núcleos de colonização na Baixada Fluminense. Buscando cumprir o objetivo de transformar a região em um "cinturão verde" de produção

[11] Prefeito da cidade do Rio de Janeiro entre 1902 e 1906.

agrícola destinada ao abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, em franca expansão populacional, áreas que haviam sido desapropriadas pela Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, à frente dos empreendimentos sanitaristas, foram transformadas em núcleos coloniais do Estado. Em 1932 e 1939, respectivamente, a Fazenda São Bento do Iguassu (Duque de Caxias) e a Fazenda do Tinguá (Nova Iguaçu), desapropriadas pela empreitada de saneamento desde 1922, foram transformadas em núcleos coloniais do Estado. Além destes, encontravam-se também na região os núcleos de Santa Cruz (1930), Duque de Caxias (1941), Papucaia (1951) e Santa Alice (1955).

É consenso entre os autores até agora citados que os objetivos almejados com a criação dos núcleos coloniais não foram devidamente alcançados. Ao contrário, o saneamento e as obras públicas promovidos para fins de produção agrícola orientada pelo Estado suscitaram uma significativa valorização das terras colonizadas, abrindo espaço para a especulação imobiliária. O efeito deste revés da política de incentivo agrícola, como veremos mais à frente, provocou intensas disputas de terras na região. Sintetizando este consenso, Geiger e Mesquita, seguidos de Souza, argumentam que:

> A Baixada Fluminense apresenta um exemplo interessante: planejou-se a realização de obras de saneamento visando uma intensificação das atividades agrícolas. Contudo, o que se observa é a extensão cada vez mais intensa das atividades de loteamento de tipo urbano, a concentração da população nas cidades importantes. A especulação com terras valorizadas pelas obras se opôs ao seu aproveitamento produtivo. (GEIGER e MESQUITA, 1956, p. 2 *Apud* GRYNSZPAN, 1987, p. 49)

> As políticas de saneamento assegurariam, assim, a revalorização de terra que, ao ser beneficiada, poderia estar apta ao retalhamento e venda, favorecendo, portanto, os especuladores imobiliários (SOUZA, 2006, pp. 20 e 24)

Os trechos supracitados dão a entender que os núcleos de colonização implementados na Baixada Fluminense foram absorvidos pela corrida especulativa, imobiliária e industrial alavancada pela expansão das fronteiras de acumulação do núcleo metropolitano. Embora possamos concordar que o projeto de vocacionamento agrícola da Baixada Fluminense não tenha resistido como esperado aos efeitos da incorporação urbana da região à periferia industrial da capital carioca, os depoimentos a que tivemos acesso ao longo do processo de pesquisa nos levam a considerar tal narrativa insuficiente para a compreensão de um processo de ocupação de terras complexo e carregado de significados. Acionados pela memória dos lavradores que, de

alguma forma, compuseram os cenários dos conflitos por terra que tanto nos interessam, os núcleos de colonização significaram mais do que projetos que não deram certo. Ainda que haja pouca literatura sobre o tema e que não nos caiba aprofundá-lo neste artigo, consideramos ser possível afirmar com segurança que a desapropriação de grandes lotes de terra e a intensidade do fluxo migratório que acedeu à região em busca de trabalho e moradia nos territórios estatais de produção agrícola constituem, em si mesmos, importantes variáveis para o estudo das dinâmicas sociais e fundiárias que estamos tentando analisar.

Paralelamente à limitada tentativa de consolidação dos núcleos coloniais como provedores do abastecimento de produtos agrícolas ao Rio de Janeiro, o bolsão citrícola de Nova Iguaçu começou a entrar em declínio ao longo dos anos 1940. Contribuiu para esta derrocada, além do início da Segunda Guerra Mundial - que desarticulou o esquema de exportação de laranjas, inteiramente dependente dos transportes marinhos feitos por empresas estrangeiras -, a expansão urbana e industrial do centro metropolitano do estado do Rio de Janeiro.

2.3 A incorporação urbana da Baixada Fluminense

Dentre as diversas chaves de análise que podem ser acionadas para a compreensão dos processos de urbanização, nos interessa a que relaciona a forma de ocupação do solo urbano às práticas sociais e aos conflitos de classe. Concordamos, neste sentido, com Abreu (2011), Maricato (2003), Rolnik (1988) e Limonad (1996), quando argumentam que as cidades capitalistas se organizam e reproduzem de acordo com a distribuição espacial das classes sociais por territórios mais ou menos equipados de infraestrutura e serviços básicos. Autores como Amador (2013), Alves (2003) e Marques (2006) dedicaram-se a analisar os efeitos deste processo na Baixada Fluminense. Seus trabalhos apontam para o entendimento de que a região, ao longo do século XX, assumiu características típicas de “cidades-dormitórios”, mas, ao mesmo tempo, logrou consolidar uma economia própria em torno da grande concentração de investimentos industriais que se alocaram em seu território especialmente a partir da década de 1940. Para além das indústrias de capital privado, Ramalho (1989) e Costa (2009) destacam a presença política e economicamente relevante de empreendimentos de cunho nacional-desenvolvimentista em Duque de Caxias. Enquanto o primeiro autor debruça-se sobre o “Estado-patrão” corporificado na Fábrica Nacional de Motores,

instalada em áreas rurais de Xerém em 1942, o segundo atenta para a construção da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), em 1961.

Contribuindo para esta discussão e aproximando-a do nosso tema de estudo, Suzuki (2007) pleiteia que a expansão estratificada das fronteiras das cidades se faz por meio da contínua transformação da incorporação urbana das áreas rurais, processo este carregado de tensões. Há, seguindo esta linha de raciocínio, uma relação óbvia entre os sentidos da urbanização e as formas de reconfiguração das dinâmicas próprias das regiões rurais fronteiriças às cidades em dilatação.

Como temos apontado, o que se passava na cidade do Rio de Janeiro não poderia deixar de repercutir sobre Baixada. No final do século XIX, a capital carioca experimentou um surto industrial alicerçado na industrial têxtil e de alimentos. Nesse contexto, as populações migrantes deserdadas pela abolição e pela crise cafeeira duplicaram, entre 1872 e 1890, a população da cidade gerando um prenúncio das reformas urbanísticas que seriam empreendidas nos anos seguintes. A ordem social que começou a ser delineada neste período revela, de imediato, a articulação do Estado com os capitais comerciais, financeiros e estrangeiros sediados na metrópole. De acordo com Alves,

> O Estado passa a ajudar a empresa privada, subsidiando a reprodução da força de trabalho ao isentar de impostos aduaneiros e conceder outros benefícios às empresas que construíssem casas populares higiênicas e adequadas. Mais tarde, a isenção recairá sobre as importações de material de construção, e as concessões de terrenos e edifícios irão para as firmas que se propusessem a edificar casas populares. Assim, as vilas operárias que surgiam não passavam de mais um esforço do Estado em descongestionar o centro do Rio. (...) A ordem social que emergia preservava a zona sul e parte da zona norte da cidade para as incorporações imobiliárias do capital nacional e para as influências do capital estrangeiro na alocação dos serviços de transporte e infraestrutura urbana. Aí seriam estabelecidas as classes e os usos nobres da cidade. No outro lado, estariam os subúrbios distantes, a uma distância satisfatória do núcleo privilegiado (ALVES, 1998, pp. 53-55).

A reforma empreendida pelo prefeito Pereira Passos (1902-1906), formulada para adequar o centro do Rio de Janeiro a sua função de grande porto internacional exportador de café e capital da novo elite cosmopolita, representou um dos primeiros esforços no sentido de estabelecer claras fronteiras socioespaciais entre as classes e seus direitos. Se as favelas, cortiços e “cabeças de porco” incrustados na cidade atraíam os

trabalhadores para perto de seus locais de trabalho, as constantes investidas de remoção por parte do Estado representavam uma ameaça de despejo constante. A Baixada Fluminense, com suas vilas-entrepostos estruturadas ao redor dos portos, acabou, com o incremento de políticas estatais e com a abertura de ferrovias e rodovias, por conforma-se em lugar ideal para a alocação dos aglomerados suburbanos a serviço da metrópole. Iniciou-se, assim, na região, uma fase loteadora sem precedentes[12].

> Herdeiros incontestes da estrutura agrária precedente, os loteamentos tornam-se a forma generalizada da incorporação que se anuncia. Calcados nas grandes unidades fundiárias que normalmente pertenciam a um único proprietário, foram colocados à disposição dos capitais metropolitanos pelo saneamento. Rapidamente passariam a resolver o problema de habitação para a população crescente, livrariam o pequeno poupador da desvalorização da moeda, salvariam os proprietários decadentes das hipotecas e dívidas, realizando os sonhos de fortuna dos donos de companhias imobiliárias. Os distritos de Nilópolis, São João de Meriti e parte de Duque de Caxias, por serem os mais próximos da metrópole, começarão a sentir as primeiras vagas da maré loteadora. O distrito-sede de Nova Iguaçu, porém, ainda tinha na citricultura os muros antiloteamento que prorrogariam para o final da década de 40 sua integração (SOARES, 1962, p. 169-172 *apud* ALVES, 1998, p. 57).

Visando facilitar o êxito de sua estratégia de reordenamento socioespacial, governos estaduais e municipais que atuavam em parceria com a iniciativa privada fomentaram uma série de incentivos, legais ou não, que alavancaram o loteamento em diversas partes da Baixada. A aprovação das plantas de obras era realizada por taxas mínimas; a burocracia relacionada ao processo de construção era simples e, muitas vezes, tolerava investimentos clandestinos; a compra de loteamentos e lotes se dava sob condições satisfatórias de pagamento parcelado e a longo prazo.

De maneira auxiliar a todas estas facilidades proporcionadas ao capital imobiliário, a transformação do trem em grande vetor da dilatação metropolitana rumo ao subúrbio e a abertura de diversas rodovias colaboraram para a incorporação segregada da Baixada pela expansão urbana do Rio de Janeiro. Em 1927, foi construída a estrada Rio-Petrópolis, atual rodovia Presidente Kennedy; a partir de 1935, iniciou-se

[12] Até 1929, tinham sido aprovados 21 loteamentos com 20.524 lotes. Entre 1930 e 1939, o número subiu para 22. De 1940 a 1949, foram aprovados 447 loteamentos com 73.025 lotes. De 1950 a 1959, eles praticamente triplicaram: foram aprovados 1168 loteamentos com 273.208 lotes. (ALVES, 1998, p. 64)

o processo de eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil; em 1944, a Avenida Presidente Vargas foi aberta; em 1946, foi construída a Avenida Brasil; e, em 1951, a rodovia Presidente Dutra foi inaugurada. Reafirmando a intenção do Estado em fixar a massa trabalhadora nas periferias suburbanas, o governo estadual implantou a tarifa única para as linhas ferroviárias, subsidiando tanto o capital industrial como o imobiliário. Ao reduzir o custo da reprodução da força de trabalho para a indústria, repassava ao trabalhador a responsabilidade do problema habitacional, fazendo com que parte do salário anteriormente gasta com os transportes fosse transferida para a compra do lote e construção das moradias por esforço próprio (ALVES, 1998, p. 58).

Para além de proporcionar o transbordo diário dos trabalhadores, outra consequência da intensificação da abertura de rodovias e linhas ferroviárias foi a expansão da fronteira do capital industrial no estado do Rio de Janeiro. Visando atrair investimentos, Nova Iguaçu e os municípios recém emancipados da Baixada (Duque de Caxias, em 1943; Nilópolis e São João de Meriti, em 1947) ofereceram uma série de incentivos fiscais para a instalação de indústrias em seus territórios. Assim, em 1953 havia 133 fábricas em Duque de Caxias. Em 1960, esse número aumentou para 206. Em 1961, a entrada em funcionamento da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), deu início à formação de um complexo petroquímico que, em 1970, já era responsável por 72% do total da transformação industrial do município. Dentre as fábricas que se territorializaram na Baixada Fluminense, algumas delas, ao estabelecerem suas fronteiras em áreas de ocupação eminentemente rural, geraram atritos importantes com lavradores. É o caso, que será explorado a seguir, da Fábrica Nacional de Motores.

A ocupação descontínua e desordenada da Baixada em torno dos aglomerados próximos às estações de trem, rodovias principais ou secundárias, loteamentos e instalações industriais seguiu, portanto, a lógica do capital e da especulação irradiados das necessidades vindas do Rio de Janeiro.

Dentre os diversos objetos passíveis de análise sociológica que emergem deste cenário, nos importa discutir, especificamente, os efeitos das rápidas transformações oriundas da incorporação urbana da Baixada Fluminense no meio rural. Também interessado em tal problemática, Grynszpan (1987) afirma que:

> Os investimentos estatais não representaram um incentivo à produção agrícola na Baixada. A valorização por eles gerada alimentou a especulação e provocou intensas disputas de terras na região, não apenas entre lavradores e grileiros, mas também

> entre grileiros e grileiros, e até grileiros e legítimos proprietários. (...) A especulação imobiliária, principalmente através da atividade loteadora, foi o produto mais imediato das obras públicas promovidas na Baixada a partir dos anos 1930. (...) e os loteamentos urbanos representavam uma das principais causas dos despejos de lavradores, em particular em municípios como Duque de Caxias e Nova Iguaçu (GRYNSZPAN, 1987, pps. 51, 55, 56).

A vocação periférica e industrial da Baixada, constituída historicamente pela ação do Estado em atenção às necessidades do capital, repercutiu direta e intensamente sobre a sua estrutura fundiária, cuja composição, até o início do século XX, relacionava-se com o desenvolvimento ou com a decadência dos grandes ciclos econômicos. O caráter do uso da terra, assim, foi sendo transformado pela sua valorização exponencial, seja em virtude das demandas por moradia, seja pela alocação de investimentos fabris.

Dedicaremo-nos, nos tópicos seguintes, a tratar as disputas gestadas por este cenário tendo como pano de fundo toda a contextualização histórica que realizamos até aqui. Buscaremos, para isso, analisar as situações de conflito com a intenção de revelar atores e interesses envolvidos; mediadores mobilizados; formas de repressão e violência acionadas pelas classes dominantes e pelo Estado e as estratégias de organização e resistência empreendidas pelos trabalhadores como reação a situações percebidas como injustas. Partimos do pressuposto que a história da Baixada Fluminense carrega em si determinadas especificidades que conformam relações de poder, dominação e padrões de violência bastante particulares, e tentaremos estar atentos a como elas interferem na deflagração e no desenvolvimento dos conflitos por terra na região.

3. Tensionamentos sociais, conflitos por terra e resistência camponesa na Baixada Fluminense

Como estamos tentando endossar, as rápidas transformações que ocorreram na Baixada Fluminense, especialmente a partir dos anos 1930, repercutiram de maneira intensa no mundo rural. A expansão da fronteira urbana sentido periferia e, consequentemente, os projetos de vocacionamento da região à satisfação das demandas do núcleo metropolitano ressignificaram as dinâmicas de ocupação de suas terras, tanto no que diz respeito aos seus usos, quanto ao que se refere às relações de posse e trabalho nelas articuladas. Diversos processos, relacionados direta ou indiretamente entre si, concorreram para a composição deste cenário: o saneamento; a criação dos núcleos de colonização; a construção de rodovias e o incremento de linhas férreas; a corrida

loteadora protagonizada pelo capital imobiliário e especulativo e a territorialização de indústrias de grande porte são apenas alguns exemplos da miríade de variáveis que devemos considerar para elaborar um quadro mais ou menos rigoroso das transformações fundiárias que nos importam discutir como chave para a compreensão da deflagração de conflitos por terra na região.

Dentre tais transformações, nos concerne sublinhar a exponencial valorização do solo rural e a intensidade e heterogeneidade do afluxo migratório que por ele transita e se instala em busca de terra, trabalho e moradia. A estrutura agrária tradicional dominada por latifúndios improdutivos e decadentes se dinamiza na medida em que novos interesses entram em jogo. Dinamizam-se, também, as formas de ocupação das terras e as relações que nelas se estabelecem. Novos atores ampliam os polos do antagonismo histórico entre fazendeiros e camponeses: fábricas, empresas, administradores, arrendatários, políticos, especuladores, operários, lavradores, *grileiros* e *posseiros*[13]. É desta transição que emergem os tensionamentos sociais em torno da disputa sobre o direito de ocupação e uso da terra. As ameaças de despejo aos lavradores das terras valorizadas dão face ao início das situações conflitivas que, ao final dos anos 1950, eclodiram de maneira violenta na região. Em reação, a organização de movimentos de resistência e luta também assume contornos contundentes e particulares.

Alicerçado teoricamente na obra de Edward Thompson (1987) sobre as ações de massa ocorridas na Inglaterra do século XVIII, Grynszpan (1987) empreende uma interessante análise sobre a emergência da resistência camponesa na "área dos conflitos" da Baixada, partindo do pressuposto que sua ocorrência não pode ser explicada apenas pelos "estímulos econômicos elementares" que afetavam o cotidiano dos lavradores em situação de despossessão da terra. A indagação que faz é: "por que os lavradores despejados da Baixada optaram pela luta e não pela migração para a cidade ou para outras regiões do país onde houvesse terras disponíveis?" (GRYNSZPAN, 1987, p. 64).

Thompson (1987) argumentaria que responder a tal questionamento implica numa compreensão acerca de como os estímulos econômicos aos quais estavam submetidos os camponeses operavam dentro do consenso popular, no interior do conjunto de normas tradicionais e de obrigações sociais, bem como das noções

[13] Para uma discussão mais detalhada sobre a formulação e o acionamento das categorias "grileiro" e "posseiro", ver GRYNSZPAN (1987).

tradicionais sobre as funções econômicas dos diversos setores sociais envolvidos na dinâmica conflitiva em torno das terras. A situação, assim, deve ser percebida pelos atores dominados como injusta e ilegítima.

Afiliando-se a tal discussão teórica, Barrington Moore Jr. (1978) afirma que a emergência de reações de revolta associa-se diretamente à ruptura de relações de dependência e dominação. Com efeito, segundo Grynszpan,

> No caso da Baixada, a subordinação à qual boa parte dos lavradores estava sujeita não parece ter gerado fortes reações. A luta só sobrevinha quando incidia sobre eles a ameaça de despejo (...), já que o despejo representa o corte do acesso à terra (que não é) para o camponês, um simples local de trabalho e habitação, mas sim a base para a reprodução de sua condição camponesa e, consequentemente, de uma série de relações sociais.
> (...)
> A valorização das terras da Baixada e o consequente surgimento dos grileiros, muitas vezes diversos deles reivindicando uma mesma área, contribuíram para o enfraquecimento dos já não muito fortes laços de subordinação que prendiam os lavradores. Se estes não se sentiam donos das terras, eles iriam, aos poucos, relativizando sua situação, e desconfiando de que aqueles que se diziam donos também não o eram. Os lavradores tornavam-se, assim, propensos a lutar por uma terra que julgava ser um direito seu e a sua sobrevivência, contra os despejos que lhes pareciam, cada vez mais, injustos e ilegítimos. Destarte, a quebra da subordinação provocada, em grande parte, pela interposição de um terceiro elemento na relação – o grileiro – foi fundamental para que as lutas dos lavradores se iniciassem a partir da Baixada, e tivessem, ali, seu foco de maior intensidade até o ano de 1964 (GRYNSPAN, 1987, pp. 65; 84)

A análise das situações conflitivas e de resistência em destaque deve considerar, também, a contextualidade das ações dos sujeitos, entendida não como dado substantivo, mas como expressão de relações sociais que vão sendo construídas a partir de experiências cotidianas, partilhadas e não estanques (THOMPSON, 1987). Como discutiremos mais adiante, as diversas configurações de articulação e trânsito entre os atores que, em sua heterogeneidade de origens, experiências e atuações produtivas, compuseram os conflitos em tela, nos induz a pensar que o imbricamento cotidiano entre os universos camponês e operário seja fundamental para a compreensão das resistências que se delinearam.

A deflagração de movimentos de resistência camponesa na Baixada Fluminense também não pode ser analisada fora do contexto mais amplo das lutas e organizações de trabalhadores do campo no estado do Rio de Janeiro e em todo o território nacional (MEDEIROS, 2015). Ademais, para além de uma atuação polarizada entre lavradores e proprietários/*grileiros*, devemos trazer para o quadro dos conflitos a figura de importantes mediadores que influenciaram direta e indiretamente a adoção de estratégias de luta e discursos acionados pelos trabalhadores rurais no decorrer das resistências e iniciativas empreendidas para a garantia de permanência na terra. Falamos de advogados sindicais, militantes dos setores urbanos, políticos locais, partidos de esquerda, em especial o Partido Comunista e membros da Igreja Católica. As categorias referentes às classes dominantes, como proprietário e *grileiro*, também devem ser trabalhadas em sua heterogeneidade. Para além do típico fazendeiro, dono de fato ou não das áreas em litígio, os conflitos ocorridos na Baixada revelam outros atores relevantes na disputa fundiária, como aqueles envolvidos em empreendimentos fabris e em atividades de loteamento e especulação imobiliária.

Finalmente, há que considerar que o Estado, na Baixada Fluminense, constituiu-se ao longo de sua história como altamente permeável à violência ilegal e privada, inscrita nas possibilidades implementadas pelo poder local que se consolidou na esfera política local e supra local. As especificidades da estrutura de dominação na região, portanto, revelam um aparato estatal intrinsecamente articulado com interesses personalistas de cunho econômico e eleitoreiro. Além da conivência ou participação direta deste aparato nas ações de repressão dirigida contra os camponeses, a tradição da resolução de problemas via matadores e capangas ou, nas palavras de Alves (1998), via sistemas de justiça privada e grupos de extermínio, certamente compõe a equação dos conflitos que analisamos.

3.1 Articulações ruro-fabris em Xerém

3.1.1 A Fábrica Nacional de Motores

Duque de Caxias, município emancipado em 1943, é definido por Davis (1993) como uma periferia formada por um processo de industrialização fortemente impulsionado pelo investimento estatal. Somada ao contexto regional de intensificação da especulação imobiliária para fins de loteamento urbano, a instalação da Fábrica Nacional de Motores (FNM) em Xerém, em 1942, ilustra de maneira bastante apropriada esta caracterização. Responsável direto pela valorização fundiária das terras

do distrito e pela chegada de significativos contingentes populacionais à região, o empreendimento, tutelado pelo Estado brasileiro e dirigido pela Aeronáutica, interferiu de diversas formas na dinâmica fundiária de seu entorno, onde, não por acaso, eclodiram os principais conflitos por terra mapeados no município entre os anos 1950 e 1960.

Inserida na conjuntura política e econômica da Segunda Guerra Mundial e de implantação de grandes indústrias de base no Estado do Rio de Janeiro a partir da década de 1940[14], a FNM foi criada, inicialmente, para produzir motores de avião. Sob o argumento da "defesa nacional", instalou-se em Xerém, distrito protegido pela serra de Petrópolis, bem servido de mananciais e próximo o suficiente da então capital federal. Se até esse momento a localidade era "insalubre e pantanosa" (RAMALHO, 1989, p. 31), o saneamento dos cinco mil hectares desapropriados para abrigar o projeto da "Cidade dos Motores" logrou transformá-la em uma área dinâmica, produtiva e atraente para pessoas em busca de oportunidades. Face da mesma moeda, a valorização exponencial das terras vizinhas à fábrica fez-se notar pelo redimensionamento dos atores delas ocupantes e dos que sobre elas demandavam legalidade de posse.

Trata-se da composição de um cenário tipicamente alicerçado em bases de pretensão autárquica, comum aos projetos econômicos alocados em áreas predominantemente rurais. É dizer: para além do espaço das unidades fabris propriamente ditas, a FNM Nesse momento, segundo Grynszpan (1987), a categoria *grileiro* passa a recobrir todos aqueles que tentam se apropriar de terras onde estão trabalhadores que, por sua vez, passaram a se identificar como *posseiros*.[13] Embora pagando taxas pelo uso da terra ou para cortar madeira, ou seja, reconhecendo que a propriedade pertencia a outro, no momento da disputa, o argumento do uso da terra para garantir o sustento da família se sobrepõe. *Grileiros* e *posseiros*, ainda segundo o autor, se constituíram, antes de mais nada, como categorias políticas, de enfrentamento, colocando em jogo a legitimidade do uso da terra., como outras empresas, expandiu suas fronteiras produtivas apossando-se de grandes dimensões de terras. Neste sentido, valendo-se do amplo território à sua disposição, o empreendimento organizou áreas de lavoura e criação de animais, edificou moradias para os diferentes níveis de seus funcionários e construiu um completo aparato de instrumentos e serviços de infraestrutura, atendimento e lazer dos quais poderiam dispor seus trabalhadores-inquilinos. Se, por um

[14] Como a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, a Companhia Nacional de Álcalis, em Cabo Frio e, posteriormente, a Refinaria de Duque de Caxias.

lado, a desapropriação desta extensa área justificava-se pela demanda da auto-suficiência fabril, por outro, significava também o exercício de um domínio absoluto da empresa sobre os seus funcionários e, mais que isso, sobre toda a região dela circunvizinha.

Podemos supor, considerando as implicações de tal natureza autárquica, que a instalação da indústria nesta grande área rural, saneada para recebê-la, atraiu um significativo contingente populacional vindo de diversas partes do país e também de outras localidades do estado do Rio de Janeiro. A heterogeneidade desses migrantes deve ser ressaltada: para além da mão de obra recrutada oficialmente para os trabalhos fabris e para a lida nas lavouras e criações destinadas a produzir insumos a serem consumidos nos refeitórios, o entorno da FNM também recebeu fluxos de pessoas que, atraídas por oportunidades latentes de emprego e terra, foram se instalando na região como *posseiros*. Começaram a se delinear, neste processo, fronteiras pouco precisas entre as áreas de posse legítima da empresa e as áreas devolutas ou pertencentes às antigas fazendas de Xerém. Frutos deste mesmo transcurso e de uma conjuntura regional marcada pelo aumento da especulação imobiliária para fins de loteamento, as práticas de grilagem também começaram a se acentuar por este período.

Embora o início da gestação das tensões provenientes desta situação date da instalação do empreendimento na região, o estrito controle militar ao qual ele esteve submetido até 1947 logrou dominar os atores e as terras que, direta ou indiretamente, compunham seu universo. Terminada a Segunda Guerra e já num contexto de redemocratização, entretanto, a FNM foi transformada em sociedade anônima e reorientada para a produção de caminhões e ônibus. O projeto inicial de autarquia começou a perder força, assim como a militarização das relações entre a fábrica e seus funcionários. O controle sobre as terras, consequentemente, arrefeceu:

> A FNM S.A, segundo os trabalhadores, cedia os “direitos” sobre as terras para os agricultores, sem a preocupação rígida de vincular a produção dessas terras às exigências da empresa, tendo-se dado a ocupação dos terrenos e a comercialização da produção das mais variadas formas. Relações de “arrendamento”, “aluguel”, “venda” de terra e outras situações que podem ser pensadas como posse indicam a quebra do controle rígido anteriormente exercido (RAMALHO, 1989, P.56).

Possivelmente não por acaso, data desta mesma época a criação da primeira Comissão de Lavradores de Duque de Caxias, fundada por José Pureza da Silva, importante liderança que se estabeleceu na região em 1947 como meeiro na Fazenda Penha-Caixão, também localizada em Xerém. Poucos anos mais tarde, em 1952, os líderes dessa Comissão consultaram um advogado, provavelmente ligado ao Partido Comunista, que os aconselhou a "fundar uma organização que atendesse ao Estado do Rio de Janeiro, em benefício de todo tipo de lavrador" (PUREZA, 1982, p. 25). Neste mesmo ano foi criada a Associação de Lavradores Fluminenses (ALF), então presidida por Manoel Jerônimo.

Partimos da hipótese de que esta mobilização está intimamente associada ao aguçamento do quadro de despejos ocorridos em decorrência do casamento entre a valorização das terras ao redor da FNM e o afrouxamento do controle de suas fronteiras, que abriu precedentes para as disputas em torno de sua posse. Não custa relembrar, também, que todo este quadro conflitivo tem ainda como pano de fundo as dinamizações populacionais e territoriais decorrentes da criação dos núcleos de colonização, em especial os de Tinguá e São Bento, e dos demais efeitos de periferização que se abateram de maneira irradiativa por toda a região.

Apesar de as regiões de conflito não terem, a princípio, sido pleiteadas como parcelas de propriedade da empresa, concordamos com o argumento de Ramalho (1989) de que as situações conflitivas emergentes nas áreas rurais de Xerém caracterizavam-se pelo trânsito e pelas sociabilidades de lideranças camponesas e operárias propiciadas pela proximidade geográfica entre importantes fazendas, como a São Lourenço e a Capivari, e a Fábrica Nacional de Motores. Dedicaremo-nos a estas articulações no tópico a seguir.

3.1.2 Entre operários e camponeses: permeabilizações da fronteira rural-urbano e a organização da resistência

Assim como a contextualização que empreendemos anteriormente, as análises empíricas das situações de conflito também sugerem que as dicotomias urbano/rural e operariado/campesinato, ainda predominantes na literatura sociológica, são insuficientes para que possamos compreender a complexidade dos conflitos por terra que ocorreram não só em Duque de Caxias, mas em várias localidades do Estado do Rio de Janeiro. Estamos tratando de áreas que, especialmente a partir da década de 1930, passaram por transformações oriundas de uma rápida incorporação urbana e industrial que, dentre

outras consequências, atraiu significativos contingentes populacionais, revalorizou terras antes esquecidas pelo poder público e privado e diversificou as relações de ocupação e produção dos locais onde foram alocados diferentes tipos de investimentos.

Com base neste cenário, a análise das situações conflitivas em destaque deve considerar, necessariamente, a contextualidade das ações dos sujeitos, entendida não como dado substantivo, mas como expressão de relações sociais que vão sendo construídas a partir de experiências cotidianas, partilhadas e não estanques (THOMPSON, 1987). A FNM, pela forma através da qual se territorializou em Xerém, proporcionou diversas configurações de articulação e trânsito entre os atores que, em sua heterogeneidade de origens, experiências e atuações produtivas, compuseram os conflitos que se deflagraram ao longo dos anos 1950 e 1960. Neste sentido, os depoimentos e documentos aos quais tivemos acesso para a produção da pesquisa que embasa este artigo nos deixam claro que, embora a delimitação dos universos camponês e operário seja fundamental a nível de categorização política e acesso a direitos, as identidades dos atores em cena não são tão engessadas como somos induzidos a imaginar.

Como já discutido, o saneamento promovido pela FNM e os pressupostos implícitos em seu projeto inicial de desenvolvimento autárquico tiveram como consequência a atração de um significativo contingente populacional. A heterogeneidade desses migrantes deve ser sublinhada: entre eles, havia os que eram diretamente recrutados pela fábrica para exercer atividades técnicas; os lavradores que, designados como *colonos*, recebiam pequenas porções de terra para produzir alimentos para os refeitórios fabris; e os que, atraídos pelas oportunidades latentes de emprego e terra, se fixavam como *posseiros* nas áreas ao redor do empreendimento.

Embora perceptíveis nos esquemas de organização do funcionamento fabril, essas identidades devem ser percebidas em sua fluidez. Muitos operários vinham de trajetórias camponesas. Muitos lavradores combinavam sua atividade na terra com ocupações industriais. Segundo depoimentos colhidos por Ramalho (1989), a concomitância entre os dois tipos de tarefa gerou, inclusive, práticas comuns entre os trabalhadores da FNM, que buscavam incrementar suas rendas ampliando o seu leque de prestação de serviços.

Neste mesmo sentido, depoimentos e entrevistas aos quais tivemos acesso também indicam que importantes lideranças que atuaram nestas e em outras lutas por terra na Baixada Fluminense tiveram experiências de trabalho e sindicalização em

setores urbanos ou mesmo na própria Fábrica Nacional de Motores. O próprio José Pureza, inclusive, participou das "lutas operárias" quando trabalhava na construção civil. Sua decisão de ir para a área rural, segundo ele, deveu-se ao fato de que "os trabalhadores da cidade estavam se organizando, mas no campo não havia nada nesse sentido" e que, dada esta situação, "os dois movimentos, campo e cidade, deveriam marchar juntos" (PUREZA, 1982, p. 17). Além de Pureza, Laerte Bastos começou sua luta "ali na FNM", onde comprou um sítio, "mas queria mesmo era entrosar no movimento"[15]; Nilson Venâncio trabalhou na fábrica e, "quando começou a ter despejo na divisa com a São Lourenço" começou a "dar apoio"[16]; Félix Escobar, "camponês, comerciário e servente de obras", foi do Sindicato dos Empregados no Comércio de Duque de Caxias e ajudou a fundar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do mesmo município, tendo atuado na organização dos camponeses de Xerém.[17]

Referindo-se à organização sindical no interior da Fábrica Nacional de Motores, Ramalho afirma que "a proximidade política de operários e camponeses fez com que o sindicato da fábrica atuasse no sentido de realizar, na prática, uma colaboração entre as duas categorias de trabalhadores" (1989, p. 158). Além dos sindicalistas da indústria metalúrgica, Grynszpan (1987) e Ernandez (2010) afirmam, reforçando o ponto, que o movimento camponês da região também contou com o apoio dos Sindicatos dos Rodoviários, dos Ferroviários e dos Petroleiros de Duque de Caxias. Destacamos alguns depoimentos que colaboram para ilustrar este quadro. Nilson Venâncio afirma:

> Fui trabalhar na FNM. Trabalhando na fábrica, comecei a ver que alguma coisa estava errada. Não tinha hora direito de almoço, comecei a esculhambar lá, brigar na fila. Aí o mestre João Vitor, que tinha sido um dos grandes quadros do Partido [Comunista] na Baixada, me chamou. Ele me viu esculhambando e falou que não era assim. Aí o Lenine, que foi atuante na FNM, me chamou. Ao mesmo tempo começou a ter despejo na divisa da São Lourenço com a FNM. Eu comecei a dar apoio. Fui recrutado no campo e na cidade. (...) Eu entrei no Partido pelo campo, não foi pela fábrica. (...) Eu era da Mantiqueira, da área da FNM, mas tinha prestígio em São Lourenço. Eu peguei por baixo o pessoal, organizei e trouxe (Nilson Venâncio, entrevista concedida a Leonilde Medeiros em 1983).

[15] Trecho de entrevista concedida a Marcelo Ernandez em Dezembro de 2004.
[16] Trecho de entrevista concedida a Elisandra Galvão em Outubro de 2010.
[17] http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/119

Manoel Antonio da Costa, o Manoelão, narra uma experiência semelhante:

> Eu fui criado na roça dos meus pais. E sempre fui roceiro. Quando chegamos em Xerém, justamente o que eles queriam? Melhorar. (...) Eu pensei bem, disse, sabe de uma coisa, eu não vou ficar no meio desse mato não. Eu não vou conseguir arrumar dinheiro. Aí eu resolvi procurar emprego na cidade. Aí arrumei emprego, fui trabalhar na Sansão Vasconcelos, negócio que fazia carroceria de basculante de caminhão. Era uma metalúrgica, não é. Aí trabalhei cinco anos e oito meses naquela metalúrgica. (...) o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, ele chegou perto de mim e falou assim: "seu Manoel, todo operário tem que ser sindicalizado. A arma nossa é o sindicato. Então, é preciso que o senhor se sindicalize, tá. (...) Quando chegar na época que tiver que fazer greve, o senhor sabe como é que se faz uma greve". Aquela coisa, vai aprendendo. Então eu já aprendi um pouco naquilo ali. Quando eu fui para a associação do camponês eu já tinha uma noção de liderança não é. Já. Já estava acostumado com o Sindicato dos Metalúrgicos, não é? (Manoel Antônio da Costa, entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 27/12/2004).

O depoimento de Laerte de Bastos vai na mesma direção:

> Tem aqui a Fábrica Nacional de Motores. A minha luta começou aí. Eu até então eu estava ligado com essas lutas gerais, com os sindicatos, essas coisas todas, e com o pessoal da Petrobrás. (...) Era uma área muito grande (a da FNM), que na realidade não tinha nada a ver com a questão da indústria, do fabrico de caminhão e tal. E a fábrica por muito grande que seja, não ia naquela área imensa. Então nessa área... eu fui, falei assim: eu vou para o campo. A nossa necessidade do campo e tal. (Laerte Bastos, entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 16/12/2004).

Estes trânsitos relativizam as abordagens dicotomizadoras das identidades operária e camponesa. Embora as terras em disputa na Fazenda São Lourenço não constassem como propriedade da Fábrica Nacional de Motores, o papel da empresa nas origens e no equacionamento das resistências é evidente. Por um lado, a valorização das áreas, além de atrair *posseiro*s, reacendeu o interesse de supostos proprietários, *grileiro*s e empresas interessadas em especular com as terras, até então relativamente abandonadas. Por outro, o incremento populacional e as trocas entre lideranças e organizações operárias e camponesas que transitavam pela fábrica e seu entorno contribuíram para consolidar entre os lavradores a percepção de que as ameaças de despejo se constituíam em atos injustos contra os quais deveriam se mobilizar.

Há que se ressaltar, neste processo, a importante participação de mediadores diversos que colaboraram para a efetivação política de tais articulações cotidianas. O crescimento de associações de lavradores e sua expansão pelo Estado do Rio de Janeiro ocorreram paralelamente a um esforço sistemático do Partido Comunista Brasileiro (PCB) de organizar os trabalhadores do campo em diversos pontos do país (MEDEIROS, 2015). Das lideranças operárias e camponesas que atuaram nos conflitos por terra na Baixada Fluminense e, especificamente, em Xerém, todas possuíram alguma vinculação com o Partido e várias estiveram à frente das principais organizações de representação rural do estado[18]. Os advogados do PCB e das organizações e sindicatos de categorias de trabalhadores urbanos e rurais também tiveram um papel significativamente relevante para a tradução dos tensionamentos sociais em matérias litigiosas.

Também no campo de mediadores, há de se fazer menção a figuras ligadas a um novo coronelismo clientelista, populista e eleitoreiro, base do poder político-econômico local, que, ao mesmo tempo em que se constituía como sustentáculo da grilagem e, portanto, dos conflitos, por vezes parecia estar favorável aos camponeses. Se, por um lado, os interesses comuns de oposição aos *posseiros*, que uniam proprietários e *grileiros*, ganhavam maior consistência política na articulação de compromisso em torno de lideranças políticas locais; por outro, a demagogia e o clientelismo de figuras personalistas detentoras do controle eleitoral conformavam a consolidação de um poder caudilhesco com apoio de amplos setores de massa e, inclusive, em determinados momentos, de grupos de esquerda. Uma contradição aparente, mas não essencial: o discurso nacionalista apenas flertava com os lavradores sem que, em momento algum, pusesse em xeque os latifundiários como classe, preservando-os, portanto, como pilar da estrutura de poder no campo brasileiro. Duas lideranças sintetizam bem, em suas

[18] Dos onze nomes que estavam à frente da ALF em 1954 – Seabra Matias Prata, Manoel Jerônimo, Manoel Ramos Volinho, Francisco Silva, Itamar Joel Miranda, José Pureza, Severino Ramos da Cruz, Júlio Augusto Correia, Antônio Gomes Resende, Curgulino Pereira Gomes e Abelardo Scheiner, pelo menos nove eram de Xerém. Na diretoria que assumiu a Falerj em janeiro de 1961, Manoel Ferreira de Lima, de Magé, era o presidente, em substituição a Manoel Marins, de Caxias. Seu primeiro vice-presidente era Alvino Alves dos Santos, de Pedra Lisa, e o segundo, Júlio Joaquim de Oliveira, líder da Associação dos Lavradores de Rio das Ostras, em Casimiro de Abreu, mas que, ao que parece, havia vindo de Caxias. O primeiro secretário, Bráulio Rodrigues, era de Pedra Lisa, ao passo que o segundo, Manoel Escobar, o primeiro tesoureiro, Joaquim Antônio, e o segundo tesoureiro, José Pureza, todos os três eram de Caxias. Dos três componentes do Conselho Fiscal, um, Francisco Lacerda, era de Nova Iguaçu e atuava em Pedra Lisa, o outro, Anésio Dias de Freitas, era de Cachoeiras de Macacu, e o último, Antônio Gomes, não temos informação sobre sua procedência. Em 1963, a presidência da federação coube a Pureza, tesoureiro da direção anterior. A vice-presidência era de Bráulio Rodrigues, antigo secretário. O tesoureiro era Manoel Ferreira de Lima, presidente anterior, e Alvino Alves dos Santos, antigo vice-presidente, aparecia como diretor técnico (GRYNSZPAN, 1987, p. 142).

trajetórias políticas, este perfil de dominação descrito por Araújo (1982) e por tantos outros estudiosos da Baixada: Getúlio de Moura e Tenório Cavalcanti. Como veremos mais adiante, Moura era um dos condôminos da Fazenda São Lourenço; Tenório, por sua vez, é figura plástica e presente nos relatos de camponeses sobre os conflitos fundiários que estamos analisando[19].

Estas intercessões entre as esferas de atividades camponesas e operárias, visíveis no plano das relações e arranjos cotidianos travados por e entre os diversos tipos de habitantes e mediadores de regiões ruro-fabris, são basilares para a compreensão dos conflitos por terra e das resistências que ocorreram em Xerém. Com base em tal perspectiva analítica, apresentaremos a seguir o conflito deflagrado nas terras da Fazenda São Lourenço.

3.1.3 As trincheiras da Fazenda São Lourenço

Um dos casos mais notórios de conflito por terra na região de Duque de Caxias/Xerém é o da Fazenda São Lourenço, contígua à III gleba de Capivari e à Fazenda Morro Grande. Nela ocorreu, em agosto de 1961, uma reação armada de um grande número de trabalhadores rurais contra uma ordem de despejo judicial.

A Fazenda São Lourenço era propriedade de um conjunto de quatro condôminos[20]. Desde o início da década de 1950, toda a área era administrada por Emílio Horwitz, que estabelecia, pela força, com o apoio do poder político local e "representando o terror", uma relação de forte domínio em relação aos lavradores ocupantes de seus limites. Em 1952, sob sua gerência, ocorreu, mediante o uso da violência e da destruição de benfeitorias, o primeiro despejo judicial das famílias que moravam e produziam nas terras da fazenda. Das que sobraram e das que chegaram à região com o passar dos anos, o pretenso proprietário seguiu cobrando a taxa de *matagem* e a terça ou a meia, conforme o caso, da produção de *lavoura branca*[21] e banana (ERNANDEZ, 2010).

Em 1958, após a morte de Emílio Horwitz, Fé Augusta, sua viúva, assumiu a sua parte no condomínio e designou um empregado para gerir a relação com os ocupantes

[19] Para uma discussão aprofundada sobre a trajetória de Tenório Cavalcanti, ver Beloch, 1986.

[20] Espólio de Cícero Figueiredo, proprietário de 37/64 da Fazenda; Getúlio Barbosa de Moura e sua esposa, proprietários de 15/64; Paulino de Souza Barbosa e sua esposa, proprietários de 6/64; e espólio de Emílio João Carlos Horwitz, representado por sua inventariante Fé Augusta Horwitz, proprietário de 6/64 (ARAÚJO, 1982).

[21] O termo *matagem* é a forma local de designar o tributo pago pelo direito de explorar a madeira de uma área. *Lavoura branca* designa as culturas temporárias que, na região, constituíam-se basicamente de milho, arroz, feijão, mandioca e aipim.

da Fazenda sem, no entanto, conseguir reproduzir o mesmo padrão de dominação que seu marido lograva manter. No final da década, grande parte dos trabalhadores rurais que produziam na área havia deixado de pagar os tributos que mantinham seus vínculos com a administração da São Lourenço.

Em março de 1959, buscando encontrar uma solução para esta situação, a viúva Horwitz arrendou sua parte para o italiano Antônio Strufaldi. Embora o contrato de tal arrendamento garantisse a ele o direito de exploração do bananal e de cultivo da terra com *lavoura branca*, sua presença na área caracterizou-se não pela produção, mas pela cobrança da *matagem* e da *meia* dos *posseiro*s que produziam insumos básicos e banana. Poucos meses após o estabelecimento de tal contrato, entretanto, o arrendatário parou de pagar o aluguel e, em outubro de 1960, Fé Augusta entrou com um pedido de despejo contra ele e, consequentemente, contra os *posseiro*s que ocupavam a área, na 1ª Vara de Duque de Caxias. Em julho de 1961, o juiz Hélio Albernaz Alvez decidiu pela execução do despejo, que foi marcado para o dia 16 de agosto.

Das sete famílias de *posseiros* indiciadas pela ação, quatro foram violentamente despejadas na ocasião. Segue um relato do despejo feito pelo lavrador Elísio e publicado no jornal *Luta Democrática*[22] do dia 20/08/1961:

> Há dez anos fiz contrato com o Sr. Emílio para derrubar madeira e plantar bananeiras. Consegui, apesar de velho, plantar 17 mil pés. Nunca tive contrato com este italiano que está sendo despejado. Veio aqui o general Castelo Branco e ameaçou-me para sair das terras. Depois vieram os oficiais de justiça. E, quarta-feira, eles voltaram com soldados, quebraram os pratos onde eu acabava de almoçar com minha família, danificaram os móveis e os entulharam de qualquer maneira num caminhão. Levaram-me preso para o depósito judicial, ameaçaram-me de pancada. A ameaça foi feita por um tal de Olavo. É tudo uma farsa. Até minhas abelhas sofreram, pois quebraram as colmeias que eu fizera de caixotes. Por deboche, um sargento que comandava os bandidos ainda me deu um favo, dizendo: estás reclamando? Mas ainda estou te dando mel... (*Apud* ARAÚJO, 1982, p. 36)

Muito embora a ação de despejo se destinasse formalmente aos sete *posseiro*s indiciados e suas famílias, as ameaças e notícias sobre o caráter violento da desocupação repercutiam sobre o conjunto de ocupantes da Fazenda, cerca de 300 famílias. Segundo Ernandez (2010), vários lavradores teriam recebido notificações

[22] Jornal de forte apelo popular criado por Tenório Cavalcanti em 1954.

judiciais falsificadas, como mensagens de aviso sobre a disposição das forças dominantes. Temendo uma limpeza geral da área, mobilizaram-se, pela primeira vez, em um movimento armado de resistência e se organizaram em trincheiras nas principais vias de acesso à fazenda para impedir o despejo das outras três famílias que constavam no processo judicial. De diversas partes da Baixada Fluminense chegaram camponeses e operários, dispostos a ajudar. Eram centenas (ou milhares – as referências disponíveis divergem) de homens e mulheres armados de espingardas de caça e de repetição. Existia, ainda, em Magé, uma reserva pronta para se deslocar caso a situação se tornasse crítica. Os trechos de entrevistas e matérias de jornal destacados a seguir dão uma dimensão desta mobilização:

> Você acredita que com menos de 24 horas nós tínhamos 2.000 homens armados dentro da Fazenda São Lourenço? Gente de Pedra Lisa, gente de Tinguá, gente de Xerém, gente de Campos. Vinha caminhão cheio de homem rapaz! (Manoel Antônio da Costa em entrevista concedida a Ernandez em 27/12/2004)

> "Se aparecer algum policial, fogo nele!" Esta foi a deliberação tomada pelos 200 lavradores que cavaram trincheiras na Fazenda São Lourenço e dali não saem nem para comer: olhos vigilantes e dedo no gatilho das espingardas, esperam a invasão da força policial ou dos grileiros de Duque de Caxias. Núcleos camponeses fluminenses estão se organizando em concentração semelhante à das Ligas Camponesas nordestinas a fim de apoiar os companheiros da Fazenda São Lourenço na luta que travam em defesa de suas terras. (...) Núcleo de camponeses de Tabuleiro, Fábrica Nacional de Motores, Cantão de Santa Cruz, Fazenda Mato Grosso, Pedra Lisa, Ponte Coberta e Km 49 solidarizam-se com seus companheiros e ameaçam também pegar em armas caso seja cometida qualquer violência contra os posseiros entrincheirados. (Caxias: ordem é morrer lutando. Lavradores em armas defendem suas terras. *Última Hora*, 19/08/1961, capa e p.7)

> Então nessas resistências a gente se organizava mesmo. E nós fomos aperfeiçoando. Fomos aperfeiçoando, para resistir de qualquer maneira, então a polícia sabia que para entrar lá era um risco porque nós estávamos dispostos a tudo. Mas a gente fazia assim, a gente se armava mesmo. Nós tínhamos lá essas dinamites. Nós tínhamos dinamite preparada por quem sabia. Nós preparávamos para arrebentar ponte, acabar com o carro, arrebentar o carro, coisa assim não é. A polícia ia lá para reprimir, porque ela não queria que a gente se organizasse. A gente ficava de prontidão. Então nós ficávamos em unidades estratégicas, então a gente podia pegar na emboscada. (Laerte

> Bastos em entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 16/12/2004)

Longe de ser uma ação totalmente espontânea, temos indícios de que se tratava de uma estratégia política anteriormente desenhada. Manoel Antônio da Costa, em entrevista concedida a Ernandez em 2004, sugere que a região rural da Baixada Fluminense foi palco de treinamentos guerrilheiros dos quais teriam participado lideranças camponesas e operárias que atuaram nos conflitos por terra de Xerém e em Tinguá. Ainda não encontramos outras referências que nos levem a consolidar esta informação, mas o trecho de seu depoimento destacado a seguir pode nos oferecer um indício interessante para que possamos compreender as condições da adoção da resistência armada pelos lavradores de São Lourenço:

> Eu já participei, não dentro do exército, mas eu já participei num trabalho aí fora, acho que chama "Curso de Guerrilha". O que é um ato terrorista. Como é que faz um ato de terrorismo. Olha, eu não sei nem dizer para você qual o nome da coisa. Eu sei que o professor que na época deu essa instrução para nós, quem estava comandando era Francisco Julião. É um curso lá de Cuba. O cara veio de Cuba. Só que ele não deu documento, papel para ninguém. Nós tivemos só na prática, sabe como é que é. (...) Nós fizemos [o curso] em Magé. (...) Olha, eu lembro que na época desse curso participou, o falecido Henrique, Getúlio, o falecido Mauro Gorgonha, que era líder do Partido Comunista, Joaquim Antônio, Félix Escobar, Climério, que era o presidente da Petrobras (sic). Mas eu sei que foi um trabalho muito bom! Sabe por causa de que? Porque a gente pelo menos ficou sabendo como é que se defende de muitas coisas. Eu, olha só, aqui, eu moro aqui 20 anos, ninguém nunca roubou nada meu. Ninguém nunca mexeu com a minha família, com ninguém. (...) [Esse curso] foi antes da trincheira [de São Lourenço] e antes da revolução. Quando a gente partiu para a briga lá com os polícias lá da coisa, a gente já estava preparado (Manoel Antônio da Costa em entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 2004)

Inicialmente, a adoção desta estratégia de ação de confronto armado pelos lavradores da São Lourenço se deu contra a orientação das associações de lavradores da região e contra a linha majoritária do Partido Comunista, que mantinha uma presença constante nas organizações camponesas da Baixada Fluminense. Sobre tal aparente contradição entre a prática dos trabalhadores envolvidos na resistência e a vontade política das entidades, Nilson Venâncio relata que o movimento explodiria com ou sem orientação e que:

> A reação armada era uma necessidade local. Se não tivesse orientação, 'nego' ia fazer de qualquer maneira. (...) Tinha um pessoal que era mais xucro, mais dado às coisas práticas, e tinha um pessoal que tinha outro tipo de responsabilidade e não podia se queimar participando das coisas. Havia dentro do partido gente simpática a isso, que deu apoio. Mas a linha central do partido era fazer pressão de massa (entrevista concedida a Leonilde Medeiros em 1982).

Por sua vez, a Falerj, dirigida, à época, por José Pureza, manifestou-se dizendo que a entidade deveria respeitar e acatar tudo aquilo que fosse determinado pela massa. Nas palavras da liderança,

> O movimento não era dirigido pelo PC. Se o movimento decidisse, era isto mesmo. Se os companheiros decidissem uma resolução mais forte, nós (a Federação) não recuávamos. Dávamos toda a força, procurávamos orientar da melhor forma. Não vamos escolher a forma de lutar. Se aparecer de uma forma nós a enfrentamos. A própria realidade é que vai dizer. (...) O PC tinha como tese lutas pacíficas, mas isto não queria dizer 'dar a outra face'. Ação de jagunços se enfrentava. Nós obedecíamos o que o camponês dissesse. Sempre fomos soldados dos camponeses, soldados da classe. Quando achávamos errado, discutíamos com os companheiros. (*Apud* ARAÚJO, 1982, p.38).

Paralelamente à investida armada, Pureza, em suas memórias, relata que diante da decretação de despejo, recorreu à prefeitura de Duque de Caxias, à Assembleia Legislativa e ao governo estadual. Estava com o Secretário da Agricultura, discutindo a questão, quando foi noticiada pelo rádio a reação à bala. Decidiu procurar Tenório Cavalcanti e levá-lo à área. De acordo com Pureza:

> Os repórteres queriam porque queriam fotografar a trincheira que avistamos no caminho, com uns quatro ou cinco camponeses. Consegui evitar isso e providenciar a vinda de dez camponeses para passar a procuração do processo para Tenório. Ele ficou sendo nosso advogado na questão. Político temido na região, que se impunha aos adversários pela valentia, Tenório, com certeza, tinha condições de convencer o juiz sobre a necessidade de suspender o despejo. Caxias era o reduto dele e Tenório aproveitava-se dessas situações para bater no peito e dizer que ao seu lado havia trinta mil camponeses fluminenses (PUREZA, 1982, p. 55).

Manoel Antônio da Costa também menciona a participação de Tenório Cavalcanti na luta dos camponeses da Fazenda São Lourenço. Seu depoimento, entretanto, sugere que o político teria auxiliado os lavradores na aquisição de armas para o levante:

> O falecido Climério, que era o presidente da Petrobrás (sic), mais o Joaquim Antonio e o Pernambuquinho, nós fomos na casa do Tenório lá em Caxias. (...)Expomos a situação, que nós já estávamos com um pessoal assim assado, porque já tinha despejado uma casa lá, o cara já tinha feito covardia. Roubou tudo do cara e a gente ia resistir de ter mais um despejo. Entramos dentro de um carro, fomos embora com ele no Arsenal da Marinha, lá na Praça XV. [Chegamos de] jipe na Fazenda São Lourenço, cheinho de fuzil, metralhadora, granada, baiúca, tudo quanto era troço de explodir estava ali dentro. Só que nós não chegamos nem usar esse material. Nós nos defendemos com o que nós tínhamos, porque na hora que a gente estava dentro da trincheira a arma pesada que nós tínhamos lá era rifle e bala amarela. Então a gente ganhou a guerra só com isso aí. (Manoel Antônio da Costa em entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 2004)

Para além dos trabalhadores rurais, houve, também, como viemos tentando demonstrar, uma participação significativa de setores urbanos na luta contra o despejo. Segundo Grynspan (1987), o movimento teria instalado um "quartel general" no Sindicato dos Rodoviários de Duque de Caxias. Além desta categoria, o autor afirma que os ferroviários do município também estavam se preparando para entrar em greve caso os lavradores sofressem novas agressões. O Sindicato dos Petroleiros também é mencionado como apoiador do levante em diversas fontes que pudemos consultar. José Ricardo Ramalho, por sua vez, interessado em discutir as lutas operárias travadas pelos trabalhadores da Fábrica Nacional de Motores, menciona que:

> A área rural da FNM e aquela que existia a sua volta foram objeto de preocupação e interferência do Sindicato dos Metalúrgicos [e que] a relação entre os trabalhadores da parte agrícola da fábrica e os camponeses das áreas vizinhas começou a partir do episódio da Fazenda São Lourenço. (...) A situação daquela região, em termos de distribuição de terras, criava conflitos abertos, e a organização demonstrada pelo sindicato na fábrica veio a transformá-lo num fórum onde tais questões podiam ser resolvidas. Alguns sindicalistas chegaram a defender posições mais radicais, como o apoio do sindicato às invasões de terras, mas a posição predominante considerava importante a solidariedade, a discussão, sem a interferência

> direta nas ações dos camponeses (RAMALHO, 1989, pp. 158-159).

Do outro lado do conflito, a força policial mobilizada para a efetivação da ação de despejo também se organizava. O delegado de Duque de Caxias, Ney Amil Reichaid, colocou à disposição do juiz da 1ª Vara uma tropa composta de um sargento e seis soldados, que foram municiados de informações pelos "caguetes" do empregado de Fé Augusta, Olavo, e de um lavrador da própria São Lourenço, Ari Carneiro. Reproduzimos, a seguir, relatos do confronto por ambas as partes: oficiais de justiça e *posseiro*s em resistência, respectivamente:

> Nos dirigimos pela estrada do sítio, quando recebemos uma saraivada de balas, sendo ferido, nesta ocasião, o praça Mário dos Santos. Entrincheiramos no barranco próximo, de onde verificamos que estávamos cercados, e aí ficamos feridos, nós oficiais de justiça dessa diligência, e, após 20 minutos de fogo dirigidos para o local em que nos encontrávamos e, sem fazermos qualquer disparo, pedimos em voz alta para cessar o tiroteio, visto que não estávamos para matar ninguém e suspendíamos a diligência. Foi dado ordem para que nos retirássemos, e aí ainda recebemos mais descargas de tiros pelas costas e, ao entrarmos no carro, foi atingido o cidadão Ari Carneiro (que acabou falecendo).
> Chegaram aqui na tarde de quarta e, para meter medo na gente, puseram na rua o Elísio Vitorino de Andrade, um velhinho de 90 anos. Queimaram-lhe a casa, jogaram-lhe os trens na rua e ainda o levaram preso. Na quinta, voltaram com dois caguetes da dona Fé. Começaram, logo que nos viram, a dar rajadas de metralhadora. Respondemos. Então, depois de mais de 200 tiros, renderam-se dizendo que estavam do nosso lado. Pediram que os deixássemos ir embora. Deixamos, pois havia quatro feridos. Não tomamos as armas dos soldados. (...) O nosso instinto de defesa, de preservação, fazia com que a gente respondesse a cada momento, mesmo sem uma organização maior. Em São Lourenço entraram os policiais num caminhão e saíram num carrinho amontoados (*Apud* ARAÚJO, 1982, p. 41).

Após o confronto, que deixou quatro homens feridos, o Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro destacou 50 policiais para a região, tornando o clima ainda mais tenso. A questão passou ao âmbito do Dops e a perspectiva de que novos conflitos eclodiriam manteve mobilizados os lavradores. A ocupação da Fazenda por contingentes policiais parecia não ser uma novidade para eles. Para além da violência associada a esta presença, chama atenção o fato de que elementos da força policial

acabavam se constituindo, eles mesmos, em agentes de grilagem e de exploração da produção local.

> A fazenda São Lourenço ficou durante anos com destacamento de polícia. Era tão ilegítimo o negócio, que depois de um tempo a própria polícia começava a tomar conta, a desmatar, explorar. Isso aconteceu com o sargento Jaime, sargento Waldir, sargento Baiano. Eles ocuparam a fazenda e ficavam incumbidos de administrar o destacamento. Eles começaram a se apropriar. Cobravam a *matagem* dos camponeses. Batiam, matavam, essa coisa toda. O grileiro passava a ser eles. (Nilson Venâncio, em entrevista concedida a Leonilde Medeiros em 1982).

A estratégia até então inédita de luta adotada pelos *posseiro*s da Fazenda São Lourenço e a repercussão da recepção armada aos oficiais de justiça encarregados do despejo foram determinantes para os encaminhamentos subsequentes do conflito por parte das várias instâncias do poder público. O juiz Albernaz Alvez suspendeu a ação, preocupado que a luta se alastrasse por outros territórios em situação fundiária semelhante.

No dia 21 de agosto de 1961, o governador fluminense Celso Peçanha decretou a urgência da desapropriação da fazenda, determinando-a utilidade pública. Segundo José Pureza, a vitória, configurada na desapropriação da área, foi comemorada por todos os Núcleos de Lavradores das proximidades: o de Piranema, Tabuleiro, FNM, Capitão Santa Cruz, Fazenda Mato Grosso, Ponte Coberta e KM 49, além da Associação de Pedra Lisa. Todos esses Núcleos haviam manifestado disposição de se unir em armas aos *posseiro*s de São Lourenço (PUREZA, 1982, p. 56).

Embora o decreto tenha significado uma importante vitória, os *posseiro*s permaneceram em situação irregular até 1964, pois não haviam conseguido a propriedade jurídica da terra e, portanto, constavam como ocupantes de área pública. Três meses após a expedição do decreto de desapropriação, uma matéria publicada pelo jornal *Última Hora* ilustra bastante bem a manutenção do clima de tensão e violência que permanecia caracterizando a região:

> Dez mil cruzeiros por cabeça de lavrador morto é o preço estabelecido pelos grileiros da Fazenda São Lourenço" – declara-nos o Sr. Henrique Neves de Carvalho, que foi alvejado quando dormia em companhia da mulher e dos três filhos. Uma gang de pistoleiros vem sendo formada com o objetivo de acabar com todos os lavradores de Xerém. Essa capangada tem como chefe um tal de José Vasconcelos e José Goiaba, ambos

> financiados pelo italiano Antônio Strufaldi. (...) Um dos lavradores, quando viajava de trem rumo a Belfort Roxo, foi agredido por um dos componentes da gang, que quase o enforcou às vistas dos demais passageiros. (...) Nilson Venâncio fez à reportagem um relato: "querem assassinar 15 lavradores a fim de que os demais fiquem amedrontados e abandonem as terras cobiçadas pelos grileiros. Vários companheiros já sentiram a violência. Pernambuquinho, por exemplo, é lavrador como qualquer um de nós e foi alvejado pelas costas. Zezinho, outro companheiro, teve os olhos furados à bala por um tal de Aníbal, que se intitula subdelegado local. Antônio Soares e José Tibúrcio estão ameaçados de morte. Enquanto isso, a polícia nos persegue, deixando impunes os assassinos profissionais." (...) (Grileiros contratam pistoleiros para matar lavradores de Caxias**,** *Última Hora Fluminense*, 09/10/1961**,** p. 3)

Considerando este contexto de indefinição e violência que sucedeu a deflagração das trincheiras de São Lourenço, traremos no tópico seguinte elementos para discutirmos os efeitos do Golpe civil-militar de 1964 na região sobre a qual estamos nos debruçando.

4. O Golpe civil-militar e a repressão aos camponeses em Xerém

Após o Golpe de 1964, todas as 22 desapropriações ocorridas desde 1958 no estado do Rio de Janeiro, inclusive a da Fazenda São Lourenço, foram revertidas (ERNANDEZ, 2010). As lideranças camponesas foram perseguidas, assim como as suas organizações de classe. Há poucas informações sobre os efeitos da repressão na região rural neste período, mas algumas pistas merecem ser destacadas para investimentos de pesquisa futuros.

Em Xerém, a repressão atingiu as áreas rurais e a Fábrica Nacional de Motores. Um operário, entrevistado por José Ricardo Ramalho, relata que o Exército invadiu casas e plantações mantidas por colonos e destruiu o que pode. Prendeu e torturou pessoas. Um caso narrado é ilustrativo da concepção existente sobre as lutas na região: "um camponês, *posseiro*, foi amarrado de cabeça para baixo no sol quente, em frente da esposa e filhos, 'para dizer onde tinha arma escondida'" (RAMALHO, 1989, p. 201).

Com efeito, as lutas camponesas eram entendidas pelos militares como possíveis focos de preparação de guerrilhas e tratadas com extrema violência. O tema é bastante explorado no IPM 709, que investigou as ações do Partido Comunista: em diversas passagens desse documento é clara a preocupação com uma espécie de cinturão de conflitos que cercava a cidade do Rio de Janeiro. Segundo o documento, "pacíficos

lavradores eram persuadidos a ações violentas por lideranças partidárias, que se aproveitavam de suas fragilidades" (IPM 709, 1966).

Algumas das entrevistas às quais tivemos acesso ajudam a dar uma dimensão da repressão que se abateu sobre a região:

> Depois de Capivari aconteceu a guerra. Em 64. Engoliu aquilo tudo, passou o sarrafo, aí acabou, acabou de vez. Aí não tinha dinheiro, não tinha trabalhador, não tinha nada. Eles roubavam o que tinha. O Exército entrou, roubou mais do que a polícia! Dizia que o cara era comunista e quebrava tudo. Se o cara não está aí, prende a família dele logo. E assim, um bocado de gente sumiu, um bocado de gente nessa história rapaz. Tem gente que sumiu que não tinha nada a ver com o troço rapaz. (...) No dia 1º de abril de 64 estourou o golpe militar. E aí começaram... Chegaram lá procurando as lideranças. E sabe que tem gente que dá informação de tudo rapaz. Aperta um cá e fala, aperta outro cá, fala. Eles foram lá aonde eu trabalho, me levaram lá perto para depor. Quer dizer, eles tinham bem a informação. Então eu ainda saí antes da coisa. (...) Mas eles eram tudo terrorista mesmo, que estavam lá bancando, dizendo que os comunistas eram perigosos. Os perigosos eram eles que estavam lá entendeu? (Manoel Antônio da Costa, entrevista concedida a Ernandez em 2004).

> Aí nesse ínterim estourou a revolução. E nós nessa coisa, nesse contato com o sindicato e tudo o mais. E a revolução estava assim: derruba o Jango ou não derruba. Quando nós entramos nisso, nós já falamos "não fale no negócio da política, mas só na luta da terra." Mas uma coisa liga a outra, nós estávamos mobilizados. A nossa proposta era uma proposta da reforma agrária, da posse da terra, aquela coisa toda. Estávamos engajados na luta. Então na noite de 31 nós estávamos lá numa mobilização. Formamos uma estratégia, combinamos assim entre nós: vamos mobilizar o pessoal, mas cada um vai para casa. Fica tranquilo com suas esposas e não tem como mexer. Isso que também nós colocávamos para essa coisa. Então as tropas do Mourão Filho já tinham descido. Quando eles chegaram ali na FNM, na serra, eles mandaram um pessoal do exército lá para dentro, motorizado e tudo, com aquele jipão do Exército, aquela coisa toda. Quando nós desmobilizamos a gente saiu de onde estava, fomos para dentro da roça de arroz e ficamos lá esperando clarear o dia e tal, querendo saber, aquela coisa toda. Aí a gente saiu para uma região que a gente sabia que tinha, conhecia à área não é, dentro de uma pequena mata. Estavam lá procurando onde era o foco da gente. Tem que sair, tem que sumir, tem que ficar longe (Laerte Bastos, entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 2004).

A perseguição, quando não se consumava em prisões e violências físicas, impelia os militantes a viverem escondidos. Muitas famílias camponesas e operárias de Xerém foram, assim, desestruturadas pela ditadura civil-militar. O depoimento de Nicodemos Alves Machado, trabalhador da FNM e membro do sindicato dos metalúrgicos, descreve bem esta situação:

> Quando foi em 64 que estourou a revolução, eles foram nos prender. Eu saí de Xerém, entrei naquelas matas e fui parar lá em Tinguá. Fiquei lá comendo coco, bebendo água. Quando eu voltei, a minha esposa falou assim: 'o capitão tá aí te procurando, mais uns caras'. Seja o que Deus quiser, e foi indo aquela luta todinha. Eles foram lá, meteram as máquinas, derrubaram as casas todinhas. A casa onde eu morava foi derrubada. Aí foi aquele sofrimento, de maneira que eu fugi. Depois me prenderam. Eu fiquei preso determinado tempo, depois soltaram a gente, mas a gente tinha que ir todo dia lá assinar. Correndo aquele tempo todo. Aí eu pensei: "Meus Deus, o que eu vou fazer aqui?" Não tinha mais nada de sobrevivência. Tinha um caminhão que ia pro Paraná e eu pedi uma carona. Peguei minha mulher, mais dois filhos e um outro garoto que nós criamos e fomos naquele caminhão. Aí fomos pra Apucarana, no Paraná. Eu arranjei um trabalho num representante da FNM. De vez em quando chegavam umas pessoas e olhavam. Eles vendiam os caminhões, gente do Rio, da FNM, me conheciam. Aí eu pensei assim: "Não vai dar certo não, tenho que ir para frente." Aí fui trabalhar numa oficina de comissão perto de Maringá. Aí apareceu um motorista e falou: "rapaz, vai lá para fronteira do Brasil que lá eles pagam bem e precisam de gente para trabalhar". (...) Minha senhora é crente. Eu era também. Infelizmente, na época da ditadura, o pessoal da Igreja quando me via... Discriminação. Nós estávamos passando por aquele problema, né? (...) Foi uma pressão psicológica muito grande. Minha mulher herdou diabetes, deu problema nas pernas dela. Ficava muito tempo sozinha, amamentando. Ela amamentava minha filha e um sobrinho, um em cada peito, porque não tinha comida (Entrevista concedida a Aline Borghoff Maia e a Elisandra Galvão em junho de 2015).

Se a repressão contra lavradores e operários foi implacável e logrou desmobilizar significativamente os trabalhadores e entidades às quais nos referimos ao longo deste texto, há alguns indícios de que em Xerém tenha havido um princípio de organização de resistência de caráter guerrilheiro promovida pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Em um interrogatório constante do prontuário de Joaquim Antônio, datado de 1971, o depoente afirma que o MR-8 possuía algumas áreas no Brasil com possibilidades de trabalho político e as menciona com seus

codinomes: Marajó (Alagoinhas), Pará (Xerém, Tinguá, Capivari), Roraima (Bahia) e Acre (Cachoeira de Macacu). É sabido que Félix Escobar Sobrinho, diretamente envolvido nas mobilizações pré-64 de São Lourenço e Capivari, atuou na organização tendo, inclusive, vivido na mesma residência de Iara Iavelberg num arranjo em que se apresentavam como pai e filha. O nome de Félix integra a lista anexa à Lei nº 9140/95, onde constava como desaparecido desde a prisão, ocorrida em 1971, provavelmente na Baixada Fluminense[23]. A existência de tais focos de ação armada chama atenção especialmente se levarmos em consideração que, em 1968, o município de Duque de Caxias foi declarado área de interesse da Segurança Nacional por abrigar em seu território a Reduc[24].

Para além destas, há poucas informações sobre o período ditatorial no campo na região. Em um seminário intitulado "História da resistência camponesa, luta pela terra e temas sobre a Baixada Fluminense", realizado no dia 12 de setembro de 2015 no Colégio Paroquial Jesus Maria José, em Xerém, entretanto, os debates fomentados levantaram pistas interessantes a serem perseguidas. Um participante, antiga liderança camponesa da região, afirmou que na FNM havia uma espécie de delegacia para onde muitas pessoas, camponeses ou operários, foram levadas para serem interrogadas e torturadas. De lá, eram enviadas para o Dops, no Rio de Janeiro.

Outro expositor, neto de Domingos Lopes, um lavrador que atuou diretamente nos conflitos de São Lourenço e Capivari, asseverou que documentos do Dops datados de abril de 1970 e constantes no IPM de Duque de Caxias associavam seu avô à organização Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). O mesmo informante ainda expôs que em Xerém havia um sítio onde dois militantes do PCB, Joaquim Pires Cerveira e Albertina Paulo de Souza, faziam trabalho de base para o partido. Seu avô, depois de ter ficado desaparecido por três meses, foi encontrado em estado de semi-inconsciência no hospital Torres Homem, em Manguinhos, vindo a falecer pouco tempo depois.

Essas informações apontam para uma face pouca conhecida da história dos conflitos no campo que é a tentativa de criação, por diferentes organizações de esquerda que se formaram a partir de dissidências do Partido Comunista, de focos de treinamento guerrilheiro em áreas onde houve forte atuação das organizações camponesas no pré-

[23] Sua morte foi reconhecida em 12 de Dezembro de 2014, poucos dias após a publicação do relatório da Comissão Nacional da Verdade.
[24] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5449.htm

64[25]. Ademais, evidenciam, como temos tentado demonstrar ao longo do presente texto, que os espaços de intercessão entre as militâncias operárias e camponesas construíam-se em relações sociais não dicotômicas e estagnadas, mas dinâmicas e complementares. Estas esferas de articulação mostraram-se mais uma vez evidentes na reorganização das lutas fundiárias que, a partir dos anos 1980, foram deflagradas na Baixada Fluminense na forma de ocupações de terra. Consideramos que uma análise sobre este período requer um adicional esforço de pesquisa empírica e teórica que, no espaço deste artigo, não teremos condições de desenvolver com propriedade. Destacaremos, entretanto, alguns pontos que corroboram nossa argumentação.

5. Os anos 1980: retomada das mobilizações e reocupações de terras

Ao longo dos anos 1970 e 1980, a Baixada Fluminense passou por uma nova onda de intensificação urbana e os processos de grilagem e expropriação recorrentes desde os anos 1950, por consequência, voltaram a exercer uma forte pressão sobre as terras de uso agrícola da região. Dabul (1987) lança luz, neste sentido, sobre uma nova forma de mercantilização do solo rural que passou a disputar com a agricultura e as atividades camponesas os espaços em áreas de fronteira com os aglomerados urbanos: trata-se dos loteamentos vendidos para a formação de sítios de recreio e veraneio para famílias de classe média.

Em trabalho de campo realizado em dezembro de 2015 pelas terras da antiga Fazenda São Lourenço, foi-nos possível ter uma ideia bastante clara desta forma de ocupação local: contrastam com as pequenas casas e lavouras que ainda sobrevivem, sítios e chácaras particulares, muitos deles destinados ao aluguel para grupos de igrejas evangélicas das mais diversas confissões. Evidentemente, a chegada de tais loteamentos reconfigurou, em certa medida, os sentidos de uso e ocupação do espaço e foi responsável pela expulsão – embora não através de conflitos como os narrados anteriormente – de diversas famílias engajadas em atividades de agricultura na localidade. Novamente, a valorização das terras rurais para fins de especulação e loteamento de caráter urbano redefiniu as dinâmicas fundiárias do interior de Xerém[26].

[25] Ver capítulo 2 (“Conflitos e repressão no campo em Cachoeiras de Macacu”), escrito por Fabrício Teló e Ricardo Braga, do relatório “Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)” (MEDEIROS et all., 2015).

[26] Agudizando este quadro, a extinção do ramal ferroviário de Xerém, que ligava o distrito a Belford Roxo, deixou os lavradores com dificuldade de acesso aos mercados nos quais comercializavam seus produtos.

Para além de uma conjuntura que impunha, por si só, a necessidade de mobilização, as experiências e acúmulos da resistência ocorrida no período anterior em muito contribuíram para esta nova forma de luta pelo direito à terra. Neste sentido, embora a repressão ditatorial tenha atingido de diversas maneiras as possibilidades de organização dos trabalhadores na região que estamos analisando, a criação do Núcleo Agrícola Fluminense (NAF) em Xerém, em 1978, sugere que o período não tenha sido de total desmobilização, mas de reconfiguração das formas de luta e articulação.

Tendo a frente antigas lideranças das lutas por terra na Baixada Fluminense, como Joaquim Antônio, Laerte Bastos e Chico Silva, e recebendo apoio da Pastoral Ecumênica de Xerém, o NAF possuía o objetivo de organizar os lavradores em torno de demandas como crédito e condições de comercialização da produção. Novos desafios, afinal, se impunham à realidade dos trabalhadores ocupantes das antigas regiões de conflito fundiário localizadas em Duque de Caxias. As ocupações de terra deflagradas no início da década de 1980, grande parte delas localizadas nestas mesmas regiões, parecem vincular-se, também, à ação da nova entidade que, gradativamente, tornava-se polo irradiador de novas iniciativas organizativas e mobilizadoras.

Embora não tenhamos como adentrar em detalhes na dinâmica destes movimentos de (re)ocupação, vale ressaltar que, para além dos lavradores, eles reuniram também um significativo público de pessoas que viviam nas franjas urbanas e enfrentavam problemas de moradia típicos das áreas de periferização intensa. De acordo com um técnico da Emater[27], este público era composto por desempregados, pedreiros, serventes, motoristas e feirantes em busca de uma sobrevivência na terra.

Para além da pressão por moradia e terra e da retomada da organização abordada no tópico anterior, é preciso considerar também uma importante mudança na conjuntura política do estado, marcada pela eleição de Leonel Brizola como governador em 1982. Esse fato foi extremamente importante por criar o que foi percebido como uma oportunidade política (TARROW, 2009) para a retomada das ocupações de terras que já estavam sendo gestadas.

A postura do novo governador foi a de negociar e evitar repressão, o que encorajou as iniciativas. Em maio de 1983, neste sentido, foi criado, no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, um Grupo de Trabalho para Assuntos Fundiários para atuar nos conflitos fundiários rurais (NOVICKI, 1992). Logo depois,

[27] Entrevista com Luis Fernando, técnico da Emater de Nova Iguaçu, feita por Marcelo Ernandez em 03/08/2005.

em novembro, foi instituída uma Comissão de Assuntos Fundiários (CAF), ligada à Secretaria da Justiça e posteriormente à Secretaria de Assuntos Fundiários (Seaf), criada em maio de 1986, para tratar de questões fundiárias tanto rurais como urbanas. Dessa forma, o governo estadual se munia de mecanismos institucionais para lidar com os conflitos, sem priorizar ações repressivas.

Nesse processo, diversas desapropriações foram feitas, apesar de os governos estaduais, por disposições constitucionais, não terem poder para realizar desapropriações por interesse social. Frente a essa dificuldade, eram utilizados mecanismos como o de desapropriação por utilidade pública ou para a criação de fazendas experimentais. Criava-se assim um fato político, os trabalhadores eram alocados na terra, e o proprietário teria que provar a propriedade para receber indenização. Em alguns casos, isso nunca aconteceu e os trabalhadores puderam continuar, mesmo que às vezes, somente de posse de uma licença de ocupação. É nessa lógica que foram desapropriadas em Nova Iguaçu, Campo Alegre e Pedra Lisa, ainda no governo Brizola e nos anos posteriores, a fazenda Normandia. Pelo governo federal, foram desapropriadas em Nova Iguaçu, Boa Esperança, São Bernardino e, em Duque de Caxias, a 3ª. Gleba de Capivari, ainda em 1982, e Morro Grande, já em 1989.

Embora não esteja no escopo deste trabalho discutir com profundidade estes movimentos de ocupação e sua relação com a política fundiárias dos governos, nos interessa ressaltar, mais uma vez, que o lugar das dinâmicas comumente categorizadas como rurais, na Baixada Fluminense, se constrói na relação permanente com os processos de urbanização que, apesar das especificidades de cada período histórico, acompanham a ocupação e o desenvolvimento da região. Assim, se as tensões sociais gestam-se a partir dos efeitos da expansão das fronteiras urbanas, a organização de resistências, em suas diferentes formas, também encontra nas articulações proporcionadas por essas situações fronteiriças as suas condições de desenvolvimento.

Considerações finais

Reiterando uma vocação historicamente construída, hoje, num contexto de reprimarização da economia e de processos de acumulação espoliativos (HARVEY, 2005), a Baixada Fluminense é palco de alguns dos maiores projetos desenvolvimentistas em curso no país, como o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), e concentra o segundo maior polo industrial do Brasil. A expansão da fronteira do capital para a geração de *commodities* para exportação resulta

na apropriação de territórios e na redefinição das formas locais de ocupação do espaço, fazendo eclodir uma série de antinomias sociais. Na contramão das vantagens promovidas pelo crescimento econômico em nível nacional, este processo, quando não remove de suas terras comunidades inteiras, promove a inviabilização de atividades agrícolas e extrativistas. Somando-se a este quadro, a alocação concentrada de grandes investimentos industriais resulta num descompasso significativo entre o aumento populacional que proporciona e as condições de infraestrutura e serviços necessárias a sua recepção sadia.

Se atualmente este cenário é referenciado a uma conjuntura específica e se traduz pelas chaves conceituais de categorias contemporâneas como conflitos socioambientais, comunidades tradicionais, megaempreendimentos e neoextrativismo, um olhar atento por sobre a história da Baixada Fluminense permite que vislumbremos, guardadas as devidas proporções relativas às diferentes figurações (ELIAS, 2000), sentidos e efeitos semelhantes entre o processo descrito acima e os impactos da incorporação urbana nas áreas rurais da região a partir de meados do século XX. Trata-se, grosso modo, de situações diferenciadas no tempo, mas que compartilham uma origem comum e resultam em dinâmicas de expropriação, violação de direitos e organização de resistências.

Partindo das premissas de que a reconstrução do passado constitui-se em condição basilar para a compreensão crítica dos processos contemporâneos e de que a formulação de uma "história a contrapelo" (Benjamin, 1986) pode, neste sentido, ajudar a revelar relevantes aspectos silenciados sobre os processos sociais, este artigo se debruçou sobre conflitos por terra deflagrados em Xerém na década de 1960. Mais especificamente, analisou as implicações das articulações ruro-fabris para a conformação das situações conflitivas e das resistências que se delinearam no distrito em oposição às ameaças de despejo que passaram a se tornar frequentes com a exponencial valorização fundiária da região.

Construímos o argumento de que a análise de tais conflitos deve priorizar uma abordagem de dimensão relacional entre os processos propriamente fundiários e o contexto de incorporação urbana de caráter periférico da Baixada Fluminense à Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Acionamos, para tanto, a ideia de que o vocacionamento desta área à satisfação das demandas da capital fluminense, sejam elas relacionadas ao seu abastecimento agroalimentar ou à absorção da massa trabalhadora em transbordo, repercutiu diretamente na redefinição das dinâmicas produtivas e

populacionais de suas terras rurais. Neste bojo, destacamos a valorização do solo e a atração de significativos e heterogêneos contingentes populacionais à região como variáveis extremamente relevantes para a composição do quadro que nos propusemos esquadrinhar.

Por fim, ressaltamos que as abordagens que dicotomizam os universos rural e urbano, camponês e operário, ainda tão presentes na literatura das Ciências Sociais, não dão conta da complexa realidade dos conflitos e movimentos por terra que se arrolam na Baixada Fluminense dos anos 1950 e 1960. Para superação de tal limite, advogamos que o lugar do rural em tal região deve ser apreendido em suas articulações com os processos de urbanização que estendem suas fronteiras para além das cidades.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2011.

ALVES, José Cláudio S. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, Rio de Janeiro: APPH-Clio, 2003.

AMADOR, Elmo. *Baía de Guanabara: ocupação histórica e avaliação ambiental*. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2013.

ARAÚJO, Federico Guilherme Bandeira de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara:* 1950-1964. Dissertação (Mestrado). Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1982.

BARCELLOS, Henrique Guimarães. *Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro.* Dissertação (Mestrado), Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2008.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, W. *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BELOCH, Israel. *Capa preta e Lurdinha:Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001

COSTA, Pierre A. *Duque de Caxias - de cidade-dormitório à cidade do refino de petróleo: um estudo econômico-político do início dos anos 1950 ao início dos anos 1970*. Tese (Doutorado). Niterói: Programa de Pós-Graduação em História, UFF, 2009.

DABUL, Lígia. Um tanto da história de Xerém: análise social e eclesial. In Unidade e prática da fé: pastoral ecumênica da terra em Xerém. *Cadernos do CEDI*, 17. Rio de Janeiro: CEDI. Programa de Assessoria à Pastoral Protestante, 1987.

DAVIS, Mike. *Cidade de quartzo*. São Paulo: Página Aberta, 1993.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ERNANDEZ, Marcelo. Sementes em trincheiras: estado do Rio de Janeiro (1948-1996). In SIGAD, Ligia; ERNANDEZ, Marcelo e ROSA, Marcelo. *Ocupações e*

acampamentos. Sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond e Faperj, 2010.

GEIGER, Pedro Pinchas e MESQUITA, Miriam. *Estudos rurais da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1956

GRYNSZPAN, M. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: 1950-1964*. 2 v. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, MN/UFRJ, Rio de Janeiro: 1987.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

IPM 709. *O comunismo no Brasil*. Brasília: Biblioteca do Exército (4 volumes), 1966.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, ano 17, n. 48.

MARQUES, Alexandre dos Santos. Baixada Fluminense: da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas. Rio de Janeiro: *Revista Pilares da História*, nº 6, 2006.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Levantamento de conflitos no Estado do Rio de Janeiro*. (Relatório de Pesquisa). *Dez anos de luta pela terra: 1969-1979*. São Paulo: CEDEC/ABRA/CPDA-UFRRJ, 1983.

_____. *Lavradores, trabalhadores agrícolas e camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo***.** 1995. Tese (Doutorado). Campinas: Unicamp, 1995.

MENEZES, Heloísa R. G. *Reforma agrária e identidade social na Baixada Fluminense: uma nova correlação rural-urbana.* Dissertação (mestrado), Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1991.

NOVICKI, Vítor A. *O estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983-1987).* Dissertação (mestrado), Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1992.

PORTELLI, A. What makes oral history different. In: PERKS, R.; THOMSON, A. *The oral history reader*. London and New York: Routledge, 1998.

PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e luta operária. O caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Edur/Mauad, 2008 (organização de Leonilde Servolo de Medeiros).

SOUZA, Marlúcia Santos de. Os impactos das políticas agrárias e de saneamento na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: *Revista Pilares da História*, nº 6, 2006.

SUZUKI, Julio César. *Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação*. Revista Nera, n. 10, jan.-jun. 2007.

TARROW, Sidney. O poder em movimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade*. v. 1. tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Conflitos Rurais em Nova Iguaçu: uma análise a partir do caso de Pedra Lisa

Gabriel Souza Bastos*

1. Introdução

Apesar de comumente associada a características tipicamente urbanas, a Baixada Fluminense foi palco de diversos conflitos por terra do longo das últimas décadas. Nos anos de 1950 e 1960, ela ainda carregava características bem rurais, embora um acelerado processo de urbanização estivesse em curso. Em 1927, foi construída a estrada Rio-Petrópolis, atual rodovia Presidente Kennedy; a partir de 1935, iniciou-se o processo de eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil; em 1946, foi construída a Avenida Brasil; e, em 1951, a rodovia Presidente Dutra foi inaugurada. Reafirmando a intenção do Estado em fixar a massa trabalhadora nas periferias suburbanas, o governo estadual implantou a tarifa única para as linhas ferroviárias, subsidiando tanto o capital industrial como o imobiliário. Ao reduzir o custo da reprodução da força de trabalho para a indústria, repassava ao trabalhador a responsabilidade do problema habitacional, fazendo com que parte do salário anteriormente gasta com os transportes fosse transferida para a compra do lote e construção das moradias por esforço próprio (ALVES, 1998, p. 58).

As mudanças na cidade do Rio de Janeiro, pautadas na fixação da massa trabalhadora nas periferias, tem repercussões na Baixada Fluminense. Por volta dos anos de 1930 e pelas décadas subsequentes, a Baixada foi palco de rápidas e grandes transformações oriundas da incorporação urbana, através de investimentos estatais que acabaram alimentando a especulação da área. Dessa forma, a especulação imobiliária, através da atividade loteadora, "foi o produto mais imediato das obras públicas promovidas na Baixada a partir dos anos 1930. (...) e os loteamentos urbanos representavam uma das principais causas dos despejos de lavradores, em particular em municípios como Duque de Caxias e Nova Iguaçu" (GRYNSZPAN, 1987, pgs. 55, 56). Tais reordenamentos espaciais foram de uma tamanha dimensão, que, de acordo com

* Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Bolsista de Treinamento e Capacitação Técnica da Faperj, no Projeto Conflitos e repressão no campo (1946-1988), edital Faperj 38/2013.

Souza (1993), foram capazes de se mudar as representações do que se compreende como *Baixada:*

> Note-se que nesse período havia ainda a representação da região como uma área agrária e tais conflitos marcaram (...) o processo de lutas através do qual se constituiu a *Baixada Fluminense* metropolitana de nossos dias. Desse modo, a própria mudança de sentido da ideia de uma *Baixada* agrária para uma *Baixada Fluminense* tal como hoje é representada pode nos servir como um indício de mudanças históricas que redefiniram, inclusive, limites da região. (Souza, 1993, p. 210)

Trata-se de um processo de reordenação espacial que atinge também as áreas rurais do município: nos anos de 1930, com as obras de saneamento na Baixada, as terras passam a se valorizar mais, gerando alta nos preços de imóveis na área. Isso ocorria no mesmo tempo da chamada "idade do ouro" dos laranjais, conforme contam as representações locais a respeito dos anos de 1920-1940 (Souza, 1993), que entrou em crise no decorrer da Segunda Guerra mundial.

Tratando-se de uma atividade de alta rentabilidade para as elites locais, até o fim desse período, havia cerca de 17.442 ha ocupados com laranjeiras em Nova Iguaçu. Trata-se de 22,3% da superfície do município, conforme os dados da Agência Municipal do IBGE (Souza, 1993, p. 213). Tal exploração fundiária, segundo o mesmo autor, era largamente empregada por arrendamentos. Entre 1920 e 1940, observa-se que "o número de estabelecimentos sob responsabilidade de arrendatários em Nova Iguaçu teve crescimento muito expressivo, passando de 101 para 503 estabelecimentos" (Souza, 1993, p. 214), enquanto contava com 704 estabelecimentos controlados por proprietários (*ibidem*). Entretanto, a partir de 1950, período de muitos conflitos fundiários, constata-se que essa proporção se modificou. Os arrendamentos passaram para 241 estabelecimentos, enquanto os estabelecimentos dirigidos por proprietários passaram para 1289. Além disso, segundo Mesquita (apud Souza, 1993), houve uma expansão de fazendas a partir da década de 1940, onde fazendeiros "estenderam suas propriedades, comprando outras, contíguas ou não" (Souza, 1993, p. 216). Nesse mesmo período, estava em curso um grande número de dispensas de trabalhadores: nos anos 50, em Nova Iguaçu, 97,9% de parceiros foram dispensados, bem como 85,3% de trabalhadores temporários e 31,1% de permanentes (Grynszpan, 1987, p. 218). Observa-se, portanto, que a urbanização de Nova Iguaçu coexistiu com um processo de concentração fundiária.

A ocupação descontínua e desordenada da Baixada em torno dos aglomerados próximos às estações de trem, rodovias principais ou secundárias, loteamentos e instalações industriais seguiu, portanto, a lógica do capital e da especulação irradiados das necessidades vindas do Rio de Janeiro. A respeito dos efeitos desses fenômenos no mundo rural dentro da Baixada, de acordo com Grynszpan,

> Os investimentos estatais não representaram um incentivo à produção agrícola na Baixada. A valorização por eles gerada alimentou a especulação e provocou intensas disputas de terras na região, não apenas entre lavradores e grileiros, mas também entre grileiros e grileiros, e até grileiros e legítimos proprietários. (...) A especulação imobiliária, principalmente através da atividade loteadora, foi o produto mais imediato das obras públicas promovidas na Baixada a partir dos anos 1930. (...) e os loteamentos urbanos representavam uma das principais causas dos despejos de lavradores, em particular em municípios como Duque de Caxias e Nova Iguaçu (Ibdem, pps. 51, 55, 56).

Entre os muitos casos de conflitos entre posseiros e grileiros na Baixada Fluminense no pré-64, os ocorridos em Pedra Lisa ocupam um lugar importante para compreendermos esses processos, tanto por conta de seu pioneirismo na organização de lavradores na região quanto por ter se tornado um polo de irradiação aglutinação de lutas pela terra em regiões próximas.

Nos anos de 1940, Pedra Lisa começou a ser ocupada por famílias de posseiros, oriundas de áreas rurais, "de outros municípios do Estado do Rio de Janeiro, como Campos, Casimiro de Abreu, Itaguaí, ou ainda oriundos de outros estados, principalmente Minas Gerais" (Copello, 1983, p. 26). De acordo com o Bráulio Rodrigues, liderança camponesa local, em seu livro de memórias, "vinham muitas pessoas de Itaperuna, Miracema e de outros lugares do estado do Rio para se estabelecerem ali. Ficaram até hoje. Não tem nenhum desses que vieram de Itaperuna que foi embora. Estão todos eles lá, morando. Tem neto, bisneto. " (Silva, 2008, pgs 22 e 23).

A diversidade de origens dos camponeses que ocuparam a Baixada Fluminense nesse período, de acordo com Ernandez (2010), é um dos fatores que explica o forte processo de mobilização do período pré-64. Tais famílias, provavelmente vítimas de secas e da falência de núcleos cafeeiros de suas regiões de origem, acabaram "por originar um contingente disposto a inserir-se nessas disputas" (Enrnadez, 2010, p. 184). A respeito de deslocamentos de populações rurais, Woortman (1990), caracteriza a migração camponesa como uma ferramenta de sua reprodução social:

> Camponeses são, além de produtores de alimentos, produtores de migrantes. Por isso, áreas camponesas já foram chamadas de "celeiros de mão-de-obra". A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa (Woortman, 1990, p. 35)

Seguindo essa premissa, compreendemos que se trata, portanto, de um campesinato inserido em constantes processos migratórios, não defendendo um estilo de vida naquele local, consolidado ao longo de gerações, mas buscando boas condições de vida, possíveis naquela região.

Dessa forma, pretendemos, neste trabalho, analisar conflitos fundiários em Nova Iguaçu dos anos de 1940 até 1980, tendo – por conta de seu pioneirismo e consequente importante posição na história desses conflitos – os conflitos de Pedra Lisa como fio condutor de nossa análise.

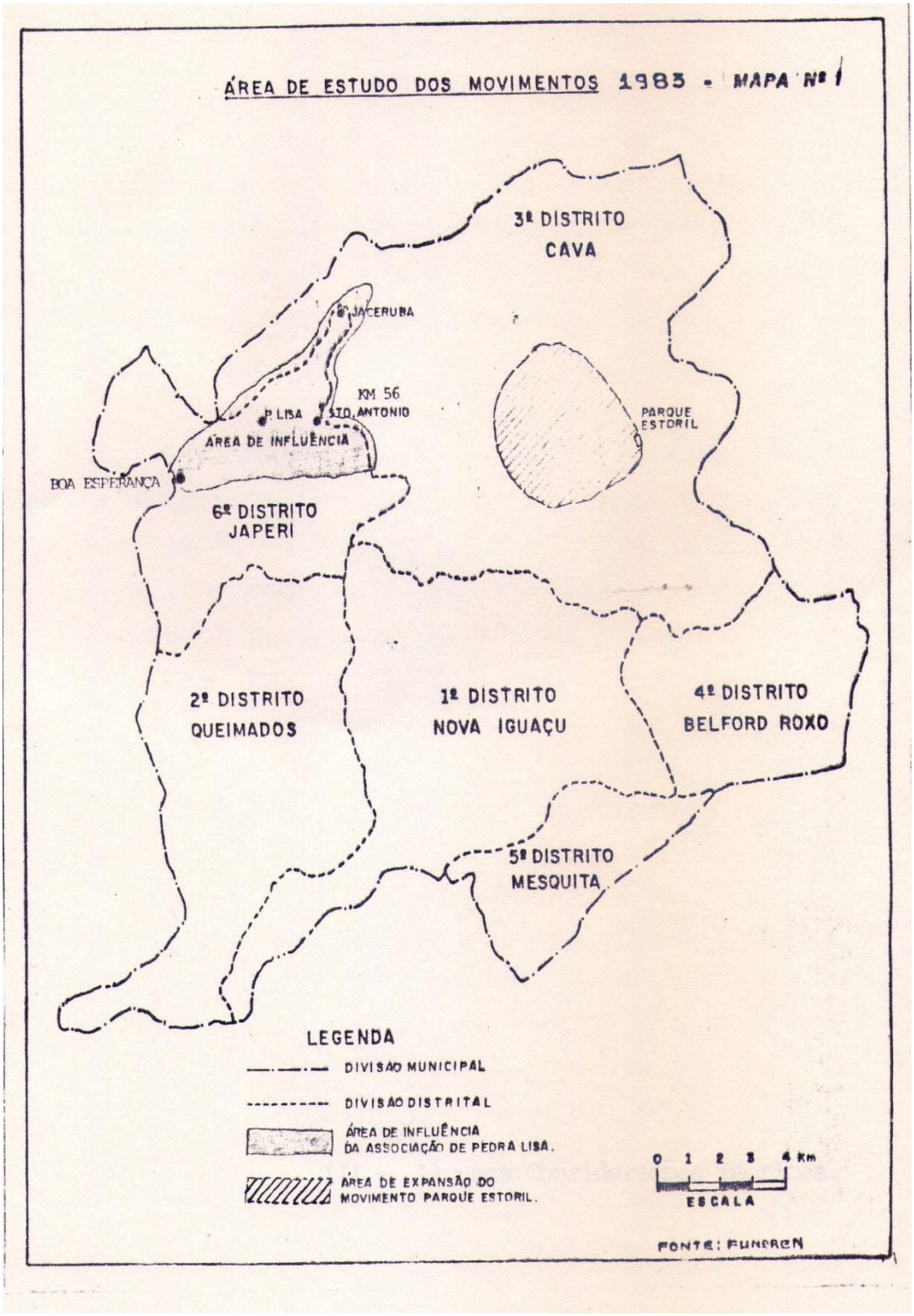
2. O caso de Pedra Lisa – Anos 50/60

Os marcos que delimitam a região conhecida como Pedra Lisa respondem tanto por limites geográficos quanto políticos. Nos dias atuais, a área que abrange as antigas fazendas Santo Antônio do Mato e Limeira, ambas no município de Japeri,[1] desapropriadas em 1958 pelo então governador do Rio de Janeiro, Miguel Couto Filho, é um bairro que oficialmente carrega o nome de Pedra Lisa. Atravessando o limite municipal de Japeri, partindo de Pedra Lisa em direção de Nova Iguaçu, cruza-se uma ponte para entrar neste município. Trata-se da área da antiga Fazenda São Pedro, desapropriada em 1959, também fruto da luta dos lavradores do local, respondendo também por uma área de influência da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Esta área, entretanto, é um bairro de Nova Iguaçu chamado Jaceruba.

Quando nos referimos a Pedra Lisa, portanto, temos duas referências em mente: um marco geográfico que é uma enorme pedra que batiza o local e uma região política: a área de influência da Associação Lavradores de Pedra Lisa, que era bem mais ampla envolvia diversas fazendas, que pode ser vista no mapa 1.

[1] A região onde se situa Pedra Lisa pertence hoje ao município de Japeri, que se emancipou de Nova Iguaçu em 2 de dezembro de 1991 (Lei 1902).

Mapa1. Fonte: Copello (1983), p. 11.



Ocupando tal área, dois desafios se colocaram diante dos lavradores: Os donos das Fazendas Reunidas Normandia, de propriedade dos Guinle e Fausto Alvim, que teriam adquirido terras do conde Modesto Leal e reivindicavam a propriedade das terras ocupadas pelos lavradores e as adversidades físicas da região, extremamente pantanosa,

que exigia trabalho coletivo para drenagem (Copello, 1983). Segundo o jornal *Correio da Lavoura* (20/04/1980), "esta região era cheia de pântanos, o lavrador foi entrando e fazendo valas, secando o lugar. Muitos morreram pela febre, pois a região era considerada 'zona paludosa'". De acordo com um de nossos informantes, Romário Silveira, professor de história região,

> O Sr. Vantuil me disse que quando chegaram aqui era difícil a produção naquela região. A área era alagada e só dava para plantar arroz. Para plantar outras culturas eles precisaram abrir canais para drenagem. Assim fizeram o canal do arroz e outros córregos que cortam a área.[2] (Romário Silveira, entrevista concedida à Gabriel Bastos por e-mail em 28/12/2015)

Nesse contexto, o lavrador José Matias, uma liderança local, era responsável por arregimentar famílias. A partir de divulgação boca a boca, as famílias inscreviam-se na Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa para aguardar seus lotes (Ernandez, 2010). Para assegurar a permanência e resistência das famílias em Pedra Lisa, os lavradores procuravam atrair mais famílias para lá, abrigando cerca de 140 famílias em 1946 (Copello, 1983). A ocupação em Pedra Lisa, portanto, foi feita de forma organizada, tendo a entrada e saída dos lavradores regulada por uma comissão formada pelos que ali viviam e trabalhavam e que já estavam organizados na Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, concedendo um alqueire e meio para plantar, variando de acordo com o número de componentes de cada família, socializando boas e más condições de terras, buscando impedir o surgimento de privilégios (Copello, 1983).

Diante de pressões da Cia. Fazendas Reunidas Normandia[3] para expulsão dos lavradores da área, em 1946, um grupo de posseiros, com apoio de um advogado, obtiveram acesso aos documentos da propriedade dessas terras, que não comprovavam que estas pertencessem à dita Cia. Diante disso, enviaram um abaixo-assinado para o então Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, reivindicando a garantia de permanecer na área ocupada. Através de uma comissão do Ministério da Fazenda, concluiu-se que tais terras eram de propriedade da Fazenda Nacional, portanto, públicas

[2] Romário se refere à Vantuil Dias Lacerda, militante da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa na época.

[3] Segundo Hansen (2009), "Cândido Gaffrée e Eduardo Palassin Guinle, naturais de São Pedro do Rio Grande do Sul, mas domiciliados e estabelecidos na cidade do Rio de Janeiro com o comércio de fazendas, em 1874" (Hansen, 2009, p. 4 e 5). Consta como pertencente ao chamado "Grupo Guinle" a Cia. Fazendas Reunidas Normandia. De acordo com depoimentos locais, trata-se de uma empresa imobiliária.

(Copello, 1983). Segundo Bráulio Rodrigues da Silva, também importante liderança da região,

> O Zé Matias começou a alertar o pessoal e a ter atrito com os que vinham derrubar a mata e com os chamados "grileiros" que queriam tirar o pessoal. Um belo dia ele foi ao Palácio do Catete. O Presidente era o Marechal Dutra, que o recebeu, ouviu o que ele contou e pôs uma ordem no papel, sem decreto, sem nada: "Autorizo os trabalhadores de Pedra Lisa a trabalhar na sua lavoura desde que não façam desmatamento nem carvão, apenas para tirar alimentos, alimentação tirada da lavoura". O Zé Matias tinha sempre essa autorização na mão e, com isso, ele conseguiu amenizar muita coisa (SILVA, 2008, p. 22).[4]

Tal processo de reivindicação dos lavradores, através do abaixo-assinado endereçado ao Palácio do Catete, desembocou na criação da Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, em 1948, sob presidência de José Matias. Trata-se da formalização de laços associativos e comunitários que já existiam antes em Pedra Lisa. Trata-se da primeira associação de lavradores na Baixada Fluminense, importante ferramenta de luta dos camponeses no período que antecedeu o golpe de 1964.

Chama atenção o fato da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa funcionar não só como uma ferramenta política propriamente dita, mas como uma rede de manutenção do estilo de vida camponês da região, em diversos aspectos: além do já citado controle da distribuição de terra, a Sociedade também funcionava como uma rede de ajuda mútua, uma forma de cooperativa para comercialização e produção e até mesmo um agente regulador para regras de comportamento comunitário.

Comerford (2003) comenta sobre a importância de laços comunitários dentro do jogo político do sindicalismo camponês na zona da mata mineira. Conforme o autor nos explica, para que os laços políticos entre o sindicato e suas bases se estabeleçam de forma consolidada, é necessário o estabelecimento de boas relações sociais, de confiança e reciprocidade entre os sindicalistas e suas bases. Dessa forma o *trabalho de base* consiste em

> Localizar e se dar a localizar socialmente, ver e se dar a ver, estabelecer reciprocidades para ir *infiltrando* mesmo onde as

[4] Chamamos atenção para o tom de naturalidade com que Bráulio Rodrigues se refere a um encontro de Zé Matias com o então presidente da república: "Um belo dia ele foi ao Palácio do Catete". Como explicar o acesso direto ao Presidente da República através de uma associação que estava em vias de ser fundada? Estaria a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa munida de algum tipo de intermediário entre eles e o Estado? Seria essa mediação um dos fatores que explique o alcance de suas mobilizações? Essas são perguntas que não conseguimos responder nesta pesquisa, mas esperamos estar dando importantes pistas para os pesquisadores do futuro.

> pessoas são contra. (...) O *trabalho de base*, em uma de suas dimensões, é como uma familiarização: produzir o sindicato como se produz uma família, contando com o apoio, a confiança e o empenho dos parentes, e envolvendo mediações para a aproximação com pessoas/famílias com as quais se torna possível estabelecer uma relação de intimidade e aliança. (Comerford, 2003, p.274)

De forma semelhante, compreendemos que o papel de regulação da vida comunitária da associação em Pedra Lisa, nesse contexto, responde por uma lógica parecida. Em um contexto de ocupações conflituosas de terra, a mediação de conflitos entre os membros da comunidade pela associação surge como uma ferramenta capaz de se auto proteger de conflitos internos, influenciando assim na coesão do grupo. Bráulio Rodrigues, em seu livro de memórias, comenta sobre a mediação da associação diante de uma série de divergências entre os lavradores:

> A associação discutia o que plantar, alguma divergência sobre divisas. Zé Matias sempre dizia: "Quem tiver dificuldade com problemas de divisa não discuta com o outro, discuta aqui na associação! Porque nós aqui temos um conselho fiscal para essa finalidade! " Nas áreas que estavam sobrando, ele sempre colocava mais alguém, punha mais gente. Tinha cadastrado esse povo todo que ocupava. (Silva, 2008, pgs. 23 e 24).

Segundo Copello (1983), a distribuição de terras era realizada através de um Conselho Fiscal, onde a socialização de terras em boas ou más condições era feita de forma a impedir o surgimento de privilégios. Além disso, um conselho fiscal previa que o posseiro deveria morar em Pedra Lisa e o desmatamento era permitido somente para fins de cultivo.

A associação também promovia aberturas de estradas e valas, para drenagem de áreas pantanosas, assim como construiu uma escola e a ponte que liga Jaceruba a Pedra Lisa. A Sociedade também organizava formas de ajuda mútua e solidariedade entre os camponeses através de trocas de produtos entre eles em tempos de necessidade e mutirões para construções de casas na chegada de famílias novas. Além disso, em seu livro de memórias, Bráulio Rodrigues nos relata:

> O Zé Matias fez uma grande coisa na época: ele pagava uma espécie de pensão para aqueles que eram filiados da associação. Por exemplo, se eu falecesse, a minha viúva ia receber uma pensão que a associação dava. Era uma mixaria, mas era uma ajuda. (...). Eu acho que o primeiro Funrural começou ali, na Pedra Lisa (SILVA, 2008, p. 25).

A comercialização dos produtos dos posseiros escoava pela cooperativa da sociedade, “a qual contava com um almoxarifado que fornecia ferramentas e sementes aos posseiros mediante um pagamento que era parcelado de acordo com suas condições” (Copello, 1983, p. 20). A Sociedade também contava com uma Comissão incumbida de tratar de casos de transgressões de suas normas de convivência, tais como o consumo de bebidas alcoólicas em excesso, brigas entre posseiros e roubo.

> Uma vez houve um roubo de galinha entre os posseiros, o ladrão foi indenizado pelas suas benfeitorias e foi mandado embora de Pedra Lisa, pois perdeu o respeito da comunidade. (Entrevista de Sr. Hilário a Sheila Copello, apud Copello, 1983, p. 22).

Compreendendo as diferenças entre esses camponeses e os estudados por Eric Wolf, observamos aqui aproximações com algumas de suas concepções a partir da prática política da associação. Esta seria, portanto, uma Sociedade de Lavradores com a prática política da “utopia camponesa”:

> A utopia camponesa é a aldeia livre, livre de coletores de Impostos, de recrutadores de força de trabalho, de grandes proprietários e funcionários. Governados, sem jamais governar, falta-lhes a familiaridade com a complexa máquina das operações estatais, que apenas percebem como “um monstro frio". Contra essa força hostil, eles haviam aprendido que mesmo os tradicionais detentores do poder eram um escudo de pouco valia, embora, em certas ocasiões, desde que fosse do interesse deles, estivessem dispostos a defendê-los. Para o camponês, portanto, o Estado é uma quantidade negativa, uma mala a ser substituída a toque de caixa, por sua própria ordem social “feita em casa". Acreditam que essa ordem pode funcionar sem o Estado, pois os camponeses rebeldes são anarquistas inatos (Wolf, 1984 p. 225).

Segundo o jornal *Última Hora* (13/02/1962), o líder José Matias foi assassinado em novembro de 1953,[5] quando voltava de uma reunião da Sociedade, a caminho de Nova Aurora. Bráulio Rodrigues conta em suas memórias que ele sempre voltava acompanhado de seis a oito pessoas, com exceção dessa vez, quando foi emboscado por um jagunço armado com uma espingarda que lhe deu um tiro no peito, matando-o instantaneamente. Com a morte do líder, os conflitos se intensificam, ocorrendo, inclusive, em 1953, a expulsão de 30 famílias de meeiros na Fazenda Pimenta, área próxima de Pedra Lisa (Copello, 1983).

[5] De acordo com Silva (2008), o crime teria acontecido em 1954.

Segundo o jornal *Imprensa Popular* de 18/08/1956, a polícia tentou efetivar um mandato de despejo na área e foi recebida por lavradores armados de facões, foices, enxadas e espingardas de caça. Essas ações eram entendidas pelos trabalhadores como formas de autodefesa. Na entrada da região, havia uma tabuleta onde se lia: "Aqui em Pedra Lisa não entra polícia. Nem grileiros. Estas terras têm donos. Cada palma de chão roubado há de custar a vida de todos nós". Não por acaso, portanto, a região foi apelidada pelo subdelegado por ela responsável como "zona conflagrada" (GRYNSZPAN, 1987, p.153).

Sobre o episódio, Bráulio Rodrigues chama atenção para a provável ilegalidade da ação de despejo, bem como para a presença de agentes privados de repressão no ato de expulsão:

> Não houve prisão. O que tinha que acontecer, aconteceu na área. Houve duas mortes. Não houve inquérito, não houve nada. Foi uma coisa assim, pra num vim pra fora, né? (A repressão) foi maior, muito maior, porque aí não era só a polícia, aí era jagunço, era bem diferente. Não tinha processo, não tinha nada (Entrevista a Frederico Araújo, Apud Araújo, 1982, p. 50).

Para além da resistência armada, reconhecida pela associação como forma legítima de autodefesa contra a violência dos grileiros da região, outras estratégias de resistência para manter a posse da terra eram acionadas pelos lavradores. Em 1956, jagunços e policiais armados com metralhadoras assaltaram várias residências em Pedra Lisa, incendiando e destruíram três casas. Por intermédio do Jornal do PCB, Imprensa Popular, os camponeses dirigiram-se ao governador Miguel Couto Filho e à Assembleia Legislativa para denunciar o crime que, de acordo com eles, partia da Imobiliária Guinle, interessada em se apropriar de suas terras. (*Imprensa Popular*, 10-03-1956).[6]

No mesmo ano, José de Assis Ferreira, vereador de Nova Iguaçu pela UDN conhecido como "Pimenta", reivindica-se como proprietário de uma porção de terras em Pedra Lisa. Entretanto, no ato do despejo, os policiais foram recebidos por dezenas de camponeses armados com facões, foices e armas de caça. Não houve confronto e a tentativa de despejo fracassou. Após o episódio, o presidente da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa reuniu-se, acompanhado de um representante do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic)[7] e de membros da imprensa local,

[6] Seria o jornal Imprensa Popular e o PCB, portanto, intermediários entre a associação e outras esferas de poder do Estado, questionamos anteriormente?

[7] O Inic, Instituto Nacional de Colonização e Imigração, foi criado em 1954, pela lei 2163, de 5 de janeiro.

com o vereador que demandava a posse das terras e o delegado responsável pela região. Argumentavam que a área era pública e que, portanto, qualquer ação policial com fins de despejo dos trabalhadores rurais era por eles considerada ilegal (*Imprensa Popular*, 18/08/1956). Ficou acordado, na ocasião, que a polícia não faria novas incursões até que saísse o resultado da ação judicial movida pela Sociedade (Grynszpan, 1987). Os posseiros também se reuniram com o Ministro da Agricultura no ano seguinte em seu gabinete e denunciaram as tentativas de despejo (*Última Hora*, 21/02/1957). Após o encontro, o Ministro garantiu que providências seriam tomadas. Em 1958, houve uma outra tentativa de despejo, dessa vez por iniciativa da família Fausto Alvim, das Fazendas Reunidas Normandia, utilizando-se da polícia de Nova Iguaçu. Dessa vez, os lavradores resistiram com apoio de setores progressistas da imprensa, que deu cobertura à investida de expulsão, o que inviabilizou o despejo (Copello, 1983). Em 1958, o então governador do Estado do Rio de Janeiro, Miguel Couto Filho, decretou a desapropriação das duas glebas que compunham Pedra Lisa: Santo Antônio do Mato e Limeira (Ernandez, 2010).

De qualquer forma em decorrência das desapropriações, foi instalada uma placa comemorativa de bronze (Figura 1) em frente à escola de Pedra Lisa, que até hoje lá permanece, onde se lê:



Fonte: Fotografia feita por Gabriel Bastos em 22 de dezembro de 2015.

Foram constantes as mobilizações para pressionar o governo estadual. Era comum, como narra Bráulio Rodrigues da Silva, as idas a Niterói, com um grande número de lavradores, para forçar ações em defesa dos posseiros o que só era possível porque havia uma rede de apoios, onde se destacavam os laços com o Partido Comunista e diversos sindicatos:

> Em Pedra Lisa, nós tivemos um apoio muito grande do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro: apoio moral e financeiro, no tempo em que o Benedito Cerqueira[8] era o presidente do sindicato. Ele era do Partido Comunista também. Tivemos apoio do primeiro Conselho Municipal de Trabalhadores formado no estado do Rio de Janeiro (...). O Benedito Cerqueira e o Isaltino, redator chefe do jornal *A Tribuna do Metalúrgico*, iam às reuniões, levavam alguma coisa

[8] Bráulio refere-se aos anos de 1950.

> para distribuir para o pessoal, roupas etc. E iam na hora da luta também.
> (...)
> Nós íamos até Petrópolis porque tinha um sindicato muito grande lá, que era o dos tecelões (SILVA, 2008, p. 39-40).

Dois outros grandes conflitos ocorreram em fins da década de 1950 em Pedra Lisa, na Fazenda Boa Esperança e na Fazenda São Pedro. O conflito na primeira, se desenrolou por conta de atritos entre o proprietário e os meeiros que por lá viviam. Estes acusavam o proprietário de roubar no percentual de produção e, portanto, rebelaram-se, detendo um caminhão e o motorista que transportava os produtos agrícolas. Como resposta, o proprietário mobilizou "tropas de soldados que metralharam e queimaram casas, plantações, animais e expulsaram os meeiros (...), ocorrendo até mesmo a deformação física de um meeiro" (Copello, 1983, p. 34).

Após o ocorrido, as associações de lavradores de Pedra Lisa e de Japeri[9] uniram forças, mobilizando cerca de 250 pessoas que realizaram uma vigília durante dois dias no palácio do Ingá. Tal mobilização resultou na desapropriação da Fazenda Boa Esperança[10], com indenização ao proprietário, "além de ceder transporte, sementes e algum material de construção para que os meeiros pudessem retornar ao trabalho, recebendo ainda proteção da polícia" (Copello, 1983, p. 34) nos seis meses que se seguiram.

Em 1959, semelhantemente ao caso da Fazenda Boa Esperança, meeiros da Fazenda São Pedro, de propriedade de Francisco Junqueira, fazendeiro de café em São Paulo e usineiro de leite em Minas Gerais, entraram em conflito entre si. De acordo com Copello (1983), havia dois grupos de meeiros: os da área da várzea e os da área da serra, estes, com condições bem mais adversas de exploração da terra. Quando os lavradores da várzea se recusaram a pagar a meia, Junqueira mobilizou os meeiros da serra para expulsarem seus vizinhos da várzea. Entretanto, a Sociedade dos Lavradores de Pedra Lisa foi capaz de unir os dois grupos para que ambos não mais pagassem a meia. Em resposta, o fazendeiro, além de travar lutas judiciais para a expulsão de ambos os grupos, trouxe um grupo de jagunços de São Paulo para pressioná-los, assim como recorreu também a um contingente da polícia para efetuar o despejo. Mas tal ação foi

[9] Segundo Copello (1983), o surgimento desta associação foi fruto de um racha de um grupo que teria rompido com a associação de Pedra Lisa em 1958, após terem sido derrotados em eleições de direção.
[10] Decreto 7206, de 25 de Novembro de 1960.

contida pela resistência dos meeiros, que fizeram valas na estrada afim de impedir a entrada dos policiais (Copello, 1983).

Os lavradores foram à Assembleia Legislativa a fim de apelar para os deputados no sentido de impedirem que a medida fosse concretizada (*Luta Democrática*, 11/06/1959). Recebidos pelo presidente da Assembleia em seu gabinete, receberam a resposta de que apenas o governador Roberto Silveira poderia dar uma solução para o caso. Um pouco mais tarde, ocorreu a desapropriação[11] (*Última Hora*, 16/12/1959).

Como podemos observar, tratava-se de uma situação de sucessivas vitórias da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa na segunda metade dos anos 1950. A ação da já então Associação irradiou-se pelas regiões próximas, mas foi além dos limites municipais, mostrando uma articulação em torno de determinadas formas de ação.[12] Acompanhando o que ocorria em outros municípios do estado, iniciaram-se as ocupações de terra. Em 1961, ocorreu uma outra ocupação organizada, desta vez na região do Núcleo Agrícola Santa Alice, em Itaguaí, que também envolveu conflitos armados.

Tratava-se de um núcleo agrícola de propriedade do Inic, onde a maioria dos lavradores eram espanhóis. Conforme narrado por Bráulio Rodrigues em seu livro de memórias, alguns deles haviam participado de alguma resistência ao regime franquista na Espanha (Silva, 2008, p. 32).

O conflito ocorreu por conta de um grileiro, dono de uma joalheria no Rio de Janeiro, que reivindicou as terras para si. Bráulio Rodrigues conta que um subdelegado, nomeado por um político da região prestava apoio político local para o grileiro e, por conta própria "chegou lá dando tiro à vontade e colocou um ou dois pra fora" [13] (Silva,

[11] Decreto 6896 de 11/01/1960, publicado no Diário Oficial do Estado RJ em 13/01/1960.

[12] Observando um panorama para além de Pedra Lisa e Nova Iguaçu, a segunda metade dos anos de 1950 e a primeira dos anos de 1960 foram de intensa mobilização e organização dos trabalhadores rurais. Em 1954 é criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), que adotou uma política de incentivar a realização de encontros camponeses locais e estaduais, estimulando assim maior organização de trabalhadores rurais. Nesse contexto, foi criada, em 1959, a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj). Nesse mesmo período, ocorriam conflitos fundiários em outros municípios, tais como: Na Fábrica Nacional de Motores em Magé; Fazenda São Lourenço e Capivari em Duque de Caxias; São José da Boa Morte em Cachoeiras de Macacu e Imbé em Campos dos Goytacazes.

[13] Importante frisarmos o caráter de agente particular dos subdelegados, inseridos em um contexto político de troca de favores. Sobre essa categoria, nessa época, Bráulio Rodrigues descreve em seu livro de memórias da seguinte forma: "Naquela época, os subdelegados eram nomeados por um político da área. Por exemplo, eu simpatizei com você, vou nomear você como subdelegado desta área aqui. Você não ganhava nada, mas tinha um título de subdelegado e tinha poder na área. Em Nova Iguaçu, Getúlio Moura, que era um dos chefões políticos da Baixada Fluminense naquela época, nomeava os delegados. Mandava prender, fazia tudo na polícia de lá. Ele era deputado federal, era político do PSD, muito influente na Baixada Fluminense. " (Silva, 2008 p.25)

2008, p. 32). Os lavradores de Santa Alice recorreram à Associação de Pedra Lisa. Conforme a narrativa de Bráulio Rodrigues, "as pessoas do Coletivo sabiam do nosso movimento em Pedra Lisa e foram lá pedir apoio da gente" *(Ibidem*, p. 31). Um episódio de conflito armado é narrado por ele em uma ocasião de tentativa de despejo:

> Aí nós reunimos os espanhóis (...) e eles resolveram pegar. Distribuímos o pessoal na entrada, um aqui, outro lá. Quando a polícia chegou, não morreu ninguém, graças a Deus, mas houve muito tiroteio. Só não morreu gente de lá nem de cá porque nós estávamos muito bem protegidos. A gente estava atirando mais para espantar, não era para matar. Aí eles saíram fora. (Silva, 2008, p. 32)

De acordo com as edições de 25/01/1962 do Jornal *Última Hora* e de fevereiro de 1962 do *Terra Livre*, a Associação de Lavradores de Pedra Lisa enviou até Itaguaí uma comissão de 53 lavradores em um caminhão, com a finalidade de prestar apoio aos ocupantes de Santa Alice. A comitiva foi recebida por uma rajada de metralhadora da polícia e o lavrador José Firmino foi ferido gravemente. Todos os outros foram presos, mas soltos após esforços jurídicos da Associação para os libertar. Apenas três lavradores permaneceram detidos: Alvino Alves, que era presidente da Associação de Lavradores de Pedra Lisa e vice-presidente da Falerj (Federação das Associações de Lavradores do Rio de Janeiro), Vantuil Dias Lacerda e José Ferreira. Conforme narram matérias das edições de 13/01/1962 e 28/02/1962 do *Jornal do Brasil*, ao saber do ocorrido, Irênio de Matos, executor do Plano Piloto de Ação Agrária do Governo do Estado, tentou intervir junto ao Juiz para libertar os três lavradores. Entretanto, também foi preso, acusado de tê-los mobilizado contra a polícia. Tanto Irênio quanto os três lavradores foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, sendo soltos somente 26 dias depois. É importante ressaltar que já antes do golpe essa legislação estava usada para tentar frear as mobilizações camponesas e atingia até mesmo agentes do Estado.

Conforme discutido por John French (2006), o uso de aparatos de características repressivas pelo Estado brasileiro, não é exclusivo de períodos autoritários. Durante o período de 1946-1964 – analisado neste tópico – a "esquerda radical" tinha como costume associar o aforismo de Washington Luís, nos anos de 1920, de que as questões dos trabalhadores seriam "caso de polícia" como característica de todos governos brasileiros. Isso se confirmaria dois anos após as primeiras eleições desde o fim do período Vargas, nos primeiros anos da Guerra Fria. O PCB foi colocado na ilegalidade por conta de uma denúncia do deputado Barreto Pinto, do Partido Trabalhista Brasileiro

(PTB), ao Tribunal Superior Eleitoral contra o PCB. A denúncia alegava o caráter ditatorial e internacionalista da agremiação e pedia a cassação de seu registro, embora absolutamente nada de concreto havia acontecido:

> Depois de um breve período de esperança, entre 1945-1947, as conclusões pessimistas da esquerda radical foram amplamente confirmadas pelo governo duramente repressor de Dutra, até 1950. O ataque de Dutra ao que ele considerava serem forças da desordem, da anarquia e do comunismo aconteceu apenas uma década depois de um recrudescimento semelhante, ocorrido durante os anos crescentemente sombrios entre 1935 e 1941. (French, 2006, p. 405 e 406)

Nesse cenário de repressão dos movimentos de luta pela terra um período comumente reconhecido como democrático, as lideranças de Pedra Lisa, assumiram a defesa dos ocupantes expulsos e organizaram uma assembleia com lavradores de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Magé. Nesta reunião foi deliberado que a reocupação das terras se daria de qualquer maneira, mesmo que fosse preciso adotar uma estratégia armada (ARAÚJO, 1982). Destacamos, a seguir, um trecho do manifesto elaborado na ocasião:

> Companheiros das Associações do Estado do Rio: aqui estamos precisando da tua solidariedade. A nossa causa é a sua também. Dirigentes sindicais, estudantes, donas de casa e operários, o seu protesto será também contra a carestia da vida. Estamos cercados de jagunços, mas a nossa causa é mais sublime, e mais nobre, porque aqui estamos defendendo o nosso direito de viver como pessoas humanas. A Sociedade de Pedra Lisa apela para o Sr. Governador Celso Peçanha que venha ao encontro dos lavradores de Itaguaí. Hoje estamos apelando, mas amanhã talvez não teremos mais tempo para apelar (Apud GRYNSPAN, 1987, p. 162).

Após a desapropriação do Núcleo Santa Alice a favor dos lavradores e o pagamento da indenização pela Supra (Superintendência de Reforma Agrária) ao pretenso proprietário, segundo uma matéria publicada em 11/05/1963 pelo jornal *Luta Democrática*, o subdelegado José Bento por lá apareceu acompanhado de sua esposa e de capangas armados. Eles procuravam Bráulio Rodrigues, com a intenção de assassiná-lo. Frustrados por não encontrarem tal liderança, ameaçaram os lavradores, impedindo-os de continuarem seus serviços sob pena de serem executados. José Bento também ameaçou passar com tratores sobre as plantações. Os posseiros denunciaram o grileiro ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops), que o intimou, proibindo-o de entrar no Núcleo.

Nos chama atenção, mais uma vez, a narrativa contada por Bráulio Rodrigues sobre a ocasião da desapropriação de Santa Alice, através de uma reunião dos lavradores com o presidente da república e o governador do estado:

> Tivemos um encontro com o presidente João Goulart e com o governador do estado.
> (...)
> Tinha um termo, tinha um slogan da reforma agrária naquela época: "Ou na lei, ou na marra". Aí João Goulart disse:
> - Olha, na marra eu não aconselho ninguém a fazer, mas na lei vocês vão ter tudo. (Silva, 2008, p.33)[14]

3.O Pós-64 em Pedra Lisa

Se a segunda metade dos anos 1950 e a primeira metade dos anos 1960 foram de excepcional mobilização da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, o período que se segue vai na direção contrária. O pós-64 em Pedra Lisa representa um período de desmobilização entre os camponeses, marcado por intensa repressão. Não se trata de menor intensidade de luta de classes, mas um período capaz de nos revelar outro aspecto desta. "O estudo dos momentos de 'desmobilização', além de recuperar essas experiências, pode nos ajudar a entender o aparecimento ou o desaparecimento de conflitos mais abertos. (...)" (Palmeira, 2009, p.172). Trata-se de um período *entre lutas intensas,* conforme abordaremos mais adiante na reorganização das lutas pela terra em Nova Iguaçu nos anos 70 e 80. A abordagem que se segue, "pode nos dizer alguma coisa sobre as mudanças efetivamente operadas no padrão de atuação de uma classe social pela própria movimentação dessa classe numa conjuntura de mobilização política " (*Ibidem*)

Há muitos elementos sobre as lutas e a organização em Pedra Lisa que precisam ser esclarecidos e aprofundados, em especial seu papel na organização dos lavradores em toda a região que vai até Itaguaí, bem como possíveis articulações com Xerém, em Duque de Caxias. As indicações que temos mostram que se tratava de uma área com grande dinâmica política e onde se preparava resistência a um possível golpe. Quando este ocorreu, a situação dos posseiros da região e de suas lideranças se tornou crítica. Como narra Bráulio Rodrigues:

[14] Assim como não conseguimos explicar por que circunstâncias José Matias teve acesso direto ao então presidente da república, também nos chama atenção da naturalidade que Bráulio narra a ocasião do encontro com o presidente. Por quais caminhos será que esses camponeses tinham acesso à esferas tão poderosas do Estado?

> Eu estava em Pedra Lisa, aguardando um outro movimento que viria, aguardando uma contra revolução que tinham nos prometido. Já tinha as tarefas designadas: o que ia fazer, para onde ia, essa coisa toda. Nós estávamos nos preparando para fazer um contragolpe. Não éramos só nós em Pedra Lisa: havia outros setores do campo que estavam na mesma situação. As associações de lavradores e o Partido Comunista estavam envolvidos naquela resistência também.
> (...)
> Nós estávamos preparados. E íamos acompanhando pelo rádio também. Daí a pouco escutamos no rádio que o João Goulart tinha saído, que estava deixando o país. Aí eu reuni com o grupo que estava lá, não era pouca gente, era muita gente, reuni com todos eles. Não era coisa secreta, com um grupo só: era com todo mundo.
> - Olha, o problema é o seguinte: João Goulart está saindo. *Até agora o que prometeram trazer para nós não chegou até aqui*. Evidentemente vai ter dificuldade para chegar, e nós não vamos ficar aqui porque nesta hora, agora que está acontecendo isso, vão vir grileiros, vão vir assassinos, jagunços, tudo com o objetivo de ceder para o golpe que estão dando no país. Vão vir para fazer justiça com as mãos deles em cima de nós, principalmente em cima de mim e nos demais companheiros que estão aqui na direção.
> (...)
> Pois não deu outra: saí e em 40 minutos ou mais um pouco, chegou um monte de gente procurando por mim, tudo armado para me matar. Não era política, não era nada. Eram justamente pessoas de que eu falei, ligadas grileiros, que aproveitavam o momento para dizer que estavam fazendo isso em nome dos que estavam dando o golpe no país (SILVA, 2008, p. 43. Grifo nosso).

Esse longo e intrigante depoimento de Bráulio Rodrigues nos levanta duas perguntas: essa preparação para fazer um contragolpe sugere que tanto a associação quanto a FALERJ tinham articulações muito bem consolidadas. Até que ponto e com quais atores vai essa articulação? O seguinte trecho é ilustrativo: "- Olha, o problema é o seguinte: João Goulart está saindo. *Até agora o que prometeram trazer para nós não chegou até aqui*. Evidentemente vai ter dificuldade para chegar, e nós não vamos ficar aqui porque nesta hora". Estaria ele se referindo a possíveis armas a serem empunhadas para formar uma resistência ao golpe? Mais uma vez, são perguntas que extrapolaram as possibilidades dessa pesquisa.

Bráulio conseguiu fugir, ficou muito tempo escondido, em diferentes lugares, mas acabou sendo preso em 1966. Segundo ele, foram mais de 20 prisões entre 1966 e

1974. Depois delas, foi morar em Nova Iguaçu e retomou o trabalho organizativo, desta vez na Diocese de Nova Iguaçu, como veremos mais adiante.

Ora, se até 1964 a associação de lavradores de Pedra Lisa contava com cerca de 1500 associados, após o golpe houve uma significativa reviravolta nesta conjuntura. Outrora polo aglutinador de mobilizações camponesas, a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, no pós-64, além de ter sua sede completamente destruída e seus documentos queimados, teve suas lideranças perseguidas pelo Exército. Além disso, o ramal ferroviário, que tinha uma estação na Fazenda São Pedro, bastante usado pelos lavradores para escoar sua produção, foi extinto (Copello, 1983). Sobre esse período de intensa repressão, Raimundo Lima, militante do PCB na época, que costumava frequentar reuniões em Pedra Lisa, diz que tanques de guerra foram até *a região:*

> Os tanques de guerra foram em Pedra Lisa! (...) Os companheiros trabalhadores rurais lá, os camponeses, amarraram lá e o pessoal sumia com eles, eles pegavam, matavam. Todo mundo via! Acontecia isso, mas você não podia provar. Acontecia isso, os maridos eram presos, as mulheres corriam também, foi uma miséria (...). Aqui foi uma região de perseguidos! (Entrevista de Raimundo Lima, concedida a Leonilde Medeiros, Aline Borghoff e Romário Silveira em Setembro de 2015)

De acordo com um documento produzido por um filho dos lavradores que viveram esse período em Pedra Lisa, ainda criança na época, "os camponeses sofreram. Muitos foram presos, torturados, acusados de formação de guerrilha. Muitas famílias foram expulsadas de seus sítios pelos latifundiários, pois não tinham a quem recorrer" (*Comunidade Tradicional Rural dos Camponeses de Pedra Lisa/Documento elaborado pelo lavrador Josimar*, p. 4). Romário Silveira, professor de história da rede municipal, radicado em Jaceruba, conta mais detalhes sobre esse processo. A partir de relatos de militantes que atuaram nos anos 1950 e 1960 na Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, ele afirma que, nesse período, pessoas da própria comunidade entregavam nomes de lideranças para o regime.

> Então, em conversa com todos esses ex-companheiros militantes eu percebo o seguinte: que com o golpe militar, né, com a ditadura instituída em 1964, muitos deles tiveram que sair daqui. (...) Muitos deles tiveram que sair daqui às pressas, fugindo e deixaram seus bens. Raimundo Lima, por exemplo, tinha uma casa em construção. João Barboza, né, todos esses eram trabalhadores e tinham casas aqui em Japeri, em Engenheiro

> Pedreira e lá em Pedra Lisa, em Jaceruba, o Lacerda conta a mesma história. (...) Essas pessoas tiveram que deixar seus sítios. E eles nos contam que essas pessoas que representam o poder aqui em Japeri, o poder econômico, e com tentáculos também no poder político, na polícia civil, (...) que também eram trabalhadores, pessoas humildes naquela época, aproveitaram aquele momento da ditadura militar pra fazer o que eles chamavam (fazendo o trocadilho) de "entrega-lista". Ou seja: Eles entregavam as pessoas que eram militantes e, em troca disso, eles se apropriavam. Por exemplo, no caso do Vantuil Dias Lacerda, se apropriaram das terras, das ferramentas, dos animais, do maquinário... Porque esse pessoal produzia, e era uma produção rica. (...) E esses grileiros se apropriavam disso. (Entrevista com Romário Silveira, concedida à Gabriel Bastos em 22 de dezembro de 2015)

Tratava-se, portanto, de uma relação de troca entre o Estado e *grileiros*, membros da própria comunidade de *Pedra Lisa*, onde o primeiro recebia informações sobre as lideranças e os segundos recebiam os glebas e/ou bens dos militantes perseguidos. Os que ontem eram "entrega-lista", portanto, tornaram-se grandes proprietários de terras, proprietários de diversos imóveis urbanos, donos de postos de gasolina e de lojas de material de construção.

> Capixaba que é o mais rico aqui da região. Tem aquele que meu nome é em homenagem a ele, Sargento Romário; o Joel Brunato, dono da loja de materiais de construção, cujos filhos assumem o poder aqui, foi vereador. Henrique Elzer... São assim os donos de grande parte das lojas, dos casarios, dos prédios de Engenheiro Pedreira hoje e o Capixaba das terras. Ele se, a partir daí, com muito trabalho, eles também trabalharam muito, eu conheci, eu cresci vendo essas pessoas trabalharem, mas o capital inicial deles foi dado com a ditadura militar. (Entrevista com Romário Silveira, concedida à Gabriel Bastos em 22 de Dezembro de 2015)

Há outras evidências que confirmam o esquema de repressão narrado por Romário. O próprio Raimundo Lima, militante do PCB que frequentava reuniões em Pedra Lisa, citado no trecho da entrevista na página anterior, como um dos camponeses que teve que deixar seu sítio, confirma dois nomes e fala de mais um outro entrega-lista: "Aqui foi uma região dos perseguidos. Tinha o José Alves Pinheira, ele era dono da farmácia... Ele era entrega-lista. (...) Joel Brunato, Sargento Romário..." (Entrevista de Raimundo Lima, concedida a Leonilde Medeiros, Aline Borghoff e Romário Silveira em setembro de 2015)

Como veremos com mais detalhes adiante, em 1986 as terras do Capixaba foram ocupadas por interesses de reforma agrária. Segundo o *Jornal do Brasil* (28/01/1986), trata-se, de fato, de terras que foram desapropriadas em 1958 pelo governador Roberto Silveira e cercadas pelo grileiro. Outros depoimentos contam para o jornal que Sebastião Ferreira, o Capixaba, teria cercado essas terras por volta dos anos de 1970. Raimundo Lima reforça essa versão:

> O sargento armado ficou de metralhadora na mão para ele cercar aquela área que chama "Fazenda da Capixaba", aquilo era dos camponeses no tempo de Roberto Silveira, foi tudo tomado. (Entrevista de Raimundo Lima, concedida a Leonilde Medeiros, Aline Borghoff e Romário Silveira em setembro de 2015)

As evidências de repressão em Pedra Lisa no pós-64 se manifestam também com o receio das pessoas em darem entrevistas sobre o acontecido. Quando em 2014, nas etapas iniciais desta pesquisa, nossa equipe foi à região com a CEV/Rio para iniciar a coleta de informações, um morador que já os esperava os levou a algumas casas, dizendo que se tratava de membros da Comissão da Verdade e que elas (foram recebidos por mulheres) deveriam contar tudo o que havia acontecido na área. Nas três residências, a resposta foi muito parecida: eram crianças e não lembravam de nada. A conversa foi desviada com perguntas sobre como era a região antigamente, como se vivia. Algumas coisas que foram ditas remetem aos sentidos da memória traumática da repressão e o silêncio dela decorrente. Aos poucos, com muito cuidado e medindo palavras, foram narrados fragmentos de lembranças do período imediatamente posterior ao golpe: casas revistadas completamente, gavetas e armários revirados em busca de armas. Numa das casas, foi dito a uma das pesquisadoras, em voz baixa: "Minha filha, você não imagina quantos papeizinhos nós engolimos! ", numa evidente referência a documentos que foram destruídos.

Ainda nesse período de intensa repressão, por volta de 1964, houve uma tentativa de reorganização da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, através de uma reunião que contou com a presença de mais de 100 pessoas. Entretanto, tal reunião fora denunciada à unidade do exército em Deodoro, que enviou tropas ao local, espancando e prendendo lavradores. Dirigentes ficaram detidos por vários meses (Copello, 1983). Diante desse contexto de derrotas e desmobilizações dos lavradores, as décadas seguintes em Pedra Lisa foram marcadas por pressões de diversos agentes visando a expulsão dos posseiros:

> Segundo vários depoimentos, a partir de 1975, intensificaram-se pressões, visando expulsar dessa região os posseiros que aí ainda permanecem. Tal fato vincula-se mais imediatamente ao surgimento de um plano de construção de uma rodovia que cortaria essa região, o que consequentemente acarretaria uma alta valorização destas terras; ainda que tal plano não tenha saído do papel a cobiça pelas mesmas prossegue, inclusive com o retorno de pretensos antigos "proprietários", como é o caso da Cia Fazendas Reunidas Normandia, que em 1977 volta à carga (Ibidem, p.42)

Sobre os efeitos imediatos do golpe de 1964 em Pedra Lisa, nos chama atenção o caráter de classe desse fenômeno. Isso se evidencia por duas facetas, uma política e outra econômica. Para além dos efeitos políticos quase que imediatos após o golpe, como a imediata busca a Bráulio Rodrigues, perseguições políticas através dos "entrega-lista" e o fechamento da associação com o sucessivo impedimento de que esta voltasse a funcionar, Copello (1983) nos demonstra prejuízos para os lavradores, para além das lideranças políticas propriamente ditas. Outras associações foram fechadas em regiões próximas. Em Pedra Lisa, foram fechados o posto médico e a escola da associação, extinguindo o sistema de pensão que esta fazia funcionar para viúvas e idosos. Além disso, tal período foi marcado pela extinção do ramal ferroviário, o que prejudicou drasticamente o escoamento da produção dos lavradores, que passaram a ter que transportar com carroças a produção que outrora era transportada por trem. De acordo com os dados da autora, em Jaceruba, antes de 1964 eram produzidas semanalmente 1500 caixas de diversos produtos agrícolas. Em 1983, tal produção foi reduzida para 100 caixas, segundo depoimentos locais

Conforme discutido por Ianni (1981), vale a pena lembrar que não se trata de um efeito isolado deste período. A ditadura teve, nas bases de sua economia política a superexploração das mais diversas categorias do trabalho, na cidade e no campo, com o lema de "segurança e desenvolvimento" como horizonte. Além disso,

> Do ponto de vista social os mais penalizados foram os trabalhadores, que em primeiro lugar perderam o poder de compra de seus salários ao longo daqueles mais de vinte anos de regime ditatorial – por exemplo, em 1972, mesmo ano em que o PIB do país cresceu 11,7%, o Brasil se tornou o campeão internacional em acidentes de trabalho[15]; enquanto em 1974 o salário mínimo chegou ao seu patamar mais baixo, equivalendo a 54,48% do que valia em 1960[16]. Os migrantes que chegaram

[15] De acordo com a OIT
[16] De acordo com o DIEESE

> da zona rural aos centros urbanos em busca de melhores oportunidades de vida viram os serviços públicos sendo deteriorados, deparando-se com a inexistência de equipamentos urbanos que garantissem educação para seus filhos e saúde para o conjunto da família, além de condições dignas de habitação. (Melo et al, 2015)

O momento de desmobilização no período pós golpe seria superado somente anos mais tarde, quando o grande polo de irradiação de lutas na cidade e no campo, em Nova Iguaçu seria retomado pela Diocese local, sob liderança do Bispo Dom Adriano Hypólito.

4. As lutas dos anos 80

Em 1984, uma área que abrange os municípios de Nova Iguaçu e Queimados foi ocupada por 600 famílias montaram um acampamento. Seu objetivo era o de reivindicar a área para fins de reforma agrária. Trata-se da ocupação de Campo Alegre, que gerou grandes repercussões na Baixada Fluminense e deu um novo fôlego para as lutas pela terra na região.

Talvez, a grande repercussão da ocupação de Campo Alegre tenha se dado pelo fato de ter aglutinado diversas forças políticas, que desde o final da década de 1970 vinham se reorganizando. Em 1979, foi criado o Núcleo Agrícola Fluminense (NAF), em Duque de Caxias, por posseiros, com a presença de Laerte Bastos, uma importante liderança da Baixada Fluminense no pré-64. O NAF, lado a lado da Comissão Pastoral da Terra (CPT), organizou a ocupação Morro Grande (Duque de Caxias) em 1979. Com muitas famílias presentes, os ocupantes excedentes do Morro Grande foram para a ocupação do Parque Estoril (Nova Iguaçu). Paralelamente a isso, movimentos ligados ou próximos à Diocese de Nova Iguaçu, como a CPT, a Comissão de Justiça e Paz e o Movimento Amigos do Bairro (MAB), organizaram, em 1979, o *Mutirão*[17] Nova Aurora cujas famílias excedentes foram para Campo Alegre.

O perfil das famílias nesses *mutirões* é diverso. Trata-se de um contexto diferente das décadas de 1950 e 1960, quando a origem da maioria dos posseiros era rural. Agora, se trata de uma população urbana com raízes rurais, trazendo continuidades e descontinuidades com o passado. De acordo com Ernandez,

[17] Trata-se do termo utilizado ao longo da década de 1980, em todo o estado do Rio de Janeiro, para caracterizar acampamentos formados a partir de ocupações reivindicatórias.

> Na década de 1980, irão participar dos conflitos agrários, os filhos dos migrantes que se instalaram na Baixada Fluminense, desde os anos 1940. Com dificuldades de obtenção de trabalho e moradia na região metropolitana do Rio de Janeiro, diversas famílias da Baixada perceberam nos movimentos de ocupação de terras uma oportunidade de retorno aos meios rurais, visando melhores condições de vida. (Ernandez, 2010, p.240)

Sônia Martins, membro da CPT de Nova Iguaçu e militante que participou dos primórdios do Mutirão de Campo Alegre, inserindo-se por meio de sua comunidade eclesial de base, pelo ramo da educação, nos dá mais detalhes sobre o perfil social e político desses ocupantes:

> O pessoal do Parque Estoril, eu via uma presença com uma ênfase maior de trabalhador rural, já Campo Alegre, é um povo que já havia perdido muito essa característica do campo, estava muito acentuado essa parte urbana, mas entre eles tinham essas pessoas mais velhas. (...) O povo que tinha de 50 anos para cima tinha um perfil mais politizado e mais arraigado a essa dimensão de camponês, de inserção da produção, de pensar um lugar para morar e produzir. O pessoal mais velho, seu Generino, a Maria Freire, o Amaro, Paulão, essas pessoas eles tinham essa referência na área de uma produção agrícola bem acentuada e com uma visão política mais apurada. Os novos, tem essa preocupação de estar porque precisa viver, a cidade não dava conta de pagar aluguel, tinha a questão da violência, de ter um lugar mais sossegado para criar os filhos, mas a necessidade muito forte de trabalhar fora, para poder complementar a renda familiar. Isso é muito forte. Coisa que não era muito presente nos mais velhos, porque para eles essa questão de trabalhar todo dia naquela área, de produzir, de botar o saco nas costas e ir pro centro vender, toda semana, de criar um vínculo com a feira central, isso é mais os antigos, os mais velhos, os mais novos não tinham muito isso. (Entrevista de Sônia Martins concedida a Gabriel Bastos em outubro de 2015)

A ocupação foi feita por etapas. Após divulgar que haveria um *mutirão* em Campo Alegre, os organizadores da ocupação levavam os interessados para Vila Americana, uma área próxima de Campo Alegre, onde estes diziam trabalhar na construção de casas. “Nesta localidade, as famílias foram cadastradas e, pouco a pouco, enviadas para o Cruzeiro, região de Campo Alegre onde foi feita a primeira ocupação e montado o acampamento de base” (Ernandez, 2010, p.197). Ao todo, tratavam-se de cerca de 6 mil ocupantes (*Ibidem*).

Uma vez no Cruzeiro, as famílias aguardavam a chegada de novas famílias, até que, uma vez reunidas um número suficiente de pessoas uma nova gleba de Campo

Alegre era ocupada, chamada de *regional*. Cada *regional* contava com um coordenador e comissões de trabalho para diversos fins. Um aspecto organizacional que nos chama atenção aqui: o lugar de origem dessas comissões: "na organização dos conventos, já que teriam sido as freiras ligadas às CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e à CPT (Comissão Pastoral da Terra) as que mais teriam auxiliado no processo de organização interna" (Ernandez, 2010, p.197). De acordo com Michael Löwy, as CEBs são "um pequeno grupo de vizinhos que pertencem à mesma comunidade, favela, aldeia ou zona rural populares e que se reúnem regularmente para rezar, cantar, comemorar, ler a Bíblia e discuti-la à luz de sua própria experiência de vida" (Löwy, 2000, p.82 e 83). Diante de uma conjuntura de reorganização de movimentos populares de luta pela terra na Baixada Fluminense, esses novos elementos de cunho religioso são capazes de trazer novos elementos para as ocupações de terra:

> A experiência das CEBs, graças a seu forte componente democrático, contribuiu muitas vezes para dar uma qualidade nova aos movimentos sociais e políticos que alimentou: com raízes no cotidiano do povo e em suas preocupações humildes e concretas, ela encorajou a auto-organização das bases e uma desconfiança da manipulação política, da retórica eleitoral e do paternalismo estatal (Löwy, 2000, p. 85).

Tal experiência, entretanto, não foi isolada. O encontro entre elementos do cristianismo da libertação (Löwy, 2000) com movimentos de luta pela terra da Baixada Fluminense teve um papel importante nesse período. A Diocese de Nova Iguaçu, sob liderança de Dom Adriano Hypólito, a partir de 1966, é responsável por aglutinar tais elementos.

Com apenas 48 anos de idade (relativamente jovem, para um Bispo), Dom Adriano assume o cargo em uma Diocese também jovem. Fundada em 1960, a Diocese de Nova Iguaçu, abrangeu, durante vinte anos, os municípios de Itaguaí, Mangaratiba, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi e o distrito de Conrado, pertencente ao município de Miguel Pereira. Em 1980, a Diocese de Nova Iguaçu compreendia os municípios de Nilópolis, Paracambi, Nova Iguaçu e o distrito de Conrado. Seu território foi reduzido por conta da criação das dioceses de Itaguaí e Duque de Caxias (Serafim, 2013). O jovem bispo governou a Diocese durante anos de mudanças dentro da própria Igreja Católica, com o Concílio Vaticano II (1962-65), abrindo uma fase de "reconciliação" da Igreja com a modernidade (Löwy, 2000) e, posteriormente as conferências Episcopais de Medellin (1968) e Puebla (1979), com a

opção preferencial pelos pobres. Além dessa reconfiguração interna da igreja, trata-se de um período de crescentes mudanças sociais e históricas na América Latina.

De acordo com Michael Löwy, a gênese do cristianismo da libertação na América Latina neste período, pode ser explicado por uma convergência de três fatores: Além das mudanças internas da Igreja com o pontificado de João XXIII (1958-1963) e o Concílio Vaticano II, a partir dos anos 50 em diante, a crescente hegemonia do capital multinacional no continente e a industrialização, intensificou a migração do campo para a cidade, concentrando por lá uma nova classe trabalhadora. Além disso, a revolução Cubana em 1959 abre uma nova perspectiva de lutas sociais para a América Latina.

> Foi a *convergência* desses conjuntos muito distintos de mudanças que criou as condições que possibilitaram a emergência da nova "Igreja dos Pobres", cujas origens, é preciso observar, remontam a um período *anterior* ao Vaticano II. De uma maneira simbólica, poderíamos dizer que a corrente cristã radical nasceu em janeiro de 1959, no momento em que Fidel Castro, Che Guevara e seus camaradas entraram marchando em Havana, enquanto que, em Roma, João XXIII publicava a primeira convocação do Concílio (Löwy, 2000, p.70).

É nesse contexto que o mandato de Dom Adriano Hypolito reorganizou a Diocese de Nova Iguaçu. De acordo com o bispo, portanto, "numa área complexa como a Baixada Fluminense, 'não se exige apenas a aplicação normal do Concílio: a renovação, o *aggiornamento* deve ser imediato e rápido, urgente e agressivo'" (Serafim, 2013, p. 67). Dessa forma, a partir de 1966, Dom Adriano passou a abrir a Diocese como ferramenta política em torno da questão da moradia assim como começou a abrigar antigas lideranças.

A Diocese de Nova Iguaçu, portanto, inserida nesse novo período de lutas pela terra na Baixada, tornou-se um polo aglutinador de movimentos sociais. De acordo com Sônia Martins, "havia por parte de Dom Adriano um investimento muito forte mesmo nessa questão de articulação do MAB, que se tornou uma grande referência de articulação das associações de moradores", assim como a Diocese organizava a Comissão de Justiça e Paz e o Centro de Formação de Líderes, que traziam respaldo para as lutas. Além disso, a Diocese acolhia diversas lideranças do pré-64 e perseguidos políticos:

> Então essas pessoas (lideranças do pré-64) são grandes aliados desse projeto, seja Laerte, seja Bráulio, seja Azuleica, tem muitos outros, que são as pessoas que estão aqui nesse período. (...) A Comissão de Justiça e Paz era onde centralizava toda a

> ação política da diocese no conjunto da região aqui da Baixada. Aí eu acho que essas pessoas estavam engajadíssimas nesses projetos que é o rosto de uma Igreja para fora.
> (...)
> Elas se sentem referendadas e se identificam e aqui, esse centro de formação ele é criado com a proposta de capacitar e formar lideranças e ele é o grande referencial de acolher refugiados, aqui tinha muitas pessoas de 64 que foram refugiadas aqui. E era qualquer pessoa, não precisava ser católico para entrar aqui, tava refugiado? Tava perseguido? Tava marcado para morrer? Era colhido aqui e escondido aqui no subsolo. (Entrevista de Sônia Martins concedida à Gabriel Bastos em 11 de Novembro de 2015).

Não estamos querendo aqui caracterizar a Diocese de Nova Iguaçu, com Dom Adriano Hypolito, como responsável ou fator decisivo para a retomada de lutas pela terra nos anos 80 em Nova Iguaçu e na Baixada, mas como um polo aglutinador de lutas sociais. Havia outros fatores e atores envolvidos e responsáveis por esse processo de mobilização na época. Além de se tratar de um período de reabertura política, onde antigas lideranças encontravam espaço nos debates promovidos pela Diocese, não podemos deixar de relevar a importância das associações de bairro.

De qualquer forma, se por um lado observamos a persistência de características repressivas da ação do Estado brasileiro (muitas vezes, tendo respaldo e até mesmo envolvimento com a violência privada), observamos também, certo *continuum* de formas de luta por parte dos movimentos sociais. Apesar de interrompidas por uma "despolitização autoritária" entre 1964 e 1978 (Novick, 1992), as formas de luta que se sucederam carregaram também marcas do passado. Ernandez (2010), nos sugere que não se trata da emergência de "novos movimentos sociais", mas de uma "configuração [que] já estava sendo gestada há tempos e que alguns de seus criadores ainda estavam por ali, para regar as sementes plantadas nas trincheiras de duas décadas atrás" (*Ibidem*, p. 244).

> Pensando em termos de seus componentes e dos locais em que atuaram, nada tampouco nos permitiria qualificar tais movimentos como "novos", já que as organizações surgidas na referida década foram criadas pelos antigos militantes, nos mesmos lugares, configurando muito mais uma retomada do que propriamente uma novidade. Uma afirmativa plausível seria a de que as configurações sociais nas quais estes personagens estavam inseridos, estas sim, modificaram-se ao longo do tempo. Os militantes da década de 1960 vivenciavam, agora, outras etapas de suas vidas. Muito mais experientes, buscavam

> recuperar em outra conjuntura, o espaço perdido durante a ditadura militar. (Ernandez, 2010, p. 243).

E, posteriormente, uma "terceira geração", "novos militantes formados a partir das ocupações da segunda metade da década de 1990; jovens universitários que vieram compor os quadros do movimento também a partir da segunda metade da década de 1990" *(Ibidem*, p. 237). Entretanto, no nosso entendimento, tais configurações só foram possíveis por conta de elementos novos nos anos de 1980. Nesse sentido, a atuação da Diocese de Nova Iguaçu exerce um papel fundamental para que não só que essas lideranças antigas pudessem novamente atuar como também para a inserção de uma nova geração de líderes nesse contexto.

Apesar dessas associações de bairro organizarem demandas tipicamente urbanas, ocupações de terra, como Campo Alegre e Nova Aurora, contaram com a participação de membros do MAB, assim como a presença do líder camponês dos anos 1950, Bráulio Rodrigues (Ernandez, 2010). As ocupações de terra na Baixada, neste período, respondiam portanto, a um "conjunto mais amplo de movimentos sociais que reivindicavam direitos diversos, tais como saneamento básico, educação, moradia e saúde (ponto de partida para as outras reivindicações e para o próprio surgimento do MAB) " (Ernandez, 2010, p. 209).

Assim como o MAB em Nova Iguaçu, havia o Movimento de União de Bairros e Duque de Caxias (MUB) e a Associação de Bairros e Moradores (AMB) em São João de Meriti. Essas federações e associações, além de protagonistas das mobilizações em Nova Aurora, Campo Alegre e muitas outras que vieram posteriormente, articularam um conjunto crescente de novas associações, que reivindicavam diversas demandas sociais, sobretudo, para a obtenção de melhores equipamentos urbanos. Dois anos após a eleição de Leonel Brizola como governador, essas três associações foram capazes de organizar uma passeata até o Palácio da Guanabara, com duas mil pessoas, a fim de cobrar a aplicação de recursos enviados pelo Governo Federal ao estado, destinados ao saneamento básico na Baixada. Assim sendo, "em meados dos anos 80, a federação de Nova Iguaçu agrupava 170 associações, e a de Caxias, 100, revelando uma mobilização popular sem precedente na história da região" (Alves, 1998, p.109).

Conforme discutido por Ernandez (2010), os movimentos de luta pela terra depois de Campo Alegre se deram por conta de uma série de condições sociais para a retomada das ocupações, sendo este, um evento catalizador para outras iniciativas,

formando uma nova geração de líderes, produzindo, em seguida, uma série de outros *mutirões.*

> Em seguida de Campo Alegre, surgiu o mutirão Guandu, a partir da ocupação da fazenda Boa Esperança, em março de 1985. Ainda naquele ano, viriam a ser ocupadas uma área em Pedra Lisa e a Fazenda São Bernardino, em Nova Iguaçu. Em Paracambi, foi ocupada a Fazenda Barreiros, dando origem ao Mutirão Paracambi e, no ano seguinte, o Assentamento Vitória da União. No mesmo ano, foi ocupada a Fazenda Conquista, em Valença. Em 1986, surgiu o Mutirão Sol da Manhã, em Itaguaí. Em 1988, foram ocupadas duas fazendas em Magé, e outra em Nova Iguaçu (Paes Leme). Em 1989, foi a vez da Fazenda Rubião, em Mangaratiba (...). Quase todas estas ocupações resultaram no assentamento das famílias acampadas. (Ernandez, 2010, p. 227)

O caso da fazenda Boa Esperança, particularmente, nos chama atenção, por se tratar de uma das fazendas de desapropriadas no início dos anos de 1960 em Pedra Lisa, pelo governador Roberto Silveira e, um dos grileiros envolvidos ser de fato um dos "entrega-lista", citado anteriormente.

O caso da fazenda Boa Esperança, particularmente, nos chama atenção, por se tratar de uma das fazendas de desapropriadas no início dos anos de 1960 em Pedra Lisa, pelo governador Roberto Silveira e um dos grileiros envolvidos ser de fato um dos "entrega-lista", citado anteriormente.

Segundo documentos da Fetag, em 1978, 42 famílias, com um total de 242 pessoas da Fazenda Boa Esperança, perto de Japeri, receberam notificação de que deveriam desocupar a área num prazo de 30 dias, porque ela fora cedida pelo governador do Estado, Almirante Faria Lima à APAE (Associação de Pais e Amigos do Excepcional) através do Processo E-12/5942/77. Os trabalhadores já ocupavam as terras desde a década de 1960, sendo a fazenda desapropriada pelo governador Roberto da Silveira, em 1960, para fins de interesse social, ocupada por culturas permanentes, lavoura branca e criação de pequeno porte. Com a mobilização dos trabalhadores através da Fetag/RJ com o apoio da Comissão Justiça e Paz da Diocese de Nova Iguaçu, e o envio do relatório às autoridades, o despejo foi sustado, mas as posses não foram legitimadas. Um total de 35 famílias, entre 1973 e 1974, foram expulsas de terras arrendadas ao então vereador Arman Dias e indenizados com pequenas importâncias. As terras estavam apropriadas por grileiros notórios como, por exemplo, Sebastião

Ferreira da Silva, vulgo Capixaba, criador de gado, citado anteriormente. (*Levantamento de Conflito de Terras. Arquivo Fetag/RJ*. Junho de 1981. NMSPP/srSC.frj.c - Pasta II).

Outros conflitos e ocupações de terra ocorreram em Pedra Lisa neste período, em terras que foram objeto de disputa da reforma agrária no pré-64. Diante desse contexto, em Pedra Lisa e Jaceruba, uma nova associação de lavradores foi fundada, e organizou um *mutirão* para ocupar terras que foram desapropriadas em 1958. De acordo com Sônia Martins, essas experiências anteriores contribuíram para o planejamento desta ocupação. "Com esse bloco desse pessoal que já estava meio no caminho, né? Agora a gente podia recuperar mais elementos lá. Em Pedra Lisa leva gente por isso, entre outras coisas. " (Entrevista concedida a Gabriel Bastos em 11 de Novembro de 2015).

Segundo o *Jornal do Brasil* (28/01/1986), cerca de 50 famílias ocuparam 40 alqueires de terra da "fazenda do Capixaba", na madrugada do dia 27 de Janeiro de 1986. Durante quatro meses, a Associação de Lavradores de Pedra Lisa e Jaceruba planejou a ocupação, fazendo levantamentos de documentos da área, certificando-se que esta pertencia ao Estado. Importante ressaltarmos que, nesse período, o Governador do Estado do Rio de Janeiro era Leonel Brizola, que assumia uma postura de apoio aos movimentos sociais, inclusive os de luta pela terra. Ernandez (2010) relata que a equipe de Baldez, procurador do Estado,

> A equipe de Baldez participou ativamente de diversas ocupações de terra no Rio de Janeiro, na década de 1980. A Procuradoria oferecia retaguarda não só jurídica, com vistas à desapropriação das terras ocupadas (...). O trabalho da procuradoria era articulado com a CPT, que organizava as ocupações e (...) oferecia apoio jurídico por meio de seus advogados. Ainda segundo ele, a atuação deste órgão nas ocupações de terra não era uma iniciativa de Brizola, que só ficaria sabendo dos atos depois de ocorridos, embora oferecesse todo o seu respaldo político. Tão logo fosse acionado por sua Procuradoria, que preparava as ações de desapropriação imediatamente após as ocupações, Brizola assinava os decretos e empenhava-se no sentido de evitar o despejo das famílias acampadas. Baldez nos revelou ainda que, em alguns casos, foram utilizadas artimanhas jurídicas para evitar despejos. (Ibidem, ppgs 207 e 208)

Maria de Lourdes dos Santos, uma das lideranças da ocupação, conta que recebeu aval das autoridades para ocupar tal localidade: "Fui diversas vezes o Rio, na Comissão de Assuntos Fundiários e conversei com o presidente, Edgar Ribeiro, sobre a

situação, mostrando a ele que as terras são do Estado. Recebi o sinal verde dele para agir, enquanto no Rio ele brigava com a justiça. ” (*Jornal do Brasil*, 29/01/1986).

Segundo Romário Silveira, o fazendeiro conhecido como “Capixaba” era um dos “entrega-lista”, conforme discutido anteriormente. Além das terras da fazenda Boa Esperança, desapropriadas pelo governador Roberto Silveira em 1961, ele teria acumulado terras de militantes perseguidos pela ditadura, que foram desapropriadas pelo então governador Miguel Couto Filho, como resultado da luta dos lavradores naquele período:

> O Capixaba é o que tem maior quantidade de terra. Uma terra que o tempo todo é motivo de reforma agrária né, tanto que em 1986 (...), os trabalhadores começam a estudar a ocupação de terras eles vão justamente nessas terras que o Capixaba acumulou na ditadura militar.
> (...)
> O Capixaba, por exemplo, eu me lembro dele passando na minha rua em Marajoara em pé numa carroça indo candiar boi, entendeu? Colhendo capim, trazendo, ou seja, sempre foi muito trabalhador. E hoje ele é o homem mais rico daqui da cidade. Ele negociava na bolsa de valores o gado, as cabeças de gado dele. E aí eu ficava: “como é que aquele homem simplório trabalhava lá, de repente vai negociar cabeças de boina, lotes né de boi na, na bolsa de valores? ” Como é que ele pode ter enriquecido tanto assim? Porque meu pai trabalhou muito mais do que ele a vida inteira e não enriqueceu. (...) Parte dessas terras foram objeto de disputa na reforma agrária de 1958. (...) E muitos deles [militantes do pré-64] ocuparam novamente as terras em 86. Bom, o Wilson da Rosa Mota, Nilson da Rosa Mota e Mario Ribeiro dos Santos, esses ocuparam as terras de Pedra Lisa, eles tinham terras em Pedra Lisa antes de 64. (Entrevista concedida a Gabriel Bastos em 22 Dezembro de 2015)

Depoimentos citados nas reportagens do *Jornal do Brasil*, completam lacunas do depoimento de Romário. Dona Maria da Conceição, uma lavradora de 55 anos, diz que sempre viveu na fazenda, juntamente com mais 100 famílias que plantavam bananas. Na época, ela conta, ninguém se declarava proprietário dessas terras e Sebastião Ferreira teria cercado as terras e expulsado muitas famílias (*Jornal do Brasil*, 29/01/1986). Maria de Lourdes endossa: “a família de Capixaba nem é dona disso aqui. Apoderou-se do terreno e matou quem se recusou a sair na época” (*Jornal do Brasil*, 21/03/1986). De acordo com o Vantuil Dias Lacerda, na década de 1970, o fazendeiro havia comprado terras de lavradores pagando “uma miséria” e ameaçando aqueles que por lá insistissem em permanecer *(Jornal do Brasil*, 27/03/1986). Já Raimundo Lima, sobre a família dos

“capixabas”, ele conta: “Eram pobres, eu conheci eles em 52 em cima de um burro velho, matando boi. ” (Entrevista de Raimundo Lima, concedida a Leonilde Medeiros, Aline Borghoff e Romário Silveira em setembro de 2015)

Segundo o *Jornal do Brasil* (28/01/1986), tratam-se, de fato, de terras devolutas que foram desapropriadas em 1958 e cercadas pelo grileiro Sebastião Ferreira da Silva, conhecido como “Capixaba”, que, por volta da data das reportagens, foi chamado pela Comissão de Assuntos Fundiários da Secretaria Estadual de Habitação para mostrar o documento de posse, mas não compareceu.

Em meio desse contexto de terras sob objeto de disputa por reforma agrária em Pedra Lisa, um trabalhador rural fora assassinado na região em março de 1987 na mesma localidade, com três tiros, conforme conta um documento assinado pelo MST, entregue ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (*Jornal do Brasil, 01/04/1987).* Sobre casos de violência como este e em conflitos de terra nos anos 80, Sônia Martins conta:

> Lá teve assassinato, Pedra Lisa foi reocupado nesse período da década de 80, aí o Estado teve uma presença maior lá, o pessoal construiu um lugar lá onde fazem as assembleias.
> (...)
> Teve esse povo de Vila de Cava que é o pessoal que eles botaram fogo, cortaram orelha das pessoas, matou um trabalhador. Em Campo Alegre teve o Limberg, teve o atentado do Fernando, porque nós estávamos nessa ocupação. O Fernando Moura estava lá nesse processo da ocupação, era um momento de despejo, os jagunços chegaram e atiraram, a bala pegou na boca do Fernando, mas graças a Deus que ele foi socorrido e não mataram ele não, mas a gente sabe que a vontade deles era de matar. A gente fez uma romaria da terra lá também por causa disso. (Entrevista de Sônia Martins, concedida à Gabriel Bastos em 11/11/2015)

Esses casos de violência, entretanto, carregam um denominador comum: a utilização de particulares para executar as ações de violência. José Claudio Souza Alves *(*1993), explica, a partir de uma detalhada análise da história do século XX na Baixada Fluminense, como o emprego da violência ilegal constitui numa ferramenta histórica de edificação de bem-sucedidas máquinas políticas. Analisando também os casos de violência apontados neste trabalho, observamos que a violência praticada por particulares e pelo Estado aos movimentos de luta pela terra, muitas vezes se misturam e, em alguns casos, confundem-se. Talvez, essa articulação entre o aparato repressivo do Estado com particulares e, até mesmo casos de violência feitos apenas por particulares,

sejam resultado do mesmo processo de disputa de reordenação espacial e política da Baixada ao longo de décadas, tendo a violência e o clientelismo político como ferramentas de manutenção do poder local.

Considerações finais

Discutimos neste trabalho a respeito das lutas pela terra em Nova Iguaçu entre fins dos anos de 1940 até o final dos anos de 1980. Em outras palavras, analisamos episódios de conflitos e repressão no campo em dois períodos históricos: um democrático (1946-1964) e outro autoritário (a ditadura civil-militar, de 1964 a 1985). Analisamos também os primeiros anos do período pós-ditadura, embora antes da promulgação da constituição de 1988. O que nos chama atenção aqui, não são as diferenças – muito claras ao nosso olhar – entre esses períodos históricos, mas suas características de continuidade, mais difíceis de serem detectadas à primeira vista. Conflitos antigos na área estudada, por exemplo, se perpetuam até hoje:

> Agora, atualmente, nos deparamos com sérios problemas. Precisamos da regularização fundiária com intervenção do INCRA, pois está havendo o ato de grilagem. Projetos que não tem nada a ver com políticas agrárias, como por exemplo: polo industrial sem tratamento de esgoto projetos de casas populares sem uma estrutura social, próximo dos sítios.
> (...)
> Extinção de comunidades, visando interesse empresarial, como por exemplo: ponte preta. (*Comunidade Tradicional Rural dos Camponeses de Pedra Lisa / Documento elaborado pelo Lavrador Josimar*, p.4)

Romário Silveira também fala a respeito de problemas recentes de grilagem na região:

> Agora mesmo, na década de 2006 pra cá quando o governo resolver implementar o arco rodoviário metropolitano (...), os rotarianos se reuniram e começaram a comprar terras aqui nos arredores e refizeram renascer inclusive a questão da grilagem. Chegaram na casa de algumas pessoas, alguns ex-alunos meus, pessoas humildes, que já moravam ali há décadas e falaram: "Olha a terra é minha, eu te dou dez mil e uma casa e você vai pra lá e a terra é minha". E se apropriaram da terra. (...) Eles compraram terras por dez mil, vinte mil e falaram "olha, se você não sair por bem, você vai sair por mal e vai perder a terra". E como as pessoas já sabiam da história deles preferiram pegar uma casa e dez mil e abrir mão das terras. E aí eles venderam as terras pro Estado por um preço muito mais... Muito superfaturado, muito acima do que valia. (Entrevista concedida à Gabriel Bastos, em 22 de Dezembro de 2015)

Conforme discutido anteriormente, ao nos depararmos com a aplicação da Lei de Segurança Nacional no conflito de Santa Alice, em 1963, comentamos o paralelo feito por John French sobre as características repressivas do governo Dutra com o período ditatorial anterior a este, do Estado Novo. O autor, indo mais atrás na história, continua:

> Ambos episódios de repressão no século XX exibiram paralelos claros com a resposta da classe alta à turbulência e à "desordem" política que haviam caracterizado a primeira década que se seguiu à independência do Brasil. Os líderes da reação conservadora dos anos 1830 criticaram severamente o entusiasmo desestabilizador do que chamaram de "doutrinas vagas e retóricas de uma liberdade exagerada". (French, 2006, p.406)

Dessa forma, o autor chega a concluir que a cultura antidemocrática tem raízes históricas profundas. "Vistas no plano mais amplo da história brasileira, as raízes da violência e arbitrariedade policial em relação ao trabalho, nos anos 1930 e 1940, remontam à escravidão, que havia sido abolida havia pouco mais de 50 anos" (Ibidem, p. 403). Os paralelos de repressão entre períodos históricos brasileiros não param por aí. O mesmo autor cita diversos episódios durante a primeira república (1889-1930). Chama atenção o relato de um adido militar estadunidense em 1929, que testemunhou uma manifestação nos degraus do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, onde lideranças do PCB discursavam:

> A polícia do Rio não parece conseguir lidar com uma situação como essa de maneira calma e moderada, e assim começou a dar cacetadas a torto e a direito, e até dar tiros de pistola, apesar de não haver nenhuma resistência séria por parte dos comunistas. Três homens tiveram que ser tratados na emergência do hospital por causa de ferimentos de balas, e vários outros estavam bem machucados com hematomas por causa de seu encontro com a polícia... [os poucos simpatizantes comunistas] não entendem muito das doutrinas comunistas, mas só querem protestar contra o governo. (Ibdem, p.389).

As semelhanças com os recentes acontecimentos de Junho de 2013 são gritantes. Talvez, nossa herança de violência institucional seja muito mais profunda do que apenas a ditadura militar, conforme normalmente se supõe, mas de uma cultura de violência institucional bem mais enraizada.

Hoje, no período pós-ditadura, não apenas as polícias militares carregam essa herança, como outras instituições. A SISNI, Sistema Nacional de Informação e Contrainformação, por exemplo, constituiu, durante o período militar, uma enorme rede

de espionagem. Entretanto, “tal como ocorreu em diversos países, nos processos de redemocratização, as práticas de vigilância prosseguiram em instituições rebatizadas com outros nomes, sendo a Abin (Agência brasileira de inteligência), criada em 1999, o exemplo brasileiro mais vivo e atual” (Farge, 2014, p.236) contando, inclusive, com a criação do SISBIN dentro da Abin, da mesma forma que esteve estruturado a SISNI *(ibidem*).

Já o Judiciário, durante o regime militar era munido de um profundo grau de integração e consenso com o regime, gerando assim, uma ruptura democrática com aparência de legalidade ou, melhor dizendo, a institucionalização dos aparatos repressivos ao longo do regime (Pereira, 2005). Dessa forma, “quando foi levantada no Brasil a questão da reforma no judiciário, as mudanças reivindicadas eram no sentido de uma maior autonomia individual para os juízes, e não o contrário. (...) Não houve expurgos no judiciário após a transição democrática de 1985” (ibidem, p.242). Talvez essa herança seja responsável por episódios como da prisão dos 23 ativistas políticos no Rio de Janeiro, em 2014, quando um inquérito policial de 2 mil páginas virou um processo judicial em apenas duas horas e a prisão de Rafael Braga, em junho de 2013; um morador de rua, condenado a cinco anos de prisão por “porte de artefato explosivo”, por portar uma garrafa de Pinho Sol.

Discutimos também a articulação entre particulares e Estado em torno de ações políticas e de violência contra os movimentos de luta pela terra, tal como ações promovidas exclusivamente pelo Estado ou, exclusivamente por particulares. O caso mais pungente dessa articulação foram os entrega-lista, jargão utilizado em Pedra Lisa para caracterizar aqueles que de fato entregavam lideranças camponesas ao regime. Em troca, eles recebiam bens do líder entregue, tais como ferramentas, animais, maquinário e até mesmo terras. Esses bens permitiram a inserção dos *entrega-lista* entre ciclos de indivíduos ricos e poderosos, inclusive no aparato do Estado em Japeri e Nova Iguaçu.

A articulação entre particulares e o Estado caminhando na mesma direção política, enfrentando os mesmos inimigos não foi um fenômeno de exclusividade dos entrega-lista. Alves (1998) caracteriza a existência de um aparato repressivo constituído na ilegalidade, entretanto, com apoio do Estado, sendo denominado de *grupos de extermínio.* Trata-se de braços armados, tanto do poder estabelecido localmente quando do regime de 64, constituídos para a eliminação de inimigos (Alves, 1998). Uma importante contribuição desse autor a respeito desse fenômeno é a constatação, através de uma análise dos crimes de esquadrões da morte em Nova Iguaçu entre 1963 e 1975,

do crescimento do número de mortos pelos esquadrões, na medida em que o regime endurecia:

> Olhando para as totalizações por ano, percebe-se que de 1964 a 1965, duplica-se o número de homicídios atribuídos ao esquadrão da morte. O mesmo ocorreria na comparação entre 1968 e 1969 e entre 1973 e 1974. São períodos em que a intensidade da repressão militar também aumentava. No primeiro caso, o imediato pós-golpe; no segundo, o pós-AI-5, e no terceiro, o final do governo Médici. (Alves, 1998, p. 136)

Essa constatação se confirma em Pedra Lisa, se considerássemos não somente os tão falados *esquadrões da morte*, mas também seguranças particulares de áreas rurais, os jagunços. Conforme discutimos anteriormente, de acordo com os depoimentos de Bráulio Rodrigues, no mesmo dia do golpe de 1964, jagunços entraram em Pedra Lisa a fim de mata-lo, o que resultou em sua fuga. Paralelo a isso, nos anos que se seguiram após o golpe, os lavradores de Pedra Lisa enfrentariam tanto a repressão do exército quanto de grileiros.

Em entrevista ao jornal *Última Hora (13/06/1976),* o Bispo Dom Adriano Hypólito identificou a impunidade como uma das causas da violência, pelo fato de poucos viviam acima e fora da lei, enquanto a grande maioria vivia um clima de insegurança e medo lado a lado das "frustrações do mercado de trabalho, a insuficiência dos salários e a inexistência dos serviços públicos. Não haveria, portanto, nenhuma relação entre os baixos salários e a violência na região. A violência seria fruto da persistência da mentalidade caciquista dos donos absolutos do poder" (Alves, 1998, p. 137). A fala do Bispo reforça o que discutimos anteriormente: o caráter de classe das disputas de pelo poder local na Baixada. Esse caráter de disputa de classe é evidente também quando observamos os efeitos do imediato pós-64 em Pedra Lisa, com outros efeitos negativos para a vida dos lavradores vinculados a repressão, tais como perda de terras, a extinção do ramal ferroviário por onde escoavam mercadorias e a crescente disputa entre grileiros e lavradores.

Referências bibliográficas

ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio*: Uma história da violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 1998.

ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara: 1950-1964*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Instituo de Planejamento Urbano e Regional/UFRJ, 1982.

COMERFORD, John C. *Como uma família. Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural.* Rio de Janeiro: NuP/Relume Dumará, 2003

COPELLO, Sheila Gutierrez. *Conflitos de Posseiros Rurais em Áreas Peri-urbanas – Nova Iguaçu.* Monografia de conclusão de curso. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia/UFRJ, 1983

ERNANDEZ, Marcelo. Sementes em trincheiras: estado do Rio de Janeiro (1948-1996). In Lygia Sigaud, Marcelo Ernandez e Marcelo Rosa. *Ocupações e acampamentos: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FARGE, Arlette. Documentos "sensíveis" entre a memória institucional e a memória vivida: a verdade (im)possível. In: Muller, Angélica; Stampa, Inez; Santana, Marco Aurélio, orgs.. *Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

FRENCH, John. Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos. A questão social como caso de polícia (1920-1964). In HUNOLD, Silvia e MENDONÇA, Joseli (org). *Direitos e justiças no Brasil*. Campinas: editor da Unicamp, 2006.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964).* Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, 1987.

HANSEN, Cláudia Regina Salgado de Oliveira. *Os Guinle como agentes do Clube de Engenharia.* In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

IANNI, Octavio. *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

LÖWY, Michel. *A Guerra dos deuses. Religião e política na América Latina.* Petropolis: Vozes, 2000.

MELO, Demian; LEMOS, Renato; BORTONE, Elaine et all. A ditadura militar e o capitalismo brasileiro. Documento produzido pelo Coletivo Mais Verdade. Disponível em: http://www.cev-rio.org.br/site/arq/Mello-D-A-ditadura-militar-e-o-capitalismo-brasileiro-Mais-Verdade.pdf (visualizado em 05/01/2016)

NOVICKI, Vitor de Araujo. *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro Governo Brizola (1983-1987).* Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola/UFRRJ, 1992.

PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e Conflito: Relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. In: In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (orgs.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v. 1: *O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PEREIRA, Anthony. *Ditadura e Repressão: O Autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, no Chile e Na Argentina.* São Paulo: Paz e Terra, 2005.

SERAFIM, Adriana. *A Missa da Unidade Entre Faixas e Crucifixos: Hierarquia e Política na Diocese de Nova Iguaçu (1982).* Dissertação (Mestrado). Seropédica: Curso de Pós-Graduação em História UFRRJ, 2013.

SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense.* Rio de Janeiro: Edur/Mauad, 2008 (organização de Leonilde Servolo de Medeiros).

SOUZA, S. M. . *A Memória dos laranjais na cidade dos loteamentos: considerações sobre os efeitos sociais da urbanização em Nova Iguaçu no período 1950-1970*. In: Anais do V Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano. Belo Horizonte / Porto ALegre: UFMG / CEDEPLAR / ANPUR, 1993. v. 5.

WOORTMANN, Klaas. Migração, Família e Campesinato. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Vol 7, No 1, 35-53, 1990.

São José da Boa Morte: entre a terra livre e a ditadura

Ricardo Braga*

1. Introdução

Em novembro de 1961 cerca de 300 posseiros ocuparam uma área de 200 alqueires que, segundo eles, estavam sendo ilegalmente apropriados pelos donos da empresa Agrobrasil (GRYNSZPAN, 1987). Para os camponeses, aquelas terras da fazenda São José da Boa Morte eram públicas e deveriam pertencer a eles que nela iriam trabalhar, opondo-se à atuação da empresa que desde 1958 despejava os lavradores de forma violenta, com a queima de casas e soltura de gado nas lavouras.

Na ocasião da ocupação, os camponeses escavaram trincheiras, criaram senhas de entrada e se armaram para se manter no local. A ocupação foi desorganizada pela atuação da polícia e da Comarca de Cachoeiras de Macacu. Dois anos depois a mesma área foi reocupada, com uma atuação e configuração diferente de 1961. Os lavradores subiram uma bandeira nacional e uma grande bandeira com os dizeres: "Luta-se pela terra livre"[1]. Com a ajuda de sindicatos, associações, do prefeito local e da Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), os camponeses organizados conseguiriam a desapropriação da fazenda através de decreto assinado pelo então presidente João Goulart, em janeiro de 1964.

Cerca de três meses após o decreto foi dado o golpe de Estado que iniciou a ditadura civil-militar que durou 21 anos, e cujas marcas ainda podem ser reconhecidas. Para Arantes, 1964 é um "ano que não terminou" (2010, p. 205): nos primeiros meses do golpe foram levados à prisão 50 mil presos em todo o Brasil[2]. Para este autor, em 1964 "os cárceres já gritavam" (*ibidem*), tendo na tortura o ingrediente principal dos inquéritos e prisões. A ditadura reforçava a dimensão *desaparecedora* do poder[3], onde os corpos torturados precisam também desaparecer, coexistindo tortura,

---

* Mestrando do CPDA/UFRRJ, pesquisador do projeto "Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988). Pesquisador do Projeto "Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)

[1] "Despejados os lavradores de São José da Boa Morte". Jornal *Última Hora*, 14/12/1963.

[2] O autor utiliza como fonte os trabalhos de ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1985; HUGGINS, Martha. *Polícia e política*. São Paulo: Cortez, 1998) e TELES, Janaina Almeida. *Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. USP FFLCH: 2005.

[3] O conceito de *poder desaparecedor* é retirado da obra de CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013. Com este conceito a autora classifica o modelo repressivo de poder adotado pelo governo totalitário na Argentina.

desaparecimento e tentativa de legalidade do regime. Arantes afirma que o principal alvo do golpe foi a capacidade organizativa das pessoas comuns. Seguindo as pistas do historiador norte-americano Greg Grandin, Paulo Arantes diz, citando-o: "ao longo de mais de três décadas de contrarrevolução – é este o nome – no continente, perseguiu-se de fato um só objetivo: extinguir 'o poder formativo da política enquanto dimensão primordial do encaminhamento das expectativas humanas'" (*idem*, p. 218; ênfase nossa).[4.]

Quinze anos depois do golpe e quinze anos após a desapropriação da fazenda São José da Boa Morte, que ao longo dos anos 1960 teve suas terras devolvidas à empresa Agrobrasil, os trabalhadores e trabalhadoras do campo tornaram a ocupá-la. Em um novo contexto de mobilização nacional e distensão política do regime a violência no campo e o despejo prevaleciam, alimentando e reproduzindo as condições de indignação. Velhos e novos moradores, muitos dos quais que participaram das ocupações de 1963 e 1961, tornaram a se organizar e conquistaram novamente, e agora de fato, a propriedade da terra em 1981.

Analisaremos aqui esta experiência de luta pela terra que ao longo de vinte anos conformou uma experiência de classe e uma cultura política que foram acionadas em momentos de confronto, mas que também perdura até nossas datas recentes.

2. Resistência teimosa e ditadura

Compreenderemos aqui, como Arantes (2010), o golpe a partir de sua atuação política e ideológica de extinção da política enquanto dimensão de mudança. Compreender o regime que se iniciou em 1º de abril de 1964 como uma contrarrevolução não pretende sugerir que havia de fato uma revolução comunista em curso no Brasil (MELO, 2014a), mas sim que o que estava em jogo era impedir a emergência e mesmo a formulação de projetos de sociedade populares e divergentes do desejado pela ditadura e pelas parcelas civis que a ela financiaram e se associaram, compreendendo também a virtualidade de uma revolução popular no imaginário daqueles que deram o golpe. A característica que emerge deste novo Estado em 1964 é o dispositivo de Estado de emergência, acionado pela força das classes que o rege, como medida de contenção das classes e como garantia do desenvolvimento capitalista pelo mercado (ARANTES, 2010; LEMOS, 2014).

[4] Arantes se refere a GRANDIN, Greg. *The last colonial massacre: Latin-America in the Cold War*. Chicago: Chicago UP, 2004.

O modelo que teria seu auge no "Milagre econômico" tinha suas bases na política permanente de arrocho salarial, no endividamento externo e na repressão às organizações políticas, sindicais, trabalhistas ou populares que não estivessem de acordo com a ideologia delimitada pelo regime. Estes elementos permitem Melo (2014a, 2014b) afirmar o caráter de classe do golpe de 1964[5].

Dreifuss (1981), ao propor uma nova formulação conceitual para o golpe e para a ditadura propôs o termo "ditadura civil-militar", onde o termo "civil" teria um sentido classista, e não de homogeneização da sociedade na aderência ao golpe. O autor, contudo, afirmou que também seria correto utilizar o termo ditadura empresarial-militar ou ainda tecno-empresarial-militar, devido à especificidade da classe envolvida na concepção, realização e continuação do golpe e do regime que se estabeleceu. Esta explicação visa se afastar da mistificação com que o termo "civil" é utilizado em alguns casos e valorizar a participação ativa – e não reativa – do empresariado brasileiro no acirramento político pré-1964, no golpe e na formulação de políticas públicas:

> a predominância contínua de civis, os chamados técnicos, nos ministérios e órgãos administrativos, tradicionalmente não-militares, é bastante notável. (...) Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários (...) ativistas do complexo Ipes/Ibad[6] ou (...) que compartilhavam das metas daqueles e que haviam contribuído para os esforços dirigidos pelo Ipes para derrubar J. Goulart (DREIFUSS, 1981, p. 417).

Desta forma, iremos utilizar aqui os termos ditadura civil-militar e empresarial-militar como sinônimos, sendo o segundo uma delimitação mais acurada dos propósitos do golpe e daqueles que nele estiveram presentes de forma ativa.

Tomaremos emprestado, a fim de melhor compreender a resistência promovida pelo movimento camponês, a expressão "resistência teimosa" de Thompson (1998, p. 13). Este autor a utiliza para se contrapor às concepções da historiografia que

[5] Ver também OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

[6] Para Dreifuss, a intelectualidade orgânica do empresariado brasileiro, e sua fração multinacional e associada, formou-se ao redor do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad). Por estes institutos passaram nomes da intelectualidade civil e militar brasileira, com representantes dos setores do empresariado. Estes homens e mulheres ocuparam cargos e produziram projetos de lei e de reforma aprovados durante a ditadura, tornando os interesses desta classe a razão de Estado.

analisavam o século XVIII inglês como de declínio dos costumes e de ascensão das reformas e do progresso, estando o povo sujeito passivamente às pressões por modernização e mudança nas suas culturas.

Seguindo as linhas do autor, é preciso enxergar nos costumes e na resistência – teimosa e cotidiana – as suas funções. Não se situam apenas na dimensão dos significados, atitudes e valores, mas também no ambiente material: um equilíbrio de relações sociais, um ambiente de exploração do trabalho e de resistência a essa exploração, nas rotinas de trabalho, nas atividades diárias, no paternalismo e nas relações de poder muitas vezes mascaradas. Também faz parte dos costumes a transmissão oral de práticas e técnicas de trabalho, de comportamentos e de expectativas, em suma, de experiências sociais que constituem um modo de se comportar, compreender e exigir no mundo, um modo sumamente ligado a uma experiência de classe, sem com isso assumir de imediato uma consciência de classe.

Apesar do conflito e da mudança serem partes inerentes da dinâmica social, devemos compreender que os homens e mulheres que agem na história frequentemente não conseguem mudar suas bases sociais e materiais de modo efetivo ou duradouro. Contudo, é preciso conhecer estes homens e mulheres para entendermos o conflito, e isto implica em sabermos suas práticas e suas expectativas. Compreender, isto é, observar as múltiplas dimensões – econômicas, políticas, sociais, religiosas, etc. – que são assumidas pela exploração e pela resistência.

A fim de abarcar de modo mais eficiente estas múltiplas dimensões, utilizaremos o conceito de classe proposto por Thompson (2001), um conceito aberto à experiência como um fenômeno temporal e relacional de compartilhamento de vivências, tradições, valores e ações que são definidas pelos homens e mulheres que agem na história. Por ser relacional, este termo só pode ser compreendido em relação com outras classes, em conflito de interesses, valores, experiências e projetos; em suma, em luta de classes.

É deste modo que poderemos compreender a *resistência teimosa* como a constituição de uma cultura política ao mesmo tempo tradicional (pois busca os costumes anteriores às mudanças impostas) e rebelde (pois se contrapõem às inovações e modernizações impostas por governantes, proprietários, comerciantes e empresários). As inovações do capitalismo quase sempre são experimentadas como intensificação da exploração e da expropriação (da terra, dos direitos, dos lazeres).

Transportando este conceito, com as devidas limitações, para o caso em questão, é possível ver na atuação organizada do movimento camponês a resistência a um projeto

de classe que seria definitivamente instaurado em 1964, mas que já se apresentava nas décadas anteriores, período de formação do próprio movimento camponês. Podemos compreender este modelo empresarial-militar adotado a partir das palavras de Dreifuss (1981, p. 489):

> A história do bloco de poder multinacional e associado começou a 1º de abril de 1964, quando os novos interesses realmente 'tornaram-se Estado', readequando o regime e o sistema político e reformulando a economia a serviço de seus objetivos. Agindo dessa forma, levaram o Brasil e, poder-se-ia conjecturar, todo o cone sul da América Latina ao estágio mundial de desenvolvimento capitalista monopolista.

3. Ocupações e golpe: dos grileiros à ditadura (1950-1979)

3.1. O movimento camponês em Cachoeiras de Macacu

Cachoeiras de Macacu foi um palco privilegiado para a compreensão da luta por terra no Rio de Janeiro. Seu passado remonta à expulsão dos franceses da Baía da Guanabara, às sesmarias e depois à doação do terreno que hoje é conhecido como Cachoeiras de Macacu à Companhia de Jesus em 1571, porém estabelecida na região apenas em 1579, devido aos conflitos decorrentes da invasão dos territórios indígenas pelos portugueses (CARDOSO, 2009).

Com a doação de inúmeras outras sesmarias ao longo das margens do rio Macacu durante os séculos XVI e XVII, funda-se em 05 de agosto de 1697 a Vila de Santo Antônio de Sá, considerado o primeiro nome oficial da região de Cachoeiras de Macacu. Esta vila, também conhecida como Vale do Macacu, que até metade do século XVIII abarcava as freguesias de Santo Antônio de Sá, São José da Boa Morte, Santíssima Trindade e São João Batista de Itaboraí, compreendia o que hoje são partes dos municípios de Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Itaboraí e Magé, ocupando a porção nordeste do recôncavo da Baía de Guanabara. A ocupação dessa área acompanhou o curso do rio Macacu, sendo traçadas rotas para escoamento de produtos, mas também para o estabelecimento de casas, povoados, fronteiras e portos. Os fluxos dos rios Macacu, Caceribu e Guapiaçu também serviram como principais meios de comunicação entre a Baixada da Guanabara e a cidade do Rio de Janeiro, fato importante quando se observa a principal ocupação da região: o abastecimento do Rio de Janeiro através da produção de mandioca/farinha de mandioca, arroz, feijão e milho,

além da produção de açúcar e da extração de madeiras (já trabalhadas para as construções civil e naval, ou como lenha e carvão).

A maior parte da população produtora e residente em Cachoeiras de Macacu era composta por homens e mulheres livres e pobres que tinham como sustento o trabalho na terra, quase sempre arrendada, com uma produção voltada para o abastecimento do mercado interno da Vila e do Rio de Janeiro. Caracterizavam-se por ter ou não a posse de alguns poucos escravos, de forma que auxiliassem e complementassem o trabalho na lavoura (CARDOSO, 2009; ROSA JR., 2014).

No século XIX, a região viveu um processo de decadência econômica, devido a fatores como a migração da cultura do café para o Vale do Paraíba, levando a esta área maiores investimentos e instrumentos de trabalho; a gradual extinção do trabalho escravo; a epidemia de malária denominada "febre do Macacu", que atravessou a região a partir de 1830 e foi responsável por uma sensível baixa na população e pela consequente redução das áreas produtivas no baixo e médio curso do rio Macacu que, por ser área de brejos, favorecia a reprodução dos mosquitos transmissores da doença[7]; a inauguração da Estrada de Ferro Cantagalo que contribuiu para o desuso do rio, inclusive no imaginário local: o que antes era visto como vetor do progresso e articulador da organização social passou a ser evitado pelo uso da linha férrea e pela possibilidade de contaminação. A decadência do uso do rio também está associada à mudança da sede da Vila de Santo Antônio de Sá para Santíssima Trindade (que teve seu nome mudado para Sant'Anna de Macacu). Ao longo do final do século XVIII e primeira metade do século XIX foram inúmeras as fragmentações de seu território, devido à anexação destas freguesias a outras vilas e em alguns casos à elevação de outras freguesias a vilas, levando consigo engenhos, escravos e produções diversas e significativas, deslocando também a população livre.

Em suma, a população que habitava a região de Cachoeiras de Macacu até o início do século XX era preponderantemente pobre e composta por ex-escravos, trabalhando sob arrendamento ou em parcerias diversas, tendo no uso da terra a base de sua sobrevivência e organização social. Este contexto foi se alterando ao longo do século XX. As obras de revitalização da Baixada não se traduziram em aumento da produção e melhoria de vida para os trabalhadores. Apesar de, segundo os Censos

[7] Ao fugir da epidemia que assolava o rio Macacu, a população que morava nas áreas de brejo passou a ir para outras freguesias dentro da Vila de Santo Antônio de Sá, como, por exemplo, a de São José da Boa Morte.

Agropecuários, em Cachoeiras de Macacu aumentarem as terras de lavoura e pastagem, entre os anos 1950 e 1960 houve diminuição de 21,5% do trabalho permanente e de 61,5% do trabalho de parceria, enquanto o trabalho temporário aumentou 183,2%. O número de pessoas envolvidas em atividades de agropecuária e extração dobrou entre estas décadas (indo de 30% para 65,5% da população total do município). Estes dados evidenciam a grande dispensa e despejo destes trabalhadores, particularmente intensificados nestes anos, além de uma significativa mudança nas relações de trabalho e avanço do gado sobre as terras que antes eram de lavoura (GRYNSZPAN, 1987, p. 50; 61).

São apontados como causadores e perpetradores destes despejos os *grileiros*. Esta é uma categoria utilizada pelos *posseiros* no momento do confronto. Como dito anteriormente, cada categoria desta relação expressa a identidade de um conjunto de homens e mulheres que compartilham uma experiência social de classe e um conjunto de valores comuns. Para os posseiros, a terra está marcada como local de importância para a sua experiência social: local de trabalho, de moradia, de vinculação com outros homens e mulheres, de vivência religiosa, enfim, de sociabilidade, tendo, portanto, um valor moral. A identidade política assumida pelos posseiros compreende como central para a sua luta o fim da relação de dominação e o entendimento da terra como um direito de quem nela trabalha e exercita sua função econômica e social.

Desta forma, o termo *grileiro* assume imediatamente uma conotação negativa, significando aquele que se apodera de terras alheias através de documentação falsa, do uso da violência, da quebra de relações e normas comumente aceitas. *Grileiro* passa a ser aquele que impede a relação do camponês com a terra em sua realidade material e simbólica. Para esta classe a terra é transformada em mercadoria e deve ser valorizada através da especulação fundiária e posterior loteamento urbano, para isso é alocado o gado como forma de utilizar a terra com o mínimo de investimento, valorizando o uso da terra como mercadoria[8].

Contudo, a escolha ou não pelo enfrentamento depende do contexto vivido pelos trabalhadores e trabalhadoras, não estando apenas ligada à exploração e dominação. Para que a revolta emerja é necessário que o despejo tenha sido visto como uma ação injusta e possível de ser evitada – e não como um direito do proprietário – o que dilui a autoridade do patrão ou daquele que o despeja (juiz, polícia, jagunço). Como trabalhado

[8] A compreensão destas categorias como identidades políticas de classe é realizada por Grynszpan (1987), remetendo ao trabalho e categorias de análise de Thompson.

por Thompson (1998), os estímulos econômicos (fome, pobreza, desemprego) devem ser observados na sua relação com o consenso popular, com o conjunto das normas tradicionais e de obrigações sociais assumidos e esperados por cada classe em relação. A reação dos camponeses vem, em grande medida, da percepção – quando esta ocorre – da quebra das relações de dominação tradicionais, que pode ser desencadeada pela violência empregada pelo patrão; mudança brusca nas relações de trabalho; chegada de um novo proprietário, grileiro ou jagunço com o qual não se tinha um contato prévio. Desta forma, as relações mantidas entre os proprietários e os posseiros nos anos 1950 e 1960 estavam cada vez mais mediadas pelo uso da violência e pelos jagunços, afrouxando os laços de subordinação que prendiam o lavrador ao patrão.

A mudança radical na relação entre trabalhador rural e patrão quebrou não apenas uma relação de trabalho e convivência, mas um pacto paternalista com valor simbólico e material, sendo o patrão visto como aquele que podia ajudar na hora da necessidade, para comprar remédios, para ajudar com problemas pessoais (MONTENEGRO, 2003). Seguindo as pistas de Bourdieu (1996), é rompida uma relação de troca do dom e do contradom, baseada em uma economia de bens simbólicos, ou ainda uma economia moral (THOMPSON, 1998), deixando o patrão de arcar com os deveres e desejos esperados pelos camponeses.

O rompimento abrupto desta configuração se deve ao processo de objetivação da relação entre patrão e trabalhador, sendo a relação fundada a partir deste momento segundo os interesses e a lógica do capital financeiro. Para Bourdieu (1996), o rompimento das expectativas coletivas dos trabalhadores significa que seus modos de comportamento, de compreensão, de espera e de resposta do e no mundo são desvalorizados pela classe patronal. Frente a esta nova configuração de ruptura das formas de associação tradicionais, os trabalhadores rurais começam a se mobilizar contra estes novos discursos e práticas que, com o uso constante das violências física e simbólica, perpetuam modos de exploração, dominação e expropriação da terra.

Deste modo, está em jogo um conflito de valores e de interesses afetivos e morais, vividos no aprendizado cotidiano e que constituem a experiência que pôde resultar na composição da classe de posseiros. A luta realizada pelos camponeses, portanto, também é conflito entre valores de uso e de troca, valores que trazem distintas e determinadas formas de se vivenciar, experimentar e significar a terra (THOMPSON, 1981; MARTINS, 1986).

Com o aumento da violência física e da exploração do trabalho passam a ser questionadas a propriedade da terra e a legitimidade de atuação do proprietário: os trabalhadores do campo passam a negar a sua saída da terra e o pagamento pelo trabalho e moradia. O despejo como impossibilidade de acesso a terra desencadeia a luta, assimilando e desenvolvendo a resistência teimosa contra a abrupta redefinição das relações entre posseiros e grileiros.

3.2. Ocupações e desapropriação (1961-1964)

O conflito da Fazenda São José da Boa Morte (SJBM) possui duas grandes fases. A primeira se inicia ainda nos anos 1950, com a gradativa ocupação de terra por lavradores, e vai até o ano de 1964 que tem, com o golpe empresarial-militar, uma inflexão da luta e das vitórias conquistadas pelos lavradores, obrigando as lideranças a fugir, desarticulando a organização do movimento camponês. A segunda fase tem início no final dos anos 1970, já no período de reabertura política, quando a fazenda é novamente ocupada, já com novas organizações atuando, sendo novamente desapropriada em 1981. O caso dá indicativos da correlação de forças que remonta aos agentes envolvidos na deflagração do golpe de 1964 e na própria continuidade do regime ditatorial, revelando relações entre a classe empresarial, o Estado e as polícias e Forças Armadas.

A gradativa ocupação de terra da fazenda remonta aos anos 1950, quando o município atingia considerável índice de produção agrícola no estado do Rio de Janeiro. Em uma de suas bordas, a fazenda é limítrofe ao Núcleo Colonial de Papucaia, e a proximidade entre as duas áreas foi um dos principais fatores que geraram os conflitos que têm seus pontos mais altos nas ocupações de 1961, 1963 e 1979, nas prisões que se seguiram às ocupações e nas desapropriações de 1964 e 1981.

A Fazenda Papucaia, ou Fazenda do Colégio (CARDOSO, 2009), fazia parte das terras doadas à Companhia de Jesus no século XVI. Em 1757 foi apropriada devido ao ímpeto laicista que o Estado português assumiu. Com uma sucessão de donos, em 1840 a fazenda foi subdividida em outras cinco fazendas menores, entre elas a Fazenda Papucaia. Sua última proprietária, antes da criação do Núcleo Colonial em 1951, foi a Companhia Nacional de Navegação Costeira, pertencente a Henrique Lage[9].

[9] Henrique Lage, um dos filhos de Antônio Martins Lage, assume os negócios da família no ano de 1918, após o falecimento de seus irmãos mais velhos. Henrique já tinha experiência no ramo empresarial, e ao assumir a presidência da Companhia Nacional de Navegação Costeira adota a estratégia empresarial

Em 1951, com o intuito de criar um cinturão-verde para abastecer o Rio de Janeiro, Getúlio Vargas, por meio da Divisão de Terras e Colonização (DTC), desmembrou a então Fazenda Papucaia e criou o Núcleo Colonial de Papucaia. Posteriormente, em 1954, com a mudança de órgãos responsáveis pelos projetos de colonização foi o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic) que passou a tomar conta destas terras. Com essa iniciativa, a região obteve altos índices de crescimento populacional ao longo da década de 1950, pois, além da produção frutícola, também apresentava a possibilidade de extrair madeira e fabricar carvão. Silva (1994, p. 40) destaca que a procura por lotes (de 10 a 15 hectares) do recém-criado núcleo foi tão intensa que em pouco tempo se chegou a mais de seis mil pedidos. Porém, existia então uma compreensão de que o imigrante estrangeiro era um agricultor mais eficiente, privilegiando assim italianos e japoneses na distribuição destes lotes. O descontentamento entre os posseiros que ali já viviam e trabalhavam foi grande, e alguns decidiram ocupar áreas do Núcleo, acusando aqueles que se apropriavam dos lotes para a exploração da mata e revenda para construções de chácaras.

De acordo com a bibliografia e com os documentos sindicais consultados[10], a invasão dos proprietários da São José em uma área do Núcleo Colonial acirrou os conflitos entre camponeses, proprietários e órgãos do Estado. Embora a área da São José e a área invadida do Núcleo fossem alvos de reivindicação de posse por diversas pessoas que se diziam proprietárias, neste texto falaremos mais detidamente daqueles que eram os mais acusados pelos camponeses: os irmãos Coimbra Bueno.

Nos anos 1950 o proprietário da fazenda SJBM era Adalberto Corrêa. Com seu falecimento, em 1954, parte de sua herança foi vendida para os irmãos Coimbra Bueno. É interessante notar a relação entre estes indivíduos e o Estado: Adalberto Corrêa foi deputado pelo Rio Grande do Sul ainda no Estado Novo (1937-1945), tendo atuado pelo Partido Republicano Liberal (PRL), que apoiava o governo ditatorial de Getúlio Vargas. Segundo Rosa Jr. (2009), Adalberto, muito ligado a Getúlio Vargas, teria adquirido as

---

baseada no trinômio carvão, ferro e navio. Sua atuação dependia do apoio do governo, a partir de incentivos fiscas e empréstimos, exigindo uma relação próxima com os governos. Apesar de alguns conflitos inicias com o governo de Getúlio Vargas, Lage e Vargas logo assumem parcerias e relações econômicas. Em 1941, Henrique Lage faleceria por conta de problemas de saúde. O ano seguinte marcaria a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial após uma série de ataques a navios brasileiros, levando ao momento em que as empresas e bens do espólio de Henrique Lage foram incorporadas ao patrimônio nacional a partir do decreto-lei nº 4.648, de 2 de setembro de 1942 (RIBEIRO, 2007).

[10] Esta documentação pode ser encontrada no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (NMSPP/CPDA/UFRRJ).

terras das fazendas SJBM, Fazendinha e do Carmo, todas no Município de Cachoeiras de Macacu, por volta de 1933, ano em que foi criada a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, responsável por algumas obras de revitalização da Baixada. Parte das terras também foi comprada no governo democrático de Getúlio, em 1951, compondo o Núcleo Colonial de Papucaia, após uma série de obras de saneamento que valorizaram o terreno (ver também GRYNSZPAN, 1987).

Com a morte de Adalberto, em 1954, suas terras foram compradas pela Empresa Agrobrasil Empreendimentos Rurais Ltda., de propriedade dos irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno[11]. No ano de 1934, esses irmãos, recém-formados em engenharia, foram convidados pelo primo e interventor federal de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, para trabalhar na concepção e construção da capital estadual, Goiânia, ficando responsáveis pela Superintendência Geral das Obras da Nova Capital de 1934 a 1938. Como forma de pagamento pelo serviço, além do dinheiro, receberam um pedaço das terras da nova capital, onde iniciaram o loteamento privado, para construção de residências operárias (MACIEL, 1996; MOTA, 2004).

Os irmãos criaram ainda uma série de campanhas clamando pela interiorização da capital federal, em especial para a cidade de Goiânia. Jerônimo realizou diversas intervenções no Senado contra a desapropriação de terras para reforma agrária, defendendo a propriedade privada. Ele foi governador do estado de Goiás, de 1947 a 1950 pela União Democrática Nacional (UDN), principal partido de oposição a Getúlio e João Goulart, tendo papel ativo na articulação do golpe de 1964. Foi ainda senador da República, pelo mesmo partido e estado, de 1955 a 1963.

Concluído o trabalho em Goiânia, foram convidados pelo então interventor do Estado do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto, para elaborarem os planos urbanísticos das cidades localizadas na metade norte do estado. Projetaram também núcleos de periferia em municípios da Baixada, como técnicos auxiliares no Serviço Sanitário da Baixada Fluminense, dentre eles, Itaboraí, Magé e Cachoeiras de Macacu[12] (SILVA, 1994). Além destes dados, Jerônimo foi representante da Associação dos Pecuaristas do Brasil Central no Rio de Janeiro, colaborou na formação da Companhia Duratex Indústria e

[11] O nome de Abelardo Coimbra Bueno pode ser encontrado no Apêndice B "Ligações econômicas da liderança e associados proeminentes do IPES" do livro de René Dreifuss (1981, p. 513). São citadas as companhias e grupos: Coimbra Bueno e Cia. Ltda (empresa de engenharia e urbanismo), Agrobrasil S.A., British-Americano Tobacco e Fundação Coimbra Bueno (voltada para a mudança e interiorização da capital federal, com preferência para o estado de Goiás).

[12] Informações retiradas também do site www.urbanismobr.org, com base em uma entrevista concedida por Abelardo a pesquisadores de uma rede de estudos em urbanismo, no ano de 1998.

Comércio, organizou e dirigiu a Empresa Exportadora de Cristal de Rocha e autor dos planos e das obras de remodelação de Cuiabá (MT), Curitiba (PR) e Luisiânia (SP), Atafona (RJ), Araruama (RJ), Cabo Frio (RJ), Campos (RJ) e Petrópolis (RJ)[13].

Foi provavelmente por meio desse conjunto de atividades que Jerônimo e Abelardo conheceram a fazenda SJBM. De acordo com Marino Monteiro de Barros[14], administrador da Agrobrasil até meados dos anos 1970, em depoimento prestado em 30 de agosto de 1964, no Inquérito Policial Militar (IPM) que compôs o processo nº 7.477, sobre as "atividades subversivas" dos que participaram do movimento de ocupação da fazenda, Jerônimo comprou os imóveis de Adalberto Corrêa (SJBM, Fazendinha e do Carmo) em 1954, mas foi apenas em 1957 que teria começado a produzir cereais e a criar gado. Como apontado por Rosa Jr. (2009), no ano seguinte, 1958, iniciou-se o cumprimento das ordens de despejo contra os lavradores por parte da empresa.

O despejo está na origem dos conflitos de novembro de 1961: em março daquele ano uma atuação de Marino Monteiro de Barros e da polícia resultou em um violento despejo de 30 famílias, queima de casas e plantações, apreensão e destruição de instrumentos de trabalho. A área ocupada pelos lavradores despejados era reivindicada por diversas pessoas que dela se diziam donas. Contudo, os camponeses argumentavam que aquela terra pertencia ao Estado e que, portanto, estavam sendo griladas. A grande quantidade de diferentes pretensos proprietários acirrava o conflito dos grileiros com os camponeses e também entre si. Segundo Silva (1994), além dos irmãos Coimbra Bueno, a área era reivindicada por Antônio Vaz da Eira, Maria Maia, Otávio Antônio Volpato, Odilon Alves de Melo, Paulo Velasquez, Orlando de Oliveira Dantas e Arlindo Dantas.

A principal figura na articulação da resistência dos camponeses em 1961 foi Mariano Beser. Natural da Espanha chegou ao Brasil em 1950 com 11 anos, já influenciado pelos ideais anarquistas e comunistas, presentes na luta antifascista daquele país, da qual sua família havia participado. Em entrevista concedida a Silva (1994)[15], Mariano aponta que este histórico familiar de lutas o levou a entrar no PCB ainda novo.

---

[13] Informações retiradas do verbete biográfico de Jerônimo Coimbra Bueno no site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV): <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jeronimo-coimbra-bueno>, última visualização em 22/03/2016.

[14] A figura de Marino ficou marcada no imaginário social dos lavradores mais velhos com os quais conversamos, especialmente entre aqueles que não tiveram uma participação direta na última ocupação de São José da Boa Morte, em 1979. Marino é constantemente lembrado como o dono da fazenda (chamada, por vezes, de "a fazenda do Marino"), o que é indicativo dos usos que os irmãos Coimbra Bueno davam às terras onde pouco ou nunca compareceram, e também da presença de Marino no cotidiano dos lavradores.

[15] Esta talvez seja uma das únicas entrevistas realizadas com Mariano Beser (SILVA, 1994, p. 145-164).

Em 1961 Beser viveu uma experiência com *grileiros* depois de sua formação como técnico em agricultura que o fez se envolver com os dirigentes da Falerj, conhecendo figuras importantes do movimento camponês fluminense como José Pureza, Manoel Ferreira e Bráulio Rodrigues[16]. Beser conta, contudo, que se indignou com a falta de ação direta do PCB e da Falerj, o que o aproximou das Ligas Camponesas[17], enxergando nelas uma luta mais local e imediata, influenciada pelo *foquismo*[18] da Revolução Cubana de 1959. A presença de Francisco Julião em Cachoeiras de Macacu, no ano de 1960, contribuiu para a mudança de atuação de Beser. Apesar de no estado do Rio de Janeiro a presença da Liga Camponesa ser pequena, sua atuação foi relativamente forte nos municípios de Cachoeiras de Macacu e Campos dos Goitacazes (NEVES, 2015).

Com as contínuas expulsões de lavradores na SJBM, Mariano queria promover uma ação imediata que não encontrou respaldo nos sindicatos dos rodoviários, portuários e marítimos, que apoiavam as lutas camponesas, e nem no Partido Comunista. Apresentando-se como presidente da União das Ligas Camponesas do Estado do Rio de Janeiro e assessor da Falerj, Mariano decidiu ir ele mesmo para a fazenda e lá montar a resistência junto dos lavradores: derrubaram pontes, interceptaram passagens e se armaram, em um clima de radicalização causado pelas violentas expulsões; criaram senhas e pontos de acesso restrito; fizeram barricadas e estabeleceram locais de vigília. Os lavradores resistiram usando armas, tornando a ocupação uma alternativa às expulsões e à improdutividade da terra[19]: queriam fazer

[16] Além de dirigentes da Falerj, Pureza, Manoel Ferreira e Bráulio são personagens importantes para o movimento camponês fluminense, estando presentes na criação das primeiras associações do Rio de Janeiro. Sobre suas trajetórias e lutas ver os capítulos 1, 3 e 4 de Medeiros et al. (2015).

[17] As primeiras Ligas Camponesas nasceram em 1945 como forma de associação civil e de iniciativa do PCB, procurando estabelecer uma aliança camponês-operário. São, contudo, desarticuladas com a cassação do partido em 1947. Em 1955, em Pernambuco, uma Liga Camponesa renasce a partir da mobilização de um fundo mútuo de assistência médica, jurídica e funerária, em um período de retorno à luta militante e presença do PCB. Buscando apoio jurídico em Francisco Julião, os trabalhadores do Engenho da Galileia conseguiram ampliar a resistência aos ataques e abusos do proprietário, resistência que inicia contra o aumento do foro (pagamento pelo uso da terra). Julião passou a denunciar publicamente a situação do Engenho da Galileia, impedindo a repressão, por meio da denúncia na imprensa, tornando público que as questões camponesas e agrárias eram, até então, tratadas como problema policial.

[18] O termo *foquista* era utilizado pelas esquerdas para se referir aos movimentos que acreditavam ser possível fazer uma revolução socialista a partir de guerrilhas e sem a participação de um partido comunista dirigente. O pressuposto era que, depois de iniciadas as guerrilhas, as massas acabariam aderindo e chegariam ao poder, tal como ocorrido em Cuba.

[19] "Lavradores armados até os dentes capturam e julgam grileiros no RJ". Jornal *A Noite*, 20/11/1961, p. 10. "Lavradores e grileiros prontos para o choque". Jornal *A Noite*, 21/11/1961. "Polícia invadiu QG camponês em Macacu". Jornal *Última Hora*, 29/11/1961 p. 7.

valer seus direitos e costumes. Beser não deixou claro, contudo, se já tinha alguma presença na São José antes dessa ocupação[20].

Um caso, contudo, repercutiu amplamente na mídia e marcou o conflito. No dia seguinte à ocupação da fazenda (realizada na madrugada), os camponeses e as lideranças do movimento de ocupação prenderam e julgaram os indivíduos ligados à grilagem da fazenda. Foram presos os pretensos proprietários Antônio Vaz da Eira, Otávio Antônio Volpato, Paulo Velasquez e Orlando de Oliveira Dantas. Foi preso também Miguel Ferreira Macedo, oficial de justiça encarregado pela Comarca de Cachoeiras de Macacu de entregar naquele dia a ordem de despejo aos lavradores. Todos foram condenados por um tribunal popular composto por moradores de São José. O crime: a grilagem das terras. A sentença: a morte por fuzilamento nas paredes em ruína da Igreja de SJBM. Os acusados seriam, contudo, libertados da simulação do *paredón* com a condição de não retornarem mais.

O uso do termo *paredón* ficou marcado pelos julgamentos públicos durante a Revolução Cubana de 1959, que muitas vezes optou pelo fuzilamento dos acusados. Em Cachoeiras de Macacu o termo foi amplamente usado pela mídia, e, devido à aproximação de Mariano Beser com a perspectiva *foquista* e de guerrilha rural desta Revolução, podemos supor que o próprio teria assim chamado o tribunal popular, e talvez até mesmo convocado este tribunal pensando no que ocorria em Cuba. Como relata uma notícia do jornal *A Noite*:

> Francisco de Assis, lavrador de cor, bem falante, que se veste com apuro e usa chapéu gelo, foi o braço direito de Mariano Beser no planejamento do ataque. (...) É resoluto, não usa 'lurdinha', mas porta arma de longo alcance e diz que não tem medo de ninguém, afirmando que os grileiros devem ser levados ao 'paredón'. Estes foram tomados de surpresa e não puderam oferecer resistência aos bandos armados capitaneados por Beser e seus lugares-tenentes. Armados de fuzil, rifles de repetição e pistolas, fizeram os prisioneiros, que foram conduzidos para um ponto pré-determinado da mata, onde seriam julgados por um autêntico Tribunal Popular, onde Francisco de Assis fazia às vezes de juiz, Mariano Beser de promotor e os lavradores compunham o júri.

[20] Ele também não foi lembrado pelos participantes do conflito que ainda lá vivem, nas entrevistas que realizamos com moradores da região. Após o caso, Mariano seria duramente criticado e acusado de ter ligações com o governo norte-americano, para quem trabalharia como informante e "agitador" no campo, a fim de criar um clima de tensão que permitisse a repressão aos trabalhadores organizados. Estas acusações foram amplamente divulgadas por jornais, pela Falerj e pelo PCB. Desmoralizado, Mariano Beser não voltou a se envolver em lutas camponesas.

> (...)
> [O Tribunal Popular] encerrou seu veredicto condenando Macedo a abandonar a região no prazo de 15 dias, renunciando as funções de preposto do juiz local; Vaz da Eira foi obrigado a jurar que abria mão das terras em benefício dos lavradores, prometendo também que desapareceria para sempre da região; quanto a [Otávio Antônio] Volpato, que alega possuir documentos que remontam a 1703 provando que por direito de sucessão as terras que vende são de sua legítima propriedade, foi compelido a jurar solenemente que jamais voltará a pisar nas terras de Macacu. O próprio Beser, falando aos camponeses, advertindo os grileiros, afirmou: 'Desta vez a coisa foi na base da conversa. Quero, porém, deixar claro, que se qualquer um deles voltar aqui, será encostado ao 'paredón', e todos vocês, de bom grado, estou certo, terão prazer em formar no pelotão de fuzilamento' ("Lavradores armados até os dentes capturam e julgam grileiros no RJ". *A Noite*. 20/11/1961, p. 10).

A prisão e o julgamento dos grileiros e oficial de justiça acirraram o conflito, resultando na intervenção da polícia pela libertação dos reféns e na ordem de prisão preventiva de Mariano Beser, Francisco de Assis, José Cabral e Antonio Xavier, emitida pelo juiz da Comarca, Gastão de Alencastro Rush. Mariano Beser foi preso em Niterói em 27 de novembro de 1961, após a sua tentativa de fuga[21]. A soltura dos presos contou com a ajuda de Ubirajara Muniz, então candidato a prefeito e com o apoio de diversos lavradores. Estes foram à delegacia de Cachoeiras protestar contra as prisões, o que foi interpretado pelo delegado local como uma tentativa de invasão da cidade, tal era o acirramento dos ânimos e o estado de tensão da região, sendo a mobilização dos lavradores enxergada como um perigo não apenas para os proprietários de terra, mas também para os órgãos de segurança.

Com o despejo, a maioria das famílias instalou-se nas terras do Núcleo Colonial de Papucaia. A luta por terra em Cachoeiras de Macacu continuou por conta das novas investidas que expulsavam os lavradores, agora enfraquecidos pela desarticulação de sua organização, promovida pela intervenção da polícia ainda em 1961:

> Mal circulou por Cachoeiras de Macacu a notícia de que a polícia invadira o reduto dos lavradores amotinados sem

[21] Além destes, constam também no Prontuário de nº 0043 do Departamento de Polícia Social (DPS) do Rio de Janeiro, os nomes de mais dez indivíduos ligados à ocupação. Este prontuário pode ser encontrado no Fundo de Polícias Políticas do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Os nomes completos estão listados em TELÓ, Fabrício e BRAGA, Ricardo. Conflitos e repressão no campo em Cachoeiras de Macacu. In: MEDEIROS, Leonilde et al.. *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*, 2015, pp. 113-114.

> encontrar qualquer resistência, diversos indivíduos armados e a mando do 'grileiro' Marino de Monteiro de Barros, administrador da fazenda Agrobrasil, invadiram e destruíram as terras e plantações do lavrador Arlindo dos Santos. (Jornal *Última Hora*, de 29/11/1961 *apud* ROSA JR., 2009, p. 50).

Além das terras e plantações de Arlindo, outras foram destruídas. Segundo Silva (1994), os militares permaneceram na fazenda por cerca de 30 a 40 dias, protegendo-a de novas ocupações ou revoltas. A permanência da polícia e a rapidez dos mandados de prisão e despejo da Comarca de Cachoeiras de Macacu revelam um quadro de alianças entre empresários, no caso os irmãos Coimbra Bueno, e Estado, por meio do Poder Judiciário e da Polícia que pretendiam extinguir esta potência da política em encaminhar as expectativas e desejos das classes populares.

Esta aliança foi novamente acionada em 1963, quando cerca de 500 lavradores ocuparam, novamente, a fazenda SJBM. Mais uma vez o motivo alegado foi o avanço da empresa Agrobrasil sobre as terras públicas do Núcleo Colonial de Papucaia, já então sob administração da recém-criada Superintendência de Política de Reforma Agrária (Supra), órgão que substituiu o Inic na promoção de políticas agrárias.

O principal articulador desta ocupação foi a Associação de Lavradores de Cachoeiras de Macacu. À época, a Associação era presidida por Anésio de Freitas, militante do PCB, e tinha como secretário Alcídio Salvador, integrante do Grupo dos Onze[22]. Esta entidade tinha estreitas relações com o PCB, tendo sido este o principal articulador para a criação das Associações no Estado do Rio de Janeiro. Como o trabalhador rural não era ainda reconhecido pelo Estado como categoria profissional, a criação de sindicatos rurais enfrentava uma série de dificuldades. Diante disso, a opção pela formação de sociedades civis de direito privado – as associações – foi amplamente utilizada.

O governo local também foi extremamente importante para a realização da ocupação e para a conformação da luta e está fortemente presente no imaginário e na memória dos lavradores. Com efeito, Ubirajara Muniz, prefeito de Cachoeiras de Macacu pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), eleito em 1962 e deposto em 04 de abril de 1964, ainda é lembrado pelos moradores que entrevistamos. A partir de seu Prontuário, elaborado pela polícia política do Estado do Rio de Janeiro, é possível

[22] Grupos inicialmente formados por Leonel Brizola no âmbito da Campanha da Legalidade e que se expandiram por diversos municípios. Tinha como objetivo a defesa e o apoio às reformas de base e ao mandato de João Goulart.

perceber as relações de Ubirajara com Manoel Ferreira de Lima (então presidente da Falerj), Bráulio Rodrigues da Silva (então secretário da Falerj) e com os sindicatos dos operários navais, dos rodoviários e da construção civil, o que influenciou a Polícia a tomar Ubirajara como a liderança principal da ocupação, atribuindo a ele a ordem de ocupação da fazenda[23].

O Prontuário traz ainda um depoimento de Ubirajara Muniz, dado em 26 de junho de 1964, ao Serviço de Diligências Especiais, do Departamento de Polícia Social da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Neste depoimento Ubirajara conta ter contribuído para a libertação dos lavradores presos na ocupação de 1961, além de ter frequentado diversas vezes as ocupações de 1961 e 1963, procurando sempre promover a conciliação entre camponeses e Polícia, sempre priorizando a defesa dos lavradores.

As mobilizações do final do ano de 1963 e início de 1964 em São José contaram ainda com o apoio de outros setores, como ferroviários, estudantes e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), apoio este de conhecimento dos órgãos de segurança. O nível de articulação das organizações era tal que no dia anterior ao golpe de estado (31/03/1964), os ferroviários declararam greve e, no dia seguinte, Ubirajara Muniz organizou uma passeata no centro de Cachoeiras de Macacu a favor do governo de João Goulart e contra o golpe que se realizava.

Em 25 ou 26 de novembro de 1963, cerca de 300 lavradores ocuparam uma antiga área em litígio entre eles e os irmãos Coimbra Bueno[24]. Muitos desses lavradores se declaravam moradores do Núcleo Colonial de Papucaia e denunciavam a superpopulação das terras da Supra, ainda mais apertadas pelos avanços da grilagem dos Coimbra Bueno. Esta percepção de desrespeito e violação dos direitos de moradia e trabalho pelos camponeses aumentava e organizava a sua motivação para a resistência e a permanência na terra. Eles viam nas grilagens e invasões da Agrobrasil as injustas causas das situações de pobreza e miséria vividas. Questionavam, portanto, a violência, a veracidade da propriedade da terra e o uso desta como pasto para o gado, trazendo em sua organização uma alternativa de uso da terra, como local de trabalho, moradia e convivência. Em novembro de 2014, quando estivemos na região realizando entrevistas, escutamos o questionamento de um lavrador de Nova Ribeira que havia visto seu pai

[23] Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo de Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Prontuário número 20.873

[24] A área ficou marcada no imaginário da região, e tanto hoje como antes era conhecida como Marubaí, Coco Duro ou 200 Alqueires, por conta de seu tamanho.

participar dos eventos de 1963/64 e novamente em 1979/80: “parece que eles [os irmãos Coimbra Bueno] eram donos de muita terra lá em Goiás, pra que ter mais terra aqui?”.

Segundo o IPM do processo nº 7.477, foram feitas trincheiras e treinamento de guerrilha dentro da São José[25]. Além disso, ainda segundo o IPM, foram realizadas reuniões em uma escola do Núcleo Colonial de Papucaia com o objetivo de formar os lavradores para a ocupação e demais ações que a Associação e Ubirajara fossem realizar junto aos camponeses, tendo formado ainda um “Tribunal de Justiça Revolucionária”. É possível que a memória da ocupação de 1961 tenha sido reativada para a formação deste novo tribunal, cujo objetivo era a morte do administrador da fazenda, Marino, assim que ele chegasse a São José.

Apesar deste inquérito se apresentar como “um retrato fiel do clima de agitação e desordem que imperava no país à época do governo de João Goulart”, Ubirajara Muniz foi elencado como o mentor do planejamento e da realização da ocupação. O processo destacava ainda que as incitações provocadas por ele, através de comício e instigações pessoais ou através de aliados dos camponeses, teriam provocado a subversão das camadas populares. Para os órgãos de segurança, o Estado e a classe empresarial, a mobilização camponesa só poderia vir por agentes externos que os cooptassem, pois os camponeses seriam incapazes de gerir politicamente a sua indignação. Por isso os frequentes usos de termos como “obrigar”, “subverter”, “pacíficos” (referindo-se aos camponeses antes das ocupações). Desta forma, reconheciam as causas de descontentamento dos lavradores (ausência de terra para trabalho, exploração, despejo e destruição de casas e lavouras, violências), expressadas na bandeira em que podia ser lido “Luta-se pela terra livre”. Contudo, reconheciam estas causas identificando suas fontes em atores externos (comunistas, sindicalistas e trabalhistas) e as soluções a partir da modernização técnica e das relações de trabalho da agricultura, projeto que seria transformado em lei no Estatuto da Terra de 1964 (BRUNO, 1997).

[25] Coletado pelo Projeto Brasil: Nunca Mais (BNM), este IPM nos oferece um rico material para compreender a atuação dos órgãos de segurança no período anterior ao golpe e também no imediato pós-golpe, o que pode ser indicado pelas inúmeras prisões e julgamentos de lavradores e políticos locais ainda nos meses de abril e maio de 1964. Além disto, o IPM traz pistas sobre as atuações do movimento camponês, além de um conjunto de depoimentos que esclarecem os motivos e desdobramentos do conflito. Contudo, dada a dificuldade e às vezes ineficácia dos órgãos de segurança de então para coletar informações, devemos questioná-las e dialogar com outras fontes, buscando compreender o processo em questão. Por fim, o IPM também oferece a perspectiva ideológica do período, trazendo o uso de termos como “subversivos”, “luta de classes” e a defesa da propriedade privada dos latifundiários.

Conforme Eliane O'Dwyer (1988, p. 214), "o encaminhamento legal (jurídico e administrativo) das questões de terra continuava ocorrendo *pari passu* com as lutas caracterizadas como radicais" (ênfase no original). A autora observa que a partir do I Congresso Nacional Camponês de 1961, que aconteceu em Belo Horizonte com presença das associações de lavradores do Rio de Janeiro e da Falerj, o tom das organizações camponesas se aproximou da radicalização da luta e da ampla reivindicação por leis que viabilizassem a reforma agrária, sem perder de vista a luta por desapropriação por vias legais. A radicalização e a opção pelas ocupações de terra eram fruto das próprias condições de luta, acirradas cada vez mais pelos avanços da grilagem e pelo aumento do número de violências e despejos. A identidade camponesa assumida pelos trabalhadores rurais ao longo dos conflitos com grileiros nos anos 1950 e 1960 contestava a atuação destes, propondo formas de resistência, organização, mobilização e luta, criando uma identidade comum, com práticas e vocabulários (*ocupação*, *reforma agrária*, *camponês*, *grileiro*) também comuns. O rompimento dos camponeses com os proprietários constituiu e levou à criação de uma identidade que resultaria em entidades representativas próprias e novas práticas.

Duas declarações de jornal sobre a ocupação de São José podem ser indicativas das novas estratégias para se atingir a reforma agrária pelos camponeses. Para o jornal *Novos Rumos*, Alcídio Salvador declara que "o sentido da nossa luta não é libertar somente S. José da Boa Morte da exploração, e sim todo o Brasil"[26]. No Jornal *Última Hora* de Curitiba (PR), um dos ocupantes, chamado apenas de Pau-de-Arara, diz ao pisar com os pés na terra: "aqui devem estar sepultados lavradores que não se entregaram aos grileiros, pelo que foram assassinados pelos capangas. Há quatro anos, 60 famílias tentaram se alojar nestas terras e foram tocadas a tiros. Muitas delas desapareceram. Nós agora vingaremos todos os humildes e perseguidos". Ainda nesta reportagem se apresenta a participação ativa das mulheres na ocupação, em especial Elilia Cobb Ferreira, que seria indiciada pelo IPM realizado no Processo 7.477/69, por crime contra a Segurança Nacional. Elilia estaria na ocupação por conta de sua vivência com despejos, tendo sido o último a mando de Marino Monteiro de Barros, estando "disposta a lutar enquanto tiver vida"[27]. A insubmissão e a teimosia presentes na

[26] "Camponeses da Boa Morte lutam pela posse da Terra". Jornal *Novos Rumos*, ano V, nº 251, de 13 a 19 de dezembro de 1963, p. 2.
[27] "Igreja em ruínas é trincheira para a rebelião dos camponeses". Jornal *Última Hora*, Curitiba, 12/12/1963, p. 3. Esta reportagem também se encontra na edição fluminense do Jornal *Última Hora* de 12/12/1963, com o mesmo título.

resistência camponesa envolvem não apenas as demandas presentes, mas também a memória e a redenção daqueles que foram desaparecidos pelo avanço e progresso das classes patronais sobre a história (BENJAMIN *apud* LOWY, 2005).

A família Coimbra Bueno, diante da ocupação de sua fazenda, recorreu à justiça de Cachoeiras de Macacu, tendo o juiz da Comarca, José Rodrigues Lema, decidido por conceder a reintegração de posse para a Agrobrasil, dando aos lavradores o dia 13/12/1963 como prazo para deixarem o local. Em uma reportagem de 17 de dezembro de 1963, poucos dias após o prazo de despejo dos lavradores, uma reportagem do jornal *O Fluminense* informava que dirigentes das associações patronais rurais de Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Magé e Itaboraí se reuniram neste último município a fim de organizar a resistência contra o que chamavam de "agitadores comunistas", homens e mulheres que haviam criado a "indústria das invasões de glebas" no estado do Rio de Janeiro. A reunião foi presidida pelo ex-senador Alfredo Neves (foi Senador pelo Partido Social Democrático – PSD – de 1946 a 1955), e estiveram presentes o Secretário de Interior e Justiça e ex-deputado Saramago Pinheiro[28] (UDN) e o sr. Coimbra Bueno. A reportagem não especifica qual dos dois irmãos, mas é bem provável que estivesse presente Jerônimo Coimbra Bueno, então Senador pela UDN[29]. Para os ruralistas a reforma agrária se fazia necessária, contudo, de modo a aumentar a produtividade para o mercado interno, elevando também o poder aquisitivo da população. Propuseram a criação de escolas e postos de saúde em parceria com o governo, além de medidas para melhorar a produção, como forma de diminuir os conflitos existentes. No final da sessão, Coimbra Bueno lê um relatório da União Soviética, onde dizia que naquela nação a propriedade privada no cultivo da terra estava se elevando, deslegitimando a estatização e desapropriação das terras realizada no Brasil, além de se referir à presença do ideário comunista nas ocupações e no governo de João Goulart.

Com a promessa do dirigente máximo da Supra, João Pinheiro Neto, de que o problema seria solucionado com a desapropriação da terra pelo presidente João Goulart, os lavradores deixaram a área sem resistência. Contudo, os lavradores e Ubirajara distribuíram convites, alugaram ônibus e mobilizaram cerca de 300 famílias para se dirigirem até a cidade do Rio de Janeiro que se tornara o Estado da Guanabara após a

[28] Saramago Pinheiro também esteve envolvido no conflito da Fazenda do Largo, em 1960, tendo contribuído no despejo de lavradores e no desmatamento ilegal daquelas terras (NEVES, 2015).
[29] "Ruralistas preparam Frente-única contra a invasão de terras". Jornal *O Fluminense*, 17/12/1963, p. 3.

mudança da capital federal para Brasília e lá montarem um acampamento em frente ao Palácio das Laranjeiras, sede do governo[30]. O objetivo do ato era criar um fato político e repercutir publicamente, de modo a pressionar para que a desapropriação fosse efetivada o mais rápido possível.

Em 13/01/1964 a fazenda foi desapropriada pelo governo de João Goulart por meio do Decreto nº 53.404, fruto da ação da Supra. A justificativa utilizada pelo governo Goulart para a desapropriação foi o conflito que envolvia mais de 500 famílias e a iminência de seu agravamento[31]. Com a desapropriação, os lavradores despejados retornaram às terras da fazenda e começam a se instalar, mantendo-se mobilizados por conta da demora na entrega dos lotes definitivos. Eles não ficariam, contudo, nem dois meses em suas novas terras. Com o golpe, o processo de desapropriação não continuou, reafirmando o pacto existente entre o empresariado e o "novo Estado" (DREIFUSS, 1981) consolidado.

4. Golpe e repressão

Nos dias imediatamente subsequentes ao golpe, o Exército entrou na área onde estavam os posseiros a fim de expulsá-los e prender as lideranças. Para evitar que isso acontecesse, muitos lavradores deixaram a terra, retornando para a casa de parentes ou buscando novas terras para trabalhar.

Em notícia do jornal *Diário Carioca*, há a informação de que desde o dia 1º de abril daquele ano, portanto desde a deflagração do golpe, o Exército ocupava a fazenda, "procurando ex-líderes sindicais e camponeses":

> Os soldados do Exército, com a colaboração de policiais do estado e voluntários, vasculham, diuturnamente, as matas e os casebres dos lavradores no afã de encontrarem os ex-líderes Antônio Maria Porto, Enedir Gonçalves, Anézio Dias de Freitas, Antônio Jorge Xavier e Alcídio Salvador, além de outros políticos considerados comunistas ("Exército interdita terras em Cachoeiras". *Diário Carioca*, 14/04/1964, p. 9).

Proteger a propriedade privada dos grandes proprietários, ignorando, neste caso de São José, o decreto presidencial assinado por João Goulart foi plenamente assumida pelos órgãos de segurança. Cerca de 29 pessoas, envolvendo agricultores, ferroviários, políticos, lideranças e apoiadores foram enquadrados no artigo 2º, § IV da Lei de

[30] "Lavradores vieram pedir terras a J[oão]G[oulart]". Jornal *Correio da Manhã*, 21/12/1963, p. 1.
[31] Decreto nº 53.404 de 13/01/1964, *Diário Oficial da União* – Seção 1 - 14/01/1964, p. 345.

Segurança Nacional: "subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo" (Lei nº 1.802, de 05/01/1953).

Na introdução ao relatório do IPM analisado, o delegado adjunto do DPS de Cachoeiras de Macacu, Aloysio de Araújo Seabra, em 24/08/1964, escreveu:

> O crime por eles [os 29 indiciados no IPM] praticado foi eminentemente político. Além da subversão da ordem política e social por meios violentos, com o fim de estabelecer a ditadura de classe social, definida no artigo 2º, inciso IV, da Lei 1802, de 5 de janeiro de 1953, praticaram o saque e a desordem, de modo a causar danos materiais e suscitar o terror, com o fim iniludível de atentar contra a segurança do Estado – artigo 4º, inciso II. (...)
> É evidente que indivíduos que opõem a resistência armada contra os poderes do Estado – artigo 3º –, estão praticando insurreição armada contra esses mesmos poderes. A incitação das classes sociais à luta pela violência e os atentados contra a pessoa ou bens, por eles praticados, por motivos políticos e sociais, estão definidos nos artigos 12 e 15. Para isso possuíam – porque se apoderaram delas – armas utilizáveis como instrumento de destruição, em quantidade indicativa de intenção criminosa – artigo 16º.
> A mudança dos princípios constitucionais de respeito e proteção à propriedade privada vigentes no País, outra coisa não será senão um atentado à Constituição – artigo 5º (BNM 17, Processo 7477, p. 433-434).

Do total de 56 pessoas oriundas de Cachoeiras de Macacu, ao menos 11 eram lavradores e no mínimo 30 exerceram algum tipo de liderança ou apoio à ocupação de 1963. Do total deste grupo, dez ficaram presos no Estádio Caio Martins[32]. Estas prisões indicam a amplitude da repercussão desta ocupação e da sua importância política enquanto ameaça ao princípio da propriedade privada no município de Cachoeiras de Macacu e em todo o país, na medida em que a ocupação repercutiu em outros locais.

Para Medeiros (2014), o imediato pós-golpe foi de repressão aos trabalhadores do campo e suas organizações, iniciando uma nova experiência política de medo e violência. "Onde havia mobilização, a resposta era mais repressão, fosse ela oficial, pelo Dops, fosse pela tolerância à ação violenta dos proprietários de terra, por meio de seus

[32] A lista dos presos e dos indiciados no IPM pode ser vista em Fabrício Teló e Ricardo Braga. *Conflitos e repressão no campo em Cachoeiras de Macacu*. In: MEDEIROS, Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988), pp. 124-127. As informações foram retiradas de Luiz Silva (1994), do Processo nº 7.477 (IPM), e do Relatório Parcial da Comissão da Verdade de Niterói, disponível em http://www.verdadeemniteroi.org/ (acesso em 18/12/2014).

jagunços" (MEDEIROS, 2014, p. 202). Contudo, não diminuiu o número de conflitos que, em muitos casos, eram resistências dos trabalhadores não ao golpe, mas à ação dos proprietários e grileiros. Esta resistência se intensifica com o crescimento da expropriação e da exploração, impulsionadas por projetos de modernização do campo e também pela expansão da colonização e atividade de empresas no campo brasileiro, atividades sob o pretexto de levar o desenvolvimento às áreas rurais com uma concepção diferente do uso da terra.

Em entrevista a Joaquim Soriano[33] em 27/04/1982, Raimundo Leoni dos Santos, à época presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Itaboraí, contou que, tendo vivido no início dos anos 1960 em São José da Boa Morte, acompanhando a ocupação de 1963 e a desapropriação de 1964, foi também expulso da sua terra pelo Exército e perdeu uma extensa plantação de mandioca. Refletindo sobre o período e perguntado sobre a história da São José e do golpe, Raimundo diz:

> Como você sabe, existe no Brasil todo muita terra grilada. O fazendeiro se diz dono, mas você vai ver na escritura e ele é dono mesmo, mas de um décimo, um quinto da área que ocupa. Em São José da Boa Morte o processo foi esse, quer dizer, suspeitava-se que uma vasta região não fosse dos pretensos donos. Os próprios arrendatários, meeiros na época, informados disso começaram a resistir (...). E com a orientação dos movimentos sindicais, das associações da época, que ajudaram os trabalhadores a deixarem de dar as importâncias que davam [o pagamento pela renda da terra], aquilo naturalmente foi desembocando numa luta maior a ponto de começarem a ter pessoas interessadas e com disposição para entrarem nas terras e ocuparem as terras. Mas, como você deve estar sabendo, em [19]64 esse processo foi abortado. (...) Com esse aborto, a coisa ficou meio parada, e os pretensos proprietários começaram a manobrar nos bastidores dos órgãos do governo pra retomar a área, pra reconquistar a terra. (...) Em [19]67, a pretexto que a desapropriação havia caducado, o Ibra34 devolveu as terras aos pretensos proprietários. Mas o problema não era só devolver a terra aos proprietários, porque de [19]64 a [19]67 o governo fazia o quê? Pra preparar o terreno para devolução eles começaram a tirar o pessoal da área e desapropriaram uma outra área, do Vecchi e da Quizanga (...) para assentar esses posseiros.

[33] Esta entrevista pode ser consultada no acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.
[34] Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), órgão que substituiu a Supra na regulamentação da reforma agrária, baseando-se no Estatuto da Terra de 1964.

Em 05/06/1967, o presidente Costa e Silva, a pedido do Ibra, assinou o Decreto nº 60.807 que revogava a desapropriação de cerca de 850 alqueires, devolvendo-os aos irmãos Coimbra Bueno e resultando no despejo dos lavradores das terras que haviam passado a ocupar (uma grande parte deles, no entanto, já havia abandonado a fazenda ainda nos dias subsequentes ao golpe, ou mesmo sido expulsa das terras). Em ofício enviado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) em 1980, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ) assim relata esse processo:

> A partir de 1967, ao tempo em que deslocavam famílias da área desapropriada para outras glebas, o Ibra começava a devolver sucessivamente as glebas desapropriadas. Em 1974, foi devolvida à Agro-Brasil a última gleba desapropriada[35]. A justificativa era a mesma: a área estava desocupada, inexistia tensão social, alegando-se mesmo que esta jamais ocorrera. Ressalte-se que todas as devoluções pautaram-se tão somente em expedientes administrativos, sem o imprescindível suporte legal, ou seja, o Decreto do Presidente da República (Ofício nº AJ/27/80 do presidente da Fetag/RJ, Eraldo Lírio de Azeredo, e do tesoureiro, Miguel Fernando de Souza, ao coordenador regional do Leste Meridional do Incra/RJ, José Carlos Vieira Barbosa, em 31/01/1980 (MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta II).

Contudo, segundo levantamento de João de Jesus Pereira[36] ainda na década de 1970, havia mais de 800 famílias sem terra em Cachoeiras de Macacu. Este novo levantamento do sindicato também gerou novas práticas dos proprietários:

> Então, quando a gente começou a fazer petição ao Incra para que essa terra fosse assentada por essas famílias, aí também começou a aparecer os grileiros dizendo ser dono das fazendas e querer fazer movimento dentro da fazenda. Pegaram até um

[35] Esta última gleba é a referida na alínea *c* do Decreto nº 53.404 de 13/01/1964, uma área de 940 alqueires. As alíneas *a* e *b* já haviam sido desapropriadas em 1967, como relatado. Ao final de 1974, com dez anos de golpe, foram devolvidos, portanto, 1.790 alqueires de terra à empresa Agrobrasil dos irmãos Coimbra Bueno.

[36] Antigo morador de Marubaí e presidente do STR de Cachoeiras de Macacu de 1972 a 1994, João de Jesus Pereira chegou ao sindicato em 1970, durante a presidência de Mateus Nunes da Silva. Trabalhando como fiscal, sua função era fazer um levantamento das condições de trabalho e das demarcações de terra. Em 1972 assumiu a presidência do sindicato, devido à intervenção do Delegado do Trabalho. Infelizmente ainda não colhemos dados suficientes para compreender como se deu esta intervenção, e nem para saber se foi de fundo político ou de irregularidade na administração. Contudo, é com a presidência do sindicato que João de Jesus passa a tomar conhecimento dos problemas e conflitos dos trabalhadores do município, e eles existiam em São José da Boa Morte, Boca do Mato, Areia Branca e Estrada do Carmo.

> encarregado com o nome de João Alves, que o apelido era João Goiano, e colocaram na porteira da fazenda, numa casa, e que ali começou a fazer contrato de parceria com os trabalhadores pra desviar a desapropriação da fazenda (João de Jesus Pereira, entrevista a Leonilde Medeiros, 28/01/1983).

Comentando sobre a ocupação de 1963, a desapropriação e a atuação do Ibra na Fazenda São José, um lavrador aposentado nos relatou a experiência e a expectativa de esperar pela desapropriação[37]:

> [Em 1963] nós fomos invadir uma fazenda. (...) A fazenda do tal de Marino, lembra que no início eu falei, tinha uma cerca... dessa cerca para lá ninguém passava, não. Porque eles faziam uma ronda com as mulas e com um rifle desse tamanho nas costas, né, então ninguém passava para lá... Ficamos esperando. Passou um ano, passou dois, passou três, passou dez anos (Aposentado de 73 anos, entrevista concedida em 08/11/2014, Marubaí, Cachoeiras de Macacu/RJ).

Como dito pelos moradores e lideranças de Cachoeiras de Macacu e Itaboraí, a desapropriação serviu para valorizar as terras desapropriadas, que após dez anos de ditadura empresarial-militar teve parte de seu terreno devolvido à Agrobrasil. Já em 1982, ou seja, 18 anos depois do golpe, Raimundo Leoni dos Santos referiu-se a dois movimentos distintos por parte do governo: além das expulsões,

> (...) eles faziam outra coisa, e isso não ficou muito claro na época, mas que hoje não deixa nenhuma dúvida, que foi um trabalho de desarticular todo o processo de luta que os trabalhadores concentraram em São José da Boa Morte. Então, eram dois esquemas: um estava bem claro, que era tirar o pessoal da região, e o outro que estava por trás das cortinas, e que pra gente não dava pra perceber na época, que no fundo era pegar o pessoal que estava mais ou menos articulado (...) e colocar um no Vecchi, outro na Quizanga, outro em Papucaia (Raimundo Leoni dos Santos, entrevista a Joaquim Soriano, 27/04/1982).

[37] Uma área, contudo, foi desapropriada e usada para assentamento: a região de Marubaí, área em litígio desde os anos 1950 e, segundo os trabalhadores rurais, região pertencente ao Núcleo Colonial de Papucaia que estava sendo grilada pela empresa Agrobrasil. Foi criado um Condomínio Agropecuário sob uma lógica cooperativista. Contudo, os relatos são de arbitrariedade e exploração por parte do Ibra e depois Incra. Não poderemos analisar este caso aqui, mas ele está indicado em TELÓ, Fabrício e BRAGA, Ricardo. *Conflitos e repressão no campo em Cachoeiras de Macacu*. In: MEDEIROS, Leonilde. Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988), pp. 130-131.

Para a classe trabalhadora, o período mais feroz da repressão foi justamente aquele imediatamente subsequente ao golpe, com o objetivo de desarticular as organizações atuantes até então. Clifford Welch resume os anos que se seguiriam ao golpe de 1964:

> O regime militar brasileiro (1964-1985) incorporou o modelo do autoritarismo burocrático do capitalismo [o que] agravou a luta de classes [no campo] e gerou bastante confusão, na melhor das hipóteses, e barbárie, na pior delas. Milhões são os filhos e filhas da pátria cujas raízes foram cortadas pela "modernização conservadora" do regime militar. O êxodo rural inundou as cidades à medida que os preços das *commodities* despencavam. O desemprego aumentou, máquinas substituíram trabalhadores nas velhas fazendas e as novas propriedades despejaram os camponeses conforme se expandiam as fronteiras agrícolas. (...) A resistência à mudança redundou em confronto perante a violência do Estado e do setor privado (WELCH, 2009, pp. 141-142; grifo nosso).

Estes anos de resistência à mudança, ou como estamos caracterizando aqui, de resistência teimosa, precisam ser resgatados de modo a recuperar as experiências dos momentos de desmobilização que, pelo fato de perdurarem, são indicativos de experiências de classe (PALMEIRA, 2009). A desmobilização, contudo, não foi total. Apesar dos investimentos da contrarrevolução para extinguir o poder da política enquanto dimensão de mudança e encaminhamento das expectativas, a resistência se manteve de forma molecular, com reivindicações locais e lutas que davam prioridade aos mecanismos legais.

5. A ocupação mais uma vez: novos e velhos militantes (1979-1981)

5.1 A variável constante: despejo.

> Paradoxalmente, a área em que o Incra afirmara inexistir problemas ou conflitos sociais passa a ser objeto de acirrada disputa judicial, com vários pretensos proprietários reivindicando seus domínios, provocando aflição e insegurança às dezesseis famílias que ocupam o imóvel (Ofício nº AJ/2609/79 da Contag ao Ministério da Agricultura em 29/10/1979, MSPP/Sr SC.frj.cbl – Pasta II).
>
> Eu nunca fui contemplado pelo Incra, eu fui expulso pelo Incra (Lavrador da gleba Vecchi, em roda de conversa com antigos

> moradores e lavradores de Serra Queimada, Vecchi e Quizanga)[38].

Em 08/08/1979, o STR de Cachoeiras de Macacu enviou um relatório à Fetag/RJ informando sobre o surgimento de um novo conflito na Fazenda São José da Boa Morte e solicitando providências. Neste documento, o STR enfatizou seu esforço no sentido de evitar, por duas vezes, o despejo das 16 famílias que ocupavam áreas de terra no local e trouxe um elemento a mais na descrição do conflito:

> A preocupação dos trabalhadores deve ser analisada na medida que os fatos evoluem, não só em relação ao despejo em si – preocupação maior –, mas na medida que a área em que estão localizadas está sendo disputada por senhores 'proprietários de terra', onde de um lado os Srs. Edson José de Lemos e Dalton dos Santos Teixeira e do outro a Agrobrasil Empreendimentos Rurais Ltda., contendem com seus diversos 'títulos' e argumentos sobre a propriedade da área ocupada. (...) Há, ainda, que se destacar o fato dos contendores serem partes em outros processos ajuizados na Comarca [de Cachoeiras de Macacu], especialmente, a Agrobrasil Empreendimentos S.A., versando sobre titularidade de terras e sendo, por coincidência, a área em questão encravada entre o Projeto de Colonização do Condomínio Marubaí e o Núcleo de Colonização de Nova Ribeira, áreas de Projeto de Colonização e Reforma Agrária do Incra, se afina com os objetivos de se posicionar esse órgão, como se posicionou em questões anteriores e em áreas diversas em todo país, a fim de que os fatos apurados e medidas cabíveis tomadas, seja possível o assentamento dessas famílias de posseiros, cujo objetivo maior é dar função social à terra, em consonância com o que dispõem a Constituição do Brasil e o Estatuto da Terra (Ofício nº 28/79 do presidente do STR de Cachoeiras de Macacu, João de Jesus Pereira, ao presidente da Fetag/RJ, Eraldo Lírio de Azeredo, em 08/08/1979, MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta II).

De fato, desde 1978 estava em curso uma ação demarcatória contra a Agrobrasil, que vinha, novamente, tentando ocupar o terreno de moradores que lá residiam. Estas 16

[38] No dia 12/10/2014, em uma atividade organizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e pelo GT Agrário da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) de São Gonçalo, Leonilde Medeiros e Ricardo Braga foram convidados para participar de uma roda de conversa com os moradores mais antigos das regiões que estão sendo hoje ameaçados de despejo pelo projeto de construção da barragem do rio Guapiaçu. Em um contexto de mobilização local, os moradores de Vecchi, Serra Queimada e Quizanga trouxeram lembranças das vindas do Exército e do Estado na região, em que muitos moram há décadas, e poucos receberam documento de posse da terra.

famílias foram as únicas que conseguiram residir na fazenda após as expulsões e devoluções de terra para os irmãos Coimbra Bueno.

A retomada das expulsões de lavradores a mando da Agrobrasil reativou o conflito em SJBM. Em 1979, um grupo de 120 famílias ocupou novamente a fazenda, gerando novos conflitos entre lavradores e a família Coimbra Bueno[39]. Uma das primeiras violências sofridas por esses posseiros ocorreu no dia 03 de janeiro de 1980, quando 25 policiais prenderam 11 pessoas, que foram levadas até o asfalto e ameaçadas de morte caso voltassem às terras de onde haviam sido retiradas[40].

Posteriormente, no dia 30 daquele mesmo mês, a polícia foi acionada e prendeu 88 lavradores, além do padre Joaquim Maria Van Leewen, pároco de Japuíba, localidade próxima à área ocupada[41]. O religioso era membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT), principal articuladora da ocupação. Este grupo nasce da oposição e resistência ao regime militar por alguns setores ligados à Igreja Católica, setores estes que já vinham marcados por trajetórias eclesiásticas e leigas de aproximação do cristianismo e do marxismo a partir da Teologia da Libertação, buscando na opção pela esquerda novas formas de luta e de libertação, sendo importante para isto a presença dos leigos em organizações dos anos de 1960 (Ação católica, Juventude Universitária Cristã, etc.). O compromisso com a luta dos pobres é o elemento central deste movimento, compreendendo a autonomia da ação e da cultura destes (LÖWY, 2007), tendo na CPT uma importante atuação na resolução e em tornar públicos os conflitos no campo em todo o Brasil até nossas datas recentes, absorvendo e articulando os interesses e reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Para Scott Mainwaring (1989, p. 201):

> A CPT oferece serviços legais, denuncia injustiças, encoraja a criação de sindicatos rurais, estimula a renovação pastoral e oferece cursos sobre a fé e a política. (...) Pelo final da década de 70 e no início dos anos 80, enquanto avançava a abertura política nos centros urbanos, a CPT tornava-se a instituição da Igreja mais envolvida em conflitos com o Estado.

[39] Essa ocupação, segundo Afrânio Garcia Jr, na época assessor da Fetag/RJ, foi inicialmente pensada na volta dos representantes do Rio de Janeiro do III Congresso da Contag, ocorrido em maio de 1979. No entanto, o STR local não apoiou a ocupação, a não ser após a mobilização local e estadual que ela gerou, encabeçada pela CPT, Fetag e Contag.

[40] "PM prende padre e posseiros no RJ". *Jornal do Brasil*, 31/01/1980, MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta II.

[41] Uma lista incompleta dos presos de 1980, com 80 nomes, pode ser encontrada em TELÓ, Fabrício e BRAGA, Ricardo. *Conflitos e repressão no campo em Cachoeiras de Macacu*. In: MEDEIROS, Leonilde. Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988), pp. 164-167.

Não à toa estes anos refletem a intensificação da violência e do conflito nas áreas rurais do Brasil.

Na ocasião, segundo a lembrança de um lavrador de 80 anos, morador de Nova Ribeira, Padre Joaquim foi à fazenda para dar apoio aos lavradores e foi preso com eles. Foi uma das principais lideranças da região, auxiliando na organização dos lavradores a partir do trabalho político promovido pela CPT, sendo ainda lembrado pela população local. De acordo com a polícia, e confirmado em entrevista realizada com Leonilde Medeiros, Ricardo Braga e Fabrício Teló em 09 de julho de 2015, o motivo para a sua prisão foi o fato de ele não portar comprovante de que era realmente padre. Das 10 horas da manhã até a meia-noite ficaram todos incomunicáveis. Familiares, parentes, amigos e demais trabalhadores de Cachoeiras de Macacu, num total de mais de 500 pessoas, foram para frente da delegacia de polícia exigindo a libertação de seus companheiros, como lembram estes antigos moradores de Nova Ribeira e SJBM:

> Nós chegamos lá [na delegacia], fechamos aquela porcaria toda. Aí ligaram, veio polícia de tudo quanto era lado. Polícia entrava de qualquer jeito, nós nos enfiávamos no meio. Não deu quebra-quebra não, mas eles ficaram doidos com a gente. Foi muita gente pra soltar, já tinha 95 presos [o número correto foi 89], se cada um da família fosse... foi até uma festa, pra mim foi uma festa (Agricultor de 80 anos, entrevista concedida em 08/11/2014, Gleba Nova Ribeira, Cachoeiras de Macacu/RJ).

> [E aí] Vinham os corajosos. Mas corajosos entre aspas, né? Vinha com medo, mas vinha. Ele queria um pedacinho de terra para ele. Porque a desapropriação era muito difícil, na época dos militares. Na época que os militares comandaram o nosso Brasil, era muito difícil surgir uma desapropriação. Eles estavam no poder. Eles não iam abrir (…). A gente sabia que, um dia, os fazendeiros iam arrumar um jeito para pegar a gente. E aí, veio o surgimento da nossa prisão (Aposentado e ex-tesoureiro do STR de Cachoeiras de Macacu, entrevista concedida em 09/11/2014, São José da Boa Morte, Cachoeiras de Macacu/RJ).

Dentre os presos, segundo reportagem do jornal *O Fluminense* de 01/02/1980, um grupo de nove trabalhadores, considerados os líderes da ocupação, foi escolhido pelo juiz Wellington Paiva para responder por invasão de terras e desmatamento. Eram eles: Johaanes Joachim Maria Van Leewen (padre Joaquim), Izaias Angelo Biazzatti, Braulio Francisco Cordeiro, Ayrton Ferreira de Lima, Luiz Correia de Paula, Reinaldo Baiense, Jailton Rodrigues Viana, Iberaldo Jorge Antônio e João Corrêa de Paula, sendo

este último uma importante liderança em Cachoeiras de Macacu e Itaboraí que participou das ocupações de 1961 e 1963, tendo sido preso com a deflagração do golpe. Além de terem sido presos, os lavradores tiveram também suas ferramentas retidas, não tendo sido devolvidas, mesmo após a soltura[42].

No Informativo nº 06/80 de 02/01/1980 [43], o Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) do Rio de Janeiro relatou que em Quizanga costumavam acontecer reuniões semanais com a presença dos lavradores, dos padres Joaquim e Agostinho Von der Brock – padre holandês que também atuava em Cachoeiras de Macacu – e do presidente do STR, João de Jesus. Em uma dessas reuniões, ainda segundo o informativo, compareceram como convidados Ubirajara Muniz (que ainda concorreu às eleições para a Prefeitura do município em 1981, quando foi derrotado, e novamente em 1989, sendo eleito pelo PDT), José Custódio de Souza e Alcídio Salvador, personagens importantes na ocupação de 1963. Apesar das informações serem incipientes, é possível ver que esta articulação com antigas lideranças do movimento camponês local serviu para intensificar o movimento dos anos 1980, reconstruindo a memória da luta pela terra ao relembrar o passado para mobilizar o presente. Da mesma forma, se a data do Informativo é de 02 de janeiro de 1980, a primeira prisão aconteceu no dia seguinte, de modo a desestimular e desarticular a organização que os lavradores vinham preparando.

Em reportagem do jornal *Folha de São Paulo*, é relatado que a prisão dos lavradores ocorreu sem mandado judicial e, segundo os lavradores, o juiz Wellington Jones Paiva estava ameaçando intervir, ilegalmente, no STR, caso os posseiros não abandonassem imediatamente a área[44]. Na ocasião da detenção, houve a

> tentativa de impedir que os advogados do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais se avistassem com os trabalhadores detidos e jagunços ligados aos grileiros sentindo-se respaldados pela coação diante da Delegacia Policial, ameaçaram espancar dirigentes sindicais e advogados (Nota de apoio e solidariedade aos lavradores de Cachoeiras de Macacu assinada pela Fetag/RJ e seus sindicatos filiados e pelos sindicatos da Unidade Sindical, s/d. MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta II).

[42] "Posseiros nada resolvem no Incra". Jornal *O Fluminense*, 01/02/1980, MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta II; "Posseiros e padre vão ao Rio protestar contra prisão". Jornal *Folha de São Paulo*, 01/02/1980, MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta II.
[43] Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 255-253.
[44] "Polícia prende padre e oitenta posseiros". Jornal *Folha de São Paulo*, 31/01/1980.

Apesar da repressão aos sindicatos, CPT e outras organizações, os camponeses de SJBM continuavam a resistir teimosamente, num quadro em que "a simples luta pelo cumprimento da legislação assume muitas vezes uma feição radical insuspeitada" (PALMEIRA, 2009, p 194). O simples questionamento da autoridade e/ou do poder do proprietário invocava outras formas de legitimação das relações sociais, questionando também a dominação tradicional: “nessas condições, qualquer conflito é quase por definição um caso político (...), passível, portanto, do tratamento que se costuma dar a casos políticos em regimes autoritários, isto é, aquele do caso de polícia” (*idem*, p. 197).

As lutas entre posseiros e proprietários dos anos 1960 e 1970, abafadas pelo regime empresarial-militar, guardam continuidades com as lutas dos anos anteriores ao golpe. Para Palmeira (*idem*, p. 198), “o mais correto seria, talvez (...) falar de uma interiorização da luta (política) de classes que teria perdido sua feição mais explicitamente política para inscrever-se no interior mesmo do processo produtivo, a produção cotidiana”.

Em outro trabalho, este autor diz:

> Se, ao nível de suas organizações, os trabalhadores conseguiram assegurar uma continuidade, difícil, mas eficaz, entre a mobilização pré-64 e o trabalho de resistência e reorganização que iria permitir a retomada da luta de massas no campo nos últimos anos, nas suas práticas do dia-a-dia, os trabalhadores tiveram que pagar o preço dessa continuidade que, se não era enxergada com nitidez a partir dos centros de poder, o era perfeitamente pelos grandes proprietários.
> (...)
> Nas áreas em que a mobilização sindical foi mais profunda, no período em que antecedeu a instalação do regime autoritário, houve uma espécie de internalização da luta de classes após 1964. Ao invés dos grandes movimentos, a resistência cotidiana interferindo no próprio processo produtivo, como nas disputas permanentes entre trabalhadores e patrões na delimitação das tarefas diárias na área canavieira de Pernambuco, ou impedindo a destruição de lavouras, como nos incontáveis casos de disputa pela posse da terra por todo o país (PALMEIRA, 1985, pp. 48-49).

Palmeira compreende a *internalização da luta de classes* como uma mudança das relações de força entre o campesinato e o Estado/patrão a partir da diferenciação política em um processo de surgimento de uma nova mediação (STR, Igreja, partidos, cooperativas). Surgem, portanto, instituições que absorvem e expressam os interesses

destes trabalhadores insubmissos (BRITO, 2014), sendo este um processo de diferenciação social em que as instituições assumem a própria luta local, marcada pelos conflitos não resolvidos, pelas lembranças de exploração e repressão, pelos desejos de ter a "terra livre". Se as lutas do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 irão ressurgir e assumir novas identidades, elas não perdem o seu significado comum: a reforma agrária como condição e resultado da democracia ao romper com um sistema de dominação, assumindo um caráter imediatamente político (PALMEIRA, 1985, p. 50).

5.2. Desapropriação.

No início de abril de 1980, dois meses após a prisão dos trabalhadores, "um grupo de pistoleiros a serviço dos grileiros dispararam tiros na posse de uma das 16 famílias que permaneciam na área, diante da esposa grávida de um dos lavradores"[45] . Tal situação provocou a mobilização de diversos setores e movimentos sociais. Os camponeses passaram a ter, então, o apoio do STR local e de outros (como Itaboraí e Magé), da Fetag/RJ, da Contag, da CPT local, além do apoio de setores urbanos, vereadores e deputados simpatizantes da causa. Depois da realização de diversos atos públicos, celebrações religiosas e manifestações na sede do Incra, a fazenda finalmente foi desapropriada pelo presidente João Batista Figueiredo por meio do Decreto nº 85.661, de 22/01/1981[46].

A Fazenda São José da Boa Morte foi novamente desapropriada com o projeto de instalar 500 famílias, porém apenas 103 haviam sido assentadas até 1983[47]. A reivindicação do assentamento imediato no restante dos lotes era a principal queixa dos lavradores. Ainda em uma última manobra contábil, os irmãos Coimbra Bueno, segundo o discurso do então presidente da Contag, José Francisco da Silva, entraram com um pedido de alteração cadastral no Incra, oito meses após o decreto desapropriatório,

[45] Relatório de atividades da Fetag/RJ no ano de 1980, p. 3. MSPP/Sr SC.frj.r – Pasta I.
[46] Levantamento de conflitos de terra elaborado pela Fetag/RJ em junho de 198. MSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II. É preciso lembrar que este é um momento de distensão política do regime autoritário, sendo também momento de novas ocupações de terra no Rio de Janeiro e em todo o Brasil. Assim como aconteceu com Cachoeiras de Macacu, outros diversos conflitos por terra foram resolvidos pela desapropriação ao longo de todo o país.
[47] Relatório dos principais agravamentos dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro elaborado pela Fetag/RJ em 30/11/1983. MSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II.

excluindo duas áreas que juntas compunham 40% da fazenda desapropriada, sob a alegação de serem empresas rurais, e não latifúndios (SNI, 1981)[48].

Apesar da desapropriação ter sido considerada uma vitória para os lavradores, o *modus operandi* dos organismos de Estado se manteve. O Incra continuou a agir de forma impositiva, sem se comprometer a dialogar com os lavradores e suas entidades de representação. A mobilização dos lavradores, contudo, levou os colonos do assentamento originário da desapropriação da fazenda a se organizar, fundando a Associação dos Produtores de São José da Boa Morte, em 1985, a fim de buscar melhorias nas condições de produção para aumentar a colheita de alimentos, que já eram, em 1987, cultivados por mais de 300 famílias. De forma resumida, a organização de "São José da Boa Morte, na opinião da agrônoma do Incra e coordenadora do projeto [da Associação dos Produtores de São José da Boa Morte], Silvia Quito, já virou um tabu. – Só de ouvir falar neste nome, as autoridades se assustam – disse"[49].

6. Considerações finais

Para o filósofo Paulo Arantes (2010), a ditadura foi vitoriosa em seus objetivos e, neste ponto, ainda não terminou, mas continua a acontecer, estendendo sem fim o ano de 1964 e a criminalização da organização política das classes populares. Se os trabalhadores do campo conseguiram, após três ocupações e inúmeras resistências a incontáveis violências sofridas, a efetiva desapropriação da terra, isto não resultou na diminuição dos conflitos com o Estado. Para além dos confrontos mais perceptíveis (as ocupações) foram várias as derrotas sofridas, sendo a mais carregada de significado a suspensão da desapropriação, processo concluído dez anos após a ditadura.

No meio rural brasileiro, "a modernização não foi muito além do processo produtivo" (MEDEIROS, 1996, p. 134), reordenando relações sociais sem inserir o universo dos direitos. Acirraram-se, assim, as tensões sociais já preexistentes e disseminadas. Um dos efeitos dessa modernização foi o de acelerar o processo de

[48] Anexo intitulado "Depoimento prestado por José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, perante a CPI que apura as causas e consequências da fome, desnutrição e falta de saúde na população de baixa renda do Brasil", presente no relatório do SNI, Informe nº 2539/30/AC/81 (Acervo Projeto Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_20708_81). A mudança do *status* do terreno para empresa rural não foi inocente. A declaração da área como empresa rural e impedia a desapropriação por interesse social deste terreno. Desta forma, a mudança não só mantinha parte das terras dos Coimbra Bueno como diminuía as terras reivindicadas pelos camponeses.

[49] "Incra tem problemas em Cachoeiras de Macacu". Jornal *O Globo*, 10/08/1987 (MSPP/ci CF.se.rj - Pasta I

expropriação dos trabalhadores, aumentando o número de trabalhadores temporários e expulsando milhares de trabalhadores que buscaram na migração uma solução possível. Em Cachoeiras de Macacu não foi diferente. Com os anos que se arrastaram após o golpe foram inúmeras as prisões e as migrações forçadas, a fim de enfraquecer a organização dos trabalhadores, mitigando a luta pela terra e a luta pelas condições de trabalho.

A presença do arbítrio e da força é contínua e intensa na luta pela terra – o questionamento das formas de dominação, a organização dos trabalhadores e a discussão sobre a propriedade fundiária e a possibilidade e necessidade de uma reforma agrária – levando à morte inúmeros trabalhadores e lideranças. A intervenção no sindicato e a presença de jagunços, policiais e Forças Armadas na São José da Boa Morte, bem como em outras fazendas do município, intensificaram o clima de tensão e desmobilização, obrigando muitas famílias a fugirem e/ou aceitarem o silêncio contra as violências. Contudo, ao aumento da violência correspondeu o aumento das denúncias, incapaz, entretanto, de impedir a continuidade da violência, nem a resolução dos conflitos na esfera privada, onde, na grande maioria dos casos, prevalece a força bruta.

A potência que emerge nas lutas dos anos de 1980, não apenas em Cachoeiras de Macacu, traz consigo a lembrança das lutas e das conquistas abortadas dos anos de 1960. A prisão de 89 lavradores e apoiadores não imobilizou a organização camponesa, mas manteve tensionada a memória dos conflitos e o desejo pela terra: a contínua vivência de situações marcadas pela violência e pelo rompimento de relações sociais reatualiza a insubmissão camponesa (BRITO, 2014), esta teimosa e cotidiana resistência aos autoritários avanços sobre a terra de patrões e de parcelas do Estado. E como vimos nas ocupações da década de 1960 também se possibilitavam a redenção do passado como a realização e a reparação da felicidade individual e coletiva de uma geração e de sua época. Walter Benjamin assim se opõe ao conceito de "progresso": a redenção do passado, orientada também para a salvação presente e futura, não se esquece daqueles que foram vencidos e oprimidos, instigando a luta pela sua memória (LOWY, 2005).

Devemos "estar decididamente interessado[s] (...) na qualidade de vida, nos sofrimentos e satisfações daqueles que vivem e morrem em tempo não redimido" (THOMPSON, 2001, p. 172). As reivindicações e os sofrimentos de épocas passadas não podem ser desprezados: não há luta pelo futuro sem memória do passado. A contínua e teimosa resistência dos lavradores e lavradoras de SJBM – e tantos outros locais, municípios e estados do Brasil – constituiu uma cultura política de resistência

que internalizou no corpo e no cotidiano destes a luta de classes e o confronto por projetos de classe distintos. Não só a lembrança das lutas dos anos anteriores ao golpe emergiram nos anos 1980 como também os próprios atores daquelas lutas. Conquistaram pela luta (também teimosa) a "terra livre" para si e as gerações passadas.

Referências bibliográficas

ARANTES, Paulo Eduardo. *1964, o ano que não terminou*. (pp. 205-236). In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir Pinheiro (orgs.). O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Marginalia. Algumas notas adicionais sobre o dom*. Revista Mana 2 (2): 7-20, 1996.

BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. *A luta camponesa e a repressão durante a Ditadura empresarial-militar (1964-1985)*. Revista *Habitus*, Rio de Janeiro, v. 13, 2014, n. 1, p. 72-87.

BRUNO, Regina. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

CARDOSO, Vinicius Maia. *Fazenda do Colégio: família, fortuna e escravismo no Vale do Macacu séculos XVIII e XIX*. Dissertação de mestrado em História, Universidade Salgado de Oliveira – Universo, 2009.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de mestrado, PPGAS/MN, UFRJ, 1987.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. *Contrarrevolução, ditadura e democracia no Brasil*. (pp. 71-88). In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; SILVA, Marcio Antônio Both da. Ditaduras e democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014). Porto Alegre: FCM Editora, 2014.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação* (pp. 303-320). FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). Revolução e democracia (1964-...). Coleção As Esquerdas no Brasil, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MACIEL, Dulce P. *Goiânia (1933-1963): a cidade planejada!* In: IV Seminário da História da Cidade e do Urbanismo. Salvador, 1996.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar nesse verão. O cerco político das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político no campo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Dimensões políticas da violência no campo. Revista *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 126-141.

_____. *Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar*. (pp. 195-229). In: PINHEIRO, Milton (Org.). Ditadura: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____ et al. *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015.

MELOa, Demian Bezerra de. *O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão.* (pp. 157-188). In: MELO, Demian Bezerra de. (Org.) A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELOb, Demian Bezerra de. *O caráter de classe do golpe de 1964 e a historiografia* (pp. 89-107). In: In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; SILVA, Marcio Antônio Both da. Ditaduras e democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014). Porto Alegre: FCM Editora, 2014.

MONTENEGRO, Antônio Torres. "Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução". In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano, vol. 3. O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOTA, Juliana Costa. *Planos diretores de Goiânia, década de 60: a inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge Wilheim no campo do planejamento urbano.* Dissertação (mestrado) São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. *Ocupação do Imbé: conflitos e rumores*. In: MEDEIROS, Leonilde. MEDEIROS, Leonilde et al. Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015.

O'DWYER, Eliane Cantarino. *Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato*. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988.

PALMEIRA, Moacir. *A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato* (pp. 43-51). In: PAIVA, Vanilda (Org.). Igreja e Questão Agrária. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

_____. *Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana*. (p. 171 – 200) In: FERNANDES, Bernardo; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. Vol. I. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Unesp; Brasília: NEAD, 2009.

RIBEIRO, Carlos A. C. *Henrique Lage e a Companhia Nacional de Navegação Costeira: a história da empresa e sua inserção social (1891-1942)*. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

ROSA JR, Ailton Fernandes da. *A pedra e a vala: a luta pela terra em Cachoeiras de Macacu (1960 – 1964)*. Monografia de bacharelado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

_____. *Em águas turvas: homens livres pobres no Vale do Macacu oitocentista*. Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais

em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Luiz Rogério Oliveira da. *Luta pela terra em São José da Boa Morte: participação política e representação social no cotidiano dos lavradores (1960 - 1964).* Dissertação (Mestrado). Assis: Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, 1994.

TELÓ, Fabrício e BRAGA, Ricardo. *Conflitos e repressão no campo em Cachoeiras de Macacu*. In: MEDEIROS, Leonilde et al. Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *As peculiaridades dos ingleses* (pp. 75-179). In: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

WELCH, Clifford Andrew. *Os com-terra e os sem-terra de São Paulo: retratos de uma relação em transição (1946-1996).* (p. 139-170) In: FERNANDES, Bernardo; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. Vol. I. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Unesp; Brasília: NEAD, 2009.

A atuação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) nos Núcleos Coloniais da Baixada Fluminense

Fabricio Teló*

1. Introdução

O objetivo deste artigo é analisar a atuação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), por meio de sua Guarda Rural, nos núcleos localizados em Cachoeiras de Macacu e em Duque de Caxias, sobretudo durante o ano de 1966, quando a chefia dos guardas estava sob a responsabilidade do General Francisco Saraiva Martins. A questão que orienta o trabalho é como os militares exerciam poder sobre os lavradores e como foram capazes de impor um determinado ordenamento social nas áreas onde atuavam. As principais fontes utilizadas foram entrevistas com agricultores[1] e com funcionários do Ibra, reportagens de jornal[2], relatórios produzidos pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ) e documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI)[3].

A hipótese com a qual o artigo trabalha é que o poder exercido pelo Ibra sobre os lavradores combinava, por um lado, ações de violência, repressão e autoritarismo e, por outro, iniciativas de aproximação a fim de ganhar sua simpatia e evitar que os "agentes da subversão" conseguissem seu apoio. Idêntica postura adotaram as Forças Armadas com a forte repressão a tudo que representasse ameaça à ordem, acompanhada de as ações de assistência social que seguiam a perspectiva das Ações Cívico-Sociais (ACISO).

O artigo se estrutura da seguinte forma: iniciaremos com uma breve contextualização histórica acerca dos núcleos coloniais e da criação do Ibra. Em seguida discutiremos rapidamente as fontes utilizadas. Posteriormente, analisaremos como o poder do Ibra se exercia por meio de ações marcadas pela violência física. O item

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Bolsista TCT na pesquisa "Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988), entre março de 2014 e fevereiro de 2015.

[1] As entrevistas foram realizadas apenas com antigos moradores do Núcleo Papucaia. Por limitações de tempo não foi possível fazer trabalho de campo nos demais núcleos.

[2] Todas as reportagens consultadas encontram-se disponíveis on-line na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, no site: http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/

[3] Disponíveis no Arquivo Nacional na plataforma do Projeto Memórias Reveladas.

seguinte se concentra nas formas de resistência desenvolvidas pelos lavradores para permanecer na terra a despeito da violência. Na sequência, apontamos as formas não violentas de exercício do poder. Para finalizar proporemos uma reflexão sobre as implicações políticas dessa combinação de estratégias.

2. Contextualização histórica

De acordo com Grynspan (1987), a Baixada Fluminense no início do século XX, apresentava grandes extensões de terras – em sua maioria, públicas – abandonadas, incultas e em alguns trechos pantanosas. Com a tomada do poder por Getúlio Vargas em 1930, o governo federal intensificou as iniciativas no sentido de criar condições para que a região fosse melhor aproveitada e se criasse um cinturão verde no entorno da então capital federal (Rio de Janeiro) para garantir o abastecimento de alimentos para a população que nela vivia e para os núcleos urbanos da Baixada em intenso processo de industrialização e urbanização.

Dentre as principais obras estão as de saneamento e de drenagem de rios, para diminuir as áreas pantanosas e torná-las agricultáveis. Outra iniciativa importante foi a criação de núcleos coloniais nos quais foram assentadas famílias de lavradores nacionais e estrangeiros, com o objetivo de produzir alimentos. Dos sete núcleos criados, apenas um – o de Macaé – não era situado na Baixada. Tais núcleos foram um importante atrativo populacional, responsável pelo significativo crescimento da população nessa região. Inicialmente sob a responsabilidade da Divisão de Terras e Colonização, os núcleos passaram para a alçada do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic), criado em 1954, e posteriormente à Superintendência de Política de Reforma Agrária (Supra), criada em 1962, por João Goulart e que durou apenas dois anos.

Com os militares no poder, foi elaborado o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30/11/1964). Com ele, a antiga Supra foi extinta, sendo criados dois novos órgãos, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda).[4] Esta substituição foi realizada com o objetivo de sinalizar uma mudança nas diretrizes políticas que passariam a orientar a política agrária daquele momento em diante. Se, com a Supra, havia algum tipo de parceria entre

[4] Dentre as principais atribuições do Ibra estava a de promover elaboração e coordenar a execução do Plano Nacional de Reforma Agrária, a ser submetido à aprovação do Presidente da República. Ao Inda cabia a função de desenvolver atividades de incentivo ao desenvolvimento das áreas destinadas à reforma agrária.

governo e lideranças sindicais de esquerda, com o Ibra esse tipo de relação era praticamente impossível. Ao contrário, como veremos nos casos abordados nesse artigo, o Ibra atuava como um braço auxiliar do Exército na perseguição aos "comunistas"[5]. Em notícia publicada na edição de 12/04/1966, o jornal *Correio da Manhã* informa que o Ibra exigia, para a regularização dos camponeses nos núcleos coloniais, a "apresentação de atestado ideológico e título de eleitor" [6]. Não foi possível obter maiores informações a respeito desta exigência, mas trata-se de um indicativo da forma como os guardas do Ibra classificavam os lavradores e definiam se eles poderiam ou não ficar nos lotes em que estavam. Pela conjuntura não é difícil prever qual era o perfil ideológico que deveria ser apresentado[7]. Havia um entendimento entre os militares de que os camponeses eram ingênuos e, portanto, presa fácil dos comunistas, concepção que se evidencia nos documentos do Inquérito Policial Militar 709 referente ao PCB[8].

Uma das formas adotadas pelo Ibra para defender sua atuação era desqualificar os órgãos que o antecederam (o Inic e a Supra). Em uma nota pública distribuída em 05/12/1966, o Ibra afirma:

> A competência que tem o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária de distribuir terras e regularizar a situação dos concessionários se reveste, no momento atual, de uma imensa complexidade porque não se trata apenas de iniciar uma tarefa, mas também de corrigir um trabalho mal iniciado e posto em vigor há alguns anos pelo Inic e pela Supra que o antecederam (trecho citado em reportagem do jornal *Correio da Manhã* de 06/12/1966).

[5] A palavra foi colocada entre aspas para chamar a atenção para o fato de que nem todos que foram perseguidos eram do PCB de fato. Muitos dos presos e perseguidos eram do PTB, ao qual pertenciam tanto João Goulart quanto o prefeito de Cachoeiras de Macacu, Ubirajara Muniz, ou não pertenciam a nenhuma organização política, mas tinham colaborado com ocupações de terras. Muitos comunistas se abrigavam no PTB para disputar mandatos. Todos, porém, foram enquadrados na mesma categoria dos "comunistas" que, de acordo com a ideologia dos militares e dos setores da sociedade que apoiaram o golpe, deveriam ser banidos do país para evitar que o Brasil se transformasse em uma "nova Cuba". Embora não tenhamos acessado nenhuma referência documental a membros do PCdoB nesse período em Cachoeiras de Macacu, é possível que houvesse algum membro também desse partido no município. Araújo (1982) menciona a presença de militantes do partido na Baixada Fluminense entre 1962 e 1964, controlando cerca de oito conflitos fundiários, mas não dá maiores informações sobre o fato.

[6] Ibra vai despejar 5.000 camponeses no Estado do Rio. *Correio da Manhã*, 12/04/1966.

[7] Este tipo de atestado era exigido também aos dirigentes sindicais tanto urbanos como rurais desde as primeiras legislações sindicais. O decreto 19.770, de 19 de março de 1931, por exemplo, proibia a difusão de propagandas de "toda e qualquer ideologia sectária".

[8] IPM 709, O comunismo no Brasil: o inquérito policial militar nº 709. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966. Volume 01: Introdução; volume 02: A construção e a infiltração comunista; volume 03: Agitação, propaganda e movimentação de massas; volume 04; A ação violenta.

Paulo de Assis Ribeiro[9], presidente do Instituto, em coletiva de imprensa no dia 02/12/1966, afirmou que para fazer a reforma agrária seria necessário rigidez e dureza na interpretação das leis. Por isso ela devia ser feita por militares, qualificados por ele como "os únicos que têm coragem de aplicar a lei serenamente, nunca violentamente" e também os únicos que não admitem "dar um jeitinho"[10], o que evidencia como era forte na época a ideia de que os militares "reorganizariam" o país, colocado em um "caos" pelos governos do pré-64. Esse tipo de concepção foi central para a sustentação do golpe que deu início à ditadura.

Após a criação do Ibra, o governo de Castelo Branco tomou diversas iniciativas no sentido de regulamentar sua atuação: publicou três decretos e um decreto-lei[11] e promulgou a Lei nº 4.947, de 06/04/1966, que fixava normas de direito agrário e dispunha sobre o sistema de organização e funcionamento do Ibra. Em seu capítulo II, artigo 12, esta lei previa a criação de "Comissões Especiais de Verificação e Regularização", cujo objetivo, segundo o texto da lei, era garantir nos Núcleos Coloniais o cumprimento do Decreto-Lei nº 6.117, de 16/12/1943, especificamente seu artigo 32, que previa a exclusão do colono que deixasse de cultivar o lote por um período maior do que três meses, não cultivasse a área mínima estabelecida, desvalorizasse o lote ou não observasse qualquer dos dispositivos desse decreto-lei. Na prática essa lei foi utilizada para "colocar ordem na casa" no sentido de expulsar todos os lavradores envolvidos nas ocupações de terra e na construção dos sindicatos de trabalhadores rurais, em plena expansão naquele momento dos anos 1960.

A Baixada Fluminense tinha sido palco de diversas ocupações de terra e de intensos conflitos fundiários no período anterior ao golpe, alguns deles com resistência armada. Os que tiveram maior repercussão foram os da Fazenda São José da Boa Morte (vizinha ao núcleo de Papucaia), Fazenda São Lourenço (próxima ao Núcleo São Bento), Fazenda Santa Alice (área de litígio pertencente ao Núcleo Santa Alice, em

[9] De acordo com Esteves (2012, p. 223), Ribeiro foi um engenheiro, economista e professor, que se afirmava reconhecidamente como "um dos principais tecnoempresários que forjaram, na urdidura das lutas políticas da conjuntura histórica do pré-64, as diretrizes daquilo que seria adotado pelo primeiro governo militar como um plano de reforma agrária brasileiro. (...) Paulo de Assis Ribeiro foi um dos mais atuantes intelectuais orgânicos entre as décadas de 1940 e 1970 no Brasil. Ocupou, nesse período, inúmeros cargos de direção em organismo públicos e privados, destacando-se como um dos principais articuladores dos círculos tecnoempresariais que se opunham ao governo de João Goulart. Paulo de Assis Ribeiro fazia parte do IPES do Rio de Janeiro, onde ajudaria a formular um projeto de 'Reforma Agrária' que serviria de base para a elaboração do Estatuto da Terra". (IPES: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Foi um espaço importante de articulação para o golpe de 1964).

[10] Presidente do Ibra diz que antipatia não o fará recuar. *Jornal do Brasil*, 03/12/1966, p. 7.

[11] Decretos nº 55.889, de 31/03/1965; nº 59.428, de 27/10/1966 e nº 59.566, de 14/11/1966. O Decreto-Lei é o de nº 57, de 18/11/1966.

Itaguaí), Pedra Lisa (em Nova Iguaçu) e Capivari e Piranema (próximas ao Núcleo de Tinguá). Esses conflitos impunham preocupação aos proprietários de terra, pois várias dessas fazendas, como a São José da Boa Morte e a São Lourenço haviam sido desapropriadas pelo governo João Goulart. Antes disso, algumas áreas também foram objeto de desapropriação pelos governos estaduais. Era a própria noção inquestionável de propriedade que estava sendo ameaçada. Outro elemento que contribuía para o foco dos militares na Baixada era a busca por participantes dos Grupos dos Onze[12], já que, na região, era grande o número de grupos que havia se formado em atendimento à convocação feita por Brizola em seus programas de rádio.

O Ibra decidiu pela revogação de tais decretos, conforme indica reportagem de 12/04/1966, do *Correio da Manhã*:

> Cinco mil camponeses que ocupam metade das áreas desapropriadas pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária [aqui provavelmente trata-se de um erro do jornal, pois as áreas a que se referem foram desapropriadas não pelo Ibra, mas pela Supra, no governo Jango] e pelo Governo do Estado do Rio serão despejados de suas terras em virtude da revogação do decreto desapropriatório, por sugestão das comissões técnicas do Ibra que sugeriram a devolução aos seus antigos proprietários de 11 das 22[13] áreas entregues a lavradores. Alegando que 'o alto preço das terras e o baixo rendimento econômico das explorações existentes desaconselham o aproveitamento das glebas para fins agrícolas', os técnicos do Ibra sugerem o despejo, entre outros, dos camponeses que ocupam as fazendas Penha-Caixão (101 famílias), Piranema (189), Capivari (234), Mato Grosso (107), Engenho do Mato (23) e Largo, em São João da Barra (50), totalmente 704 famílias[14].

[12] Os Grupos dos Onze (ou Comandos Nacionalistas) foram uma iniciativa liderada pelo então deputado federal pela Guanabara, Leonel de Moura Brizola, no fim de 1963, a fim de pressionar o presidente João Goulart a implantar as Reformas de Base, principalmente a reforma agrária. Por meio da rádio Mayrink Veiga, Brizola mobilizava a sociedade a formar os grupos. Os estados onde houve maior adesão foram o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro. Tiveram vida curta pois, com a cassação de Brizola, após o golpe de 1964, o movimento se enfraqueceu drasticamente.

[13] É preciso relativizar a expressão "antigos proprietários" porque em geral essas áreas eram objeto de disputa de diversos atores. No caso da Fazenda São José da Boa Morte, por exemplo, havia sete pessoas que se reivindicavam proprietárias. Ao longo do regime militar as demais áreas foram aos poucos tendo seus decretos de desapropriação revogados. A Fazenda São José da Boa Morte teve a última de suas glebas devolvida em 1975.

[14] Ibra vai despejar 5.000 camponeses no Estado do Rio. *Correio da Manhã*, 12/04/1966.

Estas comissões de verificação – que tinham "poderes para aplicar as sanções previstas em lei"[15] – formavam o que ficou conhecido como Guarda Rural do Ibra. Inicialmente chefiada pelo general Francisco Saraiva Martins, mais conhecido como "general Saraiva", no Rio de Janeiro a Guarda foi formada por ex-soldados do 1º Batalhão de Polícia do Exército do Rio de Janeiro, escolhidos, segundo reportagem de 03/12/1966 do *Jornal do Brasil*, "a dedo" [16]. Em uma coletiva de imprensa, no dia 02/12/1966, na sede do Ibra, o presidente da instituição, Paulo de Assis Ribeiro assim se referiu aos guardas selecionados: "são mais disciplinados e não têm medo de enfrentar antipatias"[17].

Um ex-soldado dessa Guarda nos concedeu uma entrevista por *e-mail* e deu o seguinte relato sobre a constituição do grupo:

> [Um] representante do Ibra foi selecionar os candidatos diretamente no quartel da PE [Polícia do Exército], onde 95% dos soldados eram oriundos dos Estados do Paraná e Santa Catarina. Foram escolhidos somente aqueles de *comportamento exemplar, que estivessem saindo com menção honrosa.* Igual critério foi adotado na seleção de soldados que preferiram o emprego de segurança na Petrobras e na extinta Fábrica Nacional de Motores – FNM. *Treinamento e capacitação durante três meses foram ministrados por militares da Reserva do Exército e por funcionários do Ibra* (psicólogos, sociólogos, engenheiros etc). Entre os critérios para a admissão existiam algumas exigências, tais como: carteira de motorista profissional, saber operar com aparelho de rádio amador, saber nadar e andar a cavalo e, o mais importante, não ser casado. Um guarda, pelo menos, casou-se e foi demitido[18] (Ex-guarda rural, entrevista concedida a Fabricio Teló, por *e-mail*, 15/07/2015, grifos nossos).

Os trechos em itálico foram destacados para evidenciar que foi feita uma escolha criteriosa dos soldados que iriam compor a guarda a fim de que os serviços prestados seguissem uma determinada orientação, qual seja, a formação disciplinada e

[15] O artigo 12, no qual se encontra esse trecho, reporta ao Decreto nº 59.428, de 30/12/1966, porém o referido ato normativo não menciona nenhuma sanção além da rescisão contratual. Tem-se, portanto, uma lacuna a ser investigada para se identificar a quais sanções o artigo se referia.
[16] Presidente do Ibra diz que antipatia não o fará recuar. *Jornal do Brasil*, 03/12/1966, p. 7.
[17] Presidente do Ibra diz que antipatia não o fará recuar. *Jornal do Brasil*, 03/12/1966, p. 7. De acordo com o periódico, estes militares utilizavam um uniforme específico, de cor amarelada, semelhante ao da Polícia Militar, bem como um armamento diferenciado: pistolas calibre 45, rifles de longo alcance, facas, facões e machados. Em função disso, os lavradores se referiam à Guarda do Ibra como a "peste amarela", em referência à peste que havia assolado a região no século XIX, provocando a morte de muitas pessoas, e também em referência à cor do uniforme que utilizavam.
[18] Não chegamos a investigar o motivo pelo qual havia a exigência de o guarda não ser casado.

marcadamente anticomunista, típica das Forças Armadas brasileiras. Este espírito se fortaleceu com os movimentos tenentistas e com o Levante Comunista de 1935. Diversos mecanismos para conter o avanço das ideias comunistas entre os militares foram criados depois desses episódios, com destaque para o Regimento Disciplinar do Exército (1942). Iniciativas de glorificação dos anticomunistas mortos em combate também levavam à construção de uma imagem negativa dos revoltosos. Posteriormente, o contexto da Guerra Fria deu novo dinamismo à luta contra o comunismo, não apenas no interior das Forças Armadas, mas na sociedade em geral. Na formação dos militares, o comunismo era concebido como uma invasão, que deveria ser contida como em uma guerra. A diferença era que na guerra contra o comunismo, o inimigo é interno e, no caso de uma vitória do adversário, o derrotado não seriam apenas os militares, mas a sociedade como um todo (GUIMARÃES, 2014).

Eram militares com essa formação (especialmente aqueles que a tinham incorporado melhor, já que eram escolhidos os "mais disciplinados") que compunham a Guarda Rural do Ibra e atuavam nos núcleos coloniais. Sendo o objetivo de sua presença nesses locais justamente a aniquilação do "inimigo interno" (os comunistas), torna-se mais fácil entender por que sua atuação foi caracterizada por tamanha violência com os lavradores, como veremos no item seguinte.

3. Memória e violência: uma breve reflexão sobre as fontes

Como mencionado na introdução, este artigo se baseia fundamentalmente em três tipos diferentes de fontes: entrevistas, reportagens de jornal e documentos do SNI. Neste subitem, portanto, faremos uma breve discussão sobre as implicações do uso de cada uma delas. Começaremos com uma reflexão sobre a relação entre memória e violência no âmbito da história oral; depois sobre o uso da imprensa como fonte e, por fim, chamaremos atenção para a importância da relativização dos arquivos como fonte de pesquisa.

3.1 A história oral e as peculiaridades da memória

A reflexão a respeito do passado a partir das memórias das pessoas demanda certo cuidado em função das peculiaridades desse tipo de fonte. Halbwachs (1990) nos lembra que a memória é sempre coletiva. Passa por sucessivos processos de enquadramento, que têm a ver com a inserção social do indivíduo. Embora a memória seja individual, ela não pode ser pensada como algo estritamente do indivíduo, porque é

construída com as pessoas com as quais se convive e o conjunto de avaliações morais que essas pessoas produzem a respeito do mundo. Para o autor, o processo de construção do passado é mediado pela sociedade e não apenas pelas subjetividades.

Pollack (1989) nos lembra que a memória é seletiva, herdada e fruto de uma luta política. Ela está sempre em disputa. O autor propõe que, para além da memória oficial, reconhecida pela coletividade hegemônica, existem memórias subterrâneas (aquilo que é silenciado, o não-dizível), que fazem o papel subversivo de colocar em questão as memórias oficiais. Daí a constante agonística que marca os processos de construção e afirmação da memória. Um dos exemplos citados por Pollack para tratar dessas memórias latentes é o das mulheres que sofreram violações sexuais e que se sentem envergonhadas de externalizar essa experiência.

As memórias dos camponeses, que ora são trazidas neste trabalho, foram elaboradas no contexto de uma entrevista a dois desconhecidos que se apresentaram como estudantes que participavam de um projeto de pesquisa que buscava conhecer os episódios de violências sofridas pelos camponeses no período da ditadura. É importante que esse tipo de dado seja levado em consideração no momento da leitura dos trechos das entrevistas, pois a todo momento, as pessoas avaliam que tipo de informação pode ser passada dependendo da situação em que se encontram, das pessoas com quem estão interagindo, do contexto histórico-político do momento e assim por diante. Pollack (1989) destaca a dimensão da reflexividade no momento de falar: as pessoas ponderam a todo momento o que pode ser dito e o que não pode.

Bourdieu (1986) também nos chama atenção para a importância de não cairmos na tentação da "ilusão biográfica", ou seja, acreditar que as histórias de vida constituem um todo coeso, que pode ser apreendido como expressão unitária de uma intenção objetiva e subjetiva, quando na verdade, as histórias são descontínuas, formadas por elementos justapostos sem razão, aleatórios. O autor destaca que o relato de si varia tanto na forma como no conteúdo dependendo do mercado no qual ele é oferecido, ou seja, do público a que é destinado, daí a importância de sempre relativizar os discursos. Seguindo, nessa linha, a perspectiva de Portelli (1996), tomaremos as entrevistas não para elucidar fatos novos, mas para acessar diferentes interpretações sobre eles e intenções não realizadas naquele momento. Mais do que focar na veracidade das informações dadas pelos entrevistados, a ideia é focar no que está por trás delas.

As entrevistas realizadas para este trabalho foram realizadas em um contexto de Justiça de Transição, que prevê políticas de reparação às pessoas vítimas de violações

de direitos humanos durante o regime de exceção. Nesse sentido, a ideia de possibilidade de compensação financeira faz com que algumas pessoas reelaborem o passado e se disponham a falar sobre coisas sobre as quais nunca falaram. A implementação de Comissões da Verdade, que estimula pessoas a relatarem seus traumas, é outro elemento que configura um contexto favorável ao relato um pouco menos amedrontado das violências, já que um dos principais obstáculos para a produção desse tipo de relato em geral era – e ainda é, em boa medida – o medo de represálias por parte autoridades ligadas ao regime. Por esse motivo, boa parte dos entrevistados tiveram seus nomes preservados no intuito de serem evitados quaisquer problemas nesse sentido.

3.2 A imprensa escrita como fonte

Para que se possa tomar as reportagens de jornal como fonte documental, é necessário levar em conta suas especificidades. A principal delas é o fato de que cada veículo de informação possui uma linha ideológica que orienta o tipo de notícia que divulga, a forma como os fatos são descritos e o grau de importância dado aos diferentes acontecimentos. Chammas (2012) destacou a importância da análise da imprensa escrita como um espaço de disputa. De acordo com sua interpretação, durante o século XX, os órgãos de comunicação se firmaram como órgãos de poder. Champagne (1998) chama a atenção para o papel da imprensa no jogo político e menciona a existência de um campo político-jornalístico, no qual boa parte do que se concebe como realidade é definido a partir do que a mídia designa como tal, ou seja, a imprensa não é um simples adendo do jogo político, mas um componente de fundamental importância.

Os dois principais jornais utilizados como fonte foram o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*, dois dos mais proeminentes da época. Este último, tendo inicialmente contribuído para a deposição de João Goulart com os editoriais de apoio ao golpe de 1964, passou a adotar uma postura crítica em relação a algumas atitudes autoritárias dos militares, que começaram a persegui-lo. Isso causou seu enfraquecimento, de modo que em 1969 foi vendido e em 1974 encerrou suas atividades. Chammas (2012, p. 31) destaca a singularidade do referido veículo de comunicação: “um dos jornais mais identificados com o liberalismo conservador no pré-golpe se tornou, na ditadura, a referência na grande imprensa para setores da esquerda e parte daqueles que lutavam contra o regime”.

O *Jornal do Brasil* ficou marcado como o periódico que mais contribuiu para a modernização da imprensa no país e por ter produzido edições que procuravam burlar a censura e criticar os militares. Embora ambos os periódicos tenham similitudes em relação à defesa do liberalismo e à ortodoxia no campo econômico, a posição de cada um diante do Ato Institucional-1, de 09 de abril de 1964, foi um marco de diferenciação[19]. Enquanto o *Jornal do Brasil* apoiou, o *Correio da Manhã* levantou duras críticas. O que se percebe, em última instância, é uma postura marcadamente ambígua de ambos os jornais: se, por um lado, o *Correio da Manhã* criticou o AI-1, por outro continuou apoiando o governo militar. De forma parecida, o Jornal do Brasil declarava apoio ao regime e silenciava diante das cassações de mandato e das perseguições a trabalhadores e sindicalistas, mas eventualmente destacava a importância da defesa das garantias individuais, ameaçadas por atos de arbitrariedade da própria ordem revolucionária. Eles adotaram posição semelhante também em relação ao Estatuto da Terra ao defender a proposta de modernização da estrutura fundiária em contrariedade à União Democrática Nacional (UDN), partido político fundado em 1945, de cunho conservador (CHAMMAS, 2012).

As denúncias em relação às violências do Ibra, como veremos no decorrer do texto, inserem-se neste contexto de ambiguidade em que, ao mesmo tempo em que apoiavam os governos militares enquanto a melhor solução para colocar o país no rumo certo, denunciavam suas arbitrariedades.

3.3 Relativizando os arquivos

Os arquivos utilizados neste trabalho inserem-se no conceito de "documentos sensíveis", definidos por Thiesen (2014) como aqueles produzidos em regimes de exceção contendo segredos de Estado e/ou que expressam polêmicas e contradições envolvendo personagens da vida privada ou pública e de seus descendentes. São também chamados de "arquivos da repressão", caracterizados por Catela (2002) como aqueles que afetam agentes do Estado, as vítimas, seus familiares, organizações de direitos humanos e a comunidade como um todo. Rodrigues (2014) se refere aos documentos oficiais destacando que, embora tenham autoridade (devido ao fato de serem produzidos por agentes estatais e ao local onde se encontram arquivados), eles

[19] O AI-1 foi a primeira iniciativa no sentido de regulamentar a expansão de poderes do executivo, possibilitando a cassação arbitrária de mandatos parlamentares e suspendendo a votação direta nas eleições presidenciais. A íntegra do texto pode ser consultada em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm.

não são necessariamente portadores de “fatos verdadeiros”. Sua veracidade, segundo a autora, depende das circunstâncias de sua criação e preservação.

O que se percebe em comum nas três autoras é a importância de questionar os documentos, usá-los com cautela e relativizá-los. É necessário perguntar-se “quem produziu essas fontes, em que condições, com que objetivo, o que elas expressam, o que dizem e o que não dizem” (RODRIGUES, 2014). E não apenas sua produção é produto de disputas de poder, mas também seu armazenamento em instituições de memória. Catela (2002) destaca que nada do que é arquivado é neutro. Tudo carrega a marca das pessoas que os salvaram do esquecimento.

Os documentos utilizados neste trabalho, em sua maioria, foram disponibilizados no Arquivo Nacional graças ao trabalho das pessoas envolvidas no Projeto Memórias Reveladas, que reúne parcela significativa dos arquivos da ditadura. O acervo não possui a totalidade dos documentos em função de setores dentre os militares que resistem em abrir seus arquivos. A maior parte dos documentos que consultamos eram relatórios produzidos pelo SNI sobre pessoas que manifestavam qualquer contrariedade aos governos militares ou que tivessem um histórico de envolvimento com organizações e/ou lideranças de esquerda, seja pela via do comunismo, seja do trabalhismo, como foi o caso do Padre Antônio da Costa Carvalho, cuja contribuição será discutida no artigo.

Pensar as relações de poder entre os guardas rurais e camponeses a partir da história oral permitiu perceber a disputa que se trava em torno da construção da memória sobre o período do imediato pós-golpe. Defensores do regime buscam evidenciar elementos positivos, como o fato de os militares terem “colocado as coisas em ordem”, terem “trazido o desenvolvimento” e terem punido os “baderneiros”, enquanto entrevistados mais críticos a ele evidenciam as violências praticadas pelos soldados e a busca pelo controle exagerado da população.

4. Poder e violência: a Guarda Rural do Ibra

Embora Arendt (1994) considere que a violência é o oposto do poder, o uso da violência é um instrumento de imposição de vontade. A própria autora admite o uso da força para garantir o poder quando ele é ameaçado. Para ela, não é o uso da força que garante poder aos governos, mas “é o apoio do povo que confere poder às instituições de um país e este apoio não é mais do que a constituição do consentimento que trouxe as leis à existência” (ARENDT, 1994, p. 34). A necessidade de se impor pela força é, para Arendt, um sinal de enfraquecimento do poder. Para defender esta tese, Arendt

(1994, pp. 36-7) define inicialmente o que entende por *poder*: "habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto". O poder pertence sempre a um grupo, nunca a uma pessoa apenas. Outro conceito definido é o de *vigor*: "propriedade inerente a um objeto ou pessoa [que] pertence ao seu caráter, podendo provar-se a si mesmo na relação com outras coisas ou pessoas, mas sendo essencialmente diferente delas". É diferente do conceito de *força*, a "energia liberada por movimentos físicos ou sociais". Da mesma forma não se confunde com *autoridade*, a qual é definida pelo "reconhecimento inquestionável por aqueles a quem se pede que obedeçam; nem a coerção, nem a persuasão são necessárias". O inimigo da autoridade é o desprezo. Por fim, a *violência* distingue-se, segundo a autora, por seu caráter instrumental. Seus implementos objetivam multiplicar o *vigor*. Ao estabelecer essas diferenciações, a autora não está propondo que tais conceitos sejam analisados separadamente. Ela reconhece que frequentemente o *poder* aparece sob a forma de *autoridade.*

A partir disso, o poder de governo passa a ser visto apenas como uma forma de poder dentre outras. "Onde os comandos não são mais obedecidos, os meios de violência são inúteis e a questão dessa obediência não é decidida pela relação de mando e obediência, mas pela opinião e, por certo, pelo número daqueles que a compartilham" (ARENDT, 1994, p. 39). Nesse sentido, não é possível existir qualquer governo baseado exclusivamente na violência. Mesmo o totalitarismo precisa de alguma base de poder (a polícia secreta e sua rede de informações, por exemplo). Todavia, Arendt admite que, nas situações em que fosse necessário lidar com criminosos e rebeldes que se recusam a seguir o consenso da maioria, a violência aparece como o último recurso do poder. Dito em outras palavras, a violência é apenas instrumento de garantia do poder quando ele é ameaçado por quem insiste em subverter o "consentimento". Embora Arendt dê pouca atenção ao fato de que esse consenso é resultado de disputas de poder entre grupos políticos marcados por imensas assimetrias de poder, sua interpretação nos ajuda a pensar o contexto da atuação da Guarda do Ibra: os lavradores que participaram de ocupações de terra poderiam ser classificados como desviantes da ordem porque violaram o consenso da propriedade privada garantido por lei.

Visão distinta foi desenvolvida por Thomas Hobbes, no século XVII, com seu clássico *Leviatã* (1651/2014). Para ele, a fim de superar o estado natural e garantir um contexto de paz e de ordem, fruto do contrato social, o Estado teria a função de fazer seus súditos sentirem medo de infligirem as regras e de agirem com violência. Para isso, os súditos deveriam ser totalmente submissos ao soberano. Gallegos (2011), ao

interpretar Hobbes, destaca que a consequência desta concepção teórica é que o Estado, em nome da manutenção da paz, acaba por se tornar ele o único detentor da força. Se no estado natural a violência era praticada de maneira irrestrita e difusa, com o contrato social, ela se concentra no Estado e se aplica de modo mais ordenado e com motivos mais ou menos padronizados. Passa-se da violência de muitos para a violência de apenas um, que concentra a força de todos e os representa. O Estado maximiza, portanto, a violência e, quando a ativa, pode ser até mais cruel e impiedosa que a violência do estado natural.

Walter Benjamin (1921/2013) é outro filósofo que destaca a dimensão violenta do Estado ao argumentar em favor da ideia de que o direito se sustenta pela violência. Ele critica o direito natural, por exemplo, por tomar a violência como um meio para atingir um fim justo, de modo que a distinção entre violência legítima e ilegítima é definida com base nos fins para os quais ela é aplicada. O equívoco apontado por Benjamin é o fato de que o direito natural deixa de se perguntar se, mesmo para fins justos, a violência é um princípio ético.

Ainda segundo o autor, o direito positivo, por seu turno, se preocupa em avaliar se os meios são justos ou não e classifica os fins por meio da avaliação dos meios. Se o meio é justo, o fim também é. Ambas as perspectivas, no entanto, concordam com o seguinte: “fins justos podem ser alcançados por meios justificados. Meios justificados podem ser aplicados para fins justos” (BENJAMIN, 2013, p. 124). De acordo com Benjamin, a monopolização da violência pelo direito visa a garantir o próprio direito. Do contrário, este estaria ameaçado. O militarismo, nesse sentido, é interpretado pelo autor como a imposição do emprego universal da violência para fins do Estado.

O autor que ficou mais conhecido pela definição do Estado como detentor do monopólio do uso legítimo da violência foi Max Weber em seu famoso discurso proferido em 1918 na Universidade de Munique, na Alemanha (WEBER, 1982). Segundo ele, o Estado Moderno não pode ser sociologicamente definido a partir de seus fins, mas de seus meios, ou seja, pelo uso da força física. Ele o define, portanto, como uma comunidade humana que se pretende detentora do monopólio legítimo da violência dentro de um determinado território. Esse pressuposto foi uma justificativa que fundamentou a ação da Guarda Rural do Ibra e fez com que muitos camponeses não se propusessem a enfrentar os guardas porque sabiam que seriam derrotados e porque reconheciam que um possível uso da violência contra o Estado seria considerada ilegítima.

Bourdieu (2014), por sua vez, analisa essa situação a partir do conceito de capital simbólico. Para ele, o fato de o Estado ser o maior detentor dos diferentes tipos de capital (econômico, cultural, bélico...) faz com que ele seja o detentor por excelência do capital simbólico, já que cada tipo de capital traz como complemento o capital simbólico, ou seja, o reconhecimento por parte de quem não é detentor deste capital, de modo que não é preciso que o Estado utilize sempre da violência para ser obedecido. O fato de ele ser o maior detentor do capital necessário para exercê-la muitas vezes já era suficiente para que seu poder fosse reconhecido. Nos itens abaixo, subsidiados por estas reflexões teóricas, procuraremos observar, em diferentes situações, como se dava o exercício do poder pelo Ibra (órgão do Estado Brasileiro) por meio de sua Guarda Rural, com foco no uso da prerrogativa do monopólio da força.

4.1 Núcleo Papucaia

Os dois principais focos de atuação da Guarda do Ibra eram impedir a comercialização de lenha[20] e verificar a regularidade da ocupação dos lotes dos núcleos coloniais. Um dos critérios utilizados pelos funcionários do Ibra para considerar regulares ou não os lotes era fazer vistorias e observar os que estavam sendo trabalhados. Bruno (2012) destaca um depoimento de Ângela Neves, servidora do órgão, que buscava, nas brechas da lei, encontrar formas de furar a rigidez dos critérios definidos pelo Ibra e, por isso, pertencia ao grupo dos "guardiões da reforma agrária":

> O que se dizia? Não era possível fazer reforma agrária, porque era muito caro. O país não tinha dinheiro – este era o grande argumento. Então precisávamos desmistificar isso. Como? Era necessário fazer uma experiência. Devíamos provar por A mais B que a coisa poderia dar certo. (...) selecionamos mil famílias, foi a primeira experiência para tentar abrir aquelas normas do Paulo de Assis Ribeiro, que eram fechadíssimas. No começo ninguém preenchia os requisitos e tínhamos que dar um jeito de abrir aquilo para o máximo de gente poder entrar, mas de uma forma que não parecesse que estávamos abrindo (Ângela Neves, entrevista a Abdias Vilar de Carvalho, Regina Bruno e Antônio Pompeu Braga, Niterói, 11/08/2005, *apud* BRUNO, 2012, p. 88).

[20] O Ibra tinha uma preocupação no sentido de diminuir o desmatamento, tendo em vista que era recorrente o corte de árvores pelos lavradores para a venda de lenha para a fabricação e comercialização de carvão, uma das principais fontes de renda de uma parte deles. Tal preocupação tem relação com a promulgação do Código Florestal (Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965), que estabelecia punições a quem cortasse árvores em áreas de reserva legal e de preservação permanente para fins de comercialização.

Nesse momento, conforme relatos de antigos moradores de Papucaia, uma parte muito significativa desses que não "preenchiam os requisitos" foram expulsos. De acordo com um entrevistado, se o agricultor estivesse em casa no momento da vistoria, seria considerado um posseiro regular. Se, por acaso, não estivesse, perderia o lote. Veja-se o seguinte trecho de uma entrevista com um senhor que viveu toda sua vida na localidade de Marubaí, no núcleo de Papucaia:

> Você estava no lote, aí eu chegava "estou precisando trabalhar e tal", "ah, vai trabalhando aí, rapaz, tem lenha para cortar, carvão para fazer", isso e aquilo. Aí eu com você, era o que estava lá, e eu era o que chegou para trabalhar, para te ajudar. Se por acaso você saísse e fosse fazer uma viagem ou fazer umas compras lá para baixo [em Niterói] ou qualquer coisa, e o Ibra chegasse, o lote ficava no meu nome. Está entendendo? Aconteceu muito disso aí, que quem estava na hora trabalhando no lote era quem ele botava. Não adiantava você falar. Não. "Seu documento?" Aconteceu aqui mesmo uma porção de vezes. (...). Perdeu. Entendeu, né? Se ele tivesse... o Ibra fez coisa aí de outro mundo. É aquele negócio, a pessoa tem a faca e o queijo na mão, eles faziam o que queriam, não tinha ninguém para dizer não. Então... (Aposentado de 73 anos, entrevista concedida a Fabricio Teló e Ricardo Braga em 08/11/2014, Marubaí, Cachoeiras de Macacu/RJ).

Segundo reportagem do *Tribuna da Imprensa*, de 10/10/1966, intitulada "Ibra faz reforma agrária no RJ impondo terror", os guardas da instituição cometiam "violências contra os lavradores, ameaçando-os de expulsão das terras, chegando algumas vezes a consumar a ameaça, após o que incend[iavam] as choupanas deixando famílias ao desabrigo"[21].

O jornal *Correio da Manhã* também publicou uma série de notícias denunciando as violências do Ibra. A primeira delas, de 11/10/1966, destaca os despejos efetuados na localidade Quizanga, nas proximidades do Núcleo Papucaia, em Cachoeiras de Macacu, chegando a estimar em cerca de 2.500 o número de pessoas despejadas. Tais despejos foram efetuados para dar lugar ao Conjunto Rural Guapiaçu, cujo objetivo era assentar famílias selecionadas para a reforma agrária, boa parte delas vindas da área do Imbé, em Campos dos Goytacazes e das regiões de conflitos em Duque de Caxias. O periódico relatou a situação do lavrador Orizimbo Nunes Faria, pai de nove filhos e morador da Quizanga, que contou o seguinte:

[21] Ibra faz reforma agrária no RJ impondo terror. *Tribuna da Imprensa*, 10/10/1966, p. 7.

> Em julho desse ano (1966) estava tratando do meu roçado, quando quatro homens, dois deles fardados, apareceram e perguntaram se eu morava ali. Diante da confirmação, disseram que a plantação estava embargada a partir daquele dia e que eu começasse a procurar outro local para morar, porque o Governo não me queria mais lá (Orizimbo Nunes Faria, em entrevista ao *Correio da Manhã*, outubro de 1966)[22].

Nem sempre, portanto, os guardas precisavam incendiar as casas para os lavradores saírem. Muitas vezes, elas eram incendiadas apenas como uma forma de garantir que eles não voltassem, ou pelo menos, dificultar seu retorno. Mas a ordem de abandonar a área era obedecida frequentemente sem a necessidade de uso da força, ou seja, as famílias não esperavam os guardas colocarem fogo nas suas casas, com todos os seus pertences. Em geral, procuravam sair antes disso para evitar prejuízos maiores. Afinal, como aponta Bourdieu (1996; 2014), não é sempre necessário que o Estado acione seu capital bélico para exercer seu poder. Na maioria das vezes, apenas o capital simbólico associado ao bélico já é suficiente para se fazer obedecer, porque as relações de poder são fundamentalmente cognitivas.

No caso de Papucaia, no entanto, houve situações em que o poder simbólico não foi suficiente. Embora Bourdieu aponte para a necessidade de superar a visão fisicalista do mundo social – que concebe as relações sociais como relações de força física – e diga que as relações de força mais brutais são as relações simbólicas, porque os atos de submissão seriam atos cognitivos, não se pode deixar de considerar as situações em que o fator determinante do exercício do poder foi o uso efetivo da violência tal como teorizou Weber (1982). Veja-se, por exemplo, um depoimento de um antigo morador:

> Aí foi naquela época de 1964, aquela revolução, que até hoje eu não entendo o que é isso. Diz que era comunismo, não entendo, só sei que o negócio era feio. Aí entrou o Exército, entrou aqui fazendo uma zoeira danada. Aí passou os tempos, eles fizeram, tiraram o pessoal da área, daqui, foi para outra área, para desocupar a terra aqui. (...) Mas foi muito difícil mesmo, porque aqui na época o pessoal já tinha os lotes medidos, era entregue pelo Ministério da Agricultura. O Exército[23] entrou, tirou todo mundo. (...) O Exército botava fogo, casa com tudo, casa era de sapé, eles chegavam com o cara dentro, riscavam fósforo e

[22] Ibra deixa 2500 sem terra. *Correio da Manhã*, 11/10/1966.

[23] Aqui presume-se que o entrevistado refere-se aos soldados da Guarda Rural do Ibra. Era fácil confundir-se com o Exército, já que os agentes eram antigos soldados da Polícia do Exército e andavam uniformizados.

> queimavam, botavam fogo. (...) Eles disseram que tinha um negócio de comunismo no meio, não sei (Agricultor de 80 anos, entrevista concedida a Fabricio Teló e Ricardo Braga em 08/11/2014, Gleba Nova Ribeira, Cachoeiras de Macacu/RJ).

Dentre as diversas ações de violência relatadas, destaca-se a ocorrida com um vizinho:

> Ele tinha uma moagem de cana, engenho de madeira, rodando com cavalo, fazia muita rapadura, muito melado. Nessa época existia o carvão também, né, (…) tinha que derrubar a mata, fazia o carvão, vendia o carvão e plantava no lugar. Era difícil aquele que não plantasse. Aí ele tinha comprado de um vizinho um hectare de terra. Tinha cortado a madeira toda para depois fazer carvão. Era meio de vida. Exército chegou na casa dele (...) [e disse:], "o senhor pode fazer sua rapadura, pode fazer seu melado, criar seu porco. O senhor faz o seguinte: o senhor junta a lenha todinha que nós mandamos o carro vir puxar e botar para o senhor aqui". Aí ele foi para lá, juntou aquela lenha toda, fez 20, 30, um monte de lenha.... Sabe o que o Exército fez? Veio com carro de gasolina, 200 litros, jogando 20 litros num, 20 no outro, meteu fogo e queimou tudo. Em vez de levar para o cara, fez amontoar para ele queimar. O cara desgostou tanto que foi embora, abandonou o sítio com tudo. Foi embora e perdeu, não recebeu indenização, não recebeu nada. Foi embora para o Rio e morreu desgostoso. Tenho certeza de que morreu desgostoso (Agricultor de 80 anos, entrevista concedida a Fabricio Teló e Ricardo Braga em 08/11/2014, Gleba Nova Ribeira, Cachoeiras de Macacu/RJ).

Uma reportagem do *Jornal do Brasil* de 07/12/1966 informa que situação semelhante ocorreu com o lavrador Agripino Ferreira Lima. O alto valor da lenha perdida teria provocado transtornos mentais ao colono[24]. Outros antigos moradores de Marubaí, em uma entrevista conjunta a Fabricio Teló e Alberto Santos em 18/09/2015, afirmaram:

> Entrevistado 1: Primeiro o Exército [Guarda Rural do Ibra] entrou lá botando fogo nas lenhas todas. (...) A gente fazia a lenha, cortava tudo do tamanho de um metro e empilhava tudo até um metro de altura. E aí ficava aquela fileira de 20 ou 30 metros de comprimento. Eles chegavam, colocavam querosene e tacavam fogo. Em qualquer lugar que eles chegavam, eles tacavam fogo. A pessoa falava "Vou parar, não vou fazer mais isso". Aí ficava tudo bem, mas já imaginou? O cara cortava, com machado, cinco metros cúbicos de linha por dia, dava um

[24] Lavradores de Papucaia dizem que situação é de calamidade. *Jornal do Brasil*, 07/12/1966, p. 7

> duro danado, quase morria de tanto trabalhar. E os caras chegam tacando fogo na lenha do cara. É covardia, não é?
>
> Entrevistado 2: Não era só lenha, não. Carvão também. Tinha caminhão de carvão. Queimavam tudo. Ali perto do morro do Tião, botaram fogo em muita roça. Tinha uma lavoura de abacaxi. A lenha estava na estância na beira da estrada. Meteram fogo em tudo.

Outro lavrador de Papucaia, atualmente residente na localidade de Anil, também em Cachoeiras de Macacu, contou em entrevista não gravada a Fabricio Teló e Ricardo Braga em 07/11/2014, que teve parte de sua lavoura queimada em função do fato de que os guardas do Ibra puseram fogo em um forno utilizado para fabricar carvão. Como o forno estava próximo à lavoura, perdeu parte significativa de sua produção.

Outro antigo morador de Papucaia, entrevistado por Alberto Santos, Fabricio Teló e Ricardo Braga no dia 09/01/2016, perguntado se lembrava do Tenente Amauri, respondeu de imediato: “Ah, lembro. Jogou muita lenha no Rio Macacu. Botava fogo também em lenha. Não sei se isso estava certo ou não". Respostas como estas mostram que a imagem que ficou guardada na memória dos moradores a respeito deste tenente, que era uma espécie de coordenador local da guarda, era de uma pessoa que queimava a lenha dos lavradores como uma forma de punição pela não preservação das florestas. Este mesmo entrevistado contou uma história semelhante à que aconteceu com Agripino. Tratava-se de um cliente seu que encomendou uma carroça e pediu autorização para os guardas do Ibra para poder cortar lenha e vender para poder pagar a carroça. Os guardas autorizaram e depois de feita a lenha, o Tenente Amauri jogou um galão de querosene e pôs fogo.

Perguntado sobre a prática de incendiar lenha e/ou benfeitorias, o referido ex-guarda, na entrevista por *e-mail*, afirmou, no entanto, que essa “nunca foi uma prática adotada pela Guarda Rural” (Ex-guarda rural, entrevista concedida a Fabricio Teló, por *e-mail*, 15/07/2015).

Outro entrevistado, antigo tratorista do Ibra em Papucaia, embora defensor do legado dos militares, admitiu também destruições de benfeitorias: “Se o muro da casa estava fora do lugar certo, o muro era derrubado mesmo. [A Guarda Rural] não queria nem saber” (antigo tratorista do Ibra, entrevista a Fabricio Teló e Ricardo Braga em 29/07/2015). Esta expressão, “não querer nem saber”, ao mesmo tempo que indica a rigidez e a disciplina dos militares na observância das determinações superiores

(estabelecer a "ordem"), ilustra um pouco da truculência na forma de atuação dos soldados junto aos lavradores.

Júlio Ramirez, agrônomo que exerceu função de coordenador do setor de crédito aos assentados de Papucaia a partir do ano de 1967, em entrevista concedida a Fabricio Teló em 29/04/2015, em Brasília, relatou que a maior parte das violências cometidas pelos soldados da Guarda Rural ocorreu em 1966, antes de sua chegada. Segundo ele, no ano de 1967 houve uma mudança na chefia do grupo, de modo que os principais ícones das atrocidades do Ibra, que eram militares, foram substituídos por civis: o general Saraiva, então delegado do Ibra, foi substituído por Falconete Fialho, agrônomo, e no lugar do tenente Amauri do Prado Guterres, então administrador do Núcleo Papucaia, entrou o técnico agrícola Pedro Basílio, ambos de linha mais moderada. De acordo com o entrevistado, os guardas foram proibidos de andarem armados e obrigados a diminuir a intensidade das violências praticadas contra os lavradores.

Os guardas que permaneceram, no entanto, contaram-lhe, em conversas informais que, de fato, incendiaram muitas casas e passaram por cima de outras com trator. Referindo-se a um deles, disse Ramirez: "Ele brincava conosco, contava as coisas. E a gente procurava saber – 'E você, quantos matou?' – 'Eu não matei. Eu queimei casa, passei em cima de casa, ameacei com trator, mas nunca matei.' – E brincava conosco".

Ramirez destaca ainda o clima de medo que os guardas criavam, reforçado por histórias que eles contavam, como a seguinte: "[Um guarda contava] que esse Amauri, uma vez, tinha fechado uma família inteira dentro de uma casa, cheia de cobras venenosas, para eles denunciarem quem eram os comunistas. Não sei se é verdade. Nunca comprovamos isso. Mas ele contava histórias desse tipo". Não tivemos acesso a documentos que comprovem esse tipo de situação, mas o fato de essa história ter sido contada por um guarda já é um dado importante que nos permite ter uma noção do significado da presença de uma instituição dessas no cotidiano dos lavradores de Papucaia e da forma como isso interferia na subjetividade dessas pessoas. Isso poderia ser interpretado como uma forma de reforçar o poder simbólico da Guarda (representante do Estado) por meio da publicização e da reafirmação da ideia de que os guardas detinham o monopólio da violência e, por isso, deviam ser obedecidos:

> Se o Estado pode exercer uma violência simbólica, é porque ele se encarna tanto na objetividade, sob a forma de estruturas e de mecanismos específicos, quanto na "subjetividade", ou se

> quisermos, nas mentes, sob a forma de estruturas mentais, de esquemas de percepção e de pensamento (BOURDIEU, 1996, pp. 97-8).

Outro elemento destacado pelo entrevistado foi a função de informante assumida pelos guardas. Segundo ele, havia uma paranoia em relação aos Grupos dos Onze, de modo que toda e qualquer atividade dos técnicos agrícolas do Ibra que tivessem algum grau de suspeita de proximidade com a esquerda ou com esses grupos deveria ser vigiada: reuniões com os lavradores, visitas aos lotes, tudo precisava ser controlado pelos guardas para depois ser informado ao SNI. Participavam das reuniões com a justificativa de que estavam garantindo a segurança dos participantes, mas o objetivo era o controle do conteúdo das falas. Embora não tenhamos acessado nenhum documento oficial que comprove essa prática, segundo Ramirez:

> a Guarda Rural tinha essas funções... Ela era informante do que acontecia no projeto e do que os próprios técnicos do Ibra que iam visitar [faziam]; quantas pessoas que iam para lá (...). Porque o rádio [utilizado como uma espécie de telefone] ficava do lado da administração. Por isso eles estavam sempre... eram cinco guardas: dois sempre ficavam no escritório; um no rádio e um guardando a administração (...), e três sempre estavam em campo, rondando de jipe. Nós tínhamos um colega, também agrônomo, responsável pela garagem [das instalações do Ibra] de Papucaia. Cuidava dos tratores, dos veículos, do combustível, da oficina mecânica – havia uma oficina mecânica muito grande, lá – e esse colega nosso, havia servido ao Exército. Então, tinha essa linha militar. Ele se dizia que era do SNI. Mas a gente não acreditava. Porque quem é do SNI, não vai se identificar – "Eu sou do Exército!" – mas, de qualquer forma, alguma coisa ele tinha. Porque ele dava privilégios à Guarda Rural (Júlio Ramirez, entrevista concedida a Fabricio Teló em Brasília, em 29/04/2015).

Os guardas rurais faziam parte, portanto, da grande rede de informantes que alimentava a Comunidade de Informações do SNI com dados sobre "subversivos". Uma das estratégias utilizadas era namorar meninas das localidades e pedir a elas para acompanhar as missas e relatarem tudo o que os padres falassem. Segundo Ramirez, os mais visados eram o padre Antônio da Costa Carvalho (sobre o qual falaremos mais adiante) e o "padre de Japuíba" (no caso, até 1969, o vigário dessa paróquia era Gerson da Conceição[25] e, depois, o holandês Joaquim Van Leewen, ambos do clero

[25] O Padre Gerson participou de uma tentativa de formação de um grupo de guerrilha rural na localidade de Nova Ribeira, entre 1968 e 1969. Os guardas rurais procuravam manter-se a par desse processo. Não

progressista). Embora o período de repressão mais intensa tenha sido entre o final de 1966 e início de 1967, a atuação dos guardas permaneceu no sentido de controlar as atividades de lideranças que poderiam representar ameaças ao trabalho do Ibra e/ou do governo militar.

Isto poderia ser lido como um exemplo da ideia de panoptismo desenvolvida por Foucault (2003), ao tratar dos diferentes paradigmas jurídicos desenvolvidos ao longo do tempo para tratar dos desvios à ordem. De acordo com o autor, a partir do século XIX, as punições deixaram de se basear nos crimes cometidos a partir de uma lei específica, ou seja, no que o indivíduo havia feito, e passaram a se basear no que o indivíduo poderia vir a fazer, de modo que a grande noção da criminologia do século XIX foi a de periculosidade: o foco era corrigir as virtualidades dos indivíduos. Daí o surgimento do panoptismo, a necessidade de vigilância para produzir sobre os vigiados um saber a partir do qual seria possível exercer um poder de controle sobre eles.

4.2 Capivari

A Guarda do Ibra também atuou em Capivari, Duque de Caxias, embora a área não pertencesse a nenhum dos núcleos coloniais instalados nos governos de Getúlio Vargas. É que o decreto nº 59.456, de 04/11/1966, que dispunha sobre os planos nacional e regionais de reforma agrária propostos pelo Ibra, previa para a localidade a criação de um núcleo, que foi classificado como urbano, mas incorporado na linguagem em geral como núcleo tal como os demais. A justificativa para sua criação foi a "colocação dos excedentes das áreas invadidas que não mais atuavam em atividades agrícolas".

Ali também a Guarda Rural queimou e derrubou casas de lavradores. A área havia sido palco de intenso conflito de terra entre posseiros e a companhia Enco, que alegava ser a proprietária e conseguiu na Justiça mandado de despejo contra os lavradores. Conforme Grynszpan (1987), o primeiro despejo em Capivari ocorreu ainda em 1952, quando cerca de 130 famílias foram expulsas de suas terras pelo grileiro Orlando José Ferreira Filho, com a ajuda da polícia. Em 1953, um grupo de camponeses

---

acessamos nenhum documento que nos demonstrasse que a Guarda Rural soubesse, de fato, da existência dessa iniciativa, porém eles tinham desconfiança. Além disso, o religioso, assim como o padre Carvalho (como veremos no item 3.2), havia se posicionado contra a expulsão dos lavradores pelo Ibra, sobretudo em função de sua proximidade com os moradores da Gleba Nova Ribeira, e estimulou os lavradores a permanecerem na terra: "Não vamos, não. Nós já estamos aqui dentro e vamos ficar aqui. – E aí, eu já comecei a ficar manjado" (Gerson da Conceição, entrevista concedida a Fabricio Teló e Leonilde Medeiros no Rio de Janeiro, em 06/05/2015). Isso tudo colaborava para que a Guarda Rural mantivesse uma constante e intensa vigilância sobre as ações do padre Gerson. Ver mais em Braga e Teló (2015).

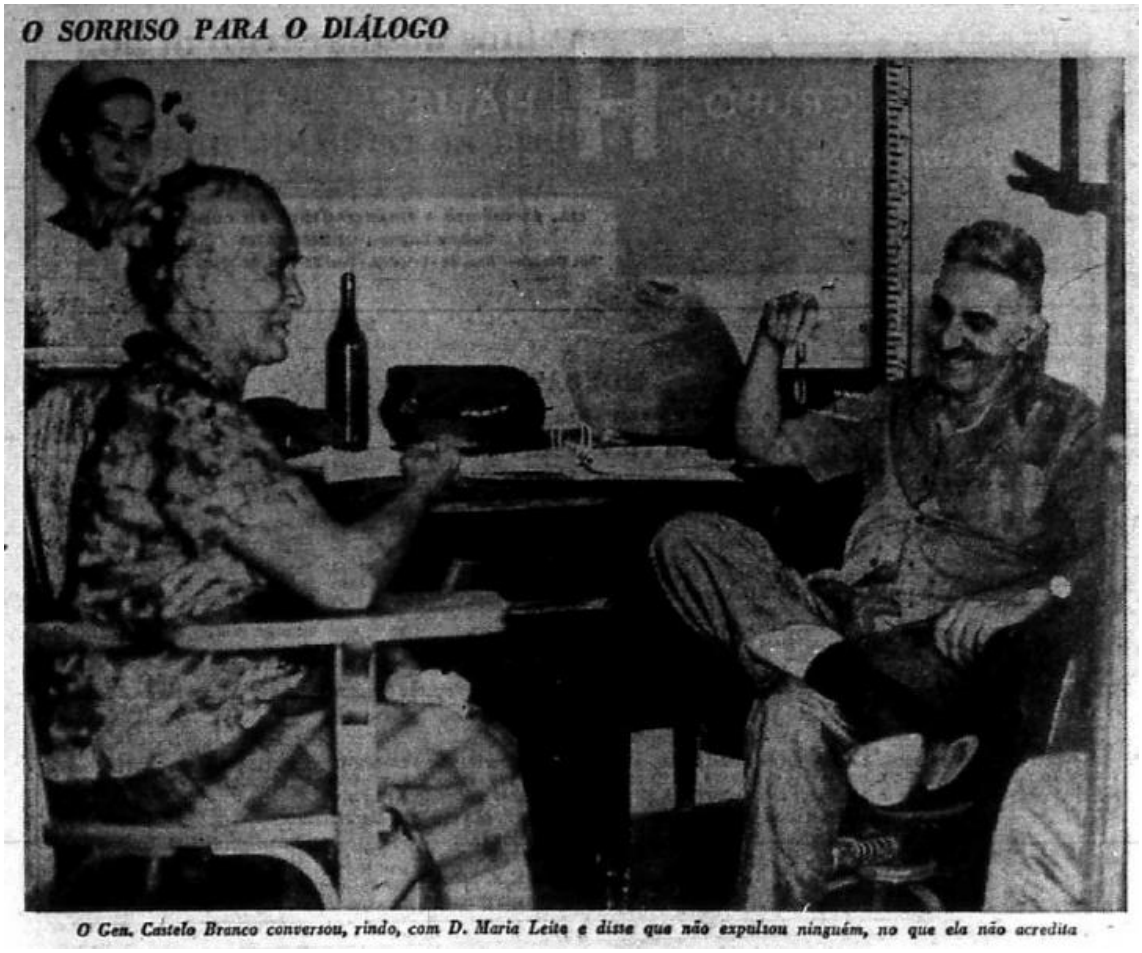
de Capivari e São Lourenço dirigiu-se ao Palácio do Catete para solicitar providências ao Presidente Getúlio Vargas, uma vez que estavam sendo ameaçados de despejo.

De acordo com as memórias de José Pureza da Silva, liderança importante da região, novo despejo ocorreu em 1955, tendo as famílias sido encaminhadas pelo governador do estado, Miguel Couto, para Casimiro de Abreu (SILVA, 1982). Em novembro de 1961, um grupo de cerca de 200 pessoas voltou a ocupar a área. Em 1962, a situação voltou a ficar tensa, com um novo despejo. Depois disso, o governador Carvalho Janotti tentou desapropriar a área, mas não chegou a efetivar a ação. Em 1963, uma nova ocupação, com cerca de duas mil pessoas, levou o governo federal de João Goulart a assinar um novo decreto de desapropriação da área, junto de Piranema, Penha-Caixão e Mato Grosso, todas localidades situados nas proximidades da Fábrica Nacional de Motores, também palco de intensos conflitos fundiários. Com a criação do Ibra, como vimos, esses decretos de desapropriação foram revogados no intuito de fazer as terras voltarem à posse dos antigos proprietários.

De acordo com reportagem de 02/12/1966 do *Jornal do Brasil*, os moradores da localidade estavam ficando desesperados com a notícia trazida pelos guardas rurais de que as 300 famílias ali residentes seriam transferidas para o Núcleo de Papucaia. O registro do periódico destaca a história da lavradora Maria Pereira Leite, de 63 anos, que já havia presenciado a derrubada de mais seis barracos vizinhos ao seu e dirigiu-se à sede do Ibra para conversar com o administrador local do instituto, o general Airton Castelo Branco, para pedir-lhe proteção para sua família e sua lavoura. Segundo a reportagem, tudo o que a senhora ouviu do militar foi que o Ibra iria resolver tudo. A reportagem transcreveu parte da conversa entre Dona Maria e o General:

> – Quero ficar na minha casa com o meu netinho, General. O terreno, em que construí o meu barraco e plantei minha lavoura, é meu e do meu genro. Tenho até os papéis aqui para comprovar. Agora dizem que eu não tenho direito à terra e que os recibos não valem nada. Dizem que vão derrubar meu barraco e que terei que abandonar minha lavoura. Isso é verdade, General?
> – Talvez – respondeu o General Airton Castelo Branco – O terreno tinha dono e ao proprietário cabe o que é seu. Há tempos os invasores tomavam conta do local e vendiam a vocês. O Ibra vai resolver tudo. Eu só estou aqui para fazer o levantamento das glebas de Capivari e fazer o seu loteamento.
> – Mas, General, eu não invadi. Eu trabalhei muito a minha terra e agora vou ser expulsa? Pobre não tem vez mesmo?

A foto abaixo ilustra o momento da conversa entre os dois.



Fonte: *Jornal do Brasil*, edição de 02/12/1966, p. 11.

O jornal *Correio da Manhã*, em notícia de 16/12/1966, também noticiou o fato de que cerca de 300 famílias estavam vivendo a tensão de serem ameaçadas de expulsão. Em um trecho intitulado "Terrorismo", a reportagem relatou brevemente os casos de diversos lavradores:

> O lavrador Otávio Félix dos Santos foi proibido de cultivar suas terras e de fazer qualquer benfeitoria nos seus lotes, por ordem do general Ubirajara Brandão. O lavrador disse que, dias antes, guardas rurais, por ordens do general, incendiaram uma casa de moagem de farinha de sua propriedade.
> A senhora Maria Cecília da Conceição, que mora há sete anos no local, disse que o general vai sempre à sua casa insultá-la: 'Certa vez, o general, acompanhado de dois guardas-rurais, obrigou-me a subir num limoeiro e apanhar limões para ele: o calor era muito e o general queria tomar uma limonada'.
> O lavrador Pedro dos Santos, apavorado com as ameaças do General Ubirajara Brandão, vai retirar-se do Núcleo Colonial Capivari nos próximos dias.

> Já o lavrador Sirico José de Paula, que se diz proprietário da área que ocupa, pagando os impostos exigidos pela lei, disse que não teme as violências dos generais do Ibra, anunciando que recorrerá à Justiça, se for expulso de suas terras.
> Os lavradores Altino José da Costa e Juracy Alves da Silva contam que o General Ubirajara esteve em suas casas, na semana passada, 'gritando que lugar de lavrador valente é no cemitério.[26]

Depois de tamanha repercussão negativa na imprensa, o Ibra recuou da intenção da praticar mais essa massiva expulsão já que os lavradores procuraram os jornais e relataram as violências[27]. Uma reportagem do *Jornal do Brasil*, de 24/01/1968 sobre as marcas da revolta de 1963 relata que os posseiros permaneciam na área, mas que quando deles precisava ser desalojado, era-lhe oferecida a opção de mudar-se para o Núcleo de Papucaia. Segundo a reportagem, até aquela data, 33 famílias já haviam sido transferidas. Embora se tenha poucas informações sobre o caso, sabe-se que o conflito estendeu-se por vários anos[28]. Em 1979, por exemplo, Capivari ainda constava na lista dos conflitos fundiários do Estado do Rio de Janeiro desenvolvida pela Fetag/RJ, conforme noticiado pelo mesmo *Jornal do Brasil* em edição de 21/10/1979[29].

4.3 Núcleo Duque de Caxias

O caso mais marcante desta localidade foi o de José dos Santos Oliveira, lavrador despejado pelos soldados da Guarda Rural do Ibra, que passaram a ocupar sua casa, enquanto ele e a família foram obrigados a dormir por cerca de um mês ao relento, junto a porcos e cachorros, conforme ilustra a imagem a seguir.

Depois da publicação destas fotos, o presidente do Ibra, Paulo de Assis Ribeiro, viu-se obrigado a prestar esclarecimentos à sociedade. Decidiu, então, convocar uma coletiva de imprensa na sede do instituto, para o dia 02/12/1966, declarando proibida a entrada do Sr. José e de seu advogado[30]. Alegando ser um caso de cunho exclusivamente político, Assis afirmou serem as imagens forjadas e que o Sr. José era "um vigarista", estava em situação irregular e tinha cometido "toda sorte de infrações, como desmatamento de morros, exploração de pedreiras, perturbação da ordem e

[26] General do Ibra expulsa mais 300. *Correio da Manhã*, 16/12/1966. O jornal *Luta Democrática* também replicou a notícia no dia seguinte com o título: Ibra expulsa 300 famílias de lavradores em Capivari.
[27] Colonos denunciam violência do Ibra *Correio da Manhã*, 26/03/1967.
[28] Parque Capivari tem sinais da revolta dos lavradores em 1963. *Jornal do Brasil*, 24/01/1968.
[29] Conflitos de terra no Estado envolvem 25 mil pessoas. *Jornal do Brasil*, 21/10/1979, p. 32
[30] O apoio dos advogados será objeto de breve análise no item 3.1.

desacato ao administrador"[31]. Ele defendeu a atuação do general Saraiva e não a considerou violenta. Ao contrário, disse não se importar com a antipatia das ações já que, para ele, os lotes, em sua maioria, haviam sido invadidos e, portanto, estavam em condição irregular. Afirmou que o trabalho continuaria sendo realizado essencialmente por militares reformados, qualificados por ele como "mais disciplinados e [que] não têm medo de enfrentar antipatias".[32]

Figura 1: Crianças dormem ao relento, enquanto guardas do Ibra ocupam a residência do lavrador



Fonte: Ibra despeja lavrador expondo seus filhos. *Jornal do Brasil*, 30/11/1966.

Questionado sobre a queima e a derrubada de barracos dos lavradores, Ribeiro confirmou a prática desses atos por parte dos soldados da Guarda Rural do Ibra e a justificou dizendo que a ordem de destruição dos barracos era destinada apenas aos que haviam invadido os lotes para desmatamento:

> Muita gente invadiu terras para depredar as florestas e lá faziam barraquinhos. Esses barraquinhos é que foram derrubados e

[31] Assis desmente o que fotos provam. *Correio da Manhã*, 03/12/1966.
[32] Presidente do Ibra diz que antipatia não o fará recuar. *Jornal do Brasil*, 03/12/1966, p. 7

> queimados, depois de abandonados pelos invasores pilhados em delitos. A ordem para derrubar e queimar os barracos ocorre sempre que há perigo de novas invasões (Paulo de Assis Ribeiro, entrevista coletiva na sede do Ibra, no Rio de Janeiro, 02/12/1966).

Esta desproporcionalidade entre a infração do desmatamento ou da ocupação irregular dos lotes e a punição baseada na queima das casas guarda relação com a associação que os militares faziam entre os processos de "invasão" de terras e a ideia de comunismo. Na Baixada Fluminense, essa ligação era especialmente forte devido ao histórico de ocupações ali ocorridas, com repercussão nacional e percebidas pela imprensa da época como uma ameaça séria à ideia de propriedade. Esta política condizia, portanto, com as diretrizes do regime militar, cuja legitimidade política estava calcada, dentre outros elementos, na defesa da propriedade e no enfrentamento ao comunismo.

Interessante observar que, além desses argumentos, o chefe do órgão insinuou que José, por trabalhar como empregado da Companhia Estadual de Água e Esgoto da Guanabara (Cedag), "nunca soube o que era dar duro", ou seja, não era um agricultor autêntico e, portanto, não era digno de ser beneficiário da política de reforma agrária[33]. De fato, a legislação proibia a destinação de lotes para funcionários públicos. Não chegamos a acessar informações que nos permitissem verificar se José era ou não funcionário da referida companhia.

Em reportagem produzida pela Agência Nacional para o Cinejornal Informativo nº 48, de 1966, o governo se restringe a dizer: "O Senhor Paulo de Assis Ribeiro presta amplos esclarecimentos à imprensa sobre a *desocupação* dos núcleos coloniais do Estado do Rio para execução do plano de colonização que será iniciado. O Ibra está realizando em todo o país a mais importante de todas as reformas: a agrária" (grifo meu)[34]. Destaque-se a sutil eufemização do processo de expulsão das famílias por meio do uso do termo desocupação.

Diversos entrevistados nos relatam que para conseguir um lote, era necessário mostrar a palma das mãos. Se tivesse calo, recebia o direito ao lote. Caso contrário, a situação se tornava mais difícil. O próprio general Saraiva fazia questão de mostrar os

---

[33] Assis desmente o que fotos provam. *Correio da Manhã*, 03/12/1966; Presidente do Ibra diz que antipatia não o fará recuar. *Jornal do Brasil*, 03/12/1966.

[34] Disponível em http://zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceIdentifier=0&_EntityIdentifier=cgibzfE3NmI1ixlYFKPwIsUDV-sB0DAUOZnrD0ZmYiQWK0.&idRepositorio=0&modelo=0. Acesso em 10/04/2016.

calos de suas próprias mãos para evidenciar que entendia do trabalho na terra. Segundo notícia publicada no *Correio da Manhã* de 22/12/1966, o capitão da Aeronáutica, Lino de Matos, criticando a atuação de Saraiva afirmou: "[ele] estaria melhor talvez como lavrador já que faz questão de mostrar as mãos cheias de calos para dar a ideia de que sabe o que é pegar numa enxada[35].

Depois da coletiva de imprensa, o jornal *Correio da Manhã* também foi à casa do Sr. José para conferir a situação e encontrou a família na mesma situação. A figura abaixo é uma fotografia tirada pela reportagem e publicada na edição de 11/12/1966:

Figura 2: Família de José dos Santos Oliveira fazendo refeição sob a sombra de uma árvore



VÍTIMAS DO TERROR

Família que o general do IBRA expulsou de casa mora debaixo de uma árvore

GENERAL MANTÉM O TERROR NA BAIXADA

[35] Capitão da FAB não entende violências do General do Ibra. *Correio da Manhã*, 22/12/1966.

O ex-guarda que nos concedeu entrevista por *e-mail*, na mesma linha de Assis, relatou o fato da seguinte forma:

> A sede do Projeto e todas as casas ali existentes, abandonadas pela extinta Supra (Superintendência da Reforma Agrária), estavam ocupadas sem autorização por desconhecidos quando os funcionários do Ibra ali chegaram. O ocupante já havia requerido manutenção de posse no Judiciário e obtivera uma liminar para continuar ali. Esse ocupante havia transformado o local em um imenso terreiro de umbanda[36], que alugara para terceiros. O local, servido por um riacho encachoeirado, atraía muitos frequentadores do Rio. A cada fim de semana ali chegavam dez ou mais ônibus lotados. Quando o Ibra conseguiu derrubar a liminar, pediu em Juízo o despejo do ocupante. Oficiais de Justiça acompanhados de policiais militares cumpriram o mandado de despejo, colocando o cidadão para fora da área do Núcleo. Jornalistas estiveram no local, na ocasião, entrevistando o cidadão. Este ter-lhes-ia dito que foi expulso da área pela Guarda Rural, o que não era verdade, mas assim saiu nos jornais. Os guardas rurais foram orientados por um procurador do Ibra para nem mesmo se aproximarem do cidadão, temendo que este voltasse à Justiça, alegando constrangimento ilegal (Ex-guarda rural, entrevista concedida a Fabricio Teló, por *e-mail*, 15/07/2015).

Naqueles dias, os repórteres do *Jornal do Brasil* dirigiram-se ao Ibra para questionar o procurador do instituto, Dr. Delson Pinheiro Cury, sobre a situação vivida pelo lavrador em questão. De forma semelhante à versão apresentada pelo ex-guarda, ele disse não acreditar que o General Saraiva tenha praticado atos de violência e que a orientação da instituição era agir dentro da legalidade, na defesa do patrimônio público.

> O que a reportagem viu e publicou – disse o procurador – foi o que o Sr. José mostrou. Pelo que ficou evidenciado, o lote não pertencia a ele. Foi cedido por alta recreação por seu atual advogado, Sr. Polvoleri, que não era a pessoa competente para fazê-lo (...) Temos informações de que o ato dele é espoliativo, inclusive ocupando um prédio do Poder Público, utilizando-se sem nenhum título, de um patrimônio nacional[37].

O procurador ainda insinuou que a reportagem produzida pelos jornalistas não era digna de confiabilidade: "Eu não tenho em meu poder, a não ser a sua reportagem,

[36] Percebe-se na fala uma visão negativa da prática da religião umbanda, que tinha presença significativa na região. José Pureza da Silva, por exemplo, uma das lideranças mais expoentes da região, iniciou seu trabalho de mobilização por meio de um terreiro.

[37] Em algumas notícias o nome aparece escrito Povoleri. Em outras Polvoleri.

nenhum começo de prova da alegada violência praticada contra esse cidadão, e isso me leva a receber com certa reserva o que a reportagem traz". Os jornalistas se defenderam dizendo que não estavam procurando difamar o Ibra, mas tão somente noticiar uma denúncia comprovada. O procurador, no entanto, replicou dizendo que se o jornal realmente não estivesse interessado em prejudicar o Ibra, não teria se dirigido à casa do lavrador às duas horas da madrugada para verificar a veracidade da denúncia.

Sua postura foi marcada pela defesa firme da instituição afirmando ainda que o Ibra chegava a conceder uma segunda chance aos lavradores que se encontravam em situação irregular e que a instituição não queria que seus problemas fossem resolvidos a *manu militari*[38], porque isso

> seria antidemocrático, além de afrontar a dignidade de um órgão que tem procurado agir certo, concedendo prazos além das normas e dando até assistência jurídica àqueles que foram derrotados administrativamente. A Guarda Rural foi criada para proteger o Patrimônio da Nação e não para proteger bens de terceiros, nem tampouco para praticar violências[39].

Ao usar a expressão "proteger o Patrimônio da Nação", Cury evidencia uma aproximação com a ideia de defesa da segurança nacional, que no Brasil foi construída em boa medida no intuito de combater o avanço das forças comunistas no país. Nesse âmbito, o inimigo maior da Pátria não era qualquer desviante. Eram as lideranças do PCB e afins.

Tamanha foi a repercussão que o caso tomou, que o Sr. José conseguiu, por determinação do Juiz dos Feitos da Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro, o direito de retornar à sua casa, o que foi acompanhado pelo *Jornal do Brasil*, a quem o lavrador agradeceu por ter-lhe ajudado: "[devo] essa grande alegria, em boa parte, ao *Jornal do Brasil*, que socorreu a minha família nas horas de desabrigo".[40] Isso, no entanto, não foi suficiente para garantir a tranquilidade do lavrador, que, dias depois, denunciou estar sofrendo novas perseguições. "Os soldados, segundo o lavrador, são os mesmos que no dia 27 de dezembro o raptaram, conduzindo-o para o Núcleo Colonial São Bento, onde foi submetido a um vasto interrogatório feito pelo general reformado

[38] É no mínimo irônico da parte do procurador dizer que a instituição não queria resolver os conflitos pela via militar, se escolheu para compor as Comissões de Verificação (a Guarda Rural), soldados reformados da Polícia do Exército, criteriosamente selecionados.
[39] General do Ibra acabou de expulsar família do lavrador. *Jornal do Brasil*, 01/12/1966.
[40] Lavrador que Ibra expulsou de Caxias ganha ação em Niterói e voltará ao lote. *Jornal do Brasil*, 21/12/1966; Justiça levou de volta às suas terras em Caxias o lavrador expulso pelo Ibra. *Jornal do Brasil*, 23/12/1966.

do Exército, Francisco Saraiva (...)"[41]. Levando-se em consideração o padrão dos militares brasileiros na forma de fazer os interrogatórios durante a ditadura, é possível levantar a hipótese de que este evento não tenha sido marcado por muita cordialidade. Nesse sentido, abre-se uma frente de investigação para se averiguar se essas sedes poderiam ou não ser acrescentadas à lista dos centros de repressão do regime[42].

Durante o ano de 1967, o General Saraiva foi obrigado a responder judicialmente por invasão de domicílio, danos e violências arbitrárias contra o Sr. José e seus familiares. Embora tenha negado que expulsou a força o lavrador, o Juiz Abeylard Pereira Gomes, da 2ª Vara Criminal de Duque de Caxias, sentenciou-lhe 30 dias de detenção. O militar, no entanto, recorreu e ficou com dois anos de prisão domiciliar. Notícia do *Correio da Manhã*, de 17/11/1967, informa que, nesse período de cumprimento da pena, impossibilitado de se ausentar da residência, o general utilizava um subordinado seu, tenente Deusdedit José Teixeira, também reformado do Exército, para impedir o lavrador de cultivar sua terra por meio de ameaças de morte. Embora condenado, Saraiva continuava recebendo seus salário de delegado regional do Ibra e gozando do poder que este cargo lhe proporcionava[43].

Esse conjunto de violências era uma orientação institucional do Ibra, de agir com dureza e rigidez. Como relatado por alguns lavradores ao *Jornal do Brasil*, as queimas e derrubadas de barracos, as ameaças e as proibições de plantar eram feitas "em nome da Revolução", justificadas na linha do "mal necessário", ou seja, eram fruto do projeto político do regime militar de salvar o país da "ameaça comunista". Tudo isso era baseado na doutrina da segurança nacional, que construiu o comunismo como o inimigo interno a ser combatido com todas as forças, dada a compreensão difundida de que uma possível tomada de poder por lideranças seguidoras desta linha política criaria uma situação de calamidade no país e instauraria uma ditadura tal como acontecera na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Como se pode notar, o anticomunismo não se restringiu ao grupo de militantes comunistas e se estendeu a quem representasse

[41] Ibra ainda persegue lavrador. *Correio da Manhã*, 04/01/1967.

[42] Um trabalho detalhado a respeito desses locais de repressão é o relatório produzido em 2015 pelo Núcleo de Direitos Humanos da PUC-RJ, sob coordenação do Professor José Maria Gomez, para subsidiar os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro. A íntegra do trabalho está disponível em: http://www.cev-rio.org.br/site/arq/NDH-PUC-Politicas-Publicas-de-Memoria-para-o-Estado-do-RJ.pdf

[43] General Saraiva desmente: "não expulsei lavrador da sua casa". *Luta Democrática*, 19/10/1967; Gen. Saraiva recorrerá da condenação. *Jornal do Brasil*, 03/11/1967; Ameaçado de morte lavrador que leva general à Justiça. *Correio da Manhã*, 17/11/1967.

alguma ameaça à hierarquia militar ou ao ordenamento imposto pelo regime, fossem lavradores, padres, mediadores diversos ou lideranças.

5. As formas de resistência

Embora o foco do artigo seja a forma como o poder era exercido pelo Ibra sobre os lavradores, não se pode presumir que estes ficassem inertes. Elias (2008) nos lembra que, não obstante o equilíbrio de poder ser extremamente desigual entre as partes, o poder nunca é exercido apenas por uma parte. A questão é que as oportunidades de poder são distribuídas desigualmente, mas mesmo uma criança exerce poder sobre seus pais, mesmo um escravo exerce poder sobre seu senhor porque há uma relação de dependência entre as partes. Assim também os lavradores exerciam sua parcela de poder sobre os guardas do Ibra.

5.1 Denúncias a jornais e o apoio de advogados e políticos

Uma das principais formas de resistência adotadas pelos lavradores foi a denúncia das violências aos jornais. Provavelmente, boa parte das reportagens utilizadas no item anterior não teriam sido produzidas se os lavradores não tivessem procurado os jornais para denunciar as arbitrariedades dos guardas do Ibra e solicitado a publicização da situação. Eles buscavam também o apoio de advogados envolvidos com a questão agrária e eles reiteravam as denúncias aos jornais e garantiam mais solidez técnica aos argumentos dos lavradores.

Os dois principais foram Jaime Ferreira Landim e Walter Povoleri Ferreira. Este último havia sido Chefe de Colonização e Imigração do antigo Inic e havia autorizado o Sr. José dos Santos Oliveira a ocupar o lote em que estava morando no Núcleo Duque de Caxias. Foi uma das principais vozes em favor dos lavradores que sofriam com o Ibra. Nas diversas entrevistas que deu a jornais, Walter sempre denunciava as arbitrariedades dos guardas do Ibra e do General Saraiva, chefe dos soldados, argumentando que esse tipo de prática poderia comprometer o próprio projeto político da "revolução de 1964"[44]. Acionava ainda o argumento de que os lavradores deixariam de apoiar eleitoralmente o governo caso as violências não cessassem.

[44] Diretor do Ibra não quer comentar arbitrariedades cometidas contra lavrador. *Jornal do Brasil*, 15/11/1966; Violência do Ibra continua: Caxias. *Correio da Manhã*, 04/12/1966; Posseiros vão à Justiça contra Ibra. *Luta Democrática*, 09/11/1966.

Outra informação explorada tanto pelos lavradores como por Walter eram as acusações de que o General Saraiva esteve envolvido em um esquema de proteção ao contrabando quando trabalhava como Subchefe do Serviço de Prevenção e Repressão às Infrações contra a Fazenda Nacional, durante o governo João Goulart. Os lavradores estavam de posse do relatório de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o caso e planejavam levar o material ao Presidente Castello Branco. A reportagem transcreveu um trecho do apelo que os posseiros iam apresentar: "que a Revolução faça um expurgo no Ibra ou providenciar a sua extinção e a criação de um novo órgão que assista o homem do campo e não procure criar a intranquilidade do País"[45]. Não foi possível saber, no entanto, o desfecho desta investida.

Levando em consideração as notícias publicadas nos jornais, o deputado do MDB, Raul Brunini[46] decidiu levar a questão à Assembleia Legislativa do Estado. Lá, o parlamentar destacou a "inconfessável gravidade" das ações do general Saraiva e lembrou que as denúncias estavam sendo encampadas pelo "seríssimo *Jornal do Brasil*, que, quando inicia uma campanha deste vulto, sabe o que está fazendo", ou seja, a questão era realmente séria para colocar em risco a segurança do jornal no enfrentamento a práticas de um regime autoritário como foi o militar. O deputado afirmou ainda que se não fosse a "dignidade profissional" do referido jornal, que dedicou até uma parte de seu editorial para criticar a postura do Ibra, as pessoas teriam dificuldade em acreditar no que estava sendo denunciado. Isto provavelmente contribuiu para que a decisão judicial do processo iniciado pelo advogado de José dos Santos Oliveira fosse favorável ao retorno do posseiro à sua casa.[47]

A repercussão que as notícias sobre o Ibra tiveram teve resultados práticos especialmente em Papucaia, onde, segundo relato de Cezar de Almeida, ex-prefeito de Cachoeiras de Macacu, que pertenceu ao Grupo dos Onze, o governador interveio no sentido de fazer diminuir a truculência da Guarda Rural:

> Quando a Guarda Rural veio e botou fogo na roça dos trabalhadores, o [governador] Padilha esteve aqui. (...) [Havia o] Tenente Amauri, que era o homem cruel aí. Botava fogo na

[45] Lavradores recusam votos ao Governo por causa da ação do Ibra, diz Valter. *Jornal do Brasil*, 16/11/1966. Embora a eleição para presidente fosse indireta, desde o AI 2, as eleições para os demais cargos ainda estavam ativas nesse período.

[46] Brunini pertencia anteriormente à UDN e chegou a ser secretário de Carlos Lacerda. Em novembro de 1966 foi eleito deputado federal pelo MDB, tendo sido cassado em 1969.

[47] Lavrador que Ibra expulsou em Caxias ganha ação em Niterói e voltará ao lote. *Jornal do Brasil*, 21/12/1966.

> lavoura dos camponeses. Ele [Padilha] chegou aqui [e falou:] – "Tenente Amauri, isso tem que parar. A revolução não foi feita para isso." – o Padilha era um homem valente. *Ele podia falar. Ele fez a revolução também*. Ele conhecia as pessoas daqui; a política daqui. Ele sabia quem era quem. *Ele sabia que não tinha isso tudo que diziam, aqui. Ele sabia.* O Padilha veio aqui, deu uma esculhambação no Amauri (...): – "Eu vou levar o caso ao presidente da república, essas atrocidades aí." – e foi aí que o Tenente Amauri baixou a guarda dele. Ele era um homem todo poderoso. Mandava botar fogo nas roças; invadir; fazer isso e aquilo. Ele era horrível. O Coronel Paulo Torres também não deu colher de chá, não. Ele também veio aqui, dar bronca no Tenente Amauri. [Torres] era um coronel do exército; governador do estado. A mãe dele morou em Japuíba (Cezar de Almeida, entrevista a Fabricio Teló e Ricardo Braga, Japuíba, Cachoeiras de Macacu, 12/02/2015, grifos meus)[48].

De acordo com o relato do entrevistado, a demanda pela intervenção do governador foi transmitida pelo então prefeito de Cachoeiras de Macacu, Ruy Coelho Gomes. É interessante observar a heterogeneidade de posições entre os diferentes agentes estatais do período ditatorial. Ao passo que o presidente do Ibra, como vimos anteriormente, chancelava as ações da Guarda Rural por considerar que estavam "colocando as coisas em ordem", outras autoridades importantes, que "podiam falar" pois contribuíram para o sucesso do golpe, como o governador do Estado, deputados e prefeitos, manifestaram seu posicionamento crítico e contribuíram para uma inflexão na forma de atuação da Guarda Rural.

Notam-se diferentes avaliações a respeito do grau de envolvimento dos lavradores de Cachoeiras de Macacu na rede da subversão imaginada pelos militares. Figuras como o General Saraiva, o Tenente Amauri e, possivelmente, até o presidente do Ibra, Paulo de Assis Ribeiro, dimensionavam os lavradores como uma ameaça importante. Já o governador e o prefeito do município, julgavam não ser de tamanha gravidade a presença daqueles camponeses nas terras dos núcleos coloniais.

Os lavradores usavam o contato com os jornalistas para também demonstrarem sua revolta e sua força. Em uma visita do *Correio da Manhã* ao Núcleo Duque de

[48] Foi perguntado ao entrevistado se ele lembrava da data em que ocorreu o episódio relatado, mas ele não lembrou. Disse que o fato foi aproximadamente no ano 1970. É sempre importante levar em consideração a possibilidade de os entrevistados confundirem nomes e datas. No caso em questão, se cruzarmos as informações da entrevista dada por Julio Ramirez com a de Cezar de Almeida, chegamos a um desencontro: o primeiro afirmou que a mudança de orientação da Guarda Rural do Ibra em Papucaia se deu em 1967 com a saída dos militares "linha dura" por "moderados"; já o segundo afirma ter sido após o governador Padilha ter ido a Papucaia e chamado atenção do Tenente Amauri. Ocorre que o mandato deste iniciou apenas em 1971. O mais provável é que tenha havido uma sucessão de inflexões e cada uma teve uma contribuição importante para a mudança de orientação do Ibra.

Caxias para cobrir o caso de José dos Santos Oliveira, os lavradores aproveitaram para afirmar: "Não adianta, não aceitamos ordens verbais, se não trouxer [a ordem de] despejo por escrito não sairemos e se o general insistir e utilizar-se da força de seus soldados, terá contra si e suas armas, nossos braços e enxadas". Outro posseiro complementou: "Vai ter rebelião pela segunda vez[49] em Caxias, moço! Só que nós não temos padre Marcelino, somos nós e nós mesmos"[50].

Os jornais citados se tornaram de tal modo aliados dos lavradores que os guardas chegaram a fazer ameaças aos lavradores que fizessem mais denúncias à imprensa: "as famílias do Núcleo Colonial São Bento disseram ao *Jornal do Brasil* que não são mais sequer livres para conversar com qualquer repórter porque passam a ser visados pelos funcionários do Ibra que estão sempre atentos aos seus menores movimentos[51]". Dias depois, o *Correio da Manhã* noticiou que os lavradores denunciaram a proibição até mesmo da entrada de jornalistas ao referido núcleo pelo administrador Valter Meireles[52]. Não foi por acaso que, no editorial da edição de 03/12/1966, o *Jornal do Brasil* classificou a Guarda do Ibra como um "flagelo implacável e desumano"[53]. O editorial do *Luta Democrática*, de 29/11/1966, também criticou o General Saraiva no mesmo sentido[54].

Seria injusto, no entanto, creditar apenas à repercussão gerada pelas reportagens dos jornais a conquista da mudança de orientação da Guarda do Ibra. A recorrência às autoridades políticas para reivindicar intervenção no sentido de fazer cessar as violências também foi fundamental para que os lavradores pudessem fazer-se ouvir, mesmo que minimamente. Não foi possível investigar de maneira mais aprofundada como se deu a transmissão da reivindicação ao prefeito e ao governador, mas se houve interferência destes atores, é porque foram instados a fazê-lo e certamente não foram apenas as reportagens de jornal que os motivaram. Fica, portanto, esta questão em aberto para ser melhor trabalhada em pesquisas futuras.

---

[49] A rebelião a que se refere foi um ataque a um posto policial Imbariê, localidade de Duque de Caxias, ocorrido dias antes sob a liderança do pároco da localidade em função do fato de que, no domingo anterior, os vigilantes do referido posto entraram na igreja, na hora do sermão, revistando os fiéis e exigindo-lhes documentos. Alguns que reagiram levaram coronhadas. Com isso a população ficou revoltada e organizou o revide. (Preso o padre que liderou o ataque ao posto policial. *Correio da Manhã*, 30/11/1966).

[50] General Saraiva semeia o terror entre lavradores. *Correio da Manhã*, 30/11/1966.

[51] Lavradores ameaçam reagir à invasão do Ibra às suas casas. *Jornal do Brasil*, 26 e 27/11/1966.

[52] General mantém o terror na Baixada. *Correio da Manhã*, 11/12/1966.

[53] Editorial. Reforma Agrária. *Jornal do Brasil*, 03/12/1966.

[54] Dono da terra é quem a faz produzir. (Editorial) *Luta Democrática*, 29/11/1966.

5.2. A contribuição do Padre Carvalho

Um apoio de fundamental importância para os lavradores foi o do Padre Antônio da Costa Carvalho, assessor eclesiástico da Federação dos Trabalhadores Cristãos do Estado do Rio de Janeiro, entidade considerada, pelas lideranças do PCB, à época, de cunho conservador, pois disputava politicamente com os comunistas a representação política dos trabalhadores. Tendo atuado no pré-64 como diretor do Plano Piloto de Ação Agrária do Governo Fluminense, o religioso trabalhava no pós-golpe como diretor do Colégio Santo Inácio e, aos finais de semana, ia para sua casa em Areia Branca, Papucaia, onde ele coordenava o Centro de Treinamento de Trabalhadores Rurais do Estado do Rio de Janeiro (CETTRERJ), que tinha como objetivo, dentre outros, formar novos líderes rurais[55]. Essa sua trajetória de envolvimento com os temas agrários e o fato de ser próximo aos lavradores de Papucaia o impeliu a se posicionar e a manifestar sua indignação em relação à forma violenta com que os guardas do Ibra estavam expulsando os camponeses.

A uma reportagem do *Tribuna da Imprensa* de 10/10/1966, Carvalho afirmou: "com estes métodos, o Ibra está criando comunistas no campo, enquanto a extinta Supra se limitava a levá-los para as zonas agricultáveis". Um elemento interessante trazido pela reportagem: "O padre Carvalho, que antes da Revolução foi 'enterrado' simbolicamente pelos comunistas, lamentou que alguns elementos que foram contrários ao movimento armado de 1964, zombem agora dele, 'todos satisfeitos com a atuação negativa do Ibra'[56]" Este comentário se explica pelo fato de que, no Estado do Rio de Janeiro pré-golpe, o sindicalismo rural era objeto de disputa entre dois principais grupos: a Igreja, por meio dos Círculos Operários, liderados pelo Padre Carvalho, que orientavam a Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Flerj); e o PCB, que orientava a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), cujos líderes principais eram José Pureza da Silva, de Duque de Caxias, Bráulio Rodrigues da Silva, de Nova Iguaçu, e Manoel Ferreira de Lima, de Magé. Com o golpe de 1964, estas lideranças foram obrigadas a fugir e considerarem-se derrotadas. Com o passar do tempo e o surgimento de problemas com o novo regime, cuja implementação havia sido apoiada pelo referido padre, os que pertenciam ao grupo dos

[55] A compra da propriedade para a implementação deste centro de formação foi realizada com auxílio financeiro do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), instituição coordenada pelo influente militar Golbery do Couto e Silva, que veio posteriormente a ser o presidente do SNI e um dos grandes mentores do regime militar (BARCELLOS, 2008).
[56] Ibra faz reforma agrária no RJ impondo terror. *Tribuna da Imprensa*, 10/10/1966.

que haviam sido derrotados viram a oportunidade de explorar o fato politicamente para mostrar ao religioso que ele estava errado.

Este seu enfrentamento rendeu-lhe uma situação pela qual ele, por sua trajetória marcada por uma atuação fortemente anticomunista, provavelmente não imaginava passar:

> Ao tomar conhecimento de que o Padre Carvalho se encontrava realizando um levantamento [das condições das famílias ameaçadas de expulsão], o Tenente Leal, da Guarda Rural do Ibra, mandou que um guarda fosse armado ao encontro do religioso e o encaminhasse ao Centro Rural de Papucaia. Ao chegar ao Centro, o tenente perguntou ao padre o que ele estava fazendo naquela região. O religioso respondeu que se tratava de um levantamento sociológico, retrucando, então, o policial que isto não era sua obrigação e que além do mais o religioso não possuía licença do Ibra para realizar tal coisa. Acrescentou ainda o policial que não competia ao padre tratar da reforma agrária porque disto não entendia, tendo no momento o religioso afirmado: "Não entendo desta reforma agrária que vocês estão fazendo" [57].

O episódio ocorreu no dia 22/10/1966. O religioso só foi solto em virtude da intervenção da Confederação dos Trabalhadores Cristãos do Brasil (também conhecida como Círculos Operários), que intercedeu junto ao arcebispo de Niterói, Dom Antônio Almeida de Moraes Jr., e ao governador Teotônio Araújo, tendo este último determinado a libertação do religioso no mesmo dia[58]. Ao *Jornal do Brasil*, Padre Carvalho afirmou:

> A fé com que sempre me dediquei aos problemas do campo é de todo conhecida, tendo a minha passagem pelo extinto Plano Piloto de Ação Agrária do Governo Fluminense a virtude de dificultar a infiltração comunista nos meios agrícolas, àquela época conturbados. Não posso, por isso, ser acusado hoje de agitador ou coisa que o valha[59].

De acordo com o relato de Júlio Ramirez, o padre Carvalho era muito vigiado pela Guarda Rural, pois havia a desconfiança de que ele fosse próximo de lideranças do

[57] Ibra prende e ofende sacerdote, *Correio da Manhã*, 22/10/1966.
[58] Padre preso no E. do Rio por Oficiais do Exército, *Jornal do Brasil*, 21/10/1966; Teotônio solta padre, *Jornal do Brasil*, 22/10/1966; Padre afirma que foi preso ao tentar impedir despejo dos lavradores do Ibra. *Jornal do Brasil*, 25/10/1966; Assembleia fluminense ouve protesto contra prisão do Padre Antônio de Carvalho, *Jornal do Brasil*, 26/10/1966; Ibra prende e ofende sacerdote, *Correio da Manhã*, 22/10/1966; Edição de 03/11/1966 de *Tribuna da Imprensa*.
[59] Padre afirma que foi preso ao tentar impedir despejo dos lavradores do Ibra. *Jornal do Brasil*, 25/10/1966.

Grupo dos Onze. É provável que essa hipótese tenha sido levantada pelos soldados em função de o padre Carvalho ter atuado como diretor do Plano Agrário do governo de Badger da Silveira, do PTB, mesmo partido do presidente deposto João Goulart e do deputado federal cassado Leonel Brizola. Tendo em vista sua atuação no pré-64, é pouco provável que o padre Carvalho fizesse parte dessa iniciativa política. A prisão desse padre é muito significativa, pois ele era conhecido por suas práticas no sentido de enfraquecer os agentes políticos identificados com o Partido Comunista. Ele era, por exemplo, uma liderança importante dos Círculos Operários, organização considerada conservadora no meio sindical, pois, sobretudo no meio rural, disputava com o PCB a liderança na criação de sindicatos. Mesmo assim sofreu perseguição militar, o que mostra que a repressão não se abateu apenas sobre os comunistas, trabalhistas ou identificados com essas linhas políticas, mas sobre todas as pessoas que representassem algum tipo de ameaça, mesmo que pequena. No caso do Padre Carvalho, a ameaça que ele representava era à própria autoridade dos guardas na região, já que, pela sua condição de sacerdote, era uma figura respeitada que estava se colocando em oposição a eles e questionando seu trabalho.

Isto é perceptível nos próprios arquivos do SNI. Em um documento datado de 28/04/1977, tendo em vista sua proximidade com os sindicatos e sua atuação no Plano Agrário do governo Badger da Silveira, padre Carvalho foi qualificado pelo autor da informação (cujo nome não é identificado) como um sacerdote pertencente à "ala esquerdista da Igreja". Chama atenção no documento uma anotação escrita à mão pelo então ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República (hoje Casa Civil), Golbery do Couto e Silva[60], afirmando que conhecia o padre Carvalho desde 1961, quando da criação do Ipes; que o religioso havia sido assessor do padre Veloso, importante liderança no processo de difusão de iniciativas voltadas ao enfraquecimento da ideologia comunista por meio do Ipes; e que o referido padre não tinha "nada de esquerdista, um pouco ingênuo, mas honesto". A despeito dessa informação, o chefe do SNI determinou que se fizesse um levantamento minucioso das atividades do padre Carvalho e se elaborasse um relatório para o SNI[61].

[60] Couto e Silva foi o idealizador e primeiro presidente do SNI. Começou a preparar as listas das pessoas consideradas como ameaça à "Segurança Nacional", ou seja, pessoas ligadas a uma perspectiva política de esquerda, ainda quando estava na liderança do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), uma das principais organizações articuladoras do golpe de 1964 (DREIFUSS, 1981).

[61] Memorando SI/GAB, nº 642, de 28/04/1977. Áreas de tensão. Problemas de terra em Cachoeiras de Macacu/RJ. Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Projeto Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_109809_77.

O episódio de sua prisão gerou repercussão na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. O deputado Inácio Bezerra de Meneses (Arena), considerado porta-voz do Arcebispo de Niterói, manifestou sua indignação em relação ao fato ocorrido com Padre Carvalho, "um democrata convicto", e sugeriu ao Ministério da Justiça, a criação de um inquérito para apurar as expulsões dos lavradores, tal como denunciou o religioso[62].

Ao *Tribuna da Imprensa*, no início do ano seguinte, Padre Carvalho manifestou sua preocupação em relação à animosidade da relação entre os guardas do Ibra e os lavradores, de tal modo que não se via mais nenhum soldado andando sozinho. Sua preocupação se estendia também ao fato de que o clima de intranquilidade prejudicava também a produção agrícola, "bastando registrar que a falta de gêneros de primeira necessidade sempre provoca convulsões intestinas"[63].

Ainda em 1967, o sacerdote elaborou um manifesto sobre as violências do Ibra e o submeteu à aprovação dos camponeses reunidos em uma concentração de lavradores no dia Primeiro de Maio (dia do trabalhador). Aprovado o texto, foi enviado ao Presidente da República. A repórteres do jornal *Luta Democrática*, presentes no evento, Padre Carvalho disse estar organizando outra atividade para o dia 13 de junho daquele ano a fim de mostrar às autoridades as arbitrariedades praticadas pelo administrador do Núcleo Papucaia, Tenente Amauri, e seus assessores. Para este encontro estavam sendo esperados trabalhadores também dos demais municípios da região, já que diversos outros padres do estado estavam envolvidos na organização. O jesuíta disse ainda estar planejando a fundação de um novo sindicato de trabalhadores no município porque aquele que havia era "fantasma"[64].

Depois disso, o padre elaborou ainda um relatório-denúncia para ser enviado ao Ministério da Agricultura com um minucioso detalhamento da situação de Papucaia. Ao Jornal do Brasil, afirmou:

> Os soldados do Ibra odeiam os lavradores, são odiados por eles e já foram batizados de "peste amarela" pelas famílias oprimidas e sem esperança, o que representa, contrariando o interesse do próprio governo, a preparação de um terreno para uma crise social de consequências catastróficas (...) Temos tentado ajudar

[62] Assembleia fluminense ouve protesto conta prisão do padre Antônio de Carvalho. *Jornal do Brasil*, 26/10/1966.
[63] Ibra criou no RJ clima violento. *Tribuna da Imprensa*, 15/02/1967.
[64] Padres e lavradores denunciam violências do Ibra em Papucaia. *Luta Democrática*, 07/06/1967. A reportagem traz a íntegra da referida carta.

> as 200 famílias hostilizadas, mas elas são odiadas pelos "soldados amarelos, que as chamam de invasoras, porque ocuparam a gleba com títulos da extinta Supra. Não discuto se as famílias serviram de instrumento de agitadores, mas o certo é que são gente humilde que precisa ser integrada. (...) Os lavradores brasileiros vem sendo cobaias para experiências de reforma agrária no Brasil desde o Inic, a Supra e, agora, com o Ibra[65].

Não temos elementos suficientes para estimar o impacto da influência do Padre Carvalho para a solução do problema, mas certamente ela foi importante pois o período do relatório coincide com a informação dada por Julio Ramirez de que a substituição dos militares "linha dura" por "moderados" no Núcleo Colonial Papucaia ocorreu em 1967.

5.3 O papel do sindicalismo rural

Os governos militares intervieram, por meio do Ministério do Trabalho em praticamente todos os órgãos sindicais desde a Confederação Nacional (Contag), passando pelas federações estaduais, até os sindicatos municipais, substituindo as lideranças ligadas ao PCB (ou ao PTB quando fosse o caso) por lideranças ligadas aos Círculos Operários[66]. Isso não significou o fim do sindicalismo rural, mas levou a uma mudança significativa na orientação política dos sindicatos. Em linhas gerais, as principais mudanças foram a descontinuidade do apoio às ocupações de terra e o início de uma relação muito mais conciliatória com o Estado. Este cenário começou a se modificar a partir de 1967, com a eleição de uma chapa liderada por José Francisco da Silva em oposição ao interventor José Rotta, originário dos Círculos Operários de São Paulo. A partir daí a direção da Contag iniciou um processo de formação de novas lideranças no intuito de estimular a formação de oposições sindicais no nível dos sindicatos (BARCELLOS, 2008).

A partir do material de campo consultado e das entrevistas realizadas, é possível inferir que a contribuição do sindicalismo na resistência dos lavradores frente às arbitrariedades do Ibra no período em que ela ocorreu com maior intensidade (final de 1966 e início de 1967) foi relativamente limitada. A única reportagem a que se teve acesso em que aparece a fala de um dirigente sindical é a do *Tribuna da Imprensa*, de

[65] Padre faz relatório para mostrar "peste amarela da reforma agrária" do Ibra. *Jornal do Brasil*, 16/06/1966.

[66] Havia regiões, como o Rio Grande do Sul e Pernambuco, em que os sindicatos eram majoritariamente dirigidos por lideranças ligadas à Igreja e sofreram menos intervenções.

10/10/1966. Nela, José de Almeida, indicado como presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Magé, denuncia os incêndios de barracos nas localidades de Quizanga e Imbiara. É muito provável que a notícia contenha erros, pois nenhuma das duas localidades pertence a Magé. A primeira fica em Cachoeiras de Macacu e a segunda em Rio Bonito. Ademais, Teixeira (2011), em sua dissertação de mestrado, estudo que se concentrou nos conflitos fundiários de Magé e que trabalhou com os arquivos do referido STR, afirma não ter encontrado registros de atividades sindicais entre 1964 e 1968. Isto não significa que não tenha havido nenhuma atividade, mas é um indicativo de que o sindicalismo passava por dificuldades.

O único documento sindical a que se teve acesso nos arquivos da Fetag/RJ a respeito do problema é um ofício datado de 20/10/1971, produzido pelo STR de Cachoeiras de Macacu, que passou pela Fetag/RJ, até chegar à Contag para ser enviado ao Ministério da Agricultura, ao Incra e à Presidência da República. O ofício restringia-se ao caso específico da Gleba Nova Ribeira, pertencente ao Núcleo Papucaia. Dizia o documento:

> Tumultuada por agitações e outros tormentos, data de antes do advento da Revolução de Março de 1964 o clima de insegurança dos lavradores da Gleba Nova Ribeira. Após o saneamento de tais agitações, a tarefa de desenvolvimento da área foi realizada pelo extinto IBRA, que reiniciou o cadastramento e seleção dos lavradores, a localização dos lotes etc. Mas, embora a existência de enormes extensões de terra abandonada, foram logo os lavradores informados que nem todos teriam o privilégio de lá permanecer, pois a grande maioria deles não foi selecionada por questões de idade, educação, número de filhos e até mesmo de simpatia pessoal, como ocorreu com Antônio Castilho, Sebastião Silva, Geraldo e Godofredo de Tal, preteridos pelo colecionador (sic)[67] do Incra de nome Carlos Alberto de Nóbrega. Mas ao serem comunicados que teriam que abandonar a área, os que não foram selecionados, (a maioria) começaram a surgir os problemas, (...) porque muitos já possuíam benfeitorias em seus lotes e não concordaram com a indenização avaliada unilateralmente, outros simplesmente porque não tinham para onde ir. Neste momento surgiram em cena as pressões da administração do Núcleo, as violências da Polícia Rural, as prisões ilegais, os despejos sumários etc .

A expressão "falta de simpatia pessoal" pode ser interpretada como uma forma disfarçada de se referir a divergências políticas ou à trajetória de envolvimento nas

[67] Trata-se, provavelmente, de uma falha de datilografia. Presume-se que a intenção do redator tenha sido escrever administrador.

ocupações de terra do pré-64, ou ainda a eventuais posicionamentos de crítica à atuação do Ibra na região. Um elemento que chama atenção no conteúdo do relatório é que os exemplos de violências são todos de situações relativamente recentes em relação à data do relatório. Não há nenhuma referência às expulsões em massa e as queimadas de barracos e de lenha que marcaram o final do ano de 1966.

Por outro lado, Barcellos (2008) informa que, a partir dos depoimentos que tomou para a elaboração de sua pesquisa de mestrado, que a Fetag/RJ não estava alheia à atuação do Ibra. Desde 1965, a entidade acompanhava as iniciativas do Ibra no sentido de desfazer os feitos dos governos pré-golpe, considerados errôneos, principalmente em Cachoeiras de Macacu, Macaé e Caxias. É curioso que sejam raras as declarações públicas da Fetag/RJ em relação às denúncias contra a Guarda Rural. Observando-se, por exemplo, uma notícia do Jornal do Brasil, de 23/05/1967, sobre problemas de violência enfrentados por lavradores, encontramos uma referência a um pedido de providências urgente feito pela Fetag/RJ ao então governador do estado, Jeremias Fontes, sobre o problema dos camponeses de Itaboraí que enfrentavam pressões de grileiros, mas não encontramos nenhuma referência a cobranças da mesma Federação a respeito dos problemas dos lavradores de Papucaia, que são mencionados na mesma notícia, em função da Guarda Rural. Em vez da Fetag/RJ, neste caso, a entidade mencionada como mediadora dos camponeses é a Federação dos Trabalhadores Cristãos.

6. O poder por meio do assistencialismo

Os militares brasileiros não lançaram mão apenas de violência para exercer o controle sobre a população. Tendo por base experiências de outros países, como França e Estados Unidos, no combate a "inimigos internos", as Forças Armadas do Brasil incorporaram diversas aprendizagens. Uma delas foi a doutrina da "guerra revolucionária", segundo a qual os setores mais sofridos da sociedade são os mais suscetíveis a se tornarem massa de manobra dos agentes subversivos. Por isso faz-se necessário adiantar-se aos agitadores e conquistar a simpatia da população civil para passar-lhe os valores nacionalistas e "ordeiros", para que, quando os subversivos chegarem, a população pobre não se deixe inflamar. Um dos principais programas desenvolvidos pelo regime de 1964 nesse sentido foi o chamado "Ações Cívico-Sociais" (Aciso) a partir do qual, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica faziam operações de aproximação com as populações mais carentes das regiões onde havia

informações de tentativa de formação de grupos de guerrilha ou onde houvesse um histórico de atuação de grupos de esquerda (GUIMARÃES, 2014). Essa concepção dos militares está explícita também no Inquérito Policial Militar do Partido Comunista Brasileiro em que os camponeses são tidos como presas fáceis de agitadores subversivos.

Essa estratégia de controle social, no entanto, não é uma invenção exclusiva dos militares. No estudo feito por Foucault (2003) a respeito da formação do que ele chamou de panoptismo social, o autor cita o exemplo dos *quakers*, grupos que se formaram na Inglaterra da segunda metade do século XVIII com objetivo de manter a ordem e tinham a tarefa de vigiar e prestar assistência à população, tudo isso para produzir um saber de vigilância, que dá condições àquele que reúne este saber para exercer um controle sobre os vigiados. A dominação, tanto a capitalista, como qualquer outra, não conseguiria se manter se fosse exclusivamente baseada na repressão. Assim também o regime militar no Brasil não se sustentaria se apostasse todas as suas fichas na violência, como descritas no segundo item deste trabalho.

Para Foucault (2015), o poder tem como alvo o corpo do ser humano não para supliciá-lo, mas para adestrá-lo. O objetivo é controlar as pessoas em suas ações para que seja possível utilizá-las, aproveitando suas potencialidades, diminuindo sua rebeldia e sua capacidade de resistência contra as determinações que recebem, de modo a torná-las politicamente dóceis. Nesse sentido, pensar o poder apenas a partir da noção de repressão seria limitado:

> Se o poder fosse apenas repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que, de fato, ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, produz discurso (FOUCAULT, 2015, pp. 44-5).

Este poder permeado, incorporado pelos indivíduos é o que o autor chama de poder disciplinar: a pessoa obedece e não reclama, porque acha que é assim que ela deve se comportar. Era o objetivo dos militares ao implementar as políticas assistencialistas, como veremos nos subitens abaixo.

6.1 O assistencialismo do Ibra

O Ibra, embora presidido por um civil (inicialmente o economista Paulo de Assis Ribeiro e depois por Cesar Catanhede), tinha sua política fortemente influenciada pelos militares. Bruno (2008) mostra como era tensa e complexa a relação entre militares e técnicos civis que buscavam encontrar formas de fortalecer as iniciativas de fortalecimento da reforma agrária no sentido proposto pelo Estatuto da Terra. "A desigualdade de recursos de poder entre militares e técnicos e servidores abriu espaço para perseguições pessoais, muita animosidade e medo" diz autora. Além disso, seus entrevistados também relataram ser recorrente situações em que militares delatavam servidores ao SNI por "atividades suspeitas". Os servidores do Ibra eram inclusive monitorados e possuíam cada um uma pasta com os registros de sua trajetória político-profissional. Isso fez com que a política implementada pelo órgão recebesse forte influência da doutrina da guerra revolucionária que orientava as Forças Armadas, como vimos acima. A política do Ibra, portanto, buscava ganhar a simpatia dos lavradores, apesar de todas as práticas violentas. E isso era uma orientação dada também aos soldados da Guarda Rural, tal como relatou o ex-guarda entrevistado:

> A grande dificuldade [na nossa atuação] estava em solucionar problemas para os quais o guarda não tinha capacidade ou competência legal. Desde providenciar funerais para indigentes até socorrer parturientes em veículos inadequados, tudo era responsabilidade da Guarda Rural. (...). Núcleos e Projetos do Ibra eram naturalmente distantes da sede do Município e neles não havia, como não há na grande maioria até hoje, serviços públicos adequados. A principal atribuição era manter a ordem e proteger o patrimônio nos núcleos avançados do Ibra, mas a Guarda Rural não se limitava a isso, *porque foi orientada a atender as necessidades da população* (Ex-guarda rural, entrevista concedida a Fabricio Teló, por *e-mail*, 15/07/2015).

Este trecho é muito ilustrativo de como a estratégia de se aproximar da população e conquistá-la por meio do assistencialismo foi adotada pelo Ibra nos Núcleos Coloniais, especialmente naqueles onde havia histórico de atuação de membros do Partido Comunista na organização de ocupações de terra e na criação de sindicatos ou associações de lavradores.

Conforme relato de um antigo tratorista do Ibra, entrevistado por Fabricio Teló e Ricardo Braga em 29/07/2015, os militares eram requisitados pelos lavradores para solucionar problemas do cotidiano e, por isso, eram "como pai, mãe, avô, avó". Ele

relatou ainda que na sede do Núcleo Papucaia, o Ibra prestava serviços médicos, odontológicos, mecânicos, possuía pedreiros, tratoristas e um conjunto de técnicos para prestar os diferentes serviços.

Pela descrição feita pelo técnico Júlio Ramirez, o Ibra em Papucaia, por exemplo, possuía uma significativa infraestrutura de prestação de serviços, a maioria controlada por militares:

> (...) sempre havia militares em Papucaia. Eram vários militares: Tenente Barroso, Tenente Kelly, Tenente Joia, Tenente Telésforo. Eram vários tenentes que tinham postos-chave em Papucaia. Porque Papucaia era uma administração com toda estrutura. Por exemplo, o Barroso era encarregado pelas compras para Papucaia; o Kelly era responsável pela questão administrativa; o Telésforo era contador do projeto; o Joia era uma espécie de assessor, sem função definida. E o chefe da topografia era o Capitão Freitas. (...) Nós tínhamos um colega, também agrônomo, que ele foi responsável pela garagem de Papucaia; cuidava dos tratores; dos veículos; combustível; da oficina mecânica; enfim. Havia uma oficina mecânica muito grande, lá (Júlio Ramirez, entrevista concedida a Fabricio Teló em Brasília, em 29/04/2015).

Em vídeo produzido pela Agência Nacional, em 1967, sobre os avanços promovidos pelos trabalhos do Ibra, é possível ver o maquinário em funcionamento nas lavouras, arando a terra e abrindo estradas, bem como o grupo de técnicos administrativos trabalhando com a documentação dos lotes, projetando mudanças na infraestrutura e na gestão dos lotes, cuidando da manutenção das máquinas, etc. Em tom de propaganda, o narrador exalta o Ibra:

> Semear e colher, binômio calcado na objetividade, motiva hoje toda uma população rural até há bem pouco renegada ao abandono. São estradas que se abrem para o escoamento das produções. Não é chegado o tempo de ensarilhar enxadas pois efetua-se a integração que busca aproximar cada vez mais o homem de suas fontes de produção. Facilitar condições, propiciar técnicas e métodos compatíveis com a realidade de uma região, integrar o lavrador no ritmo pujante da cidade é o espírito que norteia o trabalho do Ibra em suas atividades na área prioritária no Rio de Janeiro. Uma verdade insofismável sobre a Baixada Fluminense parece indicar o caminho certo a ser trilhado: em se plantando, dá (Narração do vídeo Em se

> plantando dá. Agência Nacional, Cinejornal Informativo, 61, de 1967)[68].

Outra forma de cativar a simpatia da população era contratando rapazes para trabalhar nas obras do Ibra. Ramirez contou que diversos lavradores trabalhavam durante alguns dias da semana para o Ibra e nos outros dias cuidavam de seu lote. Um dos nossos entrevistados de Papucaia, por exemplo, trabalhou na construção do estábulo para o Projeto Agropecuário Marubaí, anteriormente mencionado. Essa aproximação, no entanto, se deu de maneira mais intensa depois de 1966 quando as expulsões em massa diminuíram. É o que indica uma notícia do *Jornal do Brasil*, de 14/09/1967, que traz informações sobre um inquérito parlamentar desenvolvido sobre as denúncias contra a Guarda do Ibra: conforme descrição do deputado Sadi Bogado (MDB-RJ), enviado a Papucaia para verificar a situação, os guardas estavam se comportando de maneira correta, atuando inclusive como "instrutores" dos camponeses[69]. A notícia não dá detalhes a respeito de que tipo de instrução os guardas davam, mas pode-se presumir que se tratava de transmissão de técnicas agrícolas e aprendizagens adquiridas na própria formação militar em geral.

Em Capivari, os guardas atuavam também em diversos serviços. Uma reportagem do *Jornal do Brasil*, de 24/01/1968, indica que eles trabalhavam na manutenção de estradas, especificamente a linha que ligava a localidade à rodovia Rio-Petrópolis, mantinham uma escola primária na sede administrativa do núcleo e ministravam cursos de corte e costura[70].

Este tipo de iniciativas colocava um contrapeso na balança de avaliação da conduta do Ibra pelos lavradores. Se houve um tempo marcado pela truculência, houve também um marcado pela tentativa de aproximação e de instituição de um poder disciplinar que possibilitasse aos militares a orientação política dos lavradores para uma posição de convergência com o projeto da ditadura.

6.2 Ações Cívico-Sociais: as operações Araribóia

Outro exemplo que ilustra essas iniciativas de aproximação do Exército com a população é o que foi chamado de Operação Araribóia, uma espécie de mutirão de

---

[68] Disponível em: http://zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceIdentifier=0&_EntityIdentifier=cgirnSqMWDKwmX_35WMKobvWxg0XO0ga17PrD6bjv2Kj04.&idRepositorio=0&modelo=0.

[69] Deputado do CPI que apura denúncias contra Ibra diz que elas não procedem. *Jornal do Brasil* 14/09/1967.

[70] Parque Capivari tem sinais da revolta dos lavradores de 1963. *Jornal do Brasil*, 24/01/1968.

soldados junto à população pobre para distribuir material escolar, prestar assistência médica, dentária, jurídica e alimentar. A ação acontecia anualmente sob a responsabilidade do Terceiro Regimento de Infantaria da Primeira Região Militar, tendo como "principal objetivo, manter um clima de cordialidade e confraternização com as entidades civis e com o povo em geral"[71]. Tal iniciativa contava com o apoio da Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu, conforme se percebe no decreto 77/67 de 10/11/1967, em que o Prefeito Ruy Coelho Gomes determina a destinação de dois mil cruzeiros novos ao grupo de militares responsável pela referida operação[72].

Um documento do SNI indica ainda que essas operações abriam um canal de diálogo entre camponeses e forças armadas em que estas ouviam aqueles, como se percebe no seguinte trecho:

> Três anos após a Revolução, em 1967, quando da realização da Operação Araribóia pelo então 3º Regimento de Infantaria, foi constatado que:
> - "Os lavradores da área JAPUÍBA-PAPUCAIA, no Município de CACHOEIRAS DE MACACU, estão descontentes com a atuação de elementos do IBRA, pela maneira violenta como atuam, incendiando inclusive barracos de pequenos agricultores";
> - "Os proprietários rurais fornecem a terra aos agricultores em troca de 50% da renda bruta, sendo que da parte do lavrador são retiradas as despesas com inseticidas, impostos, sementes, etc. Este fato cria condições favoráveis a penetração e atuação de agitadores".[73]

Não foi possível encontrar o relatório desta operação de 1967, tampouco das demais, porém apenas essa referência no documento do SNI já é um indicativo de que os soldados ouviram as reclamações dos camponeses, registraram e repassaram aos superiores. Se isso teve implicações na condução dos trabalhos da Guarda Rural é uma questão a ser investigada. Esses elementos demonstram que se, por um lado, havia situações de violência, por outro, havia também aproximações que colocavam as forças militares em outro lugar na vida dos agricultores.

Algumas ideias de Maquiavel (1513/2004) sobre a política podem nos ajudar a interpretar o que descrevemos acima. Segundo ele, para que o príncipe (ou quem está à

---

[71] Exército dará material escolar a município. *O Globo*, 08/11/1967; Forças Armadas - Operação. *O Globo*, 17/11/1967; Operação do Exército ajuda pobres. *Correio da Manhã*, 31/10/1969.
[72] Decreto 77/67, de 10/11/1967 do Prefeito Ruy Coelho Gomes. Livro 9 – Deliberações, Decretos e Decretos-Leis. Arquivo Municipal de Cachoeiras de Macacu/RJ.
[73] Informação nº 002/16/ARJ/84. Propaganda subversiva por elementos do clero. Relatório do Serviço Nacional de Informações datado de 10/01/1984.

frente do Estado) mantenha seu poder, ele deve se preocupar em estabelecer uma relação de amizade e aproximação com seus súditos, o que se conquista pelo vínculo de reconhecimento. Na hipótese de não ser possível a concretização dessa relação amigável, geralmente em função da necessidade de usar de práticas cruéis – leia-se usar a força – o príncipe, deve, pelo menos, evitar ser odiado. No caso em questão, dada a necessidade sentida pelos militares de usarem a força para expulsar os posseiros, inviabilizando assim uma relação de "amizade" e de "amor" – para usar os termos de Maquiavel – essas iniciativas de aproximação podem também ser interpretadas como uma forma de os militares ao menos evitarem o ódio generalizado dos lavradores e manterem, dessa forma, seu poder sobre eles.

7. Repressão e aproximação como estratégias de controle da população

Um dos objetivos centrais da Guarda do Ibra era retirar das áreas destinadas à reforma agrária (os chamados núcleos coloniais) os lavradores que não estavam regularizados para dar lugar àqueles que os militares do Ibra consideravam merecedores. A maior parte desses ocupantes irregulares de lotes eram posseiros que haviam participado de ocupações de terras no pré-64 e que foram expulsos dessas áreas pelo Exército no imediato pós-golpe. A forma como foi conduzido esse processo baseou-se fortemente no pressuposto weberiano do monopólio legítimo da força pelo Estado e no poder simbólico que este monopólio gera, tal como teorizado por Bourdieu. A grande maioria, ao serem informados de que deveriam deixar os lotes, o fez sem apresentar resistência violenta. Nos casos em que houve resistência, valeu o direito do Estado de usar a força por meio do incêndio de casas e de benfeitorias.

Pelos argumentos adotados pelo advogado Walter Povoleri na defesa dos lavradores quando dava declarações aos jornais, percebe-se que ele tinha conhecimento da estratégia dos militares de utilizar a doutrina da guerra revolucionária. Veja-se este exemplo de declaração que deu ao *Correio da Manhã*: "O general [Saraiva], com esses atos truculentos, arbitrários e violentos, tem feito muito mais agitação no meio rural do que alguns pseudo-lavradores de antes da revolução"[74]. Era uma forma de alertar os militares de que a forma como estavam agindo estava indo contra a orientação das Forças Armadas de se aproximar da população e evitar influências subversivas, pois a

[74] Advogado acusa general do Ibra. *Correio da Manhã*, 15/11/1966.

violência dos soldados do Ibra deixaria as pessoas revoltadas e mais suscetíveis a convites de revolucionários para aderir a grupos de resistência ao regime.

O Ibra, portanto, tinha uma atuação caracterizada por certa ambivalência na medida em que, por um lado, atuava com violência e falta de sensibilidade na definição dos agricultores com direito a permanecer na terra e, por outro, para os lavradores selecionados para um lote de terra, prestava diversos serviços de assistência, desenvolvia projetos etc. Dependendo das experiências vivenciadas, diferentes memórias sobre o Ibra e sua Guarda Rural estão presentes entre os lavradores. Essa combinação de uso da violência e de assistencialismo permitiu ao Ibra exercer um relativo controle sobre a grande maioria dos lavradores, tirando-os da zona de influência dos militantes de antes do golpe articulados em torno dos partidos e organizações de esquerda, como o PCB, BCdoB, PTB e Ligas Camponesas.

Essa ambiguidade característica dos militares nos faz lembrar novamente de Maquiavel, que sugere ao príncipe a necessidade de criar com seus súditos uma vínculo tanto de amizade como de temor, deve saber usar tanto sua natureza humana (o combate com as leis, o diálogo e a disputa no plano das ideias e do convencimento) como a animal (o combate com a força física, o uso da violência). Dito de forma metafórica, o líder do Estado deve "usar a raposa para conhecer os laços e a força do leão para aterrorizar os lobos" (MAQUIAVEL, 1513/2004, p. 84).

A instauração da Guarda do Ibra, formada por militares egressos da Polícia do Exército, foi mais uma das diversas iniciativas dos governos da ditadura inaugurada em 1964 no sentido da doutrina da segurança nacional. O pressuposto era a existência de um inimigo interno que deveria ser combatido. Para isso, fez-se uso das prerrogativas do Estado de ser o detentor do monopólio legítimo da violência e de seu aparato de prestação de serviços para exercer o controle sobre a população.

Esse controle dos militares, no entanto, não durou para sempre. Da segunda metade da década de 1970 em diante o regime militar começou um lento processo de enfraquecimento. Sader (1988) analisa esse processo destacando a entrada de "novos personagens em cena", como as organizações de bairro, as comunidades eclesiais de base, os clubes de mães, as oposições sindicais etc. Tudo isso foi contribuindo para a criação de um ambiente político pró-democracia. No campo a Comissão Pastoral da Terra foi fundamental para a organização dos camponeses nesse sentido, sobretudo por meio do apoio à retomada das ocupações de terra e da formação de chapas de oposição às diretorias sindicais consideradas pouco combativas.

A Guarda Rural foi extinta em 1976, mas não se tem maiores informações sobre a forma como se deu e os motivos que provocaram esse processo. Boa parte dos guardas foram aos poucos deixando as áreas para estudar (muitos se formaram em Direito e permaneceram no Incra atuando na área jurídica), outros voltaram para o Paraná e para Santa Catarina, seus estados de origem, e outros ainda permaneceram nas áreas e foram incorporados ao quadro administrativo do Incra.

Esse trabalho nos leva a algumas questões: poderíamos interpretar a saída obediente dos lavradores que não opuseram resistência à expulsão imposta pela Guarda do Ibra como fruto de um habitus orientado para o respeito ao poder simbólico que o Estado detém baseado em seu monopólio da força? Seriam esses episódios em que narramos o uso da força pelos militares sinais do enfraquecimento do poder do Estado, como nos sugere Arendt, ou, ao contrário, evidências da efetividade de seu poder sobre os lavradores, como interpretaria Benjamin?

Do ponto de vista da resistência, outras questões também ficaram em aberto: como se construiu a alternativa da recorrência aos jornais como instrumentos de denúncia das violências e o que motivou tais atores a se sensibilizarem com a causa e se colocarem a favor da defesa dos lavradores? A relativa ausência dos atores sindicais na defesa dos lavradores frente à Guarda do Ibra se explica apenas em função das restrições democráticas impostas pelos governos militares ou havia algum outro fator que dificultava um posicionamento mais explícito dos sindicatos e da Fetag/RJ? O que motivava a participação de diversos advogados na defesa jurídica dos colonos frente aos despejos promovidos pelo Ibra? O que ocorreu com o Padre Carvalho após sua prisão pelos guardas do Ibra e qual seu papel no processo de reconstrução do STR de Cachoeiras de Macacu? Essas e outras perguntas ficam como objeto de pesquisa para futuras pesquisas.

Referências bibliográficas

ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara: 1950-1964*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Instituo de Planejamento Urbano e Regional/UFRJ, 1982.

ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

BARCELLOS, Fernando H. *Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2008.

BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência. In: _____. *Escritos sobre mito e linguagem*. São Paulo: Editora 34, 2013.

BOURDIEU, Pierre. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: _____. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação. Campinas/SP: Papirus, 1996.

_____. *Sobre o Estado*. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

BRAGA, Ricardo; TELÓ, Fabricio. *Conflitos e repressão no campo em Cachoeiras de Macacu*. In: MEDEIROS, Leonilde (coord.) *Conflitos e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988*). Relatório de Pesquisa. CPDA/UFRRJ, 2015. Disponível em: http://www.cev-rio.org.br/site/arq/CPDA-UFRRJ-Conflitos-por- terra-e-repressao-no-campo-no-RJ.pdf.

BRUNO, Regina. Guardiões da reforma agrária: servidores públicos e técnicos em defesa de uma reforma agrária durante a ditadura militar do Brasil. In: *Tempos Históricos*. V. 16, 2º Semestre, 2008.

CATELA, Ludmila. El mundo de los archivos. In: CATELA, Ludmila; JELIN, Elisabeth. *Los archivos de la represión*: documentos, memoria y verdad. Madrid: Siglo XXI Editores, 2002.

CHAMMAS, Eduardo Z. *A ditadura militar e a grande imprensa*: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião*: o novo jogo político. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a Conquista do Estado.* Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008.

ESTEVES, Carlos L. da S. O agrarismo ipesiano nos projetos de Paulo de Assis Ribeiro. In: *Saeculum*. Revista de História [26]. João Pessoa, jan./jun. 2012.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GALLEGOS, Enrique. Violência, liberación y política: entre Rousseau, Hobbes e Benjamin. In: *XVI Congreso Internacional de Filosofía*, Universidad Autónoma del Estado de México, Toluca, Estado de México, 2011.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1987.

GUIMARÃES, Plínio F. *Outras formas de enfrentar a ameaça comunista*. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBES, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silencio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Vai di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944) mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996.

RODRIGUES, Georgete M. Verdade do arquivo versus autoridade do arquivo: reflexões a partir do caso Herzog. In: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco A. (orgs.) *Documentar a ditadura*: arquivos da repressão e da resistência. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

SADER, Emir. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, José P. *Memória camponesa*. Organização de Eliane Cantarino O'Dwyer. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

THIESEN, Icleia. Documentos "sensíveis" entre a memória institucional e a memória vivida: a verdade (im)possível. In: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco A. (orgs.) *Documentar a ditadura*: arquivos da repressão e da resistência. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

WEBER, Max. A política como vocação. In: _____. *Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

Entrevista

Antigo soldado da Guarda Rural do Ibra. Entrevista concedida por *e-mail* a Fabricio Teló em 15/07/2015.

Gerson da Conceição. Entrevista a Fabricio Teló e Leonilde Medeiros, Rio de Janeiro, 06/05/2015.

Júlio Lizarraga Ramirez. Entrevista a Fabricio Teló. Brasília, 29/04/2015.

Moradores de Papucaia. Entrevistas concedidas a Fabricio Teló e Ricardo Braga em novembro de 2014 e em janeiro de 2016.

Tempo da ditadura: conflitos por terra e repressão política contra trabalhadores rurais em Magé

Marco Antonio Teixeira*

1. Introdução

Em Magé, ocorreram intensos conflitos por terras pelo menos desde os anos 1950. Dois deles serão analisados neste capítulo. O primeiro foi protagonizado por homens e mulheres que ocuparam terras que consideravam sem dono e uma fábrica de tecidos que reclamava a propriedade desta área ocupada, a Companhia América Fabril. O segundo teve como personagens, de um lado, ocupantes da terra e, do outro, pessoas que reclamavam a propriedade do local. Essas áreas correspondem aos atuais assentamentos América Fabril e Conceição de Suruí, criados a partir de desapropriações feitas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 1973 e 1974, respectivamente.[1] As desapropriações aconteceram depois de anos de ações coletivas dos trabalhadores rurais que reivindicavam o direito de permanecer na terra em que moravam e trabalhavam. A conquista da desapropriação de terras por camponeses foi uma situação pouco comum na conjuntura pós-1964 e até final dos anos 1970, quando começou o processo de redemocratização no país.[2] Por isso, a luta dos trabalhadores da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí se transformou em um exemplo de resistência em todo o Estado do Rio de Janeiro.

---

* Doutorando em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp/Uerj), com bolsa da Faperj. Mestre em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ, Cientista Social pela Uerj e Historiador pela Unirio. Pesquisador voluntário do projeto "Conflito por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)".

[1] Os entrevistados chamavam a área do assentamento América Fabril de Gleba América Fabril. Antonio Ernesto, liderança local, explicou que era "gleba" América Fabril porque os trabalhadores rurais não ocuparam toda a "fazenda" América Fabril. Por isso, a área em disputa correspondia apenas àquela "gleba". "Gleba", dessa forma, significa porção de terra. Quando começou a atuar no caso, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) adotou o termo "gleba" para se referir a esta localidade. No decreto de desapropriação, a área foi denominada "Gleba América Fabril". Este será o termo usado neste trabalho. Mas os entrevistados também chamavam a gleba América Fabril de "terras da parte do Incra", "terras da América Fabril", "do outro lado da estrada" e, algumas vezes, "Cachoeira Grande".

[2] Estas foram as únicas desapropriações realizadas no Estado do Rio de Janeiro entre o golpe de 1964 e o fim dos anos 1970. Depois disso, até onde se obtiveram informações na bibliografia, somente em 1981 foi feita uma nova desapropriação em terras fluminenses: a da Fazenda São José da Boa Morte, no Município de Cachoeiras de Macacu, em 22 de janeiro. Em relação ao contexto nacional, um rápido levantamento sobre outros casos de desapropriação de terras no período entre o golpe de 1964 e fins dos anos 1970 indicou que houve também um caso de desapropriação no Estado de Ceará. Trata-se da Fazenda Japuara, localizada nos sertões de Canindé. Para mais informações sobre o caso, ver Barreira (1992).

A questão central deste capítulo é analisar como a repressão e a violência política atingiram os trabalhadores rurais, lideranças e outros agentes durante as disputas por essas terras entre os anos 1960 e 1970. O ponto de partida para isso será a minha dissertação de mestrado, trabalho no qual procurei entender como se deram as ações coletivas dos trabalhadores rurais para conquistarem a desapropriação das terras.[3] Neste capítulo, procurei avançar no entendimento da repressão dos trabalhadores a partir da análise de documentos não tratados na dissertação e à luz de novas reflexões da literatura acadêmica sobre o período do regime civil-militar.

Na dissertação, o trabalho empírico centrou-se na realização de entrevistas (19 ao todo) com atores que participaram dos eventos estudados, em conversas informais com pessoas que ainda viviam nos assentamentos e que testemunharam os acontecimentos em foco e na leitura de documentos. A pesquisa documental foi feita no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (NMSPP/CPDA/UFRRJ), onde foram consultadas 16 entrevistas realizadas por outros pesquisadores em diferentes contextos de pesquisas com trabalhadores rurais das áreas estudadas e documentos produzidos por agentes sindicais e instâncias do Estado brasileiro; no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), onde se consultaram os processos administrativos de desapropriação da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí; e documentos no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Magé.

Para avançar no conhecimento sobre a repressão que atingiu os trabalhadores rurais do município, optou-se por investir na análise de fontes ainda não tratadas: um dos processos organizados pelo projeto Brasil: Nunca Mais (BNM) movido contra um grupo de trabalhadores rurais de Magé,[4] novas entrevistas disponíveis no NMSPP/CPDA/UFRRJ e na literatura sobre o tema.

---

[3] Para conhecer os resultados deste trabalho, ver Teixeira (2011). Como o problema central da investigação na dissertação foi entender a ação coletiva dos trabalhadores em um contexto de repressão política, a questão da repressão e violência contra os trabalhadores rurais envolvidos nas disputas por terra foi um tema que emergiu e teve importância durante a pesquisa. Por isso, concentro-me neste trabalho na análise dessa questão, secundário na dissertação.

[4] A consulta ao processo do projeto BNM contou com o apoio do bolsista de Iniciação Científica da pesquisa "Conflito por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)" Vinicius Silva, a quem agradeço imensamente.

2. Mobilização política dos trabalhadores em Magé

O primeiro passo da pesquisa "Conflito por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)" foi fazer um mapeamento dos conflitos no campo no Estado do Rio de Janeiro a partir dos documentos produzidos pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais disponíveis para consulta no NMSPP/CPDA/UFRRJ. Ainda que não fosse possível identificar o universo dos conflitos no campo no estado a partir deste trabalho, dados os limites da fonte pesquisada (documentos sindicais que, portanto, tratam em sua maioria dos conflitos que tiveram a participação do movimento sindical e sob a ótica desse tipo de organização), este mapeamento nos deu um panorama de alguns dos principais locais e casos de conflito no campo no estado. Dos 219 conflitos identificados, 43 ocorreram em Magé. Deste total, optamos por trabalhar os dois anteriormente citados. Além da particularidade de terem tido como resultado a desapropriação das terras a favor dos trabalhadores, são áreas próximas entre si, que passaram por situações semelhantes no processo de luta pela terra e repressão política e tiveram os mesmos atores envolvidos em ambos os casos. A diferença entre eles é que, na gleba América Fabril, o antagonista dos trabalhadores era uma grande fábrica de tecidos, enquanto em Conceição de Suruí os reclamantes das terras eram pessoas físicas. Estudar um caso de disputa por terra entre trabalhadores e uma fábrica trará elementos para a compreensão de como ocorreram os conflitos contra um agente econômico com grande força econômica e política.

Há uma memória que se cristalizou sobre os conflitos da gleba América Fabril como um caso emblemático de resistência dos trabalhadores rurais após 1964. Por isso, torna-se interessante entender o processo de disputa por terras e repressão política nesse caso. Essa memória cristalizada se expressou, por exemplo, na narrativa de um ex-dirigente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ), Acácio Fernandes dos Santos, que atuou na Fetag/RJ no imediato pós-golpe (entrevista realizada por Leonilde Medeiros, em 1982, disponível no NMSPP/CPDA/UFRRJ). Segundo ele, Magé foi o único local no estado onde houve algum tipo de resistência dos trabalhadores rurais após 1964 e as disputas pelas terras somente cessaram com as desapropriações, em 1973, no caso da gleba América Fabril. Na visão do dirigente, nos demais locais de conflitos, a resistência só voltou a ser forte na segunda metade dos anos 1970. De acordo com as suas palavras: "Magé só cessou praticamente o conflito depois da desapropriação. Mais intenso, menos intenso; mais tenso, menos tenso, mas nunca deixou de ter conflito". A fala do entrevistado deve ser

entendida não pela informação que dá em si. Os demais capítulos deste livro mostram que houve diversos locais onde os trabalhadores rurais, a partir de variadas formas, resistiram contra a pressão de fazendeiros, policiais e outros agentes para que deixassem as terras em que viviam ou mesmo lutaram contra as péssimas condições de trabalho nas usinas. A fala de Acácio deve ser vista como a memória que se cristalizou na percepção de um dirigente sindical sobre os locais nos quais os trabalhadores rurais fluminenses resistiram e lutaram pela terra após o golpe. Há que se considerar também que a entrevista foi feita em 1982, ainda em um momento de transição política, e que Acácio fora dirigente da Federação logo após-golpe, quando compôs a chapa que substituiu a junta interventora e, no momento da entrevista, ocupava um cargo na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Se os casos das disputas pela gleba América Fabril e pela Fazenda Conceição de Suruí são indicativos de que houve uma mobilização significativa de trabalhadores em Magé na luta pelos seus direitos ao longo dos anos 1960 e 1970, principalmente, não se pode circunscrever a história de ativismo político dos trabalhadores em Magé a esses eventos. Isso porque décadas antes e depois dos conflitos da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí houve outros episódios de mobilizações envolvendo trabalhadores, sobretudo os do ramo têxtil e os rurais, conforme pode ser visto em Ribeiro (2015).

Em relação à organização dos trabalhadores rurais em Magé, um fato importante foi a criação da Associação de Lavradores do município em 1956, registrada oficialmente no ano seguinte.[5] Antes dela, e em moldes semelhantes, haviam sido criadas, em 1948, a Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu, e, em 1952, a Associação dos Lavradores Fluminenses, em Duque de Caxias. A Associação de Lavradores de Magé se opunha à Associação Rural de Magé, criada em 1951 pelo então prefeito do município Waldemar Lima Teixeira.[6]

[5] No Livro de Registro de Pessoa Jurídica (n.1: 1910-1966. fl.141) do Cartório do 3º Oficio da Cidade de Magé consta a seguinte formação da diretoria da Associação dos Lavradores do Município de Magé: Manoel Ferreira de Lima (presidente), Erondino Ribeiro (vice-presidente), Juci Melin (1º secretário), Francisco Ribeiro Garcia (2º secretário), Marciano de Oliveira Barbosa (1º tesoureiro), Lourival Vasconcelos (2º tesoureiro) e Sebastião José de Souza e José Anunciado dos Santos (Comissão Fiscal) (RIBEIRO, 2015, p. 135, nota de rodapé).

[6] As associações rurais tinham como objetivo atender as demandas dos pequenos proprietários rurais por investimentos na agricultura e por melhor infraestrutura para o apoio a produção, como o investimento em estradas vicinais para escoar a produção (RIBEIRO, 2015). Criadas em todo o país, reuniam pequenos e grandes proprietários por município e articulavam-se no plano estadual na Federação das Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro (Farerj) e, no plano nacional, na Confederação Rural Brasileira

De acordo com registros encontrados no jornal *Terra Livre* ("Mais um Sindicato Rural do Rio". *Terra Livre*, jan./1963. p. 6), a Associação de Lavradores de Magé foi transformada em Sindicato de Trabalhadores Rurais de Magé em uma assembleia no dia 25 de novembro de 1962, dias após a regulamentação da sindicalização rural, que passou a valor com a Portaria nº 355-A, de 20 de novembro de 1962.[7] A entidade recebeu no ano seguinte a carta sindical, a primeira concedida a uma ex-associação de lavradores de acordo com Ribeiro (2015).

Embora tenha sido reconhecido pelo Ministério do Trabalho, esse não foi o único grupo a ter buscado o reconhecimento sindical representando os trabalhadores rurais de Magé. Há no STR de Magé um documento que indica que a fundação do sindicato é de junho de 1962, antes da lei de regulamentação da sindicalização rural.[8] A referência a esta data foi localizada na Ata da Assembleia de Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Magé, documento consultado na própria sede do sindicato. Consta na ata que uma das primeiras ações da diretoria eleita deveria ser providenciar o reconhecimento do sindicato junto ao Ministério do Trabalho. A análise da formação das distintas chapas nos dois sindicatos evidencia as disputas em âmbito municipal pelo controle das entidades de representação dos trabalhadores rurais, conforme salientou Ribeiro (2015). Enquanto a entidade criada em junho de 1962 era orientada por Tenório Cavalcanti, importante liderança política fluminense que atuou na região, a segunda entidade, criada em novembro do mesmo ano e que conseguiu o reconhecimento sindical, tinha orientação da militância comunista. Entre seus membros estavam o presidente Manoel Ferreira de Lima, o vice Valdemar de Souza e o membro do conselho fiscal João Inácio da Silva (RIBEIRO, 2015).

Essa breve menção ao processo de conformação da organização política dos trabalhadores rurais em Magé é relevante para que a história dos conflitos por terra em

---

(CRB). Em 1965, transformaram-se em sindicatos patronais e a CRB tornou-se CNA (Confederação Nacional da Agricultura).

[7] A diretoria sindical eleita em novembro de 1962 era constituída por: Manoel Ferreira de Lima (presidente); Valdemar de Souza (vice-presidente); Benício Fonseca (tesoureiro); Adalberto Marques (procurador); José Desidério, José Antonio de Oliveira e Manoel Ferreira Rodrigues Filho (conselho fiscal); e João Inácio da Silva, Francisco Macial, Raimundo Menagatti, Gesso Chanichorro [leia-se Gerson Chernicharo], Antônio de Azevedo e Onofre Vieira (suplentes do conselho fiscal) (ver Teixeira, 2011; Ribeiro, 2015).

[8] A diretoria eleita pelo sindicato fundado em dois de junho de 1962 era composta por Orlando Jacinto (presidente), Antonio Firmino (secretário) e Auro Gomes (tesoureiro); Ernestino de Souza Guarino, Honorato Alves e Manoel Carvalho (suplentes da diretoria); Alfredo Barreto, Severino Gangorra e América Pereira (conselho fiscal); Moisés dos Santos, José Pereira e Aprígio José da Silva (suplentes do conselho fiscal) (Teixeira, 2011; Ribeiro, 2015).

torno da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí possam ser entendidos em um plano mais amplo do ativismo político que se conformava no município, mas que não estava descolado dos acontecimentos em âmbito estadual e nacional. Foi nesse momento que se constituíram importantes organizações dos trabalhadores rurais, como as federações estaduais e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), herdeira da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), no que se refere à organização sindical dos trabalhadores rurais, além de outros importantes movimentos no país, como as Ligas Camponesas e o Movimento dos Agricultores sem Terra (Master), no Rio Grande do Sul.[9]

3. Atores em cena: a conformação de *posseiros* e *grileiros* e a ocupação de terras em Magé

Posseiros e *grileiros* foram os principais antagonistas nos conflitos por terra no Rio de Janeiro a partir dos anos 1950. Essa identificação dos atores que disputaram terra no Rio de Janeiro desde a segunda metade do século XX deve ser entendida no contexto no qual esta classificação se constituiu: na e para a ação política, como sugere Grynszpan (1987).

No caso estudado, aqueles que se identificaram e foram reconhecidos como *posseiros* eram homens e mulheres com origem regional diversa que chegaram a Magé em busca de terra para viver e trabalhar. Por sua vez, *grileiros* eram aqueles que reivindicavam ser os donos legítimos das terras ocupadas. Eles mesmos não se reconheciam como *grileiros*, mas como proprietários das terras. Essa classificação é feita do ponto de vista dos trabalhadores rurais. A conformação de *posseiros* e *grileiros* se deu, portanto, na experiência da disputa pela terra.

A categoria *posseiro* tem origem na argumentação jurídica dos lavradores e de seus advogados para conseguirem na Justiça permanecer na terra através do usucapião. Com a deflagração de outras disputas por terra, *posseiro* adquiriu um significado mais amplo, englobando diversas categorias de produtores rurais. O termo supunha uma quebra de autoridade, pois questionava o direito que o opositor alegava ter. Dessa forma, referir-se ao opositor como *grileiro* era um meio de questionar sua legitimidade sobre a terra, qualquer que fosse seu vínculo jurídico com ela (GRYNSZPAN, 1987). Assim, a compreensão da conformação de *posseiros* e *grileiros* como atores políticos

[9] Para um panorama nacional sobre o processo de organização política dos trabalhadores rurais a partir dos anos 1940, ver Medeiros (1989).

não pode ser dissociada do processo de lutas por terras do qual esses atores participaram.

3.1. A fábrica *grileira*

Na disputa pela gleba América Fabril, o ator que veio a ser identificado como *grileiro* era uma fábrica: a Companhia América Fabril (CAF). Isso torna esses conflitos particulares diante das demais disputas fundiárias no Estado do Rio de Janeiro, uma vez que as lutas por terra no meio rural fluminense foram em sua maioria antagonizadas por trabalhadores contra proprietários de terras ou alguém que reivindicava a propriedade das terras.[10]

No caso dos *posseiros* da gleba América Fabril, eles precisaram se opor a um grupo econômico relevante nacionalmente, que na primeira metade do século XX chegou a ser a maior companhia têxtil do país. A CAF teve origem na Fábrica de Tecidos Pau Grande, criada em 1878 na localidade de Pau Grande, atualmente parte do Município de Magé, região próxima à gleba América Fabril. Nos anos seguintes a fábrica cresceu e expandiu seus domínios, adquirindo novas unidades fabris em diversos pontos da cidade do Rio de Janeiro.[11]

Em Pau Grande, a expansão da CAF iniciou-se ainda em fins do século XIX: em 1890 ela comprou a Fazenda Judé e em 1896 as fazendas Cachoeira, Furtado e Porto Rico, todas elas vizinhas à Fazenda Pau Grande (WEID; BASTOS, 1986). A CAF fez ainda outros investimentos. Em 1895, dispunha de uma linha férrea de sete quilômetros conectando a Fábrica Pau Grande à estação de ferro de Raiz da Serra, obra iniciada em 1889. Em 1922, foi construída uma linha férrea de nove quilômetros ligando a Fábrica Pau Grande à Fazenda Cachoeira Grande, área onde foi construída uma unidade de alvejamento da fábrica nos anos 1950 e que já nos anos 1980, também foi objeto de disputas fundiárias.

A história da expansão da CAF em Magé ganha na narrativa dos entrevistados uma versão diferente daquela mencionada até aqui e da que consta nos trabalhos citados. Para eles, a CAF seria proprietária apenas das terras onde estava localizado o núcleo original da Companhia, a Fábrica de Tecidos Pau Grande. O restante do seu domínio na região teria sido obtido através da *grilagem* de terras. Isso incluía a Fazenda Cachoeira Grande, local onde foi instalada a unidade de alvejamento da fábrica e que

[10] Outros casos de disputas por terras envolvendo trabalhadores rurais e empresas aconteceram principalmente no Litoral Sul Fluminense.
[11] Para saber mais sobre esse processo, ver Weid; Bastos (1986), Pimenta (2006) e Teixeira (2011).

serviu também como lugar de moradia de alguns operários, e a gleba América Fabril. Há, portanto, uma memória coletiva de diversos moradores da região sobre a ilegitimidade da propriedade das terras sob domínio da América Fabril assim como sobre a maneira como a empresa expandiu suas fronteiras territoriais.[12] Vale lembrar que na história do Brasil não há necessariamente uma superposição dos domínios territoriais e da titulação legal das terras, o que torna difícil precisar os limites dos domínios legais das propriedades rurais.

A concepção de que a fábrica havia grilado as terras correspondentes à gleba América Fabril e à fazenda Cachoeira Grande foi consensual entre os entrevistados, que contaram esta história com a intenção de mostrar a ilegalidade da situação da fábrica em relação às terras que foram disputadas. A concepção dos trabalhadores era que, uma vez que a Companhia América Fabril não era proprietária das terras griladas, elas deveriam pertencer a quem nelas trabalhava e delas tirava seu sustento.

Também uma matéria do jornal *Terra Livre*, de 1963, considera a CAF como *grileira* de terras:

> A América Fabril, que possui apenas 11.650 metros quadrados de terras no sexto distrito de Magé, já há algum tempo está se apoderando das terras próximas, chegando a atingir um total de 2.000 alqueires do estado, proibindo a entrada de lavradores para o cultivo da terra. Os camponeses, conhecedores da ilegalidade com que age a companhia grileira e latifundiária, procurando fugir da miséria em que vivem e evitar que seus filhos morram de fome, resolveram entrar nas terras dos latifundiários grileiros que aumentam cada vez mais. Os camponeses da região resolveram, assim, começar a reforma agrária que o governo está retardando tanto a fazer, acuado pelos latifundiários que formam a maioria do nosso Congresso ("Terras griladas pela América Fabril ocupadas por camponeses de Magé", *Terra Livre*, janeiro de 1963. nº 118. p. 6).

Ainda em alguns documentos dos anos 1970 e 1980 que compõem o processo administrativo do Incra referente à desapropriação da gleba América Fabril está indicada a condição de *grileira* da CAF em relação à área disputada. A perícia realizada

[12] Sobre o conceito memória coletiva, ver Halbwachs (2004).

nos anos 1980 para o processo de desapropriação comprovou que ela realmente não era proprietária dessas terras.[13]

Há que se considerar uma particularidade na *grilagem* dessas terras em relação ao que ocorreu em geral no restante do território fluminense nos anos 1950 e 1960. Ao que parece, a *grilagem* não tinha fins estritamente especulativos, ao contrário do que aconteceu em várias outras localidades. A expansão territorial da fábrica buscava novas terras para utilizar a área conquistada como local de moradia para os seus funcionários, como área de plantio de alimentos para o autoconsumo e comercialização para os moradores, em geral operários da fábrica e suas famílias, e como local de produção e extração de matéria-prima para a produção fabril.[14] Vale lembrar que a expansão territorial da CAF para a área vizinha ao seu núcleo original foi uma prática que remonta ao século XIX, quando a fábrica foi criada. O fato de a empresa conquistar terras e demarcar seus domínios por meio da fixação de plantações e casas na região não exclui o possível interesse especulativo da fábrica na conquista das novas terras, no sentido de mantê-las como reserva de valor.

3.2. Os *grileiros* da Fazenda Conceição de Suruí

Segundo os entrevistados, também os supostos proprietários da Fazenda Conceição de Suruí teriam adquirido aquelas terras através da *grilagem*. Um deles contou que havia quatro *grileiros* que dela se diziam donos. O primeiro era Júlio Cecílio Torres, dentista que morava em Copacabana. Depois apareceu Adriano Gonçalves Pereira e Conceição Izabel Fontes, que eram casados. Por último, surgiu Francisco Pereira Garcia, dono de uma rede de açougues em Niterói e São Gonçalo (Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010).

De acordo com os entrevistados, o principal interesse dos *grileiros* naquelas terras era especulativo, no sentido de quererem as terras para vendê-las a um valor mais alto após a sua valorização no mercado. Conforme explicou Antonio Ernesto, Albino

[13] O laudo pericial foi apresentado no dia 08 de agosto de 1984 por Anael Cesar de Oliveira, perito contratado pelo Juízo. Para uma descrição detalhada do processo que concluiu a condição de *grileira* da fábrica, ver Teixeira (2011).

[14] Salmerck Cabral da Silva, ex-funcionário da CAF e ex-dirigente da Associação de Pequenos Produtores de Cachoeira Grande (APPCG), explicou que a fábrica produzia mandioca e extraía lenha, por exemplo. O plantio de mandioca era feito para produzir uma goma que seria utilizada para engomar os fios na produção dos tecidos. A lenha era utilizada para alimentar as caldeiras da fábrica (entrevista com Geremias Cabral da Silva e Salmerck Cabral da Silva concedida a Leonilde Medeiros em julho de 2001, disponível no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Pereira Lobo, um *grileiro* que loteava terras em vários lugares do Rio de Janeiro, inclusive em Magé, ficava na Praça Mauá, centro do Rio de Janeiro, e lá encontrava pessoas interessadas em comprar terras. Ele então levava os interessados até algumas áreas para vendê-las:

> Naquela época, o ônibus pra chegar aqui, era tudo estrada de chão, ele levava umas oito horas. Ele marcava com o pessoal que ia comprar lote, fazia uns panfletos assim, pegava alguns, em 60 e pouco, tinha que sair duas horas da manhã, três horas da manhã da Praça Mauá pra chegar aqui onze horas do dia. Chegava onze horas do dia pra mostrar terreno pra vender. Teve quem comprou e depois sumiu, largou. Não tinha transporte, não tinha nada. Largou isso aí (Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010).

Antonio Ernesto explicou ainda:

> Tinha os dias dos caras, um dia entrava a condução, marcava quem queria olhar o lote pra comprar, marcava o dia, trazia. Também não tinha escritura, promessa de compra e venda, que é escritura provisória, até o cara acabar de pagar, que é pra ir pro cartório, e formar a escritura legal. Não tinha. Tanto aqui, esses caras só faziam um bloco de talõezinhos, de cem talõezinhos cada bloco, e marcava. Você pagou a mensalidade e dava uma carteirinha pra você (idem).

Antonio Ernesto fala também sobre a prática dos *grileiros* de tentar conseguir o que na época se chamava de "escritura do abraço". Por meio dessa prática, os *grileiros* tentavam comprar a terra de algum *posseiro* no interior de uma fazenda ocupada, fazendo-o assinar um documento reconhecendo a transação. O documento então era geralmente utilizado em um processo judicial com o argumento de que toda a terra adquirida referia-se a totalidade da fazenda e não somente à posse comprada. Segundo alguns entrevistados, outra prática comum entre os *grileiros* foi promover reuniões com posseiros para nessas situações conseguir uma lista de assinaturas deles. Essa lista era utilizada para forjar documentos cujo teor registrava que os signatários do documento reconheciam a propriedade da terra do suporto *grileiro*.

Segundo Antonio Ernesto, Júlio Cecílio Torres chegou à Fazenda Conceição de Suruí e comprou a terra de dois *posseiros* que já moravam lá. Conceição Izabel Fontes agiu de forma semelhante, de acordo com alguns entrevistados: ela teria comprado a posse de uma pessoa e através deste documento alegou que toda a área do entorno era

sua. Um dos entrevistados conta: “Com esse documento, ela e os advogados, com testemunha e tudo, deu entrada na Justiça para retirar o pessoal. O pessoal não recorreu a ninguém. Quer dizer, houve uma vacilação. Aí ela foi e garfou” (Entrevista com cinco lavradores de Cachoeira Grande concedida a Leonilde Medeiros no dia 30/09/1982).

As entrevistas indicam também que a ação dos *grileiros* na Fazenda Conceição de Suruí não dispensava o recurso de ameaças aos *posseiros* que ocuparam aquela região. Segundo Pelé, quando se estava na terra, ainda em condições precárias, sem casa, mas vivendo em um barraco, o *grileiro* chegava para expulsá-los, usando da força que tinha para isso.

3.3. A ocupação das terras pelos *posseiros*

A ocupação da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí remonta aos anos 1950 e início dos 1960. Diversas famílias chegavam de variadas regiões do Estado do Rio, mas também do Espírito Santo, Minas Gerais, principalmente, e do Nordeste. Buscavam um pedaço de terra para viver e plantar, como de resto acontecia em toda a Baixada. A maioria das famílias que chegaram às terras da gleba América Fabril e Fazenda Conceição de Suruí dedicou-se ao cultivo de lavouras de alimentos. É importante perceber que, enquanto esta ocupação ocorria, a CAF já estava na região.

Os entrevistados, ao relatarem a chegada naquelas terras, em geral tentavam destacar como o processo de ocupação foi difícil. Eles contaram que eram áreas relativamente desertas, pantanosas e cobertas de mato alto. “Nós abrimos tudo no peito: estradas...”, disse um dos lavradores entrevistados (Entrevista com cinco lavradores de Cachoeira Grande concedida a Leonilde Medeiros em 30/09/1982, disponível no NMSPP/CPDA/UFRRJ). Já outro entrevistado, ao falar sobre a ocupação de terras em Magé, contou que no momento em que chegou em Magé a região, “era uma mata, um deserto. Só mesmo um trabalhador rural teria coragem de entrar aqui” (idem). O trecho destaca a imagem do trabalhador rural como um desbravador, valorização feita para justificar o mérito daquelas famílias em ficarem naquela região. Antonio Ernesto contou que mesmo os *grileiros* começaram a aparecer após os trabalhadores rurais abrirem os caminhos para cavalo: “Aqui não tinha estrada, não tinha nada, fizemos no braço. Até o trilho do burro pra tirar produção foi feito no braço, fizemos tudo no braço” (Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010).

Foi comum no discurso dos entrevistados a afirmação de que chegaram à região porque souberam que havia ali terras disponíveis para ocupar.[15] No entanto, não sabiam explicar como tiveram notícias sobre essas terras, mesmo quando questionados sobre isso, mas, ao longo da conversa, acabavam revelando que antes de chegarem a Magé havia normalmente alguém na área, um parente, vizinho ou conhecido que lhes informava sobre a possibilidade de ocupar uma área. Ao que parece, havia uma rede de contatos que divulgava notícias sobre terras e trabalhos disponíveis. Segundo Antonio Ernesto, novas pessoas chegavam à região trazidas pelos seus parentes, que mandavam buscar seus familiares em outros lugares. Quando perguntado sobre como havia chegado à Fazenda Conceição de Suruí, Antonio Ernesto disse: "Ah, um vem e compra, aí vai dando notícia. Daí a pouco tá cheio de gente" (Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010).

A ocupação também aconteceu como um resultado imprevisto da construção da Estrada Santo Aleixo-Piabetá, iniciada em 1956, que provocou a valorização das terras ao seu entorno. O começo da obra na estrada coincidiu com o início da intensificação da chegada de *posseiros* na região e da reivindicação dessas áreas pelos supostos proprietários (RIBEIRO, 2015). Nesse período e até 1962 há diversos registros na imprensa que denunciavam a ação de capangas armados contra os lavradores que ocupavam essas terras, relata Ribeiro (2015).

A história da chegada de Antonio Ernesto na região é um dos exemplos do processo de chegada de famílias em Magé. Em 1962, ele e sua família deixaram o Estado da Paraíba rumo ao Rio de Janeiro.[16] Nos primeiros meses em terras fluminenses, moraram em Duque de Caxias, município da região metropolitana do estado, que faz limite com Magé. Alguns meses depois já viviam em Conceição de Suruí, no mesmo local onde vivem atualmente. Segundo Antonio Ernesto em 1962 não havia muitas pessoas em Conceição de Suruí, tendo sido ele e sua família um dos primeiros *posseiros* destas terras. Entre aqueles que estavam na região antes citou Toizinho, que fazia parte de um grupo de agricultores que havia se instalado na fazenda

[15] Nessa época, também chegou a Magé um grupo de japoneses, vindos de São Paulo, como disseram alguns entrevistados. Ao contrário de grande parte dos brasileiros, eles já traziam tratores e até financiamento ou a certeza de comercialização de seus produtos através da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC). Contudo, as entrevistas não trouxeram dados que permitissem explorar esta questão, que permanece como campo de pesquisa a ser desenvolvido.

[16] Antonio Ernesto já havia deixado seu estado natal antes. Havia morado anteriormente no Rio de Janeiro e em Brasília, na área urbana. Em 1962, retornou à Paraíba para buscar sua família para viver com ele no Rio de Janeiro.

com a permissão de Júlio Cecílio Torres, que alegava ter a propriedade das terras. Essa informação mostra que a Fazenda Conceição de Suruí não estava ocupada somente por *posseiros*, mas também por pessoas que estabeleciam acordos com o suposto dono da propriedade. Essa situação foi narrada por Toizinho e sua esposa. Em uma conversa informal, ela explicou que morava na Fazenda Conceição de Suruí à convite do Júlio Cecílio Torres. Em troca da casa e da terra para plantio, eles cuidariam da fazenda e faziam companhia para o proprietário enquanto ele estivesse na região, pois ele sempre estava sozinho porque sua família vivia na cidade. A ênfase da esposa de Toizinho em destacar o modo como chegou à fazenda teve o propósito de se diferenciar das outras pessoas que chegaram à região, segundo ela, os *invasores*. É assim que ela e seu marido se referem à família de Antonio Ernesto, por exemplo. Eles contaram que, de repente, um dia viram uma família de *paraíbas* morando em uma área que supostamente pertencia a Júlio Cecílio Torres. Perguntados sobre o que Júlio Cecílio Torres fez com os *invasores*, Toizinho e sua esposa disseram que ele foi até lá conversar com eles e pedir que saíssem, mas os *paraíbas* o ameaçaram e disseram que ficariam ali, pois aquelas terras não tinham dono. Questionados sobre o que aconteceu depois, disseram que nada, pois Júlio Cecílio Torres, um senhor de idade já avançada, ficou com medo e preferiu deixar a situação como estava.

Interessante notar que, na narrativa de Toizinho e esposa, Júlio Cecílio Torres transformou-se na vítima do processo de ocupação de terras. Essa elaboração é compreensível considerando-se que havia uma boa relação entre eles e Júlio, a quem consideravam um amigo e eram gratos por terem lhes concedido trabalho e moradia. Enquanto isso, os novos *ocupantes* eram vistos como os algozes da situação e se diferenciavam daqueles que estavam na terra com a permissão do fazendeiro.

Mas, de acordo com a entrevista com Antonio Ernesto, Júlio Cecílio Torres não aceitou passivamente a ocupação da Fazenda Conceição de Suruí e recebia de alguns *posseiros* parte dos produtos cultivados como meio de pagamento para permanecerem na terra. Para os *posseiros* estava em jogo evitar o enfrentamento direto, situação que lhes causava medo, insegurança, intranquilidade e, algumas vezes, violência física. Essa situação mostra que a relação entre *posseiros* e *grileiros* não foi só de enfrentamentos diretos. Tampouco foi feita somente do abandono das terras pelos posseiros. Entre a opção de ficar e lutar contra o *grileiro* e seus apoiadores e abandonar a terra havia dinâmicas de relação entre *posseiros* e o *grileiro* que garantiam a permanência dos *posseiros* na terra.

Se em um primeiro momento, nos anos 1950 e início dos 1960, a ocupação de terras parece ter sido a principal forma para as pessoas conseguirem um lote em Conceição do Suruí e na América Fabril, nos anos seguintes a *compra da posse* afigurouse como a prática mais comum de acesso à terra. Esse foi o caso de Pelé, que explicou que *comprar a posse* ou *comprar o direito* significava comprar as benfeitorias que havia na terra e não a terra em si. Pelé disse: "[...] quando a gente veio para cá era *direito*, você comprava o pé de planta que tinha ali, o pé de manga, o pé de banana, igual eu comprei na época, mas não era terra que a gente comprava". Entretanto, só depois, quando da investida dos *grileiros*, soube que *comprou o direito* e não a terra. Esta situação também aconteceu com outras pessoas.

A *compra do direito* de posse foi utilizada por um dos entrevistados como uma forma de se diferenciar daqueles que haviam ocupado as terras. Jair disse que quando chegou à Cachoeira Grande, em 1960, já havia muita gente na região. Ele explicou que nunca ocupou terra porque gosta de "ter o direito na sua mão". Perguntado sobre o que é comprar direito, ele disse: "Direito é a pessoa que ocupava, a pessoa que tinha a sua posse da terra, né, e pegava e vendia o direito [trecho inaudível], suas benfeitorias, né, suas bananas, suas canas, seu barraco" (Entrevista com Jair concedida a Marco Antonio Teixeira em 30/07/2010).

Muitas pessoas que se deslocaram para a região estudada não foram identificadas como *posseiros*, porque nem todos foram ocupar terras, mas sim morar na Fazenda Cachoeira Grande, área vizinha à gleba América Fabril, onde viviam aqueles que eram contratados para trabalhar na fábrica. Eram, portanto, operários da indústria têxtil, mas que dedicavam o tempo livre do trabalho na fábrica ou mesmo a mão de obra de membros da família que não eram empregados da indústria para cultivar a lavoura e produzir alimentos para o próprio consumo ou para a venda no local, feita a partir da intermediação da fábrica. Essas pessoas chegaram de diversos locais do Estado do Rio de Janeiro, mas também de outras regiões do país, com o interesse de trabalhar na fábrica e/ou na lavoura. É o caso da família de Janice Duarte, que chegou a Cachoeira Grande em meados dos anos 1940, quando ele ainda era criança, vindo de Italva, então distrito do município de Campos, Estado do Rio de Janeiro. Seu pai mudou-se para Magé quando soube que havia oportunidades de emprego em uma fábrica. Trabalhador rural, pretendia continuar trabalhando na roça e planejava conseguir para seus filhos trabalho como operário. Sobre a distribuição da terra, Janice explicou: "A fábrica mandava uma pessoa ir lá, via a terra que a pessoa queria, o tamanho que a pessoa

queria... Meu pai chamava Zé... 'Aqui é do seu Zé [...].' Eles davam... e comprava toda a produção" (Entrevista com Janice concedida a Leonilde Medeiros em 03/05/2001). A exigência da empresa para a concessão das terras, segundo Janice, era que toda a produção deveria ser vendida para a própria fábrica.

Portanto, Janice já estava instalado em Magé no momento de ocupação da gleba América Fabril. Por meio do seu depoimento pode-se perceber como a ocupação de terras pelos *posseiros* foi vista por aqueles que eram empregados da fábrica e já estavam instalados na região antes da chegada dos novos ocupantes. Na perspectiva de Janice, a área conhecida como gleba América Fabril estava sob o domínio da fábrica até o começo das "invasões" de terras pelos posseiros. Segundo ele, um grande número de pessoas de fora foi chegando e invadindo as terras e isso provocou uma reação da empresa, deflagrando assim as lutas por terra na região.[17] Janice se lembra de que pessoas desconhecidas chegavam e pegavam seu pedaço de terra, não poupando nem mesmo as terras com lavoura dos funcionários da fábrica que lá se localizavam, embora essa prática não tenha sido muito comum. (Entrevista com Janice concedida a Leonilde Medeiros em 03/05/2001).

Manoel Ferreira contou que as pessoas chegavam e logo iniciavam plantação. Mas não faziam isso sem encontrar resistência. Algumas vezes, os *posseiros* eram hostilizadas pela polícia e pelo pelotão do Exército, que atuavam com o objetivo de inibir sua instalação nas terras, a pedido dos agentes da fábrica. Alvino França, administrador da área rural da CAF, contou como a fábrica reagiu diante destas ocupações: "[...] primeiramente a Companhia botou policiamento aí para vigiar, para ninguém entrar. Aí veio outro policiamento mais alto que aquele e botou o pessoal para correr. Aí o pessoal entrou, mais de 500 pessoas..." (Entrevista com Alvino França, concedida a Leonilde Medeiros em 02/05/2001). Alvino França dizia que avisava à fábrica que havia pessoas invadindo as terras e que não se intimidava com a chegada dos ocupantes. De acordo com as suas palavras:

> Eu ainda tinha peito de entrar no meio deles, com revólver na cintura, aquela coisa, não é? [trecho inaudível] Eu tinha que

[17] Antonio Ernesto disse: "Porque o pessoal tem um negócio de falar invasão, e diz que se invade uma coisa quando tá pronto pra comer ou beber, você bota essa mesa aqui cheia de salgadinho... Aí o dono, que tá acomodando, tem muita gente, principalmente, diz: 'espera a hora, que a gente vai anunciar, todo mundo tem a participação, de comer o bolo'. Daí a pouco nego invade, tem a invasão. Isso é invasão; mas a terra não. A terra é ocupada pra fazer dar fruto" (Entrevista com Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 21/07/2010).

> andar armado. Chegava aquela turma de Minas, de mineiro para trabalhar comigo, como é que eu ia fazer? Eu tinha que andar armado. [trecho inaudível] Nunca me dei mal. O resto que trabalhava aí comigo é tudo mal falado até hoje aí. Administrador igual eu é difícil... (Entrevista com Alvino França concedida a Leonilde Medeiros em 02/05/2001).

Este trecho revela não só a autovalorização do entrevistado, mas também dá indícios de uma possível intimidação que ele exercia sobre os demais trabalhadores, dando uma dimensão do tipo de tensão à qual os posseiros foram submetidos.

Também parece ter influenciado na chegada de pessoas de diversas partes do estado e do país em Magé a atuação de Tenório Cavalcanti no município, político fluminense era proprietário do jornal *Luta Democrática*, onde havia anúncios sobre a disponibilidade de terras livres para viver e cultivar, sobretudo a partir de 1959. [18] Um destes anúncios dizia:

> Sítios e chácaras em Magé. Sem entrada e sem juros. Centro de grande produção, todas as ruas abertas com valas laterais, sítios demarcados, muita água, matas e rios. Fornecimento gratuito de mudas. Cooperativa em final de organização e escola pública em funcionamento. Condução de trens e ônibus passando junto ao loteamento. Reserve um lugar em nossas caminhonetas, sem qualquer despesa (*Luta Democrática*. 26/02/1959. p. 4. Citado por RIBEIRO, 2015, p. 176, nota de rodapé).

Conforme indicam os documentos que compõe o processo BNM 302 que investigou as ocupações de terra em Magé, houve grupos de trabalhadores e de pessoas ligadas a Tenório Cavalcante que organizaram a instalação de trabalhadores nas terras de Magé, algumas vezes em colaboração e outras não. Essa prática foi criminalizada e o processo BNM 302 é expressão disso. Talvez por isso alguns dos entrevistados tenham preferido dizer que não se lembravam de como souberam de terras disponíveis para ocupar. Ou talvez por isso eles tenham esquecido como chegaram a Magé. Pode tratar-se de uma artimanha da memória, silenciar ou esquecer seletivamente um passado sobre o qual não se quer falar ou sobre o qual não se lembra mais.

Tenório Cavalcante foi importante não só no processo de ocupação da gleba América Fabril e Fazenda Conceição de Suruí, em Magé, mas também em outros municípios do Rio, como Duque de Caxias e Cachoeiras de Macacu. Influente político,

[18] Para saber mais sobre Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque, ver Grynszpan (1987; 1990).

construiu sua liderança política na Baixada Fluminense através do uso da violência e de mecanismos clientelísticos, prestando assistência e segurança.

Além da atividade política, Tenório dedicou-se também às funções de jornalista e advogado. Como jornalista, criou o jornal *Luta Democrática*, em 1954, peça fundamental para ampliar sua área de penetração e legitimar seu discurso por meio da formação de uma opinião pública favorável. Como advogado, Tenório atuou nos anos 1950 em casos rumorosos.[19] Com sede no Rio de Janeiro, o jornal foi se expandindo e criando filiais em alguns bairros, como Campo Grande, e municípios, como Niterói, capital do Estado do Rio na época, Duque de Caxias e Magé. A inauguração da filial do jornal em Magé ocorreu em setembro de 1954, durante a campanha eleitoral de Tenório. Essa sede fechou no início de 1956 (RIBEIRO, 2015).

O vínculo entre Tenório e os lavradores começou a se formar na campanha para o governo fluminense, em 1962. A *Luta Democrática* manteve sua posição favorável aos lavradores após o pleito e a derrota de Tenório. Um grupo ligado ao jornal e ao deputado passou a incentivar e até mesmo promover resistências e ocupações de terras (GRYNSZPAN, 1987, 1990). Tendo se constituído como liderança política a partir da região de Duque de Caxias, sua influência exerceu-se também em Magé. De acordo com Silveira-Lindoso, correligionários de Tenório Cavalcante buscavam ampliar a influência de deputado no estado, sobretudo na Baixada Fluminense. Foi por isso que se aproximou dos trabalhadores rurais.

Em Magé, os correligionários de Tenório organizavam os *posseiros* para ocuparem as terras dominadas pela fábrica e os orientavam sobre como proceder após a ocupação: deveriam limpar a mata e construir um barraco para marcar presença nas terras ocupadas.

A aproximação de Tenório das classes populares deve ser entendida no contexto de seu afastamento da UDN, quando empreendeu uma virada política em sua trajetória, mudando de forma radical seu discurso, propostas e alianças. De acordo com Grynszpan:

> Num quadro marcado pela polarização e a intensificação dos embates políticos, buscando diversificar e ampliar seu campo de ação alargando, ao mesmo tempo, suas áreas de penetração eleitoral, competindo localmente com setores de esquerda e

[19] Como o "Crime da Machadinha" e o "Crime do Sacopã". No primeiro, Araci Abelha era acusada de matar seu marido e no segundo o réu era o tenente Bandeira (GRYNSZPAN, 1987, 1990).

> trabalhistas, embora aproximando-se, no âmbito Federal, do Governo presidido por João Goulart, Tenório adotaria palavras de ordem como a da reforma agrária e o combate ao imperialismo, passando a dar suporte a manifestações e movimentos reivindicatórios operários e camponeses (GRYNSZPAN, 1990).

Deve-se deixar claro que, no pré-1964, Tenório estava afastado das forças udenistas às quais esteve ligado por muito tempo e passou a alinhar-se às forças nacionalistas e democráticas. Fez parte da frente que lutou pela posse de Jango e deu respaldo às bandeiras reformistas (BELOCH, 1986). Sua nova posição política tornava-o inimigo do novo governo que se instaurara e por isso fora cassado após o golpe de 1964.

A presença de Tenório em Magé é lembrada por alguns entrevistados. Antonio Ernesto, antes de mudar-se para Conceição de Suruí, havia conseguido um lote de terra através dos homens que trabalhavam para Tenório Cavalcanti e que ele havia conhecido em Duque de Caxias. A manutenção de um corpo de funcionários para atuar como intermediário local de Tenório se fez necessária na medida em que se tornou uma figura nacional, o que reduzia as oportunidades de um contato prolongado, direto e personalizado com seus clientes. Dessa maneira, os intermediários eram uma forma de garantir a manutenção, o fortalecimento e mesmo a expansão de seus vínculos com sua clientela local (GRYNSZPAN, 1990).

Antonio Ernesto contou que homens, a mando de Tenório, dividiam os lotes da região para as pessoas que chegavam de diversos lugares do estado e do país.[20] Num contexto de crescente mobilização, no início da década de 1960, os próprios homens de Tenório ocuparam terras para em seguida trazer os *posseiros*. Para esta tarefa, o domínio no uso e na administração da violência e a experiência na constituição de grupos armados foram fundamentais (GRYNSZPAN, 1990). Uma vez que as fazendas eram ocupadas, Tenório, em Brasília, e a *Luta Democrática* começavam a pressionar com o objetivo de obter a desapropriação e a entrega destas terras aos camponeses. Grynszpan diz que, concomitante a este trabalho, comissões de *posseiros* eram formadas e levadas por Paulo Valente, primo e antigo secretário particular de Tenório, às autoridades, e manifestações eram promovidas nas cidades, sobretudo em Niterói,

[20] Neste momento, Pelé, que também participava da entrevista, concordou com Antonio Ernesto, confirmando a história que ele contava sobre Tenório. Este gesto é ilustrativo da memória dos entrevistados sobre a presença de Tenório em Magé (Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010).

então capital do estado, reivindicando a terra. Quando a desapropriação era obtida, tratava-se de alardear a notícia de que ela se devia ao esforço de Tenório (GRYNSZPAN, 1990).

De acordo com Antonio Ernesto, "[Tenório Cavalcanti] foi o braço forte de todo mundo aqui. Ajudou os *posseiros* a dar cobertura, que dividiu a terra da América Fabril" (Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010). Ele, porém, não quis o lote obtido através de Tenório, pois era pequeno e não seria suficiente para abrigar toda a sua família. Foi então que rumou para Conceição de Suruí, onde havia notícias de terras ociosas.

Outro entrevistado que mencionou o apoio de Tenório Cavalcanti nas ocupações de terras em Magé foi Jair, morador da gleba América Fabril. Segundo ele, Tenório levava alimento para as pessoas da região; orientava-as sobre como proceder em determinadas ocasiões, como na elaboração de um documento, e ficava do lado do trabalhador quando este sofria pressão para deixar as terras ocupadas: "Tenório foi um grande companheiro nosso" (Entrevista com Jair, concedida a Marco Antonio Teixeira em 30/07/2010). Ele conta ainda que os trabalhadores iam até a casa de Tenório em Caixas pedir ajuda quando era necessário (idem). Além disso, o fato de Tenório receber as pessoas em sua residência para lhes oferecer ajuda revela o tipo de relação de proximidade que este político buscou estabelecer. Citando o livro de uma das filhas de Tenório (CAVALCANTI, 1986), Grynszpan (1990) relata que ele havia constituído um serviço que funcionava durante todo o dia para receber as pessoas que iam lhe fazer pedidos. Para este trabalho, havia três secretárias e 30 atendentes que segmentavam as pessoas por assuntos como emprego, comida, documentos e problemas familiares.

Deve-se entender a atuação de Tenório junto ao campesinato como uma forma de afirmar-se como uma nova liderança no contexto nacional. Para este objetivo, aproximar-se daqueles que ganhavam destaque como atores importantes na cena política, constituindo-se em legítimo representante e porta-voz deste grupo, parecia ser uma estratégia rentável. "Por isso mesmo, seriam estabelecidos vínculos com as organizações camponesas existentes no estado, passando Tenório e seu jornal a apoiar, estimular e dar cobertura a ações suas como invasões de terras" (GRYNSZPAN, 1990, p. 18).

Apesar de manter um corpo de intermediários para atuar nos locais a seu mando, a aparição de Tenório em alguns eventos era uma maneira de o político marcar sua

presença, sempre que possível, no estado e em manifestações e encontros, intervindo e prestando auxílio em problemas pontuais que surgiam (GRYNSZPAN, 1990).

Os entrevistados que fazem referência a Tenório são, em sua maioria, aqueles que estavam em Magé há mais tempo, pois sua atuação se deu no início dos anos 1960 e restringiu-se ao apoio no momento de ocupação daquela área por pessoas vindas de diferentes locais do estado e do país. A sua em Magé se encerrou nos primeiros meses de 1964, porque em 13 de junho desse mesmo ano, Tenório teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos com base no Ato Institucional nº 1.[21] Beloch relata os passos de Tenório após sua cassação:

> Afastado da cena política, Tenório recolheu-se a seu reduto eleitoral, confinou-se ao ambiente em que florescera como fenômeno político-social. Permaneceu desde então a maior parte do tempo em seu sítio de Gramacho, localidade do município. Manteve, contudo, os vínculos com a população caxiense, desenvolvendo sua obra filantrópica, a Fundação São José e o Colégio Maria Tenório. A *Luta Democrática* ressentiu-se da marginalização do proprietário e foi declinando, com tiragens cada vez mais reduzidas, até ser arrendada em 1973 a um grupo de jornalistas encabeçado por Raul Azedo. No final de 1977, o jornal esteve a ponto de deixar de circular, sendo editado apenas esporadicamente. Sob nova propriedade, voltou às bancas em 1980 mas não conseguiu recuperar o antigo prestígio (BELOCH, 1986, p. 60).

4. Deflagração da luta pela terra na gleba América Fabril e na Fazenda Conceição de Suruí, a reação da Companhia América Fabril e o começo da repressão política contra os trabalhadores no pré-1964

Em linhas gerais, os conflitos nestes locais tiveram início a partir da resistência dos *posseiros* às ameaças de despejos empreendidas pelos *grileiros.* A CAF e os supostos donos da Fazenda Conceição de Suruí tentaram despejar os *posseiros* com a intenção de banir os novos ocupantes das terras sobre as quais diziam ter domínio. Alguns *posseiros*, entretanto, recusaram-se a deixar a terra ocupada. Foi o início de uma resistência que atravessou a segunda metade da década de 1960 e a primeira de 1970.

Em setembro de 1962, a CAF enviou um telegrama ao governador fluminense José de Carvalho Janotti, no qual informava que as terras da empresa estavam sendo

[21] Para detalhes sobre o destino de Tenório nos anos seguintes a sua cassação política, ver Beloch (1986).

invadidas por um grupo de pessoas, levadas para a região em caminhões, e cujo objetivo era subverter a ordem pública. De acordo com o documento, a intenção do grupo em permanecer nas terras era comprovada pelo fato de ali se instalarem com grande quantidade de alimentos, armazenados para durar dias (RIBEIRO, 2015). Concomitantemente, a empresa entrou com uma ação judicial solicitando reintegração de posse das áreas denominadas Cachoeira, Furtado e Porto Rico (área também conhecida genericamente como Rio do Ouro e que compreende a área aqui em estudo, a gleba América Fabril). O juiz concedeu o mandado de reintegração de posse a favor da Companhia. Enquanto isso, o governo fluminense acionou a Secretaria de Segurança Pública e enviou ao município um agente policial, Idemar da Silva Soares, destinado a "promover minuciosas investigações em torno das invasões de terra que vinham ocorrendo nas terras da Cia América Fabril" (Relatório da Delegacia de Polícia do Município de Magé de 19/12/1962, BNM 302, p. 178-189). Esse agente produziu um relatório, que serviu de base para a avaliação do juiz Nicolau Mary Júnior, que determinou que fosse instaurado um inquérito policial na delegacia de Magé contra um grupo de pessoas consideradas como líderes da ocupação da gleba e responsáveis por tentar desencadear na prática a reforma agrária. O inquérito foi desenvolvido pelo delegado Wilson da Silva Jardim (RIBEIRO, 2015).

O relatório apontou, a partir das investigações realizadas, a participação de Gerson Chernicharo, Aprígio Ferreira da Silva, Orlando Jacinto e Terezinha Vilanova no que foi considerado a invasão das terras da Companhia América Fabril. De acordo com o relatório, todos eles eram "fiéis servidores de Gerson, incumbidos de transmitir suas ordens aos camponeses, cobrar-lhes as contribuições, distribuir-lhes as terras e acitá-los (sic) no sentido de perturbar a ordem social e política para objetivos do comunismo internacional" (idem). O grupo liderado por Gerson Chernicharo obedecia a ordens superiores do então deputado federal Tenório Cavalcanti, e isso não foi identificado pelo investigador naquela ocasião, apontou Ribeiro (2015).

O relatório indica também a existência de outro grupo responsável pela ocupação das terras da gleba América Fabril. Trata-se de Astério dos Santos, Manoel Ferreira de Lima, Irun Sant'ana, Darcy Câmara (vulgo "Darcy Cananeia"), Manoel Paulo Filho, Valdemar de Souza (vulgo "Valdo") e Ismael Mesquita. O relator afirma que essas pessoas

> constituem outro grupo, que age de comum acordo com Gerson Chernicharo e seus prepostos, e que cooperam por todos os meios e modos para a subversão da ordem, desde a incitação à luta pela violência, até a desobediência da ordem judicial, com o mesmo objetivo de estabelecer a luta social e conflito armado para lograrem proveito ideológico, já que se trata de militantes do partido comunista (Relatório da Delegacia de Polícia do Município de Magé de 19/12/1962, BNM 302, p. 178-189).

O relatório é estruturado em alguns tópicos, sendo o primeiro a descrição dos indiciados e os demais intitulados: “Luta pela violência, atentado contra bens e desobediência coletiva”; “Comícios sem autorização da autoridade”; “Esbulho possessório”; “Atentado contra serviço de utilidade pública”; e “Estelionato”. Cada um desses tópicos serviu de subsídio para o enquadramento penal dos acusados. Mencionar esses aspectos é importante para que se entenda a classificação feita pelos agentes de investigação e julgamento sobre os acontecimentos em questão, indicando uma posição favorável à CAF em detrimento dos trabalhadores.

O relatório é concluído com a indicação do indiciamento de todos os acusados supramencionados, pelos seguintes crimes com base no Código Penal: Esbulho Possessório (art. 161 §1º, II); Estelionato (art. 171); Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública (art. 265). E também foram enquadrados na Lei 1.802/53 (Lei de Crimes Contra o Estado e a Ordem Política e Social), por “incitar diretamente e de ânimo deliberado as classes sociais à luta pela violência” (art. 12); por “incitar publicamente ou preparar atentado contra pessoa ou bens, por motivos políticos, sociais ou religiosos” (art. 15); por “instigar, publicamente, desobediência coletiva ao cumprimento da lei de ordem pública” (art. 17); e por “convocar ou realizar comício ou reunião pública a céu aberto, em lugar não autorizado pela política, ou desobedecer a determinação da autoridade competente sobre a sua dissolução, quando tumultuosa ou armada” (art. 19).

Em 25 de junho de 1963, ainda no período democrático, o Ministério Público Militar realizou denúncia contra os acusados e a partir disso se constituiu uma ação penal contra eles, a ação penal 7741 e da sua apelação STM n° 38.350, que constituem o processo BNM 302. Os motivos elencados na acusação seguiram aqueles apontados no relatório mencionado, no que se refere ao Código Penal. Em relação à Lei n° 1.802, de 05/01/1953, que define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências, repetiram-se as acusações com base nos artigos 12, 15 e 17,

incluiu-se o artigo 22, alínea “a” (por fazer publicamente propaganda de processos violentos para a subversão da ordem política ou social) e se excluiu o artigo 19 (denúncia do Ministério Público, com data provável 25/07/1963, pois é uma data manuscrita no documento, 2ª e 3ª ocorrências, p. 10-16).

A denúncia feita pelo Ministério Público Militar apresenta uma “descrição dos fatos”, da qual destacamos alguns pontos tidos como relevantes (BNM 302, p. 10-16, 1115-1116, 1277-1299). Os cinco primeiros indiciados, em ordem cronológica (Gerson Chernicharo, Terezinha Vilanova, Aprígio Ferreira da Silva, Orlando Jacinto e Ismael Mesquita)[22] são acusados de

> a pretexto de darem início à reforma agrária, em meados de 1962, encetaram movimentos de natureza subversiva contra a ordem pública, através de ocupação de vasta área de terras de propriedade da Companhia América Fabril, no 6º distrito de Magé. Assim, sob orientação dos três primeiros e com efetiva participação dos outros dois, usando de artimanhas, semeando vãs promessas, lograram captar a boa-fé de mais de trezentos humildes camponeses, uns da própria região, a maioria de plagas distantes, deste e do estado do Espírito Santo, transportando-os por meio de caminhões para o 6º distrito de Magé (Piabetá e Rio do Ouro), onde invadiram e passaram a ocupar vários alqueires de terras da aludida Companhia América Fabril, o que fizeram com ameaças graves aos diretores da empresa e seus colonos. E, concomitante, com o esbulho possessório, apossaram-se de todas as lavouras brancas situadas na localidade, devastaram diversa reservas florestais, fizeram roçadas, erigiram choupanas e algumas plantações.

As cinco pessoas mencionadas são acusadas de incitar os lavradores à luta pela violência, instigando-os a resistir ao cumprimento da medida judicial. Os demais acusados no processo, Manoel Ferreira de Lima, Valdemar de Souza, Benício Fonseca, Levy Martins dos Santos e Pedro Silva Jordão, são acusados de:

> com o eventual afastamento dos integrantes do primeiro grupo, assumiram o comando das novas incursões às propriedades rurais do município, o que fizeram precedido da arregimentação de lavradores de regiões estranhas, elevando a mais de quatrocentos. De então, nos meses de março e abril do corrente ano (1963), invadiram vastas áreas que compreendem a Fazenda Cachoeirinha, de propriedade de Durval de

[22] Há a informação no processo de que os cinco indiciados pertenciam à Associação dos Lavradores de Santo Antônio, presidida por Gerson Chernicharo.

> Menezes, e integrante do patrimônio da Imobiliária Durval de Menezes Ltda. e Sítio Santa Amélia, pertencente ao General Antônio Gomes Carvalheiro [...]. Como resultante do ilícito procedimento, nova eclosão se fez sentir contra a ordem político-social.

O documento menciona ainda que novas "invasões" foram registradas por inspiração dos mencionados indiciados, dessa vez no 4º Distrito de Magé. De acordo com a denúncia do Ministério Público Militar, eles usaram de processos anteriores para dirigir a ocupação das fazendas Marylandia e Caioba, de propriedade do cidadão Benjamin Fonseca Rangel, e Vale das Cascatas, pertencente a Imobiliária Goulart Ltda.

Esse segundo grupo é considerado integrante do Sindicato dos Pequenos Lavradores e Produtores Autônomos de Magé, antiga Associação dos Lavradores de Magé, presidido, nas palavras do documento, pelo "extremista" Manoel Ferreira de Lima. O uso do termo "extremista" não se dá sem motivos, mas visa construir uma imagem de um inimigo que busca romper com a ordem social por meio de ações vistas como radicais, tais como ocupações de terras e resistências armadas.

No trecho do relatório citado a seguir aparece claramente a maneira como a investigação interpreta as atividades dos acusados. São esses os elementos que caracterizam o que a investigação entende como sendo um caráter subversivo dos acusados.

> Ainda os mesmos indiciados, à guisa de promoverem a reforma agrária no município, sem os suportes da lei, lançam-se aos processos violentos, com exclusivo propósito de subverter a ordem pública: aqui realizando invasões de propriedades alheias; ali promovendo comícios, reuniões, e fazendo declarações ostensivas à imprensa, concitando sempre os camponeses a se rebelaram contra as autoridades; acolá pela distribuição ostensiva de boletins agitadores, além da elaboração de planos subversivos tendentes à implantação de um estado de convulsão social.

É interessante notar que a denúncia oferecida pelo Ministério Público enquadra os indiciados em uma série de sanções previstas em lei, mas algumas dessas sanções em específico nos permitem refletir sobre a dimensão política não só da denúncia em questão, mas também da repressão frente aos conflitos no campo, que se manifestam já desde o pré-64.

No relatório, o investigador analisa que o grupo que ele identificou como de

comunistas, formado por Manoel Ferreira de Lima, Darcy Câmara, Irun Sant'Anna, Astério dos Santos e Valdemar de Souza, com o propósito de investir na "subversão social", entrou em entendimento com Gerson Chernicharo, passando a colaborar com ele. O relatório menciona que sequer a reintegração de posse obtida pela empresa freou o processo de chegada de novas pessoas na região levadas por Gerson.

> Tudo isso sem mencionar as acusações habituais de que os líderes dos posseiros estavam elaborando "planos subversivos tendentes à implantação de um estado de convulsão social", tendo em vista que "sem os suportes da lei, lançaram-se aos processos violentos" [BNM 302. fl.10.]. Sob este aspecto, porém, a singularidade – ao menos para aquele município – era o registro de que homens armados percorriam a região em defesa dos posseiros. Dentre os depoimentos, destacamos a fala do advogado da América Fabril, Jayme dos Santos Figueiredo, afirmando que, devido à atuação desses "bandos" nas terras de sua cliente, o gerente da fábrica teria solicitado a cessão de três soldados à fábrica de pólvora Estrela, vinculada ao Exército Brasileiro (EB), para que pudessem vistoriar a área do manancial e da usina que abastece o bairro de Pau Grande. O advogado foi ainda mais incisivo ao afirmar que os posseiros "estão ali a mando do deputado Tenório Cavalcanti", que "garantiria a permanência nas terras" [BNM 302. fls.52-53], citado por RIBEIRO, 2015, p 179-180.

O trecho citado oferece também mais um indício da articulação existente entre agentes privados e públicos na atuação contra os trabalhadores. De acordo com o advogado da CAF, o gerente desta fábrica solicitou o apoio do Exército para vistoriar uma área da empresa. O trecho mostra também que em alguma medida havia uma articulação entre os atores locais em suas ações contra os trabalhadores, como ilustra o pedido de apoio da CAF à fábrica de pólvora Estrela.

A questão da defesa armada que o deputado oferecia aos posseiros parece ter sido um dos elementos responsáveis pelo desencadeamento de uma separação entre o grupo do Manoel Ferreira e o grupo do Tenório. Em entrevista concedida a Leonilde Medeiros ainda em 1982, citada por Ribeiro (2015), Manoel Ferreira afirma ter negado o apoio armado de Tenório. Em momento anterior, durante o depoimento que prestou no decorrer do processo do qual era acusado, Manoel Ferreira afirmou que em razão de divergências políticas, Gerson Chernicharo teria se afastado da região aproximadamente em dezembro de 1962, desaparecendo logo depois junto com os seus demais aliados. Por outro lado, Gerson também deixou claro, em depoimento, suas desavenças com

Manoel Ferreira, que teriam se iniciado por “ciúmes do mesmo, devido ao seu trabalho assistencial” [BNM 302. fl.399], citado por Ribeiro, 2015, p. 180.

Ribeiro (2015) sugere que as investigações do processo aberto na delegacia de Magé sofreram influência das diversas ocupações de terra que se intensificaram na região no pré-1964, sobretudo na área da beira da estrada Santo Aleixo-Piabetá, tais como a Fazenda da Cachoeirinha, de propriedade de Durval de Menezes, e integrante do patrimônio da Imobiliária Durval de Menezes Ltda., e do Sítio Santa Amélia, pertencente ao general Antônio Gomes Carvalheiro. Com isso, o inquérito motivou a abertura de um processo no Superior Tribunal Militar (STM) após 1964 que só foi concluído em 1970. O processo no STM se baseava na tese de que os trabalhadores acusados estavam colocando em risco a segurança nacional, como foi comum a outros processos semelhantes na época.

Um dos resultados desse processo foi a prisão de Manoel Ferreira de Lima. Sua prisão preventiva e de outros trabalhadores havia sido decretada ainda em julho de 1963, mas Manoel Ferreira esteve foragido até 1964, quando foi preso em 8 de abril, de acordo com Ribeiro (2015). Em entrevista concedia a Sonia Gonzaga em 1980, citada por Riberio (2015, p. 226), Manoel Ferreira relata:

> (...) Fui conduzido pra prisão de Itaboraí e naquela prisão passei sacrifícios. (...) Com dois dias veio um elemento oficial, me reconheceu e ainda disse o seguinte: “Ainda tá vivo? É muita sorte!” (...) Mais ou menos no dia 11 a polícia de Magé foi me tirar (...). Me algemaram, os braços pra trás, vim sendo espancado desde Itaboraí até Magé, só na cara (...). Pois bem, chegando na cadeia (...) mais de dez me pisaram a pele, me seguraram, isto é, algemado, então a mais de dez fiquei um molambo. Fiquei duas horas quase sem sentido (...). Fui tirado pra presença do juiz e ele então me fez a pergunta: onde é que eu estava refugiado quando da prisão preventiva. E eu contei onde estava e ele ficou um pouco duvidoso porque eu tava vizinho aqui do município. Pois bem, eu estava ali, e na hora eu disse ao Dr. Juiz que já estava quatro dias sem alimentação e que não aguentava mais pancada. (...) Então o juiz ordenou que me desse alimentação e que não me espancasse mais (...).

Manoel Ferreira de Lima e outros acusados responderam por esse processo até os anos 1970, quando ele foi concluído. Vale lembrar, entretanto, que o processo de contenção do que era visto como “atos subversivos da ordem” começou a ser desenvolvido ainda no pré-1964, durante o regime democrático, denotando que as

forças conservadoras que buscavam abortar o processo de reforma agrária em gestação atuaram muito antes da instauração do regime civil-militar em 1964.

5. Repressão no campo: formas de violência contra os trabalhadores rurais

Em Magé, o STR foi mais um entre tantos sindicatos que fecharam no Brasil após o golpe. Nos arquivos do STR, após a ata da assembleia geral extraordinária do sindicato, realizada em 21 de junho 1962, somente foi encontrado um novo registro em 27 de julho de 1968, por ocasião de uma assembleia eleitoral. Embora a ausência de registro de atas de assembleias não signifique necessariamente a inexistência da atuação sindical, este dado é indicativo de que, por um momento, o STR provavelmente não funcionou normalmente.

Medeiros (1989) avalia a ação dos trabalhadores rurais no pós-golpe. Para a autora, onde os sindicatos se reestruturaram, suas ações se destinaram basicamente a garantir alguns direitos conquistados no período anterior. Em locais onde os conflitos fundiários existiam, quando o sindicato agia, era buscando garantir que os trabalhadores permanecessem na terra, seja através de ações na justiça, seja por meio do pedido de desapropriação da área com base no Estatuto da Terra.

Em Magé, a mobilização dos trabalhadores do campo não desapareceu, pelo menos nos casos da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí. Entretanto, seguiu sob ameaças e perseguições.

Antonio Ernesto conta que, após o golpe, a perseguição aos trabalhadores rurais cresceu em Magé. Os despejos passaram a acontecer do dia para a noite e as intimidações aumentaram. Os *grileiros* passaram a agir com mais intensidade, inclusive com apoio dos policiais, e começaram a despejar os trabalhadores rurais de suas casas mesmo sem mandado judicial. Segundo alguns entrevistados, os policiais apenas alegavam que os trabalhadores rurais eram *subversivos* ou *comunistas* e isto era suficiente para justificar o despejo. Os policiais agiam, conforme foi relatado em algumas entrevistas, a mando dos *grileiros*, que os pagavam para executar os despejos. Para Antonio Ernesto, foi um tempo difícil e por isso era preciso ter cuidado em suas ações, pois qualquer ato podia ser utilizado pela polícia como justificativa para prendê-los e/ou agredi-los.

Estas falas dão materialidade à observação de Palmeira (1985) sobre a gravidade da repressão contra os líderes sindicais e trabalhadores com militância sindical no campo, uma vez que foram atingidos pela intervenção direta do aparelho repressor

estatal e pela violência privada dos proprietários. O medo de ser despejado, agredido ou mesmo assassinado fez com que inúmeros trabalhadores e suas famílias deixassem a terra ocupada rumo a outro lugar. Outros, por sua vez, resolveram permanecer e lutar pela desapropriação.

Ao longo da década de 1960 e primeiros anos da de 1970 ocorreu também um movimento de saída de *posseiros* das terras ocupadas. Os entrevistados revelaram que este abandono deveu-se à forte pressão que os *posseiros* sofriam dos *grileiros*. A saída dos *posseiros* é, portanto, um indício de que a ação dos *grileiros*, pelo menos em parte, foi bem-sucedida. Indica também o grau de tensão a que estavam submetidos. De acordo com os entrevistados, o abandono da área aconteceu durante todo o período da luta pela terra na região, mas se intensificou nos momentos nos quais a repressão era mais forte, como no pós-golpe de 1964. A referência ao medo da violência em suas diferentes expressões (agressões, ameaças, destruição de benfeitorias etc.) foi o principal motivo para os trabalhadores deixarem suas casas e fugirem da repressão que vinham sofrendo. Um entrevistado relatou, por exemplo, que em 1964, após uma ação do Exército, que despejou e queimou as casas de alguns *posseiros*, estes abandonaram a terra ocupada. Outro entrevistado contou que abandonou a vida no campo e foi trabalhar na cidade devido ao perigo constante de despejo. Outros trabalhadores rurais e suas famílias tiveram o mesmo destino (Entrevista com cinco lavradores de Cachoeira Grande concedida a Leonilde Medeiros em 30/09/1982). O depoimento de Antonio Ernesto coincide com os anteriores. Ele explicou que os *posseiros* deixavam suas terras porque temiam ser despejados e porque tinham medo da polícia e da violência. O fato de eventualmente aparecer alguém morto gerava ainda mais medo entre as pessoas, que temiam ser a próxima vítima. Segundo ele, somente na gleba América Fabril foram três vítimas fatais, em circunstâncias que, até hoje, permanecem sem esclarecimentos.

A ameaça ou a ocorrência de despejos e/ou atos violentos, entretanto, não provocou a saída de todos os trabalhadores das terras ocupadas. Foi significativo o número de *posseiros* que, junto com suas famílias, permaneceram na terra. Ao que parece, foi principalmente a falta de alternativas de mudança para outro local que fez com que essa fosse a opção. Mas não foi só isso. Também a concepção de que a ação dos *grileiros* era um ato injusto, pois a terra deveria pertencer a quem nela trabalhava, mobilizou famílias a não deixarem suas posses.

Antonio Ernesto está entre os que resolveram permanecer na terra. Contudo, mesmo na sua família, esta opção não foi consensual. Alguns deles abandonaram a

região após serem ameaçados de morte por um dos *grileiros*. No trecho a seguir, ele fala sobre suas motivações para ter permanecido na Fazenda Conceição de Suruí.

> Marco: Por que o senhor resolveu ficar?
> Antonio Ernesto: Porque eu digo ó, a minha família nunca correu de rastro de onça, só quando vê a onça. Botei na cabeça que ia ficar aqui. Fiquei aqui, comecei a trabalhar, logo depois eu casei aí mesmo, com uma menina da roça mesmo, vamos fazer 44 anos de casado. Estamos aí. O homem tem que ter coragem, primeira coisa é coragem, muita fé naquilo que ele faz. O cara não pode desanimar. Ou, se ele olhar assim, se voltar no meio do caminho, mais nada dele vai pra frente (Entrevista com Antonio Ernesto concedida a Marco Antonio Teixeira em 05/05/2010).

Mais do que a recusa em perder os bens que conquistou, está presente uma concepção de que não considerava justa sua saída da terra ocupada sem direito a nada, uma vez que, depois de ter passado por momentos difíceis, conseguiu se estabelecer na terra, construir benfeitorias e produzir alimentos.

Quase todos os entrevistados se referiram, com mais ou menos detalhes, a algum episódio de despejo ou ameaça de despejo. Era comum falarem também sobre intimidações, agressões e até mesmo assassinatos. Em geral, era no momento do despejo ou em virtude da sua ameaça que outros atos violentos eram cometidos contra os *posseiros*. Contudo, as violências contra os trabalhadores rurais e suas famílias não se restringiram a estes momentos, embora ainda estivessem vinculados à questão da luta pela terra.

Despejos, destruição de benfeitorias, agressões físicas, assassinatos, tentativas de despejo e intimidações foram considerados atos violentos pelos atores que vivenciaram esses episódios. A quantidade de referências aos episódios de despejo ou à sua ameaça parece proporcional ao desencontro destas informações. É difícil precisar quando eles ocorreram e a sua recorrência. No entanto, a lembrança recursiva deste tipo de ação na memória dos entrevistados é indicativa de como estes atos foram marcantes.

Em geral, os entrevistados explicam que os despejos eram ações empreendidas pelos *grileiros* para expulsar os *posseiros* das terras onde moravam e trabalhavam. Para efetivarem os despejos e garantirem seu sucesso, os *grileiros* pareciam estruturar uma rede de colaboradores. O despejo era empreendido por policiais, Exército e/ou por uma polícia privada (identificados pelos entrevistados, muitas vezes, como *jagunços*) e

contava com o apoio da Prefeitura de Magé, conforme mencionado no depoimento citado anteriormente. Todos eles estavam vinculados, na percepção dos trabalhadores, a algum *grileiro*, que era o mandante da ação. No trecho a seguir, Janice Duarte ressalta a vinculação entre a fábrica (*grileira*), no caso da disputa por terra na gleba América Fabril, e o Exército e a polícia em uma ação de despejo.

> [...] a fábrica botava o Exército em cima deles [os posseiros], eles dormiam no mato, vinham aqui mesmo, tem muita história aí que eles dormiam no mato.
> Marco: Por quê?
> Janice: Porque senão a polícia vinha e apanhava eles a mando da fábrica (Entrevista concedida a Marco Antonio Teixeira em 30/07/2010).

A vinculação entre *grileiros* e policiais aparece também na fala de Antonio Ernesto, bem como a perseguição e vigilância a que estavam submetidos alguns *posseiros*: "O problema do *grileiro* naquela época é porque eles perseguiam com a polícia, com os jagunços, eles observavam até a hora que o cara ia à cidade fazer uma compra. O cara tinha que ir de dia e voltar de dia porque de noite era mais difícil" (Entrevista concedida a Marco Antonio Teixeira em 05/05/2010). Na mesma entrevista, o trecho abaixo, no qual Antonio Ernesto discorre sobre o episódio de um homem que foi assassinado, é elucidativo das forças que cometiam atos violento contra os *posseiros*, mostrando a vinculação entre ação privada (dos *grileiros*) e forças do Estado.

> Antonio Ernesto: Teve companheiro nosso, Manuel Francisco Flor, morava no quilômetro 5,5 da Rio-Friburgo, sumiram com ele. [...] Ficou quatro dias os urubus já estavam comendo ele no campo, trabalhando na roça. E outros companheiros que sumiram, que até hoje ninguém sabe onde que entrou. Tempo da ditadura eles sumiam com o cara que ninguém via.
> Marco: Quem era que sumia com essas pessoas?
> Antonio Ernesto: Eram os *grileiros.*

Antonio Ernesto atribui a violência à ditadura, mas quando perguntado sobre quem cometeu o ato violento, responde que foram os *grileiros*. O que esta história revela, longe de ser uma confusão sobre os adversários dos trabalhadores rurais na luta pela terra, é a dupla perseguição a que estes sujeitos estiveram submetidos, como ressalta Palmeira (1985).

Para executar os despejos os *grileiros* contavam também, em algumas situações, com a conivência do Poder Judiciário de Magé, nos casos dos despejos executados por ação judicial. Segundo Altamir Pettersen, que foi assessor jurídico da Fetag/RJ e do STR de Magé nos anos 1970 e posteriormente se tornou assessor jurídico da Contag, os despejos, até o final dos anos 1960, eram coletivos: os advogados dos *grileiros* argumentavam que a terra em questão havia sido invadida por várias pessoas antes de 1964 e requeriam a posse da terra de volta. A partir de fins dos anos 1960 e início da década de 1970, as ações de despejo passaram a ser individuais, visando à expulsão de um ou outro trabalhador (Entrevista com Altamir Pettersen concedida a Marco Antonio Teixeira em 23/06/2011).

Em geral, após expulsar os trabalhadores e suas famílias das terras ocupadas, casas e lavouras eram destruídas. Mas as benfeitorias dos lavradores não eram o único alvo das ações dos *grileiros*. Os próprios *posseiros* foram fisicamente agredidos, segundo alguns entrevistados. Janice, que na época era funcionário da fábrica e vivia na Fazenda Cachoeira Grande, pôde ver os acontecimentos ocorridos na gleba América Fabril. Ele contou que a polícia tirava os moradores das suas casas através de agressões físicas: "Porque o pessoal era tirado daqui embaixo de porrete mesmo. A lei aqui, não discutia no Fórum não, a polícia chegava aqui batia em todo mundo..." (Entrevista com Janice Duarte concedida a Marco Antonio Teixeira em 30/07/2010). Na entrevista com Antonio Ernesto e Celita, eles também citaram casos de agressões físicas dos policiais contra os *posseiros* nos momentos dos despejos. Sobre estes casos eles contaram:

> Marco: E como eles despejavam todo mundo?
> Celita: A polícia.
> Marco: Eles chegavam e faziam o quê?
> Celita: Enfiavam o cacete.
> Antonio Ernesto: Bate, três, cinco, seis que tão ganhando dinheiro com isso, mete a mão, bota abaixo. [...]
> Marco: Quebravam as coisas...
> Antonio Ernesto: É, quebra tudo, não pode fazer nada (Entrevista com Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 21/07/2010).

O próprio Antonio Ernesto foi vítima de uma tocaia dos *grileiros*, que tentaram matá-lo:

> Antonio Ernesto: Escapei da morte, me cercou pra me matar quatro da manhã, tocaia.
> Marco: Como foi isso?
> Antonio Ernesto: Aqui, nesse morro ali. 1975, por aí. Eu ia pra luta quatro da manhã.
> Marco: O senhor estava indo para onde?
> Antonio Ernesto: Trabalhar, pro Rio. A bem dos trabalhadores.
> Marco: E o que aconteceu?
> Antonio Ernesto: Os dois caras meteram a lanterna, igual caçador faz com a paca, com o gambá, com o bicho do mato. Fogo [...], pulei na pirambeira, cabei a camisa, igual lagarto, de costas, mais de cinquenta metros dentro do mato (idem).

Antonio Ernesto falou mais sobre este episódio em outro trecho da mesma entrevista:

> Quando eu escutei, mais de 40 metros, o cara gritou, sentou a lanterna na minha cara, “é ele mesmo, fogo nele!”, vazei de costas mesmo, a pirambeira, sumi, no meio do mato. Saí na casa de um amigo que mora até hoje, chama-se Pelé. Hoje eu tô contando a história, mas muitos companheiros, muitos amigos, até hoje velho, vai contar a história do que ele sofreu, que ele passou (idem).

A perseguição sobre Antonio Ernesto parece ter sido intensa, possivelmente por ele ter sido uma das principais lideranças na luta contra os *grileiros* na região. Já com o gravador desligado, ele contou que a cada dia saía com uma roupa diferente para escapar da vigilância. O controle sobre Antonio Ernesto foi feito também pela Polícia Federal. Ele precisou mensalmente, durante cerca de um ano, em 1970, se apresentar para essa polícia. Em todas as situações, ele era interrogado sobre o que fazia, por onde passava, se viajava, entre outros assuntos. O interrogatório durava cerca de duas horas e no fim ele era obrigado a aguardar ser liberado, o que só ocorria no fim do dia. Segundo Antonio Ernesto, foi sua passagem por Brasília, quando trabalhou como cozinheiro para os militares, antes de envolver-se com os conflitos sociais no campo, que o salvou desse interrogatório, pois ele tinha. boas referências de pessoas importantes e isso contribuiu para que ele não fosse preso.

Antonio Ernesto contou ainda que muita gente desapareceu durante a ditadura, em Magé. Ele citou o destino trágico de dois dos seus companheiros, narrando detalhes de como os assassinos faziam para sumir com o corpo das suas vítimas.

> A gente tinha um companheiro chamado Zé da Bota, mataram ele trabalhando [...]. O outro companheiro que era [...], ficou três dias e três noites, o urubu já tava começando a comer ele [...]. Naquela época eles usavam muito. Pegavam o cara, as duas pernas, os dois braços, levava pro rio, com mais de três metros de fundura, quatro metros, amarrava um arame forte no pescoço e uma pedra de vinte quilos e jogava. A pedra afundava ele, levava, aí o peixe comia, acabou. Ia responder o quê? Acabou. O tempo da ditadura foi muito difícil. O Manuel Francisco Flor, é até pernambucano ele, a família dele passou a morar em [trecho inaudível], estive duas vezes lá para dar assistência à mulher dele, porque ele sumiu, não tinha nada. Para conseguir uma pensão por desaparecimento (Entrevista com Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 31/10/2010).

Jair afirmou, em entrevista, que após 1964 muita gente sumiu e a pressão em cima dos líderes começou. Muitos colegas foram apanhados. Jair se salvou porque dizia para a polícia e o Exército que não tinha nada a ver com aquele movimento de luta pela terra. Seu argumento era que ele trabalhava com o frete do caminhão que tinha e os trabalhadores rurais eram um dos clientes. Segundo seu depoimento, alguns colegas estão em cadeira de rodas porque foram torturados, inclusive gente de Magé. Comenta ainda que a época da ditadura foi de muito sofrimento e tristeza, e que só não foi pego porque Deus o guardou, pois ele estava sempre junto com as pessoas envolvidas na luta pela terra (Entrevista com Jair concedida a Marco Antonio Teixeira em 30/07/2010).

Além dos atos violentos em si, como as destruições de casas e lavouras, agressões, assassinatos e sumiços, a tensão vivida cotidianamente pelos trabalhadores de que algum desses atos pudesse vir a acontecer é constantemente lembrada nas entrevistas. Pelé falou sobre a insegurança que vivia no tempo em que era *posseiro*, pois temia que os *grileiros* o expulsasse das terras ocupadas:

> A gente aqui tinha aquela coisa: você amanhecia, não sabia que ia anoitecer. Anoitecia... Era sempre assim. Porque os grileiros... [...] Então era aquilo, a gente plantava uma batata, não sabia que ia colher a batata, plantava o aipim, não sabia que ia colher (Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010).

As entrevistas citadas aqui revelam casos de mortos e desaparecidos no período da ditadura civil-militar que não entraram nas estatísticas. Indicam que foi significativa a violência que se abateu sobre os trabalhadores rurais já no imediato pós-golpe.

Embora se restrinja a um estudo de caso, a pesquisa, ao revelar aspectos da repressão política que se abateu contra trabalhadores rurais de Magé, situação até então pouco conhecida pela literatura acadêmica, aponta para a necessidade de realização de outros estudos que venham dar visibilidade às histórias de homes e mulheres que viviam no campo brasileiro, muitos deles atingidos pela ditadura e até hoje invisibilizados.

Referências bibliográficas

BARREIRA, César. *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão.* Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BELOCH, Israel. *Capa preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

CASTIGLIONI, A. H. Mudanças na estrutura demográfica do Espírito Santo ocorridas durante a segunda metade do século XX. *Geografares*, nº 7, 2009.

CAVALCANTI, Sandra Tenório. *Tenório, Meu Pai*. São Paulo: Global, 1986.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: (1950-1964)*. 2 v. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

GRYNSZPAN, Mario. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* São Paulo, n. 14, 1990.

GRYNSZPAN, Mario. Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (História social do campesinato).

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas e camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, São Paulo, 1995.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. *Retalhos de memórias: trabalho e identidade nas falas de operários têxteis do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1992.

PUREZA, José. *Memória camponesa*. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

RIBEIRO, Felipe. *Operários à tribuna: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964)*. Dissertação (Mestrado em História Social). FFP/UERJ, São Gonçalo, 2009.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973*). Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memória da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

SILVEIRA-LINDOSO, Maria José. *A ambiguidade na transformação: um estudo sobre ideologia*. São Paulo: USP, 1983.

TEIXEIRA, Marco Antonio. *Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

THOMPSON, Edward P. (1987). *A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade*. v. 1. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WEID, Elisabeth Von der; BASTOS, Ana Marta Rodrigues. *O fio da meada; estratégia de expansão de uma indústria têxtil: Companhia América Fabril: 1878-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Confederação Nacional da Indústria, 1986.

Os conflitos por terra no litoral sul fluminense (1964-1985): um aspecto da ação do setor empresarial na ditadura civil militar

Iby Montenegro de Silva*

1. Introdução

Entre os anos de 1964 e 1985 o Brasil viveu um período de negação de valores democráticos e de arbítrio do Estado (RODRIGUES, 2014), muito embora o período não tenha sido homogêneo, tanto no sentido das ações políticas, econômicas e sociais implementadas pelo governo civil militar[1], quanto no sentido da repressão feita por este governo sobre aqueles que não se conformaram com suas ações[2].

O regime foi instituído em 1964, contudo apenas em 1978 começou a ocorrer um lento desmonte das leis de segurança estabelecidas[3]. A anistia só foi decretada em 1979 libertando gradualmente prisioneiros políticos e permitindo o retorno de exilados.

* Iby Montenegro de Silva, mestre pelo CPDA/UFRRJ. Bolsista de Treinamento e Capacitação Técnica no Projeto "Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)".

[1]No presente artigo nos referiremos ao período ditatorial como um período regido por um governo civil militar, com destaque para a participação dos empresários. Isso porque, como veremos, o setor empresarial foi protagonista nos conflitos ocorridos no litoral sul fluminense no período da ditadura.

[2] Para Pereira (2010,p.55), "a repressão brasileira veio em duas ondas distintas", marcadas pela decretação de dois atos institucionais. O primeiro decreto estabelecido pelo novo governo foi o Ato Institucional nº 1 (AI 1), que conferiu ao Executivo Federal o poder de alterar a Constituição e cassar mandatos legislativos e direitos políticos de adversários do regime; além disso, estabeleceu as eleições indiretas para a presidência da República. O Ato Institucional nº 5 (AI-5), estabelecido em 1968, suspendeu o *habeas corpus* para crimes contra a segurança nacional, conferindo liberdade de ação às forças de segurança no tratamento dos presos. Conforme o autor, na primeira 'onda' as polícias (militar e civil) procuravam reprimir trabalhadores e militares críticos ao regime, além de pessoas suspeitas de pertencerem ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e de serem partidários de João Goulart. A segunda onda foi mais brutal e mais generalizada: foram ações voltadas para repreender o surgimento de uma esquerda armada. Sua violência alargou-se para a também repressão a estudantes, acadêmicos, jornalistas, cléricos.

[3] Há diferentes leituras sobre o processo de abertura do regime ditatorial. Para Fausto (2008), o governo Geisel (1974-1979) se associa ao início da abertura política, vale dizer, período que o próprio general presidente 'definiu como lenta, gradual e segura' (p. 489). Para o autor, foi o confronto entre a Igreja Católica e o Estado, e, mais especificamente, os reflexos no Estado da relação entre as Forças Armadas e o poder que gerou uma necessidade de uma distensão do governo: "O poder fora tomado pelos órgãos de repressão, produzindo reflexos negativos na hierarquia das Forças Armadas" (p. 490). A liberalização do regime seguiu um caminho difícil, por um lado, pela própria vontade de Geisel em manter o controle da abertura no caminho de uma democracia conservadora (evitando que a oposição chegasse ao poder), por outro, por pressões à Geisel feitas pela linha-dura do governo, que 'se manteve como uma contínua ameaça de retrocesso até o fim do governo Figueiredo' (FAUSTO, 2008, p.490). Contudo, o próprio autor mostra que foi apenas em 1978 que o governo iniciou ações para encaminhar a restauração das liberdades públicas, posto que foi apenas em outubro deste ano que o Congresso aprovou a emenda constitucional nº11, revogando o AI-5. Esta revogação entrou em vigor em 1 de janeiro de 1979.

Em 1988 foi instituída a nova Constituição e apenas em 1989 findou-se efetivamente o governo de transição (período Tancredo-Sarney 1985-1989)[4].

Sobre a periodização do governo ditatorial, autores apontam para perspectivas diferentes. Por exemplo, as autoras Carneiro e Cioccari (2011), que focam seu trabalho na repressão feita no meio rural no período compreendido entre 1962-1985, apontam para o fato deque a violência no campo é recorrente em toda a história do Brasil, porém, elas advertem para o período compreendido entre 1962-1985, uma vez que neste tempo

> a violência privada era exercida sob a cobertura e o estímulo oficial, baseada em compromissos de classe que aliviam grandes proprietários e empresários rurais ao governo militar. A lei da violência que caracterizava as práticas privadas vinha ao encontro dos interesses defendidos pelo regime a fim de barrar a organização crescente dos trabalhadores do campo. (CARNEIRO e CIOCCARI, 2011. p. 26)

Já Campos (2014), cujo trabalho tratou da relação entre as empreiteiras e o Estado ditatorial, critica a visão de que o fim da ditadura ocorreu em 1985, visto que no governo de transição perduraram traços de continuidade relacionais entre o empresariado que constituía o aparelho do Estado ditatorial e então governo.

Além do debate sobre a periodização da ditadura, é preciso ressaltar o panorama geral no qual a ditadura brasileira ocorreu: no período entre 1960 e 1980 houve a implantação de ditaduras em diversos países da América Latina e

> ...todos esses regimes surgiram em sociedades parcialmente industrializadas que, tomadas em conjunto, formavam a região da América Latina mais economicamente desenvolvida. Eles possuíam burocracias estatais relativamente grandes e capazes, e usaram a capacidade técnica do Estado para intervir na sociedade de formas novas e mais amplas. Todos eles declaravam lealdade à defesa da 'segurança nacional', uma concepção de conflito político da época da Guerra Fria, que fundia o Estado e nação e obscurecia a distinção entre agressão interna e externa, guerra e paz, atividades políticas comunistas e não comunistas e ataques armados contra o Estado, por um lado, e discordância e posição pacífica, por outro. (PEREIRA, 2010, p. 53)

[4] Em 1985 o governo foi entregue aos civis, muito embora este tenha sido um momento de transição, quando as eleições foram feitas de maneira indireta. Em janeiro deste ano foi eleito Tancredo Neves, no entanto, sua posse não ocorreu pois foi internado às pressas por conta de uma doença. Tancredo morreu em 21 de abril de 1985 e José Sarney assumiu a presidência, ficando até o ano de 1989.

A ditadura instaurada no Brasil marcou a história do país, sobretudo pelas suas ações repressivas, sendo a mais conhecida a cometida contra os que eram qualificados como *subversivos da ordem*: estudantes, sindicalistas, trabalhadores urbanos e rurais, religiosos, que foram mortos, torturados, presos ao serem classificados pelo governo como pessoas perigosas à segurança nacional, ou seja, como parte de organizações de propagação das ideias comunistas no país (muito embora, nesse conjunto, também fossem englobadas as pessoas críticas ao regime). Em suma, constituíam "os contrários ao regime, os opositores, as pessoas que não concordavam com a falta de democracia e com o autoritarismo instalado no país desde 1964" (GUAZEZELLI e TORRES, 2014, p. 230).

Nessa perspectiva em que o governo civil militar atuava, não por acaso, ele agiu repressivamente contra aqueles que, de alguma maneira, se colocaram resistentes aos seus projetos de alavancar a industrialização no Brasil. Resumidamente, o governo civil militar buscou aprofundar a modernização da indústria e dos serviços, visando com isso atender aos interesses de empresas multinacionais e seus associados[5]. Para tal, ele também fez uso de violência[6].

Essas relações – Estado e empresas; industrialização e repressão – já eram existentes em momentos muito anteriores da história do país, fatos relatados em pesquisas sobre a história das lutas sociais no campo como as vistas em Medeiros (1989) e Medeiros (2014)[7]. Garcia e Palmeira (2001) mostram que ainda no início do século XX, o espaço físico e o poder social econômico brasileiro encontravam-se concentrados nas mãos dos detentores de grandes propriedades rurais: eram plantações, voltadas, sobretudo, para os mercados internacionais. Era o café, a cana de açúcar, o algodão, a borracha, o cacau, o fumo. Não se tratava, contudo, de 'comunidades rurais

[5] Em nível global, ao longo do início do século XX forjaram-se novas formas de capitalismo, através de articulações entre as várias formações sociais nacionais. Estas articulações tiveram como uma de suas expressões organizacionais as corporações multinacionais (DREIFUSS, 2008). No Brasil, o capital 'nacional', predominantemente formado no governo de Getúlio Vargas, conseguiu coexistir em sua forma associada a empresas pertencentes ao Estado. "Mesmo neste último caso, o capital transnacional teria ainda um papel central através de joint venture (empreendimentos conjuntos) entre o Estado e corporações multinacionais, além de exercer controle multinacional parcial das ações de empresas estatais brasileiras". (DREIFUSS, 2008, p.58)

[6] Maiores informações ver Medeiros (1989; 2014), Carneiro e Cioccari (2011). No caso do Rio de Janeiro, especificamente, ver Guanziroli (1983)

[7] Também é exemplo o trabalho de Dreifuss (2008), sobre a relação do empresariado com os aparelhos da ditadura, e de Campos (2014), sobre a participação das empreiteiras na estrutura do Estado autoritário. Os trabalhos feitos por Medeiros (1989; 2014) trazem aspectos de como a relação do empresariado com o Estado ditatorial refletiu no meio rural e na repressão cometida pelo governo aos trabalhadores rurais e seus apoiadores. Também vale ressaltar o trabalho que vem sendo feito pelo Coletivo Mais Verdade, que se debruça sobre os diversos setores empresariais que se favoreceram na época.

isoladas', mas sim, de comunidades com relações comerciais que mantinham redes com as cidades que as interligavam aos portos de exportação (GARCIA e PALMEIRA, 2001)[8]. Szmrecsányi (1996), ao refletir sobre o surgimento da agroindústria no país, também ressalta que as atividades de produção de insumos para a agropecuária não era novidades na história do país[9], muito embora até o século XIX fossem de caráter manufatureiro.

A mudança se deu da metade para o final deste século XIX, quando a produção de insumos começou a se dar fora dos domínios do setor agropecuário, dando origem a novas formas de relacionamento entre o setor e os consumidores de seus produtos: houve uma diminuição da 'indústrias rurais' (SZMRECSÁNYI, 1996), e, crescentemente se deu a formação da agroindústria moderna, ou seja, empresas que agregam investimentos de processamento em escala industrial de um produto a uma rede de fornecedores de bens agrícolas, com parâmetros definidos e equiparados (GARCIA e PALMEIRA, 2001)[10].

Com o golpe de 1930 e a entrada de Getúlio Vargas ao poder, nasceu um novo tipo de Estado, consolidando um padrão de desenvolvimento baseado nos setores urbanos e industriais da economia, voltado para atender um mercado interno em franca expansão (SZMRECSÁNYI, 1996). Contudo, este novo Estado manteve a relação entre com o capital agrícola e industrial[11].

A mudança do país, de um modelo agropecuário primário exportador para uma economia de substituição de importações com bases urbana e industrial, ocorreu, conforme Fausto (2008, p.327), pelos seguintes motivos: 1) a atuação econômica

[8] "Assim é que as mudanças no sistema de transporte, como a implantação da rede ferroviária em finais do século XIX, tornaram possível a expansão da fronteira agrícola, permitindo que espaços ocupados por mata atlântica fossem apropriados por novas fazendas de café." (GARCIA e PALMEIRA, 2001, p.42). Esse fato relaciona-se com o item posterior de nosso artigo: os projetos de desenvolvimento realizados pela ditadura na região do litoral sul fluminense e a forma como se deu a ação repressiva aos trabalhadores que ali residiam.

[9] "... a agroindústria canavieira, por exemplo, faz parte da paisagem brasileira praticamente desde o início da colonização, enquanto que formas embrionárias da produção de insumos e equipamentos para a produção agropecuária já se encontravam presentes, quer no latifúndio escravocrata (como atividades integrantes de complexos rurais relativamente autônomos), quer em minifúndios de sitiantes independentes (como atividades complementares à agropecuária)" (SZMRECSÁNYI , p.60).

[10] "O termo agroindústria conhece, portanto, uma modificação de seu significado quando referido às unidades implantadas no final do século XIX (como as usinas de açúcar) ou as fábricas urbanas criadas na segunda metade do século XX" (GARCIA *et* PALMEIRA, 2001p.44).

[11] A crise econômica mundial em 1929 trouxe consequências drásticas para o mercado do café, pois diminuiu bruscamente os preços internacionais, fato que fez com que muitos fazendeiros ficassem endividados. De acordo a Fausto (2008), houve o desentendimento entre o setor cafeeiro e o governo federal de Washington Luís, posto que os fazendeiros solicitaram concessões de novos financiamentos e de uma moratória de seus débitos. A negação das solicitações ajudou a ampliar clima de insatisfação com o governo vigente.

voltou-se gradativamente para os objetivos de promover a industrialização; 2) a atuação social, tendente a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando, a seguir, a uma aliança de classes promovida pelo poder estatal; 3) o papel central atribuído às Forças Armadas – em especial o Exército- como suporte da criação de uma indústria de base e, sobretudo, como fator de garantia da ordem interna.

Ainda, para o autor,

> Podemos sintetizar o Estado Novo sob o aspecto socioeconômico, dizendo que representou uma aliança da burocracia civil e militar com da burguesia industrial, cujo objetivo comum imediato era o de promover a industrialização por considerar que era o caminho para a verdadeira independência do país; os militares porque acreditavam que a instalação de uma indústria de base fortaleceria a economia- um componente importante de segurança nacional; os industriais porque acabavam se convencendo de que o incentivo à industrialização dependia de uma ativa intervenção do Estado (FAUSTO, 2008, p. 367)

O governo varguista visava o fortalecimento da indústria nacional e isso se mostrou mais evidente no Estado Novo. A aproximação entre a burguesia industrial e o governo Vargas ocorreu principalmente a partir de 1933, contudo, para Fausto (2008), tal aliança não significou identidades de opiniões: a burguesia industrial era menos radical no apoio ao intervencionismo do Estado e na ênfase contra o capital estrangeiro. As investidas desenvolvimentistas perpetuaram ao longo do governo de Juscelino Kubitschek[12] e acabaram por derivar na abertura do capital brasileiro ao capital estrangeiro, além de uma ainda maior concentração de renda no país.

Ao longo de todo esse processo, os interesses empresariais se fortaleceram, fato evidente na formação de um aparelho civil e militar de perfil modernizante (DREIFUSS, 2008): a *intelligentsia*[13] empresarial era a junção de diretores de corporação multinacionais e diretores e proprietários de interesses associados, administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estatais, oficiais militares.

[12] Dentre outros, marcou a entrada do Brasil em um endividamento externo. No final do governo de Juscelino Kubitschek uma recessão econômica se instalou no Brasil devido a problemas no balanço dos pagamentos e a alta inflacionária.

[13] "Essa estrutura de poder político de classe do bloco multinacional e associados era corporificada numa *intelligentsia* empresarial" (DREIFUSS, 2008, p78).

Tal *intelligentsia* apoiou o golpe de Estado em 1964 e, ao longo do regime, teve seus interesses favorecidos[14] (DREIFUSS, 2008; CAMPOS, 2014).

Vale ressaltar ainda que todo esse processo de mudanças do país para um padrão de desenvolvimento baseado na substituição de importações também teve ênfase na urbanização, que acabou por promover um grande êxodo rural: muitos homens e mulheres migraram[15] do campo para as cidades, posto que o centro dinâmico da economia e os poderes social, cultural e político passaram se localizar mais contundentemente nas grandes metrópoles (GARCIA e PALMEIRA, 2001; SZMRECSÁNYI, 1996).

Albuquerque (1987) ainda alerta sobre outro aspecto dessas mudanças: ele traz a evolução do padrão da posse da terra entre os anos de 1940 e 1980, baseado no Censo Agrícola[16] e conclui que nestes 40 anos muito pouco foi modificado em termos de estrutura fundiária no Brasil, no que diz respeito à grande parte da população agrícola. Ao passo disso, houve o aumento da concentração de terras.

Em outra perspectiva, durante todo esse processo houve ações de repressão contra trabalhadores rurais e seus apoiadores, entretanto, como já mencionado, o período ditatorial marcou uma singularidade no sentido dessa violência exercida. Após o golpe de 1964, aumentou significativamente a repressão às organizações dos trabalhadores rurais: suas principais lideranças foram presas, entraram na clandestinidade ou foram assassinadas. Também houve a desarticulação das lutas em curso, muito embora elas não tenham desaparecido (MEDEIROS, 1989).

[14] Conforme Dreifus (2008), além do apoio militar, os interesses multinacionais no Brasil de 1960 também receberam assistência das organizações políticas de seus países bases, bem como dos governos destes países. Assim, a fonte básica do poder multinacional encontrava-se na sua capacidade tecnológica e no seu controle de capital internacional.

[15] Szmrecsányi (1996) destaca que, tanto a urbanização quanto a industrialização não tiveram início na década de 1930, no entanto, ambas inegavelmente se acentuaram a partir daí. "Em ambos os casos, trata-se de processos inicialmente induzidos pela intensidade do crescimento das atividades agroexportadoras desde meados do século passado. Foi, porém, no período acima referido que se verificaram simultaneamente uma crescente concentração espacial da indústria na região /sudeste, mais particularmente no estado de São Paulo, e uma progressiva difusão do processo de urbanização acelerada em todo o território nacional" (p.71).

[16] O autor ainda traz as seguintes informações: o número total de estabelecimentos rurais aumentou de 1,9 milhões para mais de 5,1 milhões durante estes anos, ou seja, mais de 171%; a área agrícola total aumentou em 87%, ou seja, de 197 milhões para 369 milhões de hectares; contudo, os estabelecimentos agrícolas com menos de 10 hectares, que em 1940 eram responsáveis por 34,4% do total e ocupavam apenas 1,5% do total da área rural, em 1980, correspondiam a mais de 50% e ocupavam 2,4% da terra (o tamanho médio das propriedades neste grupo diminuiu de 4,42 hectares para 3,45 em 1980, agravando o problema dos minifúndios, segundo o autor); em outra parte, as áreas de mais de 1000 hectares em 1940 correspondiam a 1,5% do número total de estabelecimento e ocupavam 48,3% do total das terras, em 1980, eram menos de 1% das propriedades, ocupando mais de 45% das terras disponíveis (ou seja, durante este período o tamanho médio das propriedades deste grupo aumentou de 3431 hectares para 3506 hectares).

Importa dizer que, neste tempo autoritário as lutas dos trabalhadores rurais em muito se fizeram em razão do sentimento de injustiça[17] em relação ao lugar a eles destinados dentro dos planos desenvolvimentistas promovidos pelo governo. Também se fizeram pelo sentimento de inconformidade às políticas determinadas. Por exemplo, na década de 1970, as políticas se voltaram principalmente para a modernização das atividades produtivas e para o estímulo à ocupação das áreas de fronteiras, por meio de projetos agropecuários de grandes empresas do setor industrial e financeiro, em detrimento das maneiras tradicionais de modo de vida dos agricultores.

Como dito, qualquer questionamento *da ordem* colocava os críticos ao governo civil militar como *subversivos*. As lutas no campo e na cidade entraram em refluxo, com a repressão que passaram a enfrentar (MEDEIROS, 1989). No início deste tempo, as lutas passaram a se dar como resistências isoladas, no entanto, elas foram se intensificando e, não por acaso, no final da década de 1970, os trabalhadores rurais se expressaram como atores importantes do processo de redemocratização do país (MEDEIROS, 1989). Tal expressão se deu em nível nacional e contou com a participação de distintos mediadores políticos[18]. São exemplo os sindicatos rurais e, a partir de meados dos anos 1970, a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Também sujeitos como advogados e padres de perfil progressista, que apoiaram a luta destes trabalhadores.

Dado este panorama geral, o presente artigo se atem a refletir sobre a repressão cometida pelo governo civil militar aos trabalhadores rurais do estado do Rio de Janeiro. Mais especificamente, a repressão cometida àqueles que resistiram a pressões empresariais, favorecidas pelo Estado.

[17] Barrington Moore Jr. (1987), que observou as situações de vida dos operários alemães do final do século XIX e começo do século XX e o modo como eles respondiam às transformações de seu cotidiano ao longo da queda das corporações de ofícios e da ascensão das novas formas industriais, dedicou-se a entender o sentido da injustiça social dado pelas pessoas no interior de processos conflitivos. Com isso, o autor entende que, primeiramente, as normas que governam a conduta de uma sociedade antevêem ao sentimento de justiça. Logo, o sentimento de indignação é sentido em relação a essas normas, seja pelo sentimento de descumprimento delas, seja por indagação a sua razão ou eficácia. Nas suas palavras: "Sem normas a governar a conduta moral não haveria um fato como a indignação moral ou um sentido de injustiça. Da mesma maneira, a consciência da injustiça social seria impossível se os seres humanos pudessem ser convencidos a aceitar toda e qualquer norma" (p. 21)

[18] Nos baseamos no conceito de mediação elaborado por Neves (2008). Para a autora, mediação é a ação que articula significados aparentemente fragmentados em significados de caráter mais universal. Desta forma, um mediador profissional é aquele que consegue unir em uma ação ou norma um conjunto de significados sociais, encontrados em ações produzidas em contextos diferentes, relativamente inacessíveis entre os agentes sociais. No entanto, cabe ressaltar que as formas de mediações podem legitimar modos de dominação entre agentes.

A pesquisa "Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro 1946-1988) identificou 219 conflitos por terra ocorridos no Rio de Janeiro ao longo do período. Deste total, 56 ocorreram no litoral sul[19], região que abriga os municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty[20]. Nesta região os projetos de desenvolvimento trouxeram uma multiplicidade de empresas turísticas, resultando no despejo das populações locais de suas terras. Esses indivíduos não só foram expulsos, como foram reprimidos e violentados, além de terem sido marginalizados quanto às decisões sobre a reconfiguração socio-espacial em curso. As ações de despejo e repressão em grande medida foram feitas por agentes privados que agiram em nome das empresas (que eram, sobretudo, do setor industrial e turístico). Também foram feitas por policiais e outros representantes do Estado, que agiam em razão dos projetos e das empresas que ali chegavam.

Em Paraty, foram destacados os casos ocorridos na Praia do Sono; Trindade; as Fazendas Taquari, São Roque e Barra Grande; Campinho da Independência; São Gonçalo; em Angra dos Reis foram destacados os casos de Santa Rita do Bracuí e de Japuíba. Em todos eles a construção de um trecho da estrada BR101, conhecida como Rio-Santos, aparece como emblemática no desencadeamento de conflitos. Muito embora a ideia para sua construção já existisse desde os anos de 1950, ela efetivou-se como projeto nos anos 1970, a partir de um plano turístico do Estado ditatorial para a região, o Projeto Turis, feito pela Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) para a reordenação física e social do litoral, voltado para a implementação do turismo.

Reforça a importância de se debater sobre os conflitos ocorridos no litoral sul fluminense o fato de que a repressão ali cometida contra os trabalhadores rurais se deu de maneira direta: através de queima de suas casas e ameaças a mão armada; também se deu contra as suas organizações, sejam as formadas ao longo do processo conflitivo, sejam as organizações que se colocaram como representativas de suas lutas. Esta última repressão, por vezes, era feita sob o manto do combate aos *subversivos*: ocorreram sob os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) de Angra dos Reis e de Paraty, a

[19] Para o litoral sul fluminense, foram utilizados documentos midiáticos que, de alguma maneira, publicizaram o contexto no qual ocorreram estes conflitos; documentos elaborados por agentes sensíveis à causa dos atingidos, tais como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Angra dos Reis e de Paraty, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro, a Comissão Pastoral da Terra, a Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro e a Igreja progressista; documentos da polícia política, tais como os Inquéritos Policiais Militar e relatórios feitos pelo Sistema Nacional de Informações; documentos elaborados pelos próprios atingidos; entrevistas com moradores e lideranças que vivenciaram os conflitos.

[20] Foram 25 conflitos ocorridos em Paraty, 28 em Angra dos Reis e 03 em Mangaratiba.

Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), a Igreja progressista.

É observando o processo de implementação dos projetos de desenvolvimento na região do litoral sul fluminense e observando o perfil das empresas que ali chegaram nesta época, bem como as suas ações repressivas, que apresentaremos neste artigo uma reflexão sobre a relação do Estado com o empresariado no regime ditatorial brasileiro e as maneiras pelas quais os trabalhadores do campo resistiram.

2. Os projetos de desenvolvimento e a eclosão dos conflitos por terra no litoral sul fluminense: breve histórico

O Brasil passou por um intenso processo de industrialização e por diversas ações no sentido da sua modernização econômica, porém, ao passo disso, questões sociais, como a agrária, também adquiriram peso substantivo (MEDEIROS, 1989). Também cresceu a força dos movimentos sociais.

Após renúncia de Jânio Quadros[21], o país submergiu numa crise econômica e política[22]. Assumiu o vice presidente João Goulart, que baseou seu mandato numa agenda política reformista: em 13 de março de 1964, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, "Jango", como era conhecido, anunciou uma série de projetos de mudanças na estrutura do país, como na área agrária, econômica, educacional. Tais reformas foram amplamente apoiadas pelos movimentos sociais, no entanto, e em grande medida em

[21] Dreifuss (2008) traz que, no início da década de 1960, a convergência de classes populistas no poder e a forma populista de domínio foram desafiadas por duas forças sociais divergentes, que haviam surgido durante a concentrada industrialização da década de 1950, propiciada pelo Jucelino Kubitscheck "Essas duas forças fundamentais eram os interesses multinacionais e associados e as classes trabalhadoras industriais cada vez mais incontroláveis."(p.46). Para o autor, os interesses multinacionais achavam-se em proeminência econômica no final do período de Jucelino Kubitscheck e durante a administração de Jânio Quadros. "Para evitar os controles do Congresso e a pressão popular, os interesses multinacionais e associados estimularam a criação de uma administração paralela, a qual provia a representação exclusiva de tais interesses." (p.46-47) Enquanto isso, as classes trabalhadoras fizeram do Congresso uma plataforma cada vez mais eficiente para a expressão dos seus interesses em oposição direta ao bloco oligárquico industrial, e contra os interesses multinacionais e associados. Sob pressão, Jânio Quadros " ... tentou resolver as contradições do regime através de uma manobra 'bonapartista civil'. A renúncia não teve o êxito pretendido, e João Goulart assumiu a presidência. Dentre outros, o presidente vinha administrando o seu governo sem contar com uma base política de apoio (FAUSTO, 2008).

[22] A inflação entre 1959 e 1960 superou os 30% ao ano. Frente a isso, Jânio Quadros optou pela estabilização da economia através da desvalorização cambial, da contenção dos gastos públicos e da expansão monetária (FAUSTO, 2008). Com isso os subsídios para a importação de trigo e do petróleo foram reduzidos, provocando uma elevação substantiva no preço do pão e dos combustíveis (FAUSTO, 2008). Ainda, o então presidente contraiu empréstimos nos Estados Unidos, dados com o apoio do presidente americano Kennedy, que via em Jânio um caminho para o impedimento da entrada do comunismo na América Latina (FAUSTO, 2008). Contudo, na segunda metade do ano de 1961, Jânio passou a afrouxar as medidas de contenção financeira. "Nesse mês de agosto, com um gesto, pôs fim ao seu governo" (p.440).

razão da intensidade da pressão pelas reformas, houve o golpe de Estado, dando início ao período ditatorial. O dia 31 de março deste ano selou o fim do governo de Jango. Uma das justificativas para tal, expressa em grande parte pela classe média urbana, era a de proteger o país dos propósitos socialistas de então presidente (DREIFUSS, 2008). Uma junta militar assumiu o governo e houve a desconstrução do sistema constitucional vigente, sendo a primeira ação a decretação do AI-1.

O golpe de Estado teve um caráter militar explícito, porém, sinalizaram aos setores empresariais que estes poderiam auxiliar as tomadas de decisão do Estado[23]. A colaboração do setor civil com os militares se deu na presença de elites civis em postos de planejamento da política econômica.

Vale ainda outra observação, que responde mais especificamente ao ocorrido no litoral sul fluminense. O Estado do Rio de Janeiro dos anos 1930 se industrializou, principalmente a partir de empresas estatais como a Fábrica Nacional de Motores (1939), a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Fábrica Nacional de Alcalis (1943). A partir deste tempo o território fluminense começou a receber uma significativa quantidade de migrantes de diferentes pontos do país (principalmente do Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba). Também houve uma intensa mobilidade interna da população. Eram trabalhadores rurais vindos das zonas decadentes da cafeicultura ou pessoas atrás de empregos urbanos[24].

Fruto da política estatal de importação de máquinas e equipamentos sem tarifas alfandegárias (PACHECO, 2010), nos anos 1950 e 1960 houve uma reordenação do litoral sul fluminense, que se deu basicamente nos municípios de Angra dos Reis e Mangaratiba, e voltou-se para a industrialização destes lugares. Antes disso, eram regiões 'estagnadas'[25], suas localidades não sofreram grandes modificações sócio-espaciais após a decadência das grandes fazendas de cana e café no século XIX, e

[23] "Os líderes do IPES percebiam sua organização como 'fórum adequado para os empresários... tomando decisões de caráter político bem orientadas e oportunas'. Viam-se também como o 'governo privado'[sic] que deveria apoiar o 'governo público' que eles próprios inspirariam e equipariam com o seu pessoal. O tipo de atividades políticas que se exigia dos empresários requeria discrição e o IPES continuava sendo uma cobertura e um canal convenientes para expressarem suas demandas e exercerem sua ação de forma velada. Os líderes do IPES assumiram a formulação das diretrizes básicas do novo governo, bem como a deliberação sobre as pessoas que deveriam ocupar os postos-chaves na nova administração." (p.441).

[24] Essa migração continuou ao longo das décadas, intensificando urbanização do país.

[25] Colocamos aspas à ideia de estagnação por ela ser muito generalizante, posto que foi o isolamento destas populações que propiciou sua independência econômica e sua particularidade social e cultural (DIEGUES, 2005; GUANZIROLI ,1983).

ficaram sendo habitadas por comunidades originárias destas antigas fazendas - descendentes de escravos e caiçaras[26] -, além dos índios guaranis.

Para Ribeiro (2007), o marco do início do processo de mudanças no litoral sul fluminense foi a construção dos estaleiros da Verolme, na Baía de Jacuecanga em Angra dos Reis, na década de 1950. Foi quando a região foi ocupada por galpões de armazenagem, grandes barcos para recepção, reparo e construção de navios. Paralelamente, houve uma expansão urbana. Já na década de 1960, também em Angra dos Reis, foi instalada a Central Nuclear, ocupando a praia de Itaorna - próximo à enseada da Piraquara, onde se encontram os rios Ariró, Bracuí e Mambucaba -, bem como foram feitos conjuntos residenciais na praia Brava. Ainda nesta década foram instaladas explorações de carvão por metalúrgicas[27].

Com isso, o município passou a ter uma economia relativamente diversificada e uma organização social bem distinta da que se tinha anteriormente, basicamente agrícola e desenvolvida por populações que ali viviam desde o tempo da Coroa. Ao longo dos anos 1950 e 1960, Angra dos Reis foi se tornando um polo industrial, de influência sobre outros municípios, Mangaratiba e Paraty. Iniciou-se simultaneamente a esse processo, uma corrida de trabalhadores para se empregarem nos estaleiros e um decréscimo nas áreas antes dedicadas à agricultura (PACHECO, 2010).

No período civil militar, Angra dos Reis foi declarada área de Segurança Nacional, através do decreto-lei n.º72, em julho de 1969. Isso se deu porque o governo federal já previa a implantação da Usina Nuclear na região: a lei era delegada para capitais e municípios determinados pelo governo como de interesse nacional. Com a lei, os moradores passaram a não poder mais escolher pelo voto o seu prefeito, que passou a ser indicado pelo Presidente da República. Ao que consta na pesquisa de Ribeiro (2007), a inclusão de Angra dos Reis no título de Segurança Nacional atendeu a solicitação de um grupo de proprietários que faziam parte da Associação Comercial

[26] Diegues (2005), ao se debruçar sobre as populações do sul fluminense, do litoral paulista e do norte paranaense, aponta que ali existiam grupos sociais que, ao longo de gerações, deram origem a características culturais e sociais próprias, conhecidas como caiçaras. São populações cuja miscigenação – europeu, índio e escravo – frutificou numa maneira particular de ser, que vai desde a sua forma de festejar até a sua linguagem. Também estas populações possuem casas específicas – individuais e coletivas –, feitas de pau a pique, em locais entre as praias e a serra, e uma produção que combina a pesca coletiva e organizada, o extrativismo e a agricultura, voltada quase que exclusivamente para a sua própria subsistência. Este modo de vida se explica, segundo o autor, pelo desenvolvimento de técnicas e conhecimentos derivados da combinação dessas descendências e também da combinação destes conhecimentos com a natureza local: a Mata Atlântica e seus microecossistemas.

[27] Outros exemplos de indústrias que foram implantadas desse tempo em diante na região são: a Companhia de Comércio e Navegação, a Ishikawajima do Brasil Estaleiros S/A, o estaleiro EMAQ, o porto de minérios de Mangaratiba, as usinas hidroelétricas de Furnas Centrais Elétricas.

local. Ainda para o autor, para além do veto de escolha de seu prefeito, neste tempo também houve o sequestro da participação política dos angrenses, marcada pela cassação das lideranças políticas e sindicais.

No que se refere à Paraty, em 1947 o seu Código de Obras foi alterado, visando a delimitação de um bairro histórico, prevista no Decreto de Tombamento Estadual. Porém, em 1950 foi sugerido pelo chefe de Seção de História do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) que o conjunto arquitetônico e paisagístico do município fosse inscrito no Livro de Tombo Arqueológico Etnográfico e Paisagístico, criado pelo Decreto-Lei nº 25, de 30/11/1937 (ALMEIDA, 1997). Em janeiro de 1965 foi enviada pelo DPHAN ao Ministro de Educação e Cultura uma proposta sugerindo que fosse encaminhada ao Presidente da República uma minuta de decreto para que o município de Paraty passasse a ser considerado monumento nacional, mas tal iniciativa não teve êxito. Almeida (1997) enfatiza que esta iniciativa era vista como necessária, pois no início da década de 1960, Paraty já estava exposta à especulação imobiliária e à devastação florestal, uma vez que já havia a promessa da construção de uma estrada que ligasse o Rio de Janeiro a Santos, cortando todo o litoral sul fluminense.

As razões da construção da Rio-Santos era a de servir de via de comunicação entre as indústrias do litoral sul fluminense e permitisse a entrada do turismo na região. O jornal *Gazeta de Angra* apresenta diversas matérias sobre a construção de estradas no ano de 1960 no litoral sul fluminense, sendo o exemplo que mais chama atenção a construção da BR/6, promovida pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) no ano de 1966, para ligar Angra dos Reis a Paraty. A notícia intitulada "Estrada Angra-Parati", de 25 de maio deste ano, traz a intenção do Departamento de fazer a primeira ligação rodoviária de Paraty com Angra dos Reis. Nas palavras da reportagem "Como se sabe, essa rodovia é pioneira e há locais onde a ação dos trabalhadores e das máquinas é feita em plena selva virgem" (p.1). Em 21 de agosto de 1966 o mesmo jornal noticia a visita do governador da Guanabara, Francisco Negrão de Lima, e sua comitiva ao local aonde passaria a estrada. Após o evento, o DNER acelerou a execução dos serviços de terraplanagem da área de construção, sendo um dos argumentos para isso o fato de que "o traçado da rodovia pioneira foi considerado pelos técnicos que a visitaram como um dos mais bonitos do Brasil." (p.1). Ao mesmo tempo em que a constatação foi feita pelo governador e comitiva, estudos de viabilidade técnica e econômica para construção da Rio-Santos foram realizados pela empresa

Sondotécnica (entre os anos de 1966-1968), contratada pelo DNER. O estudo foi analisado por Pacheco (2010), e, segundo sua avaliação, o entendimento da Sondotécnica para a construção da Rio-Santos baseava-se na importância da rodovia para a segurança nacional, dada a presença das indústrias de interesse nacional em Angra dos Reis, mas também na sua importância para o bem estar social, dada a numerosa presença de praias, ilhas e matas existentes na região. Para Fratucci (2005), a ação teve por meta prioritária desvelar locais propícios para um turismo 'sol e praia', aquele onde a natureza é o elemento catalisador do lazer.

No dia 10 de maio de 1967, o *Gazeta de Angra* publica uma matéria sobre a visita da Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Flumitur) à Angra dos Reis, feita entre os dias 29 e 30 de abril deste ano. A instituição visitou diversas autoridades - "as classes empresariais e seus representantes"- para traçar planos e tomar providências para o desenvolvimento turístico da região sul fluminense. Além de Angra, o presidente da Flumitur, Omar Fontoura, e o dirigente, Sinésio Pires Cavalcanti, também visitaram Paraty. O objetivo geral das visitas era o de preparar para o final de maio de 1967 a assinatura de um convênio de turismo entre o Estado do Rio de Janeiro e o da Guanabara[28] "de modo a serem aproveitados os aspectos favoráveis da ampla costa marítima dos estados, numa conjunção de esforços da Secretaria de Turismo da Guanabara e da Flumitur do Estado do Rio." (p.4)

A construção da Rio-Santos se deu ao longo da primeira metade da década de 1970, sendo aberta ao tráfego em 1975. E foi neste período que a região do litoral sul fluminense sentiu de maneira contundente os impactos das mudanças sociais e ambientais a que lhe foram destinadas desde 1950. Também foi o período que a área sofreu com mais intensidade a apropriação de suas terras pelo setor empresarial, com a chegada de um grande contingente de agentes públicos e privados do setor turístico (PACHECO, 2010; SANTOS FILHO, 2008).

Como mencionado, a construção da estrada foi um dos primeiros trabalhos de ordenamento territorial desenvolvido pela Embratur. Como o governo civil militar mostrava preocupação em tornar o turismo num espaço de investimento empresarial, projetos de gestão estatal no setor receberam destaque[29]. A Rio-Santos fez parte do

[28] O estado da Guanabara foi criado em 1960, transferência da capital federal para Brasília, construída no governo de Juscelino Kubitschek e inaugurada em abril deste mesmo ano. Ou seja, em 1967, o Rio de Janeiro era um estado separado do estado da Guanabara (a separação existiu até o ano de 1975, quando houve a fusão dos dois estados, criando-se o estado do Rio de Janeiro).
[29] Exemplo disso é a própria fundação da Empresa, em 1966.

Plano de Aproveitamento Turístico (Projeto Turis), um projeto criado em 1970 para o reordenamento territorial de todo o litoral contido entre Santa Cruz, no Rio de Janeiro, e Santos, em São Paulo. Elaborado pela empresa francesa Scet Internacional, a pedido da Embratur, o Projeto Turis era "um planejamento normativo global, com estudos e normas de ocupação que integrassem as construções aos ambientes e às destinações turísticas, visando à maximização da rentabilidade de toda a região aliada a uma implantação adequada" (citado por SIQUEIRA, 1989, p.62).

O Projeto objetivava uma organização territorial do litoral fluminense e paulista inspirada em três modelos de desenvolvimento turístico franceses: Côte d'Azur, Languedoc-Rousillon e Côte d'Aquitaine. Em outros termos, além de ordenar o território, o Projeto tinha por meta capacitar técnicos brasileiros nas metodologias estrangeiras de planejamento turístico. A intenção de se contratar a empresa Scet Internacional era, portanto, a de nivelar a tecnologia brasileira em turismo ao que seria o centro mais especializado na matéria, para com isso realizar planos futuros de aproveitamento turístico (FRATUCCI, 2005). Tratava-se de uma ação voltada para um turismo de grande envergadura, a partir da lógica de transformar o lazer em objeto de consumo de camadas de alta renda.

A Embratur balizava a concepção governamental de progresso e unia diretrizes para atividades da 'indústria do turismo' ao interesse governamental de desenvolvimento econômico. Um dos sentidos dado pela Embratur ao desenvolvimento turístico foi a abertura da possibilidade para que o poder público pudesse desapropriar áreas de interesse para atividades turísticas: em 31 de janeiro de 1973, o decreto nº 71.791 dispôs sobre as zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo, ficando para a Embratur a tarefa de celebrar os convênios com os municípios onde elas estavam situadas. Sobre isso, na dissertação de Ribeiro (2007), encontramos a seguinte fala de José Marcos Castilho[30],

> Lá em 74, Angra, ao longo de toda a Rio-Santos é declarada como área prioritária para a reforma agrária. Seis meses depois, essa mesma área é declarada Zona Prioritária de Interesse Turismo e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - passa a ser subordinado à Embratur. O Plano de Desenvolvimento Físico e Territorial de Angra, feito em 81

[30] Foi prefeito eleito de Angra dos Reis e atuou durante o período de 1997 a 2000. Foi eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) local, o qual foi fundador junto a diversas lideranças rurais que participaram dos conflitos da região, como Manoel Moraes, líder rural no conflito ocorrido em Santa Rita do Bracuí.

> pela SECPLAN, porque o município não tinha gente para isso, incorpora já essas modificações. Incorpora também todas as propostas feitas pelo projeto TURIS, um projeto feito por uma consultoria contratada pela Embratur, que propõe a segregação do solo[31] (p. 57).

Em 1972, áreas do litoral sul fluminense foram consideradas prioritárias para a reforma agrária, pelo Decreto nº. 70.986, contudo, a resolução nº. 413 expedida pelo Conselho Nacional de Turismo (CNTur) tornou a faixa litorânea do mar entre Mangaratiba e Bertioga , de até 01 km após o eixo da Rio-Santos, como Zona Prioritária de Interesse Turístico. A mudança de planos deu espaço para a eclosão de conflitos de terra em diversos pontos do litoral, como é exemplo os conflitos ocorridos em São Roque, Barra Grande e Taquari e em Campinho da Independência, todos estes em Paraty.

A revista *Rodovias*, produzida pelo DNER, fez uma reportagem sobre a Rio-Santos[32]: a meta era de receber 500 mil visitantes estrangeiros durante o ano de 1973. Isso porque, segundo a Revista, a visão de Médici sobre o decreto nº 71.791 era a de que o mesmo declarava o ano de 1973 como o "Ano Nacional do Turismo".

O setor rodoviário recebeu reforços consideráveis para a construção de novas estradas, para "o desenvolvimento das indústrias sem chaminés" (*Rodovias,* p.40). É exemplo desse empenho governamental a própria Rio-Santos, mas também outras obras feitas no início dos anos 1970, como a nova Rio-Bahia litorânea. Para esta rodovia havia um projeto turístico semelhante ao Turis: o Projeto Tursa. Além disso, havia projetos mais gerais para a implementação do turismo no país, como o Rotur, para preparação de roteiros turísticos, e o Tursen, que previa a instalação de centros turísticos, começando por Fernando de Noronha. A ideia do governo era fortalecer as bases de um turismo rodoviário:

> O Ano Nacional do Turismo terá também o apoio de novas ligações multinacionais com o Uruguai, com a conclusão da pavimentação dos trechos da BR 116, ligando Pelotas a Jaguarão; da BR 153 entre Jeribá-Bagé- Aceguá; da BR – 158, que ligará Rosário do Sul a Santana do Livramento – todas

[31]Fala retirada pelo autor do Seminário "A trajetória da SAPE: e a influencia dos movimentos de resistência sócio-ambiental na conformação sócio-espacial de Angra dos Reis, a partir da década de 70", feito pelo Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades, ocorrido em Angra dos Reis em 2006. Ver ribeiro (2007).

[32] A revista não tem data. Apenas a reportagem foi encontrada no acervo da Biblioteca Municipal de Angra dos Reis por mim, em dezembro de 2015.

> partindo de pontos na fronteira e favorecendo o intercâmbio comercial e turístico com os países da Prata (*Rodovias,* p.40).

O início da construção da Rio-Santos foi pelo trecho entre Angra dos Reis e Paraty,que se deu em ritmo acelerado "registrando-se um autêntico recorde em matéria de volume de terraplanagem no país" (*Rodovias,* p. 40) uma vez que as obras teriam de ser concluías até fevereiro de 1973[33]. Para o Projeto Turis, o esperado era que a estrada atendesse à densificação ocupacional das localidades consideradas de interesse turístico, dentro "dos padrões ditados pela natureza e pela realidade nacional" (*Rodovias,* p. 41). Ainda,

> A filosofia adotada para a ocupação adequada da região não significa instalar, em suma, o contingente máximo de pessoas que ela comporta, mas equilibrar o número de residentes e o de visitantes, de modo que o total não venha nunca a comprometer as condições naturais e ecológicas da área. O princípio metodológico fundamental do projeto visa a alinhar as contingências que induzem a um planejamento lógico, em nível global, às tendências empresariais particulares. Só assim se poderá concentrar esforços para a consumação efetiva das metas conceitualizadas (p. 41)

> Revigorando a economia precária de um litoral de 500 km, entre os dois maiores centros nacionais (Rio e São Paulo), o turismo na Rio-Santos deverá permitir a expansão harmoniosa, equilibrada do litoral. Para isso, foram examinadas e analisadas todas as áreas entre Santa Cruz e Santos. Como resultado ficou estabelecido que a costa entre Mangaratiba (RJ) e Bertioga (SP) apresenta condições efetivas para um desenvolvimento turístico orientado (p. 41)

Os elaboradores do Projeto Turis tinham certeza das consequências negativas que a construção da rodovia e o desenvolvimento turístico trariam para a região, no que diz respeito à preservação ambiental (SIQUEIRA, 1989): "Reconheciam também que sua implantação era meta prioritária no governo federal, então em plena época do 'Brasil Grande[34]'" (p. 62). Apesar de todo o planejamento ordenado pensado para a reorganização territorial do litoral sul fluminense pelo Turis, tal planejamento, ao cabo, declarou a vocação turística da região e legitimou uma reordenação espontânea da

[33] Informações retiradas do relatório enviado pelo diretor chefe do DNER, Eliseu Resende, ao ministro Mário Andreazza, obtida na revista *Rodovias.* Também consta na Revista que até julho de 1973, o DNER receberia da firma construtora o projeto de engenharia necessário à abertura do segundo trecho da Rio-Santos, entre Ubatuba e o Morro do Cabrão, perto de Bertioga – SP.

[34] Na década de 1970, o PIB do Brasil cresceu (11,7% em 1972). A crescente fase de altas taxas de crescimento do PIB do país se consolidou em 1979, quando também ficou apelidada de 'milagre econômico'.

mesma, a partir da especulação imobiliária e da apropriação das terras por pretensos proprietários, feita através do uso da repressão física e psicológica aos moradores locais, com fins na sua expulsão (GUANZIROLI, 1983; ALMEIDA,1997; RIBEIRO,2007).

Conjuntamente, iniciou-se uma intensa e desordenada devastação ambiental em todo o litoral, como aponta Siqueira (1989): "Com frágeis equipamentos legais de proteção de uso do solo, as prefeituras dos municípios cortados pela estrada viram, aos poucos, muitas de suas florestas darem lugar a campos de golfe e quadras de tênis de poderosos empreendimentos turísticos[35]" (p. 63). José Marcos Castilho, ao trazer a história do prefeito nomeado para Angra dos Reis no período da Segurança Nacional, o Almirante Jair Carneiro Toscano de Brito[36], relata aspectos de como a prefeitura reagiu à chegada dos empreendimentos.

> Ele chamava a atenção para os impactos decorrentes destes projetos. Tinha uma preocupação muito grande que isso ia trazer um impacto grande para a cidade, o município, e de alguma forma ele estimulou os trabalhadores a reagir ao processo de expulsão da terra e se organizasse (José Marcos Castilho, entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva. Angra dos Reis, em 16/11/2015)

A fala de José Marcos Castilho quanto a organização dos trabalhadores remete-se a chegada do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) [37] à região, que foi estimulado pelo prefeito. Também sua argumentação baseia-se no fato de que, por ter sido foi nomeado, o Almirante Jair Carneiro Toscano de Brito não tinha relações orgânicas com as disputas locais. Assim, e por conta das diretrizes militares, suas ações se voltaram para a diminuição de situações dos conflitos, contudo, sem ações para deter a violência privada.

Os conflitos e violências foram denunciados pelos documentos sindicais, pastorais e pelos moradores. Eles se deram pelas ações ilegais das empresas na apropriação das terras, forma esta denominada pelas narrativas como *grilo.* No caso de Rita do Bracuí, em Angra dos Reis, a luta foi deflagrada entre o Condomínio Porto do

[35] O predomínio foi de empreendimentos de médio e grande porte, como os espaços de veraneios e lazer, como o Condomínio Porto do Bracuhy, em Santa Rita do Bracuí, em Angra dos Reis, ou o Condomínio Laranjeiras, entre a Praia do Sono e Trindade -Paraty.

[36] Atuou durante o período de 1971 a 1983.

[37] O Mobral foi criado pela lei n° 5.379, de 15 de dezembro de 1967, no governo Costa e Silva, para a promoção da alfabetização funcional e educação de jovens e adultos da população brasileira. Mas, foi no governo do presidente Médici que o programa recebeu incentivos das empresas, através do decreto lei nº 1.124, de 8 de setembro de 1970., assinado pelo então presidente, que dava até 2% de desconto no imposto de renda para pessoas jurídicas que destinassem recursos ao programa.

Bracuhy e os moradores da localidade de Santa Rita do Bracuí, cuja origem remete aos tempos da escravidão. Já no caso do Condomínio Laranjeiras, em Paraty, a luta foi deflagrada entre a *holding*[38] Atlantic Community Development Group for Latin America (Adela)- Brasilian Canadian Corporation (Brascan) e os caiçaras que ali viviam.

Fratucci (2005) salienta que mesmo depois de iniciada a construção da Rio-Santos, o desenvolvimento turístico da região continuou a ocorrer de modo espontâneo e agressões ao ambiente continuaram. Em razão deste descontrole é que no período entre 1970-1980 tanto o governo nacional quanto o estadual investiram em ações de preservação florestal. O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) passou a atuar na região para garantir o patrimônio ambiental do litoral. Conjuntamente, diversas unidades de preservação foram criadas. Para Ribeiro (2007), o planejamento do uso e ocupação do solo com áreas protegidas, ao menos em Angra dos Reis, foi expressão da pressão social para a proteção de áreas ambientalmente sensíveis à especulação imobiliária[39].

Uma destas áreas criadas foi o Parque Nacional da Serra da Bocaina[40], instituído pelo Decreto Federal nº 68.172 de 04/02/1971, com 130 mil hectares. Outra foi o Parque Estadual de Paraty-Mirim, em 1972, a partir do Decreto Estadual nº 15.927. Além desses parques, na Ilha Grande, a Praia de Aventureiro teve uma de suas partes transformada em Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, em 1981; em Paraty, foi criada a Área de Preservação Ambiental do Cairuçu, em 1983; também foi criada a Área de Proteção Ambiental de Tamoios, em 1986.

Para tanto, foi feita a desapropriação das terras afetadas. O Parque Estadual de Paraty-Mirim, por exemplo, foi composto por terras – Fazendas Paratimirim e Independência- antes desapropriadas para colonização agrícola pelo Decreto Estadual nº 6.897 de 1960. Em 1972, o Estado do Rio de Janeiro criou o Parque Estadual de Paraty-Mirim,

[38] Cabe resumidamente dizer que, no plano internacional, a concentração econômica ao longo de todos os anos pré golpe, também se deu em nível financeiro e realizou-se através de um processo de integração entre empresas. A essa agregação de empresas, unidas em razão de negócios em comum, deu-se o nome de *holding.*

[39] Dentre outros, esta movimentação em torno da preservação do ambiente desembocou na formação da Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (Sape), fundada em 1983. Para Ribeiro (2007) o surgimento do movimento ambientalista em Angra dos Reis deveu-se também ao surgimento de um incipiente movimento ambientalista nacional. A Sape acabou se expressando através de manifestações antinucleares e pela redemocratização da cidade.

[40] O Parque também abrangia (e abrange) áreas de São Paulo.

No entanto, alguns destes parques foram objeto de questionamentos quanto à sua instituição e quanto à sua demarcação. Exemplo disso foi o Parque Nacional da Serra da Bocaina, que sofreu uma alteração na extensão de seu território em 1972, pelo Decreto de nº 70.694, reduzindo sua abrangência. Segundo Almeida (1997) não foi consumada a totalidade da área porque constavam irregularidades na venda de quatro fazendas no Município de São José do Barreiro, onde se situa a sede do Parque, e uma em Paraty, justamente a parte envolvida no conflito entre caiçaras e a Adela-Brascan, em Trindade. Já as terras do Parque de Paraty- Mirim, ainda ocupadas por posseiros, por intemédio da Lei nº 7.220 de 19 de julho de 1973, foram doadas à Flumitur. Em 1976, por meio do Decreto Estadual 996, este Parque Estadual passou a ser "Área Estadual de Lazer de Paraty-Mirim", destacando a área para o aproveitamento turístico.

É derivação da abertura da Rio-Santos a eclosão dos diversos conflitos por terra no litoral sul fluminense no período ditatorial, sobretudo, nos municípios de Angra dos Reis e Paraty. O impacto da construção da rodovia é associado por Ribeiro (2007) ao surgimento de um questionamento dos projetos de desenvolvimento feitos pelo Estado no litoral. Isso se confirma ao vermos a reportagem de capa da revista *Veja* do dia 28/11/1973, intitulada "As pobrezas de um país rico". É uma reportagem sobre a devastação das florestas brasileiras e traz o paisagista Roberto Burle Max como porta voz da defesa ambiental do Brasil. A reportagem mostra a preocupação de Roberto Burle Max em razão da construção da Rio-Santos: para o mesmo, havia uma desimportância notória do governo em relação a questão ambiental, que teria trazido a devastação do litoral sul fluminense e norte paulista 'cobrindo matas, matando bichos e construindo uma estrada de primeira classe' (p. 82). Sobre os dizeres de Burle Max e em nome do IBDF, o agrônomo João Bernardino Filho teria dito

> Com relação à agressão que a Rio-Santos está fazendo àquela área, não tem dúvidas que está fazendo, porque quem não trabalha não realiza, não faz, não erra. Fazemos uma grande estrada de primeira classe naquela região por determinação, naturalmente, superior (*Veja*, novembro de 1973, p. 82).

A exemplo da fala acima, temos que o Estado tinha noção da devastação ambiental que a estrada causava a região, entretanto, as ações feitas pelo mesmo para a preservação ambiental não quis largar de mão a lógica desenvolvimentista e o atendimento aos grupos empresariais industriais e turístico.

No geral, os conflitos por terra ocorridos no litoral sul fluminense se deveram à maneira pela qual o Estado ditatorial agiu com relação às críticas feitas ao reordenamento 'desordenado' que se processava, como também se deveram à maneira pela qual o mesmo agiu com relação aos povos que nestas terras viviam: se omitiu quanto à existência destas populações, bem como não escutou as denúncias de violências feitas pelos sindicatos de trabalhadores rurais locais, organizações pastorais ou mesmo por pessoas sensíveis as demandas das populações locais, através de ofícios, jornais, revistas, documentários; ao mesmo tempo, permitiu a repressão feita pelo setor empresarial, quando não, agiu em favor dela.

3. O perfil do setor empresarial turístico e suas ações para a apropriação das terras do litoral sul fluminense no período ditatorial

A implementação de projetos de desenvolvimento como o Projeto Turis e a construção da estrada Rio-Santos nos mostra que não podemos entender o regime político que se configurou entre os anos de 1964-1985 como regido por segmentos militares autônomos: o regime também seguiu diretrizes dadas por civis, preponderantemente o setor empresarial. Os projetos supracitados foram feitos com claras diretrizes voltadas para a entrada do setor turístico na região, fato que ocasionou o descontentamento de parcelas das populações que ali residiam, sobretudo, frente à pressão para saída de suas terras. Como salientado, o empresariado do turismo que ali chegou tinha um perfil particular de ação para a apropriação das terras: fizeram uso do aliciamento, a fim de convencer aos trabalhadores a saírem de suas casas e roças, e fizeram uso da repressão física e psicológica, para expulsar os moradores que permaneciam em suas terras.

A ação penal número 866/73, de Amauri Pinto de Castro Monteiro Júnior, Carlos Vitor Alves Delamônica e Elza de Lima Monnerat, do acervo do *Brasil: Nunca Mais*, traz pistas sobre como operou a ação de apropriação das terras pelo empresariado turístico na região do litoral. Na ação há uma discussão referente aos conflitos fundiários ocorridos em Paraty em razão da Rio-Santos, baseada numa matéria publicada pela Revista *Veja*, em novembro de 1972. A discussão chama a atenção para as violências dos empresários contra as populações locais e afirma que elas se davam num contexto de disputas de interesses entre "grupos das classes dominantes" que estariam ocorrendo por detrás do projeto governamental.

O fato do projeto da Rio-Santos ter sido noticiado pela *Veja*, uma revista de alcance nacional, mostra a importância que o assunto tinha naquela época, como projeto de um 'Estado empresarial' para a região[41]. A *Veja*, publicação da Editora Abril, fazia edições sobre grandes projetos de engenharia da ditadura, em tom de apoio (CAMPOS, 2014). Além desta revista, outras também enalteciam os projetos governamentais que atendiam aos interesses empresariais, como a Revista *Quatro Rodas*, também publicada pela Editora Abril.

A revista *Quatro Rodas* de dezembro de 1967 (tempo em que ainda eram feitos os estudos da Sondotécnica), também deu destaque à estrada, demonstrando a expectativa por parte do empresariado para a região quanto às positividades turísticas da sua abertura: a natureza , o conjunto arquitetônico e cultural. Com o título "Entre a serra e o mar", a revista convidava seus leitores a viajarem para as praias.

> Entre todas essas praias oferecidas para você fazer o seu tranquilo verão, cidades que pararam no tempo e agora ressurgem, destinadas a serem escalas obrigatórias do turismo nacional: Mangaratiba, Angra dos Reis, Parati, Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião, Ilha Bela, quase todas com registro na História do Brasil. A Rio-Santos, estrada a muito esperada para transformar esse pedaço do litoral numa nova Côte d'Azur – muito mais bela, diga-se de passagem – vai surgindo aos poucos, aos trancos e barrancos, e já dá passagem em muitos dos seus trechos (*Quatro Rodas*, dezembro de 1967, p. 68).

A reportagem da *Veja* apresenta como foi a entrada do turismo à região, a partir da narração da chegada de alguns empresários. A trajetória destes empresários revela a forma como eles entendiam a presença das populações tradicionais da região, bem como sua chegada à área.

Duas trajetórias narradas são as de Gibrail Nubile Tannus e de Maria Dutra, que disputavam a região do Sono, em Paraty. Esta localidade se encontra junto à divisa com São Paulo e destaca-se pela beleza de sua praia, situada numa bacia entre a antiga Fazenda Laranjeiras e a localidade de Trindade. No início da década de 1970, após o anúncio da construção da Rio-Santos, a Praia do Sono sentiu a chegada destes pretensos proprietários as suas terras.

[41] Esta edição é anterior à edição mencionada acima, que destacamos por trazer as preocupações de Roberto Burle Max. Isso mostra que houve uma exaltação do projeto turístico da Rio-Santos por parte da revista, contudo, um ano depois, a mesma já evidenciava que tal plano havia se desorganizado.

Maria Dutra era filha de criação do general Idálio Sardenberg, ex-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Era chamada de “Maria Brasa” porque mostraria “... que nem sempre os negócios eram feitos apenas com viagens de traineiras e sob o manto da justiça” (*Veja*, 01/11/1972, p. 65). Consta na revista que Maria Dutra viu o rancho que levantava na praia da Bexiga ser incendiado, sendo esta uma das ações repressivas dos demais empresários aos seus empreendimentos. Ainda assim,

> ...ela passou a comprar terras no litoral, mesmo sabendo que algumas eram disputadas às vezes até por quinze supostos proprietários. E, à medida que obstinadamente lutava para regularizar os títulos de propriedade, foi colecionando inimigos cada vez mais rancorosos e intrigantes (*Veja*, 01/11/1972, p. 65).

As disputas de Maria Dutra com outros empresários mostram que entre a classe empresarial também havia disputas e conflitos, dado o grau da especulação. Mostram também que entre eles se praticava a violência, muito embora em níveis bem diferentes daquela praticada contra os pescadores e agricultores.

Havia disputas, mas também havia concordâncias entre a classe empresarial: em outra ocasião, Maria Dutra teria entrado em acordo com o ex-fazendeiro, chefe de uma central de abastecimento no Rio e diretor de uma fábrica de tecidos, Carlos Borges, que, dos anos 1950 em diante, teria se transformado em proprietário de três mil hectares e 12 quilômetros de uma área de frente para o mar num trecho da baía da Ilha Grande.

Gibrail Nubile Tannus,o outro empresário apresentado pela *Veja*, era presidente da Engenheiros Associados S/A (Easa), empresa de produção de componentes eletrônicos, como transmissores de radiodifusão e transformadores, situada em São Paulo. Há diversos relatos de ações repressivas exercidas por ele aos moradores da Praia do Sono, e também da Praia Grande Cajaíba, próxima à primeira, e que igualmente abrigava centenas de caiçaras. Para se apropriar da área, Gibrail Nubile Tannus utilizou-se da prática do aliciamento, para convencer os agricultores a assinarem contratos de comodatos. Argumentava que assim eles teriam a posse da terra em seus nomes, contudo, com as assinaturas, o empresário passava a posse das terras para si, posto que o agricultor se reconhecia como comodatário e dava ao empresário o status de patrão, e, logo, de proprietário das terras.

Quando os moradores da Praia do Sono e da Cajaíba resistiam a assinar os contratos, Gibrail Nubile Tannus utilizava-se de ações de repressão, como a queima das

casas, a inviabilização da sua produção e reprodução social através do cercamento das áreas e da soltura de gado. Segundo o empresário os trabalhadores atuavam à revelia dos contratos assinados. Para Cavalieri (2003), com esse argumento, o empreendedor forjava uma cobertura legal às suas ações. De um modo geral, a investida dos empresários e empresas que agiram na região do litoral sul fluminense na expulsão das populações de suas posses se deu a semelhança das investidas feitas por Gibrail Nubile Tannus.

O conflito ocorrido em Trindade é exemplo de que a ação repressiva não foi apenas desencadeada por indivíduos que eram ou se diziam representantes de empresas ou empreendimentos, mas pelas próprias corporações. Como salientado, o conflito foi deflagrado entre os caiçaras e a *holding* Adela - Brascan, no começo da década de 1970. O grupo se interessava pela construção do Condomínio Laranjeiras: com a perspectiva de abrigar 70 mil turistas, o empreendimento visava a construção de três hotéis, um *camping*, dois clubes e um grande centro cultural, com salas para seminários e para festivais de música e de teatro.

Szmrecsányi (1986), analisando a origem do grupo empresarial Light no Brasil, traz elementos importantes sobre a Adela-Brascan. A Light foi um empreendimento gerador de altos lucros para seus acionistas. Tais lucros foram se acumulando através do tempo, até o momento da compra de ativos da empresa pelo governo brasileiro, dando origem ao conglomerado financeiro Brascan (SZMRECSÁNYI, 1986)[42]. Por sua vez, Dreyfuss (2008) considera a *holding* como a mais representativa do processo de integração capitalista, internacionalização e centralização organizacional que ocorreu entre as décadas de 1950 e 1960 no Brasil. Sua formação se deu em 1962, a partir de recomendações de um grupo de especialistas empresariais, encabeçadas pelo vice presidente da Standart Oils New Gersey (grupo Rockefeller) e pelo vice presidente da Fiat (complexo Agnelli). A *holding* entrou em ação em setembro de 1964, quando registrada no Grão Ducado de Luxemburgo. Ela operava na América Latina através de um escritório em Lima, no Peru, e a partir de parlamentares da Otan e senadores dos Estados Unidos. A organização consolidou-se no fim da década de 1960 e, em 1972,

[42] Para o autor, isso se deu devido ao seu porte empresarial e financeiro da Ligth, que lhe permitiu criar formas alternativas para a reprodução ampliada de seu capital. Dentre outros, ela acumulou patrimônios imobiliários nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, a baixo preço, via desapropriações para fins de utilidade pública – distribuição de energia –, ampliado para muito além do que seria o estritamente necessário para isso (SZMRECSÁNYI, 1986). Nessa situação, o conglomerado financeiro Brascan se tornou uma grande empresa no país.

incluía cerca de 240 companhias industriais, bancos e grupos de interesses financeiros de 23 países[43].

Era um dos maiores complexos industriais e financeiro internacionais, o que fez com que tivesse consideráveis recursos e canais de informação; também fez com que ela pudesse exercer forte pressão sobre os governos dos países em que operava. Sua função era, portanto,

> ... explorar as oportunidades de investimentos para as corporações multinacionais e criar um clima favorável para investimentos usando sócios locais, um papel político que era interiormente exercido pelos governos dos países onde as matrizes destas companhias estavam situadas. Além disso, a Adela objetiva o desenvolvimento de uma estratégia de penetração através de investimentos diretos, assistência técnica e perícia administrativa, análise de mercado e comunicações com instituições financeiras internacionais, estendendo suas atividades a praticamente todos os setores econômicos. (DREIFUSS, 2008, p. 70)

Além de uma organização supranacional, a Adela ainda operou como investidora, envolvida nas atividades econômicas de diversas companhias brasileiras, como a Klabin Irmãos e Cia, o Banco de Investimento Industrial S.A., o Banco Safra de Desenvolvimento S.A. e outros. A *holding* também assumiu o papel de mediadora entre instituições financeiras internacionais e os países latino-americanos, no planejamento do desenvolvimento destes últimos. Dreifuss afirma ainda que, para garantir seus interesses, as companhias participantes da *holding* estiveram à frente da campanha conta o governo de João Goulart, "dando apoio financeiro e agindo através de seus diretores que operariam como ativistas políticos". (DREIFUSS, 2008, p. 71).

Se não podemos dizer com precisão que as investidas da Adela–Brascan no entorno da Praia do Sono e Trindade tiveram favorecimento direto do governo ditatorial, podemos afirmar que suas ações repressivas aos moradores destas localidades foram favorecidas pelos projetos de desenvolvimento do Estado nacional e estadual, e facilitadas pela sua omissão.

Títulos de propriedade da Fazenda Laranjeiras, então pertencente ao ex-governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, foram vendidos à Adela–Brascan.

[43] Para saber o nome de cada empresa, ver o trabalho de Dreifuss (2008) - apêndice A.

Conforme entrevista com Jair da Anunciação[44], concedida a Iby Montenegro de Silva em 30/11/2014, a compra foi uma ação compartilhada entre o ex-governador e José Santinoni. Este a teria vendido para Carlos Lacerda, que, por sua vez, a teria vendido para a *holding.* A fazenda foi dividida em diversas partes, sendo que a Companhia Parati Desenvolvimento Turístico Ltda. ficou com a gleba maior. Essa Companhia era subsidiária do grupo Adela-Brascan e tinha por presidente o general Candau da Fonseca, que havia sido presidente da Petrobras (SNI. Relatório. Incidente envolvendo equipe de técnicos do Mirad-RJ. Relatório elaborado por Sheyla O. da Fonseca, em 25/11/1987. Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_64558_87). Com um gasto total de 15 milhões de dólares, a *holding* construiu o Condomínio Laranjeiras. A execução dos planos foi entregue à Paraty Empreendimentos e Melhoramentos Ltda.

Jair da Anunciação, ao refletir sobre os impactos do conflito em sua vida cotidiana, disse: "Então, acontece o seguinte: a gente abandonou a pesca de alto-mar. Porque eu trabalhava num barco de Santos. Eu passava um mês, dois meses no mar, pescando" (entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva, em 30/11/2014). O medo de ficar longe da família por conta da presença de *jagunços*[45] da Adela–Brascan em Trindade mudou brutalmente a rotina de trabalho e a sociabilidade da população local: muitos abandonaram suas casas e roças por não resistirem ameaças constantes e isso fez com que diminuíssem em muito a prática do *mutirão,* quando a comunidade opera conjuntamente nos afazeres, seja de cultivo, doméstico ou religioso.

Além da Adela-Brascan, outro exemplo é a White Martins S/A, que, também na década de 1970, agiu violentamente contra os moradores da localidade de São Gonçalo, em Paraty. Aproximadamente em 1936 a área foi comprada pela empresa que tentou estender cada vez mais seu território. Muitas pessoas, ainda naquela época, fizeram um contrato com a companhia, reconhecendo-a como proprietária e pagando uma pequena renda. Outros não assinaram o contrato. Por ocasião da construção da Rio Santos, a White Martins alegava ser dona das terras, mesmo sendo a sua titulação da área de origem duvidosa. Era também acusada de tentar se apoderar de terras públicas. Foi em torno de 1972 que a empresa buscou expulsar os moradores locais, "sendo que algumas

[44] Jair da Anunciação era, na época, pescador e morador de Trindade e foi uma das lideranças na resistência dos trabalhadores contra a Adela-Brascan.

[45] Termo encontrado nos documentos sindicais e de organizações apoiadoras dos trabalhadores; também encontrado em jornais, para designar aqueles que executaram a ação de repressão contra os trabalhadores do campo.

vezes portavam metralhadoras" (Fetag/RJ. *Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty,* 15/10/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Siqueira (1984) aponta que a empresa chegou a contratar um policial carioca, que bateu nos posseiros, desrespeitou-os e acabou matando dois deles, o lavrador Amâncio Bonifácio da Cruz e seu filho Vitório. Esse policial era Ciro Machado, que se dizia sargento reformado da Polícia Militar. E "quando os jagunços são denunciados ou processados, a Cia. simplesmente os substitui como fez no caso do Ciro Machado" (Fetag/RJ. *Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty*, 15/10/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Antes da chegada das empresas e dos empresários ao litoral sul fluminense, havia certa esperança entre as populações locais de que a abertura da estrada seria um benefício, uma vez que garantiria a eles um menor tempo de viagem às cidades. No entanto, a carta da Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro (SDLB)[46] intitulada "Reflexões sobre a Rio-Santos e os problemas criados a partir dela", afirma:

> Comunidades inteiras de pescadores foram prejudicadas. Ao invés de lhes trazer as facilidades do transporte e da vida moderna, vieram tratores das próprias companhias construtoras da rodovia e os especuladores imobiliários, companhias agroindustriais cuja indústria era o turismo, e que trazem consigo a destruição da própria mercadoria que vendem, ou seja, a beleza e um modo de vida característico da região, seu equilíbrio ecológico. Tantos os tratores como especuladores nunca respeitaram os direitos seculares de posse das comunidades caiçaras: enxotaram-nos simplesmente, para as favelas das cidades mais próximas, pagando-lhes um mínimo equivalente pelo valor de suas posses, levando-os a marginalização social e cultural (SDLB, 09/1978).

Segundo os relatos dos antigos moradores, é um exemplo de empresa que levou as populações locais à marginalização social e cultural o *resort* Porto do Bracuhy, que chegou à área de Santa Rita do Bracuí nos anos 1970. Situada em Angra dos Reis, era uma antiga fazenda de café que no século XIX havia pertencido ao comendador José de Souza Breves. Ele e seu irmão[47] eram donos de diversas fazendas na região do litoral sul

[46] Uma sociedade criada pelos estudantes que frequentavam a praia de Trindade e os caiçaras locais, para juntos atuarem contra a Adela-Brascan. No processo conflitivo, a Sociedade contou com o apoio do advogado Sobral Pinto, através do advogado representante de seu escritório, Jarbas Penteado. Ao longo de sua existência, a SDLB não só atuou em Trindade, mas também em outras praias de Paraty que sofreram conflitos semelhantes, como a Praia do Sono.

[47] Seu irmão, Joaquim de Souza Breves, também era produtor de cana e café na região e possuía portos e navios em Mangaratiba.

fluminense, como uma em Marambaia, utilizada como ponto de observação para ter o domínio do mar e como local para o desembarque de africanos que iam servir de escravos de fazendas da região[48] (BRAGATTO, 1996).

Narrativas dos moradores de Santa Rita do Bracuí sobre os conflitos vividos na década de 1970 são encontradas em relatos coletados pelo Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (Labhoi/UFF) e pela pesquisa *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*; também no documentário *Velhas lutas, Jovens Histórias*, do observatório jovem da UFF e em jornais da época, encontrados na Biblioteca Municipal de Angra dos Reis. Elas revelam uma relação desta população com a terra que passa pela representação coletiva da história das lutas travadas nos anos 1970 -1980 e pela sua origem, remetida ao tempo da escravidão.

Na fala de José Adriano da Silva e de Manoel Moraes, lideranças que atuaram no conflito de Santa Rita do Bracuí, encontradas no documentário *Velhas lutas, Jovens Histórias*, temos:

> A gente é cria daqui. Nasceu, sofreu aqui dentro e está até hoje. Então, eu acreditava que eles não mexessem com a gente. (José Adriano da Silva)

> Sou descendente da escravidão. Meus bisavós foram escravos. E o José Breves de Souza, ele era dono dessas fazendas aqui. Aqui tudo. E antes de morrer ele fez uma 'dalva' para o pessoal que era escravo da fazenda. E nós vivemos até hoje na fazenda, apesar de muita grilação. Tem grilação destas terras batendo aí, querendo roubar. A Bracuhy mesmo, esse porto, a Bracuhy." (Manoel Moraes)

Além das falas acima, os documentos que tratam do conflito e a dissertação de Bragatto (1996) mostram relatos de que as terras da fazenda do Comendador Breves foram doadas por ele à padroeira da localidade, Santa Rita: havia sete imagens dela e uma continha dentro de si os documentos que comprovariam a posse das terras aos ex-escravos e seus descendentes de três gerações[49].

Tendo isso como prova, após a morte do Comendador Breves antigos escravos da fazenda passaram a viver no local, sem perturbações de grande escala. No entanto,

[48] Após a proibição do tráfico de escravos, o local ficou sendo usado para desembarque clandestino.
[49] Em 15 de janeiro de 1877, José de Souza Breves havia feito um testamento em que assinava a doação em regime de usufruto das terras aos escravos que nelas trabalhassem. O testamento foi registrado no cartório de Piraí no ano de 1879, ano da morte do comendador.

pelas narrativas coletadas por Bragatto (1996), “nenhum dos acontecimentos é chamado de conflito e a nenhum deles foi atribuída a importância dada ao ocorrido durante os anos 1970” (p. 112). A autora refere-se à perda de parte das terras para a Companhia Porto de Bracuhy.

O início deste acontecimento se deu nos anos 1960, quando Correia, então presidente da “sociedade civil de proteção dos lavradores” [50] propôs à população local a regularização das terras herdadas pelos antigos escravos da Santa Rita do Bracuí. Também propôs que, a cada dez alqueires de terras legalizadas, três ficariam para a associação. Muitos aceitaram. Dois anos depois, nenhuma terra tinha sido legalizada (BRAGATTO, 1996). Segundo José Adriano da Silva, que foi entrevistado pela Bragatto, Correia era um *grileiro* e tinha influenciado Antonio Azevedo – de apelido Âmbar – a fazer o pedido de usucapião das terras da fazenda.

Âmbar era comerciante e, conforme a autora, tinha certo prestígio econômico junto aos demais moradores. Também exercia certa liderança. Em 1967, ele entrou com ação de usucapião sobre 32 alqueires de terra, onde havia famílias, e a vendeu para Renato Xavier, que era dono da Empresa Incorporados Bracuhy Administração, Participações e Empreendimentos Ltda. Com isso, passou a fazer contratos com os antigos moradores para apropriação das terras da fazenda, por valores irrisórios. Muitos deles aceitaram o contrato, por medo de perder tudo que tinham.

Num jornal angrense *A Maré*[51], de dezembro de 1980, há uma carta escrita por Manoel Moraes, que explicita a situação dos moradores após a chegada da Empresa Incorporados Bracuhy:

> Hoje, depois da Rio-Santos, aparecem pessoas que se dizem donos, através da inteligência e do corpo de advogados conseguem enganar os posseiros, dizendo que são donos da terra e por aí oferecem a indenização dizendo que se a pessoa não aceitar sairá sem direitos. E isso que aconteceu na Fazenda Santa Rita do Bracuhy (p.3).

Ao longo das décadas de 1970 e 1980 os moradores da Fazenda Santa Rita foram ameaçados de expropriação pela Empresa Incorporados Bracuhy Administração, Participações e Empreendimentos Ltda. O empreendimento tinha por objetivo construir

[50] A pesquisa *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)* não conseguiu maiores informações sobre a organização.
[51] O jornal foi fundado em 1980. Desde o final da década de 90, passou a se chamar *Maré Alta*.

na região da antiga fazenda um condomínio de luxo, o Porto do Bracuhy, e, para tal, houve a colocação de cercas de arames, a soltura de gado nas lavouras dos trabalhadores, o desvio de leito do rio Bracuhy, impedindo os moradores de terem acesso à água.

Sobre este último ponto, Maria Emília Pacheco, que neste tempo trabalhou pela CPT na região do litoral sul fluminense, afirma que o objetivo era fazer ancoradouros, pois o empreendimento turístico era à beira-mar. Manoel Moraes, na mesma carta, afirma que a ação, para além do impedimento de acesso ao bem, causava transtornos no dia a dia da população, uma vez que a retirada das pedras do rio impedia a travessia dos alunos da região para a escola.

Na leitura de Bragatto (1996), a questão do rio foi outro artifício usado pelos empreendedores para retirar os moradores de Santa Rita do Bracuí: a ideia era confundir os moradores quanto aos seus direitos às terras. José Adriano da Silva relatou para a autora que o empreendimento tinha oferecido a ele um lote de 20 m² no alto da serra. Porém, as terras onde o agricultor morava possuíam uma fonte de água, que alimentava as casas construídas pelo empreendimento. Nos momentos de enfrentamento com os administradores do Porto de Bracuhy, ele, além de não ter aceitado sair de suas terras, passou a não mais deixar que tirassem água da sua fonte. A partir de então, José Adriano da Silva encontrou "homens de Bracuhy" rondando sua área.

O processo de expropriação foi "até do nome", afirma o depoimento de José Adriano da Silva e Dona Deodata, também coletado pela autora. O nome da fazenda e de Santa Rita viraram o nome do empreendimento e da imobiliária que vendia os terrenos na área ocupada pelo complexo turístico. Para Deodata, "... isso tudo foi uma tentativa de confundir o povo, acabaram tirando as pessoas do lugar, roubaram das pessoas o lugar, mas primeiro roubaram o nome" (BRAGATTO, 1996, p. 40).

Siqueira (1984) sintetiza o que ocorreu às comunidades do litoral sul fluminense com a chegada do setor empresarial as suas terras:

> Na década de 60, vários fatores vêm tirar o caiçara de seu isolamento. As vias de acesso ao litoral norte paulista são melhoradas, a Petrobrás se instala na região (atraindo pessoas de outras localidades em busca de novos campos de trabalho) e o turismo na Baixada Santista inicia seu processo de saturação, fazendo com que pessoas de maior poder aquisitivo busquem outras áreas de lazer. Além disso, em 1965, um ano após a "Revolução de 64", a Rede Globo de Televisão começa a

> penetrar no litoral, invadindo recantos distantes, difundindo outros padrões de comportamento e provocando exigências nunca antes imaginadas
> ...
> Nesses vintes anos, os caiçaras que conseguiram sobreviver em suas terras descobriram um fenômeno novo em sua sociedade: os que foram para a cidade receberam dela somente o pior, a favela, a periferia infecta, a marginalização. E o preconceito que o 'homem da cidade', o 'branco civilizado' tem em relação a eles. Aurélio Buarque de Hollanda, no seu Dicionário da Língua Portuguesa, registra o consenso capitalista sobre o caiçara. Para quem só vê o lucro e a ganância como a grande finalidade de vida, o caiçara com sua maneira calma de ser, com sua mística e sua visão de mundo, é o mesmo que 'vadio, preguiçoso e indolente'.
> Essa experiência amarga e sofrida lhes ensinou uma lição: a de que é preciso se mobilizar para enfrentar não somente os grupos econômicos nacionais interessados em suas terras, mas até mesmo os poderosos *holdings* internacionais que vêem nesse litoral o paraíso do lucro.
> E nessa luta dos caiçaras pela posse da terra e manutenção de sua identidade e cultura, o apoio que outros setores possam lhe dar é de fundamental importância. Pois o que aconteceu com os indígenas, os primeiros posseiros nestas terras brasileiras, se repete com os caiçaras: genocídio (SIQUEIRA, 1984, p. 16 e 17)

Percebe-se que, além da repressão sofrida, as populações locais também se viram lutando pela permanência da sua forma de ser, sua sociabilidade, sua mística, sua visão de mundo. A resistência também contribuiu para esse tipo de permanência: além do direito a terra, esta foi uma luta por identidade.

No documentário *Velhas lutas, Jovens Histórias* tanto os antigos moradores de Santa Rita do Bracuí, quanto os jovens e atuais moradores, associam às lutas tidas na década de 1970 a um processo de construção de identidades: as narrativas revelam heranças de tradições construídas ao longo de gerações, e revelam que a existência dos conflitos fez construir entre eles símbolos de luta pela permanência na terra e pela reprodução social. É exemplo disso a forma como os moradores de Santa Rita do Bracuí se referem ao jongo. O ritmo, também conhecido como caxambu, é de origem africana, chegando ao Brasil junto com os negros de origem bantu trazidos como escravos para trabalhar nas fazendas de café do Vale do Rio Paraíba. O Relatório Histórico-Antropológico sobre Santa Rita do Bracuí, que registra a definição dos moradores como remanescentes de quilombo, afirma que a ancestralidade desta população, bem como

suas reivindicações, encontram-se relacionadas à opressão histórica sofrida pelo grupo, pelo tráfico de escravos e pela expropriação de seus territórios tradicionais. Dentre os marcos definidores de sua identidade étnica e cultural, o grupo afirmou ser o jongo uma construção de uma expressão histórico-cultural como outras expressões simbólicas e sociais, feitas em torno da terra e da memória construída em torno dela.

Essa visão de processo histórico relacionada à luta pela terra e pela identidade é reiterada por Délcio Marques, filho de moradores atingidos pelo conflito ocorrido em Itapinhoacanga, Angra dos Reis, e participante da Pastoral da Juventude nos anos 1980 (órgão que esteve junto as lutas dos trabalhadores do campo no município):

> A gente começou a perceber que o jongo foi ganhando no Bracuí uma dimensão interessante. Isso foi legal. A criançada entrou, e os mais velhos retornaram. (...) Foi um momento que eu não consegui viver; falar do jongo com o orgulho que eles falam hoje. Angra hoje, a galera sempre convida para fazer um jongo. Você tem essa coisa de falar do jongo muito dentro dos espaços. Mas, assim, numa caminhada difícil para caramba. Mesmo o jongo tendo ficado parado esse tempo todo, ele era muito presente na fala das pessoas, nas lembranças. (Délcio Marques, em entrevista para o documentário *Velhas lutas, Jovens Histórias*)

Ele também se remete ao tempo ditatorial, quando muitos agricultores foram morar nas periferias de Angra dos Reis e Paraty. Em entrevista feita pela pesquisa *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988),* ele afirma que a sociabilidade existente nos antigos espaços rurais – festas e ritos religiosos - encontrou dificuldades para se perpetuar nestes novos ambientes, seja pela dispersão dos antigos moradores nas distintas favelas, seja pelo preconceito dos ‘novos’ moradores (veranistas e pessoas vindas de outras regiões) às suas formas de ser.

Além da resistência por identidade que desembocou na construção de símbolos de luta, ressalta-se também no processo conflitivo ocorrido no litoral sul fluminense o surgimento de sujeitos políticos. O termo *caiçara* foi acionado como uma categoria política, para nominar os nativos da zona costeira que resistiram em suas terras ante a apropriação delas pelo empresariado. Ainda hoje o termo é usado para caracterizar estes mesmos moradores, frente aos conflitos atuais ou no sentido de marcar um turismo diferente ao existente atualmente: um turismo regido pelas comunidades, ou, como é denominado, um turismo de base comunitária e de caráter tradicional.

Na outra ponta, o termo *grileiro* foi (e é) utilizado para designar agentes externos que se instalaram (a ainda seguem se instalando) na região, dizendo-se proprietários das terras, utilizando-se de violência para tanto. Os termos não surgiram espontaneamente, mas lado a lado com um processo de organização política das comunidades, mediada por pessoas (estudantes, advogados, padres) e por instituições (como é o caso da CPT, da Pastoral da Juventude, da Fase, dos STRs de Angra dos Reis de Paraty).

O uso dos termos assemelha-se ao uso dos termos *posseiros* e *grileiros,* encontrados por Grynszpan (1987). O autor se dedicou a estudar os conflitos por terras ocorridos na Baixada Fluminense entre os anos de 1950 e 1960, e constatou que ao mesmo tempo em que uma grande atividade de loteamento ocorreu na Baixada Fluminense, trabalhadores rurais foram despejados. Essas ações progressivamente provocaram ações de resistência, dando surgimento a categorias políticas, ou seja, categorias de enfrentamento: o termo *grileiro* foi utilizado para designar aqueles que se apropriavam de terras dos trabalhadores, que, por sua vez, passaram a se identificar como *posseiros.*

4. Considerações finais

A peculiaridade dos conflitos ocorridos no litoral sul fluminense em relação aos demais conflitos por terras ocorridos no estado do Rio de Janeiro no período ditatorial consiste no fato de que, apesar da intensa violência cometida contra as populações camponesas, nos documentos da polícia política da ditadura não houve denúncias de tentativas de *subversão da ordem* (com exceção das feitas contra alguns de seus mediadores, como o clero local). Tais violações, portanto, estão relacionadas a um contexto de grandes transformações econômicas; crescimento do interesse nas terras por agentes externos; expropriação; dificuldade de organização e denúncia dos que ali estavam. Os casos ilustram a outra face do que foi a repressão exercida pelo regime civil militar: ações de violações de direitos voltadas para a facilitação dos interesses empresariais.

Contudo, só existiram conflitos porque houve resistências. Foi no processo provocado pelo reordenamento territorial, promovido pelos projetos de desenvolvimentos, que ocorreu um “fazer-se” de sujeitos políticos, para tomar como perspectiva o pensamento de Thompson sobre a formação das classes. De um lado formaram-se os *caiçaras*: as populações locais ao de depararam com a ameaça de serem

expulsos de suas terras, se organizaram, constituindo-se como atores políticos. Do outro, constituíram uma representação do empresariado que os ameaçava: o *grileiro,* ou os empresários que utilizaram de diversos artifícios – aliciamento, repressão – para expulsá-los de suas terras e para se apropriar delas.

A formação destas categorias representativas traz a ideia de que as lutas de resistência não se trataram apenas de uma luta pela 'terra em que se planta o que comer', mas também de uma luta pela *terra,* ou seja, um lugar que contém uma dimensão social: lugar aonde estas comunidades construíram seus ritos, suas relações familiares e de afetos. Ou seja, para além de terem sido conflitos por um espaço de sobrevivência, foram conflitos pela permanência de identidades construídas por estas populações há gerações: valores e significados compartilhados. Desta forma, a identidade destas comunidades assumiu forma defensiva no desenrolar dos projetos de desenvolvimento do regime ditatorial, colocando-se em oposição aos limites e controles impostos pelos governantes e empresários. Tratou-se, portanto, de lutas contra uma 'ditadura do desenvolvimento' que, extinguia populações e tradições[52], muito embora tais lutas tivessem precedido ao regime e permanecido após o seu término.

Thompson (1998), ao narrar sobre a luta da plebe inglesa do século XVIII pela defesa de suas tradições frente ao processo de industrialização, traz elementos interessantes, que nos ajudaram a elaborar a afirmação acima. Para o autor, a esta plebe

> ... estava sujeito a pressões para 'reformar' sua cultura segundo normas vindas de cima, a alfabetização suplantava a transmissão oral, e o esclarecimento escorria dos estratos superiores aos inferiores – pelo menos, era o que supunha. Mas as pressões a favor da 'reforma' sofriam uma resistência teimosa; e o século XVIII viu abrir-se um hiato profundo, uma profunda alienação entre a cultura patrícia e a plebe. (THOMPSON, 1998, p.13).

O costume, a tradição, a memória dos povos que viviam a gerações nas terras do litoral sul fluminense se viu diante de situação semelhante as das populações plebes descrita por Thompson: dentro da reforma territorial promovida pelo Estado em atendimento aos interesses empresariais não cabia os 'remanescentes do passado'. A justificativa que se dava pelo governo ditatorial para a expulsão e negação das

[52]Para Thompson (1998) é no romper do costume que ele é disputado "longe de exibir a permanência sugerida pela palavra 'tradição' o costume era um campo para a mudança e disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes".

comunidades a sua participação no processo de reordenação era a de que estes eram frutos de antigos costumes, não condizentes com a marcha do progresso.

Na ‘Nota para o leitor’ publicada pela *Veja* de 1970, encontra-se esta visão pelo empresariado do modo de vida caiçara da população trindadeira:

> Trindade fica no litoral sul fluminense, entre São Paulo e Rio- mas os seus habitantes, com raríssimas exceções, conhecem essas duas cidades só ‘de ouvir falar’. O repórter Nello Pedra Gandara e o fotógrafo Carlos Namba foram à procura de Trindade, 55 quilômetros de morros, lama, pedra e mato ao norte de Parati, antes que lá chegasse uma comissão nomeada pelo governo fluminense para levantar as condições de vida do povoado esquecido. Na página 52 o repórter e o fotógrafo da Veja mostram a vida primitiva e precária da gente de Trindade, que ignora a coca-cola e a televisão e chama o visitante de ‘irmão’ em conversas recheadas de citações do Evangelho. (*Veja*, 1970)

Trata-se de uma visão de distanciamento e subordinação por parte do empresariado das práticas sociais destes grupos. Perdia-se, com a ideia de busca pelo progresso, o sentido de costume como algo singular, como algo legítimo destas populações. Perdia-se o sentido de suas histórias, suas memórias: a conduta inercial e habitual dos homens, para usar os termos de Thompson sobre o conceito de cultura.

Apesar de que na década de 1950, quando começou o processo de industrialização no litoral sul fluminense, alguns moradores terem ido realizar trabalhos não agrícolas, e, apesar da esperança deles na construção das indústrias e das rodovias como forma de ter acesso a infraestruturas básicas (como luz e transporte), a chegada destes empreendimentos estatais causaram um rompimento social e cultural e refletiu na saída de grande parte destas populações da região: alguns relatos apontam que este foi um artifício de despejo, por parte do Estado empresarial. Na fala de Margarida, uma antiga moradora da fazenda Santa Rita do Bracuí:

> Eu era moça, a gente conheceu o mutirão, depois a gente casou, a coisa foi mudando. E acabou esse costume antigo do povo, parece que a Rio-Santos tinha trazido progresso, que não era importante estar naquela luta, né, que veio trazendo as indústrias, firmas, trabalho assim de emprego, então as pessoas foram se iludindo com o trabalho de emprego e foi largando um pouco suas benfeitorias, então por aí terminou aquele costume, aquela união do mutirão da roça (BRAGATTO, 1996, p. 108-109).

Em entrevista a Iby Montenegro de Silva e Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Emília Pacheco informou que a mudança de ordenação territorial e a situação de pressão e violência em que se encontravam os moradores em relação à chegada destes empreendimentos acabaram por causar divergências entre as próprias famílias. Sobre a chegada da Usina Nuclear, Maria Emília Pacheco diz: "E tinha divergência entre os parentes porque havia aqueles que achavam que já não era possível mais viver da terra e que era preciso buscar trabalho na Usina. Muitas mulheres foram trabalhar de empregada doméstica para os engenheiros da Usina".

Além da repressão física pode-se perceber uma repressão às formas sociais que regiam as práticas cotidianas destas populações. Num contexto de ausência de liberdades democráticas, houve um recrudescimento do costume existente entre as comunidades do litoral sul fluminense, em razão da imposição de novas codificações pelo Estado desenvolvimentista, muitas delas traduzidas em termos de leis: decretos que pouco prestaram atenção a existência das populações.

Contudo, a luta pela resistência na terra passou a se dar também nesses termos. Uma medida nesse sentido foi a reivindicação pelo cumprimento da legislação fundiária, artifício utilizado pelo sindicalismo rural local[53]. A reivindicação pela posse das terras a partir de denúncias feitas às autoridades políticas e a imprensa, com argumento no cumprimento do Estatuto da Terra e no direito aos costumes imemoriais das populações trouxe, de alguma maneira, visibilidade política a disputa da terra e da *terra* por parte dos trabalhadores do campo, o que resultou em algumas vitórias.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Marcos C. Cavalcanti de. Estrutura fundiária e reforma agrária no Brasil. *Revista de Economia Política*, vol. 7, nº 3 Jul/Set, 1987

ALMEIDA, Mariza Costa. *Concepções de Natureza e Conflitos pelo Uso do Solo em Parati-RJ.* Dissertação de Mestrado submetida ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 1997.

BRAGA, Maria Christina de Almeida. A luta pela terra em Trindade. *Aconteceu, trabalhadores rurais no Brasil 1981.* Rio de Janeiro: CEDI, Especial 13, 1983.

[53]A luta pelo cumprimento legal era uma diretriz do sindicalismo rural nacional, conduzida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que foi seguida pelos STRs de Angra dos Reis e de Paraty. Maiores informações sobre as estratégias do sindicalismo rural nacional no período da ditadura, ver Novaes (1991) e Medeiros (1989).

BRAGATTO, Sandra (1996). *Descendentes de Escravos em Santa Rita do Bracuhy: Memórias e Identidades na luta pela terra.* Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.

BRAGATTO, Sandra. Um território: Comunidade Remanescente de Quilombo de Santa Rita do Bracuí. *Territórios Negros*, v.4, n.16, 2004.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988.* Niterói: Editora da UFF, 2014.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2010.

CAVALIERI, Lucia. *A comunidade caiçara no processo de reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga.* Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia/Universidade de São Paulo, 2003.

COLETIVO MAIS VERDADE. *A ditadura militar e o capitalismo brasileiro.* 2015. Disponível em: http://www.cev-rio.org.br/site/arq/Mello-D-A-ditadura-militar-e-o-capitalismo-brasileiro-Mais-Verdade.pdf

DREIFUSS, René Armand. *1964: a Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 7º Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Anna. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Anna (org.) *Enciclopédia Caiçara: falares caiçaras – volume 2.* São Paulo: HUCITEC:NUPAUB: CEC/USP, 2005.

FAUSTO, Boris. *Historia do Brasil.*13º Ed. São Paulo: Editora da USP, 2008.

FRATUCCI, Aguinaldo César. A formação e o ordenamento territorial do turismo no Estado do Rio de Janeiro a partir da década de 1970. In: BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, Maurício e BADIN, Luciana (org.) *Turismo e Sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GARCIA, Afrânio; PALMEIRA, Moacir. Rastros de casas grandes e de senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (org). *Brasil: um século de transformações.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: 1950-1964*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. *Contribuição à Reflexão sobre o Processo de Produção de um Espaço Regional – O Caso de Angra dos Reis***.** Dissertação (Mestrado). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983.

GUAZZELLI, Dante Guimaraens; TORRES, Mateus Gamba. O Estado era a lei: Lei de Segurança Nacional e advocacia na ditadura civil- militar brasileira (1964-1979) Acervo, Rio de Janeiro, v. 27, nº 1, Jan./Jun. 2014.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos Movimentos Sociais no Campo.* Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: PINHEIRO Milton (org.) *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.
MOORE JR., Barrington. Injustiça. *As bases sociais da desobediência e da revolta.* São Paulo: Brasiliense, 1987.
NEVES, Delma Pessanha. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, Delma Pessanha (org.) *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

NOVAES, Regina Reyes. Contag e CUT: Continuidades e rupturas da organização sindical do campo. In: BOITO, Armando *et al* (orgs.). *O sindicalismo brasileiro nos anos oitenta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Processos e transformações no litoral sul fluminense. *Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro*, 2010. Disponível em: https://aarj.wordpress.com/2010/10/31/texto-processos-e-transformacoes-no-litoral-sul-fluminense-maria-emilia-lisboa-pacheco/.

PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e Repressão: O autoritarismo e o estado de direitos no Brasil, no Chile e na Argentina.*São Paulo: Paz e Terra, 2010.

RIBEIRO, José Rafael. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Democracia: SAPE, a difícil trajetória do movimento ambientalista em Angra dos Reis.* Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia/Instituto de Geociências/Universidade Federal Fluminense, 2007.

SANTOS FILHO, João. Ditadura militar utilizou a Embratur para tentar ocultar a repressão, a tortura e o assassinato. *Revista Espaço Acadêmico*, ano 7 nº 84, 2008. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/084/84jsf.pdf

SIQUEIRA, Priscila. *Genocídio dos caiçaras*. São Paulo: MassaoOhno – Ismael Guarnelli Editores, 1984.

SIQUEIRA, Priscila. Os caiçaras e a Rio/Santos. *Revista São Paulo em Perspectiva.* São Paulo: Fundação Seade, vol. 3 nº4. p. 62-64, out/dez 1989. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v03n04/v03n04_12.pdf

SZMRECSÁNYI, Tamás. Apontamentos para uma história financeira do grupo Ligth no Brasil, 1988/1939. *Revista de Economia Política*, vol. 6, nº1, 1986, p. 132-135

SZMRECSÁNYI, Tamás. Pequena história da agricultura no Brasil. 2º ed. São Paulo: Contexto, 1996.

RODRIGUES, Vicente.Lenta, gradual e segura? A Comissão Nacional da Verdade e a lei de acesso a informações na construção da justiça de transição no Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 27, nº 1, p. 183-208, Jan./Jun. 2014 – p. 195

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa.* 6º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Quando (e como) o Estado se fez presente
Conflitos por terra na Fazenda Santa Mônica, Valença/RJ

Elizabeth Ferreira Linhares*

> ... A partir das áreas cinzentas de marginais que se formam à volta da maior parte das grandes cidades mais desenvolvidas, as pessoas, em especial os jovens, olham através das janelas para o mundo estabelecido. Podem ver que é possível uma vida com mais sentido e mais realizada do que a sua própria vida. Seja qual for o seu sentido intrínseco, isso possui um significado para eles e sabem, ou talvez apenas possam sentir, que estão privados disso para toda a vida. E embora por vezes acreditem que lhes foi feita uma grande injustiça, nem sempre é claro saber por quem foi cometida (Norbert Elias)[1]

1. Introdução

Se há um aspecto da sociedade brasileira marcado pela longa duração histórica, no sentido braudeliano do termo, é o que diz respeito à alta concentração fundiária e à persistente dificuldade de acesso à terra, urbana e rural, por parte da classe trabalhadora.[2] Tais características têm origem em tempos coloniais, no modo como a terra foi distribuída e apossada, sob regulação da Coroa portuguesa, principalmente sob a forma de sesmarias. No entanto, como demonstra Silva (1996), o caráter persistente dessas características não pode ser explicado somente por suas origens coloniais, é preciso considerar o longo processo histórico – incluindo-se os períodos colonial, imperial e republicanos – em que tais estruturas foram continuamente construídas e reconstruídas.[3] Entender o modo como essa reconstrução se deu no caso das famílias de antigos colonos e posseiros da Santa Mônica, e o papel assumido pelo Estado nesse processo, são objetivos fundamentais deste trabalho.

Do ponto de vista teórico-metodológico, consideramos, com Sahlins (1990), que somente pela via de uma mediação entre estrutura e história se torna possível apreender

---

* Mestre em Antropologia da Arte pela Escola de Belas Artes da UFRJ, Doutora em Antropologia Social pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ e Pós-Doutora Sênior no projeto "Conflito e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988).

[1] Norbert Elias e E. Dunning. Introdução de *A Busca da Excitação*. Lisboa, Difel, 1994.

[2] Referimo-nos aos estudos de Fernand Braudel sobre as diferentes temporalidades históricas (1972).

[3] Considerando-se inclusive, como ressalta a autora, que em 1822, quando foi proibida a concessão de sesmarias, era ainda ínfima a parcela ocupada do território brasileiro. Silva relativiza assim o papel do regime de sesmarias no caráter latifundiário da nossa estrutura agrária. (SILVA, 1996, p.74)

as permanências estruturais, que são resignificadas e portanto culturalmente alteradas de acordo com os diversos contextos historicamente constituídos. Entendemos assim como a estrutura social pode mudar diante de um evento cujo entendimento ou sentido se produz de acordo com ou a partir de um sistema simbólico que lhe é pré existente, que comunica as mudanças estruturais necessárias à manutenção do próprio sistema (que dessa forma vai sendo assim também alterado). Ou seja, é preciso incorporar a dimensão dialética entre estrutura e história para apreender os eventos históricos em sua plena abrangência, assim como em suas muitas contradições: haverá necessariamente uma pluralidade de sentidos, na medida da alta segmentação sociocultural de uma sociedade industrializada e complexa.

Assim, quando analisamos a promulgação da Lei de Terras de 1850, em um quadro histórico que apontava para o inevitável fim da escravidão formal e legal no país e a criação de uma lei que tinha, entre seus objetivos fundamentais, garantir que não restaria aos trabalhadores libertos e imigrantes pobres outra alternativa que não permanecer nas fazendas cafeicultoras em condições similares à escravidão, ou partir para periferias urbanas em ocupações igualmente subalternas, ou seja, de um modo ou de outro mantendo-se como mão de obra socialmente submetida e fadada a permanecer no seu lugar social, entendemos a centralidade dessa lei para os desdobramentos históricos subsequentes, evitando a armadilha de imaginá-los temporal e socialmente circunscritos à segunda metade do século XIX, início do XX. Em outras palavras, é possível perceber, na continuidade histórica acima referida, a atualidade dos seus efeitos sobre os trabalhadores do campo no Brasil – incluindo-se aí as mais diversas categorias, sejam colonos, meeiros, arrendatários, boias frias, assalariados, assentados da reforma agrária, pequenos agricultores familiares etc. Vale sempre lembrar, embora seja sabido e exaustivamente reconhecido, o altíssimo grau de concentração de terras que ainda caracteriza o país, ao qual o estado do Rio de Janeiro, onde concentramos nossas pesquisas, não escapa.

Do mesmo modo, propõe-se aqui pensar o golpe de Estado de 1964 e o período ditatorial que se seguiu, como eventos cujos significados precisam ser pensados à luz dessa mesma estrutura, que, nos termos de Sahlins, para se manter, precisou mudar; garantindo assim, na mudança social abruptamente produzida – com a instauração de um regime de força – a sua própria continuidade histórica. Nas palavras de Skidmore, tratava-se "da suspensão do processo democrático, em defesa da democracia". (SKIDMORE, 1982, p. 192).

É dentro desse quadro que o presente artigo pretende refletir sobre os conflitos ocorridos na fazenda Santa Mônica, em Valença (RJ), considerando: (1) as diferentes formas como o Estado brasileiro se fez (e faz) presente na vida de trabalhadores cujas famílias e ascendentes, ao que tudo indica, em parte já *moravam e produziam* em terras da fazenda, quando, em 1912, o Ministério da Agricultura ali instalou uma Fazenda Experimental de Criação; (2) o significado do golpe de Estado nessa perspectiva histórico-estrutural, considerando sua ocorrência quando parece estar em andamento a organização de um movimento político progressista que tinha entre seus objetivos primordiais diversas reformas de base (leia-se, reformas estruturais), entre elas a reforma agrária, ou seja, quando se tinha em vista uma ruptura estrutural de maior alcance (ou que se pretendia assim); e (3) a mudança radical operada na relação do Estado com essas famílias a partir do golpe e os conflitos daí decorrentes, particularmente a partir da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da instalação, em terras da fazenda, de um Centro Experimental pertencente a esta empresa. Assim, o período enfocado pela pesquisa se estende aproximadamente entre 1964 e 1988, sem deixar de considerar as décadas precedentes na história dessas famílias, e sobretudo de reconhecer que o limite temporal final dos enfrentamentos ocorridos e das injustiças por elas sofridas não tenha essa precisão – estando ainda em tramitação pelo menos um processo judicial visando a expulsão de uma família de antigos colonos, posseiros da fazenda.[4]

A fazenda Santa Mônica se localiza em Barão de Juparanã, Valença (RJ), e é considerada uma das mais importantes fazendas cafeicultoras do Vale do Paraíba do período áureo do café fluminense. Comecemos então por voltar no tempo para considerar, brevemente, as condições em que se desenvolveu a cafeicultura no estado nesse período, destacando em seguida alguns aspectos específicos do município de Valença.

2. Café, latifúndio e conflitos no Rio de Janeiro: contextualização histórico-social

A partir do início do século XIX até meados do século XX a monocultura do café se espalhou no Rio de Janeiro, ocupando uma extensa área serrana, de norte a sul do estado. Em toda essa área, o cultivo do café e a riqueza por ele produzida nesse

[4] Isto em setembro de 2015, na etapa final da pesquisa de campo.

período basearam-se na exploração de terras muito férteis, porque recém desmatadas, e na mão de obra escrava, seguida do regime de colonato que substituiu, no Sudeste brasileiro, a escravidão até então utilizada nas grandes monoculturas de exportação – café e cana-de-açúcar.

Inerentes a esse modo de exploração, destacam-se alguns aspectos fundamentais, que de um modo ou de outro marcaram a história dessa região: as subsequentes concessões de enormes extensões de terra por parte do governo a particulares, sob a forma de sesmarias, e, na medida em que crescia a importância comercial do café, a concomitante apropriação irregular de terras devolutas, igualmente em grandes extensões, por parte de particulares, que assim se configuram como "fazendeiros-posseiros", isto é, latifundiários (SILVA, 1996, p.60, 343); o processo contínuo de desmatamento, devastando a Mata Atlântica fluminense; a degradação dos solos, uma vez que, em geral, não se utilizava qualquer meio de reposição dos nutrientes necessários ao exigente cultivo do café, fazendo-se necessárias sucessivas derrubadas de mata para que se obtivesse a manutenção da lavoura (que, por isso, se deslocava); o esvaziamento econômico e social produzido pela inevitável decadência produtiva e o subsequente abandono da atividade naquela propriedade e naquele município – dando origem às diversas "cidades mortas" referidas por Lobato (1946), ou "paisagens desoladoras", como prefere Melo (1982, *apud* SANTOS, 2010); e a ocorrência, nesse processo, de uma série de conflitos entre fazendeiros e trabalhadores (ou entre grandes posseiros e pequenos posseiros), em grande parte resultante justamente do modo como se deu a distribuição e a posse da terra no Brasil, e da ambiguidade que caracterizou os contratos de trabalho via de regra praticados, fossem verbais ou escritos, explicitada em todas as suas contradições no momento de ruptura dessas relações (MARQUES, 1978).

A ideia de contextualização em que nos baseamos aqui, muito além da visão de um cenário ou pano de fundo sobre os quais a história se desenvolve, tem por referência o conceito de *configuração social* conforme definido por Norbert Elias (1987; 1995). Ou seja, representa um esforço de compreensão a respeito da teia de relações de interdependência na qual se encontravam envolvidos e dentro da qual se moviam os indivíduos, assim como dos lugares sociais respectivamente ocupados, dos constrangimentos possivelmente sofridos e, sobretudo, do leque de possibilidades então colocadas a cada um nessa história. Nas palavras de Elias, a teoria sociológica da interdependência

> baseia-se na observação de que cada indivíduo é tributário, desde a infância, de uma multidão de indivíduos interdependentes. É no interior desta rede de interdependências, em que o homem se insere à nascença, que se desenvolve e afirma (...) a sua autonomia relativa de indivíduo independente (ELIAS, 1987, p. 117).

Assim, quando examinarmos, por exemplo, o fato de um ex-colono do café, posseiro em determinada fazenda, tomar (ou não) a decisão de mover uma ação possessória ou trabalhista contra o antigo patrão ou parceiro agrícola, é preciso levar em conta, entre outros, os efeitos e desdobramentos possivelmente produzidos junto a outros possíveis patrões e parceiros, considerando-se a forte possibilidade de um futuro fechamento de portas para esse trabalhador – isto em um cenário de reconhecida escassez de oportunidades de trabalho para pessoas com baixo nível de escolaridade. O mesmo entendimento é necessário para se avaliar, em mais um exemplo, o impacto do recebimento de um documento oficial, a ser assinado pelo próprio trabalhador, onde ele se vê obrigado a reconhecer um falso contrato de aluguel ou comodato, determinando-se assim um curto prazo para sua saída da terra. Entender os constrangimentos produzidos nesse jogo, assim como as alternativas efetivamente disponíveis ao trabalhador, deve constituir uma base fundamental a partir da qual podemos tentar conhecer o que de fato se passou na história dos conflitos no campo no Rio de Janeiro. Como diz Elias, é importante que possamos "traçar um quadro claro das pressões sociais que agem sobre o indivíduo". Não se trata, para o autor, do estudo de uma narrativa histórica, "mas a elaboração de um modelo teórico verificável da configuração que uma pessoa (...) formava, em sua interdependência com outras figuras sociais da época" (ELIAS, 1995, p. 18 e 19).

Ao examinar os conflitos ocorridos nessa região no período enfocado, é preciso tentar perceber nesse sentido a complexidade dessa teia, que envolve, dentro de uma conjuntura política de forte repressão, muito além de uma oposição entre fazendeiros/grandes posseiros/empresas/grileiros etc. e trabalhadores rurais/colonos/ meeiros/pequenos posseiros etc., um conjunto diversificado de atores, muitas vezes disputando entre si o lugar de acusadores ou defensores dos trabalhadores em questão (tais como representantes sindicais, setores da igreja, advogados, jagunços, policiais, partidos políticos, governantes, órgãos públicos responsáveis pela questão agrária em nível local, estadual ou nacional).

Por outro lado, é importante observar que a configuração social em questão não é restrita a aspectos necessariamente relacionados à cafeicultura nesse período, mas envolve elementos de um processo histórico mais amplo, no tempo e no espaço, da sociedade brasileira. Assim, nem todos os conflitos ocorridos nessa região podem ser diretamente vinculados ou atribuídos ao processo de decadência do café, devendo ser percebidos também como resultantes de uma lógica muito mais abrangente que permeou a distribuição, a posse e a aquisição de terras no Brasil em toda a nossa história, desde os tempos de colônia, passando pelos períodos imperial e republicanos (sem descartar a sua continuidade contemporânea, nos termos acima referidos). Trata-se de um processo muito mais generalizado, que assume formas diferenciadas em cada região ou microrregião.

2.1 A apropriação do território

Ressalvadas as especificidades locais e as diferenças possivelmente existentes nas condições de implantação e na cronologia da produção cafeeira nos diversos municípios por onde passou, podemos nos basear em um fio comum pelo qual passa a história de grande parte dessa região. Até o século XVIII as atuais regiões Serrana, Centro Sul e Médio Paraíba no Rio de Janeiro eram ainda esparsamente povoadas, reduzindo-se ao entorno de ranchos estabelecidos ao longo dos caminhos para Minas, que serviam de suporte a tropeiros e viajantes. O ouro era ainda o centro das atenções coloniais. Com a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro no início do século XIX, há um aumento da população da cidade e um consequente crescimento na demanda por alimentos. Nesse contexto, D. João VI não somente investiu na melhoria dos antigos caminhos e na criação de novos, ligando o interior à Cidade do Rio de Janeiro, mas implementou ao mesmo tempo uma política de doação de sesmarias e instalação de núcleos coloniais na região (SEAF, 1991, p. 21).

O café foi introduzido no Norte do Brasil em 1727, espalhando-se no decorrer do século XVIII por quase todo o país, em produção e consumo ainda de pequenas proporções. No Rio de Janeiro, onde a cultura apresentava excelente adaptabilidade, o plantio foi se generalizando, expandindo-se a sua comercialização e os interesses por ela despertados. (cf. TAUNAY, 1945; STEIN, 1961). Segundo Stein, “entre 1850 e 1900 o Vale do Paraíba foi a zona de maior produção cafeeira do mundo”, tornando-se não somente a base da economia nacional, mas “seu núcleo político, econômico e social”. (STEIN, 1961, p. IX). Até a década de 1880 o Rio de Janeiro se manteve na liderança

da produção nacional de café, devido basicamente ao Vale do Paraíba, que, além dos fatores geográficos e climáticos favoráveis, e da proximidade do Porto do Rio de Janeiro, havia se beneficiado no início do século das vantagens governamentais para a aquisição de sesmarias.

O regime de concessão de sesmarias havia sido transposto de Portugal para regular a propriedade da terra no Brasil colonial. Em Portugal, o regime visava estabelecer condições de reocupação do território, concedendo pequenos lotes de terra àqueles que tivessem interesse e condições de cultivá-la. Tratava-se de um regime excepcional, visando evitar o esvaziamento do campo e o desabastecimento das cidades. (SILVA, 1996). Assim, o sentido original do regime sesmarial, visando o "interesse coletivo", correspondia aproximadamente, na época, ao que mais tarde se definiria juridicamente em termos de função social da propriedade. Segundo Silva, os senhores de terras que não as cultivassem nem as dessem em arrendamento perdiam o direito a elas, "e as terras devolutas (devolvidas ao senhor de origem, à Corôa) eram distribuídas a outrem para que as lavrassem e aproveitassem e fosse respeitado, assim, o interesse coletivo". (SILVA, 1996, p.37). As sesmarias concedidas no Brasil estavam, assim como em Portugal, condicionadas ao aproveitamento das terras num certo prazo de tempo, caso contrário, como em Portugal, deviam voltar ao senhor de origem, a Coroa. Segundo Silva (1996), essa condicionalidade nunca foi revogada, "ao contrário, foi inúmeras vezes reafirmada, como no alvará de 5 de janeiro de 1785, que declarava constituírem as sesmarias do Brasil uma parte considerável do domínio da Coroa, dadas com a condição 'essencialíssima' de se cultivarem".(SILVA, 1996, p. 49)

Outra forma recorrente de apropriação do território foi através da posse. No início da colonização, esta foi principalmente a forma acessível aos pequenos lavradores, que não tinham condições de demandar uma sesmaria. Mas com a expansão das grandes lavouras de exportação, a posse se tornou também uma forma de apropriação de grandes latifúndios. Assim como, malgrado os esforços da Coroa, não havia controle no tamanho efetivo das sesmarias, não havia para o tamanho das posses, cujos limites eram dados pelo próprio posseiro. "'Sesmarias são verdadeiros latifúndios', disse Joaquim Ribas, no século XIX, 'mais extensas, porém, ainda eram as posses de terras, cujas divisas os posseiros marcavam de olho, nas vertentes, ou onde bem lhes aprazia'". (RIBAS, 1883, *apud* SILVA, 1996, p.60). Ou seja, a apropriação da terra estava de um modo ou de outro totalmente fora do controle das autoridades coloniais, fosse pela extensão desmedida (literalmente) das sesmarias, fosse pelo

simples apossamento de enormes extensões, feito igualmente sem qualquer controle ou restrição governamental, fazendo com que "as autoridades não tivessem como ter certeza, ao efetuarem novas concessões, de que *não estavam desrespeitando o direito de terceiros"*. (SILVA, 1996, p.61. Grifo nosso)

Com o adensamento populacional e produtivo durante o século XVIII, a confusão em torno da propriedade territorial se agravou e foi percebida pela Coroa como resultante da falta de uma legislação específica para as condições da colônia. Além de gerar conflitos entre moradores, a situação desafiava a autoridade e era motivo de grande preocupação. O que para Silva escapava à percepção das autoridades governamentais, era o fato dos sesmeiros e grandes posseiros terem fortes motivos para resistir ao cumprimento das obrigações, especialmente às cláusulas de medição e demarcação das terras. Isto porque o tipo de agricultura praticada, como já mencionado, esgotava rapidamente os solos e os obrigava a uma contínua incorporação de novas terras – processo que só era possível "graças ao trabalho escravo e à disponibilidade de terras por apropriar. A exigência de medição e demarcação era extremamente inconveniente, tendo em vista esse padrão de ocupação". (SILVA, 1996, p.69).

2.2 A Lei de Terras e a consolidação do Estado nacional

Em 1850 foi promulgada a Lei Euzébio de Queiroz, que proibia o tráfico de escravos, colocando em pauta a iminente abolição da escravidão, pois a reprodução natural dos escravos era negativa. Poucos dias depois foi aprovada a Lei de Terras, que determinava, entre outros, que o único meio de se adquirir terras seria, a partir de então, pela compra. Assim, em 1854 foi criado o Registro Paroquial de Terras, devendo todas as terras ser registradas nas respectivas freguesias, e estes registros ficariam sob a responsabilidade dos vigários. As terras anteriormente adquiridas, fossem por recebimento de sesmaria ou por posse "mansa e pacífica", deveriam ser regularizadas e registradas. A Lei de Terras criava assim um mercado de trabalho, garantindo a impossibilidade de aquisição de terras por pessoas com poucos recursos, como viria a ser o caso dos futuros libertos e imigrantes pobres. Ou seja, "restringindo o acesso à propriedade, tentava-se garantir o abastecimento de mão de obra para as lavouras" (SEAF, 1991, p. 26). Além disso, a regularização e a valorização das terras visavam solucionar o problema de crédito para as lavouras, pois as terras passavam a servir como garantia de hipoteca e não mais somente o escravo.

Segundo Silva, a prosperidade produzida pela cafeicultura nesse período teve um papel central não somente na independência, mas no processo de consolidação do Estado nacional brasileiro.[5] Entre as décadas de 1821-1830 e 1841-1850, o volume de café exportado pelo Brasil quintuplicou. "Como a principal receita do estado eram os impostos de importação e exportação, é possível avaliar a importância do café como esteio econômico desse processo (...)". Encontravam-se porém os senhores de terras, nesse momento, em uma espécie de encruzilhada. Por um lado, teoricamente reconheciam e tinham interesse na regulamentação da propriedade enquanto via de legitimação da sua condição de classe de proprietários; por outro lado, o tipo de agricultura predatória e extensiva que praticavam ia em sentido inverso. Enquanto fosse possível a incorporação de mais terras por meio da posse e do trabalho escravo, essa indefinição jurídica os beneficiava, e a "mobilidade característica da nossa agricultura poderia continuar existindo". A ordenação jurídica da propriedade da terra tornava-se no entanto uma questão crucial, do ponto de vista da consolidação do Estado nacional. Considerando-se que nesse momento a região forte da cafeicultura brasileira encontrava-se no Vale do Paraíba fluminense, é possível avaliar a importância da articulação dos interesses desses cafeicultores e da burocracia imperial, assim como o papel fundamental dos políticos do Rio de Janeiro nas propostas de legislação que antecederam a promulgação da Lei de Terras de 1850, apresentadas em 1842-1843. (SILVA, 1996, p. 91 e 92).

A lei de 1850 privilegiava a função produtiva e social da terra. Segundo Silva, seriam legitimadas as posses mansas e pacíficas, que se achassem *cultivadas ou com princípio de cultura e morada habitual* do posseiro ou seu representante. E "em casos de disputa entre posseiros e sesmeiros, o critério mais importante seria sempre favorecer aquele que efetivamente cultivasse as terras." (SILVA, 1996, p. 142). O governo definiria os prazos dentro dos quais deveriam ser feitas as medições e demarcações, e os possuidores que deixassem de proceder à medição nos prazos marcados perderiam os benefícios da lei, "conservando apenas o direito de serem mantidos na posse do terreno que ocupassem com *efetiva cultura e morada habitual*, considerando-se devoluto o que se achasse inculto". Nesse caso, o posseiro não receberia título de propriedade e ficaria

[5] Como acima referido, em 1822 foi extinto o regime de concessão de sesmarias no Brasil. Para Silva, o fim desse regime quase que simultaneamente à declaração de independência não é uma coincidência, mas resultado e expressão do forte empoderamento do senhoriato rural da colônia, e das contradições entre este e a metrópole "em torno da questão da apropriação territorial." (SILVA, 1996, p. 75).

consequentemente impedido de vender ou hipotecar sua posse. (SILVA, 1996, p. 143. Grifo nosso).

Por outro lado, na visão da autora, a Lei de Terras foi concebida e aprovada "dentro de um espírito conciliatório" – entendendo-se aqui por "conciliação" o fato do Estado imperial ter procurado atender às demandas e pressões do senhoriato rural. Tratava-se, porém, de conciliar interesses na prática inconciliáveis. Ao definir como único meio legítimo de aquisição de terras devolutas a compra, a lei tornara ilegal a posse e tornara os novos posseiros em figuras ilegais, transgressores da lei. Assim, enfrentando muitas resistências (note-se que por parte daqueles a quem pretendia favorecer), na prática, a Lei de Terras não conseguiu atingir o que na visão de Silva seria um dos seus objetivos fundamentais, isto é, por em ordem a confusão fundiária então já existente no Brasil. (SILVA, 1996, p.143-153). Vale observar no entanto, que do ponto de vista da pretendida perenização da subalternidade da classe trabalhadora brasileira, ao que tudo indica, a lei foi extremamente eficaz. Nas palavras de Torres,

> Esses trabalhadores irrompem no mercado trazendo apenas sua força de trabalho, tudo que o latifundiário precisava para manter sua condição econômica. (...) Pois submeter a aquisição de terras devolutas à compra e venda "significava destinar a terra a quem tivesse dinheiro para comprá-la e, quanto ao trabalhador, que primeiro deveria sujeitar-se ao trabalho na fazenda para, depois, pela compra, adquirir a terra. (...) Estava pois sancionado, como lei maior, o princípio que baniu o trabalhador da terra. Tanto o trabalhador rural como, com o avanço da industrialização, o trabalhador urbano". (TORRES, 2004, p. 129; citando LIMA, 2002, p. 86/87).

Com a promulgação da 1ª Constituição Republicana em 1891, as províncias se transformaram em estados membros, que passaram a ter o domínio das terras devolutas e a competência para sua distribuição, editando diversas leis agrárias. Em nível nacional, é somente no final da Primeira República, com a promulgação do Decreto 19.924, de abril de 1931, que se encerra em caráter definitivo a vigência da Lei de Terras de 1850. (SILVA, 1996, p. 328).[6] No Rio de Janeiro, o Decreto 2.666 de outubro de 1931 "regulamentou as terras devolutas, indicando, no artigo 47, as terras que estavam sujeitas à revalidação, incluindo entre elas as terras cujo ocupante não

[6] Vale ainda registrar que, segundo a autora, e "a opinião unânime dos estudiosos da matéria", até a promulgação deste Decreto, ou seja, até abril de 1931, prevaleceu "a ideia de que as terras devolutas eram passíveis de usucapião, não estando proibida, nem na lei de 1850, nem no Código Civil [de 1916], a sua prática". (SILVA, 1996, p. 326).

possuísse títulos hábeis de posse, mas mantenha nela *morada habitual, cultivo ou criação de animais*". (TORRES, 2004, p. 138. Grifo nosso). Segundo o autor, em seu artigo 51 o decreto reconhece que no Rio de Janeiro a Lei de Terras não havia sido bem observada, indicando também "uma preocupação na regularização da situação dos posseiros". Este dispositivo legal permitia a revalidação das concessões obtidas em data anterior à Lei de Terras, e aquelas concedidas pelo Decreto 2.190 de 24/08/1926, desde que as terras estivessem "cultivadas ou ocupadas por criação" e nelas estivesse estabelecida "morada habitual", mesmo que não satisfeitas as demais condições. Ou seja, "prevaleciam os requisitos cultivo e moradia sobre as demais condições da concessão". Além disso, destaca ainda o autor, em seu artigo 55 o decreto possibilita "aos ocupantes pobres a dispensa, a critério do Secretário de Agricultura e Trabalho, das despesas de legitimação ou revalidação, desde que observados os prazos estabelecidos para tal". (TORRES, 2004, p. 138 e 139).

É dentro desse quadro que é preciso considerar o modo como se deu, no final do século XIX, a transição para o trabalho formalmente livre nas grandes lavouras do Vale do Paraíba fluminense. Do ponto de vista dos antigos escravos, como aponta Torres, a abolição representou em certo sentido "um grande despejo", quando foram simplesmente colocados "na rua", constrangidos a "se virar" sabe-se lá como. (Torres, 2004, p. 81); do ponto de vista dos trabalhadores imigrantes, a situação enfrentada não era melhor, condicionados que estavam às diversas estratégias criadas com o objetivo de mantê-los em condições igualmente subalternas. Substituindo o trabalhador escravo, libertos e imigrantes ingressam nas (ou retornam às) grandes fazendas na condição de colonos. Instala-se assim o colonato tendo na necessidade de obtenção de um espaço para moradia e trabalho familiar, a sua base fundamental. Filhos de trabalhadores em idade ou em vias de casar-se eram os candidatos típicos a uma vaga de colono, que implicava, prioritariamente, na autorização e possível negociação para construção ou reconstrução de uma casa, e do acesso a uma área de terra para lavoura. O casamento e, com ele, a criação de uma nova unidade doméstica entre trabalhadores, cuja concretização se dava por meio da *morada* em terras de uma determinada fazenda, representavam o meio central de reprodução do colonato, estabelecendo as condições básicas em que viveriam, a partir de então, o trabalhador e sua família.[7]

[7] Em condições semelhantes às da *morada* no Nordeste brasileiro, como demonstrado por Palmeira (1977), Heredia (1979) e Garcia (1983).

2.3 Esvaziamento e conflitos

A decadência da cafeicultura no estado do Rio de Janeiro produziu, em grande parte das antigas regiões produtoras, uma tendência à estagnação e ao esvaziamento econômico e social, acentuados pela implantação de uma pecuária extensiva ou semiextensiva em substituição ao café e à chamada *lavoura branca* – mantimentos produzidos pelos trabalhadores em áreas da fazenda, paralelamente ao café. A partir da crise econômica mundial de 1929, há um esforço nacional em se superar o modelo econômico agrário-exportador, incentivando-se a implantação e o fortalecimento da industrialização no país. Este processo, somado à decadência produtiva das áreas rurais do estado, veio acentuar "uma dinâmica populacional marcada pelo contínuo esvaziamento do interior e pelo intenso crescimento urbano" (SEAF, 1991, p. 31).

A temporalidade e as condições de ascensão e declínio da grande lavoura cafeeira no Rio de Janeiro guardam, como já mencionado, algumas diferenças, quando comparamos as diversas regiões e municípios produtores. Do mesmo modo, observam-se diferenças nos rumos e atividades econômicas desenvolvidas nessas áreas em substituição à cafeicultura decadente. Mas do ponto de vista da população rural, sejam quais forem os caminhos e em que tempo tenham sido seguidos, em todas essas regiões a substituição do café pela criação extensiva de gado ao longo do século XX parece não somente não ter sido capaz de reverter o processo de perdas sociais, econômicas e ambientais, já em curso, como gerou ou intensificou um quadro de esvaziamento demográfico, instabilidade e graves conflitos sociais. Em linhas gerais, esses conflitos, marcados por uma profunda assimetria social, colocavam, de um lado, famílias de fazendeiros que, embora economicamente decadentes, mantinham ainda um forte poder político, nos níveis local, regional e mesmo federal; e, de outro, famílias de trabalhadores rurais, lavradores, cujo capital cultural voltava-se basicamente à sua reprodução social na lavoura, e que, uma vez expulsos da terra, encontravam-se em grande parte dos casos em situação de extrema pobreza e falta de alternativas. É dentro desse quadro que devemos considerar os atos de violência e as diferentes formas de violação dos direitos humanos ocorridos nessa região, agravados pela conjuntura ditatorial e repressiva que caracteriza o período pesquisado.

Muitos dos trabalhadores envolvidos em conflitos possessórios (e trabalhistas) nessas antigas fazendas viram-se, portanto, confrontados com a iminência de expulsão da terra onde haviam nascido e onde haviam trabalhado, ao lado dos pais, por toda sua

vida; e uma grande parte acabou sendo efetivamente expulsa, a julgar pelos dados demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mostram uma significativa (e inquestionável) proporção de esvaziamento das antigas áreas cafeicultoras, assim como do interior do estado de um modo mais geral.[8] Será preciso, no entanto, uma pesquisa aprofundada para que possamos entender de fato em que condições e sob que pressões esses trabalhadores partiram, sabendo-se que uma minoria, em princípio exposta a um quadro geral de constrangimentos comuns, negou-se a partir, lutando das mais diversas formas pelo seu direito à terra. Ainda que se considere a existência de algumas alternativas ao antigo lugar de colono ou posseiro, como tornar-se servidor público, operário fabril ou migrar para outras áreas onde ainda houvesse possibilidade de posse, a julgar por pesquisas anteriormente realizadas, parece-nos pouco provável que a saída da terra tenha se dado como resultado de uma escolha – entendida como uma ponderação entre diferentes possibilidades disponíveis, entre as quais se prioriza uma, percebida nesse caso como mais rendosa ou mais interessante. Será preciso uma pesquisa de campo específica, aprofundada nessa direção, para que possamos afirmar em caráter conclusivo como de fato esse processo foi vivido pelos milhares de famílias de lavradores que de um modo ou de outro perderam a terra, "abandonando-a" ou sendo literalmente expulsas, como mostram os registros feitos pelas entidades sindicais, pela CPT e pela imprensa.

Uma quantificação precisa sobre a incidência de conflitos envolvendo trabalhadores rurais nas antigas regiões cafeicultoras do estado demandaria uma pesquisa extensa que não foi possível nesse momento. Mas uma hipótese aparentemente plausível aponta para uma ocorrência maior do que aquela oficialmente registrada (por órgãos públicos, entidades sindicais, imprensa etc.), cujo foco parece em princípio restrito à ocorrência de crimes e aos enfrentamentos de caráter coletivo que contaram, em alguma medida, com a mediação sindical ou de outras organizações criadas com a finalidade de representação e defesa de trabalhadores, tais como a CPT e o MST. Estariam possivelmente excluídos desses registros, por exemplo, um grande número de processos trabalhistas onde se discute, entre outros, o direito à indenização ou ressarcimento pela perda de lavouras e outras benfeitorias feitas pelo trabalhador, antigo

[8] Para uma ideia aproximada desse processo, consideremos alguns dados demográficos de Valença: entre 1950 e 2010, a população rural do município passou de 19.796 para 9.619 habitantes (uma perda populacional de 51,4%), em um processo inverso ao que ocorria com sua população total, que no mesmo período teve um importante crescimento, passando de 36.126 para 71.843 habitantes. IBGE. Censos Demográficos de 1950 e 2010; Base SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática). Disponível em: < http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acessado em: 01/07/2015.

colono, em terras da fazenda; estariam, sobretudo, excluídas as violências sofridas por aqueles cuja reação tenha sido simplesmente partir em busca de outras alternativas. Podemos, no entanto, considerar que, de um modo ou de outro, um conflito trabalhista entre um fazendeiro e um trabalhador rural, cuja *moradia e lavoura* encontram-se implantadas em terras do outro, possui em si um significado fundiário.

Nilson Marques (1978) chama a atenção para o uso frequente da figura jurídica do *comodato*, por parte dos fazendeiros, em contratos verbais ou escritos, como forma de transformar uma relação que de fato é de trabalho em uma espécie de locação gratuita (o comodato), passível, portanto, de ser rompida a qualquer momento e sem geração de qualquer ônus de caráter trabalhista para o empregador. São os contratos que ele define como "contratos inominados no Direito Agrário", referindo-se aos diversos modelos ilegais de contratos de trabalho largamente praticados no interior do estado, assim disfarçados pela figura do comodato (permitindo ao fazendeiro retomar a casa e a terra sem maiores dificuldades legais). Ao defini-los como "contratos agrários inominados", Nilson Marques os considera legalmente submetidos às regras do Estatuto da Terra, assim como à legislação pertinente ao trabalho rural.

O caráter parcial e limitado das listagens em geral produzidas sobre conflitos no campo se acentua ainda mais pelo fato das violências registradas restringirem-se, via de regra, a agressões no plano físico pessoal e material, incluindo-se no máximo sob a categoria "ameaça" uma ideia mais difusa de violações que podem se referir a um plano mais sutil, imaterial, mas que de todo modo nem sempre é explicitado. Ficam, portanto, em geral excluídas desses registros as violações de ordem psicológica, como as diferentes formas de constrangimento a que foram expostos muito provavelmente um grande número de trabalhadores e suas famílias, levando-se em conta o alto grau de desigualdade social e o aspecto clientelístico que caracterizam via de regra essas relações, historicamente herdadas de um contexto escravocrata ainda bastante próximo, tanto do ponto de vista sociocultural quanto temporal. O caso da Fazenda Santa Mônica, como será visto mais à frente, traz exemplos dessa ordem de violações.

Por outro lado, não podemos desconsiderar, embora não tenhamos nesse momento condições de aprofundar a pesquisa nessa direção, os diferentes tipos de violação sofridos por trabalhadores que sequer chegaram a constituir ou a ser reconhecidos como "conflitos", nesses termos merecedores da mediação e do registro por parte das entidades sindicais e demais defensores da categoria. Quantas famílias terão sido expulsas e saído da terra silenciosamente, temerosas, por exemplo, de que

uma denúncia pudesse trazer violências ainda maiores, em um contexto no qual o poder público tende a estar do outro lado, defendendo os interesses dos detentores do poder econômico, social e político? Que tipos de constrangimentos, humilhações e violências terão sofrido cotidianamente até chegarem à decisão de saída da terra? Estas e muitas outras questões de mesmo teor não serão por ora respondidas, mas nem por isso devem ser esquecidas ou desconsideradas.

3. Valença: prosperidade para poucos

Valença foi um dos mais importantes municípios cafeicultores do Rio de Janeiro, que, assim como outros municípios produtores, na virada do século XX encontrava-se já em forte decadência, com muitas de suas fazendas sendo hipotecadas e perdidas para o sistema bancário. Mas enquanto diversos municípios permaneceram "desolados" com as perdas na lavoura, Valença partiu rapidamente em busca de alternativas econômicas, substituindo o café por um processo de industrialização que o fez contribuir, precocemente, para que o Médio Paraíba se tornasse, em meados do século XX, um importante polo industrial, com destaque no cenário socioeconômico estadual. Logo no início do século, Valença implantou indústrias têxteis na sede municipal e indústrias de laticínios em seu interior, com a conversão de antigas fazendas cafeicultoras em áreas de pecuária leiteira e a formação de diversas cooperativas de produtores. Santos (2010) destaca esse pioneirismo do município e o impacto sofrido com a crise da sua agricultura, mas que, "já na década de 1910, através de *uma série de esforços locais*, consegue erguer um parque têxtil que [iria] perdurar por 80 anos", fazendo com que Valença se tornasse "uma das principais aglomerações urbanas do Vale do Paraíba fluminense, ainda hoje a microrregião mais industrializada do interior do Estado". (SANTOS, 2010, p. 49. Grifos nossos). É preciso, no entanto, relativizar o papel dessa dinamização econômica no município e a quem objetivamente ela beneficiou, considerando-se que não impediu a desconstrução de um mundo de trabalho e de vida central para famílias de lavradores, antigos colonos, que se viram, em grande parte, na contingência de instalar-se em periferias urbanas, em um processo de possíveis ganhos (proximidade de serviços de educação e saúde, por exemplo) mas certamente de muitas perdas.

Uma pesquisa aprofundada será necessária para sabermos como essas mudanças foram vividas por essas famílias de trabalhadores; pesquisa que deverá se utilizar de diferentes métodos para tentar alcançar as primeiras décadas desse processo. Mas de

acordo com entrevista realizada com Marilda Fernandes, que atuava pela CPT como integrante de uma Comunidade Eclesial de Base (CEB) em Valença nos anos 1970 e 1980, era alta a incidência de casos de depressão entre trabalhadores rurais que haviam perdido a terra e sido constrangidos a instalar-se na periferia da cidade e a adaptar-se a funções, por assim dizer, "urbanas", como certos trabalhos braçais na Prefeitura Municipal (varredor de rua, lixeiro), operário fabril etc. Explicando o sofrimento dessas famílias vindas da roça, e as dificuldades que então viviam (e ainda vivem) para se adaptar ao ambiente e à vida na cidade, Marilda relata: "(...) Não tem mais espaço para essas pessoas que vêm da roça, essas pessoas têm um outro ritmo de vida, a vida inteira... E agora, não tem uma festa pra eles, não tem nada, tudo é diferente. Então está ficando tudo em depressão." (Marilda Fernandes, entrevistada por Elizabeth Linhares em 23/01/2015).

É preciso entender, na direção indicada por Elias (1995), que o que se perde, o que se desconstrói (ou é ameaçado de desconstrução) com o fim do colonato e a expulsão ou abandono forçado da terra por esses trabalhadores, é muito mais do que um emprego, um trabalho ou meio de subsistência; é todo um conjunto de valores e referenciais culturais em torno dos quais a vida se organiza e ganha sentido. Podemos tentar assim (e somente assim) dimensionar o impacto das perdas sofridas por essas famílias ao perderem a terra. A primeira, e talvez a mais profunda, entre as muitas violências possivelmente ocorridas no desenrolar de sua história.

É portanto importante sublinhar que, mesmo nesses municípios onde a implantação de indústrias nesse período teve um papel econômico tão relevante e dinamizador, essa dinamização não foi capaz de alterar o quadro de perdas verificado no campo. Em Valença, inegavelmente, a implantação de indústrias têxteis e leiteiras no decorrer do século XX foi geradora de emprego e renda, e de fato fortaleceu a economia municipal (e, conforme Santos, 2010, estadual), em um período em que grande parte dos antigos municípios cafeicultores estava em franca decadência; e é muito provável que essa industrialização tenha absorvido parte considerável dos lavradores oriundos das antigas fazendas de café, não somente de Valença, mas de outros municípios do estado. Mas isso não significa que a prosperidade possivelmente produzida por essa industrialização tenha atingido (positivamente) as famílias de trabalhadores, especialmente os trabalhadores do campo. Muito pelo contrário, em um manifesto dirigido "às autoridades e ao povo em geral", em janeiro de 1962, Gervásio Gomes de

Azevedo, então presidente da União Operária Valenciana, expõe com clareza as contradições desse processo:

> Valença, sendo tão rica, tem sua população rural na mais extrema pobreza, sem escolas e sem assistência médica (...), implacavelmente explorada pelos fazendeiros (...). Não comem carne, *não comem queijo e manteiga, e não bebem leite*. Muitos nem mesmo a verdura, pois o "senhor todo poderoso" dono da terra lhes tomou a horta. Confundem, os senhores donos, inanição com "preguiça"; fraqueza física com moleza. Nesta época em que o Brasil reclama produção, enxotam-nos. Então o camponês vem para a cidade, deixando sua condição de produtor para consumidor, contribuindo desta forma para a alta dos aluguéis, para a desvalorização da mão de obra, enfim, concorrendo para o aumento do custo de vida (Gervásio Gomes de Azevedo, *Terra Livre*, janeiro de 1962, p. 6. Grifos nossos).[9]

Por outro lado, é preciso também refletir sobre o significado e a amplitude dos "esforços locais" referidos por Santos (2010), tendo em vista a dinamização econômica do município. De acordo com Gabriel (2004), a implantação de atividades industriais e comerciais em Valença nesse período foi possível, entre outros, a partir das "relações comerciais estabelecidas por fazendeiros da região com centros maiores e as relações de alguns 'coronéis' com o poder político local". (GABRIEL, 2004, p. 6). O autor chama atenção, nesse contexto, para dados apresentados por Renée Dreifuss (1981), que relacionam duas das principais empresas têxteis de Valença (Cia. Progresso de Valença e Cia. de Fiação e Tecidos Santa Rosa) à elite econômica nacional que se articulava através do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), representando importante base política contrária às propostas reformistas de João Goulart. Para Gabriel, ao ingressarem em uma organização "com tão claros objetivos como o Ipes", os empresários do Grupo Santa Rosa aliaram-se a um projeto que visava a manutenção do poder por uma determinada classe, "defendendo, inclusive, o golpe militar ocorrido em 1964. A manutenção desse poder tem como consequência, ou acima de tudo, a ampliação do poder econômico e o aprofundamento das desigualdades sociais." (GABRIEL, 2004, p. 10). Talvez esta relação em parte explique, na história recente do município, entre outras coisas, a rapidez e eficiência com que as forças golpistas em 1964 aniquilaram a principal (quiçá única) organização social de esquerda então existente em Valença, a União Operária Valenciana.

[9] A prosperidade vivida sob a forma de uma crescente concentração de renda no período do chamado "milagre brasileiro" e o seu papel na postura passiva e conservadora da sociedade valenciana (especialmente das camadas médias) são estudados por Santos (2011).

Fundada em fevereiro de 1920, a União Operária se definia originalmente como uma associação de caráter beneficente e mutualista. Entre seus objetivos iniciais, destacavam-se a assistência médico-farmacêutica e o auxílio pecuniário aos operários têxteis em caso de enfermidade. Com o passar do tempo, a entidade passou a desenvolver um trabalho de organização sindical, incluindo em seus quadros, no princípio dos anos 1960, trabalhadores rurais das mais diversas categorias, com os quais realizava uma série de eventos e atividades tendo em vista a sua conscientização política e o desenvolvimento de estratégias para uma futura reforma agrária no município. Segundo Ney Fernandes, na época um dos seus principais dirigentes, em abril de 1964 a União Operária foi completamente desmantelada; sua sede, que funcionava em edifício próprio no Centro de Valença, foi invadida, teve seus arquivos e demais objetos apreendidos, alguns integrantes presos e outros obrigados a foragir-se.

Por outro lado, vale observar que não só em Valença, mas em Volta Redonda e Barra Mansa – não por acaso os três municípios mais industrializados do interior do estado (cf. SANTOS, 2010) – a concentração de um operariado organizado e politicamente apoiado por partidos e políticos de esquerda, e por membros da Igreja Católica progressista, fez com que a repressão pós-golpe chegasse de modo particularmente rápido e violento. Santos chama a atenção para a localização estratégica do Médio Paraíba para o desenvolvimento do estado e do país, e a importância econômica e política dada a essa região no período militar, particularmente a Volta Redonda.[10]

De acordo com o depoimento de um antigo morador da fazenda Santa Mônica, que na época tinha cerca de 14 anos, nesse período (1969-1972) era frequente o surgimento de corpos que vinham boiando nas águas do rio Paraíba do Sul (cujas margens em Juparanã fazem a divisa das terras da Santa Mônica). Todos de homens, relativamente jovens; alguns amarrados com arames e pedras. Em geral eram vistos por pescadores e lavradores, que os retiravam do rio para que pudessem ser enterrados. Para isso chamavam a polícia, que os levava para Valença. Após certo tempo (que ele não lembra com precisão), veio "uma ordem do quartel" ou da própria polícia, proibindo que esses corpos fossem retirados; ordem à qual a população de Juparanã prontamente

[10] Poucos dias após o golpe, a diretoria da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) cedeu 16 casas para o 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB) de Barra Mansa, permitindo assim que membros do BIB passassem a residir dentro da Cidade Operária. Citando Bedê (2004), Santos relata ainda o clima de intimidação e os atos arbitrários praticados pelo Exército e pela diretoria da CSN a partir de 1º de abril de 1964 (SANTOS, 2010, p. 137).

obedeceu. Vale registrar que o rio Paraíba do Sul, antes de passar por Juparanã e Vassouras, passa pelos municípios de Barra Mansa, Volta Redonda e Barra do Piraí.

4. Os conflitos na Fazenda Santa Mônica

A fazenda Santa Mônica se localiza em Barão de Juparanã, distrito de Valença, e, de acordo com o Cartório do 2º Ofício da Comarca, possui atualmente área de 1.677,94 ha, remanescente da fazenda original, "em pastos, matas e capoeiras". A partir de 2002, em cumprimento à legislação ambiental, foi formalmente subdividida em três áreas de destinações distintas: 18 Áreas de Preservação Permanente (APPs), em um total de 203,26 ha; área de Reserva Legal, com 804,14 ha; e área de "destinação livre", com 670,54 ha.[11]

Sua história, como da maioria das grandes fazendas de café do Vale do Paraíba, tem início quando D. João VI doou uma enorme extensão de terras, situadas na margem esquerda do rio Paraíba do Sul, a Manoel Jacintho Nogueira da Gama, o Marquês de Baependy. As terras recebidas pelo marquês abrangiam três sesmarias: parte da sesmaria de São Braz do Paraíso, concedida em 1792 e a mais antiga do Município de Valença; parte da sesmaria de Santa Mônica, concedida em 1814; e a sesmaria de São Jacintho, concedida também em 1814. O marquês e seus herdeiros cultivaram parte dessas terras constituindo três fazendas: Santa Mônica, Santana e Paraíso, além dos sítios Papagaio e Desengano Feliz.

No auge da sua produção cafeeira, a Santa Mônica chegou a possuir cerca de 700 escravos, além de feitores, capatazes e outros profissionais (NOVAES, 2008). Segundo Novaes, em 1809 o marquês se casou e teve três filhos: Braz, Manoel Jacinto e Francisco Nicolau, que futuramente herdaria a fazenda e se tornaria o Barão de Santa Mônica. Em novembro de 1884, atravessando grandes dificuldades financeiras, Francisco Nicolau hipotecou a Santa Mônica e outras propriedades. Após sua morte, em 1885, os credores executaram a hipoteca e a fazenda foi transferida ao Banco do Brasil. Vale observar que essa transferência ocorre em período anterior à proibição legal da escravidão, o que significa que muito provavelmente naquele momento a Santa Mônica possuía ainda em suas terras trabalhadores escravos, seus familiares e descendentes.

[11] Cartório do 2º Ofício de Valença-RJ. Certidão de Registro de Imóveis, Matrícula nº 631, Livro 2-AD, fls. 213. Expedida em 26/02/2015. Averbação feita em 08/02/2002 e, de acordo com a certidão, devidamente registrada no Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), sob o nº 517054 015784 8.

De acordo com as certidões de registro do imóvel, em fevereiro de 1900 o Banco do Brasil vendeu a Santa Mônica à Fazenda Federal do Brasil, atual União. Nessa época, segundo o registro cartorial, a fazenda possuía 400 alqueires de terras (correspondentes a cerca de 1.936 ha) com 564 mil pés de café, "e nela [existiam] casas de moradia, engenho de café e cana, enfermarias, o palacete Monte Alegre, casa do Pinheiro, que lhe fica[va] anexa, junto à Estrada de Ferro Central do Brasil, caieiras, carroças, gado de trabalho, outros instrumentos de lavouras, acessórios e benfeitorias".[12] Considerando que a partir de 1850 a única forma legal de aquisição da propriedade seria por meio de compra, e que para possuir valor de hipoteca a fazenda precisaria de todo modo ser uma propriedade legalizada, é possível supor que em algum momento dessa história a posse sobre essas terras foi regularizada, independentemente de atenderem às condicionalidades exigidas pelo regime sesmarial (do qual se originavam), de estarem sendo integralmente de fato utilizadas (com atividades produtivas) e de se superporem a outras posses eventualmente pré-existentes. De todo modo, uma vez de posse da Santa Mônica, a Fazenda Federal a transferiu para o Ministério da Agricultura que, em 1912, ali implantou uma Fazenda Experimental de Criação, que funcionou nas décadas seguintes desenvolvendo pesquisas e prestando diversos serviços a produtores locais e provavelmente regionais. Em todos esses anos (aproximadamente 1912-1965), não parece terem ocorrido alterações significativas de gestão nem se verifica a existência de alterações nos registros cartoriais da fazenda, o que só viria a ocorrer a partir do período ditatorial.

A primeira alteração é registrada em agosto de 1974, com a venda de 1.691.844 m² (169,18 ha) da fazenda ao Município de Valença, que ficaria responsável pelo desmembramento e subdivisão da área adquirida em três partes, sendo uma delas destinada a um futuro loteamento urbano.[13] Em julho de 1977, a Santa Mônica foi formalmente vendida pela União à recém-criada Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Registra-se então como constituída por uma "área

[12] Cartório do 2º Ofício de Valença-RJ. Certidão de Registro de Imóveis, Matrícula nº 2.468, Livro 3-A, fls. 105. Registro realizado em 22/03/1900. Certidão expedida em 03/03/2015.

[13] Cartório do 2º Ofício de Valença-RJ. Certidão de Registro de Imóveis, Matrícula nº 15.060, Livro 2-C, fls. 47. Registro realizado em 22/08/1974. Certidão expedida em 26/02/2015. Entre 1994 e 2012 são registrados diversos desmembramentos feitos nessa área comprada pelo município, incluindo-se a venda de partes. De acordo com depoimentos de moradores de Juparanã, a Prefeitura nunca chegou a realizar o loteamento da área, que foi aos poucos sendo irregularmente ocupada, provavelmente por famílias de trabalhadores oriundas da roça, que haviam perdido a casa e a terra para lavoura. Algumas famílias expulsas da Santa Mônica moram nessa área, que é de encosta e limítrofe à área urbana de Juparanã, integrando-se, portanto, à sua periferia.

remanescente de 17.668.160 m², desmembrados de uma área total de 400 alqueires ou 19.360.000 m²". Nesse registro, a fazenda é descrita com as mesmas características de 1900, o que significa que de algum modo haviam sido mantidas as *atividades produtivas* e a *moradia habitual* das muitas famílias que há tempos ali se encontravam, além daquelas que em períodos mais recentes haviam ingressado na fazenda.[14] Como veremos a seguir, de acordo com depoimentos de trabalhadores antigos moradores da Santa Mônica, durante todos esses anos havia um grande número de colonos e posseiros com intensa atividade produtiva. Faziam lavouras (arroz, feijão, milho, café, frutas, verduras etc.), possuíam criações (inclusive gado leiteiro), e comercializavam grande parte da produção diretamente nas casas e feiras do município, além de abastecerem o Centro Experimental do Ministério.

Finalmente, em 1997, a área denominada Agrião, com 925.000 m², onde há décadas moravam e produziam três famílias de antigos colonos, foi vendida pela Embrapa a um particular, administrador de empresas de Vassouras. De acordo com o depoimento de integrantes dessas famílias, nenhum deles foi consultado ou previamente informado a respeito dessa negociação, não lhes tendo sido portanto oferecida qualquer possibilidade de se candidatarem à compra.[15]

4.1 A Santa Mônica nos tempos do Ministério

O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio foi criado em 1909, durante o governo de Hermes da Fonseca, tendo como objetivo central investir na diversificação e na modernização da produção agropecuária brasileira, marcada, até então, pelo predomínio da monocultura de exportação (STANCIK, 2012). De acordo com Stancik, sua criação representava nesse sentido uma contraposição ao "exclusivismo do café e da borracha, e dos interesses dos grupos a eles ligados". Na visão do então ministro Pedro de Toledo, tratava-se de superar o que considerava "métodos coloniais" de produção, através de investimentos no desenvolvimento tecnológico, aliado à sua aplicação nas práticas agropecuárias, cabendo ao Estado promover tal empreendimento. Nesse contexto foram criadas, em 1912, as chamadas Fazendas-Modelo de Santa Mônica, no

[14] Cartório do 2º Ofício de Valença-RJ. Certidão de Registro de Imóveis, Matrícula nº 631, Livro 3-U, fls. 188. Registro realizado em 01/07/1977. Certidão expedida em 25/02/2015.

[15] Cartório do 2º Ofício de Valença-RJ. Certidão de Registro de Imóveis, Matrícula nº 10.403, Livro 2-AA, fls. 244. Registro realizado em 22/09/1997. Certidão expedida em 26/02/2015. Vale registrar que três anos depois, em 30 de maio de 2000, é feita nova averbação sobre essa escritura, para fazer constar que a área vendida era a "área livre e desembaraçada [das áreas ocupadas pelos colonos] medindo 888.684,00 m², constante do Memorial, devidamente acima matriculado". Ou seja, de acordo com essa escritura, a área das três famílias correspondia a 36.316 m² e não integrava a parte vendida.

Rio de Janeiro, e de Ponta Grossa, no Paraná, em princípio subordinadas ao Serviço de Veterinária do Ministério.

Conforme depoimentos e a documentação arquivada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Valença, desde a implantação do Centro Experimental na fazenda, e por um longo período, o Ministério da Agricultura aceitou, conviveu e – tudo leva a crer – se beneficiou da presença e do trabalho de diversas famílias de lavradores, antigos colonos, que lá se encontravam desde o início da sua gestão, em 1912, além daquelas que ao longo dos anos ali se instalaram, fixando moradia e fazendo lavouras; e ainda, das que foram sendo incorporadas como empregados pelo próprio Ministério. Ora, uma fazenda de criação com objetivos de pesquisa e extensão certamente precisava tanto do plantio e manutenção de grãos e forrageiras para alimento das criações, quanto da produção de mantimentos para os empregados que ali morariam e trabalhariam. Não é difícil supor, ainda que preliminarmente, que o trabalho desses lavradores tenha sido na verdade uma condição fundamental para a implantação inicial deste Centro. E assim permaneceu, nesse aparente misto de tolerância com conveniência e interesses, até o golpe de 1964.

É importante considerar, por outro lado, que se em meados da segunda metade do século XIX a fazenda possuía cerca de 700 escravos, e pelo histórico de outras fazendas com histórias semelhantes, é de se supor que, ao ser apropriada pelo Banco do Brasil e em seguida pelo Ministério da Agricultura, a área se encontrasse ainda ocupada por famílias de trabalhadores libertos, antigos colonos, cuja vida e trabalho como lavradores dependiam totalmente da permanência naquelas terras. A própria Embrapa, em 1975/1976, ao encaminhar notificações para que os trabalhadores comparecessem para assinatura de um "Termo de Compromisso" de saída da área, se dirige aos agricultores moradores da Santa Mônica como "colonos".

De acordo com depoimentos de antigos moradores da fazenda e de arredores, aproximadamente entre os anos 1920 e início dos anos 1960, o Ministério mantinha na fazenda a criação de diversos animais de raça e, além de desenvolver pesquisas para o seu aperfeiçoamento genético, recebia animais de produtores da região para cruzamento com os seus, de raça pura, visando a melhoria da produtividade das mais diversas criações: bois de corte, vacas leiteiras, porcos, carneiros, cavalos, burros, jumentos etc. Em certo período houve também uma criação experimental de bicho da seda. Osvaldo Medeiros, lavrador, nascido em Valença em 1926, conheceu ainda bem jovem a Santa Mônica e as famílias de colonos que então moravam e trabalhavam na fazenda. E nos

relata que ele mesmo, ainda jovem, era incumbido de levar animais da fazenda onde trabalhava para deixar na Santa Mônica para cruzamento, para "tirar produção", ou seja, aperfeiçoar a raça (Osvaldo Medeiros, entrevistado por Elizabeth Linhares em 22/11/2014).

A organização do trabalho

Segundo Sr. Osvaldo, nesse período o trabalho na fazenda se organizava em pelo menos quatro categorias distintas. Além dos serviços internos, de escritório, de caráter técnico e administrativo, havia três modalidades de trabalho de campo – os chamados *serviços de roça*. Em primeiro lugar, havia o trabalho dos *colonos*, que moravam e faziam suas lavouras em terras da fazenda, pagando por isso um carro de milho por ano ao Ministério; sobre as demais lavouras que faziam, não precisavam pagar nada. O milho era armazenado e utilizado na alimentação dos animais ao longo do ano.[16]

Em segundo lugar, havia os *empregados* do Ministério, *mensalistas*, responsáveis pelos serviços diretamente envolvidos com a manutenção das criações, como limpeza, alimentação, ordenha, cruzamentos dos animais etc. Os *empregados mensalistas* também tinham casa e moravam com suas famílias na fazenda; e muitos, além de trabalhar nos referidos serviços, pediam ao Ministério áreas para fazer lavouras, dando, em contrapartida, a *terça* do milho colhido para alimentação das criações. Um antigo empregado, neto de colonos, *nascido e criado* na Santa Mônica, relata que era comum os filhos dos colonos trabalharem como empregados para o Ministério.[17] Sua família é nesse sentido exemplar: sua mãe era filha de antigos colonos da fazenda, e entre seus tios maternos, vários foram trabalhar no Ministério. De acordo com seu depoimento, entre os empregados havia os *mensalistas*, que eram fixos, e os contratados no sistema de *verba*, que eram contratos temporários, renovados a cada seis meses.

Finalmente, havia os *camaradas de fora*, ou seja, trabalhadores não residentes na fazenda, que eram *diaristas* contratados para os trabalhos de manutenção da área, como roçar pastos, consertar cercas, cavar valetas etc.

[16] Conforme Sr. Osvaldo, um carro de milho corresponde a cerca de meia tonelada (10 sacos de 50 kg).
[17] A seu pedido, este antigo empregado não será identificado, o mesmo ocorrendo com os demais entrevistados e entrevistadas cujos nomes não se encontram aqui mencionados.

A organização espacial da fazenda

A essa forma de distribuição do trabalho, correspondia uma certa organização espacial da fazenda. De acordo com depoimentos, na área chamada *Centro*, localizava-se o casarão sede, em torno do qual situavam-se instalações de uso técnico e áreas de moradia da diretoria e de empregados de nível técnico e administrativo. O próprio casarão abrigava espaços de trabalho, além de hospedar diversas famílias de empregados, algumas em caráter provisório, outras em definitivo. Na entrada da fazenda, também próxima ao casarão, havia (e ainda há) a chamada Avenida Santa Mônica, onde foi construída uma série de casas padronizadas, para moradia de empregados. As demais áreas de uso produtivo do Ministério encontravam-se distribuídas sob a forma de *pastos numerados*, separados por cercas e porteiras que definiam seus limites; em cada um desses *pastos* havia diversos sítios, onde moravam também famílias de *empregados*, que podiam ali plantar o que quisessem. Portanto, apesar de assim nomeadas, essas áreas não eram constituídas somente de pastagens, havia também áreas de mata, lavouras etc.

Além dessa subdivisão em *pastos*, a Santa Mônica era composta por diversas áreas e localidades identificadas por nomes, que eram também ocupadas por famílias de empregados e antigos colonos da fazenda. Entre estas, foram citadas Água de Sinhá, Moinho, Santa Mariana, Braúna, Peru, Panelão, Ponte Nova, Banqueta, Pati, Babilônia, Agrião etc. De acordo com depoimentos, parte dessas áreas ficava em lugares mais altos e afastados do centro da fazenda, onde se localizava a maior parte dos sítios de colonos. Estes sítios variavam muito em extensão, e nem sempre eram cercados. Mas em todos eles havia famílias de lavradores *morando e produzindo*.[18]

As casas dos trabalhadores *da roça* eram em geral de pau a pique e quem as fazia eram os próprios moradores, com a ajuda de familiares, vizinhos e amigos. De acordo com Lúcia, assim eram as casas dos colonos e de boa parte dos empregados da fazenda. Só havia casas de alvenaria quando feitas pelo Ministério, na área próxima da sede.

[18] Lúcia Helena, neta de colonos e filha de empregado do Ministério, relata o que sabe sobre o tempo dos avós, que vieram para a fazenda no início dos anos 1920, com os filhos ainda bem pequenos. Foi na Santa Mônica que seus pais cresceram, se conheceram, casaram, tiveram e criaram os filhos. Seu pai trabalhava como *amansador de boi* e *carreiro da fazenda*, e além de trabalhar para o Ministério, gostava muito de plantar, tinham muitas lavouras e fruteiras no *pasto 15*, onde moravam. Lúcia observa que mesmo quando seu pai conseguiu emprego no Ministério, estabelecendo-se com a família nesse *pasto*, seus avós permaneceram como colonos, morando em uma área mais afastada, a Santa Mariana.

Número de trabalhadores

Estima-se haver nessa época cerca de 120 *empregados* trabalhando para o Ministério, mas nem todos morando na fazenda. De acordo com depoimentos, havia naquele tempo um grande livro de registro, onde eram registrados todos os empregados da Santa Mônica. Quanto aos *colonos*, seriam também em grande número. Sr. Osvaldo estima haver nessa época mais de 30 famílias que há muitos anos moravam na fazenda; muitos tendo nascido ali mesmo. De acordo com um antigo morador, filho de empregado do Ministério, também *nascido e criado* na Santa Mônica, no final dos anos 1950, início dos 1960, o número total de famílias de trabalhadores na fazenda, incluindo-se colonos e empregados, chegava a quase 200.[19]

Segundo outra antiga moradora, filha de *colonos* e também *nascida e criada* na fazenda, "tinha casa [de colono] pra tudo que é lado, até pra dentro das matas". Seu depoimento reitera que era muito comum filhos de *colonos* trabalharem como *empregados* do Ministério. Por ocasião do casamento de um filho que fosse permanecer na fazenda, via de regra uma nova casa era construída, tanto para se estabelecer como mais um colono, quanto no caso do trabalhador ser contratado pelo Ministério. De acordo com esta antiga moradora, mesmo quando o filho era contratado pelo Ministério, os pais em geral continuavam como *colonos* da fazenda, permanecendo na área originalmente ocupada. Na prática, segundo seu depoimento, na geração dos seus pais e sogros, a grande maioria dos *empregados* em *serviços de roça* do Ministério era de filhos de *colonos* da fazenda, embora houvesse filhos de colonos que não trabalhassem no Ministério.

O ingresso nas terras da fazenda

O ingresso de colonos na fazenda ocorria em moldes semelhantes aos praticados por colonos do café no Rio de Janeiro, quando ingressavam em fazendas particulares: o trabalhador pedia autorização ao fazendeiro ou a um representante seu, ao mesmo tempo em que negociava a compra dos direitos sobre a casa e a lavoura do antigo morador da área na qual tinha interesse. No caso do Ministério, conversava-se com o

[19] Tentamos ter acesso aos registros do Ministério dessa época, através da atual direção da Embrapa em Juparanã, para obtenção de fontes documentais e dados quantitativos, mas nada foi encontrado. Iniciamos também tentativas junto ao Instituto de Zootecnia da UFRRJ, ao qual a Fazenda Experimental era subordinada, mas nada foi obtido. Segundo depoimentos, até os anos 1960 havia na fazenda um cômodo onde era guardada extensa documentação do Ministério. No início dos anos 1970 teria havido um incêndio, supostamente criminoso, que destruiu essa documentação. Isto talvez explique a dificuldade encontrada para localização dos documentos.

diretor da fazenda e, uma vez autorizado, negociava-se com o colono anterior; uma vez acertado o valor e o pagamento, fazia-se a mudança da família. Em seguida faziam-se os investimentos necessários à moradia e à produção, construindo uma nova casa ou reformando a antiga, e iniciando o plantio de novas lavouras. Os depoimentos confirmam essa semelhança nos termos de ingresso, sublinhando-se que a escolha e a delimitação da área eram feitas pelo próprio colono interessado, e não pelo Ministério.[20]

O interesse por parte do Ministério na produção dos colonos para manutenção das criações era sem dúvida alguma um fator fundamental nas autorizações concedidas para a ocupação da fazenda por esses trabalhadores (além das autorizações dadas a empregados para que cultivassem determinadas áreas, no referido sistema de pagamento da *terça*). Além disso, segundo Lúcia, a grande extensão da fazenda era uma condição também importante para as sucessivas autorizações:

> Na época eles davam [terra para os colonos], porque a extensão da fazenda é muito grande, era muita terra, muito espaço, eles deixavam as pessoas morarem lá, aquilo era dado. Meu avô plantava, criava gado, produzia manteiga, queijo, e por ano dava um carro de boi de milho para fazenda. (...) Vivia disso. (Lúcia Helena, entrevistada por Elizabeth Linhares em 05/11/2015).

Ainda assim, segundo seu depoimento, as áreas cedidas pelo Ministério eram em geral aquelas contraindicadas para pastagem dos animais da fazenda, "onde era perigoso, onde tinha problema de erosão, o gado podia cair e era difícil de retirar". Essas áreas o Ministério cercava, que era para o gado da fazenda não entrar. A cerca não era para proteger as plantações dos colonos e dos empregados, mas para proteger o gado. Mesmo assim, segundo Lúcia, "cumpria as duas funções".

Apesar da semelhança nos termos do ingresso, o fato de se tratar de uma "fazenda do governo" parece marcar uma importante diferença nas condições vividas pelos colonos, destacando-se uma maior liberdade produtiva, em comparação às condições na época oferecidas por fazendas particulares na região. Referindo-se à opção feita por seus avós, Lúcia explica que "morando na fazenda do governo, era como se

[20] Vale registrar que havia pelo menos uma família, das mais antigas instaladas na fazenda, que ao que tudo indica fugiu a essa regra. É a família Sertório, de imigrantes italianos, cuja posse foi comprada em 1919 de um antigo colono da fazenda, e que ao longo de todo o século, por sucessivas gerações, manteve intensa atividade produtiva, totalmente independente de qualquer relação com o Ministério. Sua posse localizava-se na Ponte Nova, e nela construíram uma boa casa, instalações produtivas e possuíam diversas lavouras. Segundo depoimentos, os Sertório nunca pagaram qualquer percentual sobre suas colheitas, e vendiam regularmente sua produção nas casas e na feira em Juparanã e arredores.

não tivessem um patrão. Eles tinham liberdade para plantar e colher o que quisessem. E viviam daquilo. Meus avós plantavam muita coisa".

Outra antiga moradora, filha de colonos, que nasceu, cresceu, casou e viveu grande parte da sua vida na Santa Mônica, observa que havia uma distinção entre as lavouras feitas pelos colonos no "terreno da casa" (isto é, nos seus próprios sítios), da qual não tinham que dar nada, e os terrenos cedidos pelo Ministério para plantação de milho, da qual precisavam então dar uma parte. Segundo seu depoimento, isto ocorria porque "eles arrumavam também o terreno para a pessoa plantar" (o milho). "Mas se a minha mãe plantasse *dentro do terreno dela*, aí não, aí ela não precisava dar nada". Ou seja, existia um terreno que pertencia à casa do colono e o que se plantasse ali não se tinha que dar percentual algum. Ela reitera a informação de que os limites desse terreno eram definidos pelos próprios colonos, e algo semelhante ocorria com alguns empregados moradores da fazenda. Seu sogro, por exemplo, empregado do Ministério, tinha uma grande área de lavoura, perto da casa, onde plantava muito arroz, muito milho, fazia uma boa horta, etc. Quando ele queria plantar mais, ele pedia e o Ministério cedia uma área para lavoura, da qual então ele tinha que dar um terço. "Mas da área dele não: o que estava cercado e era dentro do quintal deles, não tinha que dar nada". (entrevista realizada por Elizabeth Linhares em 05/11/2015).

Redes de parentesco e vizinhança; espaços de sociabilidade

Os depoimentos referem-se ao tempo do Ministério como um período de muita fartura, liberdade, união e solidariedade. Fartura, apesar do baixo rendimento monetário, especialmente na alimentação, pois produzida pelos próprios trabalhadores. Lúcia enfatiza o fato dessa fartura resultar do esforço dos trabalhadores, da alta produtividade e diversidade das suas lavouras. Arroz, feijão, milho, cafezal, entre muitos outros produtos: "os colonos plantavam mesmo, muito". De início, o arroz era descascado manualmente, sendo socado no pilão; depois o Ministério trouxe uma máquina de descascar, que era utilizada por todos (incluindo-se colonos e empregados). O Ministério emprestava também o moinho para as famílias moerem milho e fazerem o fubá. "Era como se fosse uma cooperativa, um ajudando o outro", diz Lúcia, que relembra com nostalgia a vida nesse tempo: "Era uma vida simples, sem luxo", mas "era uma beleza, a gente teve uma infância assim tipo Sítio do Pica-pau Amarelo, com tudo aquilo que tinha no sítio (...). Eu lamento que as minhas duas filhas não tiveram uma infância assim". (Lúcia Helena, entrevistada por Elizabeth Linhares em 19/09/2015).

De fato, além de cercados por uma natureza ainda bastante preservada (as partes mais altas da fazenda eram e são, até hoje, de mata fechada), os depoimentos apontam para a existência na Santa Mônica, em todo esse período, de um denso tecido social, constituído pelas muitas famílias de trabalhadores que, em diferentes condições, moravam na fazenda, faziam lavouras e mantinham uma estreita convivência cotidiana. Como vimos, a grande maioria (talvez a totalidade) dos empregados da fazenda em *serviços de roça*, eram filhos de colonos. Além disso, os relatos indicam que com grande frequência os casamentos ocorriam no interior dessa mesma rede social: na geração a que tivemos acesso, netos de antigos colonos, filhos de empregados, casaram-se frequentemente entre si; e eventualmente, no caso das moças, com empregados que vinham de fora para trabalhar na fazenda. Ou seja, eram relações de grande proximidade, onde muitas vezes se superpunham a vizinhança, o parentesco e o compadrio, marcadas por uma intensa sociabilidade cotidiana e por fortes laços de solidariedade.

Havia portanto no interior dessa rede uma intensa troca de dons, fosse pelas ajudas prestadas em casos de necessidade, problemas de saúde, mutirões para construção, etc., fosse pela troca de sementes, animais, serviços diversos. O pai de Lúcia, por exemplo, costumava trocar serviços e sementes, além de eventualmente contratar outros moradores, empregados ou colonos, para ajudá-lo na lavoura: “tinha [sempre sementes] para o gasto, para dar pras galinhas, pros patos, pros porcos; e tinha para ele plantar outra vez e pra dar para os outros companheiros”. (Lúcia Helena, entrevistada por Elizabeth Linhares em 19/09/2015). Importante entender aqui essa intensidade de trocas não apenas como resultado da existência de tais redes sociais, mas também, inversamente, como o meio pelo qual as próprias redes se constituíam, reproduziam e preservavam (MAUSS, 1924; SAHLINS, 1976).

Além de se visitarem cotidianamente, os moradores da Santa Mônica reuniam-se e festejavam com frequência nos chamados *bailes da roça*, “com sanfona, pandeiro e violão”. Em geral esses bailes aconteciam nas próprias casas de colonos e empregados, mas acontecia também de fazerem bailes no salão do casarão sede, em ocasiões especiais como casamentos e aniversários. Nesse caso, o baile era organizado por empregados, com autorização da direção. Esses bailes eram frequentados por todas as

famílias, incluindo-se colonos e as diferentes categorias de empregados do Ministério.[21] Outro festejo nostalgicamente rememorado eram as festas juninas na fazenda. Havia a festa junina organizada no pátio lateral do casarão, com participação da direção do Ministério, que ajudava com a montagem de barracas, iluminação etc. E as famílias ajudavam na organização, na montagem da fogueira, comidas e bebidas, etc. E havia também festas juninas organizadas nas casas, pelas próprias famílias.

Além de sediar festas, o casarão da fazenda abrigava outros importantes espaços de sociabilidade. Em primeiro lugar (e acima de tudo), nesse período funcionava no casarão uma escola pública, frequentada por todas as crianças da fazenda. Segundo, a partir de 1955 passou a funcionar no térreo um *armazém*, onde eram comercializados produtos alimentícios (arroz, feijão, fubá, farinha de trigo e de mesa, macarrão, bacalhau, carne-seca, sal, açúcar etc.) e diversos produtos de uso doméstico, como utensílios de cozinha, material escolar, querosene etc. Esse armazém foi instalado por iniciativa de uma cooperativa de consumo criada pelos empregados do Ministério, tendo à frente Hildo Matta, na época diretor da FEC de Santa Mônica. Além de trazer tais produtos para comercialização na fazenda (sem fins lucrativos), a cooperativa se propunha a realizar atividades de fins recreativos e culturais, tais como a exibição de filmes para crianças e adultos no salão principal do casarão, e a instalação de um salão de sinuca, importante espaço de sociabilidade masculina, frequentado por todos os moradores da fazenda, sem distinção (além do gênero...).

Os diversos depoimentos nos levam a refletir sobre a peculiaridade da presença do Estado na vida dessas famílias no período do Ministério. Por um lado, uma presença em parte semelhante à de um grande fazendeiro, dotado, como nos tempos áureos do café fluminense, de um enorme poder, altamente centralizado, visando manter sob seu estrito controle o espaço da fazenda e todos que ali viviam e dele dependiam, e substituindo, em diversos aspectos, o próprio Estado. Este, nos elementos pelos quais deveria se fazer presente – sobretudo na oferta de serviços públicos essenciais em saúde, educação, segurança, transporte, entre outros – encontra-se quase absolutamente ausente, ou deficitariamente presente (como nas áreas rurais em geral, nesse período). Não por acaso se observa na fazenda a referida rede social de próximos com tamanha densidade. O sentimento e a percepção dos antigos moradores de que antigamente havia

[21] Lúcia por exemplo conheceu seu marido, Sr. Gentil, em um baile desses, na casa de um "funcionário da fazenda que morava bem lá pra cima, na mata". Sr. Gentil, atualmente aposentado, é veterinário e em junho de 1971 tinha ido morar na fazenda para trabalhar no Ministério.

mais união e solidariedade entre as pessoas, decorre justamente, como demonstra Elias (1993, 1994), da necessidade de encontrarem, no interior do próprio grupo, a proteção – em sentido abrangente – que lhes é negada pelo Estado.[22] A presença de uma escola pública no casarão da fazenda talvez represente, nesse sentido, uma das poucas exceções, ainda assim bastante limitada na escolaridade que oferecia. Para atendimentos na área da saúde, em casos simples, sem gravidade, contavam com o posto de saúde municipal, em Juparanã, ou com a ajuda de parentes e vizinhos, fosse para um remédio ou curativo caseiro ou para ajudar nos cuidados e tarefas domésticas. Nos casos mais graves, de doença ou acidente, pediam ajuda à direção do Ministério e eram levados de carro, pelo motorista da fazenda, até o hospital mais próximo, em geral em Vassouras. A criação da referida cooperativa, com os objetivos a que se propunha, materializa exemplarmente a peculiaridade dessa relação, na medida em que era uma iniciativa de empregados, e portanto uma iniciativa particular, mas ao mesmo tempo tendo à frente o diretor da Fazenda Experimental, que representava, perante colonos e empregados, o próprio Ministério.

Por outro lado, o fato é que o diretor da fazenda não era um fazendeiro. Não tinha portanto pretensões de atingir o mesmo grau de controle do espaço que se observava nas fazendas particulares. Além disso, como vimos, dependia da produção dos colonos e empregados para manter os animais do Ministério, base de todas as atividades ali desenvolvidas, que davam sentido e razão de ser à sua própria presença, viabilizando a existência da Fazenda Experimental de Criação. Esta dependência em grande parte resultava, como vimos, na relativa facilidade de se obter áreas para moradia e lavoura, na referida liberdade usufruída por antigos moradores, e na relativa integração, do próprio Ministério, a essa rede social e à intensa troca de dons que então lhe dava sustentação. Os trabalhadores, por seu lado, na condição de lavradores sem terra, dependiam da sua autorização para ter onde morar, produzir, sobreviver. Configurava-se assim esta poderosa teia de interdependências (ELIAS, 1987),

[22] Norbert Elias chama atenção para a alta coesão social decorrente dessa ausência estatal, observando a ocorrência de um progressivo afrouxamento dos laços na medida em que o Estado se faz presente, substituindo o grupo social em questões fundamentais, relativas, sobretudo, à sua proteção. É o que demonstra, entre outros, ao analisar os processos de consolidação dos Estados nacionais europeus, acompanhados assim, do ponto de vista cultural, de um correspondente avanço no processo de individualização. (ELIAS, 1993, 1994).

percebida, pelas famílias, como uma grande "cooperativa", como uma "comunidade rural", onde se vivia em relativa harmonia e confraternização.[23]

É somente a partir de 1964, com o golpe, que o Estado passa a se fazer de fato presente na vida dessas famílias, visando, acima de tudo, afastar qualquer possibilidade ou pretensão de distribuição de terra aos trabalhadores, ou seja, de se fazer valer um projeto local de reforma agrária. Vale lembrar, conforme depoimento de Ney Fernandes, o fato do Ministério da Agricultura, no governo de João Goulart, por volta de 1962-1963, ter procurado o sindicato de trabalhadores rurais integrante da União Operária Valenciana, no intuito de planejarem, conjuntamente, a desapropriação de parte da fazenda para regularização das posses das diversas famílias que há tempos lá estavam *morando e produzindo.* A seguir veremos como o Ministério, entre 1964-1965, já sob o governo de Castelo Branco, começou a se movimentar no sentido de "regularizar" a situação dos antigos colonos e posseiros da fazenda, a fim de expulsá-los da terra.

4.2 Entra em cena a Embrapa e o Estado se faz (fortemente) presente [24]

O mais antigo documento encontrado, emitido pelo Ministério, com a finalidade de "regularizar" a situação dos colonos da Santa Mônica data de 1965, ou seja, logo após o golpe. De acordo com depoimentos de familiares de José Sertório, este foi o primeiro documento recebido pela família no intuito de registrar ou definir os termos da sua "ocupação". O Ministério chama este documento de "Boletim de Locação", o que já sinaliza uma estratégia, por parte do governo militar, de desqualificação da relação mantida com esses trabalhadores e, nesse caso, das condições da sua posse, em termos semelhantes aos demonstrados por Marques (1978). Mas os problemas e ameaças a esses trabalhadores estavam só começando. O agravamento da situação ocorre a partir dos anos 1970, com a criação da Embrapa e a sua subsequente instalação na fazenda.

---

[23] Observa-se aqui a configuração de uma rede de interdependências nos termos demonstrados por Elias, integrada por indivíduos de diferentes posições sociais e detentores de graus muito distintos de poder, incluindo-se aqueles em geral percebidos como possuidores de uma autoridade "absoluta" e nesse sentido totalmente independentes. Elias demonstra a relativa fragilidade e sobretudo a dependência dessas figuras poderosas em relação àqueles em princípio submetidos à sua autoridade. (ELIAS, 1987).

[24] Aqui, duas observações são fundamentais. Primeiro, é importante sublinhar que o atual quadro técnico da Embrapa nada tem a ver com o quadro político no qual a empresa foi originalmente criada. Desde a sua criação até hoje, a Embrapa teve um importante crescimento, tornando-se de fato uma referência de excelência em diversas áreas de pesquisa agropecuária. É preciso portanto distinguir a sua diversificada e inquestionável excelência técnica, da dimensão social e política das suas não menos diversificadas práticas. Segundo, é preciso salientar que a Embrapa até hoje é a principal empregadora do distrito de Juparanã, sendo portanto compreensível que muitos moradores do lugar não queiram ter seus nomes identificados com críticas ou denúncias relacionadas à empresa. Isto deve ser considerado, na medida em que inevitavelmente restringe o acesso, em campo, a informações que possam denegrir a sua imagem.

De acordo com a própria Embrapa, sua história teve início em 1973, como decorrência da abertura do mercado externo e de uma crescente disparidade entre a demanda e a oferta de alimentos, levando o Ministério da Agricultura a debater "a importância do conhecimento científico para apoiar o desenvolvimento agrícola. Nesse momento, os profissionais da extensão rural começaram a levantar a questão da falta de conhecimentos técnicos, gerados no País, para repasse aos agricultores" (Embrapa, s/d). Resta, no entanto, esclarecer a quais agricultores refere-se o histórico, uma vez que, assim que recebe a concessão das referidas terras, uma das primeiras providências da empresa foi no sentido de expulsar as inúmeras famílias de agricultores que, como vimos, ali viviam e produziam muitos anos antes de a Embrapa existir – sendo muitos deles nascidos na própria fazenda. Paradoxalmente, em sua implantação, a empresa anunciou a inclusão, entre seus objetivos primordiais, de uma atenção aos "pequenos e médios produtores" e a "áreas de menor expressão econômica".[25]

A Embrapa desenvolve suas pesquisas através de unidades especializadas por atividade produtiva. Existe assim, entre outras, a Embrapa Gado de Leite, que possui dois campos experimentais, um em Coronel Pacheco, MG, e o outro em Juparanã, na Santa Mônica: é o Cesm – Campo Experimental Santa Mônica, que ocupa uma área de 1.678 ha, destinada, segundo a empresa, ao desenvolvimento de pesquisas de campo, utilizando-se áreas de pastagens e produção de volumosos, além de experimentos na área de reprodução animal assistida. Vale observar a aparente desproporção entre a área ocupada e as atividades desenvolvidas pelo Cesm, mesmo considerando-se os 804 ha de Mata Atlântica que desde 2002 integram o Parque Estadual da Serra da Concórdia. Como será visto mais à frente, em relatório encaminhado à Fetag/RJ em fevereiro de 1976, o STR de Valença registrou esta subutilização da área, chamando a atenção para a desproporção entre a enorme extensão das terras da fazenda e a efetiva necessidade da Embrapa frente às pesquisas que desenvolve. Essa desproporção se torna ainda mais notória quando se considera o tamanho proporcionalmente diminuto, ínfimo, das áreas reivindicadas pelos antigos colonos e negadas pela empresa, indicando tratar-se muito mais de uma afirmação de caráter político do que de qualquer justificativa de viés técnico ou econômico, relacionada a uma possível necessidade produtiva.

De acordo com depoimentos e a documentação sindical consultada, a chegada da Embrapa muda radicalmente a situação na fazenda. Do ponto de vista produtivo, acaba

[25] Embrapa, *História da Embrapa*. Sem data. Disponível em: <http://hotsites.sct.embrapa.br/pme/historia-da-embrapa>, acessado em 01/03/2015.

a anterior diversidade de criações e pesquisas, passando-se o foco somente para o gado leiteiro. Elimina-se também a prestação gratuita de serviços de reprodução e melhoria genética das diversas criações, antes oferecidos aos produtores locais. Do ponto de vista social, o desastre parece ainda maior. Uma das primeiras providências da empresa foi encaminhar ofícios aos antigos colonos, notificando-os para que desocupassem a área em curto prazo. Quanto aos empregados, independente do quanto produzissem ou tivessem produzido ao longo da sua vida para o Ministério, ao se aposentarem eram obrigados a sair imediatamente da fazenda. Segundo Lúcia, o referido loteamento Duque de Caxias havia sido feito para moradia dos antigos empregados do Ministério. A questão é que os empregados dessa geração não tinham FGTS e muitos não tinham recursos para construir uma nova casa, ficando portanto sem moradia ao sair da fazenda. Mesmo assim, aos poucos, antigos moradores, colonos e empregados, foram sendo todos "colocados para fora" pela Embrapa e, conforme os depoimentos, sem receberem qualquer tipo de indenização. Assim que deixavam a fazenda com suas famílias, suas casas e benfeitorias eram totalmente destruídas; e aqueles que tentaram resistir à expulsão passaram a viver, como veremos mais à frente, permanentemente ameaçados.

Em meio a expedientes burocráticos e às muitas formas extraoficiais de pressão utilizados pela Embrapa para conseguir que as famílias desocupassem seus sítios, uma iniciativa teria um grande impacto prático e simbólico: segundo depoimentos, em 1975, ou seja, com a empresa recém-chegada na fazenda, foi fechada a escola pública que funcionava no casarão. A se confirmar sua participação em tal iniciativa, iguala-se (e talvez alie-se) a empresa aos segmentos dominantes locais, fazendeiros e representantes do poder público municipal, que, juntos, utilizavam-se dessa estratégia para inviabilizar a permanência das famílias na terra, forçando-as a se mudar para periferias urbanas para que seus filhos pudessem estudar.[26] De um jeito ou de outro, as diferentes estratégias surtiram efeito, e a Santa Mônica aos poucos esvaziou-se: atualmente seriam em torno de 30 *funcionários* e uma última família de antigos colonos, que ainda luta na justiça pela defesa de seus direitos.

Além desse esvaziamento, a mudança de gestão ocorrida a partir da Embrapa acentuou a desigualdade entre empregados da área técnica e administrativa, e empregados do campo, gerando insatisfação e protestos. De acordo com Sr. Gentil, que estava na chefia da Santa Mônica por ocasião da chegada da empresa, essa mudança lhe

[26] De acordo com Marilda Fernandes, esta estratégia foi largamente utilizada no município de Valença. (Marilda Fernandes, entrevistada por Elizabeth Linhares em 23/01/2015).

trouxe "problemas sérios" de relacionamento com os *funcionários*: em parte pela sua inexperiência, pois era na época ainda muito jovem; e em parte pelas diferentes condições e tratamentos que passaram a ser dispensados aos empregados, de acordo com sua escolaridade. Os que trabalhavam na "secretaria" passaram a ter uma melhor remuneração; os que tinham baixa (ou nenhuma) escolaridade, que trabalhavam nos *serviços de roça*, não apenas não tiveram melhoria alguma na remuneração, como passaram a sofrer as referidas pressões relacionadas às áreas em que moravam e faziam lavouras.

O Estado começava assim a se fazer fortemente presente na vida das famílias da Santa Mônica: pela via da injustiça e da acentuação da desigualdade social; e pelo monopólio da força, mas não de uma força controlada tendo em vista a proteção das pessoas, ao contrário, uma força que se direciona contra os trabalhadores, através da repressão, da violência e do autoritarismo, instaurados a partir de 1964.

4.3 A história da Santa Mônica do ponto de vista sindical

De acordo com a documentação arquivada pelas entidades sindicais, em novembro de 1975 a Embrapa, "em atendimento ao projeto de incorporação ao Centro Nacional de Pesquisa Gado de Leite", iniciou o envio de ofícios aos *colonos* moradores da fazenda, solicitando sua presença em dia e hora marcados na secretaria da "Estação Experimental de Santa Mônica", a fim de "esclarecer assuntos relacionados com a ocupação irregular de terrenos e casas da União".[27] Iniciou-se assim um longo período de enfrentamentos que se desenrolaria por quase quatro décadas, para os quais os trabalhadores buscaram o apoio do STR de Valença, e este o da Fetag/RJ e da Contag. É por meio da documentação produzida e reunida por essas entidades, que inclui relatórios, ações judiciais, documentos dos trabalhadores atingidos e ofícios enviados e recebidos, que podemos em parte conhecer o processo que culminou com a efetiva expulsão de praticamente todos os lavradores então residentes na fazenda.[28]

---

[27] CESM, Ofícios de 21 de novembro de 1975: nº 98/75, dirigido ao "Sr. Mário (colono)" – sem registro de sobrenome; e nº 100/75, dirigido ao "Sr. Sebastião Costa (colono)". Estes são os ofícios arquivados pelo STR de Valença e pela Fetag, respectivamente. Mas provavelmente foram enviados em grande número, dirigindo-se a todos os trabalhadores que então viviam e tinham lavouras na Santa Mônica.

[28] A maior parte desses documentos encontra-se arquivada pelo STR de Valença; outra parte encontra-se arquivada pela Fetag/RJ e foi digitalizada pela pesquisa (Fundo Fetag/RJ – NMSPP/CPDA/UFRRJ). Desse ponto em diante serão respectivamente identificados como Arquivo STR de Valença e Arquivo Fetag/RJ. Além da pesquisa sobre essa documentação, durante trabalho de campo em Valença (2014-2015) foram realizadas entrevistas com integrantes de famílias de antigos colonos e empregados da fazenda e obtidas diversas informações.

Um dos colonos a receber este primeiro ofício foi o Sr. Mário, que poucos dias depois, em 27 de novembro de 1975, assinaria um "Termo de Compromisso" redigido pela Embrapa, no qual se comprometia a desocupar a casa nº 84, que seria "de propriedade da Embrapa", até o dia 30 de janeiro de 1976. Nem o texto datilografado nem a assinatura referem-se a qualquer sobrenome, constando somente "Mário", neste ofício referido como "colono", e constando no Termo de Compromisso, logo abaixo de seu nome, somente a expressão "sem vínculo".[29] Poucos dias depois, em 2 de dezembro do mesmo ano, o Sindicato escreveu à direção da Fetag/RJ relatando essas ocorrências e solicitando orientação. Neste ofício, o presidente do STR, Alcino Ângelo de Oliveira, explica ter sido procurado por "alguns trabalhadores rurais, posseiros ou semelhantes, residentes em terras da Embrapa", que haviam informado terem sido convocados por representantes da empresa, a fim de assinarem um compromisso "para saírem da referida propriedade dentro de 60 dias, sem nada receberem pelas benfeitorias, que há mais de 50 anos alguns vêm *cultivando e morando* no mesmo local". De acordo com o documento eram nesta ocasião mais de 15 famílias, todas com mais de 10 anos de posse, que não teriam para onde ir caso fossem despejadas. Por essa razão o sindicato pedia ajuda e orientação à Federação.[30] Na semana seguinte, em 9 de dezembro de 1975, talvez já orientados pela Federação, escreveram também à Contag um ofício referente à "Ameaça de reintegração liminar de posse" que pairava sobre os trabalhadores "colonos, posseiros e semelhantes" da Fazenda Santa Mônica. Neste ofício, o presidente do STR comunicou à direção da Contag que a Embrapa estava na "iminência de despejar mais de 100 famílias de posseiros e parceiros da 'Fazenda Santa Mônica' (...), pertencente ao Ministério da Agricultura. Para tanto, explorando a boa-fé do trabalhador rural, fez seus colonos assinarem o documento em anexo". Reiterou este ofício o fato de muitas das famílias ameaçadas viverem na fazenda há mais de 50 anos, não tendo outra opção de moradia e trabalho, destacando o fato de que os trabalhadores haviam construído "muitas benfeitorias, consistentes em *plantações de culturas permanentes e temporárias, e edificações*.", estando na iminência de perderem tudo e serem "escorraçados como cães famintos". O STR propõe, nesse contexto, que fossem

[29] Seu nome completo provavelmente é Mário Anastácio Rodrigues, que em agosto de 1976 escreveria ao Sindicato relatando a destruição das suas plantações por parte da Embrapa.
[30] STR de Valença, ofício nº 78/75, de 2 de dezembro de 1975, arquivo STR de Valença. Grifo nosso. Vale registrar a não referência, por parte do STR, do fato de haver nesse grupo ameaçado famílias de trabalhadores *nascidos e criados* na Santa Mônica.

distribuídas as terras da Santa Mônica aos trabalhadores nela residentes, fazendo-se assim "uma autêntica reforma agrária".[31]

Em fevereiro de 1976, o Sindicato encaminhou à Federação um relatório detalhado sobre "a dramática situação de posseiros, viúvas totalmente desamparadas e empregados" que então viviam na Santa Mônica e estavam na iminência de perder tudo o que possuíam. O documento relata a história da fazenda e explica as condições da sua "ocupação irregular" pelos colonos como resultante da sua grande extensão. Por essa razão, "ao longo dos últimos 50 anos, muitas famílias começaram a ocupar a área ou as áreas mais remotas diretamente ou através de posses compradas". Além disso, os próprios empregados do Ministério haviam também construído benfeitorias. Por tudo isso, "o Ministério da Agricultura, percebendo a gravidade daquela ocupação irregular, fez um levantamento das benfeitorias e animais existentes, impedindo de certa forma que os mesmos aumentassem". Segundo o relatório, os colonos e posseiros da Santa Mônica respondiam pelo abastecimento de Juparanã e arredores, razão pela qual o Ministério nunca havia tomado "atitudes drásticas" para expulsá-los. A Embrapa, porém, "explorando sua boa-fé, vem tentando bani-los da área. Tem feito cercas de arame, ilhando os posseiros. Ao que parece, faz introduzir animais em suas plantas, como aconteceu com a posseira Josefa Ferreira". Finalmente são referidas às "más intenções" da empresa, ao encaminhar "documentos pré-fabricados, inocentemente assinados pelos posseiros", dando-lhes um curto prazo (janeiro e fevereiro de 1976), para "desocuparem as casas construídas por eles mesmos, as plantações deixarem, enfim tudo, sem qualquer indenização ou sem lhes reconhecer o direito ao usucapião".[32]

De acordo com o relatório, alguns posseiros, após terem assinado o referido "termo de compromisso" para desocupar a fazenda, "temerosos de perderem o que construíram com tanto sacrifício, certamente alertados por terceiros, procuraram o amparo do Sindicato". Foram eles: Waldemar dos Santos Sertório, José Sertório, João Sertório, Manoel Marcelino da Silva e João Luis da Silva. O Sindicato enviou ofícios à Fetag/RJ e à Contag, e, "a conselho das mesmas, o presidente e o assessor sindical dirigiram-se à fazenda a fim de observarem 'in loco' os acontecimentos". Segue-se no relatório uma descrição resumida da história e situação da posse e das benfeitorias

[31] STR de Valença, ofício nº 80/75, de 9 de dezembro de 1975 (arquivo STR de Valença; grifos nossos).
[32] Relatório do STR de Valença sobre a situação de posseiros e empregados da Fazenda Santa Mônica, 03/02/1976. Arquivo STR de Valença. Grifo nosso. Vale observar que o Sindicato assume como irregulares as posses dos trabalhadores, desconhecendo ou desconsiderando o caráter de continuidade e a legitimidade das mesmas a partir do colonato na fazenda.

construídas por cada um desses cinco trabalhadores (em geral casas, ranchos, paióis, galinheiros, chiqueiros, plantações permanentes e temporárias etc.).

Além destes cinco, outros oito posseiros não haviam assinado, encontrando-se por isso, na visão do Sindicato, em "uma posição melhor". São eles: José [Marques] Costa, José Felício, Josefa Ferreira, Mário de Tal, José Paulista, Emanuel Alves Pires, Manoel de Tal, Valdemiro Luís da Silva. Havia ainda várias "viúvas aposentadas" que, segundo o Sindicato, moravam então na fazenda como posseiras, igualmente possuidoras de benfeitorias. O relatório não explica a condição de suas aposentadorias, mas provavelmente referem-se a viúvas de antigos colonos e empregados do Ministério.

Finalmente são referidos os "antigos empregados do Ministério da Agricultura". Segundo o relatório, alguns desses empregados ao se aposentarem permaneceram na fazenda, morando e fazendo lavouras. Ao se implantar na fazenda, a Embrapa "não quis ficar com nenhum deles", passando a exigir que entregassem suas casas e benfeitorias, e colocando assim, na visão do sindicato, antigos empregados e posseiros "em pé de igualdade". Para alguns empregados não aposentados, a Embrapa estava pedindo a transferência para outros espaços funcionais do Serviço Público Federal; somente alguns deles estariam autorizados a permanecer morando e trabalhando na fazenda. O relatório conclui chamando a atenção para a desproporção, acima mencionada, entre a enorme extensão das terras da Fazenda e a efetiva necessidade da Embrapa frente às pesquisas ali desenvolvidas, e propõe "que a solução seria a venda financiada de terras aos posseiros e assemelhados que já esta[vam] assentados na Fazenda Santa Mônica". Em sua visão, a reintegração de posse, mesmo com a possível indenização das benfeitorias, não resolveria o problema, aumentando ainda mais a tensão social. O Sindicato repassa então para as "entidades classistas de nível superior" a responsabilidade de encontrar "solução adequada para o caso Santa Mônica", defendendo que nesse meio tempo os advogados sindicais fizessem a defesa desses trabalhadores rurais na Justiça, visando ao menos adiar a reintegração. E manifesta, por outro lado, sua expectativa de que a repercussão negativa na imprensa sensibilizaria a Embrapa e o governo federal, levando-os a "ouvir o sofrido clamor do obreiro rural".[33]

[33] Relatório do STR de Valença sobre a situação de posseiros e empregados da Fazenda Santa Mônica, 03/02/1976, arquivo STR de Valença. Grifo nosso. Mais uma vez, ao propor a venda financiada da terra, o STR parece desconhecer a legitimidade das posses.

4.4 A Embrapa dá início a violações e a maioria desiste da terra

A Embrapa não somente não ouviu o clamor dos trabalhadores, como, findo o prazo arbitrariamente definido para a desocupação das casas e respectivas posses (janeiro/fevereiro de 1976), nos meses seguintes retomou as ações de violência e desrespeito aos direitos dos agricultores residentes na fazenda, iniciadas no ano anterior. Destruição de casa, colocação de animais para destruição de lavouras e instalação de cercas para isolamento da área parecem ter se somado à violência psicológica que já vinha sendo exercida sobre os trabalhadores, que desde o ano anterior viviam sob a ameaça de iminente despejo, além de terem sofrido a humilhação de serem levados a assinar documentos sobre os quais não tinham domínio e sem estarem acompanhados de qualquer assessoria (não se pode deixar de considerar o fato, seguramente sabido pela empresa, de tratar-se de pessoas com baixa escolaridade e dificuldades de leitura e escrita, como demonstra uma carta manuscrita por um sobrinho do agricultor, arquivada pelo STR).

Em 1º de setembro de 1976, ou seja, cerca de sete meses após o referido relatório, o Sindicato enviou novo ofício à Fetag, assim como à Contag, solicitando que fossem tomadas providências, junto aos "órgãos competentes", que viessem "coibir e remediar a situação criada pela Empresa Santa Mônica". Este ofício denunciava graves violações cometidas sob a responsabilidade do chefe local da Embrapa, que havia determinado a destruição de casas, cercas e plantações. E citava o caso de Mário Anastácio Rodrigues, que ao se ausentar para um tratamento médico teve o seu sítio completamente destruído. A situação se agravava. O Sindicato reiterou o pedido de apoio e orientação à Fetag, afirmando permanecer no aguardo das "providências necessárias para o caso atual e futuros junto da EMBRAPA e do Governo".[34]

No decorrer dos anos seguintes, a Embrapa foi aos poucos atingindo seus objetivos de expulsão dos antigos colonos e posseiros da fazenda, em condições que não se encontram registradas, ou cujo registro não nos foi acessível até o momento. É provável que muitos tenham saído por medo, ou por não suportar a pressão. Importante considerar que além dos constrangimentos diretamente sofridos no interior da fazenda, os trabalhadores estavam cientes do momento político vivido no país e os riscos a que se expunham aqueles que contrariavam interesses e representantes do governo ditatorial. Vale lembrar, como acima referido, do frequente aparecimento, aproximadamente no

[34] STR de Valença. Ofício nº 059/76, de 1º de setembro de 1976, dirigido a Eraldo Lírio de Azeredo, então presidente da Fetag/RJ, arquivo STR de Valença.

final dos anos 1960 e início dos 1970, de corpos amarrados que desciam boiando pelo rio Paraíba do Sul, margeando a Santa Mônica.

De acordo com o depoimento de antigos colonos e empregados do Ministério, as famílias saíram da fazenda sem receber indenização alguma, nem mesmo pelas lavouras permanentes e benfeitorias edificadas. Em relatório sobre conflitos de terra em andamento no Rio de Janeiro em 1981, a Fetag registra mais violações de direitos dos trabalhadores posseiros na Santa Mônica, destacando-se a instalação de cercas que inviabilizavam a circulação das famílias, isolando-as, a colocação de gado em suas lavouras, a fim de destruí-las, e o constrangimento para assinatura dos referidos ofícios para desocupação do imóvel.[35]

De acordo com os documentos consultados, somente no início de 1982, ou seja, quase seis anos após o início das ações da Embrapa, observou-se o envio de mais um relatório do STR de Valença à Federação, após terem sido procurados pelos trabalhadores que permaneciam resistindo e tentando defender seu direito àquelas terras e aos investimentos ali realizados. Em um abaixo-assinado encaminhado ao Sindicato em março de 1982 pelos últimos posseiros, é relatado pairar ainda sobre eles a ameaça de despejo, com o possível recebimento de indenizações que não correspondiam ao valor real das benfeitorias e plantações que possuíam. Assinam este documento João Sertório, José Sertório, Paulo Rosa Medeiros e José Patrocínio de Souza. Atendendo a este abaixo-assinado, em abril de 1982 o Sindicato mais uma vez encaminhou à Fetag um ofício e um relatório minucioso sobre a situação dos posseiros restantes na Santa Mônica, que estavam na iminência "de tudo perder ou sair por acordo que não [representava] o valor real e atual dos direitos dos posseiros interessados".[36]

Neste relatório é registrado que o STR havia sido procurado por representantes da Embrapa, visando uma "solução amigável" para a saída dos posseiros remanescentes, através de um acordo; e que no caso de não aceitarem, a empresa entraria com ações de reintegração de posse, como de fato entrou. De acordo com o relatório, restavam então na Santa Mônica somente três famílias: os Sertório (João Sertório, José Sertório e a viúva e filhos do falecido Waldemar Sertório), reunidos em uma mesma propriedade que, como acima referido, havia sido comprada em 1919 por seu pai; Paulo Rosa Medeiros, que em 1973 havia comprado a posse de José Felício; e José Patrocínio de

[35] Fetag/RJ. Levantamento de Conflitos de Terras, junho de 1981 (MSPP/Sr - SC.frj.c - Pasta II).
[36] STR de Valença. Ofício não numerado, de 19 de abril de 1982, acompanhado de relatório, dirigido a Eraldo Lírio de Azeredo, presidente da Fetag/RJ. Arquivo STR de Valença.

Souza, cuja posse não é explicada. Os demais, ou a sua grande maioria, nessas alturas (abril de 1982) já haviam deixado a Santa Mônica. Havia, no entanto, como veremos a seguir, pelo menos mais duas famílias que, embora não referidas no relatório, permaneciam resistindo, inclusive judicialmente: as famílias de Ademir dos Santos Moreira e de José Marques Costa.

4.5 Os poucos que resistem são acionados na justiça

Não sabemos qual encaminhamento foi dado pela Federação imediatamente após o recebimento deste último relatório, mas o fato é que no decorrer dos anos 1980 a Embrapa aumentou a pressão sobre os trabalhadores que permaneciam na fazenda, entrando com ações judiciais de despejo contra Ademir dos Santos Moreira, José Sertório, João Sertório e Izabel Sertório, Paulo Rosa Medeiros e José Marques Costa.[37] Resta checar se continuava a se utilizar, paralelamente, das violências acima mencionadas, ocorridas nos anos 1970. De todo modo, os anos 1980 são marcados por um acirramento da situação. O caso de Ademir, assim como os demais, deverá ser ainda melhor examinado, mas, a se confirmar certas observações, configurar-se-á uma estratégia de extrema má-fé por parte da Embrapa em relação a esse trabalhador, em moldes semelhantes aos descritos por Marques (1978).

Ademir, "residente no imóvel nº 51, Campo Experimental Fazenda Santa Mônica", era ex-empregado da Embrapa e seu contrato de trabalho incluía, segundo consta no processo, o aluguel do referido imóvel. O trabalhador estaria se recusando a deixar a casa, após rescisão contratual de trabalho. Em sua defesa, porém, Ademir declara ter nascido na Santa Mônica, onde seus pais moravam desde 1928; e onde sua mãe, já viúva, continuava morando. Havia trabalhado para a Embrapa poucos anos antes e de fato assinado (em 1º de setembro de 1981) um contrato de trabalho que incluía a locação de um imóvel que, na realidade, já era de uso da família há mais de 40 anos. Por tudo isso, foi pedida pela defesa a improcedência da ação. Mas a sentença, emitida em junho de 1986, reconheceu a procedência da ação assim como os direitos da autora, argumentando, entre outros, que o réu, instado a apresentar provas dos fatos alegados, manteve-se em silêncio, e considerando pouco plausível que alguém, que de fato

[37] Estes foram os processos até o momento localizados nos arquivos do STR de Valença e da Fetag/RJ, o que não significa que correspondam à totalidade das ações impetradas pela Embrapa contra os colonos e posseiros da Santa Mônica.

morasse em comodato há tantos anos no local, aceitasse ter o salário descontado de valores correspondentes ao aluguel de um imóvel ao qual teria direito prévio:

> Não se apresenta crível que o acionado tivesse celebrado um contrato de locação de prédio já cedido em comodato, anos antes, a seus próprios genitores", nem seria razoável que "fosse ele sujeitar-se ao pagamento de alugueres (...), durante quase três anos, sem nada reclamar contra sua empregadora, se, efetivamente, subsistisse aquele comodato.[38]

Ignorou solenemente o juiz a dimensão social do desemprego e a profunda assimetria regente de relações de trabalho como esta de que tratava a ação. O réu foi condenado a desocupar o imóvel no prazo de 15 dias e a arcar com as custas judiciais e os honorários advocatícios. Em abril de 1987 foi expedido um Mandado de Despejo, determinando a execução do despejo de Ademir e dos demais ocupantes que eventualmente estivessem no referido imóvel nº 51. Segundo o depoimento de familiares, Ademir foi trabalhar na Embrapa e aceitou pagar o aluguel acreditando que estaria assim garantindo a permanência da mãe na casa da família. Isto em um contexto em que seu pai já havia falecido e a grande maioria das famílias já havia sido constrangida a sair da fazenda.

Em outubro de 1987 foi a vez dos Sertório, que receberam da Embrapa uma carta comunicando a "extinção do comodato do imóvel" e dando um prazo de seis meses para que desocupassem "as áreas de 73.320 m² e 4.870 m², perfazendo o total de 78.190 m², do imóvel denominado Fazenda Santa Mônica (...)".[39] Mas a família permaneceu na terra, e em julho de 1988 a Embrapa entrou com uma Ação de Reintegração de Posse. Apresentou-se como a "legítima proprietária do imóvel denominado Fazenda Santa Mônica (...), medindo 17.668.160,00 m², conforme certidão expedida pelo Registro Geral de Imóveis (...)". E se referiu à posse da família Sertório como denominada "Ponte Nova", que viria sendo "ocupada pelos Réus, os quais não [eram] empregados da Autora, não mantendo com ela liame jurídico-trabalhista de qualquer natureza, estando ocupando o imóvel por mera liberalidade, sob a forma de Comodato Tácito".[40] A Embrapa argumentou necessitar do imóvel para desenvolver

[38] Ação de Despejo Reg. nº 701.921-1. Autora: Embrapa; Réu: Ademir dos Santos Moreira. Poder Judiciário da União; Justiça Federal da Primeira Instância; Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro; Juízo Federal da 10ª Vara. Ação ajuizada em dezembro de 1984 (Arquivo STR de Valença).
[39] Embrapa, 13 e 14 de outubro de 1987, notificação extrajudicial e carta. Arquivo STR de Valença.
[40] Embrapa. Petição encaminhada à Justiça Federal, Vara do Rio de Janeiro/RJ, em 8 de julho de 1988. Ação de Reintegração de Posse, arquivo STR de Valença. Grifo nosso.

seus projetos de pesquisa, e se referiu à notificação anterior para desocupação, justificando assim o ingresso da ação.

Durante cerca de seis anos José Sertório tentou, não sem esforço, demonstrar perante a Justiça a legitimidade da sua posse, comprada pelo pai cerca de 70 anos antes. Mas não conseguiu. Quando ocorreu o despejo, em 1994, Waldemar e João já haviam falecido. Restavam no sítio José, Izabel, seus filhos e sobrinhos. Não possuíam mais nada além daquele sítio, não receberam nenhum tipo de indenização, perdendo o patrimônio de uma vida inteira de investimentos e sobretudo muito trabalho. E ficaram literalmente sem ter para onde ir. Segundo seus filhos, alojaram-se em uma espécie de garagem no terreno de uma pessoa próxima que lhes ofereceu em condição provisória, para não ficarem ao tempo. Por ocasião da pesquisa, em 2014, Sr. José, já bem idoso e adoentado, morava na casa de uma filha na periferia de Juparanã, onde em 2015 faleceu.

Em setembro de 1988, a Embrapa encaminhou notificações semelhantes a outros posseiros residentes na fazenda, entre os quais Manoel Antonio da Silva e Albertina Medeiros da Silva, possuidores de 738 m² e 140 m², respectivamente.[41] Vale reiterar o quanto carece de sentido técnico e econômico o percentual a que correspondiam os 78.190 m² ocupados pela família Sertório, em relação à área total da Embrapa: 0,44%; e ainda mais desproporcional no caso de Manoel e Albertina, cujas posses correspondiam, juntas, a cerca de 0,005% das terras da fazenda. Esses percentuais nos parecem jogar luz, entre outras coisas, sobre o caráter político desse enfrentamento.

Em setembro de 1997, como acima referido, a Embrapa vendeu 925.000 m² da fazenda a um particular, administrador de empresas, reforçando, por um lado, a constatação de que a empresa de fato possuía uma extensão de terras além das suas efetivas necessidades; por outro lado, parece tratar-se de mais uma estratégia ou tentativa de desincumbir-se da responsabilidade frente às três famílias que há tempos ali moravam e produziam, contra as quais movia processos judiciais: as famílias de Paulo Rosa, José Marques Costa e Sebastião Corrêa. Tratava-se, de acordo com os registros cartoriais, da gleba denominada Agrião, localizada no extremo leste da fazenda, constando na escritura a existência das três áreas em litígio: área 1, de Paulo Rosa, com 16.952 m²; área 2, de José Marques Costa, com 19.344 m²; e área 3, de Sebastião

[41] Embrapa Gado de Leite, Campo Experimental Fazenda Santa Mônica. Notificações encaminhadas a Manoel Antonio da Silva e Albertina Medeiros da Silva, em 31 de agosto de 1988. Arquivo STR de Valença.

Corrêa, com 324 m². Restava, portanto, em área livre e desembaraçada 888.684 m².[42] Como acima mencionado, três anos depois registrou-se uma nova averbação nesta escritura, para "fazer constar" que a área vendida era somente a área "livre e desembaraçada". Ou seja, o litígio não poderia ser transferido ao adquirente particular; continuaria envolvendo a Embrapa e as referidas famílias, com as quais pudemos conversar e obter algumas informações.

Paulo Rosa Medeiros veio com a esposa e os três filhos para a Santa Mônica em 1973, quando comprou a posse de um antigo colono, José Felício. Por tratar-se de área limítrofe à área urbana de Juparanã, registrou a posse e durante mais de 20 anos pagou imposto territorial à prefeitura de Valença. A partir do processo movido pela Embrapa, a família viveu um período de intenso sofrimento, sobre o qual ainda hoje tem grande dificuldade de falar. Não tiveram recursos para contratar um advogado particular, e não conseguiram contar com o acompanhamento regular do advogado do Sindicato. Perderam o processo, em 2006 foram despejados, e sua casa e demais benfeitorias foram demolidas. Paulo Rosa caiu em profunda depressão, adoeceu e quatro anos depois faleceu.

José Marques Costa recebeu o sítio no Agrião como herança de seu pai, Sebastião Alves da Costa, que era antigo colono da Santa Mônica. Segundo sua filha Cristina, seu avô havia comprado essa posse em 1936, e ali fazia diversas lavouras, pagando ao Ministério com um carro de milho anual. Cristina relata que seu avô era *dono de muitas terras*, plantava muito e tinha boa condição financeira. Além de ter várias posses e muitas lavouras, era também um homem muito organizado e registrou em cartório tudo que possuía. Essa documentação integra o formal de partilha feito após sua morte.[43] Assim como na família vizinha, o processo movido pela Embrapa trouxe à família de Cristina uma série de sofrimentos e prejuízos, ressalvando-se aqui o fato de até dezembro de 2015 não ter sido ainda concluído, e da família ter condições para contratação de um advogado particular, que vem acompanhando o caso. Mesmo assim, segundo Cristina, em razão desse processo seu pai se deprimiu, e desde 2010, quando um oficial de justiça esteve lá, desanimou de vez e resolveu que não ia plantar mais nada. "Dispensou os camaradas que ajudavam, [e] abandonou, está tudo abandonado".

[42] Cartório do 2º Ofício de Valença-RJ. Certidão de Registro de Imóveis, Matrícula nº 10.403, Livro 2-AA, fls. 244. Registro realizado em 22/09/1997. Certidão expedida em 26/02/2015.

[43] Sebastião Costa morreu relativamente novo, quando José tinha 10 anos de idade. Desde essa época José foi morar na atual casa, com a mãe viúva. Hoje ele tem 76 anos, ou seja, essa casa é da família há pelo menos 66 anos. Depois de casado, chegou a morar em outro lugar, voltando para essa casa quando sua mãe faleceu, no final dos anos 1960. Foi nela que Cristina e seus irmãos nasceram e cresceram.

(Cristina Costa, entrevistada por Elizabeth Linhares em 18/09/2015). Por ocasião da pesquisa, sua mãe também já não estava bem, e em dezembro de 2015 faleceu.[44]

4.6 As entidades sindicais se esforçam mas não chegam a lugar algum

Importante ressaltar que os acontecimentos acima relatados ocorreram já em período de abertura política e sob um regime em princípio democrático. Ainda assim, do que se depreende dos arquivos consultados, a atuação das entidades sindicais em apoio aos antigos colonos e posseiros da Santa Mônica permaneceu limitada a procedimentos formais, burocratizados, praticamente restritos ao encaminhamento de ofícios e relatórios a instâncias superiores, que, ao que tudo indica, nada conseguiram fazer para de fato favorecer as famílias atingidas. Como acima mencionado, em 2015, na etapa final da pesquisa, restava somente a família de José Marques Costa, conseguindo resistir graças a recursos próprios e a assessoria de um advogado particular.

O único registro encontrado de um esforço de mobilização por parte das entidades sindicais é o de uma reunião realizada em outubro de 1988, no salão paroquial da Igreja em Juparanã, da qual participaram representantes da Fetag, STR de Valença, CPT diocesana de Valença, Igreja de Juparanã, Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Central Única dos Trabalhadores, Central Geral dos Trabalhadores e partidos políticos. Nessa reunião foi debatida a situação dos posseiros, a necessidade de uma efetiva reforma agrária, assim como o quadro mais amplo da desigualdade social vigente no país. Não há porém indícios de que essa reunião tenha levado a efetivos desdobramentos, para além da expedição e troca dos referidos ofícios e relatórios.[45]

Em dezembro de 1988, o STR encaminhou mais um relatório à Fetag, denunciando a "ameaça de despejo iminente" das famílias que permaneciam na fazenda. Foi mencionada a situação da família Sertório, além dos moradores Albertina Medeiros da Silva, Eugênia Pelizon da Silva (que segundo o Sindicato era proprietária e possuía escritura da área onde morava), Manoel Antonio da Silva, Ademir dos Santos Moreira, Paulo Rosa Medeiros e outros não nominados, que "por medo de agressão física por parte de pessoas ligadas à Embrapa" haviam deixado de fornecer documentos ao

[44] Sua mãe era espírita e há muitos anos dirigia o Centro de Nossa Senhora da Aparecida e São Cosme e Damião, criado por sua sogra nesse mesmo terreno em que moram, há 63 anos. Em razão do processo, o trabalho espiritual precisou ser interrompido, sua mãe adoeceu e entrou em profunda depressão. Chegaram a propor à Embrapa que ficasse com o sítio, deixando com eles somente o terreno onde se encontram a casa e o Centro – proposta que foi recusada pela empresa. Sobre a terceira área em litígio, em nome de Sebastião Corrêa, não obtivemos maiores informações além do que consta na escritura. Seria um pequeno lote com uma residência em alvenaria. Sebastião Corrêa é também falecido.

[45] Ata manuscrita da reunião, arquivada pelo STR de Valença.

Sindicato, embora estivessem igualmente ameaçados de despejo e dependessem das lavouras nas terras da Santa Mônica para o próprio sustento. Mais uma vez também o Sindicato chamou a atenção para a gigantesca desproporção entre as áreas ocupadas pelos posseiros e a totalidade das terras da fazenda.[46] A partir desse relatório, no início de 1989 o movimento sindical tentou buscar apoio em outras instâncias. A Fetag escreveu à Contag e à Delegacia Regional do Incra; e a Contag, por sua vez, encaminhou as denúncias e reivindicações ao Ministério da Agricultura.[47] Em julho de 1989, o Sindicato enviou um ofício à Federação, denunciando mais uma vez os "atos arbitrários da EMBRAPA" contra moradores da fazenda, e pedindo que fossem tomadas as providências necessárias junto ao Ministério da Agricultura, para que interrompessem as arbitrariedades cometidas pela empresa contra os trabalhadores.

Ou seja, pelo conjunto de documentos acessados pela pesquisa, que certamente não representam a totalidade da documentação na época produzida, observa-se ter havido, com as referidas limitações e uma lógica de ação basicamente restrita ao encaminhamento formal de ofícios, um certo esforço por parte do movimento sindical. Mas embora os processos tenham se prolongado muito além do período ditatorial, de acordo com o que foi possível levantar até o momento, as sentenças foram todas a favor da empresa e praticamente todos os trabalhadores que *moravam e cultivavam* as terras da Santa Mônica foram expulsos, incluindo-se aqueles nascidos na fazenda, cujas posses haviam sido compradas por seus pais há décadas. A única exceção, como acima referido, é a família de José Marques Costa, que até 2015 continuava lutando na Justiça pelos seus direitos.

Os casos dessas duas últimas famílias (José Sertório e José Marques Costa) se destacam pelo prolongamento do processo judicial. Mas não diferem dos demais casos de antigos colonos e posseiros expulsos da Santa Mônica, no que essa expulsão representa de injustiça e violação de direitos. Trata-se, em todos os casos, da perda de um patrimônio construído por essas famílias ao longo de muitos anos de trabalho (em diversos casos, toda a vida), seja em decorrência de ameaças e violências sob as quais saíram por iniciativa própria, seja como resultado de processos judiciais politicamente enviesados, que visivelmente tenderam a defender os interesses da empresa, culminando

[46] STR de Valença, Ofício nº 17/88, de 23/12/1988. Arquivo STR de Valença.

[47] Memorandos da Fetag/RJ para o STR de Valença: nº 04/SE/89, de 30/01/1989, encaminhando cópias dos ofícios nº 01 e 02/SE/89 remetidos à Delegacia Regional do "ex-Mirad" e Contag, respectivamente; e nº 08/SE/89, de 27/02/1989, para conhecimento do STR e dos "companheiros da Fazenda Santa Mônica", encaminhando cópia de ofício e expediente da Contag ao Ministro da Agricultura, "encaminhando denúncia desse filiado com relação àquela área conflituosa" (Fundo Fetag/RJ – NMSPP/ CPDA/UFRRJ).

com o seu despejo. É preciso considerar, finalmente, no sentido indicado por Torres (2004), não somente a dimensão jurídica, mas também ética, moral e social envolvidas nessa ordem de injustiças, assim como na questão posse-propriedade de modo mais abrangente,

> uma vez que o trabalhador (rural ou urbano) não é apenas um sem-terra: é um sem-emprego, é um sem-teto, é um sem-alimento. Só não é um sem-processo, porque sempre haverá de ser réu de alguma ação ajuizada por algum proprietário, devendo ser considerado ainda um sem-cidadania, pois é sempre visto como um problema marginal, como salienta Silva Santos. (TORRES, 2004, p.15).

5. Considerações finais

Buscaremos destacar aqui alguns aspectos que nos parecem jogar luz, entre outros, sobre a gravidade das violações de direito sofridas por essas famílias, por iniciativa do Estado brasileiro, a partir do golpe de 1964. Enfocamos portanto em princípio o Estado sob regime ditatorial, ressalvando-se não se observar, pelo que pudemos até o momento levantar, qualquer tipo de revisão em suas atitudes perante essas famílias em função do processo de abertura política iniciado nos anos 1980; Estado que é aqui representado pelos poderes Executivo, uma vez que a Embrapa é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, e Judiciário, cuja atuação, como vimos, ocorreu de modo parcial, voltado a favorecer aos interesses da parte social, econômica e politicamente dominante. Por outro lado, embora possa parecer óbvio, importa sublinhar que não se trata, em absoluto, da defesa de um Estado mínimo. Mas sim de uma análise crítica sobre as formas específicas pelas quais o Estado nacional brasileiro se fez presente na vida dessas famílias, destacando-se as mudanças operadas a partir de 1964.

Como vimos, a distribuição de terras no Brasil, desde tempos coloniais, impunha teoricamente a condição de aproveitamento do solo, com *cultivo e moradia habitual* por parte dos agraciados. Estas condicionalidades, importadas de Portugal sob a forma sesmarial, foram legalmente incorporadas pela Lei de Terras de 1850, que embora priorizasse atender aos interesses do senhoriato rural, manteve em seus dispositivos, como demonstram Silva (1996) e Torres (2004), estas mesmas condicionalidades. De acordo com Silva, a Lei de Terras vigorou e representou, até 1930, a lei maior de regulação da posse e da propriedade da terra no Brasil. No caso específico do estado do Rio de Janeiro, a legislação seguiu este mesmo princípio regulador, observando-se nos

decretos estaduais do período (Decretos 2.190, de 1926; e 2.666, de 1931) a prevalência dos requisitos *cultivo e moradia* sobre as demais condições da concessão. Eram portanto estes os dispositivos legais em vigor quando, a partir das primeiras décadas do século XX, a fazenda Santa Mônica acolheu novas famílias de colonos que para lá se dirigiram, comprando a posse de colonos anteriores, além de permitir e manter em suas terras famílias de antigos colonos e ex-escravos que lá estavam e permaneceram, possivelmente desde os tempos do café, mantendo *lavouras e moradia habitual*.

É pouco provável que se consiga recuperar, com precisão, em que proporção ou quais áreas da fazenda foram efetivamente ocupadas com cafezais, em seu período áureo produtivo. Mas é importante observar que ao ser hipotecada, perdida e transferida para o Banco do Brasil, em condições de notória decadência, os antigos cafezais certamente encontravam-se em grande parte abandonados e improdutivos; e as lavouras de mantimentos de antigos colonos e libertos, inversamente, enquanto lavouras voltadas não somente ao mercado, mas à própria subsistência, mantinham-se produtivas. Por outro lado, há que se considerar que o processo de expansão do café se deu não somente pela via sesmarial, mas pelo apossamento literalmente desmedido de novas extensões de terras, que frequentemente se superpunham a posses anteriormente existentes, de pequenos lavradores. Processo que se tornava ainda mais grave devido justamente à imprecisão original dos limites das sesmarias concedidas (assim como das posses espontaneamente ampliadas), fazendo com que as próprias autoridades "não tivessem como ter certeza, ao efetuarem novas concessões, de que *não estavam desrespeitando o direito de terceiros*". (SILVA, 1996, p.61. Grifo nosso). Fato dificilmente contestável é a presença, em terras da fazenda, por ocasião dessa transmissão, de diversas famílias de lavradores que lá se encontravam quando houve a perda da hipoteca. A partir de depoimentos e documentos consultados, observa-se ter sido muito provavelmente dessas famílias que parte dos colonos, cujos descendentes enfrentariam mais tarde as arbitrariedades da Embrapa, compraram suas respectivas posses.

Importa sublinhar que as posses compradas por esses antigos colonos, segundo seus familiares (filhos e netos), localizavam-se em geral em áreas afastadas da área central da fazenda, incluindo-se as partes mais altas, quase "dentro da mata", e algumas na divisa com o centro urbano de Juparanã. Tratava-se portanto de áreas limítrofes da fazenda, distantes do seu núcleo técnico e administrativo, e, ao que indicam os dados até o momento levantados, não utilizadas diretamente pelo Ministério, mas sim pelas

referidas famílias que, há muitos anos, lá mantinham *morada habitual* e *diversas lavouras*, das quais se beneficiava a própria Fazenda Experimental de Criação.

Vimos as diferentes formas pelas quais o Estado brasileiro se fez presente na vida dessas famílias, em subsequentes gerações. Ressalte-se, mais uma vez, tratar-se de um Estado cuja origem e formação se deveu à classe senhorial rural, especialmente aos "fazendeiros-posseiros" do café, em processo de ruptura com a Coroa portuguesa. Nasce assim absolutamente comprometido com esta classe, que fazia valer seus interesses e prioridades acima de quaisquer direitos, mesmo daqueles que os precediam e eram teoricamente garantidos por lei: a posse de terra de lavradores com *cultivo e morada habitual* (SILVA, 1996). Tal compromisso em parte explica, como demonstram Silva (1996) e Torres (2004), as ambiguidades contidas na lei de 1850, uma vez que, apesar de elaborada tendo em vista a defesa de seus interesses, incorporou certos dispositivos de cunho "liberal" que em grande parte responderiam pelas dificuldades – para não dizer inviabilidade – da sua efetiva aplicação.

No período republicano, com a transferência de parte do poder legislativo aos estados membros, as contradições se mantém, renovando-se na letra da lei, em outros termos, as condicionalidades herdadas dos períodos colonial e imperial. Mas submetendo-se então sua aplicação aos poderosos locais, intensificando-se o jogo clientelístico, em um contexto em que o Estado, do ponto de vista executivo, encontra-se quase inteiramente ausente da vida cotidiana dos trabalhadores.

No caso específico da Santa Mônica, procuramos destacar a peculiaridade da presença estatal nos tempos do Ministério e a sua integração a uma rede social de próximos, onde prevaleciam laços de solidariedade e uma intensa troca de dons. Nos termos de Elias (1987), uma rede de interdependências na qual interesses recíprocos eram atendidos e cotidianamente renovados por meio de diferentes práticas e espaços de sociabilidade. Esta solidariedade cotidiana, referida em diversos depoimentos de antigos moradores da fazenda, atinge seu ápice e se expressa de modo contundente quando o próprio Ministério da Agricultura, no início dos anos 1960, sob gestão de João Goulart, em um ambiente político em que aspirações progressistas pareciam ganhar espaço, envia representantes à União Operária Valenciana e ao Sindicato de Trabalhadores Rurais recentemente integrado, propondo a desapropriação de parte da Santa Mônica, a fim de regularizar, em caráter definitivo, a posse das muitas famílias que lá moravam e que há tantos anos contribuíam, com suas lavouras, para viabilizar a existência da Fazenda Experimental de Criação. Como vimos, a União Operária chegou a visitar a

fazenda para dar início aos procedimentos necessários. Mas com o golpe, em 1964, essas organizações sindicais são desmanteladas e o projeto de desapropriação é abruptamente interrompido.

Faz-se então o Estado nacional brasileiro fortemente presente na vida dos trabalhadores da Santa Mônica somente a partir do golpe, quando assume de fato, localmente, o seu caráter latifundiário e sobretudo o objetivo político maior de salvaguardar os interesses da classe. Não há, por tudo que nos foi possível até o momento pesquisar sobre os conflitos ocorridos a partir de 1964 (particularmente de 1975), não há outra justificativa, além da justificativa política, para a determinação com que a Embrapa se empenhou – e ainda hoje se empenha – para expulsar todas as famílias de trabalhadores que encontrou na fazenda e com quem não se interessou em criar ou manter vínculos empregatícios.

Para entender tal justificativa, que para se impor incluiu, como vimos, uma postura extremamente injusta e muitas vezes violenta por parte da empresa contra essas famílias, é preciso levar em conta e apreender, na longa duração histórica, e no modo como a sociedade brasileira se estruturou, ao mesmo tempo em que se consolidava aqui um Estado nacional, e como essa estrutura original criou ao longo do tempo diferentes formas para se preservar, recriando-se e alterando-se para garantir, no fim das contas, que tudo permanecesse no seu devido lugar. Que o trabalho, afinal, permanecesse disponível, sempre a serviço e na medida do possível submetido à lógica imperiosa do grande capital. Ou seja, trata-se aqui da continuidade histórica e da reprodução de uma lógica socialmente excludente, que procura manter esses trabalhadores no seu lugar social, de modo que permaneçam como mão de obra submetida e sem condições de obter a emancipação que talvez alcançassem com a regularização definitiva da posse da terra – questões que já estavam presentes, vale lembrar, nas discussões que antecederam a promulgação da lei de 1850.

Uma vez excluído – porque isso nesse caso é bastante simples de verificar – qualquer aspecto de ordem técnica ou produtiva que justificasse a expulsão dessas famílias, de que outro modo poderíamos explicar, ou dar sentido, à tenacidade com que a direção da Embrapa se aplicou em tais procedimentos? Qual o sentido de preservar tais áreas, como mostrado acima, de dimensões irrisórias frente ao tamanho da fazenda? Quais seriam as condições de necessidade da empresa no uso dessas áreas, que não teriam sido prejudicadas quando esta decide e realiza a venda de parte delas a um particular? O que se pretendia objetivamente com tudo isso? Estas e muitas outras

questões de mesmo teor não serão aqui respondidas. Mas elas devem ser colocadas porque no nosso entender contribuem por evidenciar justamente o sentido implícito, oculto, mas estruturalmente comunicado e sempre refeito, ao longo do tempo, sob diferentes formas, de defesa dos interesses da classe dominante e da preservação do alto grau de desigualdade social que caracteriza a história e a sociedade brasileira até o presente momento.

Muito se tem discutido a respeito da natureza do golpe de 1964 e da forma mais adequada de nomeá-lo. A partir da leitura de Silva (1996) e Torres (2004), consideramos que o golpe de 1964, reunindo as diversas naturezas assim discutidas, ou seja, sendo ao mesmo tempo militar, civil-militar e empresarial militar, foi de fato um golpe de classe, porque perpetrado por e em defesa dos interesses da classe dominante, que ao longo dos períodos colonial, imperial e republicanos, transformou-se ao mesmo tempo em que se preservava, criando e recriando estratégias históricas, em um processo que tinha (e tem) em vista a sua reprodução social e a manutenção do seu poder econômico, social e político, e tudo o que isto implica, sendo acompanhada e apoiada por segmentos de uma classe média diversificada mas que possui em comum um perfil conservador, que a ela aspira e com ela busca culturalmente se identificar.[48]

É preciso considerar, nesse sentido, que para uma parte da sociedade brasileira as reformas de base propostas pelo governo João Goulart representavam uma efetiva ameaça à ordem social. Trata-se assim de entender não somente o golpe de Estado em si, mas sobretudo a sua assimilação como algo legítimo – e junto com ele todas as violações de direitos humanos cometidas a partir de suas bandeiras – do ponto de vista de segmentos pertencentes ou culturalmente identificados com a elite econômica nacional e seus valores, crenças etc. Referimo-nos aqui, ainda com Sahlins (1990), a um processo de atribuição de sentido, ancorado em determinado sistema simbólico dentro do qual o golpe é decodificado e traduzido em termos de salvação da pátria frente a uma

[48] Vimos, com Sahlins (1990), como a estrutura se modifica para se reproduzir, preservando-se no que tem de essencial; novos atores surgem, renovando-se e fortalecendo-se, histórica e contemporaneamente, as forças conservadoras no Brasil – os ruralistas de hoje são o que Silva (1996) chama de "senhoriato rural" do passado: os fazendeiros-posseiros, grandes cafeicultores, donos de engenho, entre outros; hoje os grandes pecuaristas, produtores de soja e demais commodities. A continuidade histórica de tal estrutura se verifica, entre outros, no forte poder ainda hoje exercido pela chamada bancada ruralista no Congresso Nacional, que junto com as bancadas da "Bíblia" e da "Bala" constituem a poderosa bancada BBB (Boi, Bíblia e Bala). Verifica-se ainda na recente radicalização desses setores que, embora em grande parte contemplados na lógica de alianças partidárias impostas pelo atual sistema político brasileiro, reagem violentamente frente às conquistas sociais promovidas por iniciativa do governo federal nos últimos 13 anos, que representam, embora apenas iniciadas, uma importante inflexão em direção à diminuição da gigantesca dívida social acumulada em nossos mais de 500 anos de história.

suposta ameaça comunista. De que outro modo pode se tentar entender a atribuição pejorativa e recorrente de "comunismo" ou "comunistas" a lavradores que, em sua grande maioria, tinham como objetivo simplesmente tentar receber ou garantir a permanência em um lote de terra para morar e trabalhar, com pouca ou nenhuma formação ou consciência política, movidos por objetivos e necessidades fundamentais, que, como vimos, definiam originalmente a própria legitimidade da apropriação territorial: *cultivos efetivos e morada habitual*? Assim, ao analisarmos os conflitos vividos pelas famílias de trabalhadores da Santa Mônica a partir do golpe, percebemos esse enfrentamento na plenitude da continuidade estrutural que guarda no que se refere à relação construída e reconstruída entre o Estado brasileiro e os segmentos socialmente dominantes, aos quais o Estado historicamente representou e cujos interesses defendeu, reagindo violentamente sempre que essa estrutura parecia efetivamente ameaçada.

Skidmore (1982) chama atenção para a centralidade do tema da reforma agrária nas propostas apresentadas por João Goulart em 13 de março de 1964, no famoso comício da Central do Brasil. Em seu discurso, o presidente declara não ter receio de "ser chamado de subversivo pelo fato de proclamar a necessidade de revisão da Constituição que não atende mais aos anseios do povo. Essa constituição é antiquada, porque legaliza uma estrutura socioeconômica já superada, injusta e desumana". (SKIDMORE, 1982, p. 349). Enganava-se João Goulart, porque tratava-se de fato de propostas que, se levadas adiante, poderiam "subverter" a estrutura social brasileira no que ela tinha (e tem) talvez de mais fundamental. A violência da reação suscitada por tais declarações (entre outras), independentemente do quanto seriam ou não factíveis, pode ser dimensionada pelo atentado planejado contra Jango nos dias que sucederam a este comício. Segundo o jornalista José Maria Rabêlo, o assassinato do presidente estava programado para acontecer em Belo Horizonte no dia 21 de abril de 1964, durante comício que faria na Praça da Estação. Naquele ato, seriam mais uma vez anunciadas as chamadas Reformas de Base, "que se destinavam a transformar as estruturas sociais do País e que provocavam por isso a reação exasperada das elites conservadoras. O atentado somente não ocorreu porque houve antes o golpe militar que afastou Goulart do poder". (RABÊLO, 2013).

Analisando juridicamente a função social da posse em confronto com a propriedade sem função social, Torres (2004) examina o nascimento da propriedade privada no Brasil e o processo histórico em que foi produzida a nossa legislação agrária, levantando a questão sobre a adequação do ordenamento jurídico brasileiro em relação

às mudanças operadas na conjuntura social. O autor chama atenção para a necessidade de uma reformulação crítica dos conceitos e do instrumental jurídico, para que se elimine "o desajustamento entre o raciocínio jurídico e a realidade social". (TORRES, 2004, p. 23). Salienta nesse sentido a posição central ocupada pela Constituição de 1988 no reordenamento civil brasileiro, na medida em que gerou

> a constitucionalização dos princípios e institutos do direito privado, impondo ao operador (...) o conhecimento da lógica do sistema oferecido pelos valores e princípios constitucionais, modificando os princípios tradicionais, buscando a valorização do homem como pessoa, sua dignidade, sua personalidade e o seu livre desenvolvimento. (TORRES, 2004, p.23-24).

Para Torres, impõe-se aos operadores do Direito, a partir de 1988, uma necessidade imperiosa de reflexão sobre "os contornos constitucionais da posse e da propriedade, sob inspiração dos princípios e valores contidos nos artigos 1º e 3º da Constituição"; reflexão que considera fundamental não somente do ponto de vista jurídico, mas também social e científico, na medida em que visa atender "aos anseios de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, preservando a pessoa em seus valores existenciais, (...) não devendo a proteção do patrimônio suplantar a proteção das pessoas". (TORRES, 2004, p. 24).

Por outro lado, o autor destaca dois aspectos importantes a serem juridicamente considerados, em geral não apreendidos por "pessoas pouco familiarizadas com os estudos jurídicos". Primeiro, o fato da legislação depender "da interpretação que dela façam ou venham fazer os operadores". Segundo, a crença em que a progressão do Direito Civil só é possível por meio de reformas legislativas, ignorando-se justamente essa margem interpretativa e a formação científica do Direito, que "caminha perpetuamente, não obstante a imobilidade da lei". (TORRES, 2004, p. 134 e 505). Trata-se portanto de distinguir entre as mudanças produzidas pela edição de novas leis que substituam as anteriores, passando via de regra pelo Poder Legislativo; e as mudanças na interpretação que o Judiciário poderia fazer em um esforço de adaptação às transformações sociais ocorridas ao longo do tempo. Torres salienta, nesse sentido, a mudança de paradigma impulsionada pela "força normativa da Constituição", defendendo que os princípios constitucionais prevaleçam sobre as leis agrárias e que a posse com função social prevaleça sobre a propriedade sem função social, tendo em vista estes princípios. Em sua análise, destaca-se assim o reconhecimento de que

> a posse funcionalizada prevalece sobre a propriedade desfuncionalizada, por ter uma característica de exceção de direito material, portanto encobrindo a eficácia do direito de propriedade sem atingir a existência do direito de propriedade, que permanece em estado de potência, reconhecendo a necessidade de prova pelo autor das ações possessórias ou reivindicatórias, para obtenção do provimento liminar ou de mérito, do cumprimento da função social do direito que alega. (TORRES, 2004, p. v e 505)

Finalmente, Torres chama atenção para a "natureza ontologicamente não mercantil" do direito de apropriação do solo, defendendo que, em toda a ação possessória, em matéria de imóveis, para efeito de deferimento ou não de liminares, a lei e o juiz deveriam impor investigação sobre "Que uso está se dando ao espaço disputado?". Assim, para o autor,

> Um novo contexto se apresenta na hipótese do confronto entre a propriedade e a posse decorrente da ocupação de imóveis que não cumprem a função social – a posse para sobrevivência. A posse-necessidade, a posse-moradia, a posse-trabalho. Deve-se reconhecer, tal qual ocorreu com a propriedade, uma multiplicidade possessória, considerando a natureza do bem, sua localização e finalidade da ocupação. (...)
> A superação das bases tradicionais de compreensão do fenômeno posse-propriedade, por meio de processo hermenêutico-civil-constitucional, permite (...) ao operador concluir que a propriedade desfuncionalizada não merece proteção do sistema, afetando a proteção possessória e a proteção reivindicatória, e que a posse funcionalizada deve receber proteção especial enquanto ela durar, porque atende a um só tempo aos princípios e valores fundantes do sistema constitucional brasileiro, aos direitos fundamentais do homem como *a moradia e o trabalho*, a vida com dignidade, a erradicação da pobreza, a eliminação das desigualdades sociais, e contribui para uma sociedade mais justa e solidária.
> Necessário, portanto, é reconhecer que o conflito posse-propriedade em razão da função social atrai a aplicação direta da Constituição Federal, porque envolve direitos fundamentais da 1ª e 2ª dimensões: direitos fundamentais individuais e direito fundamental social, dando margem a uma postura hermenêutica epistemologicamente diversa da hermenêutica tradicional, porque busca o resultado de maior maximização dos princípios e valores constitucionais, mediante o menor sacrifício do direito que cede, em razão da relação de precedência, a outro de maior peso. (TORRES, 2004, p. 505, 509 e 510. Grifo nosso)

Em síntese, entendemos com Torres a necessidade fundamental (e urgente) de que os operadores do Direito revejam suas interpretações mediante os instrumentos jurídicos disponíveis, ajustando-os à nossa atual realidade e sobretudo à nossa gigantesca dívida social, tendo como referência maior os princípios e dispositivos constitucionais. Talvez assim possamos reverter o histórico processo de expropriação dos trabalhadores rurais e urbanos no Brasil, e os milhares de injustiças que, como as sofridas pelas famílias da fazenda Santa Mônica, acumularam-se ao longo da nossa história, levando muitos dos nossos jovens para um futuro sombrio, cinzento e periférico.

Referências bibliográficas

BEDÊ, Waldyr. *Volta Redonda na Era Vargas (1941-1964).* Volta Redonda: PMVR – Secretaria Municipal de Cultura, 2004.

BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa, Presença, 1972.

DREIFUSS, René. *1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

ELIAS, Norbert, *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização* (vol.2). Rio de Janeiro, Zahar, 1993 [1939].

ELIAS, Norbert, *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1994 [1987].

ELIAS, Norbert. *Mozart: Sociologia de um Gênio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

GABRIEL, Gilson Luiz. *Greve nas Empresas do Grupo Santa Rosa – novembro/dezembro de 1988.* Monografia apresentada para conclusão do curso de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Valença, 2004.

GARCIA JR., Afrânio Raul. *Terra de Trabalho: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HEREDIA, Beatriz. *A Morada da Vida: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores no Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Demográficos de 1950 e 2010* (Base SIDRA).

INEPAC – Instituto Estadual de Patrimônio Cultural, Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro. *Inventário das Fazendas do Vale Paraíba Fluminense*, s/d.

LINHARES, Elizabeth Ferreira. *Entre Escravos e Anjos: Condições e Significados da Infância em um Assentamento Rural Fluminense*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: PPGSA/IFCS/ UFRJ, 2004.

LOBATO, Monteiro. *Cidades Mortas*. São Paulo: Brasiliense, 1946.

MARQUES, Nilson. *Contratos Inominados no Direito Agrário: Doutrina, Legislação, Jurisprudência*. São Paulo: Pró-Livro – Comércio de Livros Profissionais Ltda., 1978.

MAUSS, Marcel, *Essai sur le Don. Forme et Raison de l'Échange dans les Sociétés Archaïques*. Em *Sociologie et Anthropologie*. Paris, PUF, 1950 [1923/1924].

MEDEIROS, Leonilde; LEITE, Sérgio; GARCIA, Afrânio; GRYNSZPAN, Mário (coord.). *Assentamentos Rurais em Perspectiva Comparada (ARPC).* Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, CPDOC/FGV; Paris: CRBC/EHESS, 2000-2002.

NOVAES, Adriano Novaes. Pesquisa histórica realizada para fins de tombamento histórico-cultural do casarão sede da Fazenda Santa Mônica, no âmbito do *Inventário das Fazendas do Vale Paraíba Fluminense.* Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), Secretaria de Estado de Cultura do RJ, em parceria com o Instituto Light e o Instituto Cultural Cidade Viva, 2008.

PALMEIRA, Moacir. *Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional*. Contraponto, Rio de Janeiro, ano II, vol. 2, 1977.

RABÊLO, José Maria. *Belo Horizonte. Do Arraial à Metrópole – 300 Anos de História*. Belo Horizonte, Ed. Legraphar, 2013.

SAHLINS, Marshall. *De la sociologie de l'echange primitif,* em *Âge de Pierre, Âge d'Abondance: l'économie des sociétés primitives*. Paris, Gallimard, Sciences Humaines, 1976.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.

SANTOS, Jorge Luiz Sant'Anna dos. *A interiorização do desenvolvimento no Rio de Janeiro: economia e sociedade na área Sul do Estado – 1940/1985*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, Maria Carolina Figueira Neves dos. *Brasil: Ame-o ou Deixe-o - O Governo Médici em Valença. Cadernos do Tempo Presente*, nº 3, 3 de abril de 2011.

SEAF – Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos do Rio de Janeiro. *Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SEAF, Instituto de Terras e Cartografia, 1991.

SILVA, Lígia Osório da. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas/SP, UNICAMP, 1996.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

STANCIK, Marco Antonio. *Fazenda-Modelo de Ponta Grossa: pecuária, ciência e sociedade – anos 1910-1930.* Londrina, IAPAR, 2012.

STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. *Pequena História do Café no Brasil (1727-1937).* Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.

TORRES, Marcos Alcino de Azevedo. *A Função Social da Posse: a Efetividade dos Princípios Constitucionais Conformadores da Prevalência da Posse sobre a Propriedade sem Função Social.* Tese de Doutorado em Direito Civil. Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2004.

Posseiros e *comunistas*: reparações diferenciais de direitos humanos

Delma Pessanha Neves*

1. Introdução

Designação de reconhecimento mais difundido, a *ocupação do Imbé* ocorreu em 1º de abril de 1963, em Mocotó, área integrante da Serra das Almas, na parte correspondente ao então município de Campos (hoje Campos dos Goytacazes), estado do Rio de Janeiro. Os ocupantes, contexto em que politicamente foram categorizados como *posseiros*, definiram-na como área devoluta. A qualificação correspondia à legitimidade da posse e da revindicação da aplicação dos princípios proclamados para fazer acontecer o programa de reforma agrária. Ademais, ela encontrava amparo legal ou oficial, estando incluída como área de litígio a ser colonizada pelo Estado nos diversos programas que, em 1959/60, foram editados como medidas visando ao enfrentamento de diversos conflitos fundiários no estado do Rio de Janeiro. Portanto, a *ocupação do Imbé* se associava a investimentos políticos devotados ao reconhecimento e às tentativas de órgãos estatais de procederem a demarcação de terras devolutas, tal como especificamente, ao final da primeira metade do século XX, contemplavam muitos dos projetos de apropriação produtiva ou especulação imobiliária publicamente registrados (GRYNSZPAN, 1987).

Além desses fatores, destacam-se os investimentos governamentais no sentido de disciplinar e orientar, para fins precípuos, a apropriação da terra, processos que se fizeram acompanhar não só por expulsão, mas também reconhecimento de direitos de tradicionais posseiros. Nessa configuração política estão ainda integrados diversos e consequentes mecanismos de pressão pela manutenção da posição de trabalhador agrícola autônomo. Essas ações coletivas vieram a ser reconhecidas como *movimento camponês* (GRYNSZPAN, 1987).[1]

O ideário do programa de colonização no Estado Novo foi crença ideológica fundamental para legitimar, naquele contexto, a migração, a ruptura com tutelas

* Antropóloga, professora do Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFF, bolsista do CNPq e pesquisadora visitante do projeto "Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988).

[1] Investindo na visibilidade de múltiplos desdobramentos do processo de colonização agrícola colocado em prática no governo Vargas, durante o Estado Novo, elaborei reflexões em torno da construção de núcleos agrícolas que foram instituídos no estado do Rio de Janeiro (NEVES, 2013).

paternalistas diante de grandes proprietários e a negação de vínculos como colonos-parceiros ou moradores. Complementarmente, os sistemas de crenças inculcados pela propaganda governamental nutriram, principalmente, o sonho de conquista de autonomia e de alcance de melhores condições básicas de vida para as famílias de muitos agricultores. Por significativa adesão, eles terminaram por pressionar o cumprimento de boa parte daquelas promessas e trouxeram para o palco do debate político, diversas formas de grilagem que estavam em prática em todo território nacional.[2]

O governo federal, ao assumir o controle de áreas onde delimitou os núcleos coloniais, também estimulou muitas das investidas de apropriação por posse nas áreas do entorno das que foram definidas para implantação daquele programa de colonização (NEVES, 2013). Enfim, havia clima político propício para embalar sonhos de apropriação (oficialmente concedida) de terra para instalação de famílias de agricultores, para a circulação de rumores quanto aos modos da respectiva realização. Eles eram ampliados por relativas objetivações, mas principalmente pela legitimação fundamentada em sistemas de crenças e de justiça social que eram elaborados pelos trabalhadores. Eles próprios guardavam longa experiência de vida na condição de colono ou morador tutelado, posição articulada à compreensão do mundo coordenado por autoridades centralizadas, cujas práticas faziam crer formas de controle de cunho totalizante e advertidamente inquestionável.

À *ocupação do Imbé* foi atribuída a condição de ato inaugural da aplicação prática da conjuntural proposta de reforma agrária, reivindicada por militantes que compunham o quadro de instituições que embasavam ideologias e ações políticas do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Diante dessa qualificação reivindicativa de atos de ruptura na ordem social e política, para uns, ela foi façanha a ser exemplarmente celebrada; para outros, os opositores ao projeto de construção e expansão de direitos de trabalhadores rurais e urbanos, ela devia ser imediatamente e exemplarmente banida.

No ato de produção imediata do fenômeno é possível contar com os registros de semanários: *Terra livre*, jornal vinculado à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), editado entre 1949 e 1964; *Novos Rumos*, jornal do PCB,

[2] Embora anteriormente instituído por medida relativamente isolada, o Centro Agrícola instalado na Fazenda de Santa Cruz veio a se integrar à política de colonização pela associação a dois outros núcleos coloniais, criados entre 1938 e 1941, em terras da Fazenda Nacional de Tinguá e em Duque de Caxias; e, posteriormente, ao núcleo de São Bento, criado em 1938, todos incidentes nos municípios do entorno do Distrito Federal.

criado em 1959, circulando até 1964. Também jornais da grande imprensa (*Última Hora*, *Luta Democrática*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Fluminense*), especialmente aqueles cujos diretores e alguns dos editores, apoiando as intenções de reforma da organização da sociedade brasileira, investiram em registros quase que cotidianos do evento. E ainda jornais locais ou regionais (*Monitor Campista, A Notícia, Norte Fluminense)*, cujos diretores e editores geralmente acentuavam a defesa dos interesses dos proprietários de terra, transubstanciados em defesa do princípio da propriedade privada e ordem moral (social).

Mais recentemente, tornou-se possível contar com inúmeras versões do processo, posto que, pela repressão militar após o Golpe de 1964, o ato foi provisoriamente objeto de produção de esquecimento social e silêncio coletivo; ou também versões de julgamentos em Inquéritos Policiais Militares (IPMs) que, da mesma forma, por pressão social para certificação coletiva da repressão, passaram a estar disponíveis em do Brasil Nunca Mais: www.bnmdigital.mpf.mp.br/.

Em correspondência a esse recente processo de demanda política para (re)construção e divulgação de outras versões diferenciadas sobre os atos ocorridos no imediato pré e pós-64, muitos relatos de experiências foram assim dignificados. Vieram à luz outras versões correspondentes a interesses e intenções dos que as construíram, especialmente por aqueles que, pelo Golpe Militar (1964), foram condenados pela defesa do projeto de reforma agrária capitaneado pelos dirigentes do PCB (GOMES, 2000, NUNES, 1979, PESSANHA, 1999, PUREZA, 1982).

No entanto, outras secundarizações são ainda reproduzidas, em decorrência das condições em que as versões memorialísticas dos *posseiros* vieram a se enraizar no universo local ou na oralidade patrimonializada em cada testemunha vivente e seus contemporâneos imediatos. Portanto, o trabalho coletivo de memorialização dos intrincados processos de repressão política é bastante distinto, em conformidade à diferenciação de posições entre esses mesmos agentes, ainda que aglutinados de múltiplas maneiras e cumplicidades para produzir o fenômeno da *ocupação do Imbé.*

É de fundamental importância destacar essas distinções quanto ao protagonismo na construção de outras memórias coletivas sobre a repressão intensificada pelas ações decorrentes do Golpe Militar; e, da mesma forma, sobre os atos tomados como objeto de recriminação. Tal reconhecimento coloca em relevo alguns dos limites dos recentes movimentos de verdadeiro desvelamento de versões apagadas pela repressão militar.

Do patrimônio de versões diferenciadas sobre o ato propriamente e os inerentes desdobramentos, mesmo que avançando na construção nacional de visões políticas distintas sobre diversos acontecimentos e agentes que precederam e sucederam ao Golpe Militar, estão excluídas experiências de trabalhadores não atingidos pelo registro da linguagem escrita dos inquéritos policiais militares. Sendo relativamente anônimos, sobre eles restaram versões sobre torturas e espancamentos, no entanto altamente banalizados quando associados aos desaparecimentos (*ninguém mais soube dele*), supostamente posteriores aos meses que estiveram na cadeia municipal. Portanto, a proteção dos trabalhadores não recebeu apoio das lideranças identificadas como pertencentes ao Partido Comunista Brasileiro, também presas, todavia após registro e condenações nos inquéritos que conduziam à prévia condenação. Por essas diferenciadas formas de viver a repressão instalada no país após o Golpe Militar, revela-se de grande importância a construção do objeto deste capítulo, pautado na análise da diferenciação de modos de atuação dos agentes sociais implicados na *ocupação do Imbé*, para esse efeito contrapostos entre trabalhadores e comunistas, categorização construída pelos primeiros.

Tomando essa dimensão da experiência humana alcançada por atos condenados pelo Golpe Militar, ao reconhecimento ainda restam inúmeros procedimentos de destruição e subtração de registros individuais e institucionais praticados na relativa clandestinidade. Limites de complexa reparação, como também exprime o exercício desta pesquisa, posta em prática 50 anos após o fato ocorrido e visando diminuir o correspondente obscurecimento. Portanto, destacando aqueles limites, também coloco em relevo as circunstâncias atuais de construção de dados: a análise aqui apresentada corresponde à *presentificação* de seletivas interpretações de fragmentos de recordações mais significativas à rememorização. Os dados aqui considerados correspondem a investimentos sociais pautados em leituras atuais de documentos ou de recordações associadas a tantas outras experiências, de qualquer maneira modificadas segundo a percepção daqueles que então por lá estiveram como agentes sociais. Refletindo tempos depois quanto à condição de participação no fenômeno social, esses princípios de interpretação não podem ser subtraídos da compreensão de diversos pontos de vista em jogo na construção da ação coletiva.

2. A *ocupação do Imbé* pelos anônimos posseiros

Neste capítulo, volto-me para a reflexão sobre as condições de participação, condenação moral e criminal de agentes situados em posição coadjuvante: *trabalhadores* (rurais) que recorrentemente assim se autodistinguiam dos *comunistas, grandãos ou chefãos,* ao defenderem referências próprias, nem sempre contempladas (embora valorizadas e mobilizadas) pelo ideário das lideranças gestoras da apropriação coletiva da terra em consonância com o Programa de Reforma Agrária. Daqueles em muito dependeu a eficácia prática do ato de apropriação de lotes de terra: permanência no local por meio de construção de casebres, instalação de roçados e criação de pequenos animais, resistência a atos de intimidação e violência e reafirmação do projeto de vida.

São praticamente trabalhadores rurais (ex-colonos na cafeicultura, assalariados na cultura canavieira, campeiros e diaristas nas fazendas próximas ao local da ocupação), oficialmente anônimos e até mesmo irreconhecidos, posto que muitos deles, nem estavam dotados de certidão de nascimento. Participavam então de universos construídos com base em relações face a face: circulavam socialmente ou ganhavam existência social entre interconectadas fazendas; apresentavam-se referenciados a fazendeiros e demais trabalhadores aí integrados. Por consequência, eram e são citados por atributos de posição na família, na vizinhança ou pela reconhecida trajetória de inserção anterior como moradores de fazendas. No universo local eram nomeados por apelidos ou por única referência ao primeiro nome, atributo socialmente autoevidente para os que compunham este mundo experiencial, a ponto de jamais se verem diante da necessidade de incorporar sobrenomes.

A questão privilegiada para este capítulo visa então dar notoriedade social a esse esquecido agente e modo de participação. Afinal, tais anônimos *posseiros* da *ocupação do Imbé*, mesmo no atual contexto de luta por restituição de direitos e recompensas às vítimas da repressão militar, continuam excluídos da oportunidade de requerimento desses serviços e recursos de dignificação social ou reparação moral. Apresentam-se assim inalcançáveis, pelo menos diante dos recursos de levantamento de informações que nos foi possível colocar em prática. Em conclusão, permanecem desprovidos de atributos inerentes ao reconhecimento estatal.

Ressalva e realce reivindicados, o privilegiamento da perspectiva de participação de um dos agentes integrados ao processo de *ocupação do Imbé* não pode prescindir do entendimento relacional da diversidade de modos de atuação e de conteúdos de versões.

Neste caso especial, de registro oral, porque única fonte de dados possível. As condições em que elas foram elaboradas estão associadas ao sistema de diferenciação social e política dos participantes no campo de disputa ou desse lugar objetivante de encontros de interesses distintos. Por isso mesmo, esta condição de análise se embasa na perspectiva relacional, sem também se descuidar de que os agentes sociais, em quaisquer das posições interdependentes, elaboraram e elaboram plausíveis interpretações, perenizando, com maior ou menor intensidade, atributos do acontecimento enquanto fato dotado de crível realidade.

Colocando em prática projetos próprios, mas em ambientes políticos cujos sentidos mais gerais lhes pareciam estranhos, referenciavam-se, e muito mais após o Golpe Militar, por ideários qualificados como anticomunistas. Associaram-se à elaboração de sistemas de ideias legitimadoras da apropriação por concessão de uma suposta autoridade oficial, um chefe de governo variadamente personificado (Getúlio Vargas, Brizola, João Goulart, os mais importantes). Da posição em que oralmente elaboravam e coletivamente reproduziam os sistemas de crenças e projeção de ordem e justiça sociais, autorizavam-se para a incessante reprodução de versões valorativas dessas práticas. Essas versões, pelo decurso de tempo já ultrapassado e pelas diferentes inserções sociais que eles foram mobilizando e adotando, tornam-se cada vez mais fugidias, fragmentárias e descoladas de práticas objetivantes. No atual contexto, foram muitas vezes explicitadas para acentuar processos de mudanças sociais; mas principalmente para corresponder às provocações dos pesquisadores.

Consequentemente, estudar os modos de participação dos *posseiros* ou *trabalhadores* na *ocupação do Imbé*, mais de 50 anos após o fato ocorrido, é praticamente se contentar em valorizar versões que foram mais ou menos intensamente elaboradas e reelaboradas nesses universos de pertencimento; é incorporar à análise os limites e as ausências interpretativas como dados de mesmo porte explicativo. Tudo isso acrescentado dos reordenamentos interpretativos, decorrentes dos próprios atos de repressão. Mas é também denunciar outros efeitos da longa repressão militar, que só permitiu relativo conhecimento público dos procedimentos em questão em momentos em que esse próprio conhecimento, condicionado a muitas limitações, padece de diferenciadas impossibilidades de construção por perspectiva contraposta.

Por intempestivas mudanças de rotas, os *posseiros-colonos* que dão sentido a este texto, dispersaram-se física e socialmente e cultivaram o silêncio e a negação do vivido enquanto partes desse mesmo percurso de reconstituição social. Os que

conseguiram se deslocar da experiência relativamente livres de repressão imediata, percorreram caminhos tão diferenciados que, muitas vezes, o relato da vivência enquanto integrante da *ocupação* corresponde a gestos de gentileza para com o pesquisador. Enfim, no ato da entrevista, ainda operando deslocamentos de situações desvalorizadas, eles acediam ao convite para tematizar aquela experiência, contudo mediante recorrente direcionamento do entrevistador, para que logicamente não se desviassem da temática a eles proposta para o diálogo.

Constituindo-se no decorrer do evento por atos e interpretações e se perenizando como acontecimento exemplar para os diversos agentes que direta ou indiretamente dela participaram apoiando ou condenando, a *ocupação no Imbé,* independentemente dos diversos contextos de aproximação interpretativa, pressupõe o estudo de narrativas sobre ela produzidas. Afinal, está-se diante de um típico fenômeno celebrado por disputas quanto à elaboração da alegórica memória coletiva, tanto dos feitos como dos desfeitos, tanto dos significados que na disputa política foram atribuídos, como também pela singularidade da repressão que exemplarmente os militares por ela responsáveis desejaram demarcar. As versões que são passíveis de reapropriação por registros escritos, assim se patrimonializaram marcadas pelas tentativas de atribuição de alguma legalidade e institucionalidade formal à repressão (inquéritos policiais militares); ou não foram totalmente dissimuladas no tocante a formas de repressão.

A exclusão de registros indicativos da produção e resignificação das versões, é bom frisar, não é apanágio do segmento de participantes basicamente dotados de comunicação fundamentada na oralidade. A clandestinidade e os cuidados com a repressão política sobre agentes identificados com o ideário atribuidamente *comunista* – real ou supostamente pertencentes ao PCB - são praticamente elementos constituintes das respectivas práticas. Linguagens cifradas, cognomes, seletividade do universo de interrelações de confiança, todos esses fatores dificultam o reconhecimento social e civil de muitos deles. Enfim, versões advindas dos diversos contendores, se elaboradas com base na oralidade, em sua maioria foram sendo enterradas com seus autores.

3. Posseiros-colonos no Núcleo Colonial do Imbé/Supra

Complementando essa delimitação dos problemas em jogo analítico na elaboração deste capítulo e das fontes de informações possíveis, quero também sinalizar outras formas de registro da experiência coletiva, agora qualificadas por algumas inscrições alcançadas pela formalização de medidas objetivas e oficiais para

implantar o Núcleo de Colonização do Imbé. Criado mediante decreto federal de desapropriação da área (Nº 52.108, de 11 de junho de 1963)[3], cem dias após o ato de *ocupação*, o reconhecimento da reivindicação política pela instalação do Núcleo fora seguido de ações da Supra- Superintendência Regional de Política Agrária (criada em 1962) além do apoio do governo estadual (Plano de Colonização). Destaco então que a *ocupação do Imbé* não se esgota na ruptura de ordens consagradas e nos atos de repressão.

Embora o reconhecimento recaia sobre a nominação *ocupação do Imbé*, o registro das ações políticas que fundamentaram tal ato, foi desdobrado em outras tantas modalidades oficiais de reconhecimento dos direitos requeridos. Diversas reportagens jornalísticas registraram a construção de casas e roçados; muitos testemunhos, mesmo em registro de inquérito militar, patentearam a fartura de frutas, tubérculos, cana de açúcar, animais de criação. Os *posseiros*, integrados ao Núcleo Colonial do Imbé, ultrapassaram essa categorização e foram oficialmente qualificados como *colonos*. Desta posição, colaboraram no abastecimento do mercado de compra e venda de lenhas, toras e palmitos no então município de Campos, mediante a presença de intermediários que estavam dotados da propriedade de caminhões, inclusive prestando serviços para usinas de açúcar que consumiam grande quantidade de lenha para as máquinas ferroviárias e fornalhas industriais. Diante da deficitária locomoção e uso de transportes, os *colonos* valeram-se de barcos, caminhões ou ônibus, neste caso se, após uma hora de caminhada, eles fossem alcançados na rodovia estadual Amaral Peixoto, atual BR101, construída em 1943 (cf. Camargo, 1986: 172-174). Quando dotados desses recursos, eles conseguiam vender algum excedente produtivo na cidade.

---

[3] Para os objetivos mais precisos aqui delineados, destaco os dados de delimitação da área oficialmente desapropriada: "Art. 1º É declarada de interêsse social, para fins de desapropriação, a área de terras de aproximadamente 8.500 ha, situada no Estado do Rio de Janeiro, Município de Campos, distrito de Morangaba, lugar denominado Imbé, integrada por várias glebas com os seguintes limites e confrontações partindo, do Norte, do ponto mais alto do pico de São Mateus, na divisa dos Municípios de Campos e São Fidélis, na direção geral Sul, pela linha que liga aquêle ponto ao ponto mais alto do Morro do Viana até o rio Segundo Norte, seguindo por êste rio águas abaixo, acompanhando a divisa dos Municípios de Campos e Santa Maria Madalenha, até a sua confluência com o Rio Imbé e seguindo por êste rio, águas abaixo, cêrca de seis quilômetros, até encontrar uma estrada carroçável na sua margem direita; seguindo por esta estrada, na direção Sul, cêrca de 10 quilômetros até a ponte sôbre o rio Urubu; daí, seguindo por êste rio, águas abaixo, até encontrar o rumo com rio Imbé e seguindo por êste, água acima, até encontrar o rumo Geral Oeste da divisa da "Fazenda Opinião" e seguindo por esta linha e direção em reta, até o ponto de cruzamento com o divisor de águas da Serra do Mócotó; seguindo por êste divisor e acompanhando a divisa dos Municípios de Campos e São Fidélis até o ponto mais alto do pico de São Mateus, que serviu de ponto de partida".

Além disso, foram assistidos, antes do Golpe Militar, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos do Imbé, proposto e dirigido por José Pureza, mas oficialmente reconhecido dia 30 de março de 1964, por ato tornado público em 02 de abril do mesmo ano, portanto, imediatamente após a intervenção militar.[4] Em seguida, pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuários de Campos, mais tarde renomeado Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos, que ali se expandia pela representação institucional do delegado sindical. Da criação do Núcleo até à sua dissolução, os *colonos* contaram com relativo apoio institucional por representação local da Supra e mais tarde Ibra, cujos funcionários se instalaram no *casarão-sede*, antiga residência do administrador da fazenda reclamada como propriedade privada da Usina Cupim. Nessas circunstâncias, a presença dos funcionários estatais acenava com relativa estabilidade (em contraposição aos sobressaltos vividos pelas lideranças que se constituiram na *ocupação*); e até mesmo um trabalho de construção de imagens positivas sobre as alternativas de integração à vida social dos munícipes, tanto que o espaço, por convite público, esteve aberto à visitação de autoridades e repórteres dos jornais locais. Os *colonos* também puderam contar com apoio de locomoção de emergência, mediante o *jeep* da Supra e, em tese, visitas médicas semanais e presença de professoras.

Imediatamente após a publicação do decreto de desapropriação da área, seguida do anúncio da constituição do Núcleo de Colonização do Imbé, a imprensa local registrou a projeção dos serviços públicos a serem instalados e a definição do número de famílias (200) associadas ao programa de objetivação da unidade produtiva e residencial. Em contraposição, reacenderam as informações sobre a resistência dos proprietários de terra, reproduzindo rumores que impregnavam de medo os trabalhadores e acenavam o malogro ou futuro incerto da alegada ousadia.

As contrapartidas imagéticas pós-golpe militar, destinadas a humanizar os *colonos* (ex-*posseiros*) e suas famílias e a angariar simpatia da população local para a causa, foram registradas por Gomes (2000), destacando os investimentos mediáticos das lideranças ocupadas com a gestão do Núcleo. Reação de longe relativizadora dos atos violentos anunciados pela imprensa local, no sentido de demonstrar as tensões constitutivas do Núcleo e os perigos de desordens sociais. Essas reações foram proporcionais aos investimentos políticos das lideranças locais do PCB e aquelas vinculadas à Ultab, que proclamaram grande reconhecimento da conquista, tornando o

[4] A referência ao sindicato assim nomeado foi objeto de divulgação pelo jornal Monitor Campista

local da *ocupação* um espaço de festejos e comemorações, mas também de demonstração interpessoal de apoio político, inclusive material, mediante arrecadação e transferência de alimentos, roupas e medicamentos.5

4. *Trabalhadores* e *comunistas*: construção diferencial de memórias sociais

Na medida dos limites possíveis, analiso alguns registros sobre o sistema de relações inerentes à configuração local, inicialmente da *ocupação x invasão do Imbé*, posteriormente do Núcleo Colonial do Imbé. Contei com a inestimável e generosa contribuição de Marcelo Ernandez, Renata Figueira e Binta Rodrigues, que, no decorrer de 2005, conseguiram ter contato com alguns dos *colonos do Imbé* que foram, aproximadamente em 1966, transferidos para o núcleo colonial constituído para tal fim, na gleba Vecchi, em Papucaia, município de Cachoeiras de Macacu. Eles cederam o arquivo de entrevistas então obtidas para o grupo de pesquisa *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*, do qual este texto é parte. Ainda autorizaram a utilização de uma série de documentos (relatórios, filmes, vídeos) acumulados no decorrer do trabalho de campo.

Passados mais de 50 anos do evento *ocupação do Imbé*, diversas formas de perscrutação foram colocadas em prática, mas os resultados são tênues, em face das dificuldades para acesso a redes sociais de pertencimento; ou porque a maior parte dos remanescentes dessa experiência já se encontra falecida; ou ainda porque muitos se deslocaram para outros ambientes sociais, caso, por exemplo, daqueles que acompanharam filhos em mobilidade de inserção no mercado de trabalho. Outros tantos, guardando sobre a experiência algumas referências pontuais, definem e limitam os desejos intelectuais e políticos de aproximação compreensiva dos fatos pelos pesquisadores.[6]

Estimular entrevistados na faixa de 80 a 90 anos, como é o caso daqueles chefes de família que participaram da *ocupação*, a comentar aquela experiência é lhes impor um recorte temporal e experiencial que nada tem a ver com as condições em que eles socialmente se constroem. A despeito de enfrentarem as limitações que a idade física ou biológica vai impondo ao ser humano, especialmente se nos iludirmos pela consideração

5 Segundo avaliação de Pessanha (1999), a *ocupação do Imbé* repercutiu em todo o país, mas também agregou forças sociais que o autor considerou mais progressistas, tanto que de forma mais ou menos sistemática, prestou colaboração e apoio aos *colonos*. Entre elas, algumas unidades do quadro institucional do sistema católico local, Caritas (1956 e seguintes) e até mesmo alimentos distribuídos pela Aliança para o Progresso (1961-1969).

6 Ver, por exemplo, Macedo, 2007 e Sigaud et al., 2010.

dos dados como supostamente lembranças objetivas de memória, os entrevistados se apresentam por unidade do ser social. Desse modo só podem falar de si mediante concepções muito próprias da elaboração de temporalidades que lhes referenciam ou segundo a imagem que de si construíram em inúmeras experiências de interação social. Afinal, envelhecemos percebendo-nos como os mesmos.

Os ciclos de vida nas diversas temporalidades externamente formuladas se agregam por fios condutores que podem juntar o que enquadraríamos como presente e passado, como presente e futuro. Como afirma Marc Augé (2014), quanto mais tomamos idade, mais em nós se acumulam tempos diversos, diferentes passados, lembranças variadas. As lembranças podem ser jogadas na realidade do momento presente, demonstrando, assim, diferentes tomadas de consciência de nós mesmos. Acumulando diversos passados, cada um de nós saberá construir esse conjunto e essa unidade contextual, inclusive para reagir a definições exteriores, como a que nós, pesquisadores, imputamos, ao propormos ao entrevistado determinadas temáticas e emergência de propositivas lembranças e associações interpretativas de experiências de vida.

Os dados aqui analisados se referem a vivências reelaboradas por incitação, 42 anos após o início da *ocupação* (1963/2005). Por conseguinte, estão sendo por nós retomados mais de 50 anos após aquela delimitação temporal (supostamente inaugural) e 10 anos após a realização da pesquisa aqui referida.

A contribuição fundamental que Marcelo Ernandez e colegas de trabalho de campo emprestam à elaboração deste texto só pode ser compreendida nos limites que eles traçaram para os objetivos da pesquisa que colocavam em prática. Desejavam eles, antes de tudo, conhecer as condições de participação de José Pureza na constituição do *acampamento do Imbé* e a que forma de organização correspondia a experiência social da *ocupação*. Eles seguiram a rede de informações localizando os acampados que alcançaram a condição de *colono*, situação mais facilmente viável pelo contato com os que foram transferidos do Imbé para o Vecchi.

Além dessa colaboração, tem destaque especial a concessão de gravações realizadas e transcritas (infelizmente descontínuas por problemas de registro magnetofônico) por Eliane Cantarino O'Dwyer, em 02 de setembro de 1981, por ocasião do reencontro de José Pureza com os colonos anteriormente referidos. Na ocasião, cada participante comentava a origem social e as condições de inserção e permanência no acampamento e na Colônia, além de, por vezes indignadas avaliações, o

deslocamento a que se submeteram por interposição de militares (identificados por eles como dois generais) do Imbé para Papucaia.

Somente levando em conta essas situações de construção de informações, todas posteriores ao momento da *ocupação* e da vida na colônia (abril de 1963 a janeiro de 1967), poder-se-á acompanhar o exercício que se segue: considerar rememorações individuais (por vezes familiares e uma das vezes em grupo) elaboradas por provocação de pesquisadores.

4.1. Origem social dos entrevistados

Quanto à origem social dos *colonos*, os entrevistados fizeram referências aos designados *flagelados de Campos*, anteriormente habitantes em favelas situadas nas margens do rio Paraíba, atingidos por sucessivas enchentes no início da década de 1960. Segundo eles, no encerramento das atividades do Núcleo, os *flagelados* preferiram permanecer no município, havendo apenas dois casos desses *colonos* que se deslocaram para Papucaia. O conjunto das 84 famílias, entre as acampadas e registradas na Supra e que aceitaram a proposta de deslocamento para Papucaia, advém basicamente de desligamentos de fazendas vizinhas ao local do acampamento, dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, bem como do norte do estado do Rio de Janeiro, diante da expropriação da condição de colonos na cafeicultura. Portanto, todas enfrentaram processo de expropriação do acesso aos meios de produção assegurados por contrato de colonato, algumas delas já vivendo condições mais degradadas de vínculo, diante das dificuldades enfrentadas pelos fazendeiros para reprodução da cafeicultura nas condições socioeconômicas e técnicas então vigentes.[7]

No primeiro caso que tomo para exemplo, Seu Helio (85 anos em 2005) operava como tropeiro no deslocamento de produtos, tanto pelo escoamento de café, milho e banana, como retornando com produtos necessários à subsistência dos colonos e fazendeiros. Pela descrição que apresentou quanto ao deslocamento para o Imbé, ele confirma análises por mim já apresentadas considerando toda essa região do norte do estado do Rio e sul do Espírito Santo pela articulação dos mesmos princípios de ordenação de relações econômicas e políticas constitutivas da cafeicultura (NEVES, 1997b). Os trabalhadores mais especializados como carpinteiros, marceneiros e ferreiros circulavam de fazenda em fazenda aí localizadas, demonstrando nominalmente os

[7] Esse processo de deslocamento foi bastante massivo, tanto que é possível encontrar famílias nessas condições em diversos outros casos de constituição pacífica ou conflitiva de formas de apropriação da terra (NEVES, 1999).

fazendeiros e as fazendas, a diversidade e homogeneidade de situações. Muitos dos colonos puderam se valer de referências mútuas para transferir vínculos entre fazendeiros (NEVES 1997b, 2004).

O caso que seu Helio representa corresponde a uma das alternativas constituídas para adesão dos trabalhadores do entorno da área de *ocupação*. Da leitura da entrevista concedida, depreende-se o percurso de mobilidade física possível naquele sistema de produção e trabalho, de início articulando fazendeiros e trabalhadores dedicados ao cultivo de café, de banana e farinha de mandioca. Após o abandono massivo da cafeicultura, a banana foi deslocada como um dos produtos principais entre os destinados ao mercado, complementando os meios necessários para o desenvolvimento da pecuária e da cultura canavieira.

Esta última foi estimulada pelo projeto de crescimento da Usina Novo Horizonte. Na década de 1960 ela ampliou a produção própria de cana e a concentração da propriedade privada da terra, bem como o número de trabalhadores, visto que, por ser região montanhosa, fora mais lenta a incorporação de instrumentos mecanizados para o processo produtivo. Destaco então que o redirecionamento da atividade produtiva se pautou em processo de concentração das propriedades agrícolas na região (Ver Neves, 1997b,1999).

Seu Helio, constituindo-se como trabalhador de moralidade socialmente reconhecida para circular entre unidades produtivas agrícolas e agroindustriais, veio a alcançar a condição de *colono* no Núcleo Colonial do Imbé. No decorrer da entrevista, ele acrescenta outras informações cuja análise permite compreender os efeitos da diversidade de formas de afiliação. Neste caso, o deslocamento acompanha a expansão da cultura canavieira e da pecuária em fazendas situadas na base da Serra das Almas, situação em que inicialmente ele se afiliou. Foi na condição de assalariado ou meeiro de fazendeiros (Elivelto e Fausto são os citados), cujas propriedades privadas eram relativamente vizinhas à área de Mocotó, que o Sr. Helio tomou conhecimento da *ocupação*, ou melhor, se integrou aos demais *colonos*. No entanto, como evoca veementemente o entrevistado, depois e da instalação da Supra e da intervenção militar, posto que, anteriormente, ele havia se negado a participar de *invasão*.

Juraci (60 anos em 2005), considerado na sequência, veio com a família e alguns outros grupos domésticos, do estado do Espírito Santo. Ele faz referência a um fluxo migratório de tais famílias para a região da Baixada Fluminense, em busca de construção de novos vínculos produtivos em fazendas aí situadas. Solteiro e ainda

jovem, ele optou por assegurar um lote de terra no Imbé, comparecer com certa sistematicidade ao local, mas vincular-se produtivamente segundo o fluxo de afiliações anteriormente já constituído. Na ocasião da transferência dos *colonos* do Imbé para o Vecchi, ele então se dedica com mais afinco à própria constituição como agricultor, situação, entretanto, assegurada após ou em concomitância a algumas experiências de trabalho assalariado.

Em situação de entrevista, Marcelo Ernandez e colegas da equipe de pesquisa insistentemente propunham a explicação das razões ou motivações pelas quais a decisão de se tornar um acampado no Imbé foi tomada. Diante das respostas dos entrevistados, tecerei alguns comentários a respeito das diversas situações que os casos representam. No caso do Sr Sebastiãozinho (aproximadamente 90 anos em 2005), ele destacou as alternativas abertas mediante circulação boca a boca de informações sobre a distribuição de terras. Ressalta-se, na elaboração da narrativa do Sr. Sebastiãozinho, a construção oficial da autorização para se integrar ao acampamento. Não tendo esclarecido o nome do jornal pelo qual obteve a informação da *distribuição de terreno*, não se pode tentar entender essas formas escritas de mobilização. Mas o caminho seguido por ele e o colega para se sentirem autorizados à apropriação do lote, reafirma a crença em autoridades centralizadas que redistribuiam terra. A referência incide sobre João Goulart, mediante alguém no Palácio do Catete que por este falou e os tornou portadores do *documento oficial* ou *papel* autorizando o acampamento.

No decorrer da reunião da qual participou José Pureza, houve diversas referências à tomada de conhecimento da ocupação por leitura do jornal *Terra Livre* e contato com João Guarda, que havia criado em Itereré (distrito de Campos situado em proximidade à Serra do Imbé), um das unidades da Liga Camponesa. O próprio José Pureza confirmou a ação de João Guarda, destacando a capacidade que detinha de mobilizar trabalhadores mas os limites para colocar em prática a ocupação, por não contar com mediadores adequados ao controle da associação de famílias anteriormente sem vínculos entre si. Coube então, como ele esclareceu, pela Associação dos Lavradores Fluminenses, mobilizar integrantes dos agricultores de Pedra Lisa que detinham experiência de resistência a pressões no sentido de exterminar a experiência de conquista alcançada. Ao apresentar essa explicação, José Pureza também acentuou a pouca experiência política dos acampados no Imbé porque para lá se dirigiram por ruptura de relação com fazendeiros locais, motivação que não poderia, em princípio, corresponder a expectativas de resistência.

> Como identificou o Sr. José Eufrásio na reunião considerada: eu, Clariel, Corinto, Antônio Inácio fomos de Pedra Lisa para o Imbé. Achamos que a luta precisava de ajuda. Era recém-criada. Em Pedra Lisa também era um círculo vicioso. Nada resolvia. Havia despejo e fogo.

Pela associação da chegada do Seu Sebastiãozinho ao início de construção de palhoças no acampamento do Imbé, tudo leva a crer que a notícia por ele considerada foi circulada imediatamente após o ato de desapropriação da área; bem como da instalação de representantes da Secretaria Estadual de Trabalho e Serviço Social ou mesmo da Supra. Ele ressalta o até então impedimento de aberturas de clareiras para constituição de *roçado* no interior da mata. Essa prática foi politicamente considerada para o período anterior à desapropriação. Da mesma maneira, ele opera a referência à ocupação da casa do anterior administrador da fazenda, reconhecida como *sede, casarão* ou *casa grande,* como ele qualificou. Esta apropriação também só foi possível após aquele ato legal, quando os funcionários da usina abandonaram então essa residência.

Segundo o entrevistado, eles, tão logo souberam do processo de redistribuição, tomaram aquelas providências administrativas e se encaminharam para o local da *ocupação,* pois que temiam não mais encontrar lote de terra. E, com os demais presentes, também passou a investir na construção de casas.

Reafirmando os princípios de crença na autorização oficial da concessão da posse, no decorrer da entrevista, ele nomeia os colegas e familiares com os quais constituíram um dos segmentos de *colonos* no Núcleo: Genio e Cleriel. A importância da nomeação pessoal dos colegas, assim como da autoridade central que, para Seu Sebastiãozinho recaia sobre quem *tomava a dianteira das decisões*, leva este senhor, paradoxalmente, a atribuir a João Goulart a decisão do deslocamento de famílias para o Vecchi, de fato ocorrido nos primeiros anos do regime ditatorial.

Pela incorporação de mais um caso demonstrativo da diversidade de situações e motivações que referendavam a opção pelo acampamento, Marcelo Ernandez entrevistou um casal, marido e mulher tendo se deslocado do Espírito Santo acompanhando algumas outras famílias. Também nesses casos, todos estiveram referenciados ao mesmo sistema de autoridade e crença na possibilidade de distribuição oficial de terras aos camponeses. A pessoa que agora encarnava a autoridade é Brizola, que supostamente teria aplicado esse princípio fora (estado do Rio Grande do Sul) e

estendido tais ações para o estado do Rio. Pelas salvaguardas que o Seu Almerindo faz questão de explicitar, ainda diante do receio do tão mal propagado *comunismo*, ele destaca que o pai titubeou, mas apostou na alternativa vislumbrada no Imbé. Ressaltou Seu Almerindo que o pai acompanhou o fluxo de mobilidade constituído por tantos outros, exemplificando, entre os compenentes desse deslocamento, o Sr. Sebastiãozinho, também entrevistado.

Pelas narrativas que naquele trabalho de campo foram construídas, julgo possível destacar a convergência de duas ações coletivas na constituição da *ocupação*: (1) A dos militantes do processo de resistência a despejos e de adesão ao deslocamento das ações para ocupações antecipativas (ou pressionadoras) de tomadas de decisão oficial pela desapropriação e aplicação do Plano de Ação Agrária ou de instalação da Supra (no caso, acompanhadas de apoio direto de militantes do PCB no plano local). (2) A dos camponeses que se encontravam *catando terra* ou como um deles foi qualificado, *maluco por um terreno*, e que estiveram atentos a rumores, pagando para ver pelo engajamento familiar ou de diversos grupos domésticos na experiência do acampamento.

Até aqui atribuí ênfase às situações de adesão familiar e de grupos de trabalhadores alcançados por ações expropriatórias praticadas nos sistemas de produção canavieira e cafeeira. Contei para tanto, como venho destacando, com as contribuições prestadas por Marcelo Ernandez e equipe de trabalho de campo. A seguir incluirei a análise de outra situação de inserção, nesse caso de trabalhadores que assumiram o ato da *ocupação* coletiva. Para tanto, valho-me de informações obtidas em entrevista realizada por equipe de pesquisadores do Projeto em causa neste texto, no ano de 2014, especialmente com Da. Roseli Borges, que no Imbé chegara aproximadamente aos 11 anos de idade, como neta de um dos principais líderes da *ocupação*: Satiro Borges.

A situação que a entrevistada representa ultrapassa as qualificações imediatamente adiantadas para a experiência local do Imbé. Ela traz luz às articulações de diversas experiências de luta contra despejo de posseiros no estado do Rio de Janeiro, encabeçadas pela Ultab. Nesses termos também demonstra o quanto a *ocupação do Imbé* pode ser compreendida como desdobramento do malogro na luta dos posseiros na genericamente reconhecida Fazenda do Largo (na época localizada no município de São João da Barra, e a partir de desmembramento ocorrido em 1995, no de São Francisco do Itabapoana).

Dentre as situações de conflito contempladas pelo Plano de Ação Agrária, figuravam as fazendas do Largo, Ponta do Largo e Atalho, em São João da Barra. Os desdobramentos dos conflitos, inicialmente na fazenda Ponta do Largo, ampliam o número de contendores e os apoios institucionais a eles tributados. Parte da fazenda Ponta do Largo foi concedida aos escravos libertos pela proprietária da época, Mariana. Com o passar dos anos, o número de famílias aumentara, todas tendo permanecido como agricultores de mandioca e legumes diversos.

A fazenda do Largo, nome genérico que terminou por politicamente abarcar as demais, por essa amplitude alcançava 800 alqueires, dos quais, 611correspondiam àquela unidade propriamente. Embora desapropriada em 1960 para assentar 300 famílias de agricultores, os órgãos do governo estadual não puderam decretar a imissão de posse por demora no pagamento de parcelas ao desapropriado. Essa situação facilitou a continuidade dos atos agressivos dos grileiros.

Os conflitos que se sucedem indicam as dificuldades de os posseiros reverterem o quadro de tensão, até mesmo pelas implicações políticas das alianças constituídas entre os considerados grileiros. Ações violentas como destruição de roças, cercas e casas, bem como impedimento de circulação dos posseiros na área tradicionalmente ocupada, eram patrocinadas por capangas amparados por policiais militares. Dentre os acusados grileiros, figuravam nomes de deputados e vereadores, Simão Mansur e Jorge Abreu foram os enfaticamente citados.

As formas de resistência dos posseiros contaram com apoio dos representantes da Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), com presença imediata de José Pureza, conforme comentários de entrevistados e depoimento deste líder (Pureza, 1988). Mais ainda, com o apoio de todo quadro institucional que veio também assumir a *ocupação do Imbé*: Conselho Sindical de Campos, representação local do PCB. As lideranças dos posseiros acossados pelos grileiros também contou com simpatia de jornalistas do município de Campos e da cidade do Rio de Janeiro, tanto que esta situação é uma das mais noticiadas entre a década de 1950 e o golpe militar (*Última Hora, Luta Democrática, A Notícia e o Monitor Campista*).

Reagindo às inúmeras agressões, o Sr. Satiro Borges, em defesa própria, terminou por balear um dos capangas do grileiro e se viu obrigado a refugiar em matas circundantes para evitar o próprio massacre. Por ocasião da *ocupação do Imbé*, ele foi integrado como liderança no acampamento, ali permanecendo até o golpe militar, quando veio a ser preso, inclusive pela situação anterior, pela qual não respondeu

criminalmente por ter permanecido como foragido. Posteriormente também veio a responder pelo apoio político imediato a José Pureza. Os familiares do Sr. Satiro Borges permaneceram no acampamento do Imbé, até que foram transferidos para a gleba Vecchi. Tal como tradicionalmente na Fazenda Ponta do Largo, o Sr. Satiro agregava família extensa, composta por irmãos e filhos e respectivas unidades conjugais, bem como alguns outros grupos domésticos violentamente expulsos da Fazenda do Largo. Esse segmento de lavradores contribuiu decisivamente para os desdobramentos e conquistas alcançadas na *ocupação do Imbé*, Satiro Borges figurando, como destacou a neta entrevistada, *braço direito do Zé Pureza.*

Legitimando as ações das lideranças na *ocupação* para a tomada de decisão do engajamento na condição de ocupante, geralmente os entrevistados relativizavam os atributos do risco da empreitada de caráter *comunista*: de fato, segundo eles, não se tratava de *comunistas*, mas de pessoas que se empenhavam em *dar terra para os pobres* (mesmo que o nome por eles reconhecido para designar o processo fosse *reforma agrária*).

No decorrer do tempo da experiência em causa e no tocante à composição social dos *colonos*, vale ainda destacar a reafirmação do engajamento pela reprodução dos grupos familiares que se compuseram no processo, mediante a recorrente união conjugal dos filhos dos *colonos* entre si.

No próximo caso considerado, a rede de relações constitutivas do conhecimento sobre situações de redistribuição de terra se consignou pela articulação política das diversas experiências de trabalhadores afiliados à Ultab. Volto a destacar as oportunidades abertas de reprodução intergeracional na mesma posição, tanto que o entrevistado, tendo se integrado ao grupo de resistência na apropriação de lotes de terra em Pedra Lisaapós o investimento produtivo dos *colonos*, veio a *comprar um direito lá*, isto é, pagar ao anterior ocupante, o custo dos investimentos em trabalho. Logo após, repassou o *direito* à filha para instalação na mesma posição, e deslocou-se para tentar outra chance no Imbé.

Continuando a caracterização das famílias entrevistadas que aderiram ao acampamento no Imbé, integrarei as informações de Da. Maria Moura, também ex-trabalhadora no sistema cafeicultura, com deslocamento iniciado supostamente do sul de Minas Gerais, onde desde há muito se desenvolveu a exploração agrícola do café. Embora por motivos diversos, a considerar a especificidade das razões do abandono da terra por dois irmãos que davam prosseguimento à vida familiar e produtiva (diante do

falecimento de todos os demais membros), a entrevistada acentuou o fato de a mobilidade de diversos trabalhadores pautar-se em referências vagas ao que ela qualificou como *sem destino*.

A economia cafeeira operava por princípios autárcicos, a despeito de ser atividade produtiva acentuadamente mercantil e visar basicamente à exportação do principal produto. Os trabalhadores se vinculavam (em tese) por tempo indeterminado e por previsão de reprodução intergeracional, se não na mesma fazenda, mas nas fazendas que compunham o sistema socioprodutivo. As crises de reprodução dessa economia, enfrentadas pelos fazendeiros por abandono dos tratos culturais e expansão da pecuária, empurravam os trabalhadores para espetacular processo de migração, como demonstram os casos aqui citados.

A (supostamente) confirmar as interpretações que estou elaborando, conto com a contribuição de Da. Maria Moura e seu esposo, em viagem migratória para Jacarepaguá, mas que, no caminho, encontraram outro trabalhador (Francisco Faria), nesse caso, embora diferente, com destino previamente definido: integrar-se à *ocupação no Imbé*. Ambas as famílias advinham da relação com a produção cafeeira no estado do Espírito Santo. O casal que convidara Da. Maria Moura e esposo a acompanharem outros grupos domésticos que de lá já haviam se instalado no Núcleo Colonial do Imbé, confirmava notícias de que, nessa região, estava-se *loteando terra*.

Em outro contexto da entrevista, melhor situada em termos temporais para definir sua chegada ao Núcleo por eventos para ela marcantes, Da. Maria Moura qualifica sua integração logo após o golpe militar, desde que levadas em conta as considerações por ela destacadas de que os *presos estavam de volta* e *alguns ainda se encontravam presos*.

A partir de informações de outros participantes da *ocupação*, com exceção das lideranças publicamente vinculadas ao PCB, os colaboradores mais diretos na organização do acampamento estiveram presos na Cadeia de Campos entre três e oito meses. Da. Maria Moura, a despeito dessa precisão, reafirma as dificuldades de, 50 anos após o golpe militar, localizar os que sofreram violências, porque dotados apenas de personalidade pública entre os pares. Sendo socialmente qualificados em plano vicinal, pelo reconhecimento assegurado por relações personalizadas, de proximidade e confiança, são assim por ela nomeados dois acampados que estiveram presos: Paixão e Zezé (pai de Ivana).

4.2. Os *trabalhadores* e os *presos* (políticos)

Quero ainda destacar uma clivagem fundamental na qualificação social das formas de inserção dos que, em diferentes momentos, participaram da constituição do acampamento ou do Núcleo Colonial do Imbé. Os que foram alcançados pelos pesquisadores haviam se submetido a intervenções ideológicas no sentido da demonstração de total desvinculamento com os objetivos qualificados *comunistas*. A partir do golpe militar, os que se integraram ao Núcleo, deveriam fazer prova de bons antecedentes, obtendo da Polícia (instituição relativamente indefinida, mas condição nem sempre equivalente para os que a nomeiam) declaração correspondente. Portanto, novas clivagens tornaram-se fundamentais na definição social da posição e das motivações dos que se integravam ao Núcleo, operando pela negação plena daquelas que animaram muitos dos que inicialmente aderiram ao acampamento. Os recém-chegados e os que permaneceram deveriam fazer prova da desvinculação ideológica com os que organizaram a *ocupação.*

Independentemente dessas ações posteriores ao golpe militar, isto é, no contexto de redefinição política institucional do Núcleo Colonial do Imbé, durante a anterior intervenção policial à procura de *comunistas*, todos, salvo incapacidade de demonstração ou de desrespeito à autodeclaração, deveriam encontrar meios para dar provas do distanciamento. Muitos deles, correspondendo ao estereótipo de *inocentes* úteis, *povo bobo,* afirmavam que nada entendiam de *comunismo*. Essas comprovações ideológicas não eram de difícil argumentação, porque a maioria dos participantes era levada à inserção por outros objetivos e princípios de legitimidade, como venho demonstrando. Identificavam-se à crença de que ocorria redistribuição pacífica de terra ou *loteamento de terrenos* que, na falta de autoridade legítima, legal ou atribuída, eles próprios não tardavam a condecorá-la, todavia, então no contexto da entrevista ou de reelaborações coletivas. Nesses exercícios políticos de atribuição de legitimidade ao exercício da autoridade, eles eram muitas vezes levados pela crença no líder carismático, sem considerar a base ideológica e política que permitia as condições de construção da liderança para esses atos excepcionais.

Além desses aspectos, ressalto que as concepções atribuídas aos designados *comunistas* eram de tal ordem desumanizantes, que as construções quase sempre eram fantásticas ou fantasmagóricas, mas pouco explicitadas, objetivadas ou encarnadas. Para a imprensa local os *comunistas* eram quase sempre caricaturados com *barbudos* e altamente armados, *dotados de metralhadoras* etc, em referência ao projeto político de

adesão à construção do socialismo, especialmente em Cuba. Como os trabalhadores interessados em obter um *terreno* não os encontravam segundo as caricaturas previstas ou fantasmagoricamente anunciadas, eles relativizavam tais pressuposições ou se pautavam em outras próprias, afirmando que lá *as pessoas não eram comunistas*, mas *apenas queriam ajudar os pobres*. Por essa crença, abundavam os exemplos de engajamento legitimado na *ocupação*. E para os que demonstraram atento cuidado na identificação dos *comunistas* no acampamento, esses eram colados a comportamentos que designavam como *brabões* (quem demonstrava radicalizada capacidade de luta e uso de violência física, inclusive assassinatos).

Ainda em desqualificação do pressuposto ambiente do acampamento por tensões e conflitos abertos, o Sr. Almerindo, em resposta à pergunta de Marcelo Ernandez, que indaga sobre pressões de fazendeiros, demonstra que estes se mantiveram presentes em fazendas vizinhas. Dentre estas, a fazenda *Opinião* era das mais citadas, mas principalmente o nome dos fazendeiros (como já exemplifiquei). Evoca então as diversas referências a trocas entre os *colonos* e os fazendeiros vizinhos, estes últimos reafirmando papéis consagrados pela dominação personalizada: empréstimo de caminhão ou outro meio de locomoção para socorrer familiar doente e desatolar veículos; construção de vínculos de trabalho assalariado ou por empreitada; concessão de área para constituição de sítio de cultivo de laranja em parceria. Além disso, aproveitamento de caminhão que se dirigia até a área para transportar lenha e palmito, produtos de trabalho extrativista, inclusive dos próprios *colonos*.

Marcelo Ernandez, aproveitando a referência do entrevistado à participação do Partido Comunista nas lutas sociais levadas a efeito na reafirmação do direito de lavradores em Pedra Lisa, procura compreender como o interlocutor, nessa situação, percebeu tal presença mediadora. Das informações prestadas pelo entrevistado, quero acentuar a continuidade entre práticas de lideranças constituídas na contextual luta pela terra e, no caso do Núcleo Colonial do Imbé, ainda que precariamente, apoio político que, após o golpe militar, foi oferecido por dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Este apoio foi fundamentalmente importante quando, segundo o entrevistado, os funcionários da Supra foram retirados dessa unidade de intervenção estatal. Nesse contexto liminar de reconhecimento de ausência de autoridade oficial, o entrevistado, talvez por ser detentor de experiências mais amplas ou por manter rede de relações com representantes de outros casos de construção de núcleos coloniais (relativamente suspensos no período pós-golpe), constituiu-se liderança neste novo contexto.

Entretanto, não sem insistir na advertência de que não era *comunista* ou contagiável por atributos correspondentes a essa posição política e ideológica. Definiu-se respondendo a anseios e projetos de colegas remanescentes que se retiraram e retornaram, quem sabe, para assegurar o direito à instalação em lote situado em outra unidade de ação institucional oficial. Constituiu-se, como demonstra, em principal mediador no projeto de deslocamento dos *colonos* do Imbé para Papucaia.

Quanto à relação dos *colonos* com representantes do Partido Comunista, Marcelo Ernandez interroga seu Cleriel, que se contrapõe, revidando supostamente uma compreensão negativamente atribuída ao comportamento de *comunistas*. Fazendo referência a caricaturas e reificações, seu Cleriel explica jamais ter participado de qualquer fato que comprovasse as suspeitas. De qualquer modo, adverte que todos se precaviam de expressar atributos e atitudes identificáveis como *comunistas*. A partir desses raciocínios e diante das propostas de reflexão apresentadas por Marcelo Ernandez, Seu Cleriel sintetiza a identificação de *comunista* para quem se encontrava afiliado ao Partido Comunista; todavia, só amplamente reconhecida se participasse de promoção de distúrbio e desrespeito à vigente definição de ordem pública.

Todos os entrevistados demonstraram desconhecimento ou irreconhecimento da presença de Zé Pureza no acampamento, no máximo se referindo a visitas descontínuas desta liderança no Núcleo Colonial do Imbé, até porque, é de se supor, ele se encontrava vinculado à organização política mais geral (MACEDO et al., 2007).

Refletindo sobre a diferenciação e os conflitos internos ao acampamento, alguns entrevistados fizeram referência a tensões, por vezes exacerbadas, diante da diferenciação de engajamentos políticos e, ao final do processo, pela recompensa àqueles que negaram responsabilidade imediata com a organização da *ocupação* ou apoio direto às lideranças. De outro modo, também se justificavam pela ausência de condições objetivas para participação política na gestão de estratégias e recursos para consolidar o projeto de reforma agrária previsto pelas lideranças no pré-64.

Por correlação de alguns comentários sobre essa questão, conclui-se que, por rumores e críticas comportamentais, construiu-se, pela antítese da regra, um modelo ideal de integrante: que se ocupava de tarefas coletivas, que se engajava na luta, para além de se dedicar disciplinadamente à produção agrícola, que não saltitava em afiliações a múltiplas oportunidades de trabalho, fidelizando-se ao movimento de luta pela objetivação do projeto político de consolidação enquanto agricultor parcelar. Os comportamentos diferenciados entre os acampados eram geridos por acusações

fundadas em rumores, incidindo no reconhecimento de que um colega procurava prejudicar outro *fazendo macumba*, mas principalmente operando prática de violência sobre os bens acumulados pelo desafeto: soltar o gado da corda, impedir passagem de água por riachos, discordar da pesagem da produção de cada colono na entrega à cooperativa etc. E até mesmo a suspeita de que o companheiro armava tocaia para o assassinato do desafeto.

Sr. Almerindo, fiel admirador de Brizola, reage à definição do comportamento deste por aqueles atributos negativamente colados ou naturalizados para os chamados *comunistas*. Por isso, enfaticamente ele se apresentou ao administrador do Núcleo como se constituindo um *trabalhador* em busca de condições de reprodução social na posição. Por esses destaques, insiste na demonstração de sua entrada no Núcleo após o golpe militar (ou momento da *limpeza dos comunistas*). No entanto, ao advogarem e reafirmarem o desconhecimento dos que *foram presos* ou *apanharam*, eles se excluem da condição de testemunha ocular, sem contudo patentear que o tema foi intensamente reproduzido, tanto que os castigos e violências são relembrados e dramatizados. Quase todos os entrevistados comentam as agressões como se estivessem presentes, mas negam essa condição quando convidados a precisar quem *apanhou* e como se deu tal ação violenta. Nesses termos, grande parte do conhecimento produzido sobre a experiência da *ocupação do Imbé* se fundamenta em rumores ou do ouvi dizer, mas não vi ou diretamente vivenciei.

Para a maioria dos entrevistados, a diferenciação política foi fortemente reconhecida: os *trabalhadores* e *eles lá*. Esta última categorização encobria os chamados *comunistas* pela antecipada ressalva da distância física e social, principamente os que, por tal posição, *foram presos e apanharam.* Outrossim, eram, para os entrevistados, agentes externos a universos imediatos deles: adotavam comportamentos reservados e seletivos em relação aos *colonos* que correspondiam às expectativas de fidelidade; faziam reuniões *secretas* e depois *impunham ordens;* praticavam proselitismo e demonstravam certezas incontestes.

Valorizando o papel dos chamados *trabalhadores*, o Sr. Almerindo, contrastivamente, exaltou o produto do trabalho imediato e prático. Salvo os que foram *postos para fora* por suspeita de adesão proselista e prática aos *comunistas*, os categorizados *trabalhadores* construíram um patrimônio de tenacidade, provisoriamente demarcado nos plantios que lá deixaram.

Da. Roseli, em situação de entrevista, informou que, quando foram transferidos para Papucaia, deixaram muitas fruteiras crescidas e dando frutos. Computou, para a própria família, seis pés de mexerica, diversas jaqueiras, mangueiras, muitas toceiras de inhame, bananeiras, roça de aipim e arroz, colhidos às pressas para trazerem mantimentos para o próximo assentamento. Comparativamente à produtividade da terra, ela acentua a prodigalidade do solo no Imbé; e o sobretrabalho e aumento do custo da prática agrícola em Papucaia: *Aqui você tem que arar para plantar o inhame. Lá não, lá era dentro da mata, a gente arrancava com facilidade*.

Todos entrevistados demonstraram que, quando residentes no Imbé, mesmo diante de tantas adversidades e crises pontuais de abastecimento, por efeito de fenômenos naturais e falta de estrada para circulação de mercadorias, eles puderam contar com momentos de *fartura:* de peixes, de caça, de frutas, de mandioca e farinha; puderam constituir pequenos patrimônios objetivados especialmente em algumas cabeças de gado.

O Sr. Almerindo (e seu pai, chefe do grupo doméstico) assevera que não se constituiu *invasor* porque sua família foi convidada, pressupostamente por funcionários da Supra, embora o convite recorrentemente fosse apresentado por outro trabalhador. Enfim, eles foram autorizados a receber um lote previamente demarcado. Operando com a representação reificada de *comunistas*, nesse caso figura dotada de atributos translúcidos e visíveis, Sr. Almerindo reafirma nunca tê-los visto; até porque, demonstra convincentemente ao pesquisador: havia divisão de trabalho que separava as ações políticas das economicamente produtivas. Os *trabalhadores* se encarregavam de plantar, colher e possivelmente vender algum excedente, enquanto as lideranças do movimento, *eles lá*, contavam com delegação local constituída por alguns lavradores, considerados, nesses casos, *braços fortes de Zé Pureza* ou *dos mandões*.

As razões dos conflitos entre os *trabalhadores* e os chamados *comunistas*, aqueles principalmente, em decorrência de terem permanecido e convivido com outras tantas famílias autorizadas por gestores da Supra, permitem-me afirmar: *após limpeza dos comunistas,* no imediato pós-64, ocorreu e foi dada continuidade à redistribuição de terra no governo militar.

No entanto, a inserção de *trabalhadores* após o golpe militar se fundamentou, suponho para diversos dos casos, na apropriação do trabalho alheio, objetivado na contextual patrimonialização do acampamento pela construção de casas, roças e pomares. Estes recursos foram aproveitados pelos que vieram a se integrar

supostamente sem risco político. A apropriação de produtos do trabalho dos colegas (presos ou que abandonaram o acampamento, intimidados pela violência dos militares) foi então banalizada, porque concebida como ato sobre o qual os incorporadores dos bens não se consideravam responsáveis. Os que objetivaram tal apropriação, em entrevista se apressavam em destacar que, caso aqueles colegas que, saindo da prisão, voltassem a residir no Núcleo Colonial, tais bens seriam e foram restituídos. Essa apropriação também ocorreu pelos que já se encontravam instalados. Valendo-se da vacância de lotes e casas dos que foram presos, geralmente os ocupantes do primeiro momento, buscaram alcançar melhor localização diante de riscos de inundação e proximidade com centros de poder que o *casarão* monumentalizava.

A referência aos expropriados como *os que foram presos* dificulta minha tentativa de aquilatar a que números eles correspondem. Associando-se a algumas das dispersas nomeações *dos que foram presos,* pressuponho que, na condição de agricultores, eles corresponderiam a uma meia dúzia. Ainda refletindo sobre informações fragmentadas, relevo a recorrência das investidas dos militares no espaço de instalação da colônia. Ela também se fundamentava na convicção, algumas vezes comprovada, de que os homens, passíveis ou não da impositiva culpabilidade diante da acusação de *comunistas* e *subversivos* e que direta ou indiretamente assumiram a *ocupação do Imbé,* esconderam-se nas matas da Serra das Almas. Diversos entrevistados fizeram referência a esse fato. Alguns, enaltecendo a própria dignidade moral, advertiam que não se acovardaram e aceitaram a humilhação de se esconder.[8]

Da. Maria Margarida é uma das entrevistas que se refere às diversas incursões policiais que se sucederam. Segundo ela, quase todos os lavradores (homens) do Núcleo Colonial do Imbé se esconderam nas matas adjacentes, antecipando-se ou na chegada dos agentes policiais. Estes sempre supunham que alguns dos procurados poderiam ter escapado ao cerco e/ou que os agricultores davam apoio aos vizinhos e familiares escondidos. Um dos entrevistados faz referência a sobrevoos de pequenos aviões no espaço, para ele tentando identificar *comunistas* ou agricultores considerados cúmplices. Por todas essas razões, internalizar comportamentos de total negação de vínculo com o que ou quem supostamente seria qualificado *comunista,* era estratégia fundamental para preservar o projeto de apropriação de lote produtivo de terra.

[8] Os entrevistados relatam que Pureza se escondeu pelas matas e de lá alcançou chegar a localidades onde se apresentava por desconhecimento pessoal. Outros casos de fuga pelas matar e fazendas são relatados pelos afiliados remanescentes do PCB. Vale ressaltar nesse caso, o saber adquirido por agricultores nas áreas ocupadas por matas, conhecimento nem sempre operado pelos militares.

Apenas os entrevistados que gozaram de relações de proximidade e cumplicidade com o tão personificado José Pureza apresentaram versões moralmente abonadoras dos chamados *comunistas.* Da. Roseli, em sendo neta de Satiro Borges, como já destaquei, companheiro próximo de José Pureza, quando da entrevista que nos foi concedida, na ocasião (novembro de 2014) com 62 anos de idade biológica, releva a diferenciação de posições e de perseguições. Algumas intervenções operavam nos meandros da burocracia repressora, outras, naquela distância e isolamento físico e social (moral), eram praticamente clandestinas e assim impunes, operando como desvios de conduta funcional fundamentados na disseminação do pavor entre trabalhadores. O silencio dos *colonos* também se fundamentava no fato de nem sempre compreenderem muito bem o que se passava, além de, como já demonstrei, justificarem seus atos de rebeldia e resistência por outros valores morais e sistemas de crenças.

Euzir Oliveira, aos 68 anos (filha de Tancredo de Oliveira, Vilela por cognome no PCB, que era funcionário da Estrada de Ferro Leopoldina e particpante da base de apoio à *ocupação do Imbé*), em entrevista na atual residência, em 14 de novembro de 2014, relembra analiticamente essas distintas formas de identificação nominal oficial e por cognome. Além disso, demonstra como o reconhecimento e a pesrseguição pelos agentes da repressão militar eram seletivos, superdimensionando a participação dos que eram identificados como ideólogos do projeto político referenciado à reordenação das relações de classes sociais no Brasil de então.

> Papai, eu acho que antes do golpe ele já estava visado. Ele sempre prevenia a minha mãe e os filhos. Um pouquinho antes da Revolução, já estava um pessoal atrás dele. Logo depois do Golpe, porque ele não foi preso de imediato, ele foi preso dias depois, prenderam um senhor, seu Manuel Vieira de Carvalho, que morava em Cachoeiro do Itapemirim, mas ele estava trabalhando aqui em Campos no telégrafo da Leopoldina. Ele mandou uma mensagem lá para os companheiros, porque ele era telegrafista. Aí abotoaram seu Manuel Vieira de Carvalho. Enfiaram dentro de uma litorina e pegaram o Fufu, que não era maquinista e nem também era um comunista, era simpatizante da causa, para conduzir a litorina. Aí botaram seu Manuel Vieira de Carvalho com Fufu, juntos dirigindo a litorina, só a máquina. E não sei como que resolveram por lá, porque Fufu saiu articulando que estavam levando Carvalho. E se levassem Carvalho, iam matar no caminho, porque, na verdade, era assim que eles estavam fazendo: botavam no trem, matavam e jogavam pelo caminho. Parece que aconteceu com Humberto da Rocha Azevedo (Francisco era o nome de guerra): sumiu lá de

casa para Belford Roxo e dentro do trem não chegou ao destino. As pessoas que viajavam, ouviram ele gritando, porque os policiais bateram muito...! E ele nunca mais voltou para nossa casa! A gente pensa que desapareceu porque nunca mais ninguém soube notícias dele.[9] Eu não sei quem era a família dele, a gente não conhecia ninguém. Ele morava na nossa casa, aparelho do partido. Era um mentor que organizava as reuniões. Era o que dizia o que tinha que fazer.

Tinha uma senhora que vendia laço de coco. Meu pai falava: - *Vá lá na casa de dona Leci comprar laço de coco*. Eu falava: - Cadê o dinheiro, pai? - *Vai lá comprar o laço de coco e entrega isso aqui, ela vai saber o que é.* Era um bilhetinho que nós levávamos para convidar, para vir para reunião porque era tudo clandestino. Aí dona Leci já sabia as pessoas que iam. Aí tinha Seu João Guarda que controlava o pessoal por lá pelo Imbé. Eu ia com papai no trem. Ele me soltava, eu entrava no meio do mato e ia lá na casa de seu João Guarda para avisar. João Guarda morava em Itereré. Esse trem passava pela linha que ia para São Fidélis. Meu pai, quando chegava ali perto, via com o maquinista do trem para dar uma paradinha, ele me soltava. Quando o trem voltava, ele parava um pouquinho e eu entrava no trem e vinha de novo para casa. (...) Não lembro o sobrenome dele, mas era Fernando, ele era de Cachoeira (Espírito Samto) e estava sempre lá em casa porque era ajudante de Manuel Vieira de Carvalho. Quando seu Carvalho foi preso (...), todos eles - *Tem que dar um jeito da gente libertar. São dois meganhas de merda que a gente tira de letra (...).*

No caso do meu pai, o pessoal ficou avisando: - *Tancredo, você foge, se esconde.* Mas aí tinham lá as tarefas dele do dia, dele apanhar o trem. Ele nesse período era manobreiro, nesse dia ele estava escalado e não queria deixar o trem. Eles botaram na escala: ou ele aparecia, ou ele ia para rua. Ele foi tirar o trem. E quando ele chegou na estação, tinha alguém esperando ele. Foi o Sebastião Piedade, que era ferroviário também, mas era da direita. Aí Sebastião Piedade apontou: - *Olha ali, aquele ali é o Tancredo.* E eu estava chegando com a marmita dele. Meu irmão tinha uma quitandinha, que ele fez para vender umas coisas, então ele ouviu: - *Prenderam o Tancredo* ! Meu irmão veio correndo, ficou com medo de acontecer alguma coisa comigo, veio me proteger. Fui chegando, olhei para papai! Um moleque, novinho, deu um pescoção nele. Foi assim, dando pescoção, até entrar, não era um camburão, era um carro de

[9] Nome citado na lista do edital de convocação para depoimento pelo Inquérito Policial Militar IPM-709, no Diário Oficial da União, Seção I, de 16 de novembro de 1965, página 16, em processo instituído para apurar "fatos e as devidas responsabilidades de todos aquêles (no documento categorizados cidadãos) que nos órgãos dirigentes do extinto Partido Comunista do Brasil, tenham desenvolvido atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social.

polícia meio esquisito, com umas portas grandes atrás...! Não sei se era verde...! Pegaram ele na plataforma e vieram com ele para o carro : - *Comunista vagabundo, subversivo*. Aí ele caiu lá dentro. Quando ele caiu, machucou um pouquinho, machucou a cabeça, aí ele sentou. Eu fiquei olhando, segurando a marmita, e comecei a chorar. Ele me disse: - *Levanta a cabeça, preso político é honra, vá para casa cuidar de obrigação*. Ele sempre falava comigo, com minha mãe, meus irmãos, e eu prestava muita atenção: - *Se acontecer alguma coisa, tem que queimar tudo, não pode deixar nada aqui.* Aí quando ele falou: - *Vai cuidar da obrigação,* eu saí correndo porque eu me lembrei: Acho que ele quer... (...) Obrigação, minha obrigação... ! Eu peguei um latão grande, eu joguei tudo dentro, fui jogando, botei fogo, botei querosene. (...) Aí eles foram lá em casa pegar provas contra papai, mas não acharam nada.

Nesse dia, metade do povo estava escondido. Acho que estava João Duro, estava um que andava com Jacir Barbeto..., estava Jamir Barbeto. Seu Humberto tinha sumido. Seu João Guarda, esse que andava sempre com Jacir Barbeto, Herval Arueira.[10] Tinham ido para um canto lá no meio do mato. Tinha Cláudio Rosa, um marinheiro, não era de Campos não. Ele era marinheiro e foi preso em Niterói. Este foi para uma prisão, não sei se era no Rio, uma que atravessava de barca. Lá também, escondido, tinha Seu Raulino, que era do Paraná.

Prenderam meu pai. Ele foi para lá e a gente não sabia onde ele estava. Meu irmão foi procurar, mas não sabia, não sabia, não sabia onde ele estava, quer dizer, a polícia não informava. No DOPS, eles eram bem diferentes. Não encontraram prova do meu pai, não tinha como provar o que ele era porque a lista eu comi, então não achou nada, mas era comprovado para eles que meu pai era subversivo. E meu pai sumiu. A gente não sabia onde ele estava. A gente procurou, procurou, acho que tinha um senhor que foi preso com ele, José Cláudio, um escuro, ficou até cego..., de tanto apanhar! Esse Seu Cláudio depois falou com a gente, coisas que a gente não sabia. Quando ele ficou preso com meu pai, eles vinham e batiam muito, puxavam unha, do seu Cláudio não, mas do meu pai. Eles faziam necessidade nas mãos deles, esfregavam no rosto deles. Foi um negócio de assombrar. Mas nessa coisa, meu pai quebrou a perna, porque eles batiam muito, botavam choque. As pessoas contam que uns presos eram feito de mulher lá dentro. Uns não aguentavam e acabavam dedurando os outros. Meu pai era muito..., ele tinha um negócio...! Arrancaram as unhas dele. Diziam: - *Não é possível que a gente foi lá e não achou ninguém. Onde eles estão?* Mas nem pensavam que alguém podia ficar ali no telhado... ! Era um negocinho tão assim junto do telhado ! Eles estavam tudo deitadinho lá dentro, aí não achou nada. - *Aqui é o quê? - Aqui meus filhos que dormem... - Então tá bom, não tem nada. Mas*

[10] Todos aparecem citados no IPM já referido.

tem, porque disseram que era aqui o esconderijo. Como não acharam prova lá em casa, eles disseram para a gente: - *Vão bater nele até ele dizer.* Aí tiraram as unhas, tirava com alicate, puxava e ia arrancando. Aí meu pai desmaiou, eles botaram num carro e jogaram num matagal. A gente não achava papai porque jogaram no matagal, na continuação da Alberto Torres, que era só terra e o resto assim, canavial. Eram lugares de mato. Ficavam ali as crianças brincando, soltando pipa, pessoal soltava porco para pastar... Eles jogaram meu pai ali. Uma mulher (...) foi lá em casa avisar que ele estava lá. Com as crianças brincando dentro desse matos, estavam caçando preá, acharam ele. Aí a Neia apanhou ele e escondeu em casa. Depois eles procuravam na casa da gente, não achavam, a gente também não sabia onde ele estava. Quando ele se recuperou, que ele pode falar, estava com a perna quebrada, mas o osso encaixou errado, aí ele ficou com uma deficiência na perna. Mais tarde tiveram que operar, mas não teve jeito, ele ficou puxando, andava meio de lado. Estava também com costelas quebradas. Nós pensávamos que ele tinha morrido, que ele tinha sumido. Quer dizer, ele foi ficando para lá porque tinha medo de aparecer e prenderem ele de novo. Porque eles jogaram lá pensando que tivesse morrido. Se ele morreu, então ele não esteve preso aqui. Não esteve aqui, não passou por aqui. Isso que aconteceu lá foi por ele mesmo.

Nós ficamos numa situação muito ruim, a gente sem comer, porque ele não tinha mais dinheiro, era da Ferrovia, não tinha salário. Foi a pior fase da nossa vida. A gente não comia. Comprava no armazém, mas passaram a não vender mais porque era subversivo, era comunista, não ia pagar. Lembro que eu tinha uma tia, esposa do meu tio, mamãe falou assim: - *Vão quietinho(s) lá para arranjar alguma coisa para comer.* A última coisa que a gente tinha comido nesse dia foi uma lata de marmelada. Nós repartimos a marmelada, dividimos e comemos. -*Vai lá na sua tia, não pede comida não, fica lá sentada, quando ela der o almoço, se ela oferecer, vocês comem*. Aí ficamos lá sentados na casa da minha tia, mas minha tia, também já morrendo de medo, porque já sabia que papai estava preso...! Era a única pessoa que tinha uma condição melhor. Meu tio não se metia com isso, trabalhava numa loja Neves & Irmãos, então ele tinha uma condição melhor. E aí nós ficamos lá, não sei se ela ficou com medo, que ela falou assim: - *Zizi, você quando quiser comer, você vem sozinha, não traz esse pessoal todo não*. Era muita gente lá em casa. Ela disse: - *Não traz essa gente toda para cá*. Aí ela tirou dois mamões, grandes, verdes e disse: - *Leva para casa e vê o que vocês fazem lá.* A gente só tinha sal, não tinha mais nada. Cozinhou aquele mamão para comer porque a gente já estava praticamente a uns três dias sem comer direito. Comemos aquele mamão verde, negócio horroroso, cheiro ruim, tinha sal e água, mas a gente precisava comer. Aí eu saía, tinha uma barraquinha, o dono jogava

> aquelas bananas estragadas, queimadas, que não ia mesmo vender, ele jogava no canto, eu ia lá, catava e passamos a comer aquelas bananas. Às vezes um tomate que estava estragado, passamos a viver assim, comendo o que aparecesse. Eu não sei quanto tempo...! Mas nesse período de papai preso, eu, já mocinha, falei : - Vou trabalhar. Eu tinha saído do Nilo Peçanha (escola), e pensei: - Eu vou dar um jeito de trabalhar (...).

Reproduzi esse longo trecho de entrevista por ser a única narração elaborada por maior controle de demarcações nominais e temporais; e exemplificar as condições de perseguição política aos que se afiliavam ao PCB ou estavam dotados de vínculo empregatício formal, facilitador de identificação em domínios de relações de referências mais amplas.

Da. Roseli e seu Helio encarnam duas das posturas adotadas pelos colonos. Ela pode nos trazer informações a respeito da adesão ao projeto de reafirmação da justiça social, como registra o seguinte depoimento:

> Nessa época eu estava com 11 anos, eu era muito criança ainda! O Pureza estava lá com o pessoal. Eles começaram a trabalhar, a fazer a roça outra vez. (...) Nisso que nós entramos, era tudo mata fechada. Eu já estava com uns 13 para 14 anos. Fizeram as derrubadas, mas nisso que os homens foram presos, meu padrasto foi preso também, a gente plantava pelo meio das derrubadas. Eu e minha mãe com traçador, nós traçava a madeira, fazia as toras e, com aquelas cunhas, a gente fazia as achas e vendia para poder sobreviver. Vendia as achas de lenha. Eu, minha mãe, minha irmã e minha avó. Estávamos trabalhando, quando chegou em 64, que veio a revolução, estava todo mundo lá dentro: Pureza, Itamar, Pernambuco... (...) Itamar era colega de Pureza, Pernambuco também. Tinha um baiano, tinha uma porção deles também. (...) Adão Pereira Nunes ia bastante lá também. Ele era até compadre da minha mãe. Ia bastante lá também, ajudava muito a gente lá. Aí, quando anunciou que eles tinham que sair fora, que ia ter a revolução, saíram muitos, mas também ficaram outros lá. Meu avô (Satiro Borges) ficou tomando conta daquilo tudo lá. Como sempre, era o braço forte de Pureza. Aí meu avô pegou os negócios que Pureza tinha por lá, porque tudo ele entregou para o meu avô, fez, no meio da mata, um esconderijo, escondeu tudo, guardou tudinho lá e deixou.
>
> (...) O Pureza ficou muito pouco tempo escondido por lá. Antes dos homens entrarem, Pureza saiu fora. O Pernambuco foi pego lá dentro, tem outro que foi pego lá dentro. É... Não lembro os nomes certos. Era muito difícil dar nome. Era mais companheiro, companheira. Eles pegaram e ficaram lá. E

> passaram uns oito dias, pegaram meu avô, levaram meu avô. Aí eles acharam o nome do meu avô, por causa do tiro que ele tinha dado no cara, eles prenderam meu avô, meu avô ficou preso. Ele ficou preso, mas como meu tio era sargento, ele ficou tomando conta dele. Todo fim de semana meu tio trazia ele em casa, passava o fim de semana em casa. Aí nós ficamos em casa: eu, minha mãe e minha irmã, ainda lá no Imbé, trabalhando...!
>
> - Nesse período que os homens ficaram presos, alguém ajudava?
>
> Aí ninguém ajudava mais, a gente sobrevivia mais porque vendia acha de lenha, vendia o que tinha, e sobrevivia daquilo. E os outros que não tinham, uns foram saindo, outros foram ficando, a gente plantava aipim, fazia farinha lá dentro, eu já aprendi a mexer farinha, minha mãe fazia alguma coisa e vendia lá fora. Tinha um irmãozinho pequenininho que lá dentro ele morreu também. A gente vivia de caça, de arroz, plantava arroz e socava no pilão. Fomos vivendo assim. E aí ficamos. E aí foi quando, foi indo, meu avô saiu da cadeia, mas já estava velhinho, retornou doente, arrebentado de pancada. Aí descobriram lá que meu avô tinha essas coisas de Pureza. Muita arma. Arma, (...) tem umas fotografias que ele está dentro da mata com uma porção de homem, onde eles foram buscar, (...), eu olhei as fotos e falei: - Não quero falar sobre isso não! (...) Ele ainda ficou outro tempão lá preso, aí depois tiraram ele, foi quando a usina ganhou a questão, aí a usina tirou a gente de lá. Nessa época, das 200 famílias só tinham 84 famílias. (...) Já foi para o final, 1966, por aí afora, 1966, 1968, quando nós saímos de lá, mais ou menos. Foi bem depois.

Seu Hélio, ao contrário, demonstra-nos como foi possível incorporar-se ao Núcleo, negociando perspectivas ideológicas contrapostas. Intransigente marcador da identidade social pela contraposição ao projeto qualificado comunista, beneficiou-se de um lote aceitando como dados os maltratos impetrados, porque correspondentes à incorreta posição política assumida pelas lideranças invasoras. Além desses aspectos, como tradional morador na região, imputou atributos negativos aos chamados comunistas, não somente porque associados à alegada subversão. Em entrevista, tomou a condição de migrante de estados do nordeste que alguns colonos-líderes representavam como justa razão da suspeita de que eram matadores refugiados do controle policial civil.

> - Teve um cara lá que apanhou muito e muito. Pernambuco ou Baianinho ficaram presos, sofreram muito, apanharam muito, depois eles soltaram. Mas eles eram tudo matador profissional fugido da polícia. Estavam lá acoitados.
>
> – Quem era Pernambuco?

> – O nome dele eu não sei. Ele era conhecido com esse nome. Teve o Manequinho. Depois que voltou da prisão, ficou por lá. Chorou muito porque perdeu a terra, perdeu o trabalho dele, mas ainda quis dar ordem para cima da gente...! (Helio, 85 anos, entrevistado por Marcelo Ernandez e equipe, no Vecchi, maio de 2005)

Os entrevistados que viveram direta e localmente a experiência da *ocupação do Imbé* em grande parte construíram as justificativas para os fatos da repressão a partir de rumores, antecipadas justificadas de prevenção ou colando atributos de pessoalização às lideranças. Esta perspectiva se torna evidente na referência a Zé Pureza. De fato, como veio a se tornar conhecimento público, inclusive por depoimento do próprio líder, no dia do golpe militar ele fugiu do Núcleo Colonial do Imbé, onde se encontrava, evitando a prisão imediata; e só veio a ser preso, tempos mais tarde, mas por decisão própria de se apresentar às autoridades policiais no Nordeste (Pureza, 1982).

Muitos dos entrevistados, integrando os mesmos atributos desabonadores e desqualificadores projetados para as práticas das lideranças consideradas subversivas e desrespeitosas das leis do país, salvaguardando-se de castigos pela condição de ocupante, insistiram em contar e recontar, de fato pressupostamente, que o Zé Pureza *apanhou muito*, que *só faltaram matar ele no pau*. Assim concebendo esse ambiente de conflito e repressão, também justificaram porque eles foram poupados. Nesses termos, à clivagem *eles lá e os trabalhadores,* superpõem ou associam: *povo inocente ou trabalhadores versus os que foram presos ou apanharam da polícia*. Por fim, adotando formas de julgamentos criminalizantes, diferenciaram a composição do acampamento/núcleo colonial entre *invasores, os mais brabão* e *o povo bobo* - constituído de *inocentes ou ignorantes chefes de família*, integrado pelo afã de trabalhar e se constituir autonomamente.

O sistema de crenças pautado na organização do mundo social por autoridades externas que lhes impõem a internalização das condições de subordinação, também orientava muitos deles a indefinirem ou indiferenciarem as supostas autoridades oficiais. Por esses esquemas de pensamento, o Incra, como posterior instituição coordenadora de programas de redistribuição de terra, encobre o reconhecimento de todas as outras que a antecederam, inclusive as extintas por terem sido criadas em outros contextos e/ou terem os dirigentes tentado colocar em prática algumas das medidas preconizadas no pré-64. O reconhecimento generalizante do I, entre 1964 e 1970, de fato Ibra, dificulta qualquer oportunidade de apreender diferenciadamente

outras instituições que lá também atuaram, negando mesmo a presença da Supra, até porque, apenas o funcionário local ou o que participou da transferência dos colonos são ainda identificados.

Qualificando-se como *trabalhadores*, a distinção operava na contraposição do trabalho manual e imediatamente produtivo àquele devotado à prestação de serviços de representação delegada e de ação coletiva e política. Os *colonos* geralmente eram avessos ao tempo considerado perdido com o trabalho de formação política. Seu Helio exprimiu a reação reclamando que *os mandões*, termo cujo conteúdo deslegitima formas abusivas de autoridade, *ficavam falando, falando, repetindo a mesma coisa*; *ficavam lá com eles com muita conversa.*

A *limpeza policial* que excluiu os *colonos* suspeitos de vínculo e prática de ideologia comunista (geralmente homens), também incutiu ânimos mais serenos naquele espaço social. A despeito das reclamações decorrentes das constantes inundações e dos sofrimentos derivados da falta de recursos de assistência médica, carência mais dramática diante da morte e enterro de pessoas que lá se encontravam, em todo o contexto da *ocupação do Imbé*, as condições sociais de vida foram qualificadas por instigadora abundância de caça e de pesca, de alternativas de venda de palmito e, em certas condições, da madeira obtida pela derrubada de partes da mata para consituição das roças, da fartura de frutas.

As mulheres se encontravam em situação de mais proximidade com as lideranças nos diversos momentos aqui delimitados. Elas comentaram a divisão de trabalho sexual que a elas atribuía: no *casarão*, preparar o café para visitas e pessoas em reunião; como também a subdivisão dos alimentos que lá chegavam para redistribuição.

Após o golpe militar, tudo indica ter sido instituída uma cooperativa para compra e venda de produtos. A despeito das dificuldades de adoção de periodicidade oficial, o Sr. Almerindo a ela se refere pela eficácia. E o Seu Hélio, pelo espírito crítico, narra episódio de confronto com o mesmo Seu Manequinho, ao retornar da prisão e reassumir como *mandão* a cooperativa. Nesse caso então, é de se supor que a cooperativa foi criada em momento anterior ao golpe militar.[11]

[11] Essa cooperativa e a respectiva capacidade de apoio à instalação dos colonos foram recorrentemente citadas pelos assentados do Projeto de Assentamento Novo Horizonte enquanto recurso legítimo para garantir o progresso do assentamento e dos assentados.

Enfim, manteve-se entre os entrevistados a distinção entre punidos e poupados; as lideranças administrativas e os *trabalhadores*, isto é, aqueles que lá permaneceram e deram continuidade ao processo produtivo para atender à subsistência da família.

5. E a luta continua!

Ressaltando ainda as dificuldades para alcançar um dos objetivos da pesquisa aqui textualizada, reafirmo a questão pela qual este texto se estrutura: como clamar pelo dignificado reconhecimento político e justiça social para os que, aderindo por ações práticas ao projeto político de objetivação do programa de reforma agrária, não alcançaram e ainda não podem alcançar reconhecimento público e oficial. Todavia, nesse plano de reconhecimento por agentes da repressão militar, foram vítimas de violência física e moral, tiveram vidas mutiladas, física e moralmente. Reafirmo então a impossibilidade de se dar por encerrada a luta pela dignificação de *posseiros* ou *trabalhadores,* situacionalmente reconhecidos por apelidos e cognomes específicos a essas relações pautadas em vínculos imediatamente interpessoais.

Os efeitos dessas secundarizações se exacerbam diante dos irreparáveis efeitos disciplinares de práticas de violência (dirigidas e difusas), até porque elas próprias eram recursos de repressão fundamental a reações e resistências. Pautavam assim o afastamento de qualquer outra mobilização imediata em defesa dos objetivos negados pelo golpe militar, dos vizinhos e parentes ou mesmo dos que ainda tentavam dissimular cooperações menos evidentes em atos de participação política tão condenados: *Arrebentaram eles no pau. Arrebentaram no pau! A polícia botou eles tudo pra fora*. Tais ações ao final facilitavam desautorizações de cumplicidades e de apoios aos que foram recriminados, violentados e presos.

Na expectativa da continuidade da luta social pela revelação pública e oficial da violência impetrada pelo regime militar, restam então as esperanças de digno reconhecimento social de tantos outros, alguns presos na Cadeia Municipal de Campos e, pelos que os conheceram, considerados desaparecidos, como Pernambuco, Baianinho, Fufu, Manequinho, Agostinho, Daniel, Paixão e Zezé (pai de Ivana)! E em respeito à memória pública, por tantas lutas travadas, na Fazenda do Largo, em São João da Barra, e posteriormente colaborando imediatamente com a gestão do acampamento, ao lado de José Pureza, homenageio a todos esses mártires da luta pela terra, individualizando o destaque para Satiro Borges que, após a prisão, voltou ao convívio dos familiares, todavia basicamente inválido fisicamente por efeitos de agressões físicas dos (também

anônimos) *militares,* ou seja aqueles que nessa experiência do Imbé se encarregaram de consagrar exemplar violência e desrespeito aos direitos humanos.

Referências bibliográficas

AUGÉ, Marc (2014). *Une ethnologie de soi*. Le temps sans âge. Paris: Seuil.

CAMARGO, Aspásia de Alcantara (coord) (1986). *Artes da Política, diálogo com Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro : Editora Nova Fronteira - CPDOC/FGV.

GRYNSZPAN, Mário (1987). *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ), de Rio de Janeiro.

MACEDO, Marcelo Ernandez, Corrêa, Elisa F. (2007) Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré-64. *Estudos de Sociedade e Agricultura*, Volume 15, nº 2, p. 368-392.

NEVES, Delma Pessanha (1999). Os trabalhadores tangidos pelo gado. Revista *Tempo*, PPGHistória- UFF, V. 4, p. 47 - 69.

NEVES, Delma Pessnha (1997a). *Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista*. 1. ed. Niterói: EDUFF.

NEVES, Delma Pessnha (1997b). *Assentamento Rural: reforma agrária em migalhas*. 1. ed. Niterói: EDUFF.

NEVES, Delma Pessnha (2004). *Do Imbé, novos horizontes*. 1. ed. Niterói: Intertexto.

NEVES, Delma Pessnha (2013). Getúlio Vargas e os muitos oestes brasileiros: colônias agrícolas no estado do Rio de Janeiro. IN: Marin, Joel O. B e Neves, D. P. *Campesinato e Marcha para Oeste*. Santa Maria, Universidade de Santa Maria, p. 101-143.

NUNES, Adão Pereira (1979). *Do Planalto à Cordilheira*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

PUREZA, José (1982). *Memória Camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero.

SIGAUD, Lygia, ROSA, Marcelo, Ernandez, Marcelo (2010). *Ocupações e acampamentos. Estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco) 1960–2000. Rio de Janeiro: Garamond.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos dos Goytacazes e a sua atuação entre as décadas de 1960 a 1980

Rayanne de Medeiros Gonçalves[*]

Rodrigo Pennutt da Cruz[**]

1. Introdução

Refletir sobre a ditadura civil-militar no Brasil ainda se encontra no campo de uma disputa política e simbólica constantemente reescrita, mesmo após quase 30 anos do fim do golpe militar, no que tange, principalmente, aos termos de discurso oficial do país. Neste artigo, temos como objetivo refletir sobre as formas de luta e principais reinvindicações empreendidas pelos trabalhadores rurais, em especial aqueles ligados ao corte de cana, do município de Campos dos Goytacazes/RJ, por meio da atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (STRC), durante o período que compreende de 1960 a 1988. Insere-se numa tentativa de mapear os conflitos existentes entre os trabalhadores rurais que, durante o período, estavam sindicalizados, assim como relacionar a dimensão do aparelho e práticas repressivas do Estado com as tentativas de resistência destes trabalhadores e da organização sindical rural.

A partir do golpe militar, o aparato repressivo do Estado alastrou-se em todas as camadas sociais que se opuseram aos ideais autoritários, como o caso do movimento estudantil, setores progressistas das Igrejas, organizações sindicais e imprensa. As medidas repressoras se expressaram principalmente por meio de intervenções militares, fechamento de alguns sindicatos, massiva repressão às organizações de esquerda, prisões em massa, censura, tortura, desaparecimentos e assassinatos. Constituíram-se, assim, como medidas não só voltadas a conter as atividades consideradas subversivas, mas como característica principal de política do Estado brasileiro.

No setor agrário não foi diferente, pois, à medida que a repressão do Estado (como face central de seu poder) se propagavam como política estatal, o movimento

[*] Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pesquisadora da pesquisa "Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988).

[**] Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia na Universidade Federal Fluminense. Doutorando em antropologia pelo mesmo programa. Bolsista de TCT da pesquisa "Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)

camponês não deixou de lutar pelas suas reivindicações e pela conquista de direitos trabalhistas e sociais. Para compreender mais adequadamente as formas de repressão do período, faz-se necessário, também, apontar sua outra faceta: o lado da resistência e mobilização social.

Com a instauração da ditadura, sindicatos foram alvos de intervenções; lideranças foram perseguidas, aprisionadas e executadas, seja pelo Exército ou pelas polícias estaduais ou mesmo pelo poder privado. As pautas e conquistas camponesas retrocederam como, por exemplo, o processo de devoluções de terras já desapropriadas aos supostos donos. As formas de repressão iam desde expulsão das terras, destruição das plantações e de bens, violência verbal e psicológica, ameaças, torturas, mortes, desaparecimentos, ocultações de cadáveres, agressões físicas, prisões e exílios. Os camponeses e trabalhadores rurais (porém, não só eles) tiveram, portanto, seus direitos humanos violados de maneira contínua.

A imposição do medo foi outra característica repressiva que se tornou corriqueira entre os trabalhadores rurais, dificultando sua mobilização e organização em torno das lutas e reivindicações por direitos e sua capacidade de denunciar as atrocidades ocorridas no interior das fazendas e nas áreas de posse**.**

Diante deste cenário, nossa preocupação está centrada em compreender como ilegalidades trabalhistas eram direcionadas, primeiro pelos trabalhadores rurais, que estavam submetidos pelo poderio dos patrões (usineiros e ou fazendeiros); segundo, pelo sindicato dos trabalhadores rurais que, através de seus advogados, encaminhavam as questões à justiça trabalhista. Por fim, tentamos verificar como os processos eram julgados e despachados pelo Ministério Público.

Entretanto, ao longo da pesquisa específica sobre esse tema, com cerca de nove meses de duração, nos deparamos com uma série de dificuldades para o levantamento documental necessário. Num primeiro momento, tivemos acesso aos arquivos da Fetag/RJ (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro)[1], onde estão disponíveis alguns processos trabalhistas do município de Campos da década de 1980. Este material não se encontra completo, uma vez que não era prática arquivar todo o andamento do processo. Assim, só conseguimos analisar fragmentos, como as iniciais, notificações ou decisões judiciais. Tentamos acesso aos arquivos do Ministério do

[1] Parte deste arquivo foi digitalizado, pela pesquisa "Conflitos e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988) e está disponível no acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo/CPDA/UFRRJ (http://r1.ufrrj.br/cpda/nms/).

Trabalho (MT), tanto os localizados nos municípios do Rio de Janeiro, Niterói e Campos. Porém, fomos informados que os processos mais antigos, aqueles que não foram digitalizados, foram descartados por não haver espaço físico para arquivá-los. Nos últimos meses da pesquisa, tentamos contato com o STR/Campos. Após conversas entre os pesquisadores e dirigentes sindicais, conseguimos acesso aos arquivos. Este levantamento possibilitou reunir documentos das décadas de 1960 e 1970, justamente os anos que faltavam para a realização deste trabalho. Porém, a mesma dificuldade encontrada no acervo da Fetag/RJ ocorreu no STR/Campos: os processos não estavam completos.

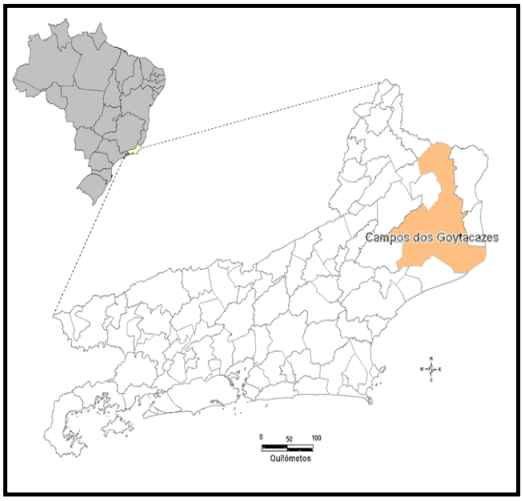
Dividimos o texto em seis tópicos: no primeiro, iremos apresentar a configuração do município de Campos, dando ênfase à importância da cana de açúcar para a economia local. Em seguida, trataremos do perfil dos trabalhadores rurais ligados a essa agricultura. No terceiro tópico, abordaremos a criação do STR/Campos, onde, em tese, os cortadores de cana estavam afiliados. Depois, abordaremos as legislações voltadas para o setor agrícola e, por fim, nos debruçaremos sobre as questões levantadas pelas leituras dos processos trabalhistas dos anos de 1960-1988.

2. Protagonismo da produção açucareira em Campos

O município de Campos está localizado no Norte Fluminense, mesorregião composta por nove municípios – Campos dos Goytacazes, São Francisco do Itabapoana, Cardoso Moreira, São João da Barra, São Fidélis, Carapebus, Quissamã, Conceição de Macabu e Macaé (ver Mapa 1, a seguir). Esta região foi apropriada ao longo dos anos pelo cultivo da cana de açúcar e beneficiamento desta matéria-prima, com importante expansão em meados do século XIX.

Ainda no início do século XVIII, período de ocupação da área hoje reconhecida como Região Açucareira de Campos[2], a atividade econômica preponderante era a pecuária. Com o passar dos anos, segundo Lamego (1974), após o desgaste do solo, tornou-se necessária à introdução de uma vegetação não nativa (capim d'angola) para manutenção da pastagem do gado. Alternativamente, o cultivo da cana de açúcar passou a ser de extrema importância para a economia local, por ser mais rentável (LAMEGO, 1974).

[2] A região Açucareira de Campos corresponde os municípios de Campos, Conceição de Macabu, Macaé, São Fidélis e São João da Barra.



Mapa 1- Localização do município Campos dos Goytacazes
Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br). Acesso em 23 de fevereiro de 2016.

A importância econômica atribuída à produção e ao beneficiamento da cana de açúcar se objetivou melhor no município de Campos dos Goytacazes. Ao longo do período que compreende os anos de 1960 até 1985, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 37.023 estabelecimentos cadastrados tinham como produção principal a cana de açúcar, o que totalizava algo em torno de 20.147.238 toneladas de cana produzida, como pode ser observado na Tabela 1:

Tabela 1.
Produção de cana de açúcar em Campos, RJ

Período	Nº de Estab.	Área (ha) Estab.	Quant. (t)
1960	4.910	72.030	2.229.985
1970	6.874	115.066	3.985.812
1975	6.558	113.586	4.756.188
1980	6.102	118.239	4.329.084
1985	7.669	105.289	4.616.184

Fonte: Censos Agropecuários (IBGE) 1960; 1970; 1975; 1980 e 1985. Dados obtidos pelo site http://biblioteca.ibge.gov.br/. Acesso em 13 de dezembro de 2015.

O fortalecimento deste empreendimento agroindustrial considerou a transferência do modelo de engenho para usina de cana de açúcar. Segundo Barbosa (2003), o que distinguia esses dois modelos é que, no primeiro, não havia predominância de terras próprias pela unidade de transformação cultivada, cabendo aos engenhos apenas o beneficiamento da produção agrícola. Já as usinas, além de

beneficiarem a matéria-prima, ainda eram detentoras de terras cultiváveis, o que garantia o fornecimento de matéria-prima própria, bem como maior agilidade na produção de açúcar. Isto fez com que na região surgisse a figura do usineiro, que passou a exercer grande controle, não só econômico, como também social, bem como destaca Neves (1997a):

> A transformação técnica dos engenhos centrais em usinas fez-se acompanhar de um controle mais amplo do usineiro sobre os agricultores que ofereciam matéria-prima. Ampliando as áreas de terra voltadas para a atividade agrícola e explorando-as através de colonos arrendatários, os usineiros podiam prescindir de boa parte da matéria-prima oferecida pelos agricultores (NEVES, 1997a, p. 66).

Este novo modelo permitiu ao usineiro controlar toda a cadeia produtiva açucareira desde o plantio (cultivo) até a comercialização. As usinas, com isso, sendo fábricas, também incorporavam grandes fazendas produtoras de cana de açúcar e, em consequência, a mão-de-obra rural.

No início do século XX, a produção de açúcar da região chegou ao auge, tendo cerca de 26 usinas em funcionamento. Destas, cinco se destacavam: Cupim, Mineiros, Santa Cruz, Tocos e Barcelos (AQUINO, 2006). Porém, após a crise econômica de 1929, o governo brasileiro, presidido por Getúlio Vargas, criou o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), cujos objetivos eram estabelecer regras para o relacionamento entre fornecedores e industriais do setor e controlar a produção açucareira e do álcool, por meio de cotas de produção[3] (NEVES, 1997).

Décadas depois, em 1960, ainda inserido na política do IAA, foi criado o Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional, voltado para o fortalecimento da mecanização de todo o processo produtivo. Já em 1971, foi instituído o Programa de Racionalização da Agricultura Canavieira, visando a redução dos custos de fabricação, bem como a modernização das usinas. Esta mecanização intensiva e a modernização do parque industrial não foram acompanhadas pela produção de matéria-prima pelas usinas e fornecedores, o que acarretou um colapso econômico na região, já a partir do final da década de 1970, como pode ser visto na Tabela 2.

[3] O mesmo ocorrido em outras regiões produtoras de cana de açúcar, como o Nordeste, por exemplo.

Tabela 2.
Índices comparativos da distribuição fundiária em Campos (1960 – 1985)
Grupo de área total

	1960		1970		1975		1980		1985	
Grupos de área (ha)	**Nº E**	**A T (ha)**	**Nº E**	**A T (ha)**	**Nº E**	**A T (ha)**	**Nº E**	**A T (ha)**	**Nº E**	**A T (ha)**
Menos de 1	45	15	1.121	576	1.025	510	1.505	541	2.697	895
1 a menos de 2	481	481	769	1.060	739	1.030	946	1.271	1.183	1.600
2 a menos de 5	1.935	7.724	2.390	8.512	1.804	6.378	1.953	6.689	2.330	7.967
5 a menos de 10	1.465	13.183	1.517	12.310	1.344	10.891	1.162	9.138	1.487	11.654
10 a menos de 20	1.288	20.686	1.454	21.977	1.394	21.174	1.087	16.404	1.252	18.747
20 a menos de 50	1.056	34.576	1.219	39.958	1.322	43.241	964	31.052	1.152	37.420
50 a menos de 100	452	32.771	551	39.458	594	42.535	474	33.811	526	38.311
100 a menos de 200	236	34.077	298	41.965	344	48.650	267	38.307	785	39.862
200 a menos de 500	162	51.578	192	60.244	240	76.110	223	71.483	199	62.759
500 a menos de 1.000	69	50.167	69	48.438	81	58.109	72	47.468	78	52.345
1.000 a menos de 2.000	26	34.631	31	42.662	41	54.798	37	51.026	41	54.098
2.000 a menos de 5.000	--	--	16	50.167	15	41.566	7	21.397	12	38.394
5.000 a menos de 10.000	2	12.842	6	40.709	3	22.550	--	--	--	--
10.000 a menos de 100.000	--	--	1	10.648	--	--	--	--	--	--
Total	**7.218**	**284.290**	**9.634**	**418.684**	**8.946**	**427.542**	**8.697**	**328.587**	**11.742**	**364.052**

Legenda: Nº E – Número de Estabelecimentos; AT – Área Total (ha); (n/i) – Não informado

Fonte: Censos Agropecuários de 1960; 1970; 1975; 1980; 1985. IBGE. Dados obtidos pelo site http://biblioteca.ibge.gov.br/. Acesso em 15 de dezembro de 2015.

Os dados apresentados na Tabela 2 indicam mudanças ocorridas no cenário da constituição de unidades agrícolas e, consequentemente, no sistema de apropriação de renda entre agentes do setor sucroalcooleiro da Região Açucareira de Campos. Acentua-se o declínio de grandes propriedades, uma vez que o número de estabelecimentos com menos de 50 ha manteve-se elevado, ou melhor, foi aumentando ao longo dos anos, de acordo com os números organizados na tabela anterior.

Segundo Neves (1997a), no período de 1960/1974, existiam em Campos 23 usinas. Já no período seguinte, 1975/1995, sete foram fechadas restando apenas 16 delas no final do período considerado, o que caracteriza a perda de expressão econômica da

produção sucroalcooleira na região e em todo norte do estado do Rio de Janeiro e, consequentemente, perda no mercado de trabalho, no número de trabalhadores envolvidos em toda cadeia de produção açucareira.

Esse processo de falência afetou diretamente o número de trabalhadores envolvidos no corte de cana de açúcar. Por este motivo, no próximo tópico iremos abordar como era a configuração do mercado de trabalho em Campos.

3. Mão de obra na lavoura canavieira e princípios de filiações

Ao longo dessa pesquisa, não conseguimos obter número exato de trabalhadores rurais vinculados ao trabalho no corte de cana de açúcar[4]. Porém, dados sistematizados pelos Censos Agrícolas, divulgados pelo IBGE ao longo dos anos, nos mostram características dessa população rural.

De acordo com esses dados, organizados na Tabela 3, o número de trabalhadores rurais empregados em atividades permanentes cresceu ao longo de 1960-1985, tendo grande aumento no ano de 1975, com 8.324 pessoas empregadas e nos anos seguintes os números voltaram ao patamar anterior, cerca de 7.000 empregados. Outra característica importante que podemos observar é o número de mulheres empregadas. Estas, sempre estiveram em menor quantidade e, por outro lado, são as que começaram mais cedo na atividade agrícola.

Já quanto ao trabalho temporário, o número cai a cada ano, com exceção de 1975, em que após se reduzir por dois períodos registrados pelo IBGE (1960/1970) tem um aumento, chegando a 6.819 trabalhadores envolvidos neste tipo de atividade. É importante frisar que é neste mesmo ano que o número de trabalhadores permanentes cresce, como destacado no parágrafo anterior. Novamente as mulheres não são o público alvo para contratações neste tipo de atividade, porém uma diferença com relação ao trabalho permanente é que a grande maioria delas tem mais de 14 anos de idade.

[4] Entretanto, como aponta Ribeiro (1987, p. 160), com base em dados obtidos junto ao CEPA-RJ , no ano de 1979, o número total da mão de obra permanente ocupada nas usinas era de 8.072 pessoas. Esta foi a única fonte que conseguimos encontrar em que mostrasse o número de trabalhadores em usinas de Campos. Para os demais anos não conseguimos, até o momento, localizar tais dados.

Tabela 3.
Pessoal ocupado, distribuído por sexo e categoria

Ano	Empregados									
	Em trabalho permanente					Em trabalho temporário				
	Homens		Mulheres		Total	Homens		Mulheres		Total
	Total	Maiores de 14 anos	Total	Maiores de 14 anos		Total	Maiores de 14 anos	Total	Maiores de 14 anos	
1960	4.598	4.544	312	193	4.910	8.262	7.872	525	412	8.787
1970	7.439	7.816	283	197	7.722	5.280	5.238	94	90	5.374
1975	8.052	7.979	299	245	8.324	6.561	6.528	258	257	6.819
1980	7.031	6.635	1.004	842	7.873	5.565	5.414	426	408	5.991
1985	7.216	7.132	324	318	7.540	3.796	3.763	160	159	3.956

Fonte: Censos Agropecuários de 1960, 1970, 1975, 1980, 1985. IBGE. Dados obtidos pelo site http://biblioteca.ibge.gov.br/. Acesso em 29 de janeiro de 2016.

Os trabalhadores rurais ligados ao corte de cana podem ser identificados por termos indicativos da diferenciação de vínculos, de uso generalizado na região sucroalcooleira de Campos. Eram reconhecidos como *trabalhadores efetivos*, aqueles contratados antes do ano de 1966[5] e com estabilidade nas usinas, e *trabalhadores contratados*, aqueles que constituíram relações empregatícias com a usina depois de 1966, ou seja, a partir da lei que instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Estes, por sua vez, se distinguiam em *trabalhadores de contrato direto* e de *contrato cortado.* A primeira categoria abarcava aqueles contratados durante o período de safra; a segunda, os temporários (NEVES, 1989). Dentre estes, há aqueles que não estão relacionados diretamente com vínculos empregatícios com os usineiros: são os contratados por empreiteiros, que organizam *turmas* de trabalhadores nos períodos de safras.

Em pesquisa realizada no início da década de 1980, Grzybowski et al. afirmam que os trabalhadores de Campos podiam ser assim caracterizados:

a) Fichados/Efetivos: trabalhadores com contrato assinado sem tempo determinado, com direito à estabilidade e garantia, do ponto de vista legal, de todos os "direitos" de trabalhador rural. Recebem o salário mínimo com base na diária de 8 horas, "chova ou faça sol";
b) Clandestinos: trabalhadores sem contrato de trabalho formalizado. Não tem trabalho garantido e não tem respaldo jurídico. A remuneração é estabelecida tendo por base a produção (a tonelagem ou a metragem no corte), de 8 horas

[5] A partir desta data tem-se a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que derruba a estabilidade do emprego, não só no meio urbano como no rural (RIBEIRO, 1987, p. 247).

> (na preparação da terra e plantio). “Ganham variado” e quando “acham serviço”;
> c) Contratados/Contratistas: trabalhadores com carteira assinada por tempo determinado (um ou mais meses, normalmente na moagem), têm garantia de trabalho e, juridicamente, tem os “direitos” durante a vigência do contrato. Para os trabalhadores conta, sobretudo, o “direito ao INPS”. Têm uma remuneração calculada à base de diária de produção ou tarefa. (GRZYBOWSKI et. all, 1981, p. 106).

Alguns destes trabalhadores, em especial aqueles mais antigos e fichados/efetivos, além de seus filhos, residiam nas propriedades das usinas.

A consolidação do vínculo empregatício era reafirmada pela moradia no interior das fazendas, posição que intensificava a subordinação aos usineiros ou fazendeiros. A subordinação passava a ser maior, afinal, os moradores eram suscetíveis às ordens imediatas dos patrões, como demonstra Neves (2008).

> Como relação baseada em regras consensuais que definiam a subordinação pessoal dos trabalhadores ao proprietário e respeito por parte deste aos direitos consensuais daqueles, a moradia mostrava-se muitas vezes vulnerável a desentendimentos não só por parte do chefe da família como também de todos os demais membros. Dessa forma, era comum a ruptura da relação por desrespeito a determinados padrões morais e excesso de autoridade do *fazendeiro*: brigar ou defender o filho do *morador*, deixar que animais violassem as lavouras sem a devida reparação; dificultar o uso do tempo para a dedicação aos cultivos de subsistência; suspender a concessão para a criação de alguns animais etc. Os desenvolvimentos frequentes acenavam para a inviabilidade da relação por estar ela pautada por relações de acordos pessoais. Só se sustentava se as partes estivessem acordadas (NEVES, 2008, p. 145-6).

Em uma dessas usinas, que esteve em atividade até meados da década de 1990, por exemplo, o usineiro permitia aos trabalhadores *fichados* sua permanência e de seus familiares nas casas construídas para tal finalidade. Estas casas eram feitas de alvenaria e possuíam em média cerca de seis cômodos. Em torno da construção havia o *terreiro*, porém não era permitida criação de animais e muito menos lavouras para subsistência, pois a plantação de cana tomava quase todo o local correspondente. Para aqueles que desejavam criar algum tipo de animal, como boi, só era permitido em número reduzido e, além disso, precisavam dividir a cocheira com o gado da fazenda (CRUZ, 2014).

A partir da consolidação de leis referentes à categoria de trabalhadores de usina (Estatuto da Lavoura Canavieira)[6], as relações trabalhistas modificaram-se. A permanência dos assalariados nas casas construídas pelo usineiro foi legalmente reconhecida, conjugada à área para plantação de lavoura destinada à subsistência. Outra modificação se deu no âmbito educacional, com a construção de uma escola (nível primário, atual ensino fundamental) para os filhos dos trabalhadores. Além disso, a ruptura dos contratos, por parte da usina, implicaria indenização, paga em dinheiro aos contratados.

Neves (1989), analisando as relações de trabalho nesse sistema, destaca as interferências dessa legislação sobre a autoridade do usineiro. Esta interferência ocorreu por ações de alguns trabalhadores quando indenizados. Muitos deles começaram a construir casas em áreas externas às das fazendas:

> A mobilidade espacial e residencial de boa parte dos trabalhadores está ligada a um processo mais amplo, decorrente inclusive das mudanças ocorridas nas relações de trabalho a partir da extensão da legislação trabalhista a essa categoria. As interrupções do contrato, a ruptura com padrões anteriores de relações, geralmente mais personalizadas, e o acesso a um fundo de reserva financeira (constituído pelo pagamento do décimo terceiro salário, pelo PIS e pelo Fundo de Garantia) permitiram ao trabalhador construir determinados espaços sociais em que sua autonomia relativa pôde ser preservada. A magnitude desse processo é expressa, por exemplo, pela formação de povoados em torno das fazendas da usina. (NEVES, 1989, p. 49).

4. Formação do STR/Campos

Em Campos, o processo de formação do sindicato de trabalhadores rurais é singular porque, anteriormente ao STR, já existia um outro sindicato destinado aos trabalhadores industriários[7] e da lavoura. Com a necessidade de criar uma organização de representação, os trabalhadores rurais do município se mobilizaram em torno de um sindicalismo rural unificado que reunisse dois tipos de mão de obra da indústria

[6] O Estatuto garantia alguns direitos, tais como: 1) fornecimento de açúcar para o trabalhador no preço de custo; 2) reajuste salarial com base no mesmo índice de aumento do açúcar concedido pelo Estado; 3) direito a férias anuais; 4) fundo de assistência para os trabalhadores; 5) direitos garantidos pelo sistema previdenciário (RIBEIRO, 1987, p. 222).

[7] Trabalhadores industriários são aqueles ligados diretamente ao processamento de derivados do açúcar. Estes não estão vinculados às lavouras de cana.

açucareira: os trabalhadores rurais[8] e os industriários. Com isso, em 1933 é fundado pelo advogado socialista Valdir Rocha e pela liderança dos trabalhadores rurais Antônio João de Faria[9] o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar e Classes Anexas em Campos que reunia os trabalhadores de usina, do setor rural ou industrial, assim como empregados de fazendas campistas sob a pauta de reivindicações de direitos trabalhistas de que gozavam outros segmentos de trabalhadores e que seriam estabelecidos na legislação trabalhista somente em 1943.[10]

Entretanto, o patronato rural de Campos passou a perseguir os que se organizassem sindicalmente, ocasionando divergências internas, como a separação de categorias (trabalhadores industriários e trabalhadores agrícolas) em 1937, que enfraqueceram o sindicato. Sendo assim, foi fundado, no mesmo ano da separação, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar do Município de Campos (STIAC) que atendia somente as reivindicações que diziam respeito aos direitos dos trabalhadores industriários (SOARES, 2015, p. 46).

Com a estratégia patronal de não reconhecer os direitos dos trabalhadores agrícolas, mas somente os dos trabalhadores na indústria, a existência de dois sindicatos que representassem os trabalhadores da agroindústria campista foi alvo de muita disputa política pela base sindical, assim como de enfraquecimento dos trabalhadores de modo geral.

Como forma de representar estes trabalhadores rurais de fazenda e garantir os direitos trabalhistas, foi fundando em 1938 o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuários de Campos. Este sindicato só foi reconhecido em 1944, com base no Decreto-Lei 7.038 de novembro de 1944[11], sob o nome de Sindicato dos Empregados Rurais de Campos (NEVES, 1988, p. 272). Em 1963, com a promulgação do Estatuto do

---

[8] Os trabalhadores rurais da lavoura canavieira formavam a maior parte de mão de obra do contingente das usinas campistas e estavam divididos em três categorias: colonos, diaristas e trabalhadores por empreitada.

[9] Além de ser um dos fundadores do Sindicato em 1933, Antônio João de Faria, lavrador campista, fundou em 1938 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos, no qual se manteve como presidente até o ano de 1968. Respondeu a um Inquérito Policial Militar (IPM) em 1963 e foi processado pelo Centro de Informações da Marinha (Cenimar) no início da década de 1970. Após afastado do Sindicato, Faria foi candidato a vereador tendo exercido o cargo por três meses na Câmara. Faleceu em 1992, aos 87 anos de idade.

[10] Ver mais em RIBEIRO (1987) e NEVES (1997).

[11] Decreto-Lei nº 7.038 de novembro de 1944. *Dispõe sobre a sindicalização rural* http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7038.htm. Acesso em: 28/11/2015

Trabalhador Rural, o sindicato passa a se chamar Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (NEVES, 1988, p. 264)

De acordo com Neves, “esta conquista [de reconhecimeto] foi obtida após intensa e sistemática luta por parte de sua diretoria, através de ofícios reivindicando apoio do governo federal, de reiteração de processos de solicitação de reconhecimento.” (NEVES, 1988, p. 272). Segundo o decreto-lei 7.038/44:

> Art. 5º Os sindicatos rurais deverão atender aos seguintes requisitos:
> a) reunião de um número de associados que assegure possibilidade de vida e organização da entidade;
> b) duração não excedente de três anos para o mandato da diretoria;
> c) exercício do cargo de presidente por brasileiro nato, e dos demais cargos de administração e representação por brasileiros.
> Art. 6º O pedido de reconhecimento será dirigido ao Ministro do Trabalho. Indústria e Comércio, instruído com exemplar ou cópia autenticada dos estatutos da entidade. (Decreto-Lei nº 7.038 de novembro de 1944. *Dispõe sobre a sindicalização rural)*

Contudo, antes de ser reconhecido pelo Ministério do Trabalho, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuários de Campos encontrou momentos de dificuldades no seu funcionamento. Entre estes empecilhos, Soares destaca que não recebia imposto sindical e, com isso, dependia de mensalidades dos trabalhadores associados, assim como muitas das suas ações na justiça eram vetadas devido à ilegalidade sindical, limitando assim a sua luta jurídica.

> Mesmo registrando as alegações do advogado do sindicato de que o processo de reconhecimento do sindicato já tramitava no Ministério do Trabalho só aguardando o aval do titular da pasta ministerial, a JCJ [Junta de Conciliação e Julgamento] de Campos dos Goytacazes decide não reconhecer a procedência do dissídio movido pelo sindicato. (SOARES, 2015, p. 50)

Em contraposição a estes empecilhos, o sindicato se respaldava na legislação de 1944 como recurso de atuação sindical. Segundo Neves, os dirigentes legitimavam o sindicato na medida em que negava as diferenças de problemas entre os trabalhadores urbanos e industriários com os trabalhadores da lavoura (NEVES, 1988).

> Ainda sem reconhecimento, os dirigentes desse sindicato se colocavam em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, negando a diferenciação entre rurais e urbanos que os marginalizava Diante dessa situação, posicionavam-se como mediadores nas contendas, tentando alcançar consensos e acordos entre trabalhadores e empregadores. (NEVES, 1988, p. 272)

Com isto, o problema de não reconhecimento do sindicato pelo Ministério não prejudicou a adesão dos trabalhadores. Durante os anos de 1940, período de criação de leis sociais, como o Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC), o sindicato ganhou força (SOARES, 2015). A partir de uma pesquisa nos arquivos do sindicato entre os anos de 1943 e 1949, Soares afirma que o acervo documental "sinalizava o número de 1030 queixas, acordos e processos jurídicos de trabalhadores rurais de fazendas de usinas que procuraram o sindicato para a resolução de suas demandas" (SOARES, 2015, p. 48).

No que tange às categorias sociais que se associavam ao sindicato, Soares (2015, p. 48) afirma que "o proletariado rural representado pela entidade sindical era formada por assalariados rurais, mas também por uma categoria de colonos que tentava resistir ao processo de extinção que vinha sendo promovido".[12]

Neves demonstra também que, com a promulgação do ELC, os dirigentes sindicais se respaldaram nesta legislação para reivindicar o acesso a uma área de terra para cultivo de lavouras de subsistência e criação de animais de pequeno porte, assim como assistência médica e social para trabalhadores contratados há mais de um ano. No entanto, a luta do sindicato pelos direitos dos colonos existia mesmo antes da promulgação do ELC:

> Os colonos encaminhavam as reclamações juridicamente, valendo-se da intermediação do Departamento Estadual de Trabalho e do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuários de Campos. As primeiras iniciativas para acionamento de um mediador para a solução das discordâncias em torno do valor das benfeitorias a serem indenizadas recaiam sobre o presidente do sindicato. Ele próprio visitava a lavoura e apresentava uma proposta ou invocava a interviência de proprietários rurais co-residentes. (NEVES, 1988, p. 222)

[12] Segundo Soares (2015, p. 54), de acordo com o jornal *Voz Operaria* (06/06/53), "O STR, em 1953, contava com 2 mil associados, e apoia-se em vários conselhos de empresas eleitos em assembleias dos sindicatos. Essa organização e unidade vem sendo obtidas através de um trabalho persistente em torno de uma serie de reinvindicações, tais como aumento de salários, férias, carteira profissional, assistência social, etc."

Diante do cenário de transformações das condições de trabalhos e acirramento de conflitos com os usineiros e fazendeiros, foram diversas as reivindicações pelos quais lutavam os trabalhadores e os dirigentes sindicais. De acordo com Neves, a luta do sindicato se dava em torno da atualização dos dispositivos legais, sendo estes:

> direitos para os trabalhadores rurais decorridos de acidentes de trabalho (Decreto nº 24.637/34); direitos referentes à Consolidação das Leis Trabalhistas, como direito ao salário mínimo (art. 76), férias remuneradas (art. 129), aviso-prévio (art. 487) e normas genéricas sobre o contrato de trabalho (arts. 42 até 467), com destaque à jornada de trabalho de 8 horas. (...) direito à indenização em caso de dispensa injusta (Constituição de 1946); direito ao repouso remunerado (Lei nº 605/49) (NEVES, 1988, p. 272).

A autora afirma ainda que:

> A legislação trabalhista vigente e os direitos correspondentes apresentavam-se como instrumento legítimo para avaliar e definir as relações de trabalho. (...) Ela operava como recurso para denunciar a ilegitimidade dos mecanismos acionados pelo patrão e para explicitar a consciência da ruptura das relações e das pautas de conduta, que justamente implicavam certa reciprocidade. (NEVES, 1988, p. 266)

Diante disto, Neves (1988, p. 273) assinala que os dirigentes do sindicato dos trabalhadores da usina (Stiac) e os dirigentes do Sindicato dos Empregados Rurais se valeram destes instrumentos legais como tentativa de igualar as condições de trabalho de todos os trabalhadores da agroindústria canavieira. Além disto, a autora demonstra uma parceria e unificação dos sindicatos contra os empregadores já que a prática sindical destes ainda se referenciava à prática política do sindicato unificado - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar e Classes Anexas. Segundo a autora:

> Desenvolviam ações paralelas e complementares e se orientavam pela reivindicação de uma legislação que equiparasse os seus representados aos industriários. Privilegiavam a atenção aos trabalhadores (rurais) de usina, que tiveram primeiramente regulamentados os direitos definidos pelo Decreto-lei 6.969, embora insistissem junto ao IAA para que adotasse idêntico procedimento em relação aos trabalhadores de fazenda. Na prática, tentavam impor e convencer os plantadores da imediata aplicação daqueles

> dispositivos, ainda que o IAA não tivesse regulamentado os contratos-tipo referentes aos trabalhadores de fazenda. (NEVES, 1988, p. 274)

Contudo, mesmo com esta parceria pelos direitos trabalhistas, havia uma disputa pela base destes trabalhadores. De acordo com Neves (1989) a separação destes sindicatos geraram conflitos visto que o parecer da Comissão de Enquadramento Sindical considerava a atividade agrícola como subsidiaria da indústria. Soares (2015, p. 62) destaca as divergências de caráter ideológico entre os dirigentes sindicais, visto que o Stiac era controlado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) e o Sindicato dos Empregados Rurais, presidido por Antônio Faria, discordava do posicionamento dos comunistas.

Soares relata que em uma greve organizada pelo STIAC em 1964, período de intervenção no sindicato, o dirigente sindical Antônio Faria se posicionou contra a greve. Em entrevista, Faria conta que apareceu na greve junto com o Inspetor de Trabalho para acabar com a mobilização.[13] Ainda sobre a atuação dos comunistas, Faria alega o caráter autoritário destes e diz adotar uma prática socialista:

> Antigamente havia um movimento comunista que queria tomar o poder a força sem Federação, porque eu pregava o socialismo e não o comunismo (...) Estudava bem o socialismo e aplicava o método socialismo e não aceitava o comunismo. (...) Porque o comunismo as células bases que impunha a liberdade do cidadão. Em face disso eu fiquei com o socialismo, que dá liberdade ampla e olha a luta do combate do homem pelo homem, e eu estudando isso eu cheguei a conclusão de que resolvido o problema pelo socialismo e não ao comunismo.[14]

Por fim, Soares afirma que o rompimento nas relações entre o STIAC e o STR de Campos se deu por desentendimentos entre a direção das entidades sindicais no início dos anos de 1960:

---

[13] Segundo consta na entrevista utilizada por Soares, Farias relata o momento em que apareceu com o inspetor do trabalho "Eu fui porque eu vi que eles estavam errado, então eu quis normatizar a situação. (...) não fiquei ao lado dos comunistas que procura fundir leis, agentes deles... que antigamente a orientação comunista não concordavam com, porque eles achavam que deviam tomar o poder no peito." (citado por Soares, 2015, p. 62)

[14] Entrevista concedida à Ana Maria Motta Ribeiro em 1982. Disponível no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP/CPDA).

> Em 1961, o presidente do STIAC justifica a ruptura com o STR de Campos acusando Antônio Joao de Faria de sabotar acordos salariais com usineiros, de prejudicar os trabalhadores do setor industrial de ingressarem no Serviço Social Rural. A tensão se intensifica com a questão do imposto sindical estimulando a disputa pelo monopólio da representatividade dos trabalhadores da agroindústria açucareira. (SOARES, 2015, p. 62-3)

Como já dito, em 1937 o Stiac, antigo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar e Classes Anexas, passou a representar somente os trabalhadores rurais da usina, que nos anos de 1940 e 1950 contava com cerca 40 mil trabalhadores[15]. A forma de atuação deste sindicato também se deu no campo dos direitos e, muitas vezes, as pautas de reivindicações eram as mesmas em relação ao sindicato dos trabalhadores da fazenda. Segundo Neves:

> Fundado em ampla mobilização política, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar de Campos atuava com base em reivindicações que criavam novos direitos e que visavam ampliar o valor de tempo de trabalho necessário. (NEVES, 1989, p. 21)

Além disto, Neves (1988, p. 269)[16] demonstra a atuação destes trabalhadores aderindo lutas de industriais de outras regiões:

> Os trabalhadores de usina (parte fabril) da Região Açucareira de Campos participaram mais diretamente de formas de luta mais amplas, associando-se aos trabalhadores das refinarias de açúcar de Niterói e do Rio de Janeiro, por vezes em movimentos de greves nacionais, em busca de melhores salários.

Nos anos de 1930, havia um grande interesse do PCB em organizar os trabalhadores da usina e criar quadros para os partidos, vale ressaltar que nesta época foi formada uma célula comunista na usina Mineiros, assim como existia a Juventude Comunista de Campos que contava com o médico Adão Pereira Nunes. O PCB foi posto na ilegalidade em 1937 retomando sua organização em 1945. De acordo com Soares (2015) já no ano de 1945, os comunistas voltaram a atuar em campos retomando seu trabalho de base nas usinas canavieiras, como a de Queimados, Mineiros, São José e Cupim. Contudo, o período de atuação do PCB durou até o ano de 1964: com a

[15] GOMES, 2000, p. 83, apud Soares (2015:54)
[16] Não tivemos acesso ao trabalho para saber o período em que a autora se refere. Para mais informações ver Neves, 1986.

instalação do regime militar, os comunistas campistas foram afastados do cenário político. Sobre o interesse do PCB em Campos, Soares (2015) aponta que:

> A ação do PCB em seus primeiros tempos em Campos dos Goytacazes esteve voltada para a consolidação de uma estrutura comunista que perpassasse o Norte e Noroeste do Rio de Janeiro, garantindo a formação doutrinária de novos quadros assim como a articulação com as representações proletárias do interior fluminense. (SOARES, 2015, p. 52).

Vale ressaltar que entre os anos de 1950 até o regime militar de 1964, foi intensa a luta dos trabalhadores rurais liderados, em grande parte, pelo PCB. Segundo Soares foram registradas 15 usinas e 4 fazendas com greves dos trabalhadores da agroindústria canavieira, no período de 1950 até 1964. A seguir exporemos a tabela de greves realizada pelo autor que contém as motivações, a duração, o ano e a categorias profissionais que atuaram nas greves. De acordo com Soares:

> A ocorrência pontual de greves e paralisações em usinas e fazendas campistas no decorrer dos anos de 1950 até 1960 está, em sua maior parte, atrelada a aplicação de direitos trabalhistas aos operários industriais e rurais o que revela que a criação de uma jurisprudência, iniciada na era Vargas, desse segmento laboral não foi suficiente para garantir a sua efetivação. (SOARES, 2015, p. 57)

O trabalho de Soares nos fornece um panorama sindical no período de 1945 até 1964. A partir de Neves (1989), podemos inferir sobre o funcionamento do STIAC, suas principais reinvindicações e problemas enfrentados pelos trabalhadores associados, entre os anos de 1960 até 1982.

De acordo com Neves, o período de 1960 até 1964 a luta do sindicato gira em torno da conquista do dissidio coletivo que asseguraria índices de aumento de salário conforme a correlação de forças entre os trabalhadores e os empresários (NEVES, 1989). Como atuação:

> A direção sindical tentava correlacionar o aumento dos salários ao índice e aos momentos em que o preço do açúcar era majorado. (...) A direção sindical valia-se assim da própria ação dos usineiros, ao tentar ampliar o valor de sua produção, e de sua posição de poder frente ao IAA ou outras instancias estatais,

> para reivindicar o aumento do preço do açúcar e, por conseguinte, a melhoria salarial. (NEVES, 1989, p. 22)

A autora apresenta as formas de atuação para pressionar os usineiros a cumprirem a legislação: "pelo encaminhamento de processos individualizados sobre irregularidades nos contratos de trabalho e pelas tentativas de obtenção de apoio do Ministério do Trabalho no sentido de cumprir sua ação fiscalizadora" (NEVES, 1989, p. 24)

Outro ponto importante foi a necessidade e pressão que o sindicato fez para que fossem avaliadas as dependências das usinas. Esta pressão gerou, através de acordos intersindicais, um aumento no número de delegados sindicais em cada usina, sendo estabelecido em cinco. Estes delegados se tornam importantes no processo de maior mobilização dos trabalhadores. Neves aponta que:

> As prerrogativas que tal função conferia em termos de estabilidade no período de gestão e as possibilidades de ação e de constituição de canais mais operativos de comunicação permitiam ao sindicato uma relação mais próxima com os trabalhadores. (NEVES, 1989, p. 24)

Para além deste aumento de delegados e de facilidade na comunicação, a autora destaca o papel dos volantes que convocavam os trabalhadores para assembleias, visto que "davam conta das ações que vinham se desenvolvendo e das oposições enfrentadas para encaminhamento das reivindicações e que esclareciam o conteúdo das novas leis que iam se incorporando à legislação trabalhista (por exemplo, o salário-família)." (NEVES, 1989, p. 25)

Outras reinvindicações por direitos trabalhistas eram elaboradas no sindicato, como a composição do fundo de assistência social para os trabalhadores a partir da contribuição fixa por preço de açúcar fabricado[17]. Além disso, havia a luta por "critérios de distribuição desses recursos pela usina, já que a ela cabe aplicá-lo em assistência médica, educação e saneamento" (NEVES, 1989, p. 23). De acordo com Neves (1989) existia uma proposta do sindicato para sanar estes problemas que era criar uma comissão paritária para estudar a destinação das verbas do IAA. Contudo, o golpe militar de 1964 impediu que esta proposta fosse adiante.

[17] Segundo Neves, "a reclamação do sindicato se dava no fato de que a contribuição fixa levava a uma continua defasagem entre o preço do saco de açúcar e o valor arrecado para a composição dos recursos a serem redistribuídos" (NEVES,1989, p. 23)

Em 1964 o STIAC sofreu intervenção governamental e todos os comunistas foram afastados. Isto prejudicou seu caráter de enfrentamento direito contra os usineiros[18] visto que sua atuação passa a privilegiar os programas assistencialistas, como bem demonstra Neves:

> Após um período de intervenção governamental, logo depois do golpe de 1964, o STIAC entrou em expansão enquanto instituição pelo crescimento dos serviços assistenciais. Manteve certa continuidade a nível de sua direção, controlada por uma facção hegemônica, que não enfrentava rivalidades mais acentuadas. (NEVES, 1989, p. 51)

De acordo com Neves, os dirigentes que assumiram no período de intervenção, com uma postura mais conciliadora e assistencialista, passaram a obter apoio mais expressivo de órgãos do governo federal. Com isto, com recursos do IAA, foram criadas duas escolas de 1º e 2º graus para os filhos dos associados. A intervenção do governo durou por 16 anos, até as eleições em 1980.

Não é proposta deste trabalho realizar uma análise do período de abertura democrática, mas é importante destacar que no ano de 1980, a direção do Stiac teve uma eleição com três chapas, sendo duas chapas[19] formadas pela divisão da diretoria interventora e uma terceira chapa "identificada como herdeira das propostas e atuações dos dirigentes sindicais afastados pelo golpe político de 1964" (NEVES, 1989, p. 53)

A presença do medo e da repressão durante o período do golpe ainda estava forte no ano de eleição. De acordo com Neves, a chapa três era a que contava com o menor apoio dos trabalhadores porque, além do fato de que os atores que viveram o período do sindicato no pré-golpe estavam relativamente ausentes em virtude de terem se afastado por repressão ou aposentadoria. Muitos dos trabalhadores sindicalizados naquele momento de eleição eram jovens já que a usina se valia de "mecanismos que propiciaram alta rotatividade da força de trabalho." (NEVES, 1989, p. 54). A autora complementa que:

---

[18] A autora ainda afirma que: passa a adotar um modelo de atuação relativamente comum à maior parte dos sindicatos no Brasil, com expansão dos programas de assistência social e encaminhamento basicamente individual dos processos à justiça do trabalho, assim como reivindicando a aplicação da legislação trabalhista vigente". (NEVES, 1989, p. 51).

[19] A chapa 2, como era conhecida, foi ganhadora das eleições. Segundo Neves (1989:55) "obteve inexpressiva maioria de votos, considerada ilegal e ilegítima segundo as demais chapas concorrentes." A direção do STIAC sofreu outra intervenção federal "em virtude do afastamento definitivo da direção ou pelo reconhecimento das irregularidades." (NEVES, 1989, p. 61)

> A maior parte dos trabalhadores jovens desconhece ou tem referencias negativas àquele período, por associá-lo aos riscos de repressão. A internalização do medo pela direção sindical anterior como forma de legitimar suas ações, levava a que os trabalhadores se retraíssem frente não propriamente às propostas da Chapa 3, mas às imagens que sobre seus líderes eram construídas. (NEVES, 1989, p. 61)

Apesar do trabalho de Neves não buscar tratar dos aspectos de repressão, elas nos fornece pistas para entender o processo de atuação sindical no período da ditadura militar. Cabe aqui indagarmos sobre o que foi e como se deu de fato a intervenção no Stiac. De acordo com autora, os problemas do sindicato antes e após o golpe foram relativamente os mesmos. Entretanto: "muitas das conquistas obtidas no período 60-março de 1964 se esvaziaram porque não foram postas em prática a partir de então." (NEVES, 1989, p. 61).

Por fim, vale ressaltar também que houve benefícios para os trabalhadores da usina durante a ditadura militar, período em que "não só foi promulgada a maior parte das leis que visam reconhecer o trabalhador rural e definir suas formas de participação nos benefícios sociais, como também se atualizou o enquadramento dos trabalhadores rurais enquanto industriários" (NEVES, 1989, p. 63).[20]

Já no campo da legislação, em 1963 foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) passando a estender os direitos trabalhistas ao campo e acarretando um aumento de sindicatos de trabalhadores rurais por todo o território brasileiro, além de possibilitar o reconhecimento de diversas federações de trabalhadores rurais.

Entre tais federações, no ano de 1963, a antiga Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj) se transformou em Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura do Rio de Janeiro (Fetag/RJ), que teve um papel protagonista no processo de luta dos direitos dos camponeses. Em um contexto mais geral, Barcellos (2008) aborda a ação da Federação nos conflitos por terra durante o período de sua instauração até a consolidação do golpe a fim de se entender as dificuldades de uma sindicalização rural na época. Segundo o pesquisador:

> Os anos que se seguiram ao golpe militar e nos quais se deu a estruturação da CONTAG e da ampla rede de sindicatos que a compõem foram amplamente desfavoráveis a uma ação sindical de contestação e crítica. O projeto político-sindical que então se

[20] Entre estas leis destacam-se o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 e o Estatuto da Terra de 1964.

> forjava já trazia algumas heranças do período anterior. A mais importante foi a defesa da Reforma Agrária como bandeira de luta unificadora das reivindicações do conjunto de segmentos subordinados do meio rural. (BARCELLOS, 2008, p. 9)

O cenário de fortalecimento da luta camponesa pelo direito à terra e pelos direitos trabalhistas se deu por meio de muita luta e disputa dos trabalhadores rurais (meeiros, colonos, assalariados). Estes trabalhadores e seus representantes pressionavam o processo de sindicalização para que se tornasse um espaço de inserção dos trabalhadores no contexto político nacional de forma imediata a fim de garantir os direitos trabalhistas. Vê-se que, neste caso, à medida em que foi se construindo uma identidade coletiva entre os trabalhadores, intensificou-se a luta por direitos dos trabalhadores e aumentou o diálogo sobre reivindicações em comum, auxiliando o rompimento do isolamento político destes trabalhadores e sua construção de um espaço de representação.

Entretanto, neste período de intervenção militar houve também uma intensificação da repressão estatal. Sindicatos sofreram intervenções; lideranças foram perseguidas, aprisionadas e executadas, seja pelo Exército, pelas policias do Estado ou mesmo por fazendeiros e usineiros. As pautas e conquistas camponesas retrocederam, como, por exemplo, o processo de devoluções de terras já desapropriadas que foram devolvidas para seus supostos donos e uma maior dificuldade dos trabalhadores em obter os direitos trabalhistas, seja pelo medo ou pelo fechamento de sindicatos. Tais medidas também representam formas de repressão.

Contudo, inferimos que o aparelho repressivo do Estado ditatorial respaldado pelas leis e decretos institucionais contou com o apoio e a ajuda de uma prática repressiva particular (expressa pelas milícias e jagunços contratados pelos fazendeiros) e perversa contra os camponeses que moravam nas fazendas e com os trabalhadores rurais das usinas, a fim de não só reprimirem suas ações e reivindicações, mas, também, estabelecer o medo e o silêncio.

5. A luta dos trabalhadores através da legislação

No que diz respeito à tentativa de regularizar a situação dos trabalhadores da cana, houve a criação do Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC), elaborada em 1941. Tal Estatuto tinha como benefícios para os lavradores de cana[21]:

> a) concessão ao trabalhador, a título gratuito, de área de terra suficiente para plantação e criação necessárias à subsistência do lavrador e de sua família;
> b) proibição de reduzir a remuneração devida ao trabalhador, com fundamento na má colheita, resultante de motivo de força maior;
> c) direito à moradia sã e suficiente, tendo em vista a família do trabalhador;
> d) assistência médica e hospitalar;
> e) ensino primário gratuito às crianças em idade escolar;
> f) garantia de indenização no caso de despedida injusta do trabalhador.
> Para as Usinas o Estatuto determina que:
> A usina deverá entregar ao trabalhador um exemplar, devidamente autenticado, do contrato tipo.
> Art. 8° Os litígios entre os trabalhadores referidos neste capítulo e os usineiros serão dirimidos pela Justiça do Trabalho, tendo em vista as cláusulas dos contratos tipos[22] e ouvido, antes da audiência, o I.A.A.
> Art. 9° O Instituto fiscalizará a perfeita execução dos contratos tipos, na parte relativa aos devedores de assistência social das usinas (letras a, c, d, e, e do art. 7°). Parágrafo único. No caso de inobservância dos deveres a que alude este artigo, o Instituto aplicará ao responsável multa de 1:000$0 a 10:000$0 que será elevada ao dobro, em caso de reincidência. (Estatuto da Lavoura Canavieira. Decreto- Lei Nº 3855, de 21 de Novembro de 1941. *Capítulo II – Dos Lavradores de Cana).*

Essa legislação permitiu aos trabalhadores canavieiros uma maior mobilização coletiva pela conquista de melhores relações de trabalho nas lavouras. Foi criado em 1963 o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) que atribuía aos trabalhadores rurais os mesmos direitos trabalhistas do trabalhador urbano. Conduto vale ressaltar que esta legislação não tem o menor significado se os trabalhadores não a colocarem para funcionar, não se apoiarem nela. Segundo Neves (1997a):

---

[21] Estatuto da Lavoura Canavieira. Decreto- Lei Nº 3855, de 21 de Novembro de 1941. *Capítulo II – Dos Lavradores de Cana.* Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3855.htm. Acesso em: 28/11/15.

[22] Os contratos-tipo são contratos paritários e que as partes em regra estão em igualdades de condições. É muito comum em relações entre empresas que em tese tem igualdades.

> A legislação trabalhista vigente e os direitos correspondentes apresentavam-se como instrumento legítimo para avaliar e definir as relações de trabalho. Permitiam controlar as proposições dos patrões de imporem aos trabalhadores um novo padrão de relações. Operavam como recurso para denunciar a ilegitimidade dos mecanismos acionados pelo patrão e para explicitar a consciência da ruptura das relações e das pautas de conduta. (NEVES, 1997, p. 163)

Com isto, o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 se tornou outro respaldo legal que os trabalhadores possuíam para reivindicar seus direitos, como aviso prévio, descanso semanal, férias remuneradas, carteira profissional, jornada de trabalho limitado em 8 horas, autorização para sindicalização rural, entre outros.[23] Entretanto, mesmo com os direitos garantidos por lei, vemos que ainda havia falta de respeito pelos patrões, assim como uma falta de estabilidade de direitos no período militar.

Em âmbito nacional, vale destacar que a dificuldade de criação de um espaço organizativo dos trabalhadores rurais ainda assolava o campo brasileiro durante os anos de 1940 e 1950 visto que poucos foram os sindicatos reconhecidos legalmente. A existência de associações que unificassem os trabalhadores rurais e os patrões era corriqueira neste momento sob o argumento de que produziam uma maior harmonia entre estas duas classes antagônicas. Em Campos, a expressão desta mediação ocorreu através da formação da União dos Lavradores em 1920, e que passou a se chamar União Agrícola de Campos em 1923. Neste período, e com maior destaque de atuação, foi fundado, em 1922, pela iniciativa dos agricultores o Sindicato Agrícola de Campos. Sobre o propósito de criação destas instituições, Neves (1997) infere que:

> Seus fundadores legitimavam tais posturas em idéia então valorizadas pelas associações profissionais a respeito do associativismo e corporativismo, das tentativas de "harmonizar interesses de classes" e de integração da atividade agrícola aos conhecimentos técnicos fundados em "princípios científicos" (NEVES, 1997, p. 77)

Segundo Neves (1997, p. 77) "o sindicato se filiava e se subordinava às orientações ideológicas da Confederação Rural Brasileira, criada pela Sociedade Nacional de Agricultura (1987), e de funcionários do Ministério da Agricultura." O

[23] Exporemos algumas destas reivindicações mais abaixo.

sindicato contava com uma assessoria técnica que visava controlar as condições de produção dos usineiros que competiam com outros países produtores, como bem demonstra a autora:

> Através da orientação da Estação Experimental de Campos, os dirigentes do Sindicato difundiam entre seus sócios o uso de melhores variedades de cana e da fertilização da terra através da estrumação ou repouso em pastos. Valendo-se da assessoria técnica, a direção do Sindicato elaborou memoriais fundamentados em análises estatísticas sobre produção, produtividade, custos de produção, que embasavam as reivindicações por crédito, estímulos à melhoria das condições tecnológicas etc. (NEVES, 1997, p. 78)

Ribeiro (1987) apresenta a importância dos sindicatos de trabalhadores rurais, assim como de uma legislação trabalhista durante os anos de 1950:

> Ao pedir a aplicação da lei não significa que se desconsidere as contradições e ambiguidades de uma norma eivada pelos interesses burgueses, mas sugere várias coisas. Entre elas, o fato de que o sindicalismo rural ao reivindicar o cumprimento da lei, que sabidamente é descumprida no âmbito das relações de trabalho no campo, ele constrói igualmente novas leis que também passa a reivindicar, assim corno "reinterpreta" outras existentes, a seu favor. A luta legal é altamente pedagógica até mesmo no sentido de uma conscientização maior sobre o conteúdo ideológico-marginalizador do trabalhador, contido dentro das próprias leis. E é pedagógico ainda simplesmente ao informar o conteúdo das leis que por desconhecimento não são utilizadas como arma de defesa contra o patrão que sabe manipular seu código de autoridade particular encobrindo-o de uma suposta universalidade. (RIBEIRO, 1987, p. 31)

Vemos com isso a importância de um espaço organizativo para os trabalhadores rurais reivindicarem os seus direitos ao mesmo tempo em que se reconhecem enquanto iguais e tomam consciência de seus direitos trabalhistas. O tópico a seguir ilustrará melhor alguns casos que encontramos ao longo da pesquisa em relação à luta pelos direitos.

6. Questões encaminhadas ao Ministério Público do Trabalho

Neste tópico, iremos apresentar as principais questões trabalhistas, com base na documentação levantada ao longo da pesquisa, vivenciadas pelos trabalhadores rurais na lavoura canavieira de Campos.

Estes conflitos sociais serão apresentados em dois tópicos distintos: no primeiro, iremos apresentar como eles, trabalhadores rurais e advogados do STR/Campos, na época do período em análise, vivenciavam as ilegalidades cometidas pelos usineiros ou fazendeiros, como eles "tocavam questão" e como interpretavam seus direitos. Num segundo momento, com base nos processos trabalhistas, abordaremos as principais queixas encaminhadas pelos advogados do sindicato de trabalhadores rurais à justiça trabalhista. Entretanto, como já dito anteriormente, não é possível saber quais decisões judiciais foram tomadas, uma vez que não conseguimos recuperar os andamentos destes processos consultados. Esta é, sem dúvida, a principal limitação deste trabalho, pois só obtivemos uma parte da história. Limitamo-nos a trabalhar com a documentação disponível pelo STR/Campos e Fetag/RJ, uma vez que estas foram nossas únicas possibilidades de pesquisa, pois, de acordo com informações que obtivemos, os arquivos do Stiac não foram conservados e se perderam ao longo dos anos, ou por sucessivas mudanças na diretoria do sindicato ou pela intervenção militar sofrida.

Além disso, é preciso ressaltar que, como já mencionamos, havia uma disputa por representatividade entre os dois sindicatos: por duas vezes, o STIAC questionou legalmente seus direitos referentes a contribuição sindical. Uma em 1965, quando houve perda de causa e, dez anos depois (1975), quando houve ganho parcial, em uma decisão que determinava a divisão do valor arrecadado entre os dois sindicatos. Nesses dois momentos, os dirigentes do Stiac recorreram à Súmula 196: "Ainda que exerça atividade rural, o empregado da empresa industrial ou comercial é classificado de acordo com a categoria do empregador" (RIBEIRO, 1987 pps. 103 e 108-09). Este mesmo argumento também fora utilizado nos processos trabalhistas, em que os advogados, representantes legais dos fazendeiros/usineiros, utilizavam a Súmula 196 como forma de deslegitimar a representatividade do STR/Campos junto aos trabalhadores rurais.

6. 1. "Botar peito": entendimento dos trabalhadores rurais frente a seus direitos

Neste subtópico, iremos abordar os discursos utilizados pelos trabalhadores rurais com relação aos seus próprios direitos, enquanto categoria. Para tanto, tomamos como base entrevistas realizadas durante a pesquisa intitulada "Trabalho rural e profissionalização: análise das práticas e representações dos trabalhadores da produção

canavieira de Campos, RJ", feitas no final da década de 1970 e início dos anos 1980. [24] É importante frisar que o objetivo central dos pesquisadores, na ocasião da coleta de dados, não era compreender o mundo trabalhista pela ótica da legalidade, mas sim alternativas educacionais voltadas para trabalhadores rurais. Por este motivo, as referências são limitadas, uma vez que não são todas as falas de trabalhadores que tocam na questão que elegemos para este trabalho. Além dessas limitações, também foi motivo de preocupação entender que as falas dos trabalhadores estavam datadas e, principalmente, em outro contexto social, diferente do atual. Por este motivo, muito não foi dito, ou eram não dizíveis, como aponta Pollack (1989):

> A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (POLLACK, 1989, p. 6).

Estas são limitações cruciais que encontramos no decorrer da etapa de análise dos depoimentos, porque não só estava em jogo um resgate da memória presente/atual dos trabalhadores (memória esta no momento em que a pesquisa mencionada fora realizada), como também a própria seleção feita pelos entrevistados do resgate temporal e o do que, na ocasião, poderia tornar público ou não (Halbawchs, 1990).

Os diversos tipos de apropriações feitas, por parte dos trabalhadores rurais entrevistados, sobre o que seriam direitos, não estão, de certa forma, relacionadas diretamente com o significado próprio da atuação do Poder Judiciário e aplicação da legislação. Muito do que era dito por eles ultrapassavam questões legais, como a fala de um trabalhador ao ser indagado, pelo entrevistador, sobre qual era o seu entendimento sobre a figura do patrão. Segundo ele: *"*Patrão é aquele que dá os direitos*"* (Ademir Mendes Correa, trabalhador agrícola). Esta fala vem de encontro a outras que enfatizam a figura do patrão e ou usineiro, como a detentora de seus direitos, uma vez que para se obter esses direitos a que os trabalhadores almejam, apenas passando pelo crivo dos

[24] As entrevistas estão disponíveis no acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ (http://r1.ufrrj.br/cpda/nms/). Durante levantamento, encontramos 23 entrevistas com trabalhadores rurais; uma com assessor jurídico; uma com assessor de formação e educação; cinco com lideranças e dirigentes sindicais. Já no âmbito da pesquisa "Conflitos e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)", utilizamos diferentes entrevistas, com antigos advogados da Fetag/RJ e que também atuavam no STR/Campos, feitas por Ana Maria de Almeida Costa, Leonilde Servolo de Medeiros e Mariana Trotta Delalanna Quintans.

detentores do poder, no caso, os patrões/usineiros. Essa visão pode estar centrada, também, não só nesta figura de dominação centrada no poderio local, mas também na própria atuação do STR/Campos, como enfatiza uma advogada que atuou no local. Segundo seu relato[25], o STR/ Campos, com relação às questões trabalhistas, sempre foi muito fraco, por justamente não ter havido, no estado Rio de Janeiro, lutas emblemáticas como em Pernambuco.

Por outro lado, os direitos legais também eram de conhecimento desses trabalhadores, principalmente aqueles que eram associados ao STR/Campos ou que, mesmo os não associados, tinham convívio com trabalhadores que, de certa forma, participavam do dia a dia do sindicato ou que já haviam colocado algum tipo de *questão* na justiça. Em outra fala, de um trabalhador rural, este exemplifica o que é, para ele, ter direito. Nesta fala, ele evidencia que o direito está fundamentalmente centrado em ter a carteira profissional assinada, pois, pela concepção deste, é a forma de reivindicar seus direitos.

> Direito é, por exemplo: a gente trabalhar como clandestino com a empreiteira, se a gente se machucar não ganha o acidente [não recebe nenhum tipo de indenização]. Agora, a gente trabalhando com direito, a gente tem direito médico se adoecer e as crianças também. No fim do ano tem também direito ao 13º [salário], férias e o fundo de garantia [FGTS] se a gente sair [ser demitido]. O clandestino não tem direito a nada disso. (Alair Rangel de Castro, trabalhador agrícola.)

Outros tipos de violações também estavam presentes na relação usineiro-patrão/trabalhador rural. Pelo levantamento que realizamos no acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo – CPDA/UFRRJ, conseguimos evidenciar as seguintes reclamações: a) atraso salarial; b) atividade profissional não registrada em carteira de trabalho; c) rescisão de contrato; d) hora extra; condições de locomoção para as fazendas das usinas.

Em outra entrevista, uma trabalhadora rural explica dois pontos importantes: o primeiro, o porque nunca entrou na justiça para reclamar seus direitos e, em outro momento, comenta duas violações recorrentes sofridas pelos cortadores de cana. De acordo com o relato:

[25] Entrevista realizada no Rio de Janeiro por Ana Maria de Almeida Costa, Leonilde Servolo de Medeiros e Mariana Trotta Delalanna Quintans.

> Eu nunca joguei na justiça. Mas eu digo que não tenho medo de botar o meu direito na justiça e eles não me darem serviço. Não tenho medo porque não é só aqui que tem serviço. Eu morando aqui com todos os direitos de contratada, esse ano não trabalhei um mês dentro da usina, trabalhei em cana de fornecedor por fora, em lugar que nunca fomos. Tem dias que nós chegamos aqui 9 horas da noite porque o caminhão sabe a hora de apanhar na porta mas na hora de apanhar na roça eles não sabem, temos que esperar a boa vontade. Trabalhamos cortando a cana a metro um mês, na hora que eles viram vantagem que estava para o nosso lado eles cortaram e botaram a peso. Isso ocorreu em 1979. (Tereza, trabalhadora agrícola).

Uma das advogadas que atuou diretamente no STR/Campos, relatou também essas mesmas questões trabalhistas como as principais reivindicações feitas pelos trabalhadores rurais no período em que trabalhou no local. Em seu comentário, a advogada afirma que havia, entre os demais profissionais e dirigentes envolvidos com os processos, um sentimento de "se fazer justiça" com as causas ganhas dos trabalhadores rurais. Segundo ela, era comum entre eles afirmarem que estavam fazendo "uma reforma agrária assalariada", uma vez que, quando havia ganho de causa, o reclamante tinha condições até mesmo de "mudar de vida", uma vez que com o dinheiro recebido da indenização era utilizado para compra de terreno e construção de casa, o que acarretava um ganho na autonomia familiar, uma vez que passavam a não mais estarem totalmente dependentes dos usineiros, ao menos com relação a moradia.

6.2. Principais reivindicações encaminhadas à Justiça

Ir à Justiça ou "botar peito" de questões trabalhistas estava fortemente centrado na atuação do STR/Campos, no próprio trabalho de base feito pelos dirigentes sindicais e advogados que lá trabalhavam. Porém, esta atuação estava intimamente relacionada com o poder local existente até então, que dominava parte dos trabalhadores rurais empregados no corte da cana. Além disso, os fazendeiros e, principalmente, os usineiros, tinham uma entrada privilegiada no cenário político, uma vez que participavam de organizações em campanhas eleitorais e organizavam, em certa medida, currais eleitorais para seus aliados. Este era um dos principais problemas enfrentados pelo STR/Campos, como relata uma advogada que atuou na Fetag/RJ em entrevista a Mariana Trotta Delalanna Quintans e Ana Maria de Almeida Costa.

Outra grande questão enfrentada estava centrada na legitimidade de atuação do sindicato de trabalhadores rurais, uma vez que os trabalhadores do corte da cana, como

já apresentado anteriormente, poderiam estar ligados não ao STR/Campos, mas sim ao Stiac. Este conflito não estava apenas centrado em questões internas, mas também chegavam até às decisões judiciais. A advogada Maria Angélica Gentile, que atuou junto a FETAG/Rio durante as décadas de 1970-1980, relata um pouco esta situação.

> Então, o que é que acontecia? O pessoal da área da cana, a usina de açúcar, ela era, basicamente, controlada pelo sindicato dos trabalhadores na indústria. Porque ela era classificada como indústria. O sindicato da indústria era na área urbana. Então, o que é que acontece? Imagina se um sindicato da área urbana, que cuida de industriário, ia se preocupar com a situação do trabalhador rural, trabalhando lá dentro da roça de cana? Eles não sabiam nem que era aquela pessoa. Não saiba nem como era o dia a dia de vida dele. Só que, pelo enquadramento sindical, dado pela CLT, você definia o enquadramento sindical de um trabalhador, não pela natureza do trabalho que ele executava; mas sim pela classificação que era dada a empresa para a qual ele prestava o serviço dele. Então, se a atividade finalística da empresa fosse uma atividade industriária, não importava o que ele fizesse. Ele poderia fazer costura; ele poderia fazer alimento; ele poderia ser um locutor; ele poderia ser um motorista. A classificação dele ia ser de industriário, porque ele prestava o serviço dele para uma empresa que era uma indústria. Então, os trabalhadores da área da cana – os assalariados – eles não tinham defesa; representação no sindicato, nenhuma. E por outro lado, o sindicato dos trabalhadores rurais, destas áreas, em que não havia área de conflito pela terra – que eram os verdadeiros representantes deles – não podiam atuar, porque chegava na hora em que eles iam fazer alguma coisa, a primeira coisa que os advogados das usinas faziam é – "Ele não tem legitimidade para falar em nome desses trabalhadores, porque eles são industriários." – e aí morria na praia. Então, aí nós tivemos que quebrar esse paradigma – o que não foi fácil – da gente dizer que – "Não. Que esse enquadramento não podia prevalecer. Que eles tinham que ser enquadrados como trabalhadores rurais." – em que pese, prestarem serviços a uma empresa cuja atividade finalística era... essa área, era uma área também que era bandidagem danada. (Maria Angélica Gentile, assessora jurídica da Fetag/RJ nos 1970-1980. Entrevista realizada em 11/07/2014 por Ana Costa e Mariana Trotta, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Esta atuação e quebra de paradigmas dentro dessa lógica de legitimidade enfrentada pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais é que pôde evidenciar e, consequentemente, trazer à tona os reais problemas e questões vividos pelos

trabalhadores rurais do corte da cana dentro do sistema usina em Campos, uma vez que o olhar dos dirigentes e dos advogados estavam voltados apenas para o rural e não para questões ligadas aos trabalhadores industriários, aqueles que trabalhavam dentro da indústria açucareira, que, em certa medida, não eram as mesmas daqueles que trabalhavam na lavoura canavieira. Assim, as reivindicações apresentadas pelos trabalhadores, em conjunto com o STR/Campos, estavam centradas em disputas trabalhistas muito significativas para o mundo rural.

Para melhor compreensão destas reivindicações, elaboramos o Quadro 1, onde apresentamos as principais queixas trabalhistas feitas ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980, com base nos arquivos do STR/Campos e FETAG/Rio

Quadro 1

Principais reivindicações trabalhistas tratadas pelo STR/Campos (1960-1980)

DÉCADA	PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES
1960	Garantia de aluguel; férias e repouso semanal remunerados e feriados; licença médica; não dispensa de mulheres grávidas; moradia em péssimas condições mesmo pagando aluguel; gratificação natalina decorrente da lei 4.090[26]; horas extras; diferença salarial; demissão de menores sem aviso prévio; indenização de benfeitoria aos colonos; descanso em dias santos; juros de mora em relação ao tempo de trabalho; anotações na carteira de trabalho; salário retido em dobro; salário mínimo.
1970	Indenização; quitação de diferença salarial; férias; anotações na carteira de trabalho; 13º salário; licença médica; pagamento em dinheiro; salário mínimo; alteração das condições contratuais (quebra de contrato).
1980	Acordo coletivo com o STR; atraso de salário; férias remuneradas, 13º salário; prescrição de salário na aposentadoria; diferenças salariais; anotações na carteira de trabalho; indenização por tempo de serviço; decretação da rescisão indireta do contrato de trabalho, pagamento do aviso prévio; horas extras; indenização por quebra de contrato no período de entre-safra sendo o trabalhador considerado clandestino neste período; pagamento dos serviços e retificação do tempo de serviço em Carteira Profissional de Trabalho; comprovantes diários das tarefas; jornada de trabalho de no máximo 8 horas diárias.

Estas reivindicações estão fortemente centradas em períodos temporais, marcadas muito pelo contexto da legislação trabalhista. Entretanto, o que fica evidente

[26] Lei aprovada em 13 de julho de 1962, em que instituía a gratificação de Natal (13º salário).

ao analisá-las é que algumas das reclamações feitas pelos trabalhadores perpassam os anos e são recorrentes, tais como: a) acesso a férias; b) pagamento de hora extra de trabalho; c) diferença salarial referente à categoria laboral; d) quebra de contrato; e) demissão sem aviso prévio; f) não registro na carteira profissional.

Esta última reivindicação é a mais recorrente dentre os processos que tivemos acesso para elaboração deste artigo. Praticamente todos tinham isto como uma queixa[27]. As outras apareciam de forma corriqueira, não sistemática.

Por outro lado, fica evidente, ao analisar os processos trabalhistas, que algumas reivindicações não se repetiam ao longo dos anos. Durante a década de 1960, a grande questão presente nos processos estava em torno da moradia dos trabalhadores rurais. Está marcado, este fato, pelo momento em que os usineiros não mais estavam dispostos em manter os trabalhadores fixados em residências localizadas dentro das fazendas e ocorreu uma expulsão destes.

Outra questão recorrente, muito presente neste período, é a presença, nos processos trabalhistas, de menores de idade reivindicando seus direitos. Quando um dos reclamantes é um menor, em todos os casos que conseguimos coletar, o pai (seu representante legal) também está entrando com algum tipo de ação contra uma usina ou um fazendeiro. Também era recorrente, neste período, o não cumprimento de licença médica e maternidade. Estes descumprimentos sempre tinham como consequências, em alguns casos, demissões dos trabalhadores sem justa causa e sem aviso prévio. Assim, o reclamante entra com o processo para pedir as indenizações devidas pelo empregador.

Na década de 1970 o que chama atenção é o não pagamento de salário em dinheiro (espécie) e sim em "vale" em que o trabalhador só pode utilizar para compras em "barracões" instalados nas fazendas. Nesses "barracões" eram vendidos mantimentos, porém com preços abusivos. Assim, nesse sistema, havia dependência e subordinação do trabalhador junto ao usineiro ou fazendeiro, pois não era possível realizar compras em estabelecimentos localizados em outros locais, como na sede do município, onde, em geral, os preços dos produtos eram menores[28].

A respeito deste fato, em entrevista realizada por Ana Maria Motta Ribeiro (1987), Antônio Faria, um dos fundadores do STR/Campos, aponta, como uma das

[27] Isto pode estar relacionado pelos sucessivos desrespeitos trabalhistas praticados pelos usineiros e fazendeiros da região, em que, o não registro dos trabalhadores acarretaria no não cumprimento de nenhum direito, tais como: 13º salário, pagamento de horas extras, licença maternidade, entre outros.
[28] Entretanto, esta era uma prática não permitida pela Legislação Trabalhista.

reivindicações para a primeira mobilização de trabalhadores rurais de que ele participou, o fato de não terem liberdade para comprar em outros locais, a não ser no próprio barracão da usina:

> Vai lá e manda organizar uma comissão para ter um entendimento comigo. Quando chegamos no escritório encontramos ele [usineiro] de cabeça baixa e disse-nos estou envergonhado, não esperava que vocês fizessem isto e perguntou o que desejávamos. Nós queremos o pagamento de quinzena e mês e a liberdade de comprarmos onde quiser. Ele respondeu está entendido e determinou ao seu filho que executasse e pediu que não fizesse mais greve dentro da usina dele porque ele era getulista e trabalhista e ficava mal com Getúlio e qualquer necessidade que houvesse que formasse uma comissão e viesse a ele. Prosseguimos os entendimentos e nunca houve greve dos trabalhadores rurais na usina (Antônio Faria, Entrevista concedida à Ana Maria Motta Ribeiro em 1982).

Por fim, quanto ao período que compreende 1980/1988, o que diferencia dos demais anos é o não cumprimento da jornada de trabalho, em que o trabalhador rural estava submetido a um tipo de atividade diária em que não poderia prever o tempo que gastaria para cumpri-la, pois as oito horas de trabalho não eram suficientes para, por exemplo, o corte de cana necessária para cumprir a tarefa estabelecida para aquele dia pelo empreiteiro ou pelo funcionário da fazenda. Desta forma, o trabalho poderia chegar a exaustão, em até doze horas por dia e, na maioria das vezes, não recebia nenhum tipo de pagamento extra pelo tempo em que ficou trabalhando.

Estas reclamações, cujo desfecho infelizmente não conseguimos acompanhar no Judiciário, são denotativas de como os trabalhadores rurais no corte de cana em Campos tinham seus direitos sistematicamente desrespeitados pelos patrões. A única via de solução, quando não havia diálogo entre as partes, era encaminhar as questões para a Justiça. Porém, o "estar na Justiça" não era garantia de cumprimento da lei, uma vez que em outro momento o desrespeito poderia se repetir. Isso pode ser caracterizado pelo fato do mesmo trabalhador rural, em períodos diferentes, ter que recorrer à justiça para obter direitos que já haviam sido julgados anteriormente. Em outras palavras, o mesmo trabalhador entrou, em anos distintos, com as mesmas acusações contra os patrões e, mesmo após julgamento, nada foi feito.

7. Considerações finais

Diante do exposto, vemos que, apesar das dificuldades encontradas no decorrer da pesquisa, o município de Campos é um local central para se entender a luta trabalhista através de sindicatos visto seu caráter pioneiro de confronto no campo da legislação com os patrões (usineiros e fazendeiros) antes de ser legalizada a formação sindical rural. Nosso trabalho, portanto, ainda se encontra inicial diante do conglomerado de conflitos trabalhistas que ainda não puderam ser descobertos. Uma vez que uma série de fragmentos, dentre os próprios documentos que pudemos ter acesso, ainda precisam ser desvendados, o que nos faz pensar essa busca como um mosaico, na ideia apresentada por Becker (1993) de que:

> Cada peça acrescentada num mosaico contribui um pouco para nossa compreensão do quadro como um todo. Quando muitas peças já foram colocadas, podemos ver, mais ou menos claramente, os objetos e as pessoas que estão no quadro, e sua relação uns com os outros. Diferentes fragmentos contribuem diferentemente para nossa compreensão: alguns são úteis por sua cor, outros porque realçam os contornos de um objeto. Nenhuma das peças tem uma função maior a cumprir; se não tivermos a sua contribuição, há ainda outras maneiras para chegarmos a uma compreensão do todo (BECKER, 1993, p.105).

Esta metáfora apresentada tem como efeito a tentativa de compreensão dos diversos contextos sociais em que os trabalhadores rurais no corte de cana em Campos estão inseridos. Começamos, nesta pesquisa, na compreensão de uma "peça", que são as queixas encaminhadas para a Justiça do Trabalho. Porém, uma série de outras "peças" ainda são necessárias para se entender como as ilegalidades sofridas por eles eram construídas e mantidas no cotidiano das relações de poder não só no interior das usinas e fazendas, como também no próprio sindicato de trabalhadores rurais e no Ministério do Trabalho, com as decisões judiciais. Estes ainda são fragmentos que precisam ser inseridos para que o mosaico esteja completo e possam nos ajudar para à compreensão de um todo nas relações sociais ocorridas durante o período de 1960-1988.

Entretanto, podemos apontar que as violações de direitos sofridas pelos trabalhadores rurais, em especial os ligados ao corte de cana, no município de Campos, não são significativas para a compreensão do período que compreende o regime militar,

uma vez que as principais queixas apresentadas à Justiça ou narradas em entrevistas, em diferentes momentos, não correspondem a "crimes" específicos desse período. Esse fato pode estar marco muito pelas características de Campos e, além disso, pelas relações pessoais estabelecidas pelos usineiros e fazendeiros da região. Assim, são ações que extrapolam um determinado período da história e, pelo que percebemos até o momento, não estão intimamente conectadas com o momento da ditadura militar.

Referências bibliográficas

AQUINO, Silvia Lima de. *A caminho do campo: as relações entre Reforma Agrária e migração rural-urbano-rural e urbano-rural. Um estudo de caso em Campos dos Goytacazes – RJ***.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

ARENDT, Hannah. *Sobre a violência***.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

BARBOSA, Pedro Paulo Biazzo de Castro. A constituição de uma periferia em face da modernização: a produção de açúcar e álcool no Brasil e as transformações na Região Norte Fluminense. In.: *Revisitando o território fluminense***.** Rio de Janeiro: Edições NEGEFF, 2003.

BARCELLOS, F. H. *Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro***.** Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ. Dissertação de Mestrado, 2008.

BECKER, Howard S. A história de vida e o mosaico científico. In.: ----------. *Métodos da Pesquisa em Ciências Sociais.* São Paulo: HUCITEC**,** 1993. pp. 101-115.

BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais.* Ed. Perspectiva: São Paulo, 1979.

CRUZ, Rodrigo Pennutt da. *Assentado, assentados: diferenciação social e reordenações políticas***.** Coleção Engenhos, usinas, sucatas...? Niterói: Alternativa, 2014.

GRYNSPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: (1950-1964).* 2 v. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1987.

GRZYBOWSKI, Candido; MOREIRA, Roberto José [et. Ali.]. *Trabalho rural e profissionalização. Análise das práticas e representações dos trabalhadores da produção canavieira de Campos, RJ***.** Relatório de pesquisa: Convênio entre a Secretaria de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho, SENAR e Fundação Getúlio Vargas para execução do Projeto: "Trabalho Rural e Alternativa Metodológica de Educação". Rio de Janeiro, novembro de 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agrícola de 1960: Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara*. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Vol. II – Tomo X – 2ª Parte. Rio de Janeiro: IBGE, s/d.

_____. *Censo Agropecuário do Rio de Janeiro***.** VIII Recenseamento Geral – 1970**.** Série Regional. Vol. III – Tomo XVI. Rio de Janeiro: IBGE, s/d.

_____. *Censo Agropecuário: Rio de Janeiro***.** Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

_____. *Censo Agropecuário***.** Nº 18 – Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBGE, 1983-1984.

_____. *Censo Agropecuário: Rio de Janeiro***.** Nº 20. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e o brejo***.** 2ª ed. Campos dos Goytacazes (RJ): Lidador, 1974.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney e TILLY, Charles. Para mapear o confronto politico. In: *Lua Nova*, São Paulo, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Dimensões políticas da violência no campo. In.: *Revista Tempo***.** Vol. 1. Rio de Janeiro, 1996.

NEVES, Delma Pessanha**.** *Engenho e Arte: Estudo do Processo de subordinação da agricultura à indústria na Região Açucareira de Campos (RJ), a partir do ponto de vista dos fornecedores de cana.* Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ. Tese de Doutorado. 1988.

_____. *Por Trás dos Verdes Canaviais.* Niterói: EdUFF, 1989.

_____. *Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista. Estudo do processo de constituição social dos fornecedores de cana, no contexto da intervenção do Estado e da consolidação da interdependência entre agricultura e indústria, na região açucareira de Campos (RJ).* Niterói: EdUFF, 1997(a).

_____. Formas tuteladas de condição camponesa: colonato e morada na agroindústria exportadora. In.: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria A. de Moraes (orgs.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil.* Vol. 1. Coleção História Social do Campesinato Brasileiro. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008. pp.: 137-62.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio**.** Rio de Janeiro: *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3, 1989.

RIBEIRO, Ana Maria Motta. *Passeio de Beija-Flor: a luta do Sindicato pela garantia legal da representação dos canavieiros fluminenses. Um estudo da ação sindical no campo***.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica (RJ), 1987.

SOARES, Felipe Vieira. *O campo na luta por seus direitos sobre a relação entre os trabalhadores rurais campistas e os direitos trabalhistas no Rio de Janeiro durante o período democrático (1945-1964)***.** Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, 2015.

TAVARES, Priscila dos Santos. *Luta com a terra na luta pela terra: produção de conhecimento entre assentados do projeto de assentamento Che Guevara (Campos dos Goytacazes/RJ)*. Niterói: Alternativa, 2014.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos dos Goytacazes e a luta por direitos na ditadura (1964-1985)

Marilda Villela Iamamoto*

Ana Maria Almeida da Costa**

1. Introdução

Este texto trata das lutas dos assalariados rurais, conduzidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos, pioneiro na luta por direitos dos trabalhadores da agroindústria canavieira[1].

O propósito é tratar a luta por direitos, especialmente os trabalhistas, como arena de disputas entre interesses de classes e de estratégias de organização político-sindical pelos trabalhadores assalariados canavieiros no embate com o poder dos usineiros e do Estado, no Norte Fluminense, no período ditatorial (1964-1985). Pretende-se atribuir visibilidade às iniciativas contra a violação dos direitos e salientar como elas contribuíram para a formação política dos trabalhadores como classe. Para tanto, ressalta-se a importância do embate jurídico na defesa dos direitos apropriados por dirigentes sindicais e intelectuais (especialmente advogados) que atuaram na assessoria jurídica e política ao movimento sindical.

Privilegia-se, assim, a gestão de José Carlos de Souza Freitas (1974-1984) na direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (STRC). Os antecedentes históricos da atuação deste sindicato por meio do protagonismo de seu primeiro presidente, Antônio João de Faria permitem atestar ser a preocupação com os direitos uma constante na organização dos assalariados da agroindústria canavieira do Norte Fluminense.

O texto está orientado por quatro diretrizes da análise construídas a partir da leitura e sistematização dos materiais empíricos reunidos que serão objeto de

* Marilda Vilela Iamamoto, professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ESS/UERJ), pesquisadora do CNPQ e do Programa Prociência (Uerj/Faperj).

** Ana Maria Almeida da Costa, professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (SSC/UFF), mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ, bolsiista da Faperj.

[1]A elaboração deste capítulo contou com a solidária e competente contribuição do Prof. Dr. José Luís Vianna da Cruz, do sindicalista Delso Gomes, da Prof Dra. Leda Regina Barros Silva, da Advogada Dra. Léa Cristina Barboza da Silva Paiva e da Juiza Dra. Ana Maria Mendes do Nascimento. Participaram da coleta de dados, como bolsistas de Iniciação Científica, as estudantes da FSS/UERJ, Isabella de Souza Maio e Adriana de Jesus Garcia Pinto.

desenvolvimento ao longo do texto. A primeira é a de que, em um contexto de restrição de espaços para a ação política decorrente do crescimento exponencial da força repressiva do Estado, a apropriação de instrumentos legais que regiam as relações sociais (Código Civil, Estatuto do Trabalhador Rural, Estatuto da Terra e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT) torna-se "armas" na defesa dos direitos, na mobilização e na organização sindical dos trabalhadores, acionadas pelos dirigentes e assessores sindicais na sua atuação política. É nesse terreno de disputa, expressão dos conflitos de interesses entre classes, que se coloca em relevo a via jurídico-política enquanto um importante campo da disputa por direitos e de formação política da classe no contexto da ditadura civil-militar.

A segunda diretriz refere-se à importância do arco de alianças que se constituiu em apoio às reivindicações dos assalariados canavieiros, requisito para que a mobilização ultrapassasse os limites estabelecidos pela legislação da época para a condução de greves. A formação de uma base de apoio no âmago das forças políticas da sociedade civil, aliada à mobilização da base dos trabalhadores assalariados e às conquistas judiciais obtidas, atribui particularidades aos conflitos dos canavieiros no Estado do Rio de Janeiro em relação às mobilizações e greves ocorridas pioneiramente em Pernambuco (Zona da Mata, 1979)[2] e em São Paulo (Região de Guariba, 1984 e 1985).[3] O referido arco de alianças incluiu outros sindicatos combativos e respectivas lideranças sindicais, intelectuais assessores, segmentos da Igreja Católica que apoiaram os trabalhadores e os sujeitos coletivos que exerceram influência política na ação sindical na região nesse período, a saber: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

A terceira diretriz analítica é a consideração do processo imediato de produção agroindustrial na sua totalidade, sob o controle dos mesmos empregadores – os usineiros – o que tem derivações na leitura da organização sindical. Isto significa tanto reconhecer os elos de continuidade existentes entre os processos produtivos agrícolas e industriais unificados pelo usineiro, como atentar às suas diferenças específicas, considerando suas implicações na organização dos trabalhadores. O processo produtivo

[2] Cf. SIGAUD (1979, 1980), Pasquim (1980) Cordel. *Camponeses unidos lutam por seus direitos. Ajudem nossa greve. Todo apoio à luta dos trabalhadores da Zona da Mata Pernambucana*, s/d; "Pernambuco se prepara para a greve no campo". *Jornal do Brasil*, domingo, 30/09/79, Nacional, p. 31.
[3] Cf. BACCARIN (1985); BACCARIN e GEBARA (1986), D'INCAO e BOTELHO (1987); ALVES (1991, 1993,1994).

agroindustrial canavieiro inicia-se na produção da matéria-prima agrícola e é concluído com a sua transformação industrial em açúcar, etanol, energia e outros produtos, sendo que a indústria polariza todo o processo produtivo (IANNI, 1976). Ele apresenta-se como uma unidade de diversidades e não como dois processos produtivos isolados e autônomos, como podem se mostrar à primeira vista. Se o objetivo do *ponto de vista material* é a criação de produtos – especialmente cana, açúcar, etanol e outras formas de energia –, *do ponto de vista do valor*, o propósito é assegurar a conservação do capital investido – cujo ciclo de rotação tem início no plantio da cana e se conclui com a venda do produto final – e a produção de um lucro médio. Mas, como a produção canavieira exige elevada imobilização de capital em terras, o usineiro persegue também a apropriação da renda fundiária absoluta e diferencial, ou seja, um excedente de mais-valia sobre o lucro médio.

A agroindústria canavieira nacional tem sido historicamente beneficiada por uma abrangente ação protetora do Estado por meio de políticas a ela direcionadas. Elas se expressam em subsídios técnicos, financeiros, creditícios, abertura de mercados (interno e externo), regulação de preços e das relações de trabalho. O Estado tem sido determinante no desenvolvimento desse setor produtivo, que vem contando com contundente apoio do fundo público tendo por base o poder político e econômico dos usineiros nos níveis regional e nacional. Atravessa a história da agroindústria canavieira a constante reivindicação por parte dos usineiros de políticas de subsídio ao setor, justificada pelo constante lamento de supostas e reiteradas conjunturas de "crise" neste setor produtivo. Outro suporte decisivo para a sustentação dessa agroindústria em seu desenvolvimento tem sido a superexploração da força de trabalho, historicamente persistente e com ampla trajetória à margem das exigências da legislação.[4]

Por meio desses processos, o usineiro recria-se na sua dupla personagem econômica, empresário capitalista e proprietário fundiário, capaz de apropriar-se tanto do lucro agrícola e industrial, quanto de parcela da riqueza social na forma de renda fundiária[5]. As particularidades dos processos produtivos do ponto de vista dos processos

[4] Cf., por exemplo, PAIXÃO (1994), SZMRECSÁNYI (1979, 1983, 1988), QUEDA (1972), CARON (1986), RAMOS (1983, 1991a e 1991b), SCOPINHO e VALARELLI (1995), BACARIN (2005), GOMES (2013), ALVES (1991, 1993, 1994), IAMAMOTO (2002), SANT'ANA (2012).

[5] Como sustenta Wanderley (1976, p. 2): "A interdependência entre a produção da cana e a fabricação do açúcar é evidentemente imposta pelas condições específicas da produção, mas a *forma e natureza dessa articulação* decorrem essencialmente das relações sociais historicamente determinadas: ela se realiza pelo controle do conjunto da atividade produtiva, através do monopólio da propriedade da terra e dos meios de produção industriais. Este fato constitui o elemento chave de toda a estrutura da economia canavieira,

de trabalho e de valorização são preservadas e redefinidas em função daquela reintegração. A diferenciada incorporação do desenvolvimento técnico-científico – biológico, químico e de mecanização – atribui feições particulares à organização e divisão do trabalho coletivo, às formas salariais, às relações de trabalho, tanto sua formalização quanto a "precarização" dos direitos sociais, particularmente trabalhistas e sindicais. Somam-se mecanismos de controle e vigilância da força de trabalho que têm vigência no interior do processo produtivo.

A quarta diretriz estruturante da análise reafirma uma sugestão de Cruz (1995): a atuação do STRC na defesa dos direitos e os ganhos trabalhistas daí advindos contribuíram para romper o fetiche do patrão protetor, até então prevalecente, que alimenta a aliança entre capital e trabalho e a impotência dos trabalhadores diante das arbitrariedades do poder patronal.[6] A autoridade do patrão deixa de ser inquestionável como única fonte de amparo e proteção, sendo progressivamente transferida ao STRC. Esse processo envolve o desenvolvimento de uma consciência coletiva entre os trabalhadores e o reconhecimento do poder de sua união, o que simultaneamente atribui legitimidade à luta pela conquista de direitos no enfrentamento dos conflitos. A experiência vivida pelos sujeitos – os quais são portadores de cultura e expectativas herdadas – em suas relações de produção lhes permite modelar essas experiências em formas culturais (THOMPSON, 1979, p. 38) como parte de um processo *de formação das classes.* Thompson (1979, 1987) parte da premissa de que a *noção de classe como categoria histórica é inseparável da luta de classes.* Ela é "derivada do processo social ao longo do tempo" e "definida pelos homens ao viverem sua própria história" (THOMPSON, 1979, p. 38). Isto não supõe que as classes possam existir independente dos determinantes objetivos – do conjunto das relações sociais – e nem que possam ser definidas simplesmente como formação cultural.[7] Também Harvey (1990) reconhece a tensão entre estrutura e experiência na obra de Marx. Um de seus grandes méritos foi o de ter demonstrado que o mundo não pode ser compreendido unicamente através da

---

cuja história se confunde com a história de luta e conservação deste controle". Cf. também Wanderley (1979).

[6] Em outra pesquisa desenvolvida atualmente no Norte Fluminense sobre as condições de vida e trabalho na agroindústria canavieira, identificamos no pátio da Usina Paraíso uma placa fixada na entrada da área industrial, cujos dizeres são ilustrativos do supramencionado: "Ao ilustre cidadão fluminense Geraldo S Coutinho: símbolo da harmonia entre capital e trabalho. Homenagem dos operários da Usina Paraíso. 5-6-77" (IAMAMOTO, 2011).

[7] Hobsbawm (1987, p. 39) também observa: "Em outras palavras, no capitalismo a classe é *uma realidade histórica imediata e, em certo sentido, vivenciada diretamente,* enquanto que nas épocas pré-capitalistas ela poder ser meramente um conjunto analítico que dá sentido a um complexo de fatos que de outro modo seriam inexplicáveis".

experiência subjetiva que dele se tenha. *Do ponto de vista do capital*, os trabalhadores tornam-se objetos, mero "fator de produção" para a geração de mais-valia, expressão da forma variável do capital. E a teoria espelha, frente aos próprios sujeitos, as condições objetivas de sua alienação, desnuda as forças que dominam sua existência social, embora a experiência cotidiana imediata do processo de trabalho não leve necessariamente às conclusões expressas por Marx – pelas razões por ele próprio salientadas – e, nem por isto, seja menos real (HARVEY, 1990, p. 20). Não significa negar a validade das experiências subjetivas dos trabalhadores e nem que a variedade de suas respostas não mereça ser estudada.

O reconhecimento do trabalhador como "sujeito criativo vivo" torna possível salientar o *papel da luta de classes* na modificação e nos rumos impressos ao processo de trabalho, reconhecendo nos trabalhadores a condição de autores de sua própria história, que resistem às dilapidações do capital. A cultura, enquanto dimensão essencial na conformação da sociabilidade, é parte e expressão das forças políticas em luta pela hegemonia no seio da sociedade nacional, em conjunturas históricas determinadas. Ela contém elementos simultaneamente reprodutores e questionadores da ordem (SARTRIANI, 1986): campo de expressão da alienação e da rebeldia, dos refúgios encontrados pelas classes subalternas para se preservarem do castigo do trabalho, presentes no seu universo simbólico e na organização da vida cotidiana.

No marco da "ditadura do grande capital" (IANNI, 1981), o clima repressivo impregna as relações entre o Estado e a sociedade civil, presididas pela díade "segurança e desenvolvimento": segurança interna, enquanto controle e repressão de toda a organização política, especialmente das classes assalariadas, em favor da acumulação; e desenvolvimento, enquanto florescimento das forças de mercado, com predominância da livre empresa.

A política salarial dos governos militares, fundada no arrocho salarial para combater a inflação, foi o principal instrumento da economia política da ditadura. A melhoria do padrão salarial passa a subordinar-se à elevação da produtividade, fugindo das mãos dos interessados. Assim, política previdenciária, política sindical, política salarial e lei antigreve fazem parte da mesma matriz de desenvolvimento. Como lembra Ianni, a economia política da ditadura teve com um de seus pilares

> a superexploração dos trabalhadores assalariados da agricultura e da indústria, ao mesmo tempo em que intensifica a exploração

> dos posseiros, sitiantes, colonos, arrendatários, parceiros e outras categorias de produtores *autônomos* da agricultura, pecuária e extrativismo (IANNI, 1981, p. 99).

O segredo do "milagre brasileiro" se expressou no cotidiano da classe trabalhadora como excesso de trabalho, baixa remuneração, jornada intensa e extensa, cansaço, esgotamento de energias, pauperização absoluta e relativa, o que também desencadeou a politização de diferentes segmentos.

Importa lembrar a criação, em 1975, do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), acompanhado de generosos subsídios estatais para a modernização dessa agroindústria, uma constante que percorre sua trajetória histórica: a canalização do fundo público (OLIVEIRA, 1998) para a sustentação econômica do setor. O panorama da luta sindical no período é, pois, amplamente condicionado pela "modernização da agricultura", pela expulsão de moradores e expansão do assalariamento temporário com baixos salários e destituído de direitos trabalhistas prescritos na legislação. Em Campos dos Goytacazes, a partir da segunda metade da década de setenta do século XX, verificou-se a generalização do trabalhador assalariado temporário, identificado socialmente sob o epíteto de "boia-fria"[8].

No lastro da resistência democrática, verifica-se uma retomada da força do movimento sindical, do que é exemplo a greve dos metalúrgicos do ABC paulista em 1978. Tem-se, em seguida, em 1979, a primeira greve, durante a ditadura, dos canavieiros da Zona da Mata de Pernambuco e a realização do III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Estes são marcos da resistência dos trabalhadores e da dinamização do movimento sindical rural sob a liderança da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e, no Estado do Rio de Janeiro, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag).

A estrutura do texto é a seguinte: 1) A luta por direitos: eixo histórico na organização sindical dos trabalhadores agroindustriais no Norte Fluminense; 2) O Inquérito Policial Militar de Campos, prisões e torturas; 3) O processo produtivo das usinas e a concentração fundiária: a expropriação de trabalhadores e a grilagem de terras das lagoas; 4) A violência das relações de trabalho e a resistência dos canavieiros, considerando a nova prática do STRC, destacando alguns casos exemplares como o assassinato do trabalhador rural Jotaci Teixeira da Silva, a contaminação de

[8] Para se ter uma noção do debate da época sobre o tema, conferir, por exemplo: UNESP/FCA/BOTUCATU/DEPTO. DE ECONOMIA RURAL (org.) (1982); D'INCAO (1984, 1975); LOPES (1976, 1985); IANNI (1984).

trabalhadores rurais por biocidas organomercuriais e a violência nas condições de trabalho nas usinas 5) O processo de construção da greve dos canavieiros fluminenses de 1984 e seus desdobramentos.

2. A luta por direitos: eixo histórico na organização sindical

> Para além das garantias formais inscritas na lei, os direitos estruturam uma linguagem pública que baliza os critérios pelos quais os dramas da existência são problematizados em suas exigências de equidade e justiça (TELLES, 1997, p. 4).

A luta por direitos erige-se e choca-se com a sociedade de classes, com as desigualdades que lhe são inerentes assim como com as possibilidades de formalização da igualdade típica da sociedade mercantil. Esta supõe a troca entre livres e iguais proprietários de mercadorias equivalentes na busca de efetivação de seus interesses privados, o que se encontra na base na noção corrente de cidadania enraizada nos direitos civis.

O século XIX foi o marco da incorporação do direito de associação ao *status* de cidadania, proporcionando as bases para a classe trabalhadora adquirir o direito político. Para Coutinho (1997), são as demandas trazidas pelas classes ou por grupos sociais, em determinado momento histórico, que expressam a sua face coletiva, caracterizando os direitos como "fenômenos sociais", logo como "resultado da história".

Mas os direitos sociais trazem o selo do século XX, com os processos de ampliação do Estado nos termos gramscianos (COUTINHO, 2003), tendo como tônica o valor da igualdade, enquanto os direitos civis e políticos tinham por referência a liberdade. Eles incluem, entre outras dimensões, o direito ao trabalho, à organização sindical, à greve, à estabilidade no emprego, à segurança no trabalho, à previdência social, à saúde, à educação gratuita e ao acesso à cultura e moradia.

Sabe-se que a conquista da cidadania é resultado de conflitos permanentes, de lutas sociais quase sempre travadas a partir das classes subalternas. Recusam-se, assim, as teses unilaterais da "outorga" ou da "conquista" no campo dos direitos e políticas sociais correspondentes, afirmando seu caráter contraditório, tributário das relações sociais que ordenam a vida social (BEHRING, 1998, BEHRING e BOSCHETTI, 2008). Como lembra Coutinho (2000), com apoio em Perry Anderson (1995), a lógica capitalista se expressa essencialmente pela afirmação do mercado como forma suprema

de regulação das relações sociais. Logo, tudo o que limita ou substitui o mercado em nome de um direito social – ou da justiça social – é vitória da economia política do trabalho, de uma outra lógica de organização societária. A burguesia pode tolerar os direitos sociais ou usá-los ao seu favor, mas procura limitá-los ou suprimi-los nas conjunturas de recessão, quando tais direitos se chocam com a lógica de ampliação máxima dos lucros. Por tudo isso, a ampliação da cidadania – esse processo permanente e progressivo de ampliação de direitos – termina por se chocar com a lógica do capital e expõe a contradição entre classe e cidadania social: a condição de classe cria *déficits* e privilégios que produzem obstáculos para que todos possam participar igualitariamente da apropriação de riquezas materiais e espirituais socialmente produzidas.

Ainda referendando Coutinho (1997), para além dos parâmetros liberais, existem articulações profundas entre democracia e cidadania "como a presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social" (COUTINHO, 1997, p. 145).

Emoldurados por tais parâmetros, são apresentados alguns *flashes* da luta por direitos de parte dos assalariados da agroindústria canavieira no Norte Fluminense.

Campos dos Goytacazes teve um papel pioneiro na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e na organização dos assalariados da agroindústria canavieira no país,[9] berço que foi da criação dos primeiros sindicatos de trabalhadores do setor. O propósito é recorrer à história para demarcar *o fio da luta contra a violação dos direitos trabalhistas que atravessa a trajetória dos trabalhadores na agroindústria canavieira.*

No governo Vargas, particularmente após 1937, o Estado passou a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora. Estabeleceu uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho através da legislação social e trabalhista e criou o Ministério do Trabalho, considerado o "Ministério da Revolução", da modernização e da justiça social. Simultaneamente, o Estado desenvolveu as primeiras iniciativas no campo da seguridade social, passando a gerir a organização e prestação de serviços sociais como um novo tipo de enfrentamento da "questão social" e, particularmente, da "ameaça comunista".

[9] As informações que se seguem apoiam-se largamente em Ferreira (1995). O livro registra a trajetória de Antônio João de Faria (1905-1992), tendo por base gravações realizadas em 1985. Recorreu-se também ao acervo de entrevistas depositadas no NMSPP/CPDA/UFRRJ e à entrevista realizada com Delso Gomes, em 19/11/2014, por Ana Costa e Marilda Iamamoto, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ, e a GOMES (2000).

O reconhecimento da cidadania do proletariado ocorreu no marco da redefinição das relações entre o Estado e as diferentes classes sociais e foi acompanhado de mecanismos destinados a integrar e controlar os interesses dos assalariados como recurso para o enfrentamento do processo de organização e lutas autônomas do movimento operário. Em síntese, os eixos da intervenção do Estado são a repressão à organização autônoma dos trabalhadores, o reconhecimento dos direitos do trabalho e o sindicalismo controlado.

Apesar desta orientação política oficial, foi identificado o registro de várias mobilizações grevistas, que se expandiram até o golpe militar. Na entrevista, Faria faz referência a uma greve na Usina São José, em 1945, com mais de 800 pessoas. Já em 1960, o depoente cita uma greve na Usina do Outeiro, reunindo homens e mulheres no pleito por férias, repouso remunerado, pagamento em dia, entre outros.[10] Faria relata que não foi recebido pelo escritório da usina. No dia seguinte foi a todas as fazendas com seu jipe, convocando os trabalhadores para lá irem com os tratores: os trabalhadores e as suas mulheres. Relata que o delegado de polícia, Hélio Estrela, compareceu ao local e Faria lhe explicou estarem em greve para "reivindicar o que o patrão não quer nos atender". O delegado tentou intermediar, mas também não foi atendido pelo usineiro, autorizando o presidente do sindicato a tentar resolver a situação:

> Então eu pedi ao pessoal que indicasse um companheiro de cada fazenda para formar uma comissão para falar com o Dr. Nelson Veloso e eu pedi que o pessoal aguardasse com calma. Cheguei no escritório da usina e disse: o Sr. diga lá para o Dr. Nelson que ele tem prazo de 30 minutos para nos atender. Se dentro desses 30 minutos ele não nos atender, ele assume a responsabilidade pelos acontecimentos. Se duvidar nós quebramos tudo isto aqui. Dr. Nelson mandou entrar três, mas entraram nove, porque a Comissão era de nove pessoas. Ele então resolveu tudo. O que eu achei interessante foi que nesta greve eu subi no jipe e falei para mais de oitocentas pessoas (Entrevista realizada em 20/07/1982, por Ana Maria Motta Ribeiro, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ)

[10] O sindicalista salienta em seu depoimento a importância do envolvimento das mulheres no movimento sindical rural, "porque na hora em que o trabalhador rural ficar com medo de enfrentar uma luta porque o patrão pode botar para fora, a mulher que já estiver um pouco orientada dá força e acompanha o trabalhador" (Entrevista realizada, por Ana Maria Motta Ribeiro em 20/07/1982, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Após o entendimento, a palavra de ordem do sindicato foi o retorno ao trabalho com demonstração de disciplina, logo comunicando ao delegado os resultados da manifestação.

Delso Gomes faz referência a uma greve na Usina Santa Cruz nos primeiros dias de abril de 1964, com registros de violência:

> É que o trabalhador de usinas e do campo estava muito reprimido. Então aquele clima de liberdade do Governo João Goulart produziu umas greves, [em que os trabalhadores] saíram para a violência, depredação. Lembro que os trabalhadores do campo se uniram com os da Usina Santa Cruz, invadiram o escritório da usina e depredaram. A polícia foi chamada e reprimiu... acabou que ficou aí mesmo (Delso Gomes, entrevista realizada em 19/11/2014 por Ana Costa e Marilda Iamamoto, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

É marcante a influência do PCB no movimento sindical no Norte Fluminense, sendo representativo o caso do Stiac, nos anos 1960.[11] Em fevereiro de 1962, Almirante Costa, militante do PCB na Usina Queimado, foi eleito presidente do referido sindicato. Trabalhadores de várias usinas, militantes do PCB, compunham a diretoria, a saber: Neri da Costa (Usina Cupim), Letelbe Almeida e Amaro Martins (Usina São Jose), José e Octavio das Dores (Usina Mineiros), Saturnino Cardoso (Usina Queimados). Eram advogados do Sindicato, o Dr. Jose Caldas – posteriormente demitido – e o então jovem Yvan Senra Pessanha, que ingressou no PCB (GOMES, 2000, p. 193).

Outra iniciativa a ser destacada foi a organização do Conselho Sindical (1956-1964) no Município de Campos – uma espécie de central municipal –, também com o impulso decisivo de militantes do PCB, além de Álvaro Cristino e Antônio João de Faria. Ele representou um amadurecimento do movimento sindical em busca de sua autonomia e liberdade de ação, após as intervenções sindicais ocorridas no governo Dutra (GOMES, 2000). Segundo esta fonte, o Conselho, respeitando a autonomia de seus filiados, passou a coordenar as lutas reivindicatórias dos trabalhadores no âmbito municipal, fortalecendo as forças de esquerda.[12] Ele enviou representação no I

[11] O Stiac não será objeto de análise neste texto. Estudos sobre ele podem ser encontrados na obra de Delma Pessanha Neves, fértil pesquisadora sobre a região (NEVES, 1989, 1981, 1997, 2004) e em Carneiro (1987), entre outros.

[12] "Este Conselho teve vida intensa, onde se destacaram os líderes: Álvaro Cristino (metalúrgico), Antônio João de Faria (rural) Jacyr da Silva Barbeto (ferroviário), Jorge Tâmega (bancário), Jair Pinto (construção civil), Almirante Costa (usina), Godofredo Rangel (serventuários da Justiça), Hermes Manhães (gráficos)", além de Delso Gomes (taxistas) (GOMES, 2000, p. 146).

Congresso Sindical Fluminense, o primeiro congresso sindical após o Estado Novo, ocorrido em Petrópolis, em 1957.[13] O Conselho Sindical era visto, sob a ótica conservadora, ora como um *soviet campista,* ora como embrião socialista ou de *futura república sindicalista* de João Goulart. Recebeu políticos proeminentes como Roberto da Silveira, natural de Bom Jesus de Itabapoana, em 1958, então candidato a governador, e o candidato à presidência da República, Jânio Quadros, em 1960, que foi submetido a uma sabatina.

Este registro de fragmentos históricos de ações dos trabalhadores em defesa de seus direitos, sem qualquer pretensão exaustiva, permite demarcar o pioneirismo do Norte Fluminense na luta contra a violação de direitos como um fator de mobilização dos trabalhadores rurais. Enfrentando o poder patronal com obtenção de conquistas importantes em sua organização sindical, essas iniciativas relatadas são indicativas de um processo de formação política dos trabalhadores na defesa de seus direitos, conduzida por lideranças que se apropriam do texto legal como estratégia de luta. Ela é aqui ilustrada na pessoa de Antônio João de Faria.

3. O Inquérito Policial Militar de Campos: prisões e torturas

No período de 1964 a 1985, uma das formas de repressão aos direitos sociais e políticos das pessoas e aos movimentos sociais foram os Inquéritos Policiais Militares - IPMs (STEIN, 1998). Ao estudar os IPMs que incidem sobre a questão agrária e sindical a autora observa que, na década de sessenta, eles se direcionaram para segmentos sociais mobilizados – camponeses, estudantes, sindicalistas, militares, dentre outros – enquanto nos anos 1970 voltaram-se aos partidos políticos e forças de esquerda. Muitos desses inquéritos partiam de "boletins de ocorrência" de delegacias municipais, de queixas crimes decorrentes de processos civis ou criminais abertos por essas delegacias ou pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS); ou ainda de denúncias de "invasões" de terras. Segunda a autora citada, para a Justiça Militar, os principais autores da subversão à ordem eram: "políticos e personalidades públicas integrantes das frentes populares pelas reformas de base; movimentos e frentes de coordenação da reforma agrária e das campanhas de sindicalização, sindicatos e associações de trabalhadores rurais; órgãos e autarquias do estado" (STEIN, 1998,

[13] A delegação de Campos foi composta pelos líderes "Antônio João de Faria (rural), Rafael Manhães (metalúrgico), Osvaldo Ribeiro (comerciário), Cândido Nunes (usina) e Adão Voloch (GOMES, 2000, p. 58)

p.103). Preservando características regionais, nos anos 1960, no Rio de Janeiro, ocorreram vários IPMs, dentre os quais o aberto pela Delegacia Política do município de Campos dos Goytacazes (BNM 135) para apurar responsabilidades criminais de quinze pessoas (Jacyr Barbeto e outros). Tais pessoas eram acusadas de atividades subversivas e passíveis de serem enquadradas na Lei de Segurança do Estado. Iniciado em abril de 1962, ele se prolonga até agosto de 1970, quando ocorre o julgamento dos envolvidos. Conforme informa Stein (1998), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos e a Associação dos Lavradores do Imbé foram fechados e proibidos de funcionar. Dentre os acusados nesse IPM encontra-se José Pureza da Silva, fundador da Federação das Associações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Rio de Janeiro (Falerj). O IPM foi precipitado, dentre outros motivos abaixo relacionados, pela "invasão" de terras da região do Imbé e a fundação da Associação dos Lavradores do Imbé (idem, p. 105), assim como pelas greves ocorridas nas usinas da região (FERREIRA, 2000).

Este IPM foi conduzido pela Primeira Auditoria da Marinha/Primeira Circunscrição Judiciária Militar e resultou no Processo nº 8463/65.[14] Segundo o Edital de Citação, publicado no Diário Oficial da União de 14/07/1970, seção II, ao final do inquérito foi oferecida denúncia contra os seguintes acusados: Delso Gomes de Azevedo, Adão Pereira Nunes, Jacyr da Silva Barbeto, Tarcísio Tupinambá, João Bento Leite, Antônio João de Faria, Jose das Dores Sales, João Urbano de Araújo José Pureza da Silva, Almirante Costa, Olavo Marins, João Baptista Coelho, Paulo Valente, Raulino Mesquita e Waldovino Loureiro (Apud. FERREIRA, 2000, p. 93-94). Dentre os advogados de defesa constam os nomes de Genilson Sampaio de Lemos, Francisco Borges Filho, Modesto da Silveira e Marcelo Cerqueira.

No referido Edital a denúncia é assim relatada:

> Os denunciados transformaram o município de Campos, nos tempos do governo anterior, num verdadeiro purgatório. Usaram e abusaram, promoviam greves políticas, paralisaram o comércio, os bancos, a companhia de águas, a Prefeitura, a Santa Casa local. Paralisavam os trens da Leopoldina, dando prejuízos morais e materiais de grande monta à Nação, ao Estado e ao Município. O povo de Campos espera com ansiedade que seja feita a devida justiça, porque ali sofreu

[14] Compareceram para depor, segundo Gomes (2000, p. 239): José Alves de Azevedo, Jorge Tâmega, Antônio João de Faria, o próprio Delso Gomes, Jacyr Barbeto, Valduvino Loureiro, João Urbano, Josival Alves, José das Dores, João Bento, Heraldo Viana, Jose Sartro Costa, Irineu Marins, Olavo Marins, Dr. Edmundo Santos, Manoel Luiz Martins e Adão Pereira Nunes, dentre outros.

> amargamente, sem ter ninguém que tomasse providência contra os fatos. É possível que alguns denunciados já tenham comparecido aos tribunais para prestar conta de seus atos delituosos, mas há necessidade de serem apurados todos os fatos para que tais delitos e crimes contra a Pátria e a Segurança Nacional nunca mais possam se repetir. Os acusados foram incursos da Lei de Segurança Nacional então vigente ao tempo da prática de tais delitos, Lei 1802 de 05 de janeiro de 1953, c.c. a Lei 898 de 1969 (FERREIRA, 2000, p. 94)

O Supremo Tribunal Militar, mediante apelação do Ministério Público da Procuradoria Militar da 1ª Auditoria da Marinha da 1ª CJM, em 26/07/1972, absolveu, por falta de provas, João Urbano de Araújo, Jose das Dores Sales, Jacyr da Silva Barbeto, Delso Gomes de Azevedo, Antônio João de Faria, João Bento Leite e Olavo Martins.

Delso Gomes, então presidente do sindicato dos rodoviários, histórico militante do PCB, em entrevista a esta pesquisa, informa outro processo militar em Campos dos Goytacazes, durante o governo Médici, no auge da repressão. Ele é datado de 1972 e envolve trabalhadores rurais.

O entrevistado relata que ao chegar no Presídio da Coroa,

> me jogaram num cubículo junto com eles, os trabalhadores rurais, muitos até descalços, porque naquele tempo não existia proteção ao trabalho; trabalhavam descalços, sem luva, sem nada (...) Aí encontrei muita gente, inclusive trabalhadores do Imbé, núcleo de reforma agrária que o pessoal tinha implantado lá em terras virgens, era terra devoluta do Estado (...) Aí no Brasil inteiro começaram a implantar núcleo de reforma agrária, mas no peito - como diz aqui - e na marra. No Norte, eram utilizadas muito as Ligas Camponesas, mas aqui no Sudeste eram associações, sindicatos que estavam formalizando a reforma agrária, implantando na prática a reforma agrária (...). Mas quando veio o golpe eles foram reprimidos também, prenderam lideranças e a polícia começou a invadir lá atrás de armas. Eles achavam que o pessoal estava se preparando também, achavam que a reforma agrária era só um pretexto para iniciar a luta armada. Mas chegou encontrou foi arma de caça, primitiva. Não encontraram nada que achavam que iam encontrar: arsenal de arma, munição. Não encontraram nada disto. Mas prenderam. Eles prenderam a maioria, prenderam um grupo grande (...). A luta foi mais mesmo pela posse da terra e de assalariados, [por]que os trabalhadores rurais das usinas eram assalariados, como a maioria das fazendas. Então eles lutavam, além da posse da terra que eles não tinham, por melhoria nas condições de trabalho, salários, leis trabalhistas, que não eram aplicadas. Até hoje é fraudado, mas naquela época as fraudes

> eram muito maiores, eram mais escandalosas. Então eu encontrei muitos aí, lá no presídio, mas as prisões deles não prosperaram porque não conseguiram provar atividades deles armadas. Então depois eles levaram 30 dias, porque alguns presos mais conhecidos, mais identificados, eles remeteram para Niterói, para o DOPS. (Delso Gomes, entrevista realizada em 19/11/2014 por Ana Costa e Marilda Iamamoto, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

O entrevistado informa ter sido enviado ao estádio Caio Martins, transformado num "campo de concentração": os que não tinham título de doutor ficavam na quadra, dormindo em cima de jornal. E os que dispunham de terceiro grau ficaram nos camarotes.

Indagado se sofreu tortura, afirma que sim, em 1972, mas que esta é uma informação que vem mantendo em sigilo. Disse que gostaria de ter acesso aos autos para ver quem depôs na acusação.

> Esse foi o período mais duro. Esse que nós sofremos tortura, não só psicológica, (…). Um coronel da brigada militar em Niterói, aí outros 'tiras' que [es]tavam ajudando pra mostrar serviço, davam chute no tornozelo da gente, "fala rapaz, tá escondendo, ele tá perguntando", aí o (…) "não quero violência não", (…) simulação, "não quero violência não". Eles davam bico no tornozelo da gente. E a outra, tortura mais psicológica, porque quando nós chegamos no DOPS, eles botaram a gente num cubículo isolado, um em cada cubículo. Aqueles cubículos antigos ainda, que não tinham nem vaso sanitário. Eram uns vasos feitos de cimento armado. E outros eram no chão, no solo. Cubículo antigo que eles nem estavam usando mais, estava fechado. Aí eles aproveitaram e botaram nós. Aí deixaram a gente lá, depois de uma semana, para fragilizar a gente psicologicamente. Eles não apanhavam o depoimento dos presos logo no início. Eles deixavam preso, ficava aquela tortura psicológica para fragilizar as pessoas. Então depois chamaram nós pra prestar depoimento, aí prestamos depoimento. Tem um depoimento que eu virei pro oficial e disse...Ele aí leu meu depoimento, eu nem tinha dito nada não. Ele leu meu depoimento. Eu disse: "coronel, eu não falei isso não". "Você não falou mas tá falado agora". Eram uns depoimentos fabricados. Aí ele disse você [es]tá liberado, depois você vai responder o processo na justiça. Você [es]tá pra ser liberado, mas se você não assinar, você vai ficar apodrecendo aí dentro. Vai voltar pro cubículo onde você está; que no cubículo a porta só tinha uma janelinha pra receber alimento, só. De noite saía de dentro do vaso uma ratazana desse tamanho. Aí quando eu ouvia o barulho, espantava a ratazana, ela voltava pra dentro do vaso.

> Vinha pelo esgoto. Aí depois de muita insistência, eu também simulando resistência, pra ver até onde ele ia. Ele me acusando muito: você não fazia isso? Fazia, mas numa época legal. [E dizia]: mas encontraram uma porção de documentos com você no seu carro, jornais, boletins, tudo subversivo. Como é que você não tem? Quer dizer, eles basearam no que eles apreenderam e montaram. Aí acabou que o advogado na época da auditoria, conversamos com o advogado e ele dizia pra nós: "depoimento sob pressão em delegacia e no quartel não tem valor na justiça". No início, porque depois a justiça não quis saber disso não. Eles aposentaram uma porção de magistrados - desde o Supremo -, aqueles magistrados que davam sentença mais de absolvição, moderado. A partir do governo do Médici começaram a cassar. Não, aposentavam o pessoal do magistrado, aposentavam e tiravam do cargo. Então, ultimamente, no apogeu do governo Médici, não adiantava mais: aqueles depoimentos que os advogados tentavam anular na justiça, mas não conseguiam mais. Porque o pessoal das auditorias já era outros também. Já tudo encarregado de punir mesmo, de condenar. Então não tinha pra onde sair. Aí quando o processo chegou no Superior Tribunal Militar ninguém passava. Era tudo condenado. Aí nós fomos condenados. A gente [es]tava trabalhando, [es]tava respondendo ao processo em liberdade (...). Aí o advogado mandou chamar nós. Mandou um portador chamar nós pra comparecer. A prisão já foi decretada, mas isso pelos trâmites legais até chegar lá em Campos vai levar uma semana. Se vocês ficarem lá, vocês vão ser presos. Se quiser escapar tem que sair fora. Mas não deu tempo. Eles pegaram nós aqui. A única coisa que a gente conseguiu foi tirar [cumprir] a prisão aqui". (Delso Gomes, entrevista realizada em 19/11/2014 por Ana Costa e Marilda Iamamoto, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Delso Gomes, atualmente com mais de oito décadas de vida intensa e vibrante, é anistiado político do Estado brasileiro.

No resgate da memória dos que lutaram, Gomes (2000, p.331-334), em seu livro, homenageia os que se envolveram na disputa política por melhoria das condições de vida. Recolhemos aqui os nomes de trabalhadores da agroindústria canavieira e assalariados por ele identificados e registrados[15].

[15] Trabalhadores da agroindústria canavieira e camponeses na luta por direitos no Norte Fluminense: Antônia Paranhos, trabalhadora rural; Alberto Machado, camponês em São Francisco de Itabapoana; Antônio Gonçalves, camponês em São Francisco de Itabapoana; Benício Silva, trabalhador de usina; Cândido Nunes, trabalhador de usina; Ernesto Gomes da Silva, trabalhador de usina; Eliete Gonçalves, trabalhador de usina; Euclides Correa, trabalhador de usina; Francisco Ramos, trabalhador de usina; Jose das Dores, trabalhador de usina; João Cardoso, trabalhador de usina; José Moreira, trabalhador de usina; João Antônio de Faria (trabalhador rural); João Marco, camponês em São João de Itabapoana; João Felizardo, camponês em São João de Itabapoana; Leonel Teixeira, trabalhador de usina; Letelbe Almeida, trabalhador de usina; Manoel Heleno, trabalhador de usina; Neri da Hora, trabalhador de usina; Octávio

Esta é uma ilustração do clima repressivo que presidia a luta por direitos no Norte Fluminense no período abrangido por esta pesquisa. Segundo Gomes (2000, p. 228), em Campos dos Goytacazes "foram mais de 100 presos políticos, além dos que foram intimados a depor e logo liberados".

4. O processo produtivo das usinas e a concentração fundiária

A produção da cana-de-açúcar encontra-se sujeita às variações climáticas, aos recursos naturais (fertilidade do solo e fontes de água) e aos processos biológicos relativos ao crescimento da gramínea, processos estes que atribuem especificidades ao progresso técnico na agricultura (SILVA, 1981). Uma das consequências derivadas desses condicionantes naturais é a *dissociação entre tempo de produção* – que envolve períodos de germinação das sementes e maturação das plantas, períodos de não trabalho – *e tempo de trabalho*, menor que o primeiro. Este condiciona a duração do processamento industrial da cana-de-açúcar e o tempo de rotação do capital empregado nas atividades econômicas agrícolas e industriais, uma vez que o capital permanece improdutivo durante os períodos de não trabalho. Estas variações implicam uma demanda diferenciada de força de trabalho ao longo do ciclo produtivo da cana-de-açúcar e, consequentemente, à indústria relacionada ao seu processamento.

As etapas da produção da cana compreendem: a) *preparação do solo,* que envolve tarefas como desmatamento, homogeneização topográfica, reforma do canavial, correção do índice de acidez do solo, aração e gradeação; b) *o plantio propriamente dito*, consistindo nas tarefas de corte da cana-semente, semeadura, abertura e cobertura de sulcos e adubação de fundação, isto é, dentro dos sulcos; c) *tratos culturais*, com operações de limpas dos canaviais e adubação; *d) a colheita*, antecedida de queima de partidos de cana, seguida do *corte, carregamento em veículos de transporte e envio às unidades processadoras* **(**FERREIRA, 1983; PAIXÃO,1994).

Já a produção de açúcar e álcool é de um tipo de indústria de transformação química de processo contínuo, cuja expressão exemplar é dada pela indústria petrolífera. Como esclarece Alves (1991, p. 21-22):

> na produção contínua, a atividade de transformação da matéria-prima se dá em consequência de uma cadeia de reações que

---

das Dores, trabalhador de usina; Pedro Cabral, trabalhador de usina; Prudêncio, trabalhador de usina; Sátiro Borges, camponês em São Francisco de Itabapoana e no Imbé; Saturnino Cardoso, trabalhador de usina; Urbano Duarte, camponês em São Francisco de Itabapoana.

> transformam o produto integralmente, alterando a qualidade das matérias-primas empregadas. O processo contínuo é típico das indústrias de transformação química, onde a matéria-prima é transformada em cadeia, sem manipulação e sem interferência direta do trabalhador...

Agier e Guimarães (1990, p. 52-53), ao estudarem a petroquímica baiana, salientam como característica do processo contínuo *a ausência de controle efetivo do trabalhador sobre o fluxo e qualidade da produção, programados previamente e instruídos automaticamente nos equipamentos.* Nas unidades fabris os operários têm a função prioritária de *monitoramento e alimentação dos equipamentos*, impedindo que se provoquem interrupções no fluxo predefinido e automatizado da produção e exercendo funções que lhes são complementares. Dedicam-se, ainda, ao *acionamento dos aparatos mecânicos* que aí atuam. Como a *dinâmica do processo produtivo não depende do trabalho vivo como unidade dominante*, faz com que "o processo de produção deixe de ser processo de trabalho, enquanto controlado predominantemente pelo trabalhador" (MARX, 1980, t. 2, p. 219). Este se encontra "ao lado" do processo de produção, não se afirmando como seu agente principal. Aí o trabalho vivo enfrenta *materialmente* o trabalho objetivado como corpo do trabalho vivo, autonomizado frente ao mesmo, como poder que o domina. Isto porque o desenvolvimento científico e sua incorporação nos equipamentos e máquinas, que acionam o processo produtivo, são expressões da *força produtiva em geral da sociedade*, mediatizada pelo capital fixo, e não só da força do trabalhador coletivo atuante na produção. É essa força produtiva geral da sociedade que impulsiona o desenvolvimento do capital, que dela se apropria gratuitamente. Assim, incorporada no maquinismo, a ciência confronta-se com o trabalhador como algo alheio, que ele não domina. Encontram-se condensados no maquinário habilidades e conhecimentos socialmente acumulados. O trabalho vivo é subsumido ao trabalho objetivado nos meios de produzir, que operam de maneira autônoma, movidos por uma força-motriz central. O indivíduo que trabalha torna-se supérfluo, embora não seja desnecessário, porque sua atividade encontra-se condicionada pelas necessidades do capital (MARX, 1980, p. 221).

As 17 usinas existentes no Norte Fluminense no ano de 1979, segundo a pesquisa *Mecanização da Cultura da Cana-de-Açúcar*, realizada pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Estado do Rio de Janeiro (Cepa/RJ), atestam uma

elevada concentração fundiária (RIBEIRO, 1987, p. 411).[16] Segundo a mesma fonte, a área total disponibilizada às usinas era de 161.131 ha, das quais 90% em regime de propriedade e 10% arrendadas. Destas, as usinas utilizavam apenas 56% da área total de que dispunham efetivamente para a produção de cana, com predominância do processo manual, o que implica elevada demanda de mão de obra. A concentração fundiária identificada tinha apoio em processos de grilagem, fruto de pressões sobre posseiros e pequenos proprietários, e na apropriação privada de terras públicas.

A expulsão de moradores ocorrida em Campos (RJ) utilizou-se de estratégias de pressão similares às demais regiões, identificadas por Ribeiro (1987, p. 178): expulsão direta com indenização irrisória ou nenhuma; deslocamento do lote de subsistência para terras esgotadas; exigência de pagamento de aluguel da casa ou seu abandono; atribuição de tarefas dificilmente realizáveis no prazo estabelecido; contratação de trabalhadores de fora por empreitada. A expulsão de trabalhadores ou invasão violenta de suas terras, com base em milícias privadas, remonta aos anos 1920 e foi persistente nas décadas de 1970 e 1980, transformando-os em assalariados, "trabalhadores livres como os pássaros" ou um "*pauper* virtual" nos termos de Marx (1985, 1980). Como registra sinteticamente Ribeiro (1987, p. 173):

> Através de jagunços – polícia privada –, verificam-se expulsões sumárias. Em outros casos, pressão contínua para a venda das terras, tendo o camponês sua roça destruída pela invasão do gado do fazendeiro vizinho, em consequência das cercas que foram derrubadas na surdina, ou o caminho para a água (córrego ou riacho) que passa pela propriedade do fazendeiro, cercado e vigiado por homens armados; bloqueio de estradas que servem para o escoamento da produção, aumentando o grau de autoexploração familiar até o limite da insuportabilidade, pela distância.

Mas a grilagem em Campos também se ampliou *para terras públicas com a conivência de órgãos oficiais mediante ampla drenagem de lagoas*, aumentando as áreas de lavoura e pastagem e facilitando a invasão dos proprietários cujas terras ficavam próximas das margens (RIBEIRO, 1987, p. 174), o que é também registrado na entrevista de Faria anteriormente citada, na qual relembra ter sido pescador nas lagoas e

[16] As usinas registradas eram por ordem decrescente de concentração fundiária, considerando apenas o total de área própria do estabelecimento em hectares: Quissamã (21.000), São José (20.302), Outeiro (11.547), Sapucaia (14.800), São João (13.004), Barcelos (13.837), Baixa Grande (10.000), Paraíso (7.417), Cupim (6.943), Cambayba (6.763), Santa Maria (5.699), Novo Horizonte (5.645), Queimados (5.006,40), Carapebus (4.435,15), Santa Cruz (4.200), Conceição de Macabu (4.000) e Pureza (2.647). Elaboração própria a partir de Ribeiro (1987, p. 411).

vendedor de peixe no mercado municipal. O jornal diário *O Monitor Campista,* de 19/12/1979, tem chamada de primeira página "Depoimentos sobre a invasão da Lagoa serão tomados amanhã". Refere-se à investigação realizada pela Comissão Especial da Câmara Municipal de denúncia sobre a tomada de terras ribeirinhas da Lagoa Feia por fazendeiros. (*O Monitor Campista* de 19/12/1979, recolhido em pesquisa de campo e depositado no NMSPP/CPDA/UFRRJ)

Relatório do presidente da Fetag/RJ, Eraldo Lírio de Azeredo, à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, datado de 15/08/1978, coligido nesta pesquisa, apresenta um quadro geral da situação dos trabalhadores rurais canavieiros no período:

> Os assalariados da lavoura canavieira do Norte Fluminense, que abrange os municípios de Campos, Conceição de Macabu, Macaé, São Fidélis, São João da Barra e Bom Jesus de Itabapoana, representam 50.000 trabalhadores, sem dúvida a maior concentração de assalariados de todo o Estado (Ficha de relatório de Eraldo Lírio de Azeredo, 1978, recolhido nesta pesquisa e depositado no NMSPP/CPDA/UFRRJ).[17]

O relatório citado registra distorções existentes na distribuição das terras no estado, a presença de migrantes, desempregados e subempregados, além de graves conflitos pela luta em torno da posse da terra:

> Basta que se verifique a situação da distribuição das terras de nosso Estado, onde 60% dos imóveis rurais são minifúndios e ocupam apenas 13% da área total do Estado, enquanto os latifúndios, que se constituem em 35% dos imóveis rurais, ocupam 77% de toda a área cadastrada no Estado (Dados do Incra de 1972) (Ficha de relatório de Eraldo Lírio de Azeredo, 1978, recolhido nesta pesquisa e depositado no NMSPP/CPDA/UFRRJ).[18]

O dirigente sindical denunciava o destino dos investimentos governamentais aplicados em grandes obras de infraestrutura realizadas no estado (pontes, estradas, represas, viadutos) que não melhoravam as condições de vida e de trabalho, o transporte e a comercialização da produção dos pequenos produtores das regiões beneficiadas: posseiros, parceiros, arrendatários e minifundistas eram os mais prejudicados.

---

[17] Ficha de registro dos conflitos e violações de direitos no meio rural fluminense, 1946-1988, que afligem os trabalhadores rurais da lavoura canavieira do Norte do Estado do Rio de Janeiro, elaborada pela pesquisadora Annagesse Feitosa, a partir de material recolhido por esta pesquisa e depositado no NMSPP/CPDA/UFRRJ.

[18] *Idem*.

> Com a valorização trazida às terras pelos beneficiamentos governamentais, os grandes proprietários dos imóveis rurais desencadearam um intenso e incessante processo de expulsão dos lavradores ali situados. Vale ressaltar que tais expulsões são conseguidas pela via judicial, e até mesmo pela violência. [...] (Ficha de relatório de Eraldo Lírio de Azeredo, 1978, recolhido nesta pesquisa e depositado no NMSPP/CPDA/UFRRJ).[19]

5. A violência das relações de trabalho e a resistência dos trabalhadores no Norte Fluminense[20]

5.1 A nova prática do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos

No período entre 1968 e 1973, o STRC teve como parâmetro da ação sindical a aceitação dos índices de reajuste salarial estabelecidos pelo Departamento Nacional de Salários, órgão do Executivo federal, a quem era atribuído o mérito dos referidos reajustes, geralmente não cumpridos pelos patrões. Além do aumento salarial, a pauta sindical apresentava as seguintes reivindicações: férias de 30 dias corridos, gratificação no final do contrato para o safrista, quinquênio, estabilidade por determinado período para a gestante, adicional de insalubridade e preço da hora extra com um adicional de preço sobre a hora regular.

Cruz (1995) informa ser uma constante o não comparecimento da representação patronal na mesa-redonda para a busca de acordo, forçando a instauração do dissídio coletivo.[21] O ritmo lento da Justiça fazia com que este ocorresse após a data base do aumento anual, o que dificultava a aplicação do acordo, principalmente aos

---

[19] *Ibidem*.

[20] As informações que se seguem baseiam-se em entrevistas realizadas, entre 25 e 27/11/2014, em Campos, pelas pesquisadoras Marilda Villela Iamamoto e Ana Costa, com o Prof. Dr. Jose Luis Vianna Cruz, ex-assessor pedagógico do Sindicato; Prof. Dra. Lea Paiva, ex-assessora jurídica do STRC; Delso Gomes, dirigente sindical e membro do PCB em Campos; Prof. Dra. Leda Regina Barros Silva, Professora da UFF e ex-assistente social do antigo Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA). Foi ainda entrevistada, no Rio de Janeiro, Dra. Maria Angélica Gentile, juíza do Trabalho aposentada e assessora jurídica da Fetag/RJ da metade dos anos 1970 a início dos anos 1980.Ana Costa e Mariana Trottamentrevistaram ainda a dra. Ana Maria Mendes Nascimento, juíza do trabalho e ex-advogada do STRC.

[21] Isto é ilustrado na reportagem do Jornal *A Notícia*, de 31/07/1984, durante a greve que "paralisa 25 mil boias-frias na região", que diz: "A mesa-redonda que estava programada ontem, para a Subdelegacia Regional do Trabalho, entre empregados e empregadores foi transferida para hoje às 18 h. O delegado do Trabalho Pedro Correa Neto não pôde chegar a tempo para estar presente em função da greve dos metalúrgicos no Rio de Janeiro. Ontem só estiveram presentes à sede do STR o presidente do Sindicato Rural, Celio Wagner, bem com os presidentes da Contag, Jose Francisco da Silva; da Fetag/RJ, Eraldo Lírio; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Manoel Francisco Pereira, e outras lideranças. *Os usineiros não se fizeram representar* (p. 2, grifos nossos).

trabalhadores temporários. Assim, o cumprimento do acordo se resumia ao morador dotado de carteira de trabalho assinada.[22] Tanto Cruz (1995) quanto Ribeiro (1987) anotam práticas assistencialistas e disputas entre os trabalhadores rurais ligados ao STRC, sujeitos aos poucos benefícios do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), e os trabalhadores das usinas, enquadrados como industriários, representados pelo Stiac, beneficiários do então Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), conhecido como "Sindicato da Indústria".

Sob a presidência de Abelardo Gonçalves, o STRC sofreu intervenção do Ministério do Trabalho, em 1973, sendo a gestão concluída por uma junta governativa. Novas eleições foram realizadas em 1974, quando assumiu a presidência José Carlos de Souza Freitas, no mesmo período em que a Fetag passou a ser conduzida por Eraldo Lírio Azeredo na sua presidência, também da zona canavieira de Campos.

O público-alvo do Sindicato, voltado predominantemente para os trabalhadores assalariados, pode ser aferido, no final da década de 1970, com base na pesquisa da Cepa/RJ, a partir de informações à safra de 1978/1979, recolhidas nos escritórios de usinas referentes. Segundo esta fonte, o total da mão de obra permanente ocupada nas usinas era de 8.072 empregados. Destes, 33% eram especializados, dedicados ao manuseio de maquinário, com salário médio/mês equivalente a dois salários mínimos, aproximadamente. Já os demais trabalhadores permanentes, não especializados, dedicados à lavoura da agroindústria, recebiam abaixo do mínimo oficial, assim como os assalariados temporários dedicados ao plantio da cana, que representavam um acréscimo de 13% da mão de obra. Para os tratos culturais, na referida safra, houve um acréscimo de 26% no período de seis meses. No período da colheita essa agroindústria encontrava seu pleno funcionamento, contando, à época, com um aumento de 87% da força de trabalho ocupada nos meses de julho a outubro, destituída dos direitos trabalhistas, sendo, por isto, chamados de "clandestinos", que eram "recompensados" com um salário acima do mínimo (RIBEIRO, 1987, p.159-163).

Documento da Fetag/RJ para o STRC, para a campanha salarial de 1980, recolhido por Ribeiro (1987, p. 102), sustenta que a participação da mão de obra correspondia a 38% no total dos custos da produção da cana.

Inúmeras arbitrariedades nas relações trabalhistas foram citadas por Eraldo Lírio de Azeredo no depoimento anteriormente referido: ausência de pagamento em dinheiro,

[22] Maior detalhamento desse assunto no período encontra-se em Ribeiro (1987).

feito através de “vales”; recolhimento de carteiras de trabalho para registro, sem devolução no prazo legal estabelecido, as quais só eram efetivamente assinadas em caso de acidente de trabalho para tornar possível o acesso ao benefício pelo trabalhador e evitar a reclamação judicial; não recebimento de férias e 13º salário por 80% dos trabalhadores; ausência de fornecimento e uso de instrumentos de proteção; alimentação deficiente, não fornecida pelos empregadores; ausência de conhecimento por parte do trabalhador do preço da tonelada de cana, da linha ou do metro cortado; atraso no pagamento de salários dos trabalhadores “fichados” e contratação de trabalhadores “clandestinos” para tarefas mais pesadas e com salários mais atualizados.

O Jornal *O Monitor Campista* registra a denúncia de José Carlos de Souza Freitas, presidente do SRTC, de que vários empresários rurais de Campos acionavam a Polícia Federal para coagir e amedrontar os seus empregados quando estes reclamavam seus direitos trabalhistas: “Os trabalhadores, quando reclamam seus direitos, são chamados de subversivos e agitadores populares”, diz o sindicalista. Entre esses empregadores estava Antônio Pinheiro Dias, da Fazenda Conceição da Barra, em Lagoa de Cima. É o caso de Wilson Ribeiro, que compareceu ao Departamento da Polícia Federal de Campos, para prestar esclarecimentos a respeito de fatos em apuração no IPP nº 07/79. Diz o trabalhador:

> Meu patrão não quis pagar o 13º salário, férias, feriado remunerado e outras coisas. Procurei o Sindicato que entrou com ação na Junta de Conciliação e Julgamento. No dia 27 de junho compareci a audiência. Após isto ele entrou com processo na Polícia Federal me acusando de subversivo, declarou Wilson Ribeiro (...) “Não sou subversivo, nunca fui, nem sei dizer o que é isto. Isso me deixou muito preocupado. Sou um pobre trabalhador – CR78,00 por dia – que vivo trabalhando para cumprir o meu dever. Espero que a justiça seja feita naqueles (sic) que cumprem com seu dever” *(O Monitor Campista,* ano 146, nº 293, de 19/12/1979, p. 7).

Na década de 1970, a expulsão dos trabalhadores residentes e o contingente de trabalhadores “clandestinos” são ampliados. O STRC passou a fazer denúncias na imprensa dos casos mais graves, registrados por Cruz.[23]

[23] Demissão em massa das fazendas; Trabalho em regime de semiescravidão; Condição de total clandestinidade às relações trabalhistas; Regime de exploração nas tarefas da lavoura, principalmente no corte da cana; Exploração do trabalho da mulher e do menor; Insalubridade e periculosidade do trabalho, particularmente no uso de agrotóxicos; Proliferação de empreiteiros, como meio de mascarar o vínculo direto com os fazendeiros e sustentar a clandestinidade da relação do boia-fria (CRUZ ,1995, p. 53).

Em 1980, trabalhadores rurais e dirigentes sindicais estaduais e nacionais (Fetag e Contag) de todo o Norte Fluminense reuniram-se no STRC, propondo uma data base dos dissídios coletivos para toda a região. O deputado Walter Silva (PMDB/RJ), ex-assessor jurídico da entidade, lembra que:

> o primeiro documento legal tratando de dissídio é uma conquista de Campos. Em 1960 e inclusive em 1966 o Sindicato de Campos foi surpreendido com um movimento grevista espontâneo na Usina São José, ocorrido devido à suspensão ilegal do salário família devido pela empresa (*Folha da Manhã*, nº 298, ano 3, 3/11/1980, p.1. "Rurais veem data base para dissídio").

As mobilizações dos trabalhadores vinham responder a conflitos trabalhistas acumulados e que passavam a apresentar inéditas alternativas de enfrentamento favoráveis aos trabalhadores pela via judicial sob a condução do sindicato. Este passou a romper o histórico monopólio dos usineiros no estabelecimento de práticas arbitrárias de condução das relações de trabalho, que aconteciam desrespeitando a legislação vigente. Elas corporificavam incontestes violações de direitos sociais – especialmente trabalhistas – e de direitos humanos.

A consulta à documentação dos arquivos da Fetag/RJ por esta pesquisa foi fonte fértil para a identificação de exemplos de violações de direitos. Os documentos encontrados foram sistematizados em fichas de registro dos conflitos e violações de direitos no meio rural fluminense (1946-1988) aqui utilizadas.[24] Elas são ilustrativas da situação em que se encontravam os trabalhadores canavieiros da região. São frequentes nessa documentação as reclamações referentes a ausência de assinatura da carteira de trabalho profissional durante todo o período trabalhado; ausência de pagamento do piso salarial, não pagamento integral dos salários devidos; ausência de pagamento de repouso remunerado; não consideração, na jornada de trabalho, do tempo despendido no transporte para as áreas localizadas em distintas propriedades; não cumprimento do acordo coletivo quanto ao pagamento do preço para o corte de cana; irregularidades no

[24] As fichas, que dão suporte aos exemplos citados a seguir, foram elaboradas pelas bolsistas de iniciação científica Isabella de Souza Maio e Adriana de Jesus Garcia Pinto da Faculdade de Serviço Social da UERJ, vinculadas à pesquisa "Estado, classes trabalhadoras e Serviço Social no Brasil (2003-1015). Condições de vida e trabalho dos assalariados da agroindústria canavieira fluminense" sob a responsabilidade acadêmica da pesquisadora Marilda Villela Iamamoto (CNPQ/UERJ). Foram utilizadas ainda fichas de conflitos elaboradas por outros componentes da equipe de pesquisadores. O acervo de dados é tal que requereria um estudo específico sobre as referidas fichas, o que não cabe no presente texto.

pagamento de aviso prévio, férias, 13º salário, horas extras; não pagamento de indenizações por tempo de serviço; fraudes nas contratações; prestação de serviços fora dos períodos constantes na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), retificação de datas de admissão na CTPS, entre outras.

Neves (1989, p. 5 e 7) apresenta depoimento de um dos trabalhadores, durante a assembleia de decretação de greve de 1984, que sintetiza aquele contexto, as motivações e o sentimento dos assalariados, diante da negação dos seus direitos ou, como ele afirma, estão "roubando os nossos direitos":

> Somos trabalhadores sofridos, pisados, massacrados. Além de pagarem salário de fome, ainda têm coragem de roubar da gente, tirar da gente, roubar no metro, no peso, nos direitos. Eu às vezes penso que eles não podem encarar a gente. Como que alguém pode ter coragem de roubar de uns trabalhadores que só têm o que comer e olhe lá que comida...!
> Roubam, roubam, roubam e não têm contemplação. Se o trabalhador falta, desconta.
> Se chega atrasado, desconta. Corto cana, faço meu esforço e sou roubado. Não tenho a quem reclamar. (...)
> Nós não podemos aceitar essa situação. Temos que lutar. Eles não podem ficar fazendo isso com a gente. Pensa que a gente é cachorro, que não tem vergonha, que não tem coração? Nós não somos cachorro não. Botam a gente para viajar em caminhão de transportar gado. Botam a gente para viajar com as bostas de boi. As mulheres com as pernas abertas, uma pra dentro e outra pra fora do caminhão. A gente correndo para não perder o caminhão e eles passam e deixam a gente com a cara de bobo, sabendo que o trabalho e o ganha-pão e, se não trabalhar, não vai ter o que comer.
> Precisamos de condução decente para a gente viajar. Nós saímos de casa para trabalhar e não para passar vergonha.

Em seu processo de renovação e em resposta a essa realidade, o Sindicato passou a contar com dois advogados e um assessor educacional para atuar em Campos, São João da Barra, Conceição de Macabu e São Fidélis.

O esforço da Contag, da Fetag e do STRC na arregimentação de profissionais do direito que tivessem não apenas o domínio das leis, mas principalmente uma concepção política de compromisso com os direitos dos trabalhadores, pode ser observado neste trecho da entrevista com Maria Angélica Gentile:

> (...) foi uma estratégia de luta impressionante. Porque você só tinha uma maneira de fazer aquilo; *que era a via judicial*. E aí,

> nós ressuscitamos, vamos dizer assim... porque desde que essas duas legislações surgiram, além de ninguém nem tomar conhecimento da existência delas, elas nunca tinham sido aplicadas. Nem uma nem outra. Nem a trabalhista, propriamente dita; e a dos colonos. Do colonato; que era o Estatuto da Terra. Ninguém nem sabia! E nunca tinham sido utilizadas. E aí, o que é que a gente ia fazer? A avaliação que se tinha, naquela época, era de que a única forma que a gente tinha de apoiar a luta deles e dar proteção a eles, que resistiam ali, que ainda estavam ali era de você fazer *a luta jurídica*. Então, era uma luta extremamente trabalhosa (Maria Angélica Gentile, entrevista realizada em 11/07/2014 por Ana Costa e Mariana Trotta, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Foram criadas cinco delegacias sindicais, que sediavam postos de saúde e tornaram-se espaços de aproximação dos trabalhadores. A colaboração de intelectuais como Moacir Palmeira e Ligia Sigaud à Contag contribuiu para a ação sindical, além de Afrânio Garcia, que era assessor educacional na Fetag/RJ.[25] O STRC desenvolveu apoio aos trabalhadores rurais com foco nos direitos trabalhistas, atendimento assistencial, ambulatorial e judicial. Ampliaram-se as ações trabalhistas individuais e os ganhos indenizatórios, de que são ilustrativas várias fichas de registros de conflitos reunidas por esta pesquisa. O dirigente sindical era considerado "advogado prático", decodificador da legislação e de recursos jurídicos[26], o que favorecia as negociações com o patronato. Esta posição incorporada pelo STRC foi subsidiada pela Contag e Fetag/RJ, a partir do 3º Congresso dos Trabalhadores Rurais.[27]

Nos anos 1980, o movimento sindical passou a priorizar *ações coletivas*, ampliando suas repercussões.

> Nós entramos na justiça com ações coletivas, pra poder agregar, pro pessoal aprender a trabalhar em conjunto, porque o assalariado é muito solto, independente, não tem noção do que é o trabalho em coletivo, união, de solidariedade, cada um é por si, cai no eito, ganha por produção, então quem for mais rápido

[25] Afrânio Garcia Jr., Ligia Sigaud e Moacir Palmeira eram, na época, professores do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

[26] "Os trabalhadores se sentiam acolhidos no sindicato, a assessoria jurídica era boa, Zé Carlos ouvia... e tinha sido cortador de cana, cultivava as amizades. E no aspecto organizativo ele era interessante. Ele tinha os nomes de todo mundo desse município, das fazendas, das usinas, dos eitos, dos aceiros.... Ele tinha o mapa das lideranças..." (Entrevista com José Luís V. Cruz, realizada em 19/11/2014 por Ana Costa e Marilda Iamamoto, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ)

[27] Exemplificam esta orientação os documentos obtidos na residência de José Carlos de Souza Freitas, doados pela família à equipe de pesquisadores, sobre "questões trabalhistas" e "questões previdenciárias". Trata-se de material do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília em maio de 1985, congregando a Contag, 22 federações e 2.600 sindicatos.

> se safa, eles não tão nem aí. Eles querem o parceiro no corte de cana, porque antes eram sete linhas. Um fica de um lado do aceiro, o outro fica do outro lado, um à direita e o outro à esquerda. E eles vêm cortando juntos, se os dois não tiverem um pique semelhante, um fica pra trás e o outro vai embora. É difícil agregar, então nós começamos a fazer ações coletivas, plúrimas, numa ação só a gente botava 50 trabalhadores. E outros mecanismos que eu não lembro mais direito não, sabe. Mas a coisa foi costurando através dessas pequenas iniciativas até chegar a uma deflagração de greve (Ana Maria Nascimento, entrevista realizada em 15/12/2014 por Ana Costa e Mariana Trotta, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Crescia, simultaneamente, a pressão da Justiça do Trabalho sobre a assessoria jurídica do Sindicato. A pressão do movimento sindical e dos advogados ao nível nacional culminou com a remoção do juiz, atribuindo transparência à ausência de isenção da Justiça Trabalhista ante os interesses patronais.[28]

Destacamos a seguir alguns casos exemplares que retratam a violência das relações de trabalho e a destituição de direitos dos trabalhadores rurais.

5.2 O assassinato do trabalhador rural Jotaci Teixeira da Silva

Nesse panorama de crescente tensão entre trabalhadores e latifundiários, merece registro a identificação de assassinato do trabalhador rural Jotaci Teixeira da Silva em São João da Barra, por um agente privado, preposto do proprietário fundiário, ainda que extrapole a centralidade atribuída neste texto aos assalariados canavieiros.

A grave violação de direitos, foi denunciada por lideranças sindicais, com grande repercussão na imprensa regional, ocorreu na Fazenda Tipiti, de propriedade do Barão Ludwig Kummer, em São João da Barra. Jotaci Teixeira da Silva foi assassinado pelo gerente da propriedade, em 31/03/1983. Jotaci era meeiro da fazenda e pai de 11 filhos. Sua esposa, Marcia do Carmo, além de seis filhos do casal, trabalhava na Tipiti Indústria de Farinha Ltda., onde recebeu a notícia do assassinato do marido.

A denúncia da arbitrariedade foi divulgada na primeira página do jornal *A Notícia* nº 102, de 01/05/1983, sob o título: "Líder rural pede punição para os responsáveis por morte de trabalhador". Um ato público de denúncia e protesto contra o assassinato foi marcado por um clima de revolta e temor. Reunindo 120 trabalhadores

[28] Detalhamento desse processo de afastamento do juiz poderá ser conferido em entrevista concedida pela ex-advogada e atualmente juíza do Trabalho/ES, Dra. Ana Maria M. Nascimento, realizada em 15/12/2014 por Ana Costa e Mariana Trotta e depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ.

rurais, o ato foi conduzido por representantes do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São João da Barra, na presidência de José Maria Felizardo, e por representantes da Fetag e da Contag. Conforme informações do referido diário neste evento, faixas penduradas no Travessão da Barra estampavam os seguintes dizeres: "Morreu Jotaci por lutar pelo pão para seus filhos"; "Jotaci Teixeira da Silva foi assassinado covardemente em 31 de março de 1983"; "Jotaci era sócio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João da Barra, com matrícula 2473". Um livro de cordel contando a morte de Jotaci Teixeira da Silva foi lançado e vendido a preço simbólico com o propósito de colaborar com a família do trabalhador.

O pronunciamento do presidente da Fetag/RJ, Eraldo Lírio de Azeredo, reclamava das autoridades do Estado do Rio de Janeiro e do governo federal, por intermédio do Incra, medidas de urgência para evitar novas mortes. Informava que dos 63 municípios do estado, em mais de 30% deles, ou seja, 23, existiam atritos entre grandes latifundiários e parceiros que já ocupavam as terras há muitos anos. O secretário da Contag, Gelindo Zulmiro Ferre, afirmava que, somente em 1982, 28 trabalhadores na agricultura foram brutalmente assassinados em conflitos de terra provocados por grandes latifundiários.

Vale citar outros extratos da reportagem de *A Notícia* de 01/05/1983:

> Os trabalhadores – muitos com mais de 20 anos trabalhando dentro da Tipiti – vêm sendo constantemente ameaçados de morte por um ex-policial e outros capangas. O gerente que assassinou o Jotaci Teixeira continua em liberdade e, segundo informações colhidas em Travessão da Barra, ele assume a administração da fazenda na terça-feira. José Maria Felizardo, o líder sindical, diz que isto pode representar um *salvo conduto para que ele volte a matar outros trabalhadores* e, logo em seguida, exige justiça para o criminoso, assegurando que vai contratar o melhor advogado para dar assistência à família e pedir condenação do homicida.
> (...)
> Enoque Alves Moreira, outro meeiro da Fazenda Tipiti, corrobora com a viúva, afirmando que nos 27 anos que passou na propriedade até hoje só passou sacrifícios e sofreu ameaças de morte.
> (...)
> Nós não temos nenhum direito. Eu estava construindo uma nova casinha já que a minha está querendo cair e os *homens do Barão* foram lá e derrubaram tudo. Garantiram que se eu fizesse de novo eles iam me matar. Só não fizeram antes porque eu não fiz oposição quando destruíram tudo que estava pronto.

A reportagem assinala que, nos dois anos anteriores, duas novas habitações haviam sido derrubadas pelos *capangas* da fazenda. Esta atitude premeditada tinha em vista a expulsão daqueles que durante tantos anos foram explorados cultivando a terra e vendendo mandioca ao Barão por um preço irrisório, conforme denunciava José Maria Felizardo.

5.3 O caso de contaminação de trabalhadores rurais por biocidas organomercuriais

Um caso que merece destaque, identificado ao longo da pesquisa de campo, foi a contaminação de 21 trabalhadores da cana-de-açúcar na região, por fungicidas, identificada e comprovada pela Fundação Getúlio Vargas/Instituto de Seleção e Orientação Ocupacional (FGV/ISOP, 1980)[29] e por órgãos oficiais. Ela foi objeto de estudos científicos ao nível de doutorado na Fundação Oswaldo Cruz (CÂMARA, 1985).

Esta constatação é parte do projeto de Otimização Ergonômica nos Tratos Culturais da Cana-de-Açúcar, desenvolvido no Município de Campos em março de 1979. O laudo pericial foi emitido pela Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, conforme registra reportagem de Adelfran Lacerda, base dos dados que se seguem ("Na guerra contra biocidas. Trabalhadores querem ser indenizados", publicada no *Folha da Manhã* nº 95, de 16/04/1981, p. 2).

Estudo efetuado reconhece que as políticas adotadas no país tendo em vista o aumento da produtividade agrícola estão relacionadas ao uso de pesticidas, cujo consumo sofreu aumento com o acesso ao crédito rural. Tais substâncias manipuladas pelos trabalhadores contaminavam-nos no trabalho. Além disso, "as 'políticas modernizantes' adotadas causaram um empobrecimento do trabalhador rural e consequentemente diminuíram seu nível de vida" (CÂMARA, 1985, p. 55).

Em Campos, a aplicação de fungicidas mercuriais tinha lugar em dois momentos, na época do plantio: o primeiro, inteiramente manual, quando os toletes de

[29] A equipe técnica responsável pelo projeto, realizado mediante o convênio Subin/Isop 031/78, Otimização econômica nos tratos culturais da cana-de açúcar, foi composta por: Maria Regina Chuari da Silva (Isop/FGV); Armando Augusto Clemente (Coppe/UFRJ); Lenice Ferreira de Morais da Silveira (Isop/FGV); Miguel de Simoni (Coppe/UFRJ); Rui Melo de Carvalho (Ibre/GIA/FGV); Vera Lucia Marins Vieira (Isop/FGV); Volney Magalhães Câmara (FM/UFRJ) e Vania Maria Barroso (Coppe/UFRJ).Contou com a supervisão pelo ISOP de: de Ued Martins Manjud Maluf, Euridice Freitas, Jose Cavaliere Figueiredo e Monique Rose Aimée Augras.

cana eram banhados por uma solução de água e fungicida; o segundo, mediante a pulverização da mesma substância nos toletes através de bomba manual. As partículas podiam penetrar nos pulmões por vias respiratórias, cutâneas e digestiva, ingressando na corrente sanguínea e causando intoxicação dos trabalhadores. O contato dérmico ocorria quando se preparava a solução, durante a aplicação e no plantio. A ingestão era processada durante a alimentação, feita no mesmo local de trabalho[30].

Conforme informa Câmara (1985, p. 2), os resultados da pesquisa foram objeto de consideração pelo STRC, que realizou ampla campanha de divulgação desses resultados em jornais, rádio, televisão, e de um abaixo-assinado que recebeu o endosso dos órgãos de classe dos trabalhadores na agricultura, defendendo a eliminação dos fungicidas organomercuriais:

> Como desdobramento (...) a Contag redige um documento solicitando ao Presidente da República a imediata proibição da produção, importação, comercialização e utilização de fungicidas mercuriais no Brasil.
> Finalmente, a portaria nº 006 da Secretaria de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Saúde tornou proibido o registro de fungicidas organomercuriais (CÂMARA, 1985, P. 95).[31]

A ação de reparação de danos físicos postulada contra os empregadores foi encaminhada pelos advogados do STRC, Edson Carvalho Rangel e Ana Maria M. Nascimento, e estendida a todos os empregados que tiveram caracterizada a contaminação sofrida.[32] Segundo a assessora jurídica do Sindicato, seria também proposta ação acidentária contra o órgão previdenciário, já que o empregado, na condição de segurado, contribuía mensalmente para cobrir riscos advindos de sua

[30]O levantamento foi feito no período de 10 a 14/12/1979, tendo sido recolhidas 25 amostras de sangue, 23 de urina, três de cana e uma amostra de folha. Todos os 29 doadores foram submetidos a exame clínico por médico da equipe, sendo realizada a respectiva anamnese. A análise do material foi feita no Instituto Nacional de Tecnologia do Ministério da Indústria e Comércio (INT/MIC), que constatou a contaminação. Da população examinada, 72% estavam seriamente envolvidos com a possibilidade de intoxicação crônica por mercúrio, alguns com níveis de intoxicação aguda. Dos contaminados, mais de 50% apresentavam sinais de alteração no sistema nervoso: tremor de mão (14); dislalia (quatro); alteração de marcha (dois). Alterações dermatológicas foram encontradas em aproximadamente 80% dos lavradores examinados, predominando rarefação de pelos e alopecia (14); eczema de contato (seis). Outros dados obtidos foram: hipertensão arterial (seis casos); edema (quatro); cefaleia (dez); dores articulares (sete); lipotimia (três); insônia (três); alterações renais (dois).

[31] Projeto de Lei nº 3.454, de 26/07/1980, do deputado Walter Silva/PMDB-RJ. Site: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=616C3F0E2A9D3440908132A860C4A1E2.proposicoesWeb1?codteor=1172859&filename=Dossie+-PL+3454/1980. Acesso em 02/05/16.

[32] Esta ação tem por suporte legal os preceitos contidos nos artigos 1520, 1521, 1518, 1537, bem como no inciso 21 do artigo 153 da Constituição Federal, tendo como processamento os termos previstos no Código de Processo Civil, através dos artigos 282 e seguintes.

prestação laboral. Nesse processo, o próprio presidente do STRC encabeçou a ação por estar contaminado pelos biocidas mercuriais.

5.4 A violência e repressão nas condições de trabalho nas usinas

Pesquisa realizada na década de 1980 em usinas da região, pelo Serviço Social do IAA, registrou a história de violência e repressão, com degradação das condições de trabalho, o que pode ser observado nos relatos a seguir apresentados de Leda Regina Barros Silva, assistente social do antigo IAA, atualmente professora da UFF/Campos. Ela relata casos de mulheres que levavam filhos recém-nascidos aos canaviais e os amamentavam rapidamente nos intervalos do corte da cana; a ausência de pagamento do descanso remunerado aos cortadores e a explicita violência e repressão enraizada na usina Campbayba:

> Em Cambayba, um dos diretores, dono da usina, e que era também proprietário de terra – já faleceu – nos atendeu, duas vezes, em seu escritório na usina com uma espingarda e uma machadinha em cima da mesa, ao lado dele, bem demonstrativa assim; (...) e dizia o mesmo para nós, equipe técnica (assistente social e estagiárias de Serviço Social): "Acho uma bobagem vocês aí fazendo pesquisa sobre a situação de vida e do trabalho deles, porque os trabalhadores devem dar graças a Deus de ter a gente... que está oferecendo emprego, porque o que eles sabem? Não sabem nada, não são alfabetizados". (...)
>
> A gente tinha, na verdade, muito mais dificuldade para supervisionar, fazer os acompanhamentos técnicos na [usina] Cambayba do que nas outras [usinas]. (...)
>
> Quando chegávamos, deixávamos o carro oficial e nos apresentávamos para entrar nos setores, (...) nós falávamos com alguns funcionários na entrada da Usina e um deles o que fazia? Colocava a mão na parte superior do revólver que aparecia no bolso e sutilmente mostrava para nós, técnicos (...). A gente entendia perfeitamente a mensagem e, em vários momentos, não só da pesquisa, mas nas visitas de acompanhamentos técnicos regulares, morríamos de medo sim, claro. Nós tivemos a revelação, na própria indústria, de alguns trabalhadores: "Tomem cuidado com o que vocês falam perto de chefias maiores" (...). Isso era direto na Usina Cambayba, muito forte!
>
> Mas no final de semana, as nossas moradias eram fiscalizadas pelo capataz ou por alguém que era relacionado ao usineiro, o dono da fazenda. Sempre tinham os cavalos fazendo ronda em volta das casas, a gente não tinha tranquilidade" (...). Teve um caso, por exemplo, de uma revelação de um trabalhador mais antigo da Usina Barcelos: ele colocou que às vezes era o próprio chefe que fazia a ronda da plantação da cana. Ele derrubou a cerca, foi lá e tomou tudo, derrubou todas as plantações (...) isso

> foi uma violência (...). (Leda R. B. Silva, entrevista realizada em 20/11/2014 por Ana Costa e Marilda Iamamoto, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Nesse quadro de degradação das condições de trabalho, em 1984, a Usina Cambayba, de propriedade de Heli Ribeiro Gomes, assumiu a liderança na região na produção de álcool, tendo declarado uma produção de 12.193.000 litros, enquanto a segunda colocada, a Usina São João, contabilizava menos de três milhões de litros. A Usina Cambayba fazia também grande safra de açúcar, com uma produção de 324.700 sacos até o dia 15 de julho. Tais dados constam de nota do jornal *A Notícia*, ano 67, nº 170, de 15/07/1984 intitulada "Cambaiba dispara na produção do álcool e faz também grande safra de açúcar" (p. 1).

6. O processo de construção da greve dos canavieiros fluminenses de 1984 e seus desdobramentos.

A greve dos canavieiros de Guariba, em São Paulo, ocorrida em 1984, foi de caráter espontâneo e fora das exigências legais, precipitada pela imposição do corte de sete ruas de cana (em substituição ao corte de cinco ruas), que desencadeou um amplo processo de mobilização e organização dos canavieiros na região. A proposta de condução de uma greve em Campos não era cumprir exclusivamente os requisitos legais como fora a de Pernambuco, estritamente dentro das normas legais,[33] mas também não pretendia ser como a de Guariba.

O caráter da greve dos canavieiros do Norte Fluminense foi distinto das duas experiências antes assinaladas, segundo depoimentos recolhidos na pesquisa. Como esclarece Cruz em sua entrevista:

> A greve de Campos foi preparada durante dois anos, de forma que a gente não deixasse nenhuma brecha legal no caminho da greve para não despertar repressão, mas que fosse construindo um arco de alianças capaz de, no momento de estourar a greve, rasgar a lei e ter suporte social. Também a conjuntura de 84 ajudou. Esse trabalho que a gente fazia, eu, Ana e João Campanário (José Luís Vianna da Cruz, entrevista realizada em 19/11/2014 por Ana Costa e Marilda Iamamoto, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

[33] Sobre essas mobilizações e seus desdobramentos, ver SIGAUD (1980); *O Pasquim*, 24 a 30/10/1980; Cordel (s/d).

.

Segundo esse depoimento, José Carlos de Souza Freitas reunia nas fazendas os trabalhadores rurais. A estratégia era tirar os trabalhadores rurais de usina da área de influência política do Stiac, envolvendo-os num "trabalho de massa", ainda que continuassem filiados ao seu sindicato de origem. As reuniões com a base ocorreram durante dois anos. Subordina-se, assim, a disputa burocrática e por recursos ao trabalho político classista. Os assessores iam a campo para mobilizar os cortadores de cana, não obstante suas diferenças internas: moradores das fazendas, clandestinos, moradores das favelas urbanas. Na época, a absoluta maioria já era formada de "boias-frias", como informa o entrevistado. A luta exclusivamente legal se revelava insuficiente e o trabalho pedagógico voltou-se à identificação do que se deveria fazer para que os direitos fossem efetivados, o que dependia da força do trabalhador. Os trabalhadores já percebiam como sua presença fazia diferença e o sindicato ocupou esse espaço de representação.

A mediação jurídica muito colaborou na legitimação da autoridade do sindicato junto aos trabalhadores. Estes eram portadores de uma forte visão hierárquica e subalterna e conseguiam transferir o reconhecimento do poder da autoridade do patrão para o sindicato, ainda que com componentes mágicos e míticos. Como destaca Cruz (2015), então assessor educacional do STRC, contratado pela Contag e colocado à disposição deste Sindicato:

> Patrão é o chefe, dono, proprietário, é autoridade, é poder. De repente, o poder do patrão fica contrabalançado com o poder dos advogados e a Justiça chega e diz numa audiência de patrão com empregados: o empregado tem razão, e dá ganho de causa para o empregado. Quem defendeu o empregado? O sindicato. Aí passa a ter mais de uma autoridade. O patrão não deixa de ser autoridade, mas não existe só uma autoridade. Existe uma autoridade do lado dele (do trabalhador). De repente lideranças de trabalhadores iguais a ele cumpriam este papel; então nós temos autoridade. Não foi tão elaborado assim. A gente elabora depois (...) Ele é minha autoridade. Eu sou minha autoridade, consciência de classe mesmo. Mas sabia que isso não é doutrina. É luta. Então a luta jurídica foi fundamental num primeiro momento, mas aí teve a greve.
>
> Tinha que ter uma greve, e nosso medo era a greve ser derrotada, ter porrada e nenhum ganho. Mas aí construímos essa grande frente, era um país diferente em 1984, depois de 78 que a ditadura foi derrotada nas urnas, 74 um pouco, 78 muito, 84 já era véspera do fim da ditadura. Mas tem a ditadura e tem o campo, que permanece até hoje, isso era no campo. A construção de autoridade divina, então isso parece uma mágica

> quando acontece. Mas vocês que estão pesquisando sabem, isso não aconteceu a ponto de os trabalhadores rurais se tornarem uma vanguarda de nenhum movimento de mudança. Então isso tem avanços e recuos. (José Luis Vianna da Cruz, entrevista realizada em 31/05/2015 por Ana Costa, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

O mesmo entrevistado salientou, na ocasião, a importância de características pessoais e políticas do dirigente sindical José Carlos de Souza Freitas: sua habilidade de identificar trabalhadores, moralmente corretos, com potencial de liderança[34], dos quais cuidava com zelo; sua integração com os trabalhadores do campo, tendo um "mapa do município na cabeça", que era por ele percorrido.[35] A partir de suas origens no trabalho no corte da cana,[36] conhecia feitores e capatazes, prepostos dos fazendeiros, antigos trabalhadores, que o respeitavam abrindo possibilidade de conversa.

A seguir, é reproduzido o esclarecedor depoimento de José Luiz V. Cruz:

> Teve um momento interessante, a gente usou técnicas do [Augusto] Boal e o desfecho do nosso trabalho educacional foi uma peça de teatro no sindicato, com os depoimentos que nós nessas reuniões colhíamos dos trabalhadores. A gente reunia no eito também, (...) ia para o campo mesmo, onde tinha aglomerado de trabalhador: a gente parava, discursava, fazia agitação, na linha leninista, e mobilizava. Confiavam em Zé Carlos, no sindicato, já tinham obtido os ganhos, faziam o patrão tremer, faziam o patrão respeitar. Então quebrou o encanto do patrão, eu falo isso no meu artigo; o patrão é substituído pelo sindicato, a autoridade passa [do patrão para o sindicato...]. Porque, na verdade, antes do sindicato assumir esse lugar, era ao patrão que eles iam perguntar quais os direitos. E era a maior ou menor proximidade [do patrão] que definia o "tamanho dos

[34] Cita o exemplo de Luis Carlos Wigand, liderança que emerge da experiência de luta, cuja história foi registrada por Neves (2001) sob o título: *Fé e coragem nas tormentas de um delegado sindical*, a partir de entrevistas por ele concedidas à pesquisadora.

[35] Em entrevista, José Carlos mostra sua forma de fazer política no respeito à sua base. Indagado quanto ao tipo de reivindicação que ocorreria no ano em curso, eles reponde ainda não saber, porque: "A gente vai discutir com o trabalhador qual a maior necessidade, o que eles estão precisando. E tentar ver na assembleia qual é a reivindicação do trabalhador, senão não interessa a ele" (Entrevista com José Carlos de Souza Freitas, então presidente do STRC, sem data, realizada por João Carlos Duarte e depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

[36] Diz o sindicalista: "Era assalariado também e tinha roça que a gente tocava e dava a meia ao fazendeiro. Essa roça a gente fazia aos domingos. Naquela época não tinha carteira assinada, não tinha férias, era uma escravidão. Comecei com oito anos, trabalhei muito tempo. Depois é que comecei a trabalhar na usina com carteira assinada. Assim mesmo, eu comecei a trabalhar na usina em 1959 como clandestino, sem carteira assinada. Só fui assinar carteira em 1963. Trabalhei um bocado de tempo sem carteira assinada. Quando veio a previdência social para o trabalhador rural da usina [foi] que começou o corre-corre para tirar carteira e legalizar a situação dos trabalhadores. Assim mesmo, tinha muita gente nesta época que não tinha carteira assinada" (*Idem*)

> direitos" (...) A gente recolheu essas falas, eu, Ana e Campanário. Foi muito bom esse processo. E transcrevemos a fala e transformamos em peça [teatral] que seria de três ou quatro atos. (José Luis Vianna da Cruz, entrevista realizada em 19/11/2014 por Ana Costa e Marilda Iamamoto, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

A greve se espalhou como um "rastilho de pólvora que se incendiou", atingindo locais que o sindicato sequer havia visitado e, inclusive, usinas muito fechadas como a Cambayba e a Sapucaia – "que era no chicote". Nesta última, houve tensão, pois não foi permitido o ingresso da representação sindical para conversar com os trabalhadores sobre o acordo, tendo sido seus representantes cercados por capatazes armados. A Polícia Militar foi acionada e advogados e assessores mediaram o conflito impedindo a ação repressiva em uma concentração de cerca de 200 trabalhadores da usina, conforme relata Cruz na citada entrevista de 31/05/2015.

Dados publicados no jornal *A Notícia*, ano 67, nº 177 de 31/07/1984, p. 1, sob o título "Greve paralisa 25 mil no primeiro dia e pode ser ampliada hoje", registraram a paralisação das atividades a partir de zero hora do dia 30 de julho, após assembleia em que os trabalhadores definiram pela greve em apoio a dez reivindicações por melhorias dos salários, de condições de vida e de trabalho. O jornal informa que nesse primeiro dia somente no Travessão, na balança da usina Barcelos, "houve incidente com a Polícia Militar, contornado pela advogada Ana Maria do Nascimento que lembrou aos PMs a determinação do governo Brizola em apoiar movimento pacífico, que era considerado legítimo".[37] O jornal publicou ainda o depoimento de José Francisco da Silva, presidente da Contag, que informava: "pelos cálculos do comando de greve, hoje poderá subir para 85 mil o número dos grevistas, sendo 80 mil no Município de Campos e cinco mil nos demais municípios que estão propensos a aderir" (*A Notícia*, ano 67, nº 177 de 31/07/1984, p. 2).

A greve durou 48 horas, tendo sido suspensa a partir de zero hora do dia 01/08/1984. Durante este período, seis usinas tiveram suas atividades paralisadas: Outeiro, Carapebus, São João, Cupim, Barcelos e Sapucaia (*A Notícia,* 01/08/1984, p. 2). Sentaram-se à mesa de negociação usineiros, empreiteiros e fornecedores com os sindicatos dos trabalhadores. O referido jornal registra que uma das dificuldades durante

[37] O presidente da Fetag/RJ, Eraldo Lírio, foi taxativo ao afirmar que: "na assembleia que realizamos no dia 22, os secretários da Justiça e Interior, Vivaldo Barbosa, e de Trabalho e Habitação, Carlos Alberto de Oliveira, nos deram garantia do governo do Estado que um movimento legítimo não teria interferência da polícia e nós vamos cobrar isto. Acredito até que alguém não tenha entendido a determinação do governador Leonel Brizola" (Jornal *A Notícia*, ano 67, nº 177 de 31/07/1984, p. 2).

a mesa-redonda foi a posição dos usineiros que “discutiam a falta de representatividade do Sindicato dos Trabalhadores Rurais para discutir acordo para quem eles consideravam industriários”. A junta governativa do Stiac, sob a liderança de Lairton Escafura Rangel, ainda que presente, nada discutiu ante a firme posição dos canavieiros em não reconhecer sua legitimidade para debater as reivindicações em pauta.

O acordo saiu após cinco horas de negociação[38]. Uma das vitórias dos trabalhadores rurais foi a obtenção de uma cláusula prevendo o pagamento de 50% do valor correspondente às 48 horas de paralisação. Foram 11 as conquistas, sendo as mais importantes: um salário 30% maior que o mínimo oficial; tabela do preço da cana equiparada à conquistada na greve de Guariba; transporte gratuito e seguro; fornecimento gratuito de ferramentas, assinatura de carteira diretamente pelo empregador e fim das empreiteiras; além da representação sindical dos canavieiros vinculados à usina pelo STRC.

Quadro 1. Acordo Coletivo de Trabalho – Subdelegacia do Trabalho. Delegacia Regional do Trabalho – 1984

1. - Os veículos destinados ao transporte de trabalhadores rurais serão gratuitos e obedecerão às normas do Código Nacional de Trânsito, vistoriados pelo DETRAN, devendo as ferramentas ser transportadas em compartimento próprio, quando se tratar de caminhões.
2. - Serão obrigatoriamente fornecidos aos trabalhadores envelopes ou comprovantes de pagamento, contendo o nome do empregador e do empregado, a quantidade de tarefas executadas, o valor do pagamento e os descontos efetuados.
3. - Nos dias em que não houver trabalho por motivo de chuva ou qualquer outro motivo de força maior, alheio à vontade das partes, o empregador pagará salários integrais ao trabalhador, desde que comprovada sua presença no local de trabalho.
4. - Os empregadores fornecerão, obrigatória e gratuitamente, as ferramentas necessárias ao trabalho, bem como equipamentos de proteção individual ao trabalho, como botas, luvas, macacões, caneleiras, de acordo com as exigências legais e dentro de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da assinatura do presente acordo.
5. - O empregador fica obrigado ao pagamento de salários por motivo de doença até 15 (quinze) dias, devidamente comprovado através de atestados médicos.
6. - A tarefa para o corte de cana fica estabelecido o sistema de “5 linhas”.
7. - O preço para o corte da cana obedecerá aos seguintes valores:
a) para cana queimada CR$ 45,50 (quarenta e cinco cruzeiros e cinquenta centavos) o metro linear de 5 linhas;
b) para a cana irrigada CR$ 91,00 (noventa e um cruzeiros) o metro linear de 5 linhas; quando for utilizada a forma de pagamento por tonelada, esta será remunerada no valor de CR$1.430,00 (hum mil quatrocentos e trinta cruzeiros);

[38] O conteúdo total do acordo pode ser encontrado no Jorna *A Notícia*, ano 67, nº 178, Campos, 01/08/1984. “Corte da cana por tonelada vai ser pago na base de CR$ 1.430,00”.

d) haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) na cana-de-burro ou transportada a burro;
e) O valor do corte da cana crua será reajustado por acordo entre as partes.
8. - Concluído o corte de cana, o cortador recebe, em impresso próprio fornecido pelo empregador, comprovante contendo nome ou número do empregado, quantidade de metros ou toneladas de cana cortada.
9. - Todos os trabalhadores serão contratados diretamente pelo empregador e terão suas carteiras profissionais devidamente anotadas
10. - O pagamento de 13º salário (gratificação de natal) será efetuado até o dia 20 de dezembro, sob pena de aplicação dos dispositivos legais.
11. - Fica estabelecido o pagamento de 1 (hum) dia de trabalho no período da presente paralisação.
12. - Os preços constantes do presente acordo são estabelecidos para a presente safra.

13. - O presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO não se refere à filiação previdenciária ou equivalente, nem enquadramento sindical, devendo a legislação específica tratar da matéria, respeitadas as decisões jurídicas e administrativas. O presente acordo será submetido a registro e arquivo perante a autoridade do Ministério do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro.
Campos (RJ), 31 de julho de 1984.
Assinam o Acordo Coletivo de Trabalho:
Sindicato das Indústrias de Refinação do Açúcar.
Sindicato Rural de Campos.
Sindicato Rural de São Fidélis.
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos.
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João da Barra.
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Macaé.
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Fidélis.

Fonte: *A Notícia,* ano 67, nº 178, Campos, 01/08/1984. "Corte da cana por tonelada vai ser pago na base de CR$ 1.430,00".

Como acordo na Justiça não significa necessariamente que ele seja cumprido, o STRC continuou organizando a luta pelo cumprimento das cláusulas, com paralisações em cada usina ou fazenda (RIBEIRO, 1987, p. 353). O governo estadual também se propunha a fiscalizar o acordo firmado e o cumprimento de suas cláusulas, segundo o secretário do Trabalho e da Habitação do estado, sustentando ser o caso mais grave o das empreiteiras que seriam "fiscalizadas constantemente para reprimir a exploração e, se for necessário, até mesmo convocando a participação da força policial" (A *Notícia*, ano 67, nº 178, 01/08/1984, p. 2).

As lideranças dos canavieiros – da Contag, da Fetag e do STRC – consideravam ter sido essa paralisação um exemplo como canal de obtenção de reivindicações e o aprendizado da greve. Salientaram, como saldo, além dos ganhos imediatos obtidos, o processo de formação de classe a partir da experiência de luta em torno de seus interesses coletivos: "Quando for preciso, a gente faz mais greve. Agora vocês sabem

fazer. E nós também aprendemos. É a libertação que começa a partir de hoje. Isso é carta de alforria dos trabalhadores rurais", diz José Francisco da Silva, presidente da Contag (*A Notícia,* ano 67, nº178, Campos, 4ª feira, 01/08/1984, p. 2). O presidente do STRC, Manoel Francisco Pereira, salientou o início de uma "nova era para conscientizar os canavieiros dos seus novos direitos", pretendendo manter viva a mobilização em todos os pontos do município, com distribuição de panfletos por meio dos delegados de base (*Ibidem*).

A reação dos usineiros foi contabilizar e publicizar os prejuízos decorrentes da greve. Antônio Evaldo Inojosa, presidente do Sindicato das Indústrias de Refinação do Açúcar do Estado do Rio de Janeiro, informou que em 48 horas de greve houve uma perda de mais de CR$ 4 bilhões com a paralisação da produção em todas as unidades industriais; 100 mil toneladas de cana deixaram de ingressar nas usinas, representando 180 mil sacos de açúcar, além de 10 mil toneladas de cana perdidas no campo após ter sido queimada e cortada, em decorrência da queda do teor de sacarose ("Acordo encerra greve dos boias-frias mas os prejuízos são de CR$ 4 bilhões". *A Notícia*, nº 178, 01/08/1984, p. 1-2).

No mesmo período da greve geral dos trabalhadores da agroindústria canavieira, na Usina Novo Horizonte, "operários pararam a usina em protesto por alimentação", por estarem passando fome e para conseguirem alimentação digna a preços justos ("Falta de alimento paralisa a usina". *A Notícia*, ano 67, nº 177 de 31/07/1984, p. 1 e 2).

> Nossa única chance era parar de trabalhar, porque pudemos ver as mulheres desmaiando por falta de ter o que comer. No fornecimento, além de não ter a mercadoria para nos atender, a que tinha não era boa e ainda o preço era um absurdo. "Tudo isso é culpa do 'seu' Fernando, um homem mau, que só queria tirar a pele de nós moradores aqui em Rio Preto, que já estamos sofrendo tanto".
> Essa afirmativa é do motorista da Usina Novo Horizonte, Luis Bomgosto, que disse ainda, para ilustrar, que "foi Deus na verdade que iluminou o caminho do povo" (*A Notícia*, ano 67, nº 177 de 31/07/1984, p. 2).

Neves (1997) situa como parte do processo de luta em plano nacional orientado pela Contag a incorporação da *greve geral* como recurso de pressão contra os usineiros. E informa que:

> Após esse contexto, as formas de representação dos interesses dos trabalhadores postas em prática pela diretoria do STRC foram mais legitimadas pelos seus associados e receberam apoios e adesões do movimento sindical local, de direções regionais de partidos políticos constituídos em nome da defesa dos interesses dos trabalhadores e de certos órgãos de imprensa mais abertos ao reconhecimento de temas e questões que se refiram a essas condições sociais de vida. (NEVES, 1997, p. 59).

Também José Luis Vianna da Cruz, em entrevista a esta pesquisa em 31/05/2015, referiu-se ao arco de alianças com forças sociais que apoiou a greve desde sua deflagração, que incluía o bispo da Igreja católica, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e vereadores (Fábio Ferraz de Oliveira, Célio Brito, Walter Silva, entre outros) de partidos distintos. Alguns ingressavam no movimento para evitar o conflito direto entre capanga de usina, fazendeiro, usineiro e trabalhadores. Estes contavam com a presença de seus órgãos de representação (José Luís Vianna da Cruz, entrevista realizada em 31/05/2015 por Ana Costa, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Os desdobramentos desta primeira greve geral podem ser visualizados pelas iniciativas que se seguem. Ribeiro (1987, p. 357-359) oferece registros da segunda greve, de 1985, decidida em assembleia sindical e preparada desde a mobilização anterior. Ela encontrou o setor patronal melhor preparado e os salários praticamente retornaram aos níveis do salário mínimo. Ratificou-se o fim das empreiteiras de mão de obra, considerado um êxito político. A adesão à proposta de greve contribuiu para a legitimidade do STRC como entidade de defesa dos interesses e lutas dos trabalhadores.

O Boletim Unificado da Greve dos Trabalhadores Rurais Canavieiros na Indústria do Açúcar e do Álcool do Norte Fluminense registrou as mobilizações de 1986.[39] No terceiro ano consecutivo, os trabalhadores rurais se organizaram a partir de decisão conjunta de seus sindicatos na região Norte Fluminense – Campos, São Fidélis, Macaé, Conceição de Macabu, São João da Barra, Cabo Frio, Itaocara e Bom Jesus de Itabapoana – coordenados pela Fetag/RJ. Isto ocorreu após sete tentativas infrutíferas de negociação com usineiros e fornecedores, que não compareceram à mesa-redonda solicitada pela Fetag/RJ. Os citados sindicatos se uniram aos industriários articulados no Stiac, em uma inédita *greve unificada*, a partir de 19/06/1986.

[39] Informações extraídas da Ficha de registro dos conflitos e violações de direitos no meio rural fluminense – 1946-1988 – Conflitos trabalhistas. Greve dos Canavieiros e Industriários Fluminenses em 1986. Pesquisadora: Annagesse Feitosa a partir de material existente no NMSPP/CPDA/UFRRJ.

> Os rurais canavieiros contavam com a decisão dos industriários através de seu Sindicato, o Stiac, que com data base em março, e dissídio instaurado desde 27 de fevereiro, foram desconsiderados pelos patrões nas sete vezes em que tentaram negociações. Os industriários decidiram, então, encaminhar junto a proposta de "greve unificada", percebendo que como trabalhadores sofrem da mesma exploração e afeta ao mesmo patrão (*Boletim Unificado* sobre a greve de 1986).

Tal paralisação durou cinco dias e mostrou-se forte com a união do campo e da cidade. Recebeu o apoio de várias instituições, entre elas: CGT, CUT, Famerj, Secretaria Estadual do Trabalho e Habitação, União Sindicalista de Campos, Federação das Associações de Moradores de Campos, Sindicato dos Eletricitários de Campos, Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese/RJ), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp), Contag, Departamento Estadual de Trânsito (Detran/Campos). Também parlamentares do Rio de Janeiro de diferentes partidos se manifestaram e rádios fizeram cobertura das mobilizações: Difusora de Campos, Continental, Cultura, Cidade, Globo, Roquete Pinto, Jornal do Brasil, TV Manchete.

As ameaças aos grevistas foram muitas e de variada natureza, segundo a fonte citada: turmas retidas sem devolução do cartão de ponto, submetidas ao "cárcere privado" por mais de 48 horas consecutivas; uso de ambulância comprada com recursos do IAA, por parte das Usinas São José e São João, para transporte camuflado de trabalhadores retirados de suas casas para substituir trabalhadores retidos; além do registro de trabalhadores acidentados.

Concluindo esta aproximação inicial a algumas dimensões da trajetória do conflito por direitos dos trabalhadores da agroindústria canavieira de Campos dos Goytacazes, sob a liderança do STRC, consoante as diretrizes norteadoras da exposição apresentadas na abertura deste relatório, pode-se afirmar que elas foram sustentadas nos achados da pesquisa aqui registrados. Tais achados referem-se: (a) à importância da via jurídico-política na afirmação dos direitos dos trabalhadores canavieiros, especialmente dos assalariados, no enfrentamento de conflitos sociais numa conjuntura de intolerância política, de exacerbação do braço repressivo do Estado e de arbitrariedades dos usineiros na contramão dos direitos nas relações com seus trabalhadores agrícolas e industriais no processo produtivo da cana, do açúcar e do álcool considerado como uma

unidade de diversidades; (b) à visibilidade a algumas dimensões do processo de construção coletiva de experiências de formação de classe a partir da luta por direitos; (c) à particularidade do movimento grevista de 1984 dos trabalhadores da agroindústria canavieira no Norte Fluminense, respaldado num sustentado trabalho de mobilização e em um arco de alianças que lhe permite ir além das restrições estabelecidas por lei, preservando simultaneamente a sua defesa contra a ação das forças repressivas do Estado e favorecendo a quebra de resistência do patronato para a obtenção de conquistas estabelecidas no acordo trabalhista; (d) à criação de rachaduras no mito do patrão protetor, fortalecendo o sindicato como órgão de defesa dos interesses coletivos dos trabalhadores canavieiros fluminenses.

Referências bibliográficas

AGIER, Michel; GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Técnicos e peões na petroquímica da Bahia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* nº 13. Rio de Janeiro, Anpocs, jul. 1990.

ALVES, Francisco José da Costa. *Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto*. Campinas. Tese (Doutorado). Instituto de Economia, Universidade de Campinas, 1991.

ALVES, Francisco José da Costa. Greves nos canaviais e agricultura modernizada: novos desafios. *São Paulo em Perspectiva*, nº 3, v. 7. São Paulo, Fundação Seade, jul./set. 1993.

ALVES, Francisco José da Costa. Talvez haja luz no meio da fumaça: o corte da cana na região canavieira de Ribeirão Preto. In: BLASS, L. S. (org.). *Temas.* Programa de Pós-graduação em Sociologia. Araraquara, Unesp, 1994.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. IN: SADER, Emir. e GENTILI, Pablo (Orgs) *Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BACCARIN, José. Giácomo. *Trabalhadores rurais volantes na região de Jaboticabal. Crescimentos, características e aspetos organizacionais*. Piracicaba (SP). Dissertação (Mestrado em Economia Agrária), ESALQ-USP, 1985.

BACCARIN, José Giácomo. *A desregulamentação e o desempenho do complexo agroaçucareiro no Brasil.* Tese (Doutorado). UFSCar/ CCET/ PPG em Engenharia da Produção. São Carlos (SP), 2005.

BACCARIN, José Giácomo; GEBARA José Jorge. Guariba e bebedouro: marco na luta dos trabalhadores volantes no Brasil. *Reforma Agrária* n. 15, vol.4. Brasília: Abra, jan./mar. 1986.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Política Social no capitalismo tardio.* São Paulo: Cortez, 1998.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

CÂMARA, Volney de M. *Estudo comparativo dos efeitos tardios dos fungicidas organomercuriais no município de Campos–RJ*. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Epidemiologia. ESP/FOC, 1985.

CARON, Dalcio. *Heterogeneidade e diferenciação dos fornecedores de cana de São Paulo*. Tese (Doutorado) – FFCHL – Universidade de São Paulo, 1986.

CORDEL. *Camponeses unidos lutam por seus direitos. Ajudem nossa greve*. s/d

COSTA, Ana Maria Almeida da. Conselhos Gestores de Políticas Públicas e Cidadania: desafios e perspectivas. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação profissional e tecnológica: memórias, contradições e desafios*. Campos dos Goytacazes: Essentia, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. In: *Praia Vermelha*. Rio de Janeiro, UFRJ, Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social, v. 1, n. 1, 1º sem. 1997.

COUTINHO, Carlos Nelson. *GRAMSCI: um estudo sobre seu pensamento político.* 2ª ed. revista e ampliada, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CRUZ, José Luis Vianna da. Notas sobre o processo de mudança nas reivindicações dos trabalhadores rurais de Campos e nas formas de luta do movimento sindical de 70-80. *Revista Falas*, vol. 1, nº 1. Departamento de Serviço Social de Campos dos Goytacazes-UFF, 1995.

DEPTO. DE ECONOMIA RURAL/FCA/BOTUCATU/UNESP (org.). *A mão de obra volante na agricultura.* São Paulo, CNPq/ Unesp/ Polis, 1982.

D'INCAO, Maria Conceição. *Boia-Fria: acumulação e miséria*. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

D'INCAO, Maria Conceição. *Qual é a questão do boia-fria?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

D'INCAO, Maria Conceição; BOTELHO, Moacyr Rodrigues. Movimento social e sindical entre os assalariados temporários na agroindústria canavieira no Estado de São Paulo. IN: SADER, Emir. (org.) *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.

FERREIRA, Avelino. *Faria tudo outra vez.* Rio de Janeiro: Imprinta, 1995.

FERREIRA, Rosa. Maria. F. *A política e as políticas das relações de trabalho.* São Paulo. Tese (Doutorado em Ciência Política) FFCHL/Universidade de São Paulo, 1983.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. INSTITUTO DE SELEÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL. Projeto: *Otimização Ergonômica nos Tratos Culturais da Cana-de-Açúcar*. Rio de Janeiro, 1980.

GNACCARINI, José C. A. *Estado, ideologia e ação empresarial na indústria açucareira do Estado de São Paulo*. Tese (Doutorado) – FFLCH/Universidade de São Paulo, 1972.

GNACCARINI, José C. A. *Latifúndio e Proletariado*. (Formação da Empresa e Relações de Trabalho no Brasil Rural). São Paulo: Polis, 1980.

GOMES, Delso. *História do Partido Comunista em Campos* (memórias de um Partido Revolucionário). Rio de Janeiro: Jornal Dois Estados Gráfica e Editora, 2000.

GOMES, José Agnaldo. *Do trabalho penoso à dignidade no trabalho*. O itinerário de canavieiros no enfoque da psicologia social. Aparecida (SP): Ideias e Letras, 2013.

HARVEY, David. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México, Fondo de Cultura Económica, 1990.

HOBSBAWM, Eric J. Notas sobre a consciência de classe. In: *Mundos do trabalho*. Novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Trabalho e indivíduo social.* Um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Cortez, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto de Pesquisa: Estado, classes trabalhadoras e Serviço Social no Brasil (2013-2015). Condições de vida e de trabalho dos assalariados da agroindústria canavieira fluminense. Rio de Janeiro: Uerj/CNPq, 2011.

IANNI, Octavio. A classe operária vai ao campo. *Cadernos Cebrap*, nº 24. São Paulo: Brasiliense, 1976.

IANNI, Octavio. *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IANNI, Octavio. *As origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

LOPES, José Sergio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LOPES, José Sergio Leite. Açúcar amargo. *Ciência Hoje*, nº. 20, v. 4. Rio de Janeiro, SBPC, set./out. 1985.

MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la Crítica de la Economía Política.* (Grundrisse). 1857-1858. 12ª. ed. México, Siglo XXI, 1980.

MARX, Karl. *O Capital. Crítica da economia política* (1985). Livros I. II e III. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

NEVES, Delma Pessanha. *Lavradores e pequenos produtores de cana*. Estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

NEVES, Delma Pessanha. *Por trás dos verdes canaviais. Estudo das condições sociais da constituição das formas de encaminhamento dos conflitos entre trabalhadores rurais e usineiro*. Niterói: EDUFF, 1989.

NEVES, Delma Pessanha. *Assentamento Rural*: reforma agrária em migalhas. Niterói: EDUFF, 1997.

NEVES, Delma Pessanha. *Do Imbé, novos horizontes*. Processo de construção de um assentamento rural. Niterói: Intertexto, 2001.

NOVAES José Roberto; ALVES, Francisco José da Costa (org.). *No eito da cana.* Exploração do trabalho e luta por direitos na região de Ribeirão Preto – SP. Rio de Janeiro: Feraesp, SPM/CNBB, UFSC, UFRJ, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor*. A economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

PAIXÃO, Marcelo J. P. *No coração do canavial: estudo crítico da evolução do complexo agroindustrial sucroalcooleiro e das relações de trabalho na lavoura*

canavieira. (Estudo comparativo de 12 Estados do Brasil). Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado), COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

QUEDA, Oriowaldo. *A intervenção do Estado na agroindústria açucareira paulista.* Piracicaba. Tese (Doutorado), ESALQ/Universidade de São Paulo, 1972.

RAMOS, Pedro. *Um estudo da evolução da agroindústria açucareira em São Paulo* (1930-1982). São Paulo, EAESP/FGV, 1983.

RAMOS, Pedro. *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil*. São Paulo. Tese (Doutorado), EAESP/Fundação Getúlio Vargas, 1991a.

RAMOS, Pedro. Propriedade fundiária e agroindústria canavieira no Brasil. *Reforma Agrária* nº.3, v. 21. Campinas: Abra, set./dez. 1991b.

RIBEIRO, Ana Maria Motta. *Passeio de beija-flor*. A luta do sindicato pela garantia legal da representação dos canavieiros fluminenses. Um estudo da ação sindical no campo. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1987.

SANT'ANA, Raquel Santos. *Trabalho bruto no canavial*. Questão agrária, assistência e serviço social. São Paulo: Cortez, 2012.

SARTRIANI, Luigi Maria Lombardi. *Antropologia cultural e análise da cultura subalterna*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida; VALARELI, Leandro (org.). *Modernização e impactos sociais*. O caso da agroindústria sucroalcooleira na região de Ribeirão Preto (SP). Rio de Janeiro: Fase, 1995.

SIGAUD, Ligia. *Greve nos Engenhos.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SILVA, José Francisco Graziano da. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981.

STEIN, Leila de Menezes. Inquéritos Policiais Militares, Questão Agrária e Sindicatos de Trabalhadores Rurais – Anos 60 e 70. *Estudos de Sociologia,* Departamento de Sociologia, FCL/Unesp, 5, 1998.

STRC. *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos: 50 anos*. 1938-1988. Campos dos Goytacazes, 1988.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil* (1930-1975). São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1979.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Nota sobre o complexo agroindustrial e a industrialização no Brasil. *Revista de Economia Política*. 2/8. São Paulo: Brasiliense, abr./jun. 1983.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Crescimento e crise da agroindústria açucareira no Brasil (1914/1939). *Revista Brasileira de Ciências Sociais* nº. 7. v. 3. Rio de Janeiro, Anpocs, jun. 1988.

TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: afinal do que se trata? Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, Universidade de São Paulo. Texto apresentado como conferência proferida em 12 de maio de 1997, na abertura do Módulo Direitos Sociais do evento *Direitos Humanos no Limiar do Século XXI* realizado no Centro Cultural Maria Antônia. Acessível em http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/biblio/txt/vera/html em 18/06/04.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 3 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

THOMPSON, Edward Palmer. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. (Estudios sobre la crisis de la sociedad industrial). Barcelona: Crítica, 1979.

WANDERLEY, Maria Nazaré. Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira. In. ARAÚJO, B. J. (coord.*). Reflexões sobre a agricultura brasileira.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WANDERLEY, Maria Nazaré. Planejamento e intervenção do Estado: análise da experiência histórica da economia açucareira de Pernambuco. In*: Simpósio: Planejamento urbano dirigido para a área rural.* Brasília, 29ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 1976.

WIGAND, Luís Carlos. *Fé e coragem na tormenta de um delegado sindical*. Entrevistas concedidas por Wigand a Delma Pessanha Neves. Campos dos Goytacazes, 2011.

Fontes documentais citadas

Artigos de jornal

Jornal do Brasil. Nacional, 30/09/1979, Primeiro Caderno p. 31.

O Pasquim. A Greve da cana. Entrevista com o presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco, José Rodrigues da Silva, ano XII, nº 591, 24 a 30/10/1980, p.10-13.

Depoimentos sobre a invasão da Lagoa serão tomados amanhã. Jornal *O Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes/RJ, 19/12/1979, p. 7.

Rurais veem data base para dissídio. *Jornal Folha da Manhã,* Campos dos Goytacazes/RJ, 03/11/1980, p. 1.

Na guerra contra biocidas. Trabalhadores querem ser indenizados. *Jornal Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes/RJ, 16/04/1981, p. 2.

Líder rural pede punição para os responsáveis por morte de trabalhador. *Jornal A Notícia*, Campos dos Goytacazes/RJ, 01/05/1983.

Greve paralisa 25 mil no primeiro dia e pode ser ampliada hoje. *Jornal A Notícia*, Campos dos Goytacazes/RJ, 31/07/1984, p. 1.

Greve paralisa 25 mil boias-frias na região. *Jornal A Notícia***,** Campos dos Goytacazes/RJ, 31/07/1984, p. 2.

Cambaiba dispara na produção do álcool e faz também grande safra de açúcar. *Jornal A Notícia*, Campos dos Goytacazes/RJ, 15/07/1984, p. 1.

Acordo encerra greve dos boias-frias mas os prejuízos são de CR$ 4 bilhões. *Jornal A Notícia*, 01/08/1984, p. 1-2.

Falta de alimento paralisa a usina. *Jornal A Notícia*, 31/07/1984, p. 1 e 2.

Os usos do Direito pelos(as) advogados(as) de trabalhadores do campo no Estado do Rio de Janeiro durante a ditadura empresarial-militar

Ana Claudia Diogo Tavares[*]

Mariana Trotta Dallalana Quintans[**]

1. Introdução

No presente artigo, analisamos as estratégias político-jurídicas dos advogados que atuaram na defesa de trabalhadores rurais no contexto da repressão no campo que se seguiu ao golpe empresarial-militar de 1964 no Brasil[1].

Os anos que antecederam ao golpe foram marcados por conflitos de terra e repressão aos trabalhadores rurais. Após a deposição de João Goulart esses conflitos continuaram, muitos se intensificaram e ocorreu o acirramento da repressão. As principais lideranças foram presas ou perseguidas e obrigadas a abandonar a região em que atuavam politicamente. A violência privada também se acentuou[2], aproveitando-se do golpe (MEDEIROS, 2015). A repressão política atingiu ainda os advogados que atuaram nos anos 1950 e/ou início dos 1960, muitos deles ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

As pesquisas mais recentes sobre atuação dos advogados no período ditatorial brasileiro enfatizam a sua atuação na defesa de perseguidos políticos no Judiciário Militar, concluindo que, em geral, a atuação dos advogados, que comunicavam a prisão à Justiça, impediu alguns assassinatos e desaparecimentos forçados, por vezes suspendeu a continuidade da tortura aos presos políticos e, em algumas situações, garantiu a libertação (SÁ, MUNTEAL e MARTINS, orgs., 2010). Entretanto, também

[*] Professora Adjunta do NEPDH/UFRJ, Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRJ) e Mestre em Sociologia e Direito (PPSD/UFF). Pesquisadora voluntária do Projeto "Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (19946-1988).

[**] Professora Adjunta da FND/UFRJ, Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRJ) e Mestre em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela PUC-Rio. Pesquisadora voluntária do Projeto "Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (19946-1988).

[1] Utilizamos nesse trabalho a terminologia empresarial-militar para qualificar o golpe de 1964 e a ditadura que se seguiu, assim como defendido por Melo (2015) e Dreifuss (1987), por verificarmos que o golpe e o regime militar contou com forte apoio de setores agrários e urbanos da classe dominante, possuindo forte relação com o Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), o Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), instituições empresariais, como as federações de indústrias e de bancos, proprietários rurais, usineiros, dentre outros. As informações obtidas em Medeiros (2015) apontam nessa direção, apesar dos pesquisadores não utilizarem claramente essa terminologia.

[2] Maia, Medeiros, Galvão e Bastos (2015) ressaltam o histórico de violência ilegal e privada que permearam a ação do Estado na Baixada Fluminense, retomando as análises de Alves (1998).

ressaltam os problemas que a atividade de defender processados políticos acarretou aos advogados, pois "muitos foram perseguidos, presos, tiveram seus escritórios invadidos, perderam clientes" (SANTOS JR., 2011, p. 247). Dom Paulo Evaristo Arns, Arcebispo Emérito de São Paulo, no prefácio ao livro *Os advogados e a Ditadura de 1964*, explica que

> Nesses tempos terríveis percebi que um dos maiores esteios dos presos e de suas famílias eram os seus advogados. Um grupo de profissionais do Direito que, naquela época de muitos temores, arriscaram suas próprias vidas e carreiras profissionais para se dedicarem a defender, na grande maioria dos casos gratuitamente, as vítimas da violência policial. (…) pequeno grupo de advogados que, voluntariamente, se posicionou contra o autoritarismo, defendeu a democracia, apoiou familiares e, principalmente, salvou muitas e muitas vidas. (*apud* SÁ, 2010, p. 8)

No campo, os advogados também tiveram papel relevante na defesa jurídica de trabalhadores rurais e também sofreram com a repressão do período, sendo ameaçados e presos. A sua atuação ocorreu principalmente nas esferas cível e trabalhista, embora também se verifiquem atuação em detenções ou prisões de trabalhadores rurais e lideranças em conflitos agrários.

A literatura aponta a importância da atuação por meios legais no período posterior ao golpe de 1964, chamando atenção para o fato de que, nesse momento de forte repressão, o campo jurídico foi o espaço do possível nas lutas dos trabalhadores rurais.[3] Por esse motivo, o movimento de trabalhadores rurais e seus assessores jurídicos teriam passado a priorizar os usos do direito, especialmente do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e do Estatuto da Terra (1964).[4]

Pensar os usos do direito feito por esses advogados, nos remete a algumas questões propostas de Thompson (1997) sobre a Lei Negra no século XVIII na Inglaterra. Ao analisar seus impactos, o autor destaca que as leis cristalizam relações

[3] Podemos citar como exemplo de trabalhos nessa linha Esterci (2009) e Palmeira (2009).

[4] O Estatuto do Trabalhador Rural foi promulgado ainda no governo João Goulart em 1963, no contexto do ascenso de lutas camponesas no Brasil. Essa legislação foi um marco jurídico importante ao garantir direitos trabalhistas, aos trabalhadores rurais anteriormente inexistentes, aos trabalhadores rurais de fazendas. Sobre esse tema ver (TAVARES, 2012). O Estatuto da Terra foi promulgado já durante a ditadura empresarial-militar, em novembro de 1964, durante o governo de Castelo Branco e, apesar de incorporar reivindicações do movimento camponês da época, como as desapropriações para fins de reforma agrária, previu a política de colonização e do incremento da empresa rural, estimulando a modernização conservadora do campo brasileiro. Para uma análise mais aprofundada ver Bruno, 1997; Martins, 1984; Tavares, 2012; Quintans, 2011).

assimétricas de poder existentes em cada período histórico, fazendo com que elas se tornem espaços de mediação das relações de poder. Dessa forma, ao mesmo tempo que garantem interesses das classes dominantes, reconhecem outros direitos que se apresentam como freios ao poder dessas mesmas classes. Assim, as próprias leis podem representar um limite ao arbítrio dos dominantes, colocando "freios constitucionais ao poder", como feito, segundo o autor, pela Lei Negra naquele período (THOMPSON, 1997, p. 356). Os setores dominantes acreditavam tanto na lógica das leis, que permitiam que em certas áreas elas fossem um autêntico espaço de conflito de classe (THOMPSON, 1997, p. 356).

Nessa linha, compreendemos a lei e o Poder Judiciário como um campo de disputas. Este artigo explora esse viés, analisando a atuação dos advogados de trabalhadores rurais nos conflitos por terra e por direitos, tanto na justiça comum, quanto na trabalhista.

Os diversos usos e percepções do instrumental jurídico podem se relacionar com as diferentes trajetórias e inserções dos advogados em organizações políticas, bem como às alterações conjunturais no período estudado. Portanto, é importante situar as posições políticas assumidas pelas organizações das quais os advogados participaram, bem como as diferentes conjunturas nacionais e estaduais que apresentaram novos marcos jurídicos e políticos para a atuação das organizações e seus advogados. Nesse sentido, por exemplo, no início da década de 1980, a ascensão de Leonel Brizola ao governo do Estado parece ter provocado oportunidades políticas novas para os trabalhadores e suas organizações (MAIA, MEDEIROS, GALVÃO e BASTOS, 2015), que influenciam as táticas dos seus advogados.

A partir dessas considerações, abordaremos as estratégias dos advogados ante a legalidade estatal existente no período ditatorial, a partir das narrativas de quatro advogados (três advogadas e um advogado), que atuaram junto aos sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) no Estado do Rio de Janeiro, na Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag/RJ) e na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), fornecidas em entrevistas semi-estruturadas realizadas ao longo do ano de 2014, para a pesquisa "Conflitos por terra e repressão no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)".

Nas entrevistas foram abordadas questões sobre a trajetória individual de cada um, a metodologia de trabalho e as táticas processuais, os principais conflitos, a atuação do Judiciário com relação a esses conflitos, dentre outros temas. O presente artigo está

organizado em duas partes, além dessa introdução e das considerações finais, que procuram sistematizar as informações.

2. Trajetória, formação e articulação dos advogados de trabalhadores rurais: a relação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Ao longo da ditadura, atuaram, junto aos trabalhadores rurais e posseiros, advogados ligados aos STRs, Fetag, Contag e Comissão Pastoral da Terra (CPT), além de, pontualmente, advogados de escritórios particulares[5]. Muitos entrevistados fizeram menção aos advogados que atuaram nesse período anterior, lembrando suas histórias. Entretanto, nosso recorte será sobre a atuação de um grupo específico de advogados no final dos anos 1960 e nas décadas de 1970/80. Realizamos entrevistas com quatro advogadas e um advogado que atuaram a partir do sistema sindical[6], a maioria deles ou era filiada ou tinha referência política no Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A participação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) nos conflitos por terra no Estado do Rio de Janeiro em apoio aos trabalhadores rurais foi verificada ao menos desde a década de 1950 em diversos municípios, como os da Baixada Fluminense (GRYNSZPAN, 2009; MAIA, MEDEIROS, GALVÃO e BASTOS, 2015 e TELÒ e BRAGA, 2015).

Segundo nossos entrevistados, muitos advogados que atuavam junto aos sindicatos de trabalhadores rurais, antes do golpe de 1964, eram ligados ao PCB. Vários deles foram perseguidos com o golpe, caíram na clandestinidade e foram presos, como o advogado Nilson Marques, que foi mantido preso no Estádio Caio Martins em Niterói.[7]

Sobre a repressão ocorrida no imediato pós-1964, um dos advogados entrevistados afirma que:

---

[5] No litoral sul do Estado, em especial na defesa dos caiçaras de Trindade na década de 1970, atuou, por exemplo, o escritório de Heráclito Fontoura Sobral Pinto, histórico defensor de presos e perseguidos políticos no período ditatorial, através do advogado Jarbas Macedo de Camargo Penteado, sem cobrança de honorários, conforme relatado por Feitosa e Silva (2015). Entretanto, não logramos êxito em entrevistar o referido advogado.

[6] Importante destacar que nem todos os advogados de trabalhadores rurais nesse período eram ligados ao PCB. Segundo uma de nossas entrevistadas, os chefes da assessoria jurídica da Contag nos anos de 1967/88 eram conservadores e ultradireitistas. Também, foi destacado pela entrevistada que os advogados dos sindicatos e federações do sul do Brasil eram mais conservadores e não possuíam referência ou filiação ao PCB. A entrevistada destacou que a indicação dos advogados era feita majoritariamente pela Igreja ou pelo PCB. A vinculação política dos advogados com a causa política dos trabalhadores rurais levava a atuação mais ativa ou não desses advogados com as organizações de trabalhadores rurais do período.

[7] Durante as décadas seguintes, os advogados fluminenses de trabalhadores rurais sofreram ameaças e violências físicas por parte de fazendeiros e perseguições por juízes em sua prática profissional.

> A repressão que eu conheço de história foi mais de despejar. Houve vários despejos no ano de 64, forçados; despejos ilegais, de trabalhadores, usando da força do movimento do golpe.
> Agora, a maioria dos dirigentes conseguiu sumir. Tinha um dirigente do sindicato de Itaboraí, que chegou até a ser processado pela LSN. Eu esqueci o nome dele. Mas também naquela época, ainda, a LSN não era nas auditorias militares. Era na justiça estadual. Então, a gente pegava esses processos... eu peguei o dele, sumi; separei o processo dele, por mais de dois anos. Aí, o processo não andava, porque também não havia muita cobrança para se posicionar, então, essa repressão acaba sendo... ela é mais de assustar. É muito mais na pressão do que fisicamente. Ela só é uma ação física mesmo, na hora dos despejos, que ocorreram no ano de 64. Aí, são presas algumas pessoas: Pureza – foi preso e conseguiu fugir e vai para Pernambuco. Começou a atuar na área de Pernambuco. Só voltou depois. – Bráulio também foi perseguido; também sumiu,; se escondeu. E a maioria desses dirigentes, que tinha na Fetag, acabaram não sendo presos mesmo. Eles desapareceram[8] (Entrevista concedida por Altamir Petersen a Leonilde Servolo de Medeiros em 31/03/2015).

Nesse período, com a repressão e desarticulação dos STRs, a assessoria jurídica também foi desarticulada. Uma de nossas entrevistadas relatou que

> Em 64, houve uma repressão violentíssima, naquela área. Os advogados que atuavam ali, que eram advogados ou vinculados ao Partidão, ou, pelo menos, simpatizantes do Partidão, eles foram literalmente... foram para a clandestinidade.
> (...) O pessoal de base, de antes de 64, em termos, assim, de advogados e tudo, esses tinham... foram mesmo... desapareceram. Tinham os de pós 64; quando os sindicatos e as federações conseguiram se rearticular e se reorganizar (Entrevista concedida por Maria Angelica Gentili a Ana Costa e Mariana Trotta em 11/07/2014).

A entrevistada relata que o processo de desarticulação dos sindicatos e da assessoria jurídica aos trabalhadores rurais, em 1964, impôs grandes desafios na rearticulação que passou a ocorrer ao longo da década de 1970. A entrevistada relatou que quando começou a atuar na assessoria jurídica dos trabalhadores rurais

> houve uma resistência muito grande. Porque eles confiavam cegamente nesses dois (advogados), principalmente. Mas eles não podiam mais estar indo lá, para atuar. Então, eles resistiram.

[8] O entrevistado se refere a “desapareceram” para descrever o processo de dispersão e da necessidade dos militantes da época se esconderem no período da ditadura.

> Não tinham confiança. Trabalhador rural é muito difícil, de você chegar lá e ele confiar em você. É muito difícil. Então, eu enfrentei uma situação, no início, de grande resistência deles. Até eles se sentirem seguros de saberem que eu estava ali realmente com... eles também tinham uma certa desconfiança, da própria Federação [dos Trabalhadores na Agricultura]. Porque eles identificavam, de certa forma, a Federação como um pouco pelega; um pouco com medo; que na hora do pega mesmo, ela recuava. Então, eles se sentiam desprotegidos. Então, foi um pouco difícil, no começo (Entrevista concedida por Maria Angelica Gentili a Ana Costa e Mariana Trotta em 11/07/2014).

A trajetória desses advogados é diversa. Alguns possuíam militância política antes de iniciarem sua atuação como advogados de trabalhadores rurais: foram de partidos de esquerda (como PCB e PCBR), correntes comunistas e/ou participaram do movimento estudantil e do Centro Acadêmico Candido de Oliveira (Caco) da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND/UFRJ). Outros não possuíam militância anterior e, por diferentes motivos, passaram a advogar para sindicatos de trabalhadores. Uma das advogadas entrevistadas destacou que não teve formação política anterior à época da Faculdade, mas que a sua sensibilidade a levou a atuar com o sindicato de trabalhadores rurais e que a Fetag foi fundamental para a sua formação.

> Creio que se eu fosse seguir as orientações da academia, eu jamais seria advogada trabalhista, faria cível, seria pernóstica, não olharia o outro lado, não vibraria com o discurso de pessoas tão simples mas tão inteligentes, ver essas coisas significa ter olhos de ver e eu nasci tendo olhos de ver e através dos meus olhos de ver eu consegui me encontrar e me contactar com pessoas que eram afins ao meu modo de proceder (Entrevista concedida por Ana Maria Nascimento a Ana Costa e Mariana Trotta em 15/12/2014).

A entrevistada chama a atenção para a importância das atividades da Fetag na sua formação política:

> Eu não tinha vinculação, eu tinha afinidade com o PCB. Porque o pessoal da Federação tinha vinculação, com quem eu conversava era o grupo, então as diretrizes, as sinalizações me vieram através desse pessoal. E nos encontros que a Confederação promovia nós tínhamos contato com grandes lideranças da Liga Camponesa, Francisco Julião já tinha voltado

> do exílio, o outro também que foi um dirigente da Contag, com o pessoal que a Contag albergou durante o golpe de 64, então eu mantinha muito contato com o pessoal que era vinculado ao Partidão, e muitos pensavam que eu era filiada ao Partido, mas não era. A primeira vez que eu me filiei ao partido foi depois do retorno de Brizola, no PDT, mas não, não estava. Não estava, mas estava (Entrevista concedida por Ana Maria Nascimento a Ana Costa e Mariana Trotta em 15/12/2014).

Lembrou ainda como os encontros dos advogados, além de importantes para a formação dos trabalhadores rurais, também foram fundamentais para a formação dos advogados, especialmente daqueles que não possuíam uma militância prévia à atuação junto aos STRs. Segundo nossos entrevistados, a Fetag promovia reuniões bimestrais e a Contag encontros nacionais anuais entre os advogados de trabalhadores rurais, nos quais eram promovidas trocas de experiência entre os profissionais. Uma de nossas entrevistadas assim descreveu a importância desses espaços

> Aí era interessante, porque a gente fazia não só intercâmbio da parte técnica, a gente trocava experiência da parte técnica, como também na parte da organização, digamos assim, mais específica de uma luta. Tanto na área trabalhista, da legislação do pessoal da cana, do café; como também na área da ocupação da terra. A gente fazia... a Contag fazia anualmente; e a gente aqui, no Estado do Rio, fazíamos numa média de dois em dois meses (Entrevista concedida por Maria Angelica Gentili a Ana Costa e Mariana Trotta em 11/07/2014).

Esses encontros tiveram início na segunda metade da década de 1970 e esses contavam com a participação de dirigentes sindicais e lideranças das lutas camponesas e políticas, pois uma de suas finalidades era proporcionar a formação política dos advogados, garantindo o contato desses com diferentes lideranças. Em encontros no final da década de 1970, personalidades como Francisco Julião e Luiz Carlos Prestes estiveram presentes, como recordou uma de nossas entrevistadas.

Nas reuniões de advogados no Rio de Janeiro, quando eram discutidos encaminhamentos para os conflitos, os dirigentes sindicais eram chamados para participar. Uma de nossas entrevistadas destacou que, por volta de 1977/78, os advogados entenderam que era importante a presença dos dirigentes sindicais:

> porque também não adiantava muito você trocar experiência só com os advogados e não contar com o apoio do dirigente. Se você não tivesse apoio do dirigente, você não ia poder fazer um

> grande trabalho. Então, eram advogados e dirigentes. E aqui no estado também: a gente fazia com as principais lideranças. Por exemplo, se fosse um conflito em Vassouras? A gente chamava o pessoal de Vassouras e o advogado de Vassouras; e nós. (Entrevista concedida por Maria Angelica Gentili a Ana Costa e Mariana Trotta em 11/07/2014).

A advogada Ana Maria Nascimento, ao rememorar as táticas da Fetag, lembrou-se da greve de 1984 dos trabalhadores rurais de Campos dos Goytacazes[9] e da importância dos encontros promovidos entre sindicato, advogados e trabalhadores rurais:

> A Federação promovia encontros pra debater as questões novas, estratégias de lutas, deflagração de movimentos paredistas, que o primeiro sindicato do meio rural no mundo a deflagrar uma greve foi o de Campos, foi um preparo que o pessoal da Confederação veio pra cá, foi um preparo de quase dois meses, junto com a Igreja, foi muito interessante, porque o movimento, a greve dos trabalhadores rurais foi tão forte que levou outras categorias a também se mobilizar da mesma forma. (...) fazíamos a reunião pra convencê-los que o movimento ia ser deflagrado, que nós precisaríamos que eles aderissem ao movimento, e foi adesão de 100%. Parou tudo. Usinas e propriedades rurais de fornecedores (entrevista concedida por Ana Maria Nascimento a Ana Costa e Mariana Trotta em 15/12/2014).

A entrevistada esclareceu que, apesar da sua participação na mobilização dos trabalhadores rurais, nem todos os advogados à época adotavam a mesma postura: alguns eram apenas técnicos, faziam atendimentos individuais aos trabalhadores e apenas nos escritórios e sindicatos; outros adotavam uma postura mais inovadora, indo ao local dos conflitos, às usinas, contribuindo na mobilização. Em Campos dos Goytacazes, a advogada passou a realizar reuniões de orientação aos trabalhadores de forma coletiva e não mais individual.

[9] Signaud (2009, p. 303) destaca que "graças à atuação da Contag e, sobretudo, dos Encontros Nacionais de Assalariados Rurais por ela promovidos, entre 1980 e 1983, nos quais estiveram reunidos dirigentes de diversas regiões do país onde predominam os assalariados, notadamente os da cana, a experiência de Pernambuco foi apresentada como uma demonstração de que a greve era possível e um modelo a ser seguido. (…) Não se trata, evidentemente, de derivar do ciclo de Pernambuco as greves nos outros estados, que certamente se inscrevem na dinâmica própria do movimento sindical em cada uma dessas regiões. Desejo apenas ressaltar que os fatos ocorridos em Pernambuco repercutiram no movimento sindical de trabalhadores e influíram no rumo das mobilizações dos assalariados." A greve do Rio de Janeiro analisada pela entrevistada se insere nesse contexto nacional.

Relatou ainda a importância do contato com os dirigentes sindicais para a sua formação:

> Eram os próprios dirigentes sindicais e convidados. Nós tínhamos uma plêiade de advogados. Altamir Petersen e o Nilson, que já morreu, eles escreviam. O que eu conheci sobre legislação agrária foi através de livros deles, preferi ir direto à fonte do que correr o risco de ter uma fonte não idônea. E, através desses encontros, aprendi não só com meus colegas que estavam na militância há mais tempo, aprendi com os dirigentes, e tive vergonha, porque se achava, o burguês brasileiro, a nossa formação é muito tola, todo mundo que passa na universidade acha que o anel no dedo é mais importante que a sabedoria, e aí quando eu vi aqueles dirigentes pedirem a palavra e falarem com tanta propriedade, eu chorei de vergonha de mim mesma, de tanta inteligência viva ali dentro, tanta coisa bonita e tanta propriedade, eles podem não ter um português escorreito, mas eles têm uma inteligência ímpar (entrevista concedida por Ana Maria Nascimento a Ana Costa e Mariana Trotta em 15/12/2014).

Importante ressaltar o papel do advogado Nilson Marques, referido como aquele que buscava teorizar as questões que enfrentava na sua prática cotidiana e servia de referência para os advogados que atuavam nos conflitos agrários. Nilson Marques no livro "Contratos inominados no direito agrário" destacou que o

> o ponto inicial dessa pesquisa surgiu em setembro de 1974, quando assessorávamos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Trajano de Morais, no interior fluminense. Um camponês pálido e nervoso, brandia agitado uma notificação através da qual o proprietário, em resumo, *alegava ter cedido em comodato, logo, gratuitamente, uma gleba ao notificado; como não mais lhe convinha manter o empréstimo (sic), pretendia reaver o imóvel, fixando o prazo de trinta dias para a desocupação, sem direito a indenização ou retenção.* (MARQUES, p. 19-20, grifos no original).

Esse tipo de caso concreto levava Nilson Marques a refletir teoricamente sobre tipos de contrato, desenvolvendo um esforço de sistematização de pesquisa doutrinária e jurisprudencial que legitimasse o tema e que contribuísse com aqueles, advogados ou não, que atuavam na questão agrária. Dessa forma, os trabalhos doutrinários de Marques passaram a ser referência para outros advogados que atuavam nos conflitos de terra. Outros trabalhos desenvolvidos por Nilson Marques também foram referência no período, como *Direito Agrário – possessórias e consignação* (MARQUES, 1976 *apud*

MARQUES, 1978) e *Uso e posse temporária da terra* escrito em co-autoria com Altamir Petersen (MARQUES E PETERSEN, 1977 *apud* MARQUES, 1978).

Além dos encontros da Fetag, um dos entrevistados destacou que os advogados, em uma determinada época, iam juntos, todas as sextas-feiras, para um bar onde conversavam sobre as dificuldades no trabalho e trocavam informações sobre a atuação de cada advogado de cada município, para ver como ajudar. Esse encontro informal semanal também ocorria, às vezes, em seu escritório: "A maioria que veio, estava tudo no começo. Todo mundo querendo fazer muito, mas alguns não tinham experiência processual; não tinham experiência jurídica. Então, a gente ajudava; aquele negócio todo". Considera que os advogados da área "eram todos solidários. Era uma turma muito legal. E foi um período muito interessante, politicamente e juridicamente" (Entrevista concedida por Altamir Petersen a Leonilde Servolo de Medeiros em 31/03/2015).

Devido à importância dos encontros entre os advogados, por volta de 1978/79, em uma reunião de advogados da Contag em Brasília, optou-se por formar a Associação Nacional dos Advogados de Trabalhadores na Agricultura (Anatag), que durou aproximadamente três anos. Essa organização articulou os advogados dos STRs, Federações, Contag, CPT, dentre outros. Uma de nossas entrevistadas relatou que essa entidade nacional foi criada em razão da violência exercida contra os advogados. Destacou que a pressão sobre eles aumentou depois da guerrilha do Araguaia:

> E aí, o que é que acontece? Mataram um advogado – um jovem, excelente advogado, chamado Gabriel Pimenta – lá no norte. Combativo e tal. E a gente fazia, além dos congressos com os trabalhadores rurais, a gente fazia congressos de trabalhadores e advogados. Então, quando mataram o Gabriel Pimenta, a gente sentou e – "Precisamos fazer alguma coisa." – e aí, a gente criou a Associação Nacional dos Advogados de Trabalhadores na Agricultura. O Altamir foi o primeiro presidente. Ele foi presidente da nacional e eu fui presidente da regional, aqui. (Entrevista concedida por Aurora Coentro a Ana Costa, Leonilde Medeiros e Mariana Trotta em 06/08/2014)

3. As táticas dos advogados e das advogadas de trabalhadores rurais no Rio de Janeiro no período da ditadura empresarial-militar

A metodologia de trabalho de parte dos advogados que atuaram em conflitos trabalhistas e possessórios na defesa de trabalhadores rurais no período articulava-se com as formas de luta política sindical. Em diversos relatos, percebemos diferenças entre esse tipo de advocacia e uma forma de advocacia tradicional de caráter liberal, que se caracteriza pelo atendimento de demandas individuais, o reforço ao *habitus* jurídico e a lógica hierarquizada. Campilongo (2011) explica que os serviços legais tradicionais são marcados por

> Uma relação hierarquizada entre advogados e clientes, complementada pela postura apática e passiva dos segundos. O formalismo no atendimento à clientela vai, mediante uma série de índices, estabelecendo uma subordinação do cliente ao saber do profissional. Da indumentária ao vocabulário, do local do atendimento à postura na relação dialógica, do manuseio dos Códigos ao diploma pendurado na parede, tudo cria um ambiente desconhecido e enigmático para a clientela. A gravata, o palavreado difícil, a sala acarpetada, o problema constrangedor (a separação, o despejo, o crime), os livros e a autoridade técnica do bacharel determinam o lugar de quem fala e de quem ouve. Ao cliente cabe expor seu problema ao jurista, assinar a procuração, se for o caso, e retornar para casa. A partir daí, quem age e controla a situação é o advogado. Os tecnicismos dos procedimentos judiciais, aliados à demora dos processos, tornam o cliente anestesiado diante da lide (CAMPILONGO, 2011, p. 25).

O autor diferencia a atuação dos serviços legais inovadores promovidos pela assessoria popular da prática dos serviços tradicionais. Segundo ele, o advogado popular estabelece uma relação horizontal e de coordenação com seus clientes e "confere a seu conhecimento profissional uma função social" (CAMPILONGO, 2011, p. 25). Completa afirmando que nesses casos compete à clientela não apenas levar o caso ao advogado, apresentando o problema, mas continuar participando diretamente, pressionando, acampando em frente ao Fórum ou aos prédios públicos, fazendo greves, enfim, criando mecanismos para chamar a atenção dos meios de comunicação etc. "Essas estratégias mobilizatórias estão vinculadas não apenas à natureza coletiva dos interesses tutelados, mas principalmente com a arena institucional destinatária das demandas – nem sempre o Judiciário, muitas vezes o Legislativo e o Executivo". (CAMPILONGO, 2011, p. 26).

Apesar da terminologia "advogados populares" passar a ser mais utilizada no período posterior à redemocratização do país, a atuação do grupo de advogados entrevistados, com referência no PCB, parece se aproximar da concepção de advocacia inovadora, alternativa e/ou popular analisada por Campilongo. Um dos entrevistados, que atuou em conflitos possessórios em Magé, como advogado da Fetag, por exemplo, relata que, em determinado momento, resolveu “fazer o tipo de atendimento coletivo” e explica:

> Eu faço atendimento coletivo, mais ou menos, mirando como o Chacrinha: a Discoteca do Chacrinha – “Então, bota todo mundo junto.” – e o camarada vai, conta a história dele e a gente pergunta – “E o que é que vocês fariam?” – e aí, faz o atendimento coletivo. E esse atendimento coletivo, começa a ser uma espécie, assim, de uma escola. É um tipo de processo educacional. Então, começa a fazer isso. E eu começo a me debruçar mais, na questão também de Magé; na tentativa de despejar o pessoal de Conceição de Suruí (Entrevista concedida por Altamir Petersen a Leonilde Servolo de Medeiros em 31/03/2015).[10]

Teixeira (2015) explica que os advogados da Fetag atuavam nesse conflito em Magé, pois o STR de Magé não possuía recursos para contratar advogado. Esses advogados iam duas vezes por semana ao STR, faziam os atendimentos aos trabalhadores e discutiam com os dirigentes o encaminhamento das atividades. Além das atividades forenses e de auxilio na elaboração de ofícios para as autoridades, os assessores jurídicos orientavam os trabalhadores sobre como deveriam agir na relação com os grileiros.[11]

---

[10] Teixeira (2015) estudou o conflito de Surui em Magé referido pelo entrevistado. A Fazenda Conceição de Suruí localizada no município de Magé, Baixada Fluminense, foi ocupada nos anos 1950 e início dos anos 1960 por posseiros de diferentes regiões do Rio de Janeiro e do Brasil, com o objetivo de conseguirem um pedaço de terra para produzir. Durante a década de 1960 e 1970, supostos proprietários (denominados pelos posseiros nesse conflito como *grileiros*) empreenderam ações para a retirada dessas famílias da área. Segundo um dos entrevistados por Teixeira (2015), foram 12 mandados judiciais de despejos contra os posseiros nesse período. Os posseiros resistiram a esse processo com ações de permanência no local, contaram com a assessoria política e jurídica dos STR de Magé, Fetag e Contag. Além da defesa processual, promoviam idas aos órgãos públicas, por exemplo à sede ado Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para reivindicar a desapropriação da área e, também ao Ministério da Justiça para relatar a violência contra os trabalhadores. (TEIXEIRA, 2015). Segundo Teixeira (2015), esse processo de resistência fez com que a fazenda Conceição de Surui fosse desapropriada em 1974, sendo juntamente com a gleba América Fabril na mesma região em 1973, as únicas realizadas no estado do Rio de Janeiro entre o golpe de 1964 e final meados dos anos 1970.

[11] Interessante destacar que o movimento sindical nesse período também utilizava reuniões com trabalhadores como instrumento de mobilização e orientação da base. As assembleias não eram muito

É possível que a metodologia de atendimentos coletivos aos trabalhadores pelos advogados da Fetag tenha contribuído para o processo de mobilização dos posseiros no referido conflito de Magé, por exemplo. Teixeira (2015, p. 12) que também entrevistou o advogado Altamir Petersen, destaca esses trabalhadores "estavam constantemente mobilizados e atentos para o que estava acontecendo, apoiando o encaminhamento da luta conforme era viável". Teixeira (2015) identificou que, nesse conflito, apesar das dificuldades econômicas para o deslocamento dos posseiros, em alguns momentos foram feitas ações coletivas de incidência no Judiciário. O autor destaca que "pressionava-se o juiz através de idas a sua casa, por exemplo, para forçá-lo a decidir favoravelmente aos trabalhadores em um processo judicial." (TEIXEIRA, 2015, p. 37). Apesar da avaliação das lideranças sindicais trazidas por Teixeira (2015, p.15) de que "o trabalho da federação junto ao sindicato era primordialmente de defesa jurídica" pós-1964, deve ser destacado que possivelmente essa atuação jurídica não se dava apenas nos espaços formais de atuação judicial, por meio do processo judicial, do despacho no gabinete do juiz, audiência etc. Outros mecanismos extrajurídicos de pressão ao Judiciário foram utilizados pelo movimento sindical e seus advogados, assim como a atuação dos advogados contribuía na mobilização dos trabalhadores rurais.

Os atendimentos coletivos como forma de socialização do problema e fortalecimento da mobilização dos trabalhadores rurais, também foi uma prática adotada pela advogada do STR de Campos. Ela relatou que promovia atendimentos coletivos e tinha a preocupação de ir aos locais de trabalho dos assistidos, pois a dúvida de um trabalhador poderia ser a mesma dúvida de outro.

As narrativas de nossos entrevistados sinalizam para a existência de uma preocupação de socializar com os trabalhadores rurais e lideranças o conhecimento jurídico. Aurora Coentro relatou que contribuiu com a elaboração de um boletim do movimento sindical chamado de *Conversa de Caboclo* dedicada aos trabalhadores rurais. Os advogados também recorreram a outras linguagens, como a organização de peças teatrais:

> Então, aí eu comecei a bolar teatro. E uma das peças que eu fiz peguei *Arena canta Zumbi*. Todo o final de ano a gente apresentava uma peça. Fiz *Arena canta Zumbi*, trechos. Fiz *Morte e Vida Severina*; essa a gente fez toda. Foi muito legal

utilizadas na medida que a legislação da época exigia a comunicação as autoridades e nessas assembleias sempre havia presença de representantes do governo (TEIXEIRA, 2015).

> (Entrevista concedida por Aurora Coentro a Ana Costa, Leonilde Medeiros e Mariana Trotta em 06/08/2014).

Altamir Petersen revelou uma preocupação presente em ocasiões em que acompanhava as lideranças de trabalhadores em reuniões com autoridades. Em sua opinião:

> Quem tem que falar é a liderança. Até depois eu fui para o Incra e veio esse negócio do pessoal daqui do Viva Rio, às vezes, vinham? E os assessores e os técnicos, falavam mais que os trabalhadores. Então, no meu tempo, a gente tinha essa preocupação, de quando ir falar com a autoridade, quem tinha que falar era a liderança dos trabalhadores (Entrevista concedida por Altamir Petersen a Leonilde Servolo de Medeiros em 31/03/2015).

Aurora Coentro também destacou essa preocupação com o protagonismo dos trabalhadores rurais. Segundo ela, existia uma preocupação do advogado em não assumir o protagonismo, não se colocar como liderança, mas sim de em socializar o conhecimento jurídico através da pedagogia de Paulo Freire, contribuindo para "abrir o olho" do trabalhador rural:

> Olha, a gente tem que ter um pouco de cuidado. Porque até que ponto a gente não está se substituindo ao próprio trabalhador. Porque a luta é deles. A gente pode ajudar." – é um pouco aquela coisa que também vigorou no movimento estudantil, que era o verbete: que o intelectual ia ser a vanguarda da revolução. E não é assim. Não é assim que a banda toca. E eu dizia – "Eu acho que o trabalho da gente é tentar abrir o olho dele. Porque a gente teve oportunidade de estudar. Então, tentar passar numa linguagem paulo freiriana e tal, para eles entenderem." – e a gente conseguir com que eles... (Entrevista concedida por Aurora Coentro a Ana Costa, Leonilde Medeiros e Mariana Trotta em 06/08/2014).

Os advogados da Fetag, embora atuassem em demandas trabalhistas e possessórias, também chegaram a acompanhar as lideranças em caso de convocação para prestar declarações ante a Polícia Política. Um advogado entrevistado conta que o então presidente da Fetag, Nicanor Brant,

> deu uma entrevista num lugar, dizendo – "O governo, se quiser, tem uma solução. Eu tenho uma solução." – aí, o pessoal da

> repressão ficou meio... aí, convocou ele para ele ir lá. Aí, fomos eu e ele no Dops. E os camaradas tiraram fotografia. Quando chegaram e perguntaram para ele – "Qual a solução que o senhor tem?" – ele diz – "Olha, fazer a reforma agrária." – e aí, o pessoal, os policiais verificaram que não era uma coisa assim tão revolucionária (Entrevista concedida por Altamir Petersen a Leonilde Servolo de Medeiros em 31/03/2015).

Uma das entrevistadas relatou que o presidente da Contag, à época José Francisco da Silva, era constantemente chamado a prestar informações ao Dops, inclusive por matérias publicadas pelas próprias advogadas na revista *Conversas de Caboclo*.[12]

> E aí, teve um artigo que eu pus assim: "Sudene: 10 anos, para quem?" A capa do *Conversa de Caboclo* era assim. "Sudene: 10 anos para a quem? Veja no interior da cartilha" e não sei o que. E tinha uma foto de uma família: a mãe – nem tinha o pai – com um monte de barrigudinhos assim, decrescendo. E as interrogações do "Sudene para quem?" vinha acompanhando os barrigudinhos. E aí, José Francisco disse que ficou bom, e não sei o que. Resultado? Uma semana depois, o José Francisco foi chamado no Dops para fazer as explicações sobre a Sudene e os barrigudinhos e quem tinha escrito o artigo. Eu só me lembrava lá do negócio de Pernambuco. E o José Francisco disse – "Não. Isso não interessa quem escreveu. Quem escreveu foi a máquina. Mas eu que mandei escrever." – e não sei o que (Entrevista concedida por Aurora Coentro a Ana Costa, Leonilde Medeiros e Mariana Trotta em 06/08/2014).

Nossas entrevistadas relataram também a atuação dos advogados nas delegacias policiais em momentos como da prisão de 70 posseiros em São Pedro da Aldeia. Do mesmo modo, quando os fazendeiros colocavam fogo nas casas ou atiravam contra os posseiros, os advogados faziam o registro de ocorrência na delegacia e encaminhavam as informações do caso para o Incra e para a Contag.

A reforma agrária estava prevista no Estatuto da Terra e, conforme um dos advogados,

[12] Ao que parece a entrevistada ao se referir ao boletim *Conversa de caboclo* parece estar tratando do Boletim *O trabalhador rur*al, que era editado pela Contag e que era largamente usado na formação dos trabalhadores rurais. Nesse boletim, havia uma sessão chamada Conversa de Caboclo.

> o pessoal da área rural tinha essa linha interessante da Contag, que sempre argumentava as coisas em cima do Estatuto da Terra; que tinha sido editado depois de 64. Que é uma coisa muito interessante, na minha observação: o pessoal da área urbana diz, às vezes, que o pessoal rural é muito legalista. Mas o problema é o seguinte: é porque o pessoal da área rural, pela experiência, sabe que tem que ter algum respaldo legal. Então, veja só: na época do regime militar, havia a lei de greve, que era chamada a Lei Antigreve. Mas é exatamente essa lei que serviu para o pessoal de Pernambuco fazer a campanha (...). Por quê? Porque vai fazer uma campanha, tudo com base na lei. Aí, a repressão tem mais dificuldade de fazer alguma coisa (Entrevista concedida por Altamir Petersen a Leonilde Servolo de Medeiros em 31/03/2015).

Outra entrevistada destacou o recurso à lei no repertório político da Contag durante a ditadura:

> E qual era a estratégia do José Francisco, que tinha sido discutida em reunião, e era corretíssima, no meu entender? Se a gente está numa ditadura, como é que nós vamos entrar? Porque a ditadura pegou a camponesada e detonou todo mundo. Então, a nossa estratégia era a seguinte: vamos discutir tudo em cima da lei. Por quê? Por sorte nossa, Castelo Branco tinha aprovado o Estatuto da Terra. Em 64 (...). E no Estatuto da Terra definia a reforma agrária; definia o pequeno proprietário. Uma maravilha! E inclusive, do ponto de vista jurídico, você até questiona, porque você sabe que as leis não são para definir nada; são para regulamentar o uso, a posse. Isso sim. Mas não para dizer – o pequeno proprietário é; posseiro é – mas o Estatuto da Terra dizia isso. Então, nós dizíamos que tínhamos que aproveitar o Estatuto da Terra (entrevista concedida por Aurora Coentro a Ana Costa, Leonilde Medeiros e Mariana Trotta em 06/08/2014).

A advogada destacou ainda os usos feitos pelo movimento sindical do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963. A mesma entrevistada ressaltou que

> E a Contag, e é isso que eu acho importante, que na época da ditadura, a Contag conseguiu, primeiro, organizar sindicatos. Ela organizou muitos sindicatos, país afora. E tudo com base na lei. Lembrando a gente que, naquela época, sindicato... e aqui eu estou falando da década de 70, até o final da ditadura. Até 84.
>
> (…)
>
> Mas a Contag conseguiu organizar, nacionalmente, sindicatos; fazer campanhas salariais, dos assalariados; fazer congressos nacionais. A Contag fez o primeiro congresso, se não me enga-

> no, em 73; e em plena barra-pesada (entrevista concedida por Aurora Coentro a Ana Costa, Leonilde Medeiros e Mariana Trotta em 06/08/2014).

O recurso aos tribunais foi visto como uma forma de mobilização e de resistência dos trabalhadores, num período em que a luta política estava estrangulada. Apesar da avaliação dos trabalhadores rurais e seus advogados sobre os limites do Judiciário, a via jurídica apresentava-se como o caminho possível naquele momento.[13] Maria Angélica Gentili, que atuou nos conflitos possessórios em Cabo Frio, relatou o diálogo entre os advogados e os posseiros sobre a utilização de ações judiciais na resistência contra os fazendeiros da região:

> O argumento que a gente dava para eles (posseiros) é que, quando eles (fazendeiros) começassem a ver uma chuva de ações judiciais em cima deles, com acompanhamento seguro e tal... mas eles diziam – "Mas eles compram o juiz; eles compram isso e compram aquilo." – a gente falava – "Mas por pior que seja, a gente vai tentar."

A mesma entrevistada avaliou que

> foi uma estratégia de luta impressionante. Porque você só tinha uma maneira de fazer aquilo; que era via judicial. E aí, nós ressuscitamos, vamos dizer assim... porque desde que essas duas legislações surgiram, além de ninguém nem tomar conhecimento da existência delas, elas nunca tinham sido aplicadas. Nem uma nem outra. Nem a trabalhista, propriamente dita; nem a dos colonos. Do colonato, que era o Estatuto da Terra. Ninguém nem sabia! E nunca tinham sido utilizadas. E aí, o que é que a gente ia fazer? A avaliação que se tinha, naquela época, era de que a única forma que a gente tinha de apoiar a luta deles e dar proteção a eles, que resistiam ali, que ainda estavam ali era de você fazer a luta jurídica. Então, era uma luta extremamente trabalhosa (Entrevista concedida por Maria Angelica Gentili a Ana Costa e Mariana Trotta em 11/07/2014).

Os advogados de trabalhadores rurais elaboravam relatórios, que eram enviados ao Incra, muitas vezes com pedidos de desapropriação, sobre a situação de cada conflito. Com as informações desses relatórios, os advogados avaliavam junto aos dirigentes sindicais quais seriam as melhores medidas jurídicas a serem adotadas. Esses

[13] Teixeira (2015, p.39) relata que o advogado Altamir Petersen em entrevista afirmou que a política de atuação por dentro da lei nesse período foi assumida pela Contag a partir de 1968, sob a presidência de José Francisco da Silva.

advogados costumavam ingressar, no caso de conflitos possessórios com ações de reintegração de posse e com pedido de indenização contra fazendeiros que se apossavam ilegalmente das áreas dos posseiros. Em alguns casos foram propostas ações de usucapião coletivas, quando não existia oposição à posse dos trabalhadores, por pretensos proprietários, dentre outras ações. Entretanto, uma das advogadas entrevistadas destacou que existia um debate delicado sobre o impacto dessas ações de usucapião na luta política. Por esse motivo, as ações de usucapião só eram ajuizadas em casos muito graves, para os quais não existia outra alternativa:

> Havia uma discussão entre nós – você sabe como é que é: quando se trabalha tecnicamente, mas também você tem um ponto de vista político... – havia e há, até hoje, uma discussão de que não era o mais adequado titular o pessoal. Porque ele ia virar um pequeno burguês; e aquela coisa; que ia virar um proprietário etc. Que era perigoso; que era melhor fazer a defesa dele como posseiro mesmo. Enfim, aí ficava aquela discussão. E uns diziam – "Eu não faço." E aí – eu falava – "Eu só faço naqueles casos graves. Naqueles casos em que eu sei que está na iminência de sofrer uma agressão brava. Aí eu sou capaz de fazer." – e eu não fiz muitos, não (Entrevista concedida por Maria Angelica Gentili a Ana Costa e Mariana Trotta em 11/07/2014).

Outra advogada observou que na época tinha preferência de atuar na área trabalhista, porque existia maior explicitação do conflito, enquanto, por exemplo, as ações de usucapião representavam um reforço à ideologia proprietária:

> (…) eu sempre gostei mais da área trabalhista. Porque eu acho que é onde o conflito se coloca mais... porque, na verdade, a ideologia do pequeno proprietário é uma ideologia pequeno-burguesa. Claro! Então, imagina, você nova, o cara quer terra. E tudo o que eu queria era que ele não quisesse terra. Eu nunca esqueço de uma vez que eu fui a Nova Iguaçu, que a gente ia fazer uma ação de usucapião com uns posseiros que estavam lá em Nova Iguaçu (Entrevista concedida por Aurora Coentro a Ana Costa, Leonilde Medeiros e Mariana Trotta em 06/08/2014).

Interessante destacar que inicialmente na década de 1950, segundo Grynszpan (1987 e 2009) existia a aposta da tática jurídica de recurso dos lavradores a ações de usucapião na defesa de suas posses. Entretanto, como aponta Grynszpan (2009, p. 47), ainda nesse período paulatinamente os lavradores, junto a seus advogados, passaram a "expondo a violência e a radicalidade das lutas, caracterizar os locais onde vinham

ocorrendo despejos como áreas de conflito, de tensão social. Seu objetivo era forçar a desapropriação daquelas áreas e sua entrega aos lavradores".[14] Os advogados da Fetag no pós-1964 também pouco utilizavam as ações de usucapião, pois, após a promulgação do Estatuto da Terra, a reivindicação pela desapropriação foi utilizada como tática jurídica e política principal.

Teixeira (2015) com base na entrevista do advogado Altamir Petersen, ao se referir ao conflito da Fazenda Conceição de Suruí em Magé, destaca que os advogados nesse período contribuíam na elaboração de ofícios pelos dirigentes sindicais. Nesse ofícios solicitavam providências das autoridades para resolver conflitos agrários e a solução apontada era a desapropriação das terras. Esses conflitos justificavam a importância da desapropriação por ser área de "tensão social" em virtude dos conflitos fundiários. Teixeira (2009, p.44) acrescenta que

> caracterizar a situação em Magé como de "tensão social" era uma estratégia da entidade sindical para enquadrar este caso em uma situação prevista no art. 15 do Estatuto da Terra (BRASIL, 1964) como prioritária para fins de reforma agrária. O texto do referido artigo diz: "A implantação da Reforma Agrária em terras particulares será feita em caráter prioritário, quando se tratar de zonas críticas ou de tensão social". Isso mostra a articulação das estratégias de ação no encaminhamento da luta pela desapropriação de terras: o envio de ofícios e a luta com base na legislação ocorriam de forma concomitante e se complementavam.

Nas ações trabalhistas, Ana Maria Nascimento relatou que usavam, a tática de ingressar com ações trabalhistas coletivas, as chamadas ações plúrimas, buscando, por meio da ação judicial coletiva, organizar os trabalhadores do corte de cana, que tinham uma lógica muito individualista:

> Nós entramos na justiça com ações coletivas, pra poder agregar, pro pessoal aprender a trabalhar em conjunto, porque o assalariado é muito solto, independente, não tem noção do que é

[14] Grynszpan (2009, p. 47) acrescenta, utilizando como referência a entrevista do advogado da Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), Oay Fonseca, realizada em 1986, que " Tendo em vista caracterizar o lítigio, de forma a obter a desapropriação, as organizações camponesas deslocavam quadros e advogados para diferentes pontos do estado a fim de, através de pesquisas em cartórios, inclusive identificar terras passíveis de ocupação. Em suas pesquisas e consultas buscava, delimitar áreas cuja ocupação teria boa acolhida do governo, facilitando uma solução favorável aos *posseiros*." Grynszpan (2009, p. 52) identifica que 15 áreas foram desapropriadas pela Superintendência de Reforma Agrária (Supra) até 1963. Metade delas localizadas no estado do Rio de Janeiro

> o trabalho em coletivo, união, de solidariedade, cada um é por si, cai no eito, ganha por produção, então quem for mais rápido se safa, eles não tão nem aí. (...) É difícil agregar, então nós começamos a fazer ações coletivas, plúrimas, numa ação só a gente botava 50 trabalhadores. E outros mecanismos que eu não lembro mais direito não, sabe. Mas a coisa foi costurando através dessas pequenas iniciativas até chegar a uma deflagração de greve. (Entrevista concedida por Ana Maria Nascimento a Ana Costa e Mariana Trotta em 15/12/2014).

Segundo a advogada, apesar da percepção da relação de corrupção existente entre os usineiros e o Judiciário campista, o sindicato acreditava que a atuação pela via judicial contribuía para a articulação da luta política:

> Eu acho que tem muita força, porque o brasileiro é legalista, ele gosta de papel, então quando você entra com um processo, principalmente se for coletivo, mobiliza em demasia. E a mobilização fica tão forte e eterna se o trabalhador for vencedor, eles guardam essa história pro resto da vida deles. O Judiciário foi um campo de atuação de muita importância pros trabalhadores, não só pros assalariados, eu trabalhei em São Fidélis que é área de posseiros. O Judiciário tanto ajuda o assalariado, quanto ajuda a lerdeza do Judiciário comum quanto ajuda trabalhador não assalariado que é o posseiro. Quantas vezes eu conseguia liminar em favor do posseiro e esses processos levavam cinco anos com aquele trabalhador ali na posse da área que foi cedida pra parceria agrícola porque o processo não andava. Então o Judiciário da justiça comum ajudava muitos os trabalhadores (Entrevista concedida por Ana Maria Nascimento a Ana Costa e Mariana Trotta em 15/12/2014).

Outra advogada entrevistada também destacou que possuíam na época uma avaliação negativa do Judiciário. Entretanto, apesar dessa avaliação, preocupavam-se em conversar com os juízes, compreendendo o Judiciário como um espaço das lutas por direito dos trabalhadores rurais:

> Do Judiciário, era uma avaliação de que eles estão a serviço do poder. Quer dizer, mas, sempre se conversou. Sempre se teve a linha de conversar com o juiz. Porque, inclusive, quando houve o processo do Chico Mendes, o José Francisco foi lá depor e tal coisa. Então, sempre se conversou. Mas eram poucos os juízes com quem a gente podia contar (Entrevista concedida por Aurora Coentro a Ana Costa, Leonilde Medeiros e Mariana Trotta em 06/08/2014).

Além das pressões, ameaças e violências narradas pelas advogadas entrevistadas, elas destacaram que um grande desafio da assessoria dos sindicatos e federações de trabalhadores rurais era a sustentabilidade. Três de nossas entrevistadas fizeram concurso para a magistratura trabalhista. Uma delas ponderou:

> (…) você não ganhava nada. Em compensação, a minha coluna entortou. Por que eu ganhava o quê? Caixa de maracujá; galinha – que eu morria de medo – a galinha voou na barca e eu atrás da galinha. Era um horror! Um horror (risos). Davam cachos de banana e a gente carregando aquilo. A gente não tinha carro, naquela época (Entrevista concedida por Aurora Coentro a Ana Costa, Leonilde Medeiros e Mariana Trotta em 06/08/2014).

4. Considerações finais

No contexto da ditadura empresarial-militar, com todas as dificuldades que a repressão no campo acarretou para a organização de trabalhadores rurais, tentativas de rearticulação da luta dos trabalhadores rurais por direitos trabalhistas e reforma agrária contaram com a participação de advogados e advogadas. As entrevistas realizadas com os advogados apontaram para as possibilidades de defesa de trabalhadores rurais sob intensa repressão.

As estratégias e táticas narradas apontam para o debate sobre o uso do direito e do Judiciário, mesmo no período autoritário, como forma de aglutinar trabalhadores atomizados pelo trabalho assalariado no campo, assim como forma de fortalecer a resistência de posseiros em suas terras. Apostavam na socialização do conhecimento jurídico com os trabalhadores e dirigentes seja em reuniões com os mesmos, seja com a elaboração de conteúdos escritos para os jornais sindicais destinados aos trabalhadores rurais como o *Conversas de caboclo*, indicado por uma das entrevistadas. As narrativas dos advogados desse período, também indicam o processo de formação política de advogadas(os) na relação com dirigentes sindicais e trabalhadores rurais.

Ao longo das entrevistas, percebemos que um grupo de advogados, majoritariamente com referência política no PCB, procurou fortalecer a luta dos trabalhadores rurais por dentro da lei, no domínio da lei utilizando a categoria de Thompson (1997), mas adotando táticas que ultrapassavam os limites da lei, dessa forma, contribuindo na elaboração de ofícios, relatórios, mas também auxiliando na mobilização dos trabalhadores com base em interpretações das leis, como o Estatuto do

Trabalhador Rural (1963) e Estatuto da Terra (1964), contribuíram para as lutas por direitos desses trabalhadores no período da ditadura empresarial-militar.

Esses advogados também exploravam as ações coletivas trabalhistas e possessórias que permitisse a coletivização do conflito e a mobilização dos trabalhadores. Dessa forma, evitavam a utilização de ações que reforçavam a propriedade individual, como a usucapião. Nesse sentido, exploravam as brechas da lei dentro do judiciário, compreendendo que as leis também colocavam freios legais ao poder do regime autoritário e dos fazendeiros.

Referências bibliográficas

BRUNO, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra: (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil).* Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, UFRRJ, 1997.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. Assistência jurídica e advocacia popular: serviços legais em São Bernardo do Campo. In: CAMPILONGO, Celso Fernandes. *O Direito na Sociedade Complexa*, 2ª edição. São Paulo: editora Saraiva, 2011.

DREIFUSS, René. 1964: A Consquista do Estado, 5a edição. Petropólis: editora Vozes, 1987.

ESTERCI, Neide. Campesinato e Igreja na fronteira – o sentido da lei e a força da aliança. In: In: FERNANDES. Bernardo (et. al.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.* São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, vol.1., 2009, p. 223- 244.

GRYNSZPAN, Mario. Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. In: FERNANDES. Bernardo (et. al.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.* São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, vol. 1., 2009, p.35-56.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: 1950-1964*. 2 v. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, MN/UFRJ, 1987.

MAIA, Aline, MEDEIROS, Leonilde, GALVÃO, Elisandra e BASTOS, Grabriel. Conflitos fundiários em Duque de Caxias e Nova Iguaçu: repressão e formas de resistência. In: MEDEIROS, Leonilde (org.) *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988) – relatório final*, Rio de Janeiro, CEV-Rio, 2015 (www.cev-rio.org.br), p. 229-290.

MARQUES, Nilson. *Contratos Inominados no direito agrário*. São Paulo: Eeditora Pró-livro, 1978.

MARTINS, José de Sousa. *A militarização da questão agrária no Brasil***.** São Paulo: Hucitec, 1984.

MEDEIROS, Leonilde (org.) *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988) – relatório final*. Rio de Janeiro, CEV-Rio, 2015 (www.cev-rio.org.br).

MELO, Demian. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian. *Miséria da historiografia*. Rio de Janeiro: Editora consequencia, 2015.

PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindustria pernambucana. In: FERNANDES. Bernardo (et. al.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.* São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, vol.1., 2009, p.171-200.

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. *Poder Judiciário e conflito de terra: a experiência da vara agrária do sudeste paraense.* Tese (Doutorado)**.** Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

SÁ, Fernando; MUNTEAL, Oswaldo; MARTINS, Paulo Emílio. *Os advogados e a ditadura de 1964: a defesa dos perseguidos políticos no Brasil.* Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

SANTOS JR., Belisário. A advocacia nos anos de chumbo. *In:* GOMES, Luis Flávio e MAZZOULI, Valério de Oliveira (orgs.). *Crimes da Ditadura Militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (coord.). *Advocacia em tempos difíceis: ditadura militar 1964-1985.* Curitiba: Edição do Autor, 2013.

TAVARES, Ana Claudia Diogo. *A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e as questões agrária, ambiental e trabalhista: disputas sobre o direito a partir da Constituição brasileira de 1988.* [Tese]. Programa de Pós Graduação de Ciência Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), Seropédica, RJ. 2012.

TEIXEIRA, Marco Antonio. Formas de ação coletiva: reflexões a partir dos conflitos por terra em Magé, RJ. *Política & Sociedade* - Florianópolis - Vol. 14 - Nº 30 - Maio./Ago. De 2015, p. 27-55.

TELOÓ, Frabricio e BRAGA, Ricardo. Conflitos e repressão no campo em Cachoiras de Macacu. In: MEDEIROS, Leonilde (org.) *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988) – relatório final.* Rio de Janeiro, CEV-Rio, 2015 (www.cev-rio.org.br), 2015, p. 100-172.

THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores: as origens da Lei Negra***.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Entrevistados

Altamir Petersen entrevistado por Leonilde Servolo de Medeiros em 31/03/2015, Rio de Janeiro.

Ana Maria Nascimento entrevistada por Ana Costa e Mariana Trotta em 15/12/2014, Vitória, Espirito Santo.

Aurora Coentro entrevistada por Ana Costa, Leonilde Medeiros e Mariana Trotta em 06/08/2014, Rio de Janeiro.

Maria Angelica Gentili entrevistada por Ana Costa e Mariana Trotta em 11/07/2014, Rio de Janeiro.